

# CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE: SOCIOLOGIA

Orgs.

Luiz Augusto Campos

Mariana Chaguri

Lorena Fleury

BIB

ANPOCS

Comissão Editorial

Editora-chefe

Marcia Consolim (Universidade Federal de São Paulo)

Editora assistente

Raissa Wihby Ventura (Universidade Estadual de Campinas)

Editoria de área

Antropologia

Deise Lucy Oliveira Montardo (Universidade Federal do Amazonas)

Igor José de Renó Machado (Universidade Federal de São Carlos)

Julie Cavignac (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Soraya Fleischer (Universidade de Brasília)

Ciência Política

Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná)

Mariana Batista (Universidade Federal do Pernambuco)

Ricardo Fabrino Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais)

Sociologia

André Botelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Eliana dos Reis (Universidade Federal Maranhão)

Luiz Cláudio Lourenço (Universidade Federal da Bahia)

Marcelo Carvalho Rosa (Universidade de Brasília)

Produção Editorial: Zeppelini Publishers (www.zeppelini.com.br)

Arte da capa: Marco Giannotti – Sem título (quarentena) – 170 X 150 cm – 2020 – Óleo sobre tela

Preparação da capa: Maiane Bittencourt

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ciências sociais hoje [livro eletrônico] :  
sociologia / orgs. Luiz Augusto Campos, Mariana  
Chaguri, Lorena Fleury. -- São Paulo : Zeppelini  
Publishers, 2020. -- (Ciências sociais  
hoje ; 3)  
PDF

Vários autores.  
ISBN 978-65-992667-2-0

1. Sociologia 2. Sociologia - Brasil I. Campos,  
Luiz Augusto. II. Chaguri, Mariana. III. Fleury,  
Lorena. IV. Série.

20-51205

CDD-301

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Sociologia 301

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	4
Equipe Editorial	
<b>Introdução</b> .....	6
Luiz Augusto Campos, Mariana Miggiolaro Chaguri, Lorena Cândido Fleury	
<b>Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018</b> .....	17
Carlos Antonio Costa Ribeiro, Flávio Carvalhaes	
<b>A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais</b> .....	62
Roberto Vêras de Oliveira, José Ricardo Ramalho, Cinara Rosenfield	
<b>Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade</b> .....	89
Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Luís Armando Gandin	
<b>Movimentos Sociais: tendências e inovações da produção de artigos acadêmicos nos periódicos brasileiros (2000-2017)</b> .....	126
José Szwako, Monika Dowbor, Ramon Araujo	
<b>Relações Raciais no Brasil: a produção das ciências sociais entre 2012 e 2019</b> .....	147
Paula Cristina da Silva Barreto, Flávia Rios, Paulo Sérgio da Costa Neves, Dyane Brito Reis Santos	
<b>Estudos de Gênero: a contribuição para a sociologia nas revistas generalistas</b> .....	181
Bárbara Castro, Moema Guedes	
<b>Como se faz teoria social no Brasil?</b>	
<b>Hagiografia, extroversão intelectual e avanços (2010–2019)</b> .....	202
Marcelo C. Rosa, Matheus A. P. Ribeiro	
<b>Pensamento Social no Brasil: um pequeno grande mundo</b> .....	221
Antonio Brasil Jr., Luiz Carlos Jackson, Marcelo Paiva	
<b>Violência, Crime e Justiça Criminal: as linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” (1970-2018)</b> .....	258
Rochele Fellini Fachinetto, Lúgia Mori Madeira, Jania Perla Diógenes de Aquino, Leonardo Geliski	
<b>Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia</b> .....	296
Rodrigo Constante Martins, Luís Henrique Cunha	
<b>A Sociologia da Cultura no Brasil em artigos (2008–2018)</b> .....	324
Edson Farias, Bruno Gontyjo do Couto, Tiago Rodrigues	
<b>Sociologia da religião no Brasil: artesanias, fronteiras e horizontes</b> .....	359
Joanildo Burity	

Os balanços bibliográficos têm o papel fundamental de informar e orientar pesquisas em todas as áreas do conhecimento, motivo pelo qual nos mobilizamos para publicar a coleção Ciências Sociais Hoje. Os três volumes que compõem a coleção — Antropologia, Ciência Política e Sociologia — são o resultado do trabalho de muitas pessoas e este espaço é dedicado a agradecê-las. Em primeiro lugar, a quem primeiro teve a ideia desse projeto, Carlos Costa Ribeiro (IESP-UERJ), então editor da área de Sociologia da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB), em meados de 2017. A ideia de publicar na revista artigos que comporiam os balanços bibliográficos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) foi muito bem recebida pela Equipe Editorial da BIB e, desde então, passamos a enfrentar as etapas seguintes. A primeira questão era decidir como escolher os(as) organizadores(as) de cada volume e preferimos que cada área tivesse autonomia para indicá-los(as) segundo critérios próprios. Assim, na área de Antropologia decidiu-se que os próprios editores seriam os(as) organizadores(as) do volume, enquanto nas áreas de Ciência Política e de Sociologia os(as) editores(as) preferiram escolher organizadores(as) externos(as). Em todos os casos, buscamos reunir pesquisadores(as) oriundos(as) de diversas regiões do país e de especialidades distintas — além de atentar para a diversidade de gênero e raça. A segunda questão foi decidir como seriam escolhidos os temas de cada capítulo e os(as) autores(as) responsáveis. Essa etapa foi muito complexa e envolveu debates importantes entre os(as) organizadores(as) — que tam-

bém tiveram total autonomia — a respeito da posição das especialidades tradicionais em relação às emergentes a fim de chegar a um ponto de equilíbrio entre os capítulos. As introduções dos volumes relatam como se deu esse processo em cada uma das áreas, mas é importante enfatizar que, a despeito das tensões e dos imprevistos envolvidos nessa estratégia, o processo foi marcado por intenso engajamento de todos(as) os(as) organizadores(as) — sempre orientados(as) pelo critério da legitimidade dos tópicos e do reconhecimento dos(as) autores(as). No que diz respeito à escolha dos(as) autores(as), decidiu-se realizar chamada pública e convites a especialistas, a fim de garantir a ampla participação da comunidade acadêmica. Em relação ao tipo de balanço, revisão narrativa ou sistemática da literatura, optou-se por deixar à livre escolha dos autores, uma vez que tais preferências articulam-se às perguntas, às hipóteses e ao *corpus* selecionado. Chegamos, assim, a um total de 36 capítulos (12 por volume) e 83 autores(as) — uma vez que muitos dos capítulos foram escritos em coautoria. O resultado demonstra que houve, de fato, pluralidade de posições e espaço para negociações, ainda que isso não signifique que os balanços sejam o espelho da diversidade e da complexidade do campo das Ciências Sociais atual. Como decidimos que os textos seriam primeiramente publicados como artigos na BIB, era necessário indicar pareceristas segundo as normas da revista — dois pareceristas duplo-cego — para todos os 36 artigos. Isso significou que 72 pareceristas estiveram envolvidos no processo de avaliação dos capítulos, a quem agradecemos o cuidado e a presteza no atendimento de

nossas demandas. Assim, considerando-se os(as) editores da BIB, os(as) organizadores(as), os(as) autores(as) e os(as) pareceristas(as), envolvemos nada menos do que 177 pesquisadores neste projeto — um número expressivo e, esperamos, bastante representativo das áreas e especialidades no campo das Ciências Sociais. Aproveitamos este espaço para também agradecer aos autores o empenho com que trabalharam a fim de atualizar os debates e propor uma leitura qualificada de um vasto volume de textos — que constituem, em seu conjunto, um importante registro da evolução das Ciências Sociais na última década. Nesse período, também organizamos alguns eventos para divulgar o projeto e/ou discutir os textos dos(as) auto-

res(as) — um fórum na Anpocs (2018), uma mesa redonda também na Anpocs (2019) e um colóquio no IESP – UERJ (2019), neste caso para discutir especificamente os textos da área de sociologia. Ou seja, foi um trabalho que envolveu outras instituições e, em particular, a secretaria da Anpocs e a direção da Anpocs — a gestão atual e a anterior —, a quem agradecemos imensamente o apoio. Finalmente, seria importante registrar que, segundo nossa experiência, a qualidade da produção acadêmica é correlata à diversidade de vozes e ao profissionalismo dos(as) pesquisadores e que, nesse quesito, estão todos(as) de parabéns.

*Equipe Editorial*

Luiz Augusto Campos<sup>I</sup>  
Mariana Miggiolaro Chaguri<sup>II</sup>  
Lorena Cândido Fleury<sup>III</sup>

### Introdução

A sociologia brasileira prepara-se para iniciar a terceira década do milênio em uma situação desafiadora. De um lado, a multiplicação de cursos de graduação e programas de pós-graduação contribuiu para quase quintuplicar o número de pesquisadores/as em sociologia nos últimos 30 anos. De outro lado, as investidas contra a ciência em geral e às humanidades especificamente transformaram a sociologia em alvo privilegiado de ataques políticos<sup>1</sup>, minando sua credibilidade e as condições materiais de autorreprodução institucional. Como se não bastasse essa configuração peculiar, a pandemia causada pela COVID-19 e as *medidas de isolamento social* tomadas para sua contenção colocaram sob novos termos questões sobre a importância da disciplina e suas contribuições para a sociedade.

Quais as contribuições consolidadas nas diferentes áreas temáticas da sociologia brasileira? Quais desafios e lacunas ainda per-

sistem? De onde e para onde caminha nosso conhecimento sociológico? Enfrentando tais questões, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) publica sua tradicional coleção de revisões bibliográficas da área de sociologia, agora sob os auspícios da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB). O volume conjuga revisões da literatura dos 12 temas recorrentes na produção bibliográfica das principais revistas, livros, teses e dissertações da disciplina, com foco nas suas contribuições mais recentes, concentradas sobretudo na última década.

A construção de uma representação da produção bibliográfica recente da nossa disciplina em tempos tão conturbados coloca desafios específicos. Em primeiro lugar, porque a sociologia não apenas cresceu em volume, como também se complexificou, condenando ao fracasso qualquer tentativa de representá-la em sua completude. Segundo, porque o próprio perfil social das sociólogas e dos sociólo-

---

1 Em abril de 2019, por exemplo, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, estudava “descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”. Segundo nota do Ministério da Educação publicada na ocasião, a medida visava priorizar o investimento público em áreas do conhecimento que “melhor atendem às demandas da população” (G1, 2019). Um ano depois, no contexto da pandemia da COVID-19, o ministro retomou o mesmo argumento para justificar a redução de investimento público nas ciências humanas e sociais, afirmando que, “por conta desses riscos sanitários, é melhor ter médico, enfermeiro e fisioterapeuta do que ter antropólogo, sociólogo e filósofo” (BARBOSA, 2020).

---

<sup>I</sup>Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: lascampos@iesp.uerj.br

<sup>II</sup>Universidade Estadual de Campinas – Campinas (SP), Brasil. E-mail: chaguri@unicamp.br

<sup>III</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: lorenaflleury@gmail.com

gos sofreu transformações de peso. Mais do que compilados da literatura especializada em determinados temas, os textos aqui coligidos são análises em si sociológicas das contribuições acumuladas e dos desafios ainda pendentes nas subáreas da sociologia.

As características que marcam essa compilação são discutidas nas próximas quatro seções. Na primeira, apresentamos os critérios que nortearam a definição dos temas e a seleção das/os autoras/autores que compõem o presente volume. Na segunda, discutimos a variedade de abordagens utilizadas para revisar cada uma das áreas temáticas. Na terceira, delineamos uma visão geral de cada um dos textos e, na quarta, ensaiamos algumas conclusões e desafios gerais colocados pela leitura conjunta dos textos publicados.

## **Temas e autorias**

O primeiro desafio de um compilado de balanços bibliográficos é a definição das áreas temáticas a serem contempladas. Usualmente, os tópicos abarcados são escolhidos com base nas impressões, mais ou menos sistemáticas, dos organizadores sobre as subáreas temáticas que compõem dada disciplina. Não é gratuito que tais compilações sejam criticadas pelos critérios mobilizados (ou pela falta deles) para definir as temáticas. Pode-se optar, por exemplo, por um balanço focado em nichos mais tradicionais ou temas emergentes; por replicar sumários de revisões prévias ou inovar com base nelas; por trabalhar com temáticas híbridas ou preferir demarcações claras. Independentemente disso, toda estruturação de um rol temático será sempre criticável por preferir um ou outro critério.

Na condição de balanço das literaturas instado pela ANPOCS, optamos por uma definição dos temas que buscasse representar, ainda que minimamente, as áreas mais tradi-

cionais da sociologia brasileira dos últimos anos. Tal escolha, contudo, deixava em aberto a questão de estabelecer quais seriam esses tópicos e como defini-los. Para contornar essas dificuldades, optamos por utilizar uma técnica de análise de textos denominada *modelagem de tópicos*. *Grosso modo*, essa técnica pressupõe ser possível agrupar documentos de determinado *corpus* em diferentes tópicos de acordo com suas regularidades vocabulares. Dito de outro modo, em um rol de textos, aqueles que apresentam vocabulários comuns tenderiam a fazer parte de uma mesma área temática, enquanto aqueles que empregam léxicos relativamente distintos tenderiam a pertencer a tópicos diferentes. Para estimar quais seriam os tópicos mais centrais da sociologia atualmente, tomamos como base de análise todos os artigos publicados por periódicos multitemáticos da área de sociologia, indexados no portal Scientific Electronic Library Online (SciELO), que tivessem em seus *abstracts* termos com o radical *soci*.

No total, a análise levou em conta 1.522 *abstracts*, distribuídos pelos oito periódicos a seguir: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Tempo Social*, *Sociologias*, *Dados*, *Sociedade e Estado*, *Lua Nova*, *Caderno CRH* e *Novos Estudos* — *CEBRAP*. Uma vez definido o *corpus* da pesquisa, e tendo em vista a demanda prévia da BIB por 12 balanços temáticos, chegamos à seguinte lista de tópicos:

- movimentos sociais e ação coletiva;
- estratificação de classe;
- estudos de gênero;
- teoria sociológica no Brasil;
- pensamento social brasileiro;
- relações raciais;
- criminalidade e violência;
- estudos rurais e do meio ambiente;
- sociologia do trabalho;
- sociologia da cultura;
- sociologia da educação;
- sociologia da religião.

Uma vez elencados os tópicos a serem contemplados, restava definir os critérios de seleção das autoras e autores a comporem o balanço. Nesse quesito, optamos por instar colegas com diferentes perfis, valorizando a multiplicidade de região, sexo, geração e raça. Ademais, incentivamos o trabalho conjunto entre colegas, muitas vezes sugerindo parcerias entre coautores que, a nosso ver, representavam tendências complementares em uma mesma área temática. O resultado disso é que 10 dos 12 textos foram escritos em coautoria. No cômputo geral, o volume contou com a colaboração de autoras e autores de 18 instituições distintas, distribuídas em sete unidades da federação, de quatro das cinco regiões do país.

Embora a composição demográfica da disciplina ainda reproduza — ou mesmo reforce — desigualdades mais amplas, optamos por contar com autoras e autores com distintos perfis e origens institucionais. Tal variedade foi considerada central na construção coletiva de uma imagem possível, ainda que não exaustiva, das dinâmicas atuais de um campo em franca transformação. Não pretendemos com essas escolhas *representar* a diversidade de perfis existente na sociologia, muito menos acreditamos que tal composição garanta por si a validade das revisões. Assim como várias outras disciplinas acadêmicas, a sociologia é fortemente marcada por desigualdades regionais, de gênero, geração e raça, o que torna no mínimo inocente qualquer tentativa de superá-las por meio de compilações como esta. Apenas partimos do pressuposto de que o debate entre autoras e autores dos distintos textos ganharia caso fossem selecionados perfis demográfica, metodológica e teoricamente distintos.

Uma vez definidos os critérios de composição temática e a definição das autorias, optamos por deixar a cargo de cada uma/um dos responsáveis as abordagens teóricas e estratégias metodológicas empregadas na construção de suas revisões. De modo surpreendente até mesmo para nós, os 12 manuscritos apresentam uma variedade de abordagens que realça a complexificação das próprias estratégias de construção de uma revisão da literatura, como discutiremos na próxima seção.

Resta apontar, por fim, que tal variedade foi abordada e amplamente discutida no seminário “Sociologia Hoje”, que reuniu atores/as e organizadores/as para o debate das primeiras versões dos balanços entre eles/elas e com um público maior. Entre os dias 29 e 31 de janeiro, autoras e autores de 10 dos 12 textos contemplados reuniram-se no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) para apresentar seus textos no estágio de maturação em que se encontravam. Com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), e apoio do IESP-UERJ e da ANPOCS, reunimos 14 autoras/es que debateram seus manuscritos com dez comentadores e com um público médio diário de 30 pessoas. Todos os debates foram gravados e estão disponibilizados no canal do Youtube do IESP-UERJ<sup>2</sup>.

## Abordagens

O crescimento e a complexificação da sociologia brasileira colocam desafios novos a qualquer tentativa de resenhar a literatura

---

2 Os vídeos podem ser acessados pelo *link*: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLNSEFK94TV0vr1fEUrDC6Dtm1g8KEDoSo>>. Acesso em: 7 set. 2020.

dominante em dada área temática. O crescimento da disciplina, no que toca aos seus praticantes e ao volume total de publicações, exige a utilização de critérios de seleção das referências relevantes e de técnicas plurais de análise do seu conteúdo. Já a crescente diversificação temática, que ora aparta grupos distintos e ora os funde, torna mais difícil o desafio de delinear as fronteiras entre as temáticas e as suas publicações fundamentais. Portanto, além de uma bibliografia atualizada e relevante dos tópicos elencados, o/a leitor/a pode ler cada um dos artigos como um compilado de diferentes formas de construir um balanço bibliográfico.

Uma distinção importante que emerge dos textos tem a ver com o emprego de metodologias qualitativas e quantitativas de análise das respectivas bibliografias. Muitos são os pares conceituais mencionados para definir as estratégias de construção de uma revisão: balanços bibliométricos × balanços bibliográficos; revisões sistemáticas × revisões narrativas; análise de conteúdo × análise do discurso. A despeito das diferentes nomenclaturas, essas dicotomias fazem referência à possibilidade de resumir dada literatura acadêmica, de um lado, pela quantificação das características de seus textos e, de outro lado, pela reconstrução interpretativa e qualitativa de suas propriedades. Já há no Brasil e no mundo um rico debate sobre as vantagens e as desvantagens dessas distintas estratégias. Entretanto, mais do que as hierarquizar, chama atenção o modo como ambas convivem bem — algumas vezes em um mesmo texto — e produziram resultados mais complementares do que contraditórios.

Dada a profusão de publicações em ciências sociais, quase todos os balanços tiveram de se haver também com mecanismos que permitissem elencar as mais relevantes das demais. Muitas análises reforçam a con-

sagração de dois mecanismos institucionais de divulgação e hierarquização das publicações acadêmicas: o sistema de avaliação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a livreria virtual SciELO. De um lado, o sistema Qualis-CAPES empreendeu nas últimas décadas um complexo programa de ranqueamento das revistas acadêmicas e das editoras de livros em diversas áreas da ciência. Além de monitorar a evolução da publicação científica nacional e de suas pós-graduações, o sistema tornou-se base para a distribuição de recursos e prestígio na ciência brasileira. Não é gratuito que parte dos nossos textos recorta a literatura a ser analisada com base nos periódicos mais bem classificados no sistema e/ou pelas notas atribuídas aos programas de pós-graduação.

A SciELO é uma iniciativa conjunta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) que disponibiliza em política de acesso aberto uma enorme quantidade de artigos acadêmicos de distintas disciplinas. Muitos dos artigos deste volume optaram por consultar esse banco não apenas pela facilidade de acessá-lo, mas também pela importância que as revistas nele indexadas alcançaram. Vale mencionar também outros *corpora* utilizados, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBCT), além dos anais dos congressos da ANPOCS e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Todos esses bancos demonstram o poder reestruturador de nossa área desses mecanismos digitais de indexação e busca de informação.

Isso não quer dizer que tais balanços sejam qualitativamente superiores aos feitos

anteriormente por talvez disporem de *corpora* e métodos mais complexos, mas apenas que o crescimento da produção sociológica interpõe novos desafios às revisões. Aliás, o recurso às revisões bibliográficas anteriores se faz presente em todos os textos, ainda que de modos plurais. Ora fornecem pontos de partida, com base nos quais se delinea o marco temporal inicial dos diferentes *corpora*, ora oferecem categorias analíticas de classificação e avaliação das literaturas — tanto para afirmar sua continuidade quanto para destacar suas transformações. Nota-se que, embora houvesse uma diretriz geral de que os últimos anos desta década fossem contemplados, ficou a critério das/dos autoras/autores estender ou restringir o retorno histórico.

Outro desafio recorrentemente mencionado nos balanços se refere à dificuldade de traçar fronteiras disciplinares nítidas nos diálogos temáticos. Talvez mais do que ocorre com suas irmãs imediatas, a antropologia e a ciência política, as temáticas centrais para a sociologia se formam sempre no diálogo interdisciplinar. Daí o fato de muitos dos textos incluírem em seus recortes as contribuições não apenas das outras duas ciências sociais, mas também da história, da economia, da educação etc. Isso reforça não apenas a complexidade interna da sociologia, mas seus múltiplos diálogos externos com as disciplinas adjacentes.

A rigor, o estatuto mesmo do que vem a ser uma temática de pesquisa assume sentidos muito distintos em cada um dos balanços. Determinados tópicos detectados na modelagem foram tratados como grupos de debate em torno de um conjunto de problemas (pensamento social), outros foram delimitados pelo seu objeto específico (raça e gênero), outros ainda por um tipo específico de postura ante uma problemática (teoria social e estratificação). Portanto os temas em

si são construções sociológicas que assumem diferentes formas e fronteiras a depender do contexto de referência.

## Visão geral

Como indicado até aqui, autoras e autores acionaram variadas estratégias metodológicas para compor seus balanços bibliográficos, tensionando ou confirmando aspectos das autoimagens das subáreas sobre si mesmas.

Os estudos sobre trabalho foram revisados no artigo “Sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais”, de Roberto Vêras de Oliveira, José Ricardo Ramalho e Cinara L. Rosenfield. Percorrendo o processo de construção dessa subárea no Brasil desde a sua constituição nos anos 1950, o balanço explora algumas das interconexões do debate brasileiro com tradições sociológicas estrangeiras e procura caracterizar os diferentes debates e preocupações para organizar variados momentos da produção do conhecimento sociológico sobre o trabalho no país. O texto destaca o modo como a subárea se definiu com base em uma dupla dinâmica: de um lado, o esforço empírico e teórico de descrever e interpretar as transformações nas condições e na natureza do trabalho, nas relações entre capital e trabalho e nas dinâmicas sindicais e, de outro lado, o diálogo com variadas disciplinas, por exemplo, estudos de gênero, história social, engenharia de produção, administração de empresas e saúde ocupacional. Esse duplo movimento, no argumento dos autores, foi central para configurar os caminhos percorridos pela sociologia do trabalho no Brasil cujo campo de abordagem se diversificou para além da fábrica, incorporando outras formas de trabalho e variadas dimensões da vida social, propondo desafios renovados à teoria sociológica.

Já os estudos relativos aos movimentos sociais e à ação coletiva foram resenhados por José Szwako, Monika Dowbor e Ramon Araújo em “A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências & inovações”. Tomando como *corpus* artigos sobre mobilizações e movimentos sociais no Brasil, publicados entre 2000 e 2017 no portal SciELO.br e em periódicos avaliados nas três disciplinas das ciências sociais como A1 e A2 pelo sistema Qualis-CAPES, a revisão explora questões como o compartilhamento ou a dispersão das referências bibliográficas acionadas, os tipos de análise e de método empregados e a distribuição temática e espacial dos objetos. As evidências e os dados bibliométricos permitiram uma análise articulada das tendências e das inovações da área, revelando, por exemplo, que conceitos mais macrosociológicos como *classe* ou *estrutura social* são menos recorrentes do que aqueles que visam analisar atores sociais em ação. Ou seja, a diferenciação da área guarda referência, sobretudo, com os objetos e contextos empíricos de estudo. Teoricamente, a revisão demonstra modificações nas escolhas teórico-metodológicas na subárea, tais como o predomínio, especialmente a partir de 2009, de debates ligados à teoria do processo político em detrimento daqueles relativos aos novos movimentos sociais.

O tema da estratificação foi revisado no artigo “Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018”, de Carlos Antonio Costa Ribeiro e Flávio Carvalhaes. Os autores dedicaram-se a uma revisão qualitativa da bibliografia brasileira utilizando como recorte temporal o início dos anos 2000, período em que identificam a emergência de novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores oriun-

dos de diferentes institutos e universidades, sobretudo com treinamento quantitativo. Para tanto, os artigos e livros publicados no período foram classificados por subtemas, nos quais os autores buscaram regularidades quantitativamente formalizadas no debate sobre as desigualdades brasileiras e a mobilidade social. Do mesmo modo, identificaram o aprofundamento do uso de técnicas de modelagem, produção e extração de dados, em que pese o alerta para a importância de incorporação de avanços metodológicos que auxiliem na identificação de efeitos causais, especialmente para o caso da explicação sociológica sobre os elementos que estruturariam as desigualdades sociais no país.

Os estudos de gênero foram abordados no artigo “A contribuição dos estudos de gênero para a sociologia: percurso e visibilidade nas revistas generalistas”, de Bárbara Castro e Moema Guedes. As autoras reconstróem o percurso dessa subárea desde meados dos anos 1980, indagando sobre sua visibilidade na sociologia brasileira. Para tanto, o artigo toma como *corpus* os balanços bibliográficos anteriormente realizados e publicados pela própria BIB, bem como artigos com a temática *gênero* publicados em revistas generalistas e especializadas, todas no mesmo patamar de avaliação no sistema Qualis-CAPES (A1) na área de sociologia. A revisão revela que o surgimento de revistas especializadas, a partir da década de 1990, concorreu para a diversificação dos temas e dos contextos empíricos mobilizados pelos estudos de gênero, com a incorporação de temáticas como sexualidade, direitos reprodutivos e masculinidades, num movimento liderado especialmente pela área de antropologia. No entanto, as autoras também demonstram que os estudos de gênero mantiveram sua trajetória temática e conceitual na sociologia brasileira, isto é, o debate sobre mulheres e gê-

nero permaneceu associado às temáticas de trabalho e família, notadamente em dossiês especializados nas revistas generalistas. Desse modo, a transversalidade das temáticas de gênero em estudos sobre trabalho e família marcaram, de modo profícuo, o aprendizado teórico e empírico da sociologia sobre a sociedade brasileira.

O tema do pensamento social brasileiro foi explorado por Antonio Brasil Jr., Luiz Carlos Jackson e Marcelo Paiva em “O pequeno grande mundo do pensamento social no Brasil”. Acionando ferramentas como a análise lexical e a análise de redes sociais, os autores conduziram sua revisão bibliográfica por meio da combinação de diferentes metodologias quantitativas e qualitativas, cruzando dados referentes ao perfil disciplinar, institucional e geracional de pesquisadores/as que participaram (ao menos uma vez) do Grupo de Trabalho “Pensamento Social no Brasil” da ANPOCS à análise dos padrões de suas colaborações. Os dados e as evidências bibliométricas levantados pelos autores confirmam um dos aspectos mais consolidados da autoimagem dessa subárea: sua interdisciplinaridade tanto no interior das ciências sociais quanto no diálogo com objetos e debates teóricos oriundos das artes, da filosofia e da historiografia, por exemplo. A revisão demonstra a capilaridade da área de pensamento social na dinâmica da produção sociológica brasileira, bem como a variação temática e metodológica na subárea, com estudos sobre autores combinados, progressivamente, com estudos sobre temas e problemas da sociedade brasileira — um investimento cada vez maior no caráter reflexivo das relações entre ideias, intelectuais e sociedade. Assim como ocorreu no artigo sobre movimentos sociais e mobilizações, as evidências e os dados bibliométricos permitiram aos autores conduzir uma revisão bibliográfica que demonstra, por exemplo, que a

produção em livros é uma marca relevante do modo como os/as praticantes da subárea veiculam suas produções. Tais livros, por sua vez, revelam uma dinâmica coletiva e colaborativa da produção intelectual na área, a despeito de suas polarizações e disputas internas.

Correlato ao tema anterior, a revisão dos estudos de teoria sociológica realizada por Marcelo C. Rosa e Matheus Ribeiro no artigo “Como se faz teoria social no Brasil? Hagiografia, extroversão intelectual e avanços” também combina análise quantitativa e qualitativa para conduzir um balanço sobre o debate sociológico em teoria no Brasil na última década. Para tanto, os autores tomam como *corpus* os artigos publicados em revistas classificadas pela área de sociologia da CAPES nos níveis A1 e A2 do Qualis-Periódicos para o período de 2010 a 2018, além de uma seleção de livros que, no período, tomaram parte no debate nacional em teoria social. Com base em uma divisão dos artigos em três categorias (comentário, adição e inovação), o texto aponta para a concentração da produção nos comentários de obras e autores — acompanhados de artigos que exploram temas e problemas dedicados a sustentar o valor ou a atualidade de determinada teoria ou movimento teórico para campos específicos da investigação social ou de objetos de estudo específicos. Os dados bibliométricos levantados indicam que tais experimentos estão concentrados em determinados autores e autoras, em geral ligados a matrizes teóricas norte-americanas e europeias. Ato contínuo, os dados também evidenciam uma lacuna nas proposições dedicadas à inovação teórica, seja por meio do diálogo crítico — em suas adesões e recusas — com matrizes sociológicas diversas, seja por meio de variados desafios empíricos à teoria que poderiam constituir contribuições inovadoras no campo da teoria social global.

Os estudos sobre relações raciais foram abordados no artigo “Transformações na produção acadêmica sobre as relações raciais no Brasil (2012–2019): permanências e tendências em ciências sociais”, de Paula da Silva Barreto, Flávia Rios, Paulo Sérgio da Costa Neves e Dyane Brito Reis Santos. Como *corpus*, o autor e as autoras recortaram artigos disponíveis no portal SciELO.br para o intervalo entre 2014–2018 e trabalhos apresentados nos congressos da ANPOCS e da SBS entre 2012 e 2019. O texto também dialoga com outras revisões anteriores, demonstrando a sistematicidade e a institucionalização do debate acadêmico sobre as relações raciais no país. Para conduzir a análise, o texto circunscreveu os trabalhos sobre ações afirmativas e aqueles dedicados a pensar raça e gênero de modo articulado, refletindo sobre os desafios teóricos e empíricos abertos em cada caso. A revisão também abre espaço para uma reflexão sobre as transformações do campo derivadas do debate acerca das cotas raciais no ensino superior, embora uma de suas conclusões é que tais políticas mais diversificaram do que concentraram tematicamente a literatura. Essa diversificação temática foi constitutiva dos estudos sobre relações raciais no país, de modo que, mesmo no interior de temas gerais como ações afirmativas ou raça e gênero, foi possível captar a emergência de subtemas como cultura e identidade, intelectuais, sexualidade e educação, por exemplo, adensando e aprofundando o escopo empírico e teórico da subárea.

O tema da violência, do crime e da justiça criminal, por sua vez, foi revisado no artigo “As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores ‘pioneiros’ nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970–2018)”, de Rochele Fellini Fachinetto, Lígia Mori Madeira, Jania Perla

Diógenes de Aquino e Leonardo Geliski. O texto também opta pela estratégia de combinar análise qualitativa de balanços anteriormente realizados ao levantamento de dados quantitativos. Neste último caso, no entanto, as autoras e o autor optaram por uma estratégia singular em relação aos demais artigos e promoveram um mapeamento das linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores *pioneiros* da subárea de estudos, procurando analisar os caminhos e os processos de formação das novas gerações de pesquisadores. Com base no diálogo com a bibliografia de referência, selecionaram-se 14 *pioneiros* cujas descendências foram investigadas de modo detalhado, compondo amplo mapeamento dos perfis dos/as praticantes da subárea, das transformações teórico-metodológicas experimentadas nas últimas décadas, bem como da interação entre empiria e teoria dessas pesquisas. Demonstrando a ampla institucionalização da subárea na sociologia brasileira, a revisão bibliográfica também aponta para o modo como estudos sobre crime, violência e justiça criminal acompanham, de perto, as dinâmicas próprias do Estado e da sociedade no país.

Os estudos rurais e do meio ambiente foram abordados por Rodrigo Constante Martins e Luis Henrique Cunha no artigo “Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia”. Dedicados a uma detida revisão do debate brasileiro, mas também das reverberações, adesões e recusas de formulações teórico-metodológicas internacionais, o artigo explorou as relações entre ruralidades e meio ambiente no âmbito da sociologia e de disciplinas conexas, últimas décadas. Aprofundando sua reflexão, os autores demonstram os processos intelectuais e as dinâmicas políticas que concorreram tanto para a convergência entre as temáticas quanto para seu tensiona-

mento, sobretudo nas esferas das políticas públicas ou dos conflitos políticos e sociais. Explorando os avanços teóricos e analíticos derivados do encontro, de mão dupla, entre a sociologia rural e os estudos ambientais, a revisão demonstra como as configurações próprias das populações camponesas, das florestas, dos parques etc. desafiaram empiricamente a imaginação dos praticantes das duas áreas, impulsionando diálogos críticos e adensamentos teórico-metodológicos.

O tema da educação foi objeto da revisão bibliográfica de Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Luís Armando Gandin no artigo “Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade”. Partindo do diálogo com revisões anteriores, mas também mobilizando dados e referências que dimensionam a institucionalização dos estudos sobre educação na sociologia brasileira, os autores apontam para a diversidade temática que constitui a área, em que pese a concentração regional de praticantes nos estados das regiões Sul e Sudeste, além de Brasília. Analiticamente, os autores distinguem a produção na área em abordagens sistêmicas, individualistas e de médio alcance, percorrendo temas como família, Estado e políticas, instituição escolar, níveis de ensino, transições escolares e estratificação educacional, currículo e conflito e violência na escola. Ao conduzir um balanço sobre os alcances e limites de cada abordagem no estado atual dos estudos realizados no país, os autores apontam o alinhamento entre as produções nacional e internacional.

Os estudos sobre religião foram revisados por Joanildo Burity no artigo “Sociologia da religião no Brasil: artesanias, fronteiras e horizontes”. Para construir seu *corpus* analítico, o autor cruzou informações entre a classificação da área de sociologia e ciências sociais e a área de ciências da religião, restringindo seu conjunto às revistas classificadas

como A ou B1 nas respectivas áreas para o período entre 1998 e 2018. Percorreu, ainda, dados relativos à presença da subárea nos programas de pós-graduação em sociologia e em ciências sociais, observando a progressiva diversificação regional dos programas. Quanto ao perfil dos praticantes, a análise dos dados de autoria dos artigos verificados revela uma preponderância da sociologia, com crescimento expressivo da antropologia, especialmente após 2007. Em relação às religiões estudadas, o autor demonstra que a área se organiza em torno de certo esforço em abordar mais de uma religião simultaneamente, bem como a tendência de dissociar o estudo de determinada religião de sua dimensão demográfica, isto é, em geral os objetos são construídos levando em conta questões como sua visibilidade e as controvérsias públicas associadas às diferentes religiões no país.

Finalmente, o tema da cultura foi objeto de revisão bibliográfica de Edson Farias, Bruno Gontyjo do Couto e Tiago Rodrigues no artigo “A sociologia da cultura no Brasil em artigos (2008–2018)”. Refletindo sobre a diferenciação epistêmica da sociologia da cultura como área no interior da sociologia praticada no Brasil, os autores também combinaram estratégias qualitativas e quantitativas para conduzir a análise, identificando aquilo que caracterizam como as linhas de força que organizam dimensões teóricas, metodológicas e epistêmicas da área. Assim, por meio de levantamento bibliométrico que tomou como base periódicos classificados com Qualis A1 e A2 na área de sociologia, os autores identificam uma tendência à diversificação regional dos praticantes da área, em que pese certa concentração de pesquisadores/as situados no Centro-Sul do país. Do ponto de vista dos objetos, o mesmo levantamento, articulado a uma ampla análi-

se qualitativa de balanços anteriores, permitiu identificar duas matrizes: de um lado, a vida intelectual e, de outro lado, a cultura popular de massas. Como apontam os autores, no entanto, tais matrizes estão marcadas por intensos debates interdisciplinares, bem como comportam uma variedade de problemas e questões, tais como a reflexão sobre identidades e processos de mundialização. Em linhas gerais, entre estudos dos meios e das mediações culturais, os autores indicam a institucionalização que a subárea assumiu na sociologia praticada no Brasil, bem como aspectos das controvérsias conceituais e teóricas que marcam a polissemia da área.

## Conclusão

Todo balanço bibliográfico é um resumo parcial de um momento específico de dada disciplina ou área temática. Ao mesmo tempo que ele dá forma à literatura especializada de dado campo, estabelece um marco para críticas e atualizações futuras. Por esse motivo, não pretendemos aqui apresentar uma imagem definitiva da sociologia brasileira produzida nos últimos anos, mas somente uma leitura possível dos desafios e conhecimentos acumulados até os anos recentes.

Isso não implica, contudo, que uma revisão bibliográfica seja necessariamente um esforço arbitrário ou mera expressão dos caprichos de seus autores. Como indicamos nas seções anteriores, a sua construção depende de uma série de critérios que têm como objetivo tornar a narrativa sobre um campo reconhecível como legítima pelos seus membros. Tais critérios envolvem desde modelos para a definição das temáticas relevantes, delimitação dos *corpora* estudados ou tipo de abordagem utilizada até as diretrizes

de seleção das autorias, o diálogo entre elas e as visões de comentaristas e pareceristas.

Apontamos aqui que esses 12 balanços bibliográficos correspondem a relatos possíveis para diferentes subáreas da sociologia cuja validade é proporcional à solidez dos procedimentos adotados pela sua editoria, pareceristas, autores e autoras. A despeito da multiplicidade de abordagens, todas elas buscaram fomentar o debate entre grupos e perspectivas distintas de uma mesma disciplina.

O resultado sugere que a sociologia é uma disciplina complexa, historicamente sólida, tematicamente plural e metodologicamente aprimorada. Ainda assim, seu financiamento e sua legitimidade social encontram-se em xeque, muitas de suas temáticas importantes se encontram em declínio e as metodologias empregadas parecem ser desafiadas por objetos novos. Em suma, seu instrumental analítico e sua capacidade coletiva de investigação são tão desenvolvidos quanto os desafios interpostos a ela.

As várias abordagens reunidas aqui expressam a complexificação temático-disciplinar não apenas da sociologia, mas também da própria concepção do que vem a ser um balanço bibliográfico. Em um campo que cresceu em tamanho e diversidade, tanto no que concerne à sua produção bibliográfica quanto à composição demográfica, produzir imagens abarcantes de nichos temáticos específicos tornou-se um desafio em si sociológico. Se um balanço bibliográfico já pôde ser concebido como análise de algumas dezenas de textos consensualmente reconhecidos como fundamentais para dada área, hoje ele faz necessariamente parte do esforço sociológico de compreender a sociologia e o aprendizado por ela produzido sobre a sociedade brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Marina. Weintraub: chineses podem gerar nova pandemia, “comem tudo que sol ilumina”. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/05/interna\\_politica,842601/weintraub-chineses-podem-gerar-nova-pandemia-comem-tudo-que-sol-ilu.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/05/interna_politica,842601/weintraub-chineses-podem-gerar-nova-pandemia-comem-tudo-que-sol-ilu.shtml)>. Acesso em: 14 out. 2020.
- G1. Bolsonaro diz que MEC estuda “descentralizar” investimento em cursos de filosofia e sociologia. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2020.

# Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018

Carlos Antonio Costa Ribeiro<sup>I</sup>  
Flávio Carvalhaes<sup>II</sup>

## Introdução

O objetivo deste artigo é fazer uma revisão da bibliografia brasileira na área de estratificação e mobilidade social produzida desde o início dos anos 2000. Na sociologia, essa área de estudos se caracteriza por desenvolver análises empíricas e quantitativas sobre os processos de estratificação social, ou seja, sobre os processos que geram desigualdades sociais e suas consequências. Quatro aspectos são fundamentais em estudos de estratificação social:

- estudar diversas formas de desigualdades de condições, ou seja, estudar a distribuição de bens socialmente valorizados entre indivíduos e/ou famílias;
- estudar as diferentes formas de desigualdade de oportunidades observadas em diversas transições que ocorrem ao longo do ciclo de vida dos indivíduos;
- comparar os níveis e padrões das desigualdades de condições e de oportuni-

dades diacronicamente em uma mesma sociedade e sincronicamente entre países ou outras unidades de análise;

- entender os efeitos dos dois tipos de desigualdade em outros resultados, por exemplo, saúde, opiniões políticas, bem-estar subjetivo, atuação cívica, voto etc.

Todos esses objetivos são alcançados com base em análises estatísticas de bancos de dados, ou seja, pelo estabelecimento de regularidades populacionais que buscam descrever a desigualdade. Adicionalmente, os autores também investigam os mecanismos, causas e consequências da distribuição desigual de condições e resultados<sup>1</sup>. Sendo assim, os pesquisadores vinculados a essa área estão necessariamente envolvidos com reflexões metodológicas e estatísticas que não são apenas respostas técnicas a problemas substantivos, mas parâmetros igualmente importantes na reflexão sobre a desigualdade. Com efeito,

---

1 Para um aprofundamento e defesa desse ponto, ver Goldthorpe (2016).

---

<sup>I</sup>Departamento de Sociologia do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: carloscr@iesp.uerj.br

<sup>II</sup>Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: flavio.carvalhaes@ifcs.ufrj.br

a imbricação entre teoria e metodologia é constitutiva de todo o desenvolvimento da área. Isso porque, como se verá abaixo, a literatura sobre desigualdade social tipicamente lida com dados colhidos com diferentes desenhos de pesquisa – longas séries temporais de dados transversais, dados longitudinais, dados com mensuração de variáveis retrospectivas, múltiplas unidades de análise simultâneas, desenhos quasi-experimentais, experimentais etc. Adicionalmente, as diferentes formas de mensuração das variáveis que se busca explicar e do que é mobilizado para explicá-las gera a necessidade da mobilização de modelos adequados tecnicamente para o tratamento dessas variáveis. Como há essa interpenetração entre discussões substantivas e metodológicas, esta revisão tentará marcar as características dos trabalhos brasileiros também por essa perspectiva. Essa é a principal diferença de nossa revisão em relação às iniciativas recentes de revisão da literatura nacional sobre o tema que nos preocupa (Fernandes; Salata; Carvalhaes, 2017; Scalon; Santos, 2010. Dois livros que sintetizam de forma excelente pesquisas nas várias áreas cobertas aqui são Arretche, 2015; Hasenbalg; Silva, 2003).

Sendo assim, o desenvolvimento dessa área depende diretamente do treinamento em metodologia quantitativa, que, embora venha ganhando espaço nas ciências sociais brasileiras nas últimas duas décadas, ainda conta com poucos cursos e professores formando alunos capazes de desenvolver esse tipo análise (Cano, 2012; Soares, 2005). Nas décadas de 1980 e 1990, poucos sociólogos desenvolveram trabalhos na área de

estratificação social, principalmente sobre desigualdades e relações raciais (para uma revisão, ver Ribeiro, 2018), mobilidade social (para uma revisão, ver Silva, 1999), estudos de gênero (para uma revisão, ver Aguiar, 1983), desigualdades de renda (para um trabalho precursor, ver Silva, 1978)<sup>2</sup>.

A partir dos anos 2000, estudos e análises em estratificação social vêm sendo desenvolvidos por novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros atuando na área de ciências sociais<sup>3</sup>. Inicialmente essas pesquisas começaram a ser produzidas por um grupo pequeno de pesquisadores e professores que tiveram formação de pós-graduação no exterior, nos poucos centros nacionais onde havia formação quantitativa (basicamente IUPERJ/IESP-UERJ e posteriormente UFMG), ou que vieram de outras áreas, como a demografia, a economia ou a educação. Aos poucos, a formação na área de estratificação e treinamento quantitativo começou a se espalhar por outros departamentos e programas de pós-graduação em ciências sociais no Brasil, sendo possível identificar atualmente pesquisadores em instituições de diferentes regiões (USP, IESP, UFMG, UFJF, UnB, IPEA), o que vem contribuindo para a ampliação dos estudos em estratificação social produzidos por sociólogos no Brasil.

O objetivo deste artigo é apresentar os principais trabalhos produzidos por essas novas gerações de sociólogos(as). Quando necessário, iremos também mencionar alguns trabalhos produzidos sobre a estratificação social brasileira nos

2 Muitos trabalhos empíricos sobre desigualdades e processos de estratificação foram desenvolvidos em outras áreas (economia e demografia principalmente), mas a revisão desses trabalhos está fora do escopo deste artigo.

3 Na comunidade das ciências sociais brasileiras, esses pesquisadores se reúnem principalmente em grupos de trabalho na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

últimos 20 anos na área de sociologia em outros países e em áreas correlatas, como demografia, economia e educação. Contudo, nosso foco é explicitamente disciplinar, colado à sociologia. Estender a revisão para outras áreas colocaria impedimentos evidentes em termos da extensão deste artigo. O positivo desse limite é podermos nos concentrar em alguns traços marcantes da abordagem sociológica para o estudo da desigualdade. O ponto negativo é que outra marca da área do estudo de desigualdade é sua forte orientação para “problemas”, e não para como uma ou outra disciplina os trata. Sendo assim, quando tratarmos de algum problema substantivo, fatalmente iremos tratá-lo de forma parcial, dada nossa concentração nas abordagens sociológicas dos diversos temas revisados (renda, raça, mobilidade social etc.).

Para selecionarmos os artigos para revisão, fizemos uma lista com base nos currículos *lattes* dos sociólogos registrados em programas de pós-graduação no Brasil. Esses autores foram selecionados mediante uma busca com as palavras “estratificação social” e “mobilidade social” na plataforma SciELO que selecionou, entre os anos de 2006 e 2016, os autores que mais publicaram e mais foram citados. Pela análise dos currículos, passamos a organizar o trabalho em suas seções temáticas. Adicionamos outras leituras na área que, dada nossa experiência, consideramos relevantes. Os trabalhos de outras disciplinas foram adicionados com os mesmos critérios.

Com o objetivo de analisarmos as principais contribuições dos trabalhos produzidos nos últimos 20 anos, classificamos os artigos e livros publicados de acordo com os seguintes temas:

- critérios de estratificação e classes sociais: ocupações, renda e outros;

- desigualdade de renda;
- estratificação e desempenho educacional;
- mobilidade social;
- classificação racial;
- outros temas.

O aumento do número de pesquisadores e, conseqüentemente, de literatura sobre estratificação social nas ciências sociais é muito bem-vindo. Em primeiro lugar, porque, comparado com outros países de renda média, ainda há no Brasil uma grande quantidade de bancos de dados e pesquisas amostrais que permitem o desenvolvimento de análises sociológicas inéditas. Ou seja, é um campo promissor para novos pesquisadores e ainda há muito a ser explorado. Em segundo lugar, os estudos produzidos indicam que a sociologia brasileira está finalmente começando a contribuir para explicar e entender os altos níveis de desigualdade que caracterizam o Brasil com base na análise rigorosa de evidências empíricas. Consideramos muito relevante o fato de as ciências sociais brasileiras estarem começando a estudar empiricamente e a explicar alguns aspectos dos altos níveis de desigualdade que caracterizam o país.

### **Critérios de estratificação e classes sociais: ocupações, renda e outros**

O debate sobre classes sociais perpassa praticamente todos os temas que apresentaremos nesta revisão da literatura. Tida em certo ponto do século XX como a contribuição fundamental da sociologia para o estudo da desigualdade, a classe social foi pensada como variável central para o estudo de temas como a mobilidade social, a estratificação educacional, a desigualdade de renda, saúde ou qualquer outro recurso socialmente desejável que seja desigualmente distribuído.

As perspectivas sociológicas que usam a classe social como dimensão relevante para o estudo da desigualdade justificam que para entender como se estrutura a distribuição de um determinado bem ou recurso na sociedade a divisão social do trabalho é central<sup>4</sup>. O conjunto de posições na estrutura produtiva e no mercado de trabalho deve ser compreendido e posições suficientemente comuns entre si (que contrastam com outras) são identificadas com o intuito de apontar o grau de poder social dos indivíduos que nela se inserem (Breen e Rottman, 1995). Apesar de haver um relativo desacordo sobre quais seriam os critérios teórica e empiricamente relevantes na operacionalização da variável “classe social” na sociedade contemporânea — as principais abordagens são a marxista, a weberiana e a durkheimiana —, existem algumas interseções entre as diferentes propostas. Independentemente de qual a inspiração adotada, “classe social” é concebida como uma dimensão holística na estruturação da desigualdade, um indicador que sintetiza vários vetores de desigualdade. O mercado de trabalho seria a dimensão central de localização de classes, que são uma categoria que sintetiza uma espécie de “pacote” de combinações de bens socialmente desejáveis (rendimentos, *status*, vínculo com o mercado de trabalho, estabilidade no emprego) (Grusky; Kanbur, 2006). Assim, os sociólogos mobilizaram tipicamente a alocação de indivíduos em classes como um problema central (fundamentalmente via pesquisas sobre mobilidade social) e também mobilizaram a variável “classe” como a dimensão explicativa para entender a distribuição desigual de qualquer bem socialmente desejável (rendimentos, saúde, desempenho educacional etc.).

No Brasil, diferentes pesquisadores inspiraram-se nesses trabalhos e construíram tipologias de classe para vários temas caros à pesquisa ligada à estratificação social, que revisaremos a seguir. Independentemente da inspiração teórica, vários sociólogos(as) brasileiros(as) procuraram desenvolver propostas de operacionalização de tipologias de classe que incorporassem as especificidades do padrão de desenvolvimento econômico no país às reflexões teóricas mais gerais que os inspiravam. Inspirado pela perspectiva neomarxista sobre classes sociais de Erik Olin Wright (1997), José Alcides Figueiredo Santos (2005) desenvolveu uma proposta de operacionalização de um mapa de classes sensível à especificidade da formação econômica brasileira. Sua estratégia segue as recomendações de Wright (1997) ao abarcar não somente as relações de propriedade, mas também o controle de ativos importantes na inserção produtiva — principalmente a escolaridade —, o que seria um traço da inserção do trabalho no capitalismo contemporâneo. Contudo, a contribuição mais significativa de Figueiredo Santos dá-se ao incorporar em sua tipologia as especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente a importância do autoemprego, o tipo de trabalho (manual ou não manual) e o setor econômico (agrícola e não agrícola). A classificação final considera um total de 11 categorias de pertencimento de classe no Brasil: capitalistas e fazendeiros, pequenos empregadores, conta própria não agrícola, conta própria agrícola, especialista autoempregado, gerentes, empregados especialistas, empregados qualificados, supervisores, trabalhadores, trabalhadores elementares, conta própria precário e empregados domésticos.

---

<sup>4</sup> Para uma reflexão sobre as particularidades do mercado de trabalho brasileiro e seus reflexos na operacionalização do conceito de classe, ver Carvalhaes (2015).

Carlos Antonio Costa Ribeiro (2007) atuou em sentido semelhante, mas analiticamente inspirado em uma matriz neoweberiana no desenvolvimento de uma tipologia de classes adequada para o estudo da estruturação da desigualdade de oportunidades no país. Igualmente preocupado com o tipo de desenvolvimento brasileiro e seu impacto na estrutura ocupacional, Ribeiro combina a sistematização de posições ligadas à autoridade ou a trabalhos manuais de inspiração weberiana (Erikson; Goldthorpe, 1992) com a sugestão de Nelson do Valle Silva (1988a) de que o entendimento da estrutura ocupacional brasileira também necessita da atenção ao setor de atividade em que a ocupação se encontra (por exemplo, indústria tradicional [ex.: fabricação de vassouras] *versus* indústria moderna [ex.: fabricação de aço]). O esquema proposto por Ribeiro (2007) pode ser agregado permitindo comparações internacionais com países que adotem o esquema EGP ou CASMIN, amplamente utilizados em pesquisas comparativas (Erikson; Goldthorpe, 1992). O esquema de classes proposto por Ribeiro (2007) também foi elaborado com o objetivo de estudar a mobilidade social intergeracional com base na classificação da ocupação dos pais dos respondentes obtida por meio de perguntas retrospectivas feitas aos filhos adultos pesquisados nas PNAD desde 1973. Em outras palavras, o esquema foi desenhado com o objetivo de estudar a mobilidade social, o que não foi o caso do esquema de Figueiredo Santos (2005), que utiliza variáveis de renda (que não existem para os pais dos respondentes) para definir algumas posições de classe.

Recentemente Cardoso e Preteceille (2017) também fizeram uma compatibilização de um esquema de classes inspirado

por uma classificação sócio-ocupacional de origem francesa que seria particularmente sensível à captação de posições que poderiam ser classificadas como “classe média”. Os autores sugerem que o nível de escolaridade superior, a localização no setor formal ou informal da economia, a contribuição para previdência social e o setor da economia (por exemplo, trabalho doméstico) são todos critérios importantes na tradução da tipologia francesa para o contexto brasileiro. Especificamente, as posições de classe média seriam as ocupações ligadas a um dos grupos a seguir: professores do ensino fundamental e médio, profissões intermediárias da saúde e do trabalho social, clérigos e religiosos, profissões intermediárias administrativas da administração pública, profissões intermediárias administrativas e comerciais das empresas, técnicos, contramestres e agentes da supervisão do trabalho.

Embora diferentes em suas concepções teóricas, todos esses esquemas de classe são basicamente compostos da agregação de ocupações e de sua combinação com outros indicadores (posição na ocupação e setor de atividade, principalmente), o que os torna relativamente semelhantes e implica resultados também parecidos<sup>5</sup>. Nas seções a seguir apresentaremos como as variáveis de classe – operacionalizadas de diferentes maneiras – foram mobilizadas como dimensão explicativa para a estruturação de diversos tipos de desigualdade. Antes, porém, há um debate “interno” à reflexão sobre classes que teve certa importância a partir dos anos 2000 no Brasil. Sociólogos atentos à estruturação das classes estiveram envolvidos em pesquisas sobre a possibilidade da estruturação das

---

5 Surpreendentemente, são poucos os trabalhos que compararam explicitamente a validade externa de diferentes tipologias (para uma exceção, ver Souza; Carvalhaes, 2014).

classes no Brasil ter mudado. Essas pesquisas estiveram ao redor de um debate interdisciplinar com a tese sobre “a nova classe média”.

Ironicamente, apesar da enorme atenção dada pelos sociólogos brasileiros ao tema das classes, a discussão sobre a “nova classe média brasileira” foi proposta por um economista. Marcelo Neri (2008) argumentou que o Brasil havia se transformado em um país de classe média porque, entre 2003 e 2008, a faixa de renda intermediária da distribuição de renda no país passou a incluir cerca de 50% da população. O autor define que a “nova classe média” seria o grupo acima da mediana da distribuição de renda e abaixo dos 10% mais ricos na população. Com base na Pesquisa Mensal de Emprego (*apud* Neri, 2008), de 2002 a 2006, os valores são definidos em termos *per capita* entre R\$ 214 e R\$ 923 e em termos de renda domiciliar do total de todas as fontes entre R\$ 1.065 e R\$ 5.591 por mês. O autor argumenta que, de forma inédita, a maioria da população brasileira estaria concentrada nessa faixa de renda. Isso seria uma novidade, pois representaria um deslocamento das camadas inferiores para as camadas intermediárias de rendimento no país.

Em trabalho que parte das discussões sociológicas sobre classe para avaliar a validade empírica da tese sobre a “nova classe média brasileira”, Scalón e Salata (2012) usam dados das PNAD para mostrar a heterogeneidade ocupacional presente na categoria classe C, aquela que representaria o estrato médio típico. Somente 32,9% em 2002 e 30,1% em 2009 dos pertencentes a essa faixa de renda se encontravam em ocupações típicas de classe média, segundo a tipologia de classe adotada (a tipologia ocupacional desenvolvida por Erikson e Goldthorpe (1992), semelhante à desenvolvida por Ribeiro, 2007).

O crescimento da proporção de indivíduos e famílias na faixa de renda média identificado na tese da “nova classe média” representaria, segundo os autores, na melhor das hipóteses, um aumento do poder de consumo da população, mas não uma mudança estrutural do panorama socioeconômico do país (como argumentado na tese avaliada), na mobilidade social ou qualquer outra transformação mais profunda. O rápido recrudescimento da desigualdade a partir da crise vivenciada após 2010 e o rápido anacronismo alcançado pela tese da “nova classe média” apontam, em nossa opinião, para o acerto do diagnóstico feito por Scalón e Salata (2012).

Cardoso e Petreille (2017) refletiram sobre a mesma questão fazendo uso de sua tipologia supracitada. Seus resultados identificam um crescimento de 15,6% entre 2002 e 2014 no tamanho das posições consideradas por eles como representativas de “classes médias”. Ao analisarem a sobreposição entre esse segmento operacionalizado por meio da inspiração sócio-ocupacional em contraste com uma operacionalização ligada à “nova classe média” medida pela renda, os autores mostram que os segmentos sócio-ocupacionais das pessoas pertencentes à chamada classe C são ligados a posições na estrutura ocupacional que os autores classificam como “populares” (indivíduos com inserção ocupacional no emprego formal ou informal ou então operários) ou então mistas (médias + populares). Ao analisarem a evolução temporal de sua tipologia, os autores sugerem que o correto seria a utilização do plural para o tratamento sobre o tema, utilizando o termo “classes médias” como forma de incorporar a diversidade de seus níveis de qualificação e setores de atividade, algo não captado quando a operacionalização é guiada pelo critério estritamente econômico.

Além desses estudos, apontamos também um interessante trabalho conduzido por André Salata (2015) que se engajou no debate sobre classe média por outro ângulo, a percepção das pessoas sobre quais seriam os atributos necessários ao pertencimento à classe média por meio de um *survey* exclusivamente dedicado a isso, realizado em 2008 e chamado de *Survey sobre a classe média*. Seus resultados apontam que indivíduos que se identificam com o termo “classe média” têm, sistematicamente, rendimentos mais altos que a média da população e estão fora da faixa de renda operacionalizada como “classe C”. Ao investigar quais são os atributos que os respondentes dos questionários ligam ao pertencimento à classe média, o autor mostra que, independentemente do estrato social, as mesmas características são apontadas: padrão de vida estável, casa própria, educação universitária, profissão de prestígio, acesso a lazer e diversão, renda alta, acesso a boas escolas. Como o acesso a esses atributos não é característico de camadas médias no contexto de desenvolvimento do país, Salata (2015) argumenta que a identidade de classe referente ao termo “classe média” é ligada a características tipicamente encontradas em estratos superiores da estrutura socioeconômica do país. Esse é um interessante trabalho que faz uma interlocução entre desigualdade e identidade, debate pouco desenvolvido na literatura brasileira sobre desigualdade. De fato, o trabalho de Salata (2015) aponta para a ideia de que as percepções populares sobre o que são classes sociais envolvem diversas dimensões e não se limitam aos diferentes grupos ocupacionais ou de renda que são usados como indicadores de classe por cientistas sociais. Conley (2008), por exemplo, sugere que esses conceitos populares ou “nativos” de classe social deveriam ser levados mais a sério, algo que

o trabalho de Salata (2015) também sugere implicitamente.

Em chave semelhante, uma nova matriz analítica de classes para a sociedade brasileira é proposta em vários trabalhos por Edison Bertoncelo (2013; 2015; 2016). Inspirado na obra de Pierre Bourdieu (1984), o pesquisador propõe três tipos de contribuições dessa inspiração, que, com razão, aponta não serem dimensões analisadas pela orientação neomarxista ou neweberiana de análise de classes:

- a concepção da sociedade como espaço multidimensional de posições sociais, o que chama atenção para as dimensões de poder e simbólico-culturais, que, ao menos analiticamente, podem ser distinguíveis das condições “materiais”;
- a atenção para a dinâmica da agência e para como posições no espaço social influenciam práticas e estilos de vida;
- a concepção de classes como coletividades sociais que compartilham posições semelhantes no espaço social.

Em uma série de trabalhos, Bertoncelo (2013) apresenta o potencial empírico da abordagem. Por exemplo, mobilizando uma pesquisa representativa para a região metropolitana de Belo Horizonte (o autor não informa o ano a que a pesquisa se refere), Bertoncelo (2013) mobiliza um modelo de análise de correspondências múltiplas para entender se há diferentes estilos de vida naquela cidade e se há associação entre eles e outras dimensões, como sexo, idade, raça e classe. O autor encontra resultados que apontam para uma clara oposição de práticas sociais nessa amostra, que opõe os atores sociais envolvidos ou não com práticas culturais fora do ambiente doméstico (frequência que vai a cinema, teatro ou restaurantes; leitura de livros, jornais e

revistas). Ao analisar esses resultados com a dimensão de classe, o autor aponta que profissionais e trabalhadores não manuais têm mais posse de bens de consumo, maior engajamento e consumo cultural, o que, segundo sua interpretação, é um sinal de que, nesse contexto, as classes podem ser entendidas como coletividades sociais, o que significa que haveria homologia entre um plano material e cultural que permitiria a identificação de classes por meio da investigação de práticas sociais em domínios da vida social e do princípio que as orienta (Bertoncelo, 2013, p. 194).

A perspectiva bourdieusiana para a análise de classes é interessante e chama atenção para um domínio empírico previamente negligenciado pelos estudiosos da área da estratificação social: as práticas sociais, o consumo cultural, os estilos de vida. Contudo, apontamos dois limites aos quais a pesquisa futura deveria estar atenta. Primeiramente, há falta de parcimônia nos modelos analisados. Trabalhando com modelos de forte apelo visual (como a análise de correspondência múltiplas), esses trabalhos nem sempre apresentam parâmetros claros para interpretação dos resultados. Segundo, do ponto de vista substantivo, a teoria de Bourdieu chama atenção para variações intraclasse. Seu desdobramento empírico básico é a busca da presença empírica do que, no plano teórico, é colocado como uma dimensão potencialmente ortogonal à dimensão material: a dimensão cultural/simbólica, que seria tão importante quanto a material na organização da vida e da prática social. Em um contexto altamente escolarizado como o francês, isso implica grande heterogeneidade no consumo cultural, por exemplo, de quem tem um nível elevado de renda. O mesmo deveria ser observado no plano oposto, pessoas de renda

baixa, mas com “muito” capital cultural, supostamente também teriam estilos de vida distintos. Essa direção foi pouco explorada no Brasil. Se aqui houver uma grande sobreposição entre as dimensões material e simbólica, a variação da segunda pode ser tida como uma função da primeira e haver pouca variação intraclasse. A exploração dessa possibilidade é uma lacuna a ser preenchida no futuro.

Retomando a discussão que mais ocupou sociólogos brasileiros, a análise de classe de inspiração neoweberiana e neomarxista, podemos traçar uma crítica comum a ambas. O principal limite para qualquer abordagem que utilize o conceito de classe para explicar a estruturação da desigualdade no contexto brasileiro (como apresentaremos a seguir) se dá na interseção de uma reflexão metodológica e substantiva. A estruturação do mercado de trabalho no país e o vínculo intermitente de vários setores da população com o trabalho faz com que a principal fonte de dados que alimenta a construção de esquemas de classe, as ocupações, seja limitada apenas aos indivíduos com vínculos com o mercado de trabalho. Sabemos que estar trabalhando não é um fato aleatório na medida em que está relacionado a diversas características demográficas e sociais — por exemplo, homens ainda têm probabilidade maior do que mulheres de estarem trabalhando —, além de estar relacionado a diferentes fases do ciclo de vida. Na ausência de bases longitudinais que permitam uma avaliação mais detalhada das flutuações no emprego, essa seleção tem sido feita de forma não observada, a nosso ver algo potencialmente problemático, que merece ser reavaliado explicitamente em pesquisas futuras que desejem trabalhar com essa dimensão. Uma das poucas pesquisas que buscou uma avaliação da

consistência interna do agrupamento de diferentes ocupações em categorias de classe, relacionando a dimensão ocupacional com outros indicadores, assinalou que os pesquisadores brasileiros devem operar com grande cautela ao trabalhar com o conceito (Carvalhoes, 2015).

Adicionalmente, o uso desse tipo de indicador é cada vez menos presente na literatura internacional. O amadurecimento de pesquisas longitudinais de longa duração para diferentes gerações, a disponibilidade do uso de registros civis em vários países, o extraordinário aumento da capacidade computacional para analisar dados de larga escala e a ligação de bases de dados (por exemplo, *surveys* e censos com dados administrativos e tributários) deslocou a pesquisa sobre desigualdade em geral, e também a sociológica, em uma direção de afastamento de indicadores sintéticos (como classes) em favor da tentativa de mensurar de forma mais desagregada e precisa os processos sociais estruturantes da desigualdade.

### **Desigualdade de renda**

Curiosamente, até meados dos anos 2000, o tema da desigualdade de renda fugiu à atenção de sociólogos tanto brasileiros quanto estrangeiros (Morris; Western, 1999). Apesar de existir uma rica e interessante literatura que abordava tanto aspectos metodológicos da mensuração da desigualdade de renda como sua evolução em diversos países, a consolidação da sociologia ligada ao estudo da desigualdade deu-se sem que houvesse muita atenção a esses temas (Diprete, 2005). O foco na dimensão da divisão social do trabalho e em variáveis que têm origem na dimensão ocupacional (tanto via operacionalizações de medidas de *status* ocupacional quanto via esquemas de classe) certamente é a base teórica e meto-

dológica desse afastamento. Na década de 2000, essa tendência foi revertida. Diversos trabalhos tanto no exterior quanto no Brasil passaram a analisar o tema da desigualdade de renda e trouxeram contribuições relevantes por um ângulo sociológico.

Em contribuição recente, Itaboraí (2016) se debruça sobre as dimensões de gênero e classe para entender a inserção feminina no mercado de trabalho e a relação entre gênero, classe e família. Mobilizando dados das PNAD de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012, a pesquisadora analisa a participação feminina no mercado de trabalho ao longo do tempo, como mulheres e homens distribuem responsabilidades domésticas no domicílio, a distribuição de rendimentos e a influência de filhos na probabilidade de mulheres trabalharem. Mobilizando estatísticas descritivas, a autora investiga a segregação de gênero das categorias ocupacionais mobilizadas. No grupo ocupacional com inserção mais privilegiada no mercado de trabalho, houve claro padrão de reversão da segregação de gênero ao longo do tempo. Em contrapartida, categorias historicamente ligadas ao trabalho feminino eram e seguem altamente segregadas: 93% das pessoas em serviços domésticos são mulheres (em 2012), assim como 74% das trabalhadoras em serviços sociais e 61% das ocupações técnicas e artísticas (Itaboraí, 2016, p. 178). Outra diferença relevante é como se distribuem a intensidade do envolvimento no mercado de trabalho entre eles e elas. O trabalho em tempo parcial é mais comum entre mulheres em ocupações manuais (vendedoras ambulantes e trabalhadoras rurais). Analisando a renda média nominal na ocupação principal entre ocupadas e ocupados por sexo e classe em 1976 e 2012, a autora encontra maior desigualdade entre os grupos ocupacionais em situação mais

privilegiada (profissionais liberais e dirigentes de empresas). Seus resultados também apontam para uma convergência salarial entre homens e mulheres nesses mesmos grupos. Os resultados devem ser lidos com cuidado porque são estatísticas descritivas simples, mas esse é um sinal de significativa mudança na inserção masculina e feminina no mercado de trabalho e entendê-lo em mais detalhes seria uma direção importante para a pesquisa na área.

Figueiredo Santos (2015) usou sua tipologia ocupacional (citada anteriormente) para estudar a relação entre a estrutura de classe e os rendimentos no Brasil. Mobilizando dados das PNAD, seu estudo aponta que, após 1992, especialistas e empregados qualificados tiveram diminuições em suas rendas quando comparados à mediana geral e às medianas dos demais grupos operacionalizados na tipologia de classe. O estudo também aponta para aumento da mediana de renda dos grupos em posições de classe na base da estrutura social (trabalhadores, trabalhadores elementares, conta própria precários, empregados domésticos), apesar de a renda do trabalhador típico ter evoluído com menos intensidade do que a mediana geral das rendas de 1992 e 1995. Analisando o período entre 2002 e 2011, o autor constata elevações da renda absoluta dos detentores de ativos de capital (capitalista e pequeno empregador), enquanto os especialistas (empregados e autônomos) tiveram um decréscimo da renda mediana (Figueiredo Santos, 2014).

Em uma linha de raciocínio semelhante, mas que operacionaliza a variável de classe com base nos critérios analíticos neoweberianos, Salata (2018a) estuda a relação entre classe e rendimento do trabalho no Brasil entre 2002 e 2013. O autor aponta

para um aumento absoluto dos rendimentos para todas as categorias do esquema de classe utilizado, porém os ganhos não foram homogêneos. Trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais não qualificados e trabalhadores rurais foram as categorias com maiores evoluções de rendimentos em termos relativos, enquanto profissionais, proprietários empregadores e administradores e gerentes tiveram ganhos menores. O autor identifica que esse movimento pode ser entendido como uma convergência no mercado de trabalho no período, que vivenciou um fortalecimento de classes populares ligadas ao trabalho que as aproximaram do patamar de rendimento da classe média.

Fugindo das preocupações mobilizadas nos trabalhos anteriores por não focarem na distribuição média dos rendimentos e por focarem no efeito de credenciais educacionais, e não na estrutura de classes, Marcelo Medeiros e Juliana Galvão (2016) usam dados da amostra do Censo 2010 para investigar a desigualdade horizontal das credenciais de ensino superior brasileiro e sua probabilidade de estar no 1% mais rico da distribuição de renda. Surpreendentemente, os resultados apontam que, apesar de ser importante para a desigualdade total, não há evidências que diferentes credenciais afetem a probabilidade de se estar no 1% mais rico. Mesmo diplomas “de elite” (engenharia, medicina) têm baixa probabilidade de alocação de trabalhadores no 1% mais rico, o que indica que grande parte das pessoas nessa fração da distribuição de renda seria rica mesmo sem as credenciais observadas, o que aponta para a importância de diferentes dinâmicas para o estudo do fenômeno, por exemplo, transferências intergeracionais.

Outro conjunto de trabalhos se concentrou no estudo da dinâmica temporal

e na decomposição de fatores que influenciam as tendências de desigualdade de renda observadas, e não os rendimentos médios dos grupos ocupacionais ou detentores de credenciais educacionais, como os analisados anteriormente. A principal diferença é que vários desses trabalhos podem comparar o grau de importância das dimensões elencadas para explicar a desigualdade de renda tanto estaticamente (em um ponto no tempo) quanto dinamicamente (ao longo do tempo). Isso permite às análises entender a dinâmica da mudança e suas fontes, ou seja, se a desigualdade sobe ou desce porque grupos aumentam ou diminuem de tamanho, se suas remunerações ficam mais altas ou baixas ou se a heterogeneidade interna dos grupos aumenta ou diminui.

Pedro Souza e Flavio Carvalhaes (2014) investigaram como a estrutura de classes e as dinâmicas relacionadas à educação afetaram a redução da desigualdade de renda no país entre 2002 e 2011. Com base em modelos econométricos que permitem a decomposição da desigualdade de renda em componentes intra e entre grupos, os autores apontam para a estabilidade da estrutura de classe no período e para a significativa mudança na composição da escolarização da força de trabalho brasileira. As principais conclusões do trabalho são que, de um ponto de vista dinâmico, isto é, ao se analisar o comportamento da desigualdade ao longo do tempo, o avanço da escolarização da força de trabalho tem uma contribuição maior para a queda da desigualdade observada do que as mudanças na estrutura de classes, o que os autores interpretam como um sinal de que “rendas” (Sørensen, 2000) ligadas à escolarização no Brasil estariam erodindo.

Carvalhaes *et al.* (2014) investigam a relação entre geração de emprego, estrutu-

ra ocupacional e desigualdade de renda no Brasil. O trabalho mostra que a expansão do emprego na década de 2000 implicou melhoria dos postos de trabalho, uma vez que as ocupações que emergiram se concentravam nos quintos mais altos da distribuição de renda. Associada à queda da desigualdade de renda do trabalho observada no período, os autores sugerem que a expansão do emprego pode ser interpretada como sinal de mudanças no perfil da estrutura ocupacional brasileira no sentido de uma melhoria relativa, uma vez que ocupações com retornos salariais mais altos foram criadas em velocidade mais intensa. Os resultados da pesquisa também demonstram a relevância empírica da estrutura ocupacional para o estudo da desigualdade. Com base em modelos econométricos que permitem o controle estatístico multivariado (incluindo região, raça, idade, sexo, escolaridade) e a posterior decomposição da desigualdade, o trabalho aponta para a presença da desigualdade entre e nas ocupações como dimensões não triviais da dinâmica da desigualdade de renda do trabalho no Brasil entre 2002 e 2012. Os resultados sinalizam que a queda da desigualdade de renda do trabalho observada no período esteve fortemente ligada à dinâmica da redução das barreiras de oportunidades educacionais, à escolarização dos trabalhadores e à redução dos retornos salariais pela educação. Os componentes ocupacionais, por sua vez, permaneceram praticamente inalterados.

Preocupados em entender a contribuição do Estado brasileiro na estruturação da desigualdade de renda, Marcelo Medeiros e Pedro Souza (2015) voltaram-se para a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009 para entender o fluxo de renda que vai do Estado para a população. Os componentes desse fluxo variam entre pensões da

seguridade social, seguro-desemprego, outras transferências da assistência social, salários do funcionalismo, entre outros fatores. Um dos principais resultados do trabalho é apontar que o Estado brasileiro contribui com uma parcela significativa da desigualdade de renda *per capita* fundamentalmente por meio dos salários do setor público e suas pensões. O gasto público associado com trabalho e políticas sociais é concentrado em grupo de trabalhadores e, quando tomadas comparativamente outras transferências, tende a aumentar a desigualdade. De fato, o trabalho indica que questões políticas e administrativas estão ligadas às tendências da desigualdade de renda.

Outro trabalho importante é o de Carlos Antônio Costa Ribeiro e Weverthon Machado (2018) que procura relacionar os padrões de casamento com as tendências da desigualdade de renda entre 1992 e 2014. Inicialmente, os autores identificam que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho se deveu sobretudo à entrada das mulheres em união. Ao longo do tempo, um número cada vez maior de casais heterossexuais passou a contar com a renda do trabalho de ambos os parceiros. Os autores usam análises contrafactuais e decomposição das rendas para concluir que, apesar do aumento da associação entre os rendimentos dos cônjuges, que tenderia a aumentar a desigualdade, o efeito líquido das mudanças nos rendimentos das esposas no período analisado foi equalizador. O trabalho é importante porque mostra que as tendências da desigualdade de renda não podem ser explicadas apenas por dinâmicas ligadas à educação, como sugere a maioria dos economistas, ou por dinâmicas políticas, como in-

system muitos sociólogos, ou seja, questões de gênero e organização familiar também são fundamentais.

Outro trabalho que trata de dinâmicas demográficas é o artigo de Rogério Barbosa (2016), que analisa as tendências da desigualdade de rendimentos levando em conta três dimensões temporais: idade (I), período (P) e coorte (C). O trabalho discute longamente os problemas metodológicos ligados às análises IPC e conclui que parte das tendências está relacionada às mudanças de coortes em termos educacionais, mas que aspectos políticos ligados às conjunturas econômicas também são relevantes.

Como se vê, os trabalhos citados estiveram focados em importantes dinâmicas da estruturação da desigualdade de renda no país e trouxeram importantes resultados. Um limite comum a quase todos é o fato de a base empírica de todas essas pesquisas ser os microdados do IBGE oriundos principalmente das PNAD de diferentes pontos no tempo. A mensuração das variáveis de rendimentos em *surveys* tem obstáculos amplamente conhecidos, principalmente pela dificuldade de acesso às populações nos extremos inferior e superior da distribuição de renda, ou então pela subestimação e sobrestimação das medidas, uma vez que são sempre autorrelatadas. Ainda que existam fontes de dados em que esses problemas são menos intensos (para uma análise detalhada dos dados brasileiros, ver Souza, 2015), as alternativas são limitadas por terem pouca variação temporal quando comparadas às PNADs<sup>6</sup>. Essa é a principal contribuição dos trabalhos que apresentamos a seguir. Pela identificação dos limites dos microdados do IBGE, vários pesquisadores investiram no trabalho com outras fontes de dados,

---

6 As POF são realizadas a cada cinco anos, e os censos demográficos são decenais.

oriundas fundamentalmente do imposto de renda e das contas nacionais, e produziram trabalhos que, além da qualidade e do rigor metodológico, trouxeram resultados que reorientaram a discussão sobre a desigualdade de renda no país ao destacar a importância da renda dos mais ricos para a compreensão do fenômeno.

Marcelo Medeiros (2005) já havia apontado a importância do estudo da parte superior da distribuição de renda no contexto do estudo da desigualdade. A intuição por trás dessa afirmação é de fácil compreensão. Qualquer raciocínio sobre a desigualdade de renda opera por dois parâmetros, independentemente de qual medida de desigualdade seja utilizada. Um é o total de renda existente no contexto empírico avaliado e outro parâmetro é qual é a proporção desse total de rendimentos que cabe a diferentes frações da população (Medeiros, 2012). É comum, por exemplo, que a intensidade da desigualdade seja comunicada com afirmações do tipo: os 5% mais ricos do país X controlam 50% da renda. Ora, se o total de rendimentos é sistematicamente subestimado e se, adicionalmente, essa subestimação acontecer mais intensamente entre a fração populacional mais rica, pode-se suspeitar de qualquer análise feita sobre a desigualdade de renda usando esse tipo de dados. O que os trabalhos que vamos analisar adiante fizeram foi não somente chamar atenção para as dinâmicas da acumulação de riqueza no país, mas também para seu impacto sobre a desigualdade. As pesquisas usando dados do imposto de renda indicam que, apesar de os resultados apresentados anteriormente não serem falsos, sua interpretação tem de ser qualificada. Nenhum resultado anterior pode ser interpretado para a totalidade dos rendimentos do país, mas sim para dinâmicas

relacionadas ao rendimento do trabalho e para a imensa maioria da população que necessita trabalhar. No entanto, se o objetivo de inferência for o país, é necessário recorrer a fontes de dados que captam melhor os rendimentos dos mais ricos.

Medeiros, Souza e Castro (2015b) apresentaram as primeiras estimativas de concentração de renda entre os mais ricos no Brasil com base nos dados do imposto de renda das pessoas físicas para os anos de 2006 a 2012. Por meio do cálculo das frações da renda total apropriadas pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos, os autores calcularam a desigualdade presente nas declarações do imposto de renda e fizeram análises de sensibilidade comparando os resultados ao que se identifica nas PNAD, POF e censos. Sua principal conclusão é que a concentração de renda entre os mais ricos é substancialmente maior do que as estimativas dos levantamentos domiciliares. Os autores também não observam tendência de queda no período avaliado, contradizendo o consenso que havia sido estabelecido sobre o tema até então. Seus resultados apontam que, em média, entre 2006 e 2012, o 1% mais rico do Brasil apropriou-se de pouco menos que 25% da renda total, e o 0,1% mais rico apropriou-se de impressionantes 11%.

Medeiros, Souza e Castro (2015a) calcularam o nível de desigualdade, seu comportamento ao longo dos anos e a proporção do crescimento da renda apropriada por diferentes grupos sociais no período por meio da compatibilização de dados tributários oriundos da declaração do imposto sobre a renda da pessoa física (DIRPF) e das PNAD entre 2006 e 2012. Por meio da interpolação de dados, os autores compatibilizaram as diferentes fontes de dados e encontraram evidências de que a desigualdade de renda no período

foi mais alta do que se imaginava. Apesar de ter havido crescimento no rendimento da população, sua distribuição foi heterogênea e beneficiou grupos situados no topo da distribuição.

Pedro Souza e Marcelo Medeiros (2015) aumentam o escopo temporal dos dados e trazem estimativas da apropriação da renda pelo 1% mais rico no Brasil desde 1928. Os resultados do estudo apontam para altos patamares de concentração da renda no topo no país durante todo o século XX. Em média, 15% de toda renda foi acumulada pelo 1% mais rico no período; contudo, nenhuma tendência de longo prazo foi identificada, apesar de algumas das flutuações poderem ser atribuídas a diferentes contextos históricos. A instalação da ditadura militar em 1964, por exemplo, foi acompanhada por um aumento da apropriação dos rendimentos entre o 1% mais rico.

Souza (2018) retorna aos dados, ampliando o escopo temporal para avaliar a desigualdade entre 1926 e 2015 com maior fôlego teórico e também com uma avaliação comparativa dos resultados brasileiros. Seus resultados apontam para altos patamares da desigualdade entre todos os países avaliados (Estados Unidos, França e Suécia), porém as tendências ao longo do século não foram as mesmas. A tendência da desigualdade no Brasil não se parece com o padrão de alto patamar seguido por queda e posterior crescimento da desigualdade nos Estados Unidos, tampouco com o alto patamar seguido de queda e estabilização observado na França. Eventos históricos como a Segunda Guerra Mundial também tiveram efeitos discrepantes, de diminuição da desigualdade nos países avaliados e aumento no Brasil. A observação das tendências da desigualdade de longo prazo faz com que o autor chame atenção para a

importância do arcabouço institucional do país, uma vez que as tendências observadas na série temporal da desigualdade coincidem com a natureza dos regimes políticos e com as consequências institucionais decorrentes das sucessivas mudanças ocorridas no Brasil no século XX.

Esses trabalhos calibraram todas as pesquisas sobre desigualdade de renda no Brasil (não somente a sociológica), que haviam destacado uma queda da desigualdade com a estabilização da moeda, em 1995, e a intensificação da tendência de queda a partir de 2003 (Barros; Franco; Mendonça, 2006). Como apontamos, além do nível de inferência ter que ser qualificado, as próprias conclusões anteriormente alcançadas pelos trabalhos dos sociólogos e economistas tiveram de ser reinterpretadas como válidas não para toda a distribuição de renda, mas apenas para uma parte da distribuição: os 90 ou 95% mais pobres.

Infelizmente, apesar desses resultados altamente significativos, um limite dos dados vindos do IRPF é que eles não vêm acompanhados de características dos detentores das rendas pela natureza sigilosa dos dados. Não é possível saber o sexo, a raça, a ocupação ou qualquer outra característica associada aos detentores dos rendimentos. Sendo assim, até que novos tipos de acesso sejam negociados entre os produtores dos dados, somente a complementariedade entre pesquisas focadas em diferentes pontos da distribuição de renda serão capazes de responder as perguntas relativas a como os grupos se associam à desigualdade de rendimentos no país.

Embora esses trabalhos sobre o topo da distribuição de renda sejam fundamentais, eles não invalidam, e sim qualificam limites das estimativas dos trabalhos anteriores. Ou seja, tanto os *surveys* (PNAD, PME,

POF etc.) quanto os dados do IRPF apresentam limitações, mas ambos os tipos de fontes de dados são relevantes para entendermos as dinâmicas populacionais e outras relacionadas às desigualdades em diferentes partes da distribuição de renda. Em nossa visão, não se trata de trocar uma interpretação pela outra, mas sim de qualificar melhor as análises e combinar diferentes fontes para o estudo das desigualdades de renda, que são extremamente importantes para entendermos melhor a sociedade brasileira.

### **Estratificação e desempenho educacional**

#### *Estratificação educacional e desigualdade de oportunidades educacionais*

O efeito dos recursos dos pais sobre os resultados educacionais dos filhos define a desigualdade de oportunidades educacionais (DOE), o que desempenha papel central na reprodução intergeracional da desigualdade socioeconômica nas sociedades modernas. Nessa área, as pesquisas focalizam principalmente quatro eixos associados às desigualdades de oportunidades e à expansão do sistema educacional:

- estratificação vertical do sistema;
- mudanças históricas;
- estratificação horizontal do sistema;
- desigualdade no desempenho educacional.

A estratificação vertical é o estudo das desigualdades de oportunidades entre indivíduos com origens socioeconômicas distintas em cada etapa ou transição do sistema educacional (por exemplo,

entrar na escola, concluir primeiro ciclo do ensino fundamental, concluir ensino médio etc.). As mudanças históricas são analisadas, geralmente, com base no estudo das tendências nas desigualdades de oportunidades educacionais, observadas por meio das trajetórias educacionais das pessoas que passaram (ou não) pelo sistema em diferentes períodos históricos — observados indiretamente nas sucessivas coortes de idade ou, mais atualmente, pela comparação das ondas de pesquisas longitudinais. A estratificação horizontal é definida pelas diferenças qualitativas em cada nível educacional; por exemplo, diferença entre escolas públicas ou privadas, diferentes tipos de curso universitário, diferentes tipos de instituição de ensino etc. Em suma, diferenças institucionais que estruturam a oferta do ensino entre escolas e cursos em um mesmo nível educacional. Por fim, estudos focados no desempenho educacional buscam entender a inter-relação entre fatores individuais e institucionais na estruturação do desempenho (proficiência) escolar — como e se há variabilidade, por exemplo, entre alunos que frequentam escolas diferentes<sup>7</sup>. Essa última linha de pesquisas se encontra na interseção entre a sociologia da educação e da estratificação, tanto no exterior como no Brasil. Apontamos aqui sua evidente proximidade com as pesquisas sobre estratificação educacional e chamamos atenção para a possibilidade de diálogos ainda não realizados no contexto brasileiro. Sendo assim, nossa estratégia dá mais atenção ao que é convencionalmente conhecido como estratificação educacional e chama atenção para o diálogo entre pesquisas preocupadas com a longevidade es-

7 Há diferentes formulações teóricas que interpretam a existência do fenômeno da DOE tanto com base em argumentos culturalistas sobre a prevalência desigual de valores associados à escolarização entre famílias como ponderações sobre como o cálculo de custo-benefício da escolarização é feito de forma diferente entre estudantes de origens sociais distintas. Para uma excelente apresentação desses argumentos, ver Picanço e Morais (2016).

colar (foco da estratificação educacional) e o desempenho educacional (importante na sociologia da educação)<sup>8</sup>.

O trabalho de Mare (1980; 1981)<sup>9</sup> é uma referência analítica e metodológica seminal para o estudo da relação entre origem social, escolhas educacionais e expansão educacional. Isso porque ele foi o primeiro sociólogo a chamar atenção e propor soluções estatísticas para a possibilidade de analisar o processo de escolarização como uma série de decisões que estudantes e suas famílias fazem e a necessidade de separar a dispersão da distribuição da escolaridade<sup>10</sup>. Esse raciocínio permitiu às pesquisas operacionalizar e modelar a influência dos aspectos da origem social dos indivíduos (região de nascimento, escolaridade e classe dos pais, raça, sexo, entre outras) no alcance educacional de diferentes segmentos de uma população. Quanto menos associação houver entre características de origem e chances de fazer transições educacionais, menos DOE pode ser identificada. Vários estudos (Marteletto; Carvalhaes; Hubert, 2012; Ribeiro, 2009; 2011; Hasenbalg; Silva, 2003) dedicados à estratificação educacional vigente durante e após a década de 1990 no Brasil identificaram — utilizando diferentes variáveis para operacionalizar o nível socioeconômico, principalmente classe e escolaridade dos pais — um padrão de eliminação da desigualdade de oportunidades

nos níveis mais baixos de escolarização no país: o acesso à escola e a conclusão do que é atualmente conhecido como o primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primário). Ainda que seja um resultado a ser celebrado, essa é uma marca tardia, alcançada somente na década de 1990. Outros países, como o México, atingiram esse patamar anteriormente, enquanto países industrializados tiveram a universalização do acesso à escola e aos níveis iniciais de escolarização ainda mais cedo (Marteletto; Carvalhaes; Hubert, 2012). Outro limite ao otimismo, como vamos mostrar a seguir, é que a ampliação do sistema deslocou a desigualdade do acesso à escola para dentro dela (Oliveira, 2007), como mostram os indicadores ligados aos padrões de repetência (Leon; Menezes-Filho, 2002) e desempenho escolar dos alunos brasileiros em diferentes fases da escolarização.

Uma característica dos sistemas educacionais e de sua expansão é que, à medida que um sistema se torna menos desigual em um de seus segmentos, essa equalização pode ser reproduzida nos segmentos seguintes ou então pressionar o sistema escolar de tal forma que a desigualdade se desloca para outras partes do sistema. Se há uma equalização das oportunidades ao longo de vários segmentos do sistema escolar, podemos classificar a situação de “efeito inercial da igualdade” e, se há o deslocamento da desigualdade para

---

8 Não haverá uma imersão mais profunda nessa área vizinha por termos de espaço e em justiça à própria área, que trata de importantes temas, como a relação entre aluno, família, escola e políticas públicas.

9 Há diversos estudos de estratificação educacional desenvolvidos nas duas últimas décadas no Brasil, mas, nos anos 1980 e 1990, também foram feitos alguns trabalhos clássicos. Silva (capítulo 5, em Silva e Haenbalg, 1992), por exemplo, desenvolveu estudos usando os dados da PNAD de 1982. Esses mesmos dados foram usados por Fletcher e Ribeiro (1987) para estudar os altos níveis de reprovação no ensino elementar, o que chamaram de “pedagogia da repetência” — expressão que ganhou grande notoriedade nos estudos sobre educação no Brasil.

10 Mare (1980; 1981) diferencia “desigualdade de oportunidades educacionais” (transições) de “desigualdade de resultados educacionais” (anos de estudo). Ambas seriam importantes, no entanto. Ribeiro (2011) explora essa relação entre os dois tipos de desigualdade educacional.

outros pontos do sistema, podemos chamar esse efeito de “adiamento da seletividade” no sistema educacional (Shavit; Yaish; Bar Haim, 2007). Esse seria um cenário provável dado tanto o aumento da quantidade de estudantes presentes no sistema quanto o aumento da heterogeneidade dos alunos e a necessidade de o sistema escolar se adaptar em diversos sentidos (que variam do pedagógico ao infraestrutural). Ao interpretarmos as tendências apresentadas pela literatura sobre estratificação no Brasil, há fortes evidências na direção do “adiamento da seletividade” do sistema educacional, uma vez que o país ainda mostra altos patamares de seletividade socioeconômica no avanço da carreira escolar. Os estudos que focaram em transições educacionais posteriores à conclusão do primeiro ciclo do sistema educacional (antigo primário) no sistema educacional brasileiro apontaram que há significativa desigualdade na entrada no ensino médio e na sua conclusão. O ensino superior segue, igualmente, tendo alto patamar de desigualdade de acesso entre estudantes de diferentes origens familiares. Diversos estudos subsidiam essas afirmações.

Com base nos dados dos censos populacionais de 1960 a 2010, Murillo Marschner de Brito (2017) ilustra como a conclusão do ensino fundamental passou de algo raro a relativamente comum, independentemente do nível socioeconômico das crianças; no entanto, o estudo aponta para como o processo foi feito em velocidades distintas por estudantes de diferentes classes sociais. Para aqueles de classes mais altas, a conclusão da transição passou a ser comum na década de 1980, enquanto para as classes mais baixas isso só ocorre em 2010. Ribeiro (2011) aponta uma associação negativa entre origem social e acesso e conclusão do ensino médio para pessoas nascidas antes de 1950.

Torche (2010) encontrou crescimento da desigualdade nessas transições para aqueles nascidos antes da década de 1970. Um dos estudos mais recentes a avaliar a questão (Marteleto; Marschner; Carvalhaes, 2016) compara coortes nascidas entre 1984–1988 e 1989–1992. Apesar de próximas em termos de suas idades de nascimento, essas pessoas passaram pelo sistema educacional em datas diferentes, o primeiro grupo entre 1998 e 2002 e o segundo entre 2003 e 2006. O estudo, que utiliza dados coletados em 2013, identifica estabilidade da desigualdade de oportunidades entre grupos socioeconômicos para entrada no ensino médio, aumento da desigualdade para conclusão do ensino médio e estabilidade para o ensino superior.

Além de aspectos socioeconômicos, os estudos sobre estratificação educacional também destacam a importância da raça na estruturação da DOE. Os diferentes níveis de escolarização e a sistemática persistência de hiatos do alcance educacional da população que se autocalifica como branca, preta ou parda é tida como uma peça importante para o entendimento das relações raciais brasileiras. Essa seria uma dimensão fundamental para entender o processo de acúmulo da desigualdade ao longo do ciclo de vida dos negros brasileiros, como sistematicamente argumentado nos clássicos estudos de Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg (para uma revisão dos argumentos nessa linha, ver Ribeiro, 2018).

Fernandes (2004) faz uso dos dados da PNAD 1988 para estudar os efeitos de raça/cor nas seguintes transições: entrar na escola, terminar o primeiro ciclo do ensino fundamental, completar o ensino fundamental, completar o ensino médio e entrar no ensino superior. Seu estudo avalia 11 coortes nascidas entre 1882 e 1963. Seus

resultados apontam para a persistência ou até o aumento do efeito da variável racial ao longo do tempo, o que leva a autora a concluir que o processo de expansão educacional no Brasil não levou à diminuição dos efeitos raciais na estruturação da desigualdade de oportunidades, que foram estáveis nos 81 anos avaliados pela autora.

Ribeiro (2011) também investiga os efeitos raciais, mas avalia coortes mais jovens que Fernandes (2004). O trabalho contempla a desigualdade racial de oportunidades educacionais de quatro coortes nascidas entre 1944 e 1983 presentes na pesquisa das dimensões sociais das desigualdades. Seus resultados apontam para a persistência da desigualdade racial na conclusão das primeiras séries do ensino fundamental, na conclusão do ensino médio e na entrada do ensino superior. Os efeitos identificados pelo autor apontam que, em média, brancos têm 1,5 vez mais chance de completar um determinado nível de ensino quando comparados a pretos e pardos.

Marteletto, Marschner e Carvalhaes (2016) comparam coortes ainda mais jovens, nascidas entre 1985 e 1992. Mobilizando um banco de dados representativo para jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, o artigo aponta para a ausência de efeitos raciais na entrada do ensino médio, presença para conclusão do ensino médio na coorte mais jovem e ausência de efeito para entrada no ensino superior. Ribeiro (2009) usou dados da PPV<sup>11</sup> de 1996/1997 para analisar as transições educacionais. O trabalho usa interações estatísticas entre raça, gênero e classe de origem e identifica aumento da desigualdade para entrar no ensino superior

em coortes mais velhas do que as estudadas por Marteletto, Marschner e Carvalhaes (2016) — ou seja, coortes que não foram afetadas pela expansão recente — e atribui essa tendência a um efeito de gargalo relacionado à expansão do ensino primário que não foi acompanhada por crescimento do ensino superior. Em conjunto, esses trabalhos fornecem um panorama da saliência da desigualdade racial no sistema educacional brasileiro e como a distribuição desigual de oportunidades entre negros e brancos segue sendo um desafio para a vivência de menor desigualdade racial no país.

Até aqui analisamos estudos que se concentram na dimensão vertical da desigualdade. Essas pesquisas contrastam diferentes segmentos do sistema escolar (por exemplo, ensino fundamental *versus* ensino médio). Outra dimensão da estratificação educacional é a horizontal, que analisa segmentos internos a um mesmo nível (escolas públicas *versus* privadas, ensino diurno *versus* noturno, estudar medicina *versus* ciências sociais etc.)<sup>12</sup>. Isso é importante porque mesmo que um determinado nível educacional fique mais acessível para os diferentes grupos, é fundamental entender *onde* o acesso ocorre. Mulheres, por exemplo, têm maior longevidade em sua escolarização no Brasil desde os anos 1970, mas o padrão de segmentação feminina na escolha de cursos superiores é uma peça importante para entender por que mulheres e homens têm remunerações diferentes no mercado de trabalho.

A investigação da desigualdade horizontal foi adotada para estudar como se estrutura a DOE no ensino superior brasileiro. Ribeiro

11 Pesquisa de padrões de vida, realizada nos anos de 1996 e 1997 pelo IBGE.

12 Para uma discussão sobre a especificidade do desenvolvimento do ensino superior brasileiro e sua relação com a desigualdade horizontal, ver o livro *Expansão, diferenciação e desigualdades no ensino superior* (Prates; Collares, 2014).

e Schlegel (2015) utilizaram dados do censo demográfico de 1960 a 2010 para estudar a estratificação horizontal entre aqueles que completaram o ensino superior no Brasil por gênero e raça. Os autores mostram que há uma enorme expansão do ensino superior e que o percentual de mulheres formadas passou de 10% na década de 1960 para mais de 50% a partir de 1991. Houve diminuição da desigualdade de gênero significativa, embora alguns cursos permaneçam sendo predominantemente acessados por mulheres enquanto outros incluem uma maioria de homens. Além disso, os autores indicam que diminuiu a desigualdade racial em termos da conclusão de cursos superiores, a despeito do fato de pretos e pardos permanecerem se formando principalmente em cursos de menor retorno salarial no mercado de trabalho, como serviço social e pedagogia. Em outras palavras, houve diminuição da desigualdade de oportunidades em termos de gênero e raça, embora ainda haja muita desigualdade tendo em vista que pretos, pardos e mulheres tendem a se concentrar em cursos com retornos salariais mais incertos.

Igualmente preocupados com a estratificação horizontal das oportunidades educacionais no ensino superior brasileiro, Carvalhaes e Ribeiro (2019) utilizam dados dos ENADE<sup>13</sup> de 2007, 2008 e 2009 para identificar a presença ou ausência da desigualdade socioeconômica, racial e de gênero entre os ingressantes do sistema terciário no Brasil. Seus resultados apontam a desigualdade socioeconômica polarizada entre cursos com sobre-representação de alunos de nível socioeconômico baixo (matemática, geografia, pedagogia, letras, ciências contábeis,

história/filosofia e serviço social) e também a presença de vários cursos com sobre-representação de alunos de nível socioeconômico alto (medicina, relações internacionais, odontologia, arquitetura/urbanismo/*design*, veterinária, comunicação social e teatro/música). O estudo também indica que há forte estratificação por sexo entre os diferentes cursos universitários. Engenharia, agronomia e economia para homens, e pedagogia, secretariado executivo, nutrição, fonoaudiologia, serviço social, enfermagem, psicologia, letras e arquivologia/biblioteconomia para mulheres. A desigualdade racial também é identificada e basicamente se sobrepõe à desigualdade socioeconômica.

Do ponto de vista substantivo, apontamos dois limites que podem também ser tomados como sugestões para a pesquisa futura sobre estratificação educacional no Brasil. Primeiramente, há poucos trabalhos que tenham focado na desigualdade das oportunidades educacionais do ponto de vista do gênero. Apesar de a variável “sexo” estar presente em grande parte dos estudos, ela é tratada, na maioria das vezes, como controle estatístico. Ribeiro e Schlegel (2015) e Carvalhaes e Ribeiro (2019) chamam a atenção para a segregação de escolhas educacionais, mas apontam também para outras dimensões, tais como nível socioeconômico e raça, além de focalizarem o ponto final da trajetória educacional.

O interesse analítico e empírico na desigualdade de gênero é justificado por vários motivos. Um primeiro é que vários estudos internacionais (Diprete; Buchmann, 2013) apontam para a reversão da desigualdade em todos os níveis de

13 O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, conduzido pelo INEP, é uma prova que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação e também contém uma série de informações individuais dos alunos, como sua origem social, sexo e raça. Os cursos são avaliados a cada três anos, por isso, a combinação dos bancos de dados é necessária.

ensino, que anteriormente favorecia homens e atualmente favorece mulheres. Isso teria ocorrido no Brasil? Se sim, para quais níveis educacionais? Quando? Isso é heterogêneo quando analisados a interseccionalidade de gênero, o nível socioeconômico e a raça? Por que isso ocorre? São dinâmicas na sala de aula? Nas famílias? Pesquisas sobre transições na vida adulta apontam para a forte estruturação socioeconômica da saída da escola, formação de família e fecundidade, questões em que a dimensão de gênero é altamente importante (Camarano; Kanso, 2012; Cardoso, 2013), forte indicação da relevância empírica de um foco específico de gênero para o estudo de transições educacionais. Todas essas perguntas são interessantes e podem ser tomadas como direções relevantes para a pesquisa futura.

Um segundo limite que podemos apontar é a falta de atenção que os trabalhos têm para a alta desigualdade regional entre as diferentes unidades da federação do país (para uma exceção em termos de região e gênero, ver Ribeiro, 2009). Como os resultados indicados anteriormente variaram entre as unidades da federação? Quais tiveram resultados positivos precocemente? E tardiamente? Quais estados convivem com patamares de desigualdade “anacrônicos” quando comparados a outros? Naturalmente, a resposta a essas perguntas mostra um enorme potencial para o diálogo entre a literatura de estratificação educacional e políticas públicas no país.

Do ponto de vista metodológico, alguns dos estudos revisados anteriormente ou trabalhos com preocupação semelhante podem ser criticados para sinalizar que os resultados devem ser interpretados à luz tanto do processo de geração da informação analisada quanto de algumas especificidades estatísticas que surgem pela modelagem

estatística mobilizada. Um problema relativamente comum em vários trabalhos presentes na literatura (Mont’alvão, 2011; Picanço, 2016; Brito, 2017; Salata, 2018b) é a falta de atenção para o modo como a estrutura de disponibilidade da informação afeta os efeitos identificados nos modelos. Se o estudo tem como interesse verificar algum tipo de estruturação socioeconômica da desigualdade e *não há disponibilidade de informações retrospectivas sobre a origem familiar*, transições educacionais avançadas (completar ensino médio, entrar no ensino superior) têm de ser avaliadas com muita cautela. Isso porque esses estudos avaliam somente aquelas pessoas que frequentam ou frequentaram determinados níveis de ensino e ainda moram com os pais. Se essas pessoas já saíram dos domicílios de sua origem familiar, a informação sobre sua origem socioeconômica (que tipicamente vem das informações dos pais) não existe. Como há evidências de que o padrão de saída do domicílio em diferentes fases do ciclo de vida não é aleatório (Ribeiro, 2014a), ao construir amostras analíticas que contam somente com indivíduos que ainda moram com suas famílias, esses trabalhos produzem resultados potencialmente enviesados para transições educacionais como a entrada no ensino superior e sua conclusão.

Um problema parecido surge também em alguns estudos (Brito, 2017; Salata, 2018a) que utilizam como variável independente de foco algum tipo de operacionalização de variáveis de classe social com base nas informações ocupacionais disponíveis para os pais dos indivíduos avaliados. Se a própria existência do vínculo que possibilita a operacionalização da variável de classe é por si mesmo altamente estruturado socioeconomicamente no Brasil, ao trabalharem com amostras que necessitam

da existência da informação, os autores incorporam a seletividade socioeconômica em seus modelos de uma forma não analisada. O uso irrefletido do indicador como variável central para a avaliação da desigualdade parece-nos temeroso, na medida em que casos sem a informação ocupacional não sejam levados em conta. Como a presença ou ausência dessa informação não é aleatória, há novamente introdução de viés nas análises.

Por fim, também é possível apontar que os modelos estatísticos voltados para variáveis dependentes binárias — estratégia de modelagem mais comum identificada entre os trabalhos elencados — foram duramente criticados pela literatura na sociologia (Buis, 2011) e em outras áreas (Cameron; Heckman, 1998). Dada a estrutura substantiva do problema avaliado, as transições sequenciais no sistema educacional, a estrutura dos dados e as pressuposições dos modelos não permitem as comparações entre os coeficientes (para uma revisão da literatura metodológica, ver Breen; Karlsson; Holm, 2018). Não vamos nos aprofundar no assunto dado seu forte conteúdo técnico e estatístico, mas apontamos que poucos estudos pareceram estar atentos a esse problema e às soluções disponíveis na literatura para contorná-lo. Essa desatenção tem um efeito substantivo claro: o principal indicador para interpretação da desigualdade de oportunidades nesses modelos, as razões de chance, não pode ser diretamente interpretado na comparação de modelos ajustados para subamostras diferentes. Do ponto de vista substantivo, isso não implica que qualquer interpretação que compare razões de chance calculadas por modelos de regressão logística entre diferentes subamostras (por exemplo, entre a mesma transição para diferentes coortes ou diferentes transições

para a mesma coorte) esteja simplesmente errada. Diversas soluções encontram-se disponíveis na literatura (Mize; Doan; Long, 2019) e é necessário que os sociólogos brasileiros estejam atentos à necessidade de incorporá-las.

### *Desempenho educacional*

Outro conjunto de estudos também se preocupa com a estruturação da distribuição da DOE, mas o faz por outro prisma. Em vez de analisar a longevidade da duração da trajetória escolar, esses estudos focam no desempenho (proficiência) dos alunos. Essa linha de pesquisa segue a tradição da sociologia da educação que, diante de resultados que apontavam para o peso da família na estruturação da DOE, procurou investigar se, como e quais escolas conseguiram contrapor a significativa influência familiar sobre resultados educacionais.

O Brasil conta com diversas pesquisas sobre seu sistema educacional que visam aferir a proficiência dos alunos e como elas evoluem ao longo do tempo. Os dados vêm de pesquisas de larga escala, como a Prova Brasil, o SAEB, o ENEM e o ENADE (Franco, 2001; Verhine; Dantas; Soares, 2006). Com diferentes níveis de periodicidade e abrangência, esses dados contam com a presença de provas que medem conteúdos diferentes (por exemplo, matemática, português, ciências). Isso permite a operacionalização de variáveis que representam a proficiência dos alunos em diferentes domínios. Como os levantamentos também contam com a presença de informações contextuais sobre características dos alunos, suas famílias e suas escolas, esses dados são uma fonte rica de informação para o conhecimento da realidade educacional no país nas seguintes dimensões:

- equidade dos resultados educacionais;

- como fatores escolares explicam o desempenho dos alunos (Franco, 2001).

O espaço não nos permite uma análise exaustiva dessa literatura (para uma revisão recente, ver Karino; Laros, 2017), mas podemos apontar trabalhos que representam o potencial e a qualidade dessa vertente de estudos que traz um diálogo interessante entre a educação, a sociologia e, nesta, entre as áreas da sociologia da educação e da estratificação social. Como ficará claro, essa perspectiva é complementar às abordagens previamente apresentadas principalmente porque traz à tona a importância da dimensão institucional na estruturação de resultados escolares ao trazer a escola para o centro da reflexão. A seleção de trabalhos sobre essa temática se dá fundamentalmente porque há diversos pesquisadores brasileiros ligados direta ou indiretamente à sociologia que estão interessados em como se estrutura a desigualdade na proficiência dos alunos que frequentam o sistema educacional brasileiro, tema de evidente interesse nesta revisão.

Andrade e Soares (2008) usam dados de cinco edições do SAEB para demonstrar que os efeitos das escolas são estáveis ao longo do tempo no Brasil, no entanto apontam que há uma série de escolas com efeitos positivos e negativos em seus alunos, além de estabelecimentos com desempenho abaixo do que é esperado com base na composição de seu corpo discente e nas condições de infraestrutura do ambiente escolar. Esse tipo de resultado é importante, porque contradiz teses que enxergam a escola como meramente reprodutora da desigualdade social. Apesar de os resultados educacionais serem de fato desigualmente distribuídos, abundam também, em todo país, escolas que recebem alunos em condições familiares desprivilegiadas, mas mesmo assim

conseguem contrapor as adversidades e elevar o desempenho dos estudantes.

Soares e Alves (2013) retomam essa discussão com o intuito de identificar quais são essas escolas e em quais municípios elas estão. Para tanto, usam dados da Prova Brasil de 2005, 2007, 2009 e 2011 para investigar quais escolas e municípios brasileiros produziam resultados positivos para alunos do ensino fundamental do quinto e do nono ano. O estudo aponta que meninas têm desempenho superior a meninos, brancos têm resultados superiores a negros, estudantes de nível socioeconômico maior têm resultados melhores e alunos em atraso escolar menor proficiência. Os resultados das escolas e municípios indicam que a heterogeneidade socioeconômica da escola (operacionalizada mediante a composição de estudantes de diferentes níveis socioeconômicos) é estruturante do nível de desempenho, o que leva os autores a apontar a necessidade de analisar a qualidade da educação considerando dimensões contextuais.

Os estudos sobre eficácia escolar são uma contribuição importante para o debate sobre estruturação de oportunidades educacionais. Além das questões analíticas previamente ressaltadas e dos resultados empíricos alcançados, sua interlocução com a reflexão sobre políticas públicas é um resultado interessante da pesquisa sobre a estruturação da DOE no Brasil.

Do ponto de vista científico, uma fronteira promissora sobre esse tema é a compatibilização entre os modelos de transições e os modelos de desempenho como tentativa de modelar os mecanismos diretos e indiretos que produzem a desigualdade educacional. Essa seria uma forma de investigar os efeitos “primários” e “secundários” na estruturação da desigualdade socioeconômica nas

oportunidades educacionais (Boudon, 1974). Efeitos primários são aqueles que têm efeito direto no desempenho educacional dos alunos, enquanto efeitos secundários são aqueles expressos nas escolhas educacionais realizadas por estudantes de diferentes origens sociais com base em seus heterogêneos níveis de desempenho acadêmico (Jackson *et al.*, 2007). Os capítulos de *Determined to Succeed? Performance versus Choice in Educational Attainment* (Jackson, 2013) mostram como a consideração simultânea dos efeitos socioeconômicos no desempenho e escolhas ocorrem entre diferentes países e como essas dimensões são importantes no entendimento da estruturação das oportunidades educacionais.

### *Mobilidade social*

Nesta seção, faremos uma revisão dos trabalhos publicados a partir do fim dos anos 1990 e que não foram incluídos na revisão mais recente sobre o tema feita por Nelson do Valle Silva há quase duas décadas (Silva, 2002). A maioria desses novos trabalhos fez uso de dados sobre mobilidade social que continuaram a ser coletados pelas pesquisas do IBGE (PNAD de 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014; PPV 1996/7) ou em outras pesquisas independentes (Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade — PDSD 2008).

Os estudos sobre mobilidade social intergeracional são centrais para analisar a desigualdade de oportunidades. Ao mensurarmos a associação estatística entre condições socioeconômicas nas famílias em que os indivíduos cresceram e as condições socioeconômicas que alcançam na vida adulta, podemos saber o quanto ambas estão correlacionadas. Se a correlação for forte, há mais desigualdade nas chances de mobilidade intergeracional. Há, no

entanto, diversas medidas de mobilidade social que variam de acordo com os métodos utilizados e as formas de mensuração das variáveis para famílias de origem e de destino. Tradicionalmente a sociologia empregou duas abordagens: a da análise de classes (Goldthorpe, 1987; Breen; Jonsson, 2005) — mensurada como categorias ocupacionais — e a dos estudos de realização de *status* socioeconômico (Blau; Duncan, 1967; Simkus, 1981) — mensurada por meio da hierarquização das ocupações em índices de acordo com os níveis de renda e educação de cada ocupação. Até o início da década de 1980, a maioria dos trabalhos sobre mobilidade social foi desenvolvida por sociólogos, mas após o trabalho de Becker e Tomes (1986) vários estudos começaram a ser desenvolvidos por economistas que propuseram diversas outras medidas e conceitos para estudar a mobilidade social (Jantti; Jenkins, 2013). Atualmente, vários sociólogos também se voltaram para o estudo da mobilidade intergeracional, usando outras variáveis, como renda (Bloome; Dyer; Zhou, 2018), educação (Blanden, 2013), riqueza (Conley, 2007) e até contextos (Sharkey, 2008).

Desde o fim dos anos 1990, muitos trabalhos investigaram a mobilidade social e a desigualdade de oportunidades. Outro aspecto extremamente relevante é o fato de que alguns estudos sobre mobilidade social avaliam o efeito mediador da educação alcançada pelos filhos, ou seja, o efeito que a origem socioeconômica (O) tem nas chances educacionais (E) do filho (associação OE), o efeito da educação (E) alcançada no destino (D) socioeconômico dos filhos adultos (associação ED) e o efeito da origem (O) no destino (D) controlado pelo efeito da educação (efeito OD|E). Em outras palavras, muitos estudos avaliam a mobilidade social

levando em conta todos os efeitos presentes no triângulo básico ligando origem (O), educação (E) e destino (D).

### *Mobilidade de classe*

Nas duas últimas décadas, diversos trabalhos usando medidas de classe social para estudar a mobilidade social foram desenvolvidos. A diferença entre taxas absolutas e relativas de mobilidade intergeracional é central nessa perspectiva. Taxas absolutas são simplesmente cálculos percentuais usando a tabela de contingência (Picanço, 2006), enquanto taxas expressas em termos de razões de chances são cálculos que refletem o grau de associação estatística estimadas em modelos log-lineares ajustados às tabelas de contingência cruzando classes de origem por classes de destino<sup>14</sup>.

O primeiro trabalho a mobilizar essa estratégia metodológica identificado no período coberto por esta revisão foi o livro de Maria Celi Scalon (1999). Inicialmente uma tese de doutorado defendida no IUPERJ e posteriormente publicada em livro, a autora mobiliza os dados da PNAD de 1988 para analisar a diferença nos padrões de mobilidade intergeracional entre homens e mulheres. Para mensurar as condições socioeconômicas, a autora usou um esquema de classes ou grupos ocupacionais desenvolvido por Nelson do Valle Silva (1988). O trabalho demonstra empiricamente que as categorias originalmente propostas por Silva (1988) poderiam ser reduzidas de dezoito para nove categorias sem que houvesse perda de poder explicativo em termos da associação entre classes de origem (dos pais) e de destino (dos filhos). Além disso, mostrou que em 1988 não havia diferença significativa entre

homens e mulheres no padrão de associação entre classes de origem e de destino. O padrão foi desenhado usando modelos log-lineares conhecidos como “topológicos”. Esses modelos permitem definir algumas principais barreiras à mobilidade relativa ou à fluidez social no Brasil. Em termos de taxas absolutas de mobilidade social, no entanto, o estudo mostra que há diferenças entre os padrões de mobilidade de homens e mulheres.

O esquema de classes usado por Scalon (1999) assemelha-se muito ao esquema EGP (Erikson; Goldthorpe; Portocarero, 1979) desenvolvido para estudo da mobilidade social na Inglaterra, França e Suécia, posteriormente rebatizado de CASMIN em trabalho comparativo sobre mobilidade social em países socialistas e industrializados (Erikson; Goldthorpe, 1992). Essa característica foi explorada em quatro outros estudos comparando o Brasil com diversos países em termos das taxas absolutas e relativas (ou fluidez social) de mobilidade social. Ribeiro e Scalon (2001) mostraram que a fluidez social para os homens aumentou no Brasil entre 1973 e 1996. Ribeiro (2006) usou modelos topológicos para estimar a associação estatística entre classes de origem (O), educação alcançada pelos filhos (E) e classe de destino dos filhos (D). Mecanismos de inclusão educacional (associação OE) e de ligação entre educação e classes de destino no mercado de trabalho (associação ED) foram investigados em conjunto com os efeitos diretos de classe de origem em classe de destino controlados pela educação (associação OD|E).

Ribeiro (2007) e Ribeiro e Solis (2016) compararam os padrões e a força da associação entre origem e destino de classe

---

<sup>14</sup> Há vários livros sobre esses modelos disponíveis, mas, para uma versão brasileira, ver o livro *Introdução à Análise de Dados Qualitativos* (Silva, 1990).

(OD) no Brasil (em 1973, 1982, 1988, 1996, e 2008) com os padrões dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Argentina, Chile, China, Coreia do Sul, Escócia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Irlanda do Norte, Israel, Itália, Japão, Noruega, México, Peru, Polônia, Rússia, Suécia, Taiwan e Uruguai. Esses estudos mostram que, na década de 1970, o Brasil encontrava-se entre os países mais rígidos, mas passa a estar em uma posição intermediária na década de 1990. Posteriormente os estudos indicaram que as comparações devem ser feitas levando-se em conta outras variáveis, como coorte de nascimento e idade, que se assemelham entre os anos das pesquisas analisadas (Breen; Jonsson, 2005; Breen, 2010). Por exemplo, pessoas com 20 anos em 1973 teriam 29 anos em 1982, e, portanto, podemos levar em conta a coorte de idade em que a pessoa nasceu e/ou sua idade em cada ano da pesquisa.

Esse tipo de análise levando em conta a origem de classe (O), o destino de classe dos filhos (D), a educação alcançada pelos filhos (E), a coorte de nascimento do filho (C), o ano da pesquisa (P) e a idade dos filhos (A) foi aplicado por Torche e Ribeiro (2010) para o período entre 1973 e 1996 e por Ribeiro (2012) para o período 1973 a 2008. Essas análises indicam diminuição da associação entre origem e educação (OE), entre educação e destino (ED), mas aumento da associação entre origem e destino descontando o efeito de educação (OD|E) a partir de 1988. Essas tendências combinam-se e indicam que a associação entre origem e destino de classes tende a diminuir no Brasil. Em um estudo mais recente, Ribeiro (2017c) inclui a PNAD 2014 na comparação e mostra que a fluidez continuou a aumentar, ou seja, a associação

entre origem e destino de classe no Brasil vem caindo desde 1973, o que indica que a desigualdade de oportunidades está diminuindo no país.

As interseções entre raça e classe e gênero e classe, no que diz respeito aos padrões de mobilidade intergeracional, também foram analisadas respectivamente por Ribeiro em duas publicações (Ribeiro, 2006; 2007). No trabalho sobre mobilidade, classe e raça, Ribeiro (2006) mostrou que não havia diferença nos padrões de mobilidade para pessoas com origem nas classes mais baixas, ou seja, a classe é mais importante do que a raça para definir a mobilidade entre os menos privilegiados. No entanto, para pessoas com origens de classe mais alta, há forte diferença na medida em que brancos têm mais chances de mobilidade ascendente e de imobilidade (quando estão no topo) do que pardos e pretos. Em suma, há interação entre classe de origem e raça. Em termos da mobilidade intergeracional de homens e mulheres, Ribeiro (2007) mostrou que os padrões de mobilidade via mercado de trabalho dos homens são semelhantes aos padrões de mobilidade via mercado matrimonial para as mulheres, o que ainda é uma consequência direta das desigualdades de gênero na participação no mercado de trabalho.

A tradição de estudos sobre mobilidade intergeracional de classes no Brasil expandiu-se enormemente nas últimas décadas no Brasil. Ainda há muitos temas que podem ser explorados partindo dessa perspectiva, até mesmo porque há dados recentes da PNAD de 2014 sobre mobilidade social intergeracional.

#### *Realização de status ocupacional (status attainment)*

Alguns poucos estudos também foram feitos seguindo a abordagem dos estudos de realização de *status* ocupacional, inicialmente

propostos por Blau e Ducan (1967). Essa abordagem mensura origem social em termos de *status* ocupacional e educação dos pais nas chances de mobilidade em termos de *status* ocupacional dos filhos adultos. Tipicamente os estudos procuram investigar em que medida o *status* socioeconômico dos filhos está associado, por um lado, às características herdadas, tais como *status* ocupacional dos pais, raça, gênero etc., e, por outro lado, às características adquiridas, tais como nível educacional alcançado, experiência de trabalho etc. De acordo com a teoria funcionalista parsoniana ou liberal, a modernização e a industrialização das sociedades fariam com que valores “universalistas” se expandissem e valores “particularistas” se contraíssem, ou seja, características adquiridas passariam a ser mais importantes do que aquelas herdadas no processo de mobilidade social (Treiman, 1970). Ou seja, a modernização levaria a mais mobilidade social. Ou, em termos mais simples, o que as pessoas fazem se tornaria mais importante do que quem elas são. Embora essa abordagem teórica tenha sido de certa forma abandonada, ainda permanece sendo importante avaliar em que medida a mobilidade ocupacional depende: da educação ou da experiência de trabalho, características adquiridas, ou da origem socioeconômica, da raça, da região de nascimento e/ou do gênero, características herdadas.

Um dos primeiros trabalhos nessa linha nas últimas duas décadas na literatura brasileira sobre mobilidade é o artigo de Neves, Fernandes e Helal (2007), que usou dados das PNAD de 1973, 1982, 1988 e 1996 e modelos lineares hierárquicos para testar em que medida o efeito do *status* socioeconômico (ou ocupacional) dos pais no *status* socioeconômico dos filhos adultos varia de acordo

com a segmentação da economia, a região e o ano. Os resultados indicam que a associação entre *status* dos pais e dos filhos e filhas são estáveis ao longo dos anos e entre setores da economia. Em outro trabalho, Xavier e Neves (2012) voltam a estudar o processo de transmissão intergeracional de *status* ocupacional. Nesse trabalho, os autores mostram que há diminuição da associação entre *status* de origem e destino ao longo do tempo (entre 1973 e 1996) e em setores mais modernos da economia. Nesse sentido, a tendência de diminuição do efeito do *status* socioeconômico dos pais no *status* dos filhos desde 1973 até 1996 é semelhante à tendência observada nos estudos de mobilidade de classe apresentados na seção anterior.

Torche e Ribeiro (2012) seguem uma linha parecida e apresentam análises de realização de *status* em que indicam que há efeito causal da riqueza dos pais (medida usando um índice de ativos construído com base na pesquisa dimensões sociais das desigualdades, 2008) no *status* ocupacional do filho com variáveis como *status* ocupacional dos pais e outras mantidas constantes. Nesse artigo, os autores usam uma metodologia destinada a simular efeitos causais e também analisam outros resultados, como anos de estudo completos, entrada em universidades públicas, índice de riqueza alcançada pelos filhos e índice de bens alcançados pelos filhos. Em todos os casos, o principal objetivo de Torche e Ribeiro (2012) era verificar o impacto causal da “riqueza dos pais” nas chances de vida dos filhos. De fato, o efeito da riqueza dos pais é bastante significativo. Esses resultados indicam forte associação entre *status* ocupacional do pai e do filho, mas também mostram que a educação alcançada pelo filho é a principal barreira à mobilidade social intergeracional — essas evidências reforçam

a ideia de que a estratificação educacional é extremamente importante (ver seção anterior) no processo de mobilidade social intergeracional. Outro resultado interessante do trabalho (Torche; Ribeiro, 2012) são as evidências de que pais tendem a ajudar mais os filhos homens quando estes se casam do que as filhas quando estas se casam, ou seja, as transmissões intergeracionais tendem a reforçar os papéis de gênero.

Outro artigo que faz análises de transmissão intergeracional de *status* é o de Souza, Ribeiro e Carvalhaes (2010). Nesse artigo, os autores estudam a desigualdade de oportunidades em termos de raça, classe e educação. Além de estimarem modelos de transmissão intergeracional de *status* ocupacional, os autores usam modelos multinomiais condicionais, mas permitem a inclusão de outras variáveis independentes. Os autores encontram forte desigualdade racial, muita persistência intergeracional e expressivo efeito da educação alcançada nas chances de mobilidade

#### *Mobilidade de renda e outras*

Idealmente, estudos de mobilidade intergeracional de renda dependem de dados longitudinais ou administrativos que contenham informações sobre a renda dos pais e dos filhos. Em contraste com variáveis ocupacionais e educacionais referentes aos pais que são obtidas por perguntas retrospectivas feitas aos filhos adultos, a variável sobre a renda dos pais não pode ser coletada dessa forma. As pessoas lembram a ocupação e o nível educacional dos seus pais no passado, mas não sabem a renda dos pais. Por esse motivo, os estudos de mobilidade intergeracional de renda que não estão inseridos em um contexto de coleta de dados longitudinais só podem ser feitos usando uma técnica de imputação da renda dos pais com

base na ocupação e na educação dos pais. Essa técnica depende do uso combinado de duas pesquisas, uma coletada na época em que os pais tinham filhos pequenos, e outra coletando informação dos filhos adultos e dados retrospectivos sobre educação e ocupação dos pais (Björklund; Jäntti, 1997). De fato, todos os estudos sobre mobilidade intergeracional de renda no Brasil foram feitos pelo uso dessa técnica de imputação, que, por depender diretamente das informações sobre educação e ocupação dos pais coletada retrospectivamente, aproxima-se dos estudos de realização de *status* ocupacional apresentados na seção anterior. Entre os trabalhos feitos por economistas, podemos citar os seguintes: Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007), Dunn (2004), Ferreira e Veloso (2006) e Pero e Szerman (2008).

O primeiro trabalho sociológico nessa área foi a tese de doutorado de Rafael Osório (2009) sobre desigualdade e mobilidade racial de renda domiciliar. Osório (2009) mostra que a desigualdade racial de renda existe e é persistente no Brasil entre 1976 e 2006, que brancos e negros (pardos + pretos) têm regimes de baixa mobilidade, o que indica que a origem social é importante para os dois grupos, que a principal fonte da desigualdade racial de renda é a diferença no nível da renda do trabalho de negros e brancos, que a diferença no nível da renda do trabalho se deve preponderantemente às desigualdades educacionais entre negros e brancos e que as desigualdades educacionais entre os grupos raciais são em larga escala determinadas pela origem social. Em suma, o trabalho indica que os diferenciais raciais em termos de desigualdade de renda e de mobilidade social se devem ao fato de brancos tenderem a uma origem social mais alta do que negros.

Todos esses trabalhos mencionados anteriormente usaram a PNAD de 1996, e nenhum analisou a tendência temporal da mobilidade intergeracional de renda. Usando a PDSD de 2008, Ribeiro (2017b) apresenta análises sobre a tendência da mobilidade intergeracional de renda entre 1996 e 2008 e compara essas tendências com as observadas para a mobilidade intergeracional de *status* ocupacional no mesmo período. As análises indicam que, para homens entre 27 e 36 anos de idade, houve um aumento da mobilidade intergeracional de renda, uma vez que a elasticidade (associação entre renda dos pais e renda dos filhos) diminuiu de 0,734, em 1996, para 0,433, em 2008. Além disso, Ribeiro (2017b) avalia o papel mediador desempenhado pela educação na mobilidade de renda e ocupacional, uma vez que distingue entre “herança pura” (associação entre renda ou ocupação dos pais na renda ou ocupação dos filhos descontando o efeito da educação dos filhos) e “herança mediada” (composta das associações entre renda ou ocupação dos pais e educação dos filhos, e educação dos filhos e renda ou ocupação dos filhos). Essas análises permitem verificar quais os mecanismos relacionados ao aumento da mobilidade, que ocorreu tanto em termos de *status* ocupacional quanto em termos de renda entre 1996 e 2008. Em termos ocupacionais (realização de *status* ocupacional), houve aumento da “herança pura”, constância da associação entre renda dos pais e educação dos filhos, e diminuição dos retornos educacionais (associação entre renda dos pais e educação dos filhos). Em termos de renda, o aumento da mobilidade entre 1996 e 2008 não só foi muito maior do que o da mobilidade de *status* ocupacional, como também foi alcançado por meio de mecanismos distintos. Tanto a herança de renda pura quanto a mediada pela educação diminuíram no período estudado. A herança

pura diminuiu por dois motivos: por causa da diminuição da desigualdade de renda entre as gerações e por causa da diminuição da associação direta entre renda de pais e de filhos. Esses resultados indicam que mudanças na estrutura de renda levaram ao aumento da mobilidade. A herança de renda mediada diminuiu principalmente porque houve mais igualdade no acesso à educação (diminuiu a associação entre renda do pai e educação do filho) e, em menor escala, por causa da diminuição dos retornos em renda pela educação alcançada pelos filhos (associação entre educação e renda dos filhos). Assim, estudos seguindo a perspectiva da economia (da mobilidade de renda) levam-nos a dar um peso maior ao papel desempenhado pela educação no processo de mobilidade.

Independentemente das variáveis usadas — renda, classes sociais ou *status* ocupacional —, os resultados das pesquisas apontam que a mobilidade intergeracional no Brasil vem aumentando ao longo do tempo. Os mecanismos relacionados a esse aumento, no entanto, são diferentes em cada caso. Estudos recentes em outros países sugerem que esses três tipos de mobilidade (renda, classe e ocupação) podem e devem ser analisados em conjunto, ou seja, usando um mesmo modelo estatístico que seja capaz de acomodar os três aspectos (Breen; Mood; Jonsson, 2016). Ainda não temos estudos seguindo essa abordagem conjunta no país, e talvez haja limitação nos dados para que esse tipo de modelo seja desenvolvido no caso brasileiro. A disponibilidade de outros bancos de dados, por exemplo, bancos de dados com nomes e sobrenomes dos censos e dados tributários do imposto de renda poderia facilitar o desenvolvimento de estudos mais sofisticados. Ainda há barreiras burocráticas e legais para uso desses dados, mas acredita-

mos que no futuro esses empecilhos sejam ultrapassados para que possamos continuar a avançar no estudo da mobilidade intergeracional no Brasil.

Os estudos de mobilidade social que apresentamos têm algumas limitações importantes. Três motivos destacam-se como limites mais importantes. O primeiro diz respeito à própria mensuração das classes sociais, que são instrumentalizadas pela agregação de ocupações que não permite observar variações socioeconômicas em cada classe — há diferentes formas de agregação, mas todas sofrem do mesmo mal. Tendo em vista que a desigualdade interna a cada classe tende a aumentar, os estudos de mobilidade de classe perdem muita informação e talvez não sejam capazes de descrever de forma eficiente o grau de mobilidade e desigualdade de oportunidades. O segundo relaciona-se ao fato de que só há informações sobre as ocupações para quem está no mercado de trabalho, o que não permite observar a mobilidade social em termos socioeconômicos para uma parcela da população — até mesmo para as mulheres, que, ao longo dos anos, aumentaram significativamente sua participação no mercado de trabalho. O terceiro motivo é a dificuldade que as análises de mobilidade de classe têm para se conectar com os estudos de desigualdade de renda, ou seja, embora seja plausível imaginar que há relação entre desigualdade e mobilidade, os estudos de mobilidade de classe não estabelecem bem essa relação e muitas vezes países com muita desigualdade também têm altos níveis de mobilidade (ver Torche, 2005; e Hetel; Groh-Samberg, 2019). Problemas semelhantes estão presentes nos estudos de realização de *status* socioeconômico, embora os índices de *status* ocupacional sejam bem mais desagregados do que os estudos de classe.

A análise da mobilidade de classe e de *status* ocupacional das mulheres também apresenta sérias limitações, tendo em vista que a participação das mulheres no mercado de trabalho se modificou enormemente ao longo dos anos. Além de essa mudança afetar a mensuração da situação socioeconômica das mulheres, há provavelmente efeitos da origem de classe ou de *status* ocupacional relacionados ao aumento da participação das mães no mercado de trabalho nas chances de mobilidade social — ver, por exemplo, o trabalho de Beller (2009).

Os estudos de mobilidade de renda também apresentam sérias limitações. A principal limitação está relacionada ao fato de que a renda dos indivíduos tende a variar ao longo do ciclo de vidas. Portanto, ao mensurarmos a renda em apenas um ano (tanto para pais quanto para filhos) tendemos a subestimar o grau de mobilidade intergeracional de renda. Em um estudo usando dados administrativos e mensurando as rendas em mais de um ano, Mazumder (2005) mostrou que a mobilidade de renda nos Estados Unidos era muito menor do que as estimadas anteriormente. Embora os estudos brasileiros tentem a lidar com esse problema restringindo a análise às coortes de idade, as idades em que se mensura a renda para pais e para filhos tendem a ser distintas, o que provavelmente implica vieses nos estimadores da associação entre essas rendas.

Finalmente, devemos mencionar que todos os estudos sobre mobilidade intergeracional sofrem da mesma limitação que os estudos de desigualdade de renda no que diz respeito ao topo da distribuição, ou seja, os padrões de mobilidade para a elite não são estudados por causa das limitações dos *surveys* populacionais para o estudo desse grupo. Se incluíssemos os muito ricos nos estudos de mobilidade social, provavelmente

teríamos medidas diferentes da mobilidade social no Brasil. Além disso, a mobilidade para o topo da distribuição talvez dependa de fatores para os quais não temos informação, sobretudo a riqueza dos pais transmitida de modo intergeracional para os filhos. Os mecanismos relacionados à mobilidade de riqueza são provavelmente bem distintos dos mecanismos (principalmente a educação alcançada) geralmente investigados nos estudos citados.

Todos os problemas destacados anteriormente são sérios e precisam ser levados em conta em estudos futuros sobre mobilidade intergeracional. Tendo em vista que uma das principais limitações diz respeito aos dados, é fundamental que os cientistas sociais brasileiros procurem utilizar dados administrativos em estudos futuros — ver, por exemplo, os trabalhos de Raj Chaty<sup>15</sup>, que nos últimos anos vem revolucionando os estudos de mobilidade social nos Estados Unidos.

### **Classificação racial, discriminação e outros aspectos**

O desenvolvimento dos estudos de estratificação social no Brasil está estreitamente ligado ao estudo das relações raciais (Ribeiro, 2018). Tendo em vista que nas seções anteriores apresentamos vários estudos sobre desigualdades raciais, aproveitamos esta seção para apresentar alguns trabalhos importantes sobretudo sobre classificação racial no Brasil. Pesquisas recentes mostram evidências sobre os processos sociais relacionados à fluidez na classificação de cor ou de raça da população (Telles, 2002; Schwartzman, 2007; Marteleto, 2012). De fato, vários

desses estudos indicam que a classificação racial varia de acordo com as condições socioeconômicas dos indivíduos, com o tipo de pergunta sobre raça presente nas pesquisas (abertas, fechadas etc.) e com a pessoa que responde às perguntas (entrevistador ou entrevistado). Se há fluidez na classificação racial, os resultados previamente apresentados sobre raça poderiam potencialmente ser um artefato de mensuração da variável racial em pesquisas amostrais. Vários sociólogos brasileiros debruçaram-se sobre essa possibilidade e contribuíram para esclarecer este relevante problema sobre a investigação das relações raciais no país.

Schwartzman (2007), por exemplo, mostra que casais inter-raciais de classe mais alta tendem a classificar seus filhos como brancos, enquanto os de classes mais baixas tendem a classificar os filhos como não branco (pretos ou pardos). Conclui-se, portanto, que há “embranquecimento com o dinheiro” no Brasil e que essa prática é parte ativa do processo de estratificação. Jerônimo Muniz (2010; 2016), o pesquisador que se dedicou de forma mais sistemática à análise da classificação racial no país, faz diversas análises indicando que a classificação racial varia consideravelmente em termos contextuais, temporais, geográficos, procedimentais e amostrais. Essas variações, no entanto, não invalidam os níveis das desigualdades raciais. O contexto também influencia as desigualdades raciais, tendo em vista que há mais desigualdades de acordo com os contextos urbanos (Silveira; Muniz, 2014). Em outro artigo, Bailey, Loveman e Muniz (2013) mostram que a desigualdade racial seria estimada como menor se as

---

15 Encorajamos uma visita à página pessoal do pesquisador, rica em informações: <<http://www.rajchetty.com>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

perguntas das pesquisas fossem pretos e pardos a adotar a mesma categoria, o que indica que a pergunta com três possibilidades de resposta (branco, pardo e preto) parece de fato ser melhor para captar as diferenças. De fato, Muniz (2010) define quais seriam os principais tipos de estudo necessários para avaliar as diversas formas de incerteza classificatória em termos raciais no Brasil. Essa literatura influenciou outros pesquisadores que procuraram investigar as desigualdades raciais levando em conta os determinantes da classificação racial.

Marteletto (2012), por exemplo, usa técnicas demográficas para mostrar que houve a tendência de pessoas com acesso a níveis educacionais mais altos a se autolocalizarem como pretas ou pardas ao longo do tempo, o que provavelmente seria um efeito das políticas de cotas que incentivam a classificação como mais escuras. Ribeiro (2017a) estima uma escala contínua de raça ou cor da pele usando perguntas abertas e fechadas sobre raça para analisar a mobilidade social no Brasil. Além disso, implementa simulações para verificar os possíveis efeitos do embranquecimento com o dinheiro nas taxas de mobilidade social para concluir que, mesmo havendo embranquecimento à medida que se sobe na estrutura social, há muita desigualdade racial nas chances de mobilidade.

Uma das limitações dos estudos sobre relações raciais diz respeito à dificuldade de verificar se há ou não discriminação. O ideal seria fazer estudos experimentais sobre esse tema, como os desenvolvidos por Pager (2007). Embora esse tipo de estudo não tenha sido feito, Marteletto e Dondero (2016) procuram fechar essa lacuna com um estudo altamente criativo usando dados das PNAD sobre data de nascimento e irmãos gêmeos. Assim, comparam o nível educacional de ir-

mãos gêmeos com classificações raciais distintas para demonstrar que há desigualdade racial entre esses irmãos. Esse tipo de evidência, inicialmente proposta por Telles (2004), indica fortemente que há discriminação racial no Brasil.

Outros estudos também utilizaram a disponibilidade de novos tipos de dados para investigar a percepção de discriminação entre brasileiros. Daflon, Carvalhaes e Feres Júnior (2017) usam um módulo da PDSO explicitamente construído para mensurar a percepção da discriminação da população brasileira, adaptado de uma escala criada com o mesmo fim no contexto norte-americano, a *Everyday Discrimination Scale* (Williams *et al.*, 1997). O trabalho investiga como posição socioeconômica (mensurada por meio da escolaridade) e raça se combinam na estruturação da percepção da discriminação entre brancos, pretos e pardos com distintos níveis de escolaridade no Brasil. Os resultados apontam para a intensidade dos relatos de percepção de discriminação entre brasileiros brancos, pretos e pardos com níveis de escolaridade inferior ao ensino superior. Contudo, à medida que varia a posição socioeconômica, os efeitos da raça na percepção da discriminação são distintos entre os diferentes grupos. Pretos e pardos de nível socioeconômico alto (escolaridade de nível superior) expressam percepções muito divergentes em relação à discriminação: se os pretos dessas classes expressam uma percepção aguda da discriminação, os pardos praticamente cessam de senti-la e têm indicadores próximos aos dos brancos de nível socioeconômico alto. As autoras apontam que esses resultados são significativos sobre a existência de um padrão de sociabilidade em que há percepção da vivência de discriminação

racial no Brasil, com incidência mais severa para pretos do que pardos.

Ribeiro e Silva (2009) investigam um tema clássico dos estudos de relações raciais: a seletividade marital por raça e nível educacional dos cônjuges. Com base nos dados dos censos de 1960, 1980 e 2000, os autores mostram que há um aumento dos casamentos inter-raciais no Brasil: um em cada 10 casamentos era inter-racial em 1960 e um em cada três, em 2000. Além disso, mostram que as barreiras ao casamento inter-racial são mais fortes envolvendo pretos e bem menores para os casamentos entre pardos e brancos. Paralelamente, indicam diminuição da homogamia educacional, embora haja a tendência de aumento para cônjuges com ensino superior. Uma das limitações desse trabalho é o fato de não levar em conta os mercados matrimoniais regionais, tema que é desenvolvido no trabalho de Carolina Tomás (2017). De fato, há diferenças bastante significativas quando se leva em conta as diferenças regionais, tendo em vista que no sul do país há menos casamentos inter-raciais.

Todos esses estudos sobre relações raciais e classificação de cor dos indivíduos são altamente relevantes e de fato trouxeram inovações importantes para o estudo das relações raciais no Brasil. Não há dúvidas de que representam avanço do conhecimento.

## **Outros temas**

Uma conexão interessante entre o estudo sociológico da desigualdade e a sociologia política se encontra nos trabalhos de Elisa Reis sobre a percepção das elites sobre pobreza e desigualdade tanto no Brasil como também em perspectiva comparada. Como destaca a autora (Reis, 1995; 2000),

questões relativas à pobreza e à desigualdade tocam em um problema básico da sociologia, que é o estabelecimento da solidariedade social, sua preservação ou rompimento. Se os efeitos da desigualdade e da pobreza afetam a capacidade de empatia entre setores da sociedade, a questão da solidariedade e da cooperação pode se tornar problemática e gerar diversos tipos de reflexo (violência, por exemplo).

A matriz analítica que justifica a atenção às elites pode ser localizada na sociologia histórica de Abraham de Swaan (1988) sobre a origem das políticas sociais na Europa ocidental e nos Estados Unidos. No trabalho, o autor aponta que o estudo das percepções das elites era importante para entender como as elites entendem a interdependência na sociedade e como as externalidades da pobreza e da desigualdade afetariam, como ameaças ou oportunidades, o grau de responsabilização que as elites atribuem a si mesmas pelas condições dos pobres e a viabilidade com que a pobreza poderia ser combatida. Nessa perspectiva, elites são definidas como pessoas que ocupam posições que as permitem controlar uma proporção grande de recursos materiais, simbólicos e políticos (Swaan *et al.*, 2000).

Em diálogo com essa teoria, Elisa Reis (2011) responde a várias perguntas sobre o papel da elite no Brasil, suas especificidades e em que medida ela se aproxima das percepções das elites de países como Filipinas, Haiti, Bangladesh e África do Sul. Qual é o grau de responsabilização das elites para influenciar a mudança nas condições de vida dos pobres? Há alguma coordenação de ação coletiva para que algo seja feito? Em quais condições a legitimidade de ações de terceiros (Estado, organizações não governamentais) são aceitas ou negadas? Reis (2011) operacionaliza

o conceito de elite por meio de uma noção institucional, uma vez que estuda a cultura política de setores da elite brasileira investigando políticos, servidores públicos federais em cargos de alto escalão, líderes empresariais e sindicais. Em seus trabalhos, a autora utiliza uma amostra aleatória de 320 casos, colhida entre 1994 e 1995, em que um questionário sobre atitudes e valores relacionados a questões de justiça e igualdade foi aplicado. Posteriormente, a pesquisa foi complementada por 15 a 20 entrevistas qualitativas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará, realizadas entre os mesmos setores, mas também entre militares, intelectuais e religiosos (Reis, 2000; 2011). As pesquisas chegam a vários resultados interessantes.

Reis (2000) aponta que desigualdade e pobreza são mobilizadas como questões importantes para as elites. Com efeito, altos índices de pobreza e desigualdade social são apontados por 23,4% da amostra como um dos principais obstáculos à democracia no Brasil no período. Pobreza e distribuição de renda seriam, respectivamente, o terceiro e quinto principal problema nacional, apontados por 14,3 e 8,3% da amostra. A elite brasileira claramente enfatiza as externalidades negativas da pobreza e da desigualdade. Violência, crime e segurança são apontados por 51,6% da amostra como consequências significativas da desigualdade (Reis, 2011, p. 104). Qual seria a solução para o problema? A melhoria dos níveis educacionais é a solução preferida por 23% das elites — um sinal, segundo Reis (2011), de que as elites vislumbram uma solução sem custos diretos para si mesmas. O processo educacional seria indutor de desenvolvimento econômico e criador de posições sociais, mas o aumento da escolarização não aumentaria a

competição pelas posições sociais, mas sim uma acomodação.

Nesses e em outros estudos (Reis, 2005; 2012), a autora aponta para um paradoxo presente na elite brasileira: seus membros são sensíveis aos problemas sociais relacionados à pobreza e à desigualdade e são também capazes de localizar as externalidades negativas desses processos. Contudo, as elites localizam o Estado como algo externo, do qual não participam (até mesmo as elites políticas e burocráticas). Ao responsabilizarem o Estado pela mazela social, esses atores eximir-se-iam de sua responsabilidade coletiva. Em síntese, voltando ao modelo de Abraham de Swaan previamente exposto, seria possível argumentar que a elite brasileira localiza a interdependência social ao reconhecer a pobreza e a desigualdade como relevantes, localiza também as externalidades negativas e crê que algo poderia ser feito para diluí-las; contudo, não se responsabiliza por tomar atitudes para a resolução da questão.

Scalon (2007) também investiga a percepção da elite brasileira sobre a desigualdade, comparando suas opiniões com as de pessoas fora desse grupo. A operacionalização de “elite” da autora é econômica: aqueles localizados entre os 10% mais ricos da distribuição *per capita* de renda familiar. Essa fração é comparada com os restantes 90% da população (nomeada de “povo” pela autora) em diversas dimensões relativas às suas percepções sobre igualdade, desigualdade e quais são as opiniões dos brasileiros para fatores que explicam e remedeiam essas dinâmicas. Mobilizando dados de um *survey* realizado no país em 2000 como parte do International Social Survey Programme (ISSP), a amostra mobilizada é representativa para a população do país na

ocasião de realização da pesquisa. Entre as dinâmicas passíveis de serem empiricamente avaliadas, a pesquisa permite responder como os brasileiros avaliavam um “tamanho” aceitável para a disparidade de renda, quais são suas percepções sobre o desenho da estrutura social (piramidal? cônica? pirâmide invertida?), quais critérios prevaleceriam para a remuneração dos agentes e como a população se responsabiliza sobre alguns dos problemas pesquisados.

Instados a concordar ou discordar da frase “No Brasil, as diferenças de renda são muito grandes”, 96,5% da elite e 96% do “povo” concordam totalmente ou em parte com a afirmação. Os dois grupos também concordam com qual seria o formato de uma “estrutura” para a distribuição de renda da sociedade. Quando apresentados com diferentes diagramas que representariam o Brasil em termos de sua estrutura social, podendo responder entre uma pirâmide, uma pirâmide invertida, um cone estreito no topo e na base e largo no meio da figura ou uma estrutura da letra T invertida, tanto elite como “povo” escolheram a representação cônica como a ideal, com 64 e 54% das respostas, respectivamente. Na interpretação da autora, esse é um forte sinal de que os dois grupos têm uma sociedade de classe média como ideal. Outra dimensão interessante levantada é o grau de responsabilidade de diferentes atores sobre a desigualdade: governo, deputados e senadores, empresários, líderes religiosos, trabalhadores. Novamente há uma sobreposição da percepção de elite e povo, que atribuem ao Estado a maior responsabilidade do combate à desigualdade, com 74% das respostas dos dois grupos quando somadas as categorias “governo” e “deputados e senadores”. Scalon (2007) reporta diferenças na percepção dos grupos em relação à sua opinião so-

bre “quais seriam os maiores problemas do Brasil”. Tanto elite como “povo” concordam que a falta de segurança e questões de saúde são as preocupações mais importantes. Desse ponto em diante, há divergência. Enquanto a elite classifica desemprego e corrupção como problemas igualmente intensos, enquanto o “povo” elege o desemprego como uma das principais mazelas nacionais.

Outro tema importante na pesquisa internacional sobre desigualdade, mas ainda pouco investigado na pesquisa sociológica brasileira sobre estratificação social, é a saúde. Trabalhos ligados a várias disciplinas — epidemiologia, demografia, economia e sociologia — mostram há muito tempo que os efeitos da desigualdade estruturam sistematicamente a mortalidade, a morbidade e os comportamentos de risco ligados a episódios de saúde (Link; Phelan, 1995). Figueiredo Santos (2011) foi o pioneiro ao chamar atenção para a ligação entre as condições socioeconômicas e a estruturação da autoavaliação de saúde no país. Mobilizando dados do suplemento de saúde da PNAD de 2003, o autor investiga como a posição de classe estrutura a autoavaliação de saúde, um dos indicadores mais utilizados na pesquisa mundial sobre o tema, dimensão empiricamente validada como preditora de episódios de morbidade e mortalidade. Seus resultados apontam que posições ligadas ao controle de capital são importantes na estruturação da boa saúde. Seu estudo aponta que recursos materiais (renda) medeiam parte significativa dos efeitos de classe, mas mesmo o uso extensivo de controles não reduz totalmente o efeito de posições de classe privilegiadas. O trabalho aponta que as divisões de classe captam de forma não trivial a distribuição das chances de saúde na população brasileira: tanto a supressão de condições ruins

para o topo da estrutura de classe quanto as desvantagens associadas a trabalhos ligados a processos de exploração (Figueiredo Santos, 2011, p. 47).

Carvalho e Chor (2016) também investigam a estruturação das condições de saúde no Brasil. Mobilizando dados da PDSD, os pesquisadores tentam entender a relação entre posição socioeconômica (operacionalizada por meio da escolaridade) e idade, de forma a compreender como diferentes estágios do ciclo de vida estruturam as condições de saúde. Os resultados do trabalho apontam que aqueles com maiores condições socioeconômicas, ao envelhecerem, têm sua condição de saúde mais protegida quando comparados aos com menos recursos socioeconômicos. Os autores chamam a atenção para como esse resultado pode ser interpretado como indicação da relação de acumulação da desigualdade ao longo do ciclo de vida, ou seja, recursos socioeconômicos alcançados em certo estágio do ciclo de vida individual exercem influência sobre estágios posteriores do ciclo de vida dos indivíduos, um sinal do clássico “efeito Mateus” apontado por Merton (1968; 1988; 1995).

## **Conclusão**

Apesar de termos tentando pontuar o texto com críticas à literatura revisada, neste fim de texto restam alguns comentários críticos que podem ser colocados de forma transversal à literatura brasileira sobre estratificação social.

Primeiramente, é possível apontar que as comparações típicas feitas na pesquisa internacional raramente são feitas com base no Brasil. A disponibilidade atual e a facilidade

de acessar dados de outros países fazem com que essa seja uma via relevante de colaboração no futuro. Outra direção possível é que os pesquisadores da área incorporem avanços metodológicos recentes para a especificação de modelos que busquem identificar efeitos causais. Nesse sentido, os pesquisadores podem ficar atentos não somente à validade externa de seus estudos, mas também à validade interna, à busca e à especificação de efeitos mais precisos. Especialmente importante é a procura de dados que não necessariamente sejam os dados secundários tipicamente usados nos estudos apresentados. Ainda que tenham níveis de inferência não necessariamente nacionais, dados de outras fontes podem ser trabalhados em prol da identificação de efeitos mais precisos dos modelos investigados, assim como os mecanismos estruturadores da desigualdade, ainda que em um contexto limitado (empresa, universidade, escola)<sup>16</sup>.

Também é importante ressaltar que alguns temas não foram suficientemente discutidos nessa revisão da literatura. Por exemplo, a inter-relação entre estratificação social e gênero não foi exaustivamente analisada, não por preferência nossa, mas pela relativa ausência de trabalhos que tratem do tema. Embora alguns dos trabalhos revistos tratem do assunto, tendo em vista que enormes mudanças na estratificação social brasileira estão relacionadas ao tema da mudança da posição das mulheres no mercado de trabalho e no sistema educacional, essa omissão identificada na área é relativamente grave, e identifica-se como área promissora de pesquisa (Itaborá, 2016).

Ainda que contenha esse limite, acreditamos que essa revisão mostra as contri-

---

16 Para um ótimo exemplo nessa direção, ver Karruz (2018).

buições significativas que pesquisadores direta ou indiretamente envolvidos com a área de estratificação social deram à pesquisa brasileira sobre o tema. Um dos principais objetivos da sociologia é concentrar-se em populações ou subpopulações definidas temporal e espacialmente para entender não os estados e comportamentos dos membros dessa população em toda sua variabilidade, mas as regularidades que são as propriedades dessas populações e não necessariamente calcadas no comportamento e nas ações de seus membros considerados individualmente (Goldthorpe, 2016). O estabelecimento dessas regularidades só é possível por meio do uso de bases de dados e de estatística multivariada. Os trabalhos revisados anteriormente são claras contribuições nessa direção. Sua capacidade de

investigar e estabelecer regularidades estruturantes da desigualdade social brasileira em múltiplos âmbitos é clara. Esse é um passo necessário para buscar os processos ou mecanismos que, em operação no nível individual, são responsáveis por produzir as regularidades previamente mencionadas.

Por seguir essa orientação e ter densa relação entre teoria e empiria, acreditamos que a pesquisa em estratificação social também sirva de exemplo para as outras áreas de especialização disciplinar da sociologia brasileira, tendo em vista o caráter cumulativo das pesquisas, a sofisticação da relação entre desenhos de pesquisa e teoria, a atualização constante dos recursos técnicos mobilizados e o permanente escrutínio crítico (baseado em evidências e desenhos de pesquisa adequados) que caracterizam a área.

### Bibliografia

- AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 16, 1983.
- ANDRADE, R. J. de; SOARES, J. F. O efeito da escola brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 41, p. 379-406, 2008. <http://dx.doi.org/10.18222/ea194120082067>
- ARRETICHE, M. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BAILEY, S. R.; LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O. Measures of Race and the analysis of racial inequality in Brazil. **Social Science Research**, v. 42, n. 1, p. 106-119, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.06.006>
- BARBOSA, R. Desigualdade de rendimentos do trabalho no curto e no longo prazo: tendências de idade, período e coorte. **Dados**, v. 59, n. 2, p. 385-425, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201681>

- BARROS, R. P. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, R. P. et al. (orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasil: IPEA, 2006. p. 305-342.
- BECKER, G.; TOMES, N. Human capital and the rise and fall of families. **Journal of Labor Economics**, v. 4, n. 3, p. s1-s39, 1986.
- BELLER, E. Bringing Intergenerational Social Mobility Research into the Twenty-First Century: Why Mothers Matter. **American Sociological Review**, v. 74, n. 4, p. 507-528, 2009.
- BERTONCELO, E. R. E. Classes e práticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 185-211, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100012>
- BERTONCELO, E. R. E. O espaço das classes sociais no Brasil. **Tempo Social**, v. 28, n. 2, p. 73-104, 2016. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.110534>
- BERTONCELO, E. R. E. Social Classes in Brazil: Time, Trajectory and Immaterial Inheritance. **The Sociological Review**, v. 63, n. 2, p. 451-479, 2015. <https://doi.org/10.1111%2F1467-954X.12290>
- BJÖRKLUND, A.; JÄNTTI, M. Intergenerational income mobility in Sweden compared to the United States. **American Economic Review**, v. 87, n. 5, p. 1009-1018, 1997.
- BLANDEN, J. Cross-country ranking in intergenerational mobility: a comparison of approaches from economics and sociology. **Journal of Economic Survey**, v. 27, n. 1, p. 38-73, 2013. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2011.00690.x>
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D. **The American Occupational Structure**. Nova York: Academic Press, 1967.
- BLOOME, D.; DYER, S.; ZHOU, X. Educational Inequality, Educational Expansion, and Intergenerational Income Persistence in the United States. **American Sociological Review**, v. 83, n. 6, p. 1215-1253, 2018. <https://doi.org/10.1177%2F0003122418809374>
- BOUDON, R. **Education, opportunity, and social inequality: changing prospects in Western society**. Nova York: Wiley, 1974.
- BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; MENÉNDEZ, M. Inequality of Opportunity in Brazil. **Review of Income and Wealth**, v. 53, n. 4, p. 585-618, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4991.2007.00247.x>
- BREEN, R. Educational Expansion and Social Mobility in the 20th Century. **Social Forces**, v. 89, n. 2, p. 365-388, 2010. <https://doi.org/10.1353/sof.2010.0076>
- BREEN, R. **Social Mobility in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BREEN, R.; JONSSON, I. Inequality of opportunity in comparative perspective: recent research on educational attainment and social mobility. **Annual Review of Sociology**, v. 31, p. 223-243, 2005. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.31.041304.122232>
- BREEN, R.; KARLSSON, K.; HOLM, A. Interpreting and understanding Logit, Probit, and Other Nonlinear Probability Models. **Annual Review of Sociology**, v. 44, p. 39-54, 2018. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073117-041429>
- BREEN, R.; MOOD, K.; JONSSON, I. How Much Scope for a Mobility Paradox? The Relationship between Social and Income Mobility in Sweden. **Sociological Science**, 2016. <https://doi.org/10.15195/v3.a3>
- BREEN, R.; ROTTMAN, D. **Class stratification: a comparative perspective**. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1995.

- BRITO, M. M. A. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 224-258, 2017. <https://doi.org/10.1590/198053143789>
- BUIS, M. The consequences of unobserved heterogeneity in a sequential logit model. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 29, n. 3, p. 247-262, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2010.12.006>
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Mercado de Trabalho**, v. 53, p. 37-44, 2012.
- CAMERON, S. V.; HECKMAN, J. J. Life Cycle Schooling and Dynamic Selection Bias: Models and Evidence for Five Cohorts of American Males. **Journal of Political Economy**, v. 106, n. 2, p. 262-333, 1998. <https://doi.org/10.1086/250010>
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000300005>
- CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cadernos CRH**, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000200006>
- CARDOSO, A.; PRETECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017140>
- CARVALHAES, F. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030005>
- CARVALHAES, F.; CHOR, D. Posição socioeconômica, idade e condição de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-27, 2016. <https://doi.org/10.17666/319207/2016>
- CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>
- CARVALHAES, F. et al. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda. Uma análise da década de 2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 79-97, 2014.
- CHAN, T. W.; GOLDTHORPE, J. H. Is There a Status Order in Contemporary British Society? Evidence from the Occupational Structure of Friendship. **European Sociological Review**, v. 20, n. 5, p. 383-401, 2004. <https://doi.org/10.1093/estr/jch033>
- CONLEY, D. Decomposing the Black-White Wealth Gap: the role of parental resources, inheritance and investment dynamics. **Sociological Inquiry**, v. 71, n. 1, p. 39-66, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2001.tb00927.x>
- CONLEY, D. Reading class between the lines: A reflection on why we should stick to folk concepts of social class. In: CONLEY, D.; LAREAU, A. (orgs.). Nova York: Russell Sage, 2008. p. 366-373.
- DAFLON, V. T.; CARVALHAES, F.; FERES JÚNIOR, J. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017121>
- DIPRETE, T. A. Labor Markets, Inequality, and Change: A European Perspective. **Work and Occupations**, v. 32, n. 2, p. 119-139, 2005. <https://doi.org/10.1177%2F0730888405274511>
- DIPRETE, T. A.; BUCHMANN, C. **The rise of women**: the growing gender gap in education and what it means for American schools. Nova York: Russell Sage Foundation, 2013.
- DUNN, C. **The intergenerational transmission of earnings**: evidence from Brazil. Michigan: Departamento de Economia, University of Michigan, 2004. (Technical Report.)

- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Oxford University Press; Nova York: Clarendon Press, 1992.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARERO, L. Intergeneration Class Mobility in Three Western European Societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.
- FERNANDES, D. C. Race, Socioeconomic Development and the Educational Stratification Process in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 22, p. 365-422, 2004. [https://doi.org/10.1016/S0276-5624\(04\)22012-1](https://doi.org/10.1016/S0276-5624(04)22012-1)
- FERNANDES, D. C.; SALATA, A.; CARVALHAES, F. Desigualdade e estratificação: analisando sociedades em mudança. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 86-112, 2017. <https://doi.org/10.20336/rbs.222>
- FERREIRA, S.; VELOSO, F. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, v. 26, n. 2, p. 181-211, 2006. <http://dx.doi.org/10.12660/bre.v26n22006.1576>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe média e mudanças de renda no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 4, p. 83-107, 2014. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.78>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000200005>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 27-55, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100002>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e deslocamentos de renda no Brasil. **Dados**, v. 58, n. 1, p. 79-110, 2015. <https://doi.org/10.1590/00115258201539>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.
- FLETCHER, P. R.; RIBEIRO, S. C. O ensino de primeiro grau no Brasil hoje. **Em Aberto**, ano 6, n. 33, 1987.
- FRANCO, C. O SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 127-133, 2001. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000200010>
- GOLDTHORPE, J. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- GOLDTHORPE, J. H. **Sociology as a population science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. Introduction: The Conceptual Foundations of Poverty and Inequality Measurement. In: GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. (orgs.). **Poverty and Inequality**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 1-29.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Origens e destinos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- HERTEL, F.; GROH-SAMBERG, O. The Relation between Inequality and Intergenerational Class Mobility in 39 Countries. **American Sociological Review**, v. 84, n. 6, p. 1099-1133, 2019. <https://doi.org/10.1177%2F0003122419885094>
- ITABORAÍ, N. R. Trabalho e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **Gênero**, v. 16, n. 2, p. 173-199, 2016. <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31241>
- JACKSON, M. **Determined to Succeed?** Performance versus Choice in Educational Attainment. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- JACKSON, M. et al. Primary and Secondary Effects in Class Differentials in Educational Attainment: The Transition to A-Level Courses in England and Wales. **Acta Sociologica**, v. 50, n. 3, p. 211-229, 2007.

- JANTTI, M.; JENKINS, S. **Income mobility**. 2013. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2361037>
- KARINO, C. A.; LAROS, J. A. Estudos brasileiros sobre eficácia escolar: uma revisão de literatura. **Examen**, v. 1, n. 1, p. 95-126, 2017.
- KARRUZ, A. Oferta, Demanda e Nota de Corte: Experimento Natural sobre Efeitos da Lei das Cotas no Acesso à Universidade Federal de Minas Gerais. **Dados**, v. 61, n. 2, p. 405-460, 2018. <https://doi.org/10.1590/001152582018157>
- LEON, F. L. L. de; MENEZES-FILHO, N. A. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 32, n. 3, p. 417-451, 2002.
- LINK, B. G.; PHELAN, J. Social Conditions as Fundamental Causes of Disease. **Journal of Health and Social Behavior**, n. esp., p. 80-94, 1995.
- MARE, R. D. Change and Stability in Educational Stratification. **American Sociological Review**, v. 46, n. 1, p. 72-87, 1981. <https://doi.org/10.2307/2095027>
- MARE, R. D. Social Background and School Continuation Decisions. **Journal of the American Statistical Association**, v. 75, n. 370, p. 295-305, 1980. <https://doi.org/10.2307/2287448>
- MARTELETO, L. J. Educational Inequality by Race in Brazil, 1982-2007: Structural Changes and Shifts in Racial Classification. **Demography**, v. 49, n. 1, p. 337-538, 2012. <https://doi.org/10.1007/s13524-011-0084-6>
- MARTELETO, L.; CARVALHAES, F.; HUBERT, C. Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 277-302, 2012.
- MARTELETO, L.; DONDERO, M. Racial Inequality in Education in Brazil: A Twins Fixed-Effects Approach. **Demography**, v. 53, n. 4, p. 1185-1205, 2016. <https://doi.org/10.1007/s13524-016-0484-8>
- MARTELETO, L.; MARSCHNER, M.; CARVALHAES, F. Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 46, parte B, p. 99-111, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2016.08.004>
- MAZUMDER, B. Fortunate sons: New Estimates of intergenerational mobility in the United States using social security earnings data. **Review of Economics and Statistics**, v. 87, n. 2, p. 235-255, 2005.
- MEDEIROS, M. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: Editora UnB, 2012.
- MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos**: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Anpocs, Aderaldo & Rothschild, 2005.
- MEDEIROS, M.; GALVÃO, J. de C. Educação e Rendimentos dos Ricos no Brasil. **Dados**, v. 59, n. 2, p. 357-383, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201680>
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. State Transfers, Taxes and Income Inequality in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 2, p. 3-29, 2015. <https://doi.org/10.1590/1981-38212014000200009>
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. Á. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015a. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015204.00362014>
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. Á. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **Dados**, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015b. <https://doi.org/10.1590/00115258201537>

- MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science: The reward and communication systems of science are considered. **Science**, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968. <https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56>
- MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science, II: Cumulative Advantage and the Symbolism of Intellectual Property. **Isis**, v. 79, n. 4, p. 606-623, 1988.
- MERTON, R. K. The Thomas Theorem and The Matthew Effect. **Social Forces**, v. 74, n. 2, p. 379-422, 1995. <https://doi.org/10.2307/2580486>
- MIZE, M.; DOAN, L.; LONG, J. S. A General Framework for Comparing Predictions and Marginal Effects across Models. **Sociological Methodology**, v. 49, n. 1, p. 152-189, 2019. <https://doi.org/10.1177/0081175019852763>
- MONT'ALVÃO, A. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. **Dados**, v. 54, n. 2, p. 389-430, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200006>
- MORRIS, M.; WESTERN, B. Inequality in earnings at the close of the twentieth century. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 623-657, 1999. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.25.1.623>
- MUNIZ, J. Inconsistências e consequências da variável raça para a mensuração de desigualdades. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. 62-86, 2016. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23097>
- MUNIZ, J. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 277-291, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200017>
- NERI, M. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais/FGV Editora, 2008.
- NEVES, J. A.; FERNANDES, D.; HELAL, D. Region, Industry, and Intergenerational Status Transmission in Urban Brazil. **Population Review**, v. 46, n. 1, p. 12-28, 2007. <https://doi.org/10.1353/prv.2007.0002>
- OLIVEIRA, R. P. Da universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: Uma Análise Histórica. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>
- OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- PAGER, D. **Marked: race, crime, and finding work in an era of mass incarceration**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 38, n. 1, 2008.
- PICANÇO, F. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. **Latin American Research Review**, v. 51, n. 1, p. 109-131, 2016. <http://doi.org/10.1353/lar.2016.0001>
- PICANÇO, F. Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 62, n. 2, p. 87-102, 2006.
- PICANÇO, F.; MORAIS, J. Estudos sobre estratificação educacional: síntese dos principais argumentos e desdobramentos. **Educação e Sociedade**, v. 37, n. 135, p. 391-406, 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016126201>
- PRATES, A. A. P.; COLLARES, A. C. M. **Expansão, diferenciação e desigualdades no ensino superior**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoroso” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 35-48, 1995.

- REIS, E. Elite perceptions of poverty and inequality in Brazil. In: BLOFIELD, M. (org.). **The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America**. Filadélfia: Pennsylvania State University Press, 2011. p. 89-108.
- REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.
- REIS, E. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. In: REIS, E.; MOORE, M. (orgs.). **Elite perceptions of poverty and inequality**. Londres: Zed Books, 2005. p. 26-56.
- REIS, E. Poverty in the eyes of Brazilian elites. In: AMSDEN, A. H. et al. (orgs.). **The role of elites in economic development**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 179-199.
- RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 833-870, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>
- RIBEIRO, C. A. C. Contínuo racial, mobilidade social e “embranquecimento”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017a. <https://doi.org/10.17666/329503/2017>
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100002>
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: raça, classe e gênero. In: RIBEIRO, C. A. C. (org.). **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 21-69
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade nas Transições para a Vida Adulta (1996-2008). **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 433-473, 2014a. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v426>
- RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. Occupational and income intergenerational mobility in Brazil between the 1990s and 2000s. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 157-185, 2017b. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v717>
- RIBEIRO, C. A. C. Quatro Décadas de Mobilidade Social no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 3, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300003>
- RIBEIRO, C. A. C. Sociologia como ciência das populações: contribuições de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 86, p. 7-35, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8602/2018>
- RIBEIRO, C. A. C. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. **Mercado de Trabalho**, n. 62, 2017c.
- RIBEIRO, C. A. C.; MACHADO, W. Rendimento do Trabalho das Esposas e Tendências da Desigualdade de Renda no Brasil (1992-2014). **Dados**, v. 61, n. 1, p. 103-135, 2018. <https://doi.org/10.1590/0011525820181848>
- RIBEIRO, C. A. C.; SCALON, M. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Dados**, v. 44, n. 1, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000100004>
- RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 133-162.
- RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. do V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados**, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100001>
- RIBEIRO, C. A. C.; SOLIS, P. Movilidad de Clase en el Brasil Contemporáneo. In: SOLIS, P.; BOADO, M. (orgs.).

- Y sin embargo se mueve...: Estratificación social y movilidad intergeneracional de clase en América Latina.** . Cidade do México: El Colegio de México - Centro de Estudios Espinosa Yglesias., 2016. p. 193-240.
- SALATA, A. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: Redução das desigualdades entre classes? **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 76-95, 2018a. <http://doi.org/10.25222/larr.252>
- SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas. Redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018b. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>
- SALATA, A. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **Dados**, v. 58, n. 1, p. 111-149, 2015. <https://doi.org/10.1590/00115258201540>
- SALATA, A. Uma nova abordagem empírica para a hierarquia de status no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016. <https://doi.org/10.17666/319203/2016>
- SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, n. 18, p. 126-149, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200007>
- SCALON, M. C. **Mobilidade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SCALON, C.; SANTOS, J. A. F. Desigualdades, Classes e Estratificação Social. In: MARTINS, C. B. (org.). **Horizontes Das Ciências Sociais No Brasil (Sociologia)**. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 77-105.
- SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200009>
- SCHWARTZMAN, L. F. Does Money Whiten? Intergenerational Changes in Racial Classification in Brazil. **American Sociological Review**, v. 72, n. 6, p. 940-63, 2007. <https://doi.org/10.1177/000312240707200605>.
- SHARKEY, P. The intergenerational transmission of context. **American Journal of Sociology**, v. 113, n. 4, p. 931-969, 2008. <https://doi.org/10.1086/522804>
- SHAVIT, Y; YAISH, M; BAR HAIM, E. The persistence of persistent inequality. In: STEFANI, S. et al. (orgs.). **Origin to Destination: Trends and Mechanisms in Social Stratification Research**. Chicago: Chicago University Press, 2007. p. 37-57.
- SILVA, N. do V. **Black-white income differentials: Brazil 1960**. Tese de doutorado. Universidade de Michigan: Ann Arbor, 1978.
- SILVA, N. do V. **Introdução à Análise de Dados Qualitativos**. São Paulo: Vértice, 1990.
- SILVA, N. do V. Mobilidade Social. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, vol. 2: Sociologia. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999. p. 57-94.
- SILVA, N. do V. **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. (mimeo.)
- SILVA, N. do V.; HAENBALG, C. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- SILVEIRA, L. S.; MUNIZ, J. Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, p. 265-289, 2014. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3112>
- SIMKUS, A. Comparative Stratification and Mobility. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 22, p. 3-4, 1981.

- SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, p. 27-52, 2005.
- SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 492-517, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200007>
- SØRENSEN, A. B. Toward a Sounder Basis for Class Analysis. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6, p. 1523-1558, 2000. <https://doi.org/10.1086/210463>
- SOUZA, P. H. G. F. de. A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre Censos, PNADs e POFs. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 32, n. 1, p. 165-188, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982015000000009>
- SOUZA, P. H. G. F. de. A history of inequality: Top incomes in Brazil, 1926–2015. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 57, p. 35–45, 2018.
- SOUZA, P. H. G. F. de; CARVALHAES, F. Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011). *Dados*, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582014000100004>
- SOUZA, P. H. G. F. de; MEDEIROS, M. Top Income Shares and Inequality in Brazil, 1928-2012. *Sociologies in Dialogue*, v. 1, n. 1, p. 119-132, 2015. <http://dx.doi.org/10.20336/sid.v1i1.2>
- SOUZA, P. H. G. F. de; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, 2010.
- SWAAN, A. De. **In care of the state: health care, education, and welfare in Europe and the USA in the modern era.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SWAAN, A. De et al. Elite Perceptions of the Poor: Reflections for a Comparative Research Project. *Current Sociology*, v. 48, n. 1, p. 43-54, 2000. <https://doi.org/10.1177%2F0011392100048001006>
- TELLES, E. Racial Ambiguity among the Brazilian Population. *Ethnic and Racial Studies*, v. 25, n. 3, p. 415-41, 2002. <https://doi.org/10.1080/01419870252932133>.
- TELLES, E. E. **Race in another America: the significance of skin color in Brazil.** Princeton: Princeton University Press, 2004.
- TOMÁS, M. C. Space and Interracial Marriage: How Does the Racial Distribution of a Local Marriage Market Change the Analysis of Interracial Marriage in Brazil? *Revista Latinoamericana de Población*, v. 11, n. 21, p. 113-139, 2017.
- TORCHE, F. Unequal but Fluid: Social Mobility in Chile in Comparative Perspective. *American Sociological Review*, v. 70, p. 422-450, 2005.
- TORCHE, F. Economic Crisis and Inequality of Educational Opportunity in Latin America. *Sociology of Education*, v. 83, n. 2, p: 85–110, 2010. <https://doi.org/10.1177/0038040710367935>
- TORCHE, F.; RIBEIRO, C. A. C. Parental wealth and children's outcomes over the life-course in Brazil: A propensity score matching analysis. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 30, n. 1, p. 79-96, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2011.07.002>
- TORCHE, F.; RIBEIRO, C. A. C. Pathways of change in social mobility: Industrialization, education and growing fluidity in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 28, p. 291-307, 2010.
- TREIMAN, D. Industrialization and Social Stratification. In: LAUMANN, E. O. (org.). **Social Stratification: Research and Theory for the 1970s.** Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970. p. 207-234.

- VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 52, p. 291-310, 2006.
- WILLIAMS, D. R. et al. Racial Differences in Physical and Mental Health: Socioeconomic Status, Stress, and Discrimination. **Journal of Health Psychology**, v. 2, n. 3, p. 335-351, 1997. <https://doi.org/10.1177/135910539700200305>
- WRIGHT, E. O. **Class counts**: comparative studies in class analysis. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- XAVIER, F.; NEVES, J. A. Estrutura social e transmissão intergeracional de status: uma análise hierárquica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 2, p. 259-275, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982012000200004>

Roberto Véras de Oliveira<sup>I</sup>  
José Ricardo Ramalho<sup>II</sup>  
Cinara Rosenfield<sup>III</sup>

### Introdução

Os estudos sociológicos sobre o tema do trabalho no Brasil têm sido objeto de inúmeros balanços bibliográficos, com enfoques variados (muitos dos quais publicados pela BIB). Entre eles, destacamos: Sorj (1983, 2000); Abramo (1990); Castro e Leite (1994); Abramo e Montero (1995); Leite e Silva (1996); Leite, Abramo e Abreu (1997); Leite *et al.* (1998); Guimarães (2004; 2009); Leite (2012); De La Garza (2016); Lima e Araújo (2016); e Bridi, Braga e Santana (2018). Outras resenhas também podem ser acrescentadas a essa lista, mais especifica-

mente sobre o tema do sindicalismo (Rodrigues; Munhoz, 1974; Vianna, 1977, 1983; Ladosky; Véras de Oliveira, 2014), ou, de modo mais amplo, sobre o tema das representações das “classes populares” no pensamento social brasileiro (Paoli; Sáder; Telles, 1984; Sader; Paoli, 1986).

A proposta deste artigo<sup>1</sup> foi retomar a análise sobre a trajetória da Sociologia do Trabalho no Brasil<sup>2</sup>, que conta com um número significativo de balanços já realizados. Por outro lado, como essa área do conhecimento está referida a um objeto redesenhado com base em transformações sucessivas, impõe-se a necessidade de constantes atualiza-

---

1 Agradecimentos ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Uma das subáreas mais tradicionais e consolidadas da Sociologia brasileira. Em uma busca no Diretório Grupos de Pesquisa do CNPq, usando como filtros a área de Sociologia e os termos *trabalho* e *trabalhadores*, contabilizamos 83 grupos, distribuídos por todas as regiões e pertencentes a diversos tipos institucionais. Dessa lista já haviam sido expurgados os casos de repetição (um mesmo grupo com dois registros) e as ocorrências em que a palavra *trabalho* não remete a estudos sobre o tema trabalho (por exemplo, foi contabilizado um caso em que a denominação do grupo se inicia com “grupo de trabalho”). Em todos os 83 casos o tema trabalho/trabalhadores está bem caracterizado no título.

---

<sup>I</sup>Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: roberto.veras.2002@gmail.com

<sup>II</sup>Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: josericardoramalho@gmail.com

<sup>III</sup>Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: rosenfield@uol.com.br

ções temáticas, conceituais e metodológicas. Isso colocou alguns dilemas: quanto ao recorte temporal, o texto deveria versar sobre toda a trajetória ou enfatizar os momentos mais recentes? O foco deveria se circunscrever à produção sociológica ou abranger os estudos do trabalho em sentido mais amplo? Que perspectiva metodológica adotar?

Optou-se por um balanço de todo o processo histórico de construção da Sociologia do Trabalho no Brasil, com atenção para as tendências atuais. Na contextualização, embora circunscrita à produção brasileira, buscou-se indicar, sempre que pertinente, as interconexões com o debate internacional, especialmente com as tradições sociológicas latino-americana, europeia e norte-americana. Do mesmo modo, embora com foco na Sociologia, foram consideradas as interfaces com outras áreas do conhecimento que também têm o trabalho como tema central. O principal desafio do artigo foi delimitar os contornos da Sociologia do Trabalho, em meio a um amplo e diverso campo de estudos. Nesse esforço, destacaram-se autores e obras, caracterizaram-se fases e passagens, identificaram-se temas e interfaces prioritários, procurando apreender os redeseños de suas fronteiras e campos de abordagem.

Quanto aos aspectos metodológicos, optou-se por uma abordagem qualitativa, contemplando de forma ampla as diversas visões (temas, autores, perspectivas), reveladas no mapeamento das resenhas bibliográficas anteriores. Adotou-se também uma narrativa ordenada pelos critérios cronológico e temático, buscando combinar um com o outro até onde se mostrou possível.

## **A sociologia do trabalho no Brasil: primeiros passos**

Na origem da Sociologia do Trabalho no Brasil, segundo Guimarães (2004), impuseram-se dois desafios: a necessidade de explicar, tomando-se por base o impulso industrializante dos anos 1950, o perfil do novo operariado e sua relação com os sindicatos e com o Estado; e a institucionalização do discurso sociológico frente às análises predominantes de militantes e memorialistas<sup>3</sup>.

As abordagens de Lopes (1965) e Rodrigues (1966; 1974), entre outros, sobre as aspirações e as atitudes desse novo operariado, largamente originário do campo, marcaram essa fase da Sociologia brasileira. Já Simão (1966) e Albertino Rodrigues (1968) privilegiaram o estudo da relação entre o Estado, os sindicatos e os trabalhadores. Em geral, prevaleceu o entendimento de que a ausência de conflitos de classe alimentava uma prática operária de tipo heterônoma e “populista”, incapaz de constituir formas próprias e permanentes de organização.

As bases teórico-metodológicas então prevalentes foram assentadas em um diálogo privilegiado e crítico com a Sociologia Industrial e a Escola de Relações Humanas norte-americanas (representadas por Elton Mayo, John Dunlop, William Whyte), entre outros e com a Sociologia do Trabalho francesa (capitaneadas por Georges Friedman, Pierre Naville, Alain Touraine etc.).

Conforme lembram Abramo e Monteiro (1995), nos anos 1950-1960, as Ciências Sociais latino-americanas estavam centradas nos problemas macrosociais do desenvolvimento, referidos à transição do “tradicional”

---

3 Antes disso, Moraes Filho (1952), adotando uma perspectiva sociológica em interface com o Direito, questionou a “ideologia da outorga” e demonstrou que os trabalhadores tinham uma história de luta em defesa dos seus direitos de representação.

ao “moderno” e do rural ao urbano, quando predominava uma visão dualista da realidade social. Nesse contexto, a Sociologia do Trabalho em muito se via imbricada na Sociologia do Desenvolvimento. Na outra mão, formas de trabalho não industriais também se convertiam em objeto de pesquisas, sobretudo em outras áreas do conhecimento.

Um movimento de conversão acadêmica do marxismo, impulsionado pelo “Seminário Marx”, realizado ao final dos anos 1950, repercutiu uma década depois no sucesso da “teoria da dependência” e na criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), representando decisivo contraponto aos paradigmas *dualista* e *funcionalista* no debate sobre a formação social brasileira. Especialmente no Cebap, germinaram inúmeros estudos centrados no tema do trabalho urbano, com ênfases ora no emprego, ora no trabalhador autônomo, assim como na pobreza ou na *marginalidade*. Vê-se, nesses estudos, a predominância de aportes das Sociologias do Desenvolvimento e Urbana e da Economia, geralmente lastreadas em categorias marxianas.

“A crítica da razão dualista” (Oliveira, 1972) foi um marco. Ao contrário de relações estanques entre o “moderno” e o “atrasado”, haveria, no caso brasileiro, uma relação “simbiótica” entre esses dois momentos da realidade do país: o “crescimento não capitalístico do setor comerciário” (e um aparente inchamento das grandes cidades) seria funcional à acumulação capitalista. Os estudos de Kowarick (1975), sobre o “processo de marginalização nas zonas urbanas”, e de Prandi (1978), sobre o “trabalhador por conta própria”, focaram no tema da *marginalidade*. Kowarick (1975), polemizando com Nun (1969) e Quijano (1970), contesta o caráter “afuncional” ou “disfuncional” à

acumulação capitalista de segmentos como trabalhadores autônomos, empregadas domésticas, desempregados, subempregados, formas tradicionais de produção etc.

Outras abordagens, como Singer (1977) e Santos (1978), dedicaram-se, por caminhos diferentes, a buscar os nexos *histórico-estruturais* que em países não desenvolvidos, tais como o Brasil, estabeleciam-se, no primeiro caso, entre “modos de produção” (particularmente o “mercado”, o “autônomo” e a “subsistência”) e, no segundo caso, entre o “circuito superior” (setor monopolista) e o “circuito inferior” da economia (composto de “atividades de pequena escala”). A partir do fim dos anos 1970, tal perspectiva perdeu importância com o esvaziamento do tema do desenvolvimento, a crise do marxismo, a crítica teórico-metodológica e política aos *determinismos* e *economicismos*, entre outros fatores.

Também nos anos 1970, firmou-se outra vertente urbana das abordagens sobre *trabalho* e *sistemas produtivos*. Silva (1971), em um estudo antropológico sobre *favelas* do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras, introduziu as categorias de “mercado formal” (MF) e “mercado não formalizado” (MNF), incluindo neste os “trabalhadores por conta própria”, os “biscateiros” e os “empregados domésticos”. A articulação entre os dois “subsistemas” resultaria de um intenso fluxo de mercadorias e pessoas, inclusive por parte de membros de uma mesma família, de modo a melhor aproveitar as vantagens e evitar os riscos de cada um. Simultaneamente, surgia, a partir de Hart (1973) e de missões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Quênia (ILO, 1972), a categoria de “setor informal”, abrindo com isso novas perspectivas de interpretação sobre *trabalho* e *emprego*, sobretudo nos países periféricos. Apesar das controvérsias, tal categoria tor-

nou-se referência no debate acadêmico e no âmbito das políticas públicas.

Souza (1982), pela Economia do Trabalho, marcou o debate brasileiro, associando ao “setor informal” um caráter de “subordinação” e condição “intersticial” perante a produção capitalista, sendo aquele continuamente destruído por esta, mas recriado persistentemente pela ação dos trabalhadores autônomos. Sua abordagem diferiu do dualismo “tradicional-moderno”, mas também das abordagens marxistas de viés funcionalista e da categoria de “setor informal” da OIT. O tema da *informalidade* firmou-se como um dos mais importantes nos estudos do trabalho, especialmente para a área da Economia do Trabalho. Para a Sociologia do Trabalho veio a ter maior importância a partir dos anos 2000, conforme veremos mais adiante.

### **A percepção dos trabalhadores como sujeitos políticos e plurais**

Na virada para os anos 1980, o contexto político de luta contra o Regime Militar motivou uma reorientação nos estudos do *trabalho* e dos *trabalhadores*. Críticas às perspectivas *estruturalistas*, *funcionalistas*, *deterministas*, *economicistas* ganharam particular evidência. Sader e Paoli (1986) identificaram uma ruptura com a representação de “classe atrasada”, contrastada pela experiência dos movimentos sociais emergentes. Para alguns autores, tais como Weffort (1972; 1979), Moisés (1982), entre outros, foi incorporada uma noção ressignificada da *política*, evidenciando o poder instituinte da ação dos trabalhadores frente à estrutura social; com Lopes (1976), Durham (1973) e outros, ganhou destaque o lugar

simbólico dos conflitos do trabalho e a experiência dos trabalhadores como classe; Leite Lopes (1976) e Humphrey (1982) estiveram entre os que priorizaram a abordagem do *processo de trabalho*, quando o espaço fabril voltou ao centro da atenção, agora como espaço de enfrentamentos cotidianos; e, finalmente, pela História Social e Política, com Visentini e De Decca (1976), De Decca (1981), Hall (1984) e outros, a volta ao passado visou apurar os movimentos de enfiamento de classes. A irrupção do movimento grevista no ABC Paulista, em 1978, teria, na visão dos autores, “consagrado as novas interpretações”.

Tratando especificamente da Sociologia do Trabalho, Guimarães (2004) argumenta que tal inflexão, além da emergência do “novo sindicalismo”, resultou das novas influências providas sobretudo de duas vertentes do marxismo. Uma, inspirando-se em Braverman (1974), colocou em evidência o processo de trabalho fabril (destacando a organização do trabalho, a qualificação, as novas tecnologias, a divisão sexual do trabalho, as formas de resistência e de relação com o sindicalismo etc.)<sup>4</sup>. A outra, referenciando-se nos historiadores Thompson (1963) e Hobsbawm (1964), voltou-se para a experiência do trabalho, as greves operárias e as novas práticas sindicais.

A Sociologia do Trabalho foi, naquela ocasião, desafiada a ter maior integração com a Sociologia Política, a Ciência Política, a Antropologia Social, os Estudos Feministas, a História Social, a Engenharia de Produção, a Administração de Empresas, a Saúde Ocupacional etc. Na interface com a Antropologia Social, ganharam relevância os ambientes extrafabris, a exem-

---

4 Importante destacar que o debate na Sociologia do Trabalho no Brasil sobre processo e organização do trabalho, pouco mais de uma década depois, sofreu importante influência também de Burawoy (1985), que realçou, para além das dimensões econômica e técnica, a dimensão política implicada.

plo do bairro e da família. De outra parte, abriu-se um novo olhar para o trabalho e os sistemas produtivos no setor agrícola, priorizando-se a apreensão das representações simbólicas de trabalhadores (Sorj, 1983). O projeto “Mudança Social no Nordeste”, do Museu Nacional, teve papel decisivo quanto a isso, capitaneando um expressivo conjunto de estudos sobre camponeses das grandes plantações de cana-de-açúcar, trabalhadores rurais e operários agroindustriais vinculados às usinas e engenhos e operários têxteis. Entre eles: Palmeira (1976), Almeida e Palmeira (1977), Leite Lopes (1976; 1988), Herédia (1979), Garcia (1989) e Alvim (1998).

Variantes desses estudos voltaram-se para os movimentos sociais no campo e o sindicalismo rural (Sigaud, 1979; 1980a; Medeiros, 1981; 1989; D’Incao, 1985; Novaes, 1991), para as implicações do avanço do capitalismo sobre a pequena produção rural e resistência, com a luta pela terra (Silva, 1981; 1983; Wanderley, 1979; Sigaud, 1980b; 1983; Esterci, 1987), assim como para o tema do trabalho análogo ao escravo nas áreas rurais (Esterci, 1994). Produziu-se, a partir de então, uma visão mais diversa e complexa dos processos sociais de articulação entre o “tradicional” e o “moderno”, o “capitalista” e o “não capitalista”, o “rural” e o “urbano”, a indústria e os demais sistemas produtivos, efeito esse também decorrente dos estudos de gênero e de raça associados ao tema do trabalho.

O tema de gênero só ganhou impulso nos estudos do trabalho nos anos 1970, quando passaram a ser abordadas as conexões entre a *divisão social e sexual do trabalho*, assim como entre a esferas produtiva e da reprodução social. Para Guimarães (2004), a visibilização da dupla condição das mulheres, de

produtoras de trabalho não pago no espaço familiar e de trabalhadoras com inserção desfavorável no mercado de trabalho, contribuiu decisivamente para (em associação com os estudos étnico-raciais, geracionais e de família) produzir um repensar das próprias noções de *trabalho* e de *classe*, evidenciando a dimensão cultural e o caráter heterogêneo das classes trabalhadoras. Destacaram-se, nesse primeiro impulso, os estudos de Saffioti (1969; 1981), Bruschini (1985; 1992), Hirata (1981), Hirata e Humphrey (1984), Souza-Lobo (1991), entre outros, tendo essa área se convertido, a partir de então, em uma das mais vigorosas da Sociologia do Trabalho no país.

Para Saffioti (1978), na economia brasileira amplos contingentes de mulheres foram relegados às atividades “pré-capitalistas”, em geral ao papel de “donas de casa” ou de “empregadas domésticas”, sempre em condições menos privilegiadas. A exemplo de Pena (1981), vários estudos ressaltaram a relação entre gênero e a segmentação do mercado de trabalho. Já no que se refere à temática do trabalho associada à de etnia-raça, apesar de trabalhos pioneiros como Oliveira, Porcaro e Araujo (1981) e Vieira (1987), houve maior projeção apenas nos anos 1990, com Fagundes (1992), Hasenbalg (1991), Andrews (1992), Castro e Guimarães (1993), Abreu e Sorj (1993), Castro e Barreto (1998), Guimarães e Castro (1999), entre outros. Em geral, predominou nesses estudos a percepção de que a dinâmica capitalista utiliza as diferenças sociais estabelecidas fora das relações de produção para acarretar uma heterogênea situação ocupacional em desfavor das mulheres, dos negros e de outros grupos socialmente mais vulneráveis. Em conjunto, tais abordagens tornaram-se centrais para a compreensão das assimetrias de renda, carreira e posição no mercado de trabalho.

As lutas sindicais retomadas ainda sob o regime militar de 1964 reacenderam, por outro lado, o interesse das Ciências Sociais pelo tema do sindicalismo e suas possibilidades de suscitar formas de organização e ação de tipo mais autônomas e independentes da tutela do Estado. Estudos como Rodrigues (1970), Weffort (1972), Almeida (1975) e Humphrey (1979; 1982) estiveram nos fundamentos desse debate. Para uns, tais como Weffort (1972) e Humphrey (1979; 1982), esboçavam-se naquele contexto novas possibilidades de um sindicalismo autêntico e autônomo, enquanto para outros — a exemplo de Rodrigues (1970) e Almeida (1975) — prevaleceria um papel heterônomo (Rodrigues, 1970) ou, quando muito, os setores mais dinâmicos — tal como o sindicalismo do ABC paulista — não conseguiriam ir muito além de um “sindicalismo de negócios”, ao estilo norte-americano (Almeida, 1975).

Com as greves operárias da passagem dos anos 1970 aos 1980 e a articulação de práticas sindicais que questionavam, a um só tempo, o sistema corporativista, o regime militar e sua política econômica e as práticas autoritárias empresariais, ganhou fôlego o projeto de um “novo sindicalismo” e, com ele, reafirmou-se o interesse dos pesquisadores do trabalho pelo tema sindical. Os focos recaíram sobre as greves e outras formas de luta e resistência dos trabalhadores, os processos de reconstituição de sua organização nos locais de trabalho e as primeiras ações de rearticulação intersindical. Além dos estudos citados anteriormente, destacamos ainda: Humphrey (1980); Rainho (1980); Almeida (1984; 1988); Moisés (1982); Maroni (1982); Sader (1988); Antunes (1988); Jácome Rodrigues (1990); Boito Jr. (1991); Noronha (1991); Neves e Le Ven (1991);

Abramo (1999); Cardoso (1992); Manguabeira (1993); French (1995); e vários outros.

A partir de meados da década de 1980, quando se consolidaram dois campos principais no sindicalismo brasileiro, articulados em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) — que reivindicava a continuação do “novo sindicalismo” e detinha crescente influência — e da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) — que professava posições sindicais e políticas bem mais moderadas, ambas criadas em 1983<sup>5</sup>, as atenções dos pesquisadores se voltaram com maior ênfase para as experiências articuladas em torno da CUT, avaliando seu potencial de mudança da estrutura sindical e de influência sobre o cenário político de então. Sobressaíram: Antunes (1991), Rodrigues (1990; 1991), Jácome Rodrigues (1997), Boito Jr. (1991) e vários outros. Enquanto, para Rodrigues (1990), a CUT não teria tido tamanho crescimento se não tivesse se aproximado da estrutura sindical oficial, o que tornou “disfuncional” o “*ethos* socialista” presente na sua origem, levando-a a assumir posições mais pragmáticas, para Antunes (1991), o distanciamento de uma orientação socialista teria sido resultado de uma opção da maioria de seus dirigentes por uma tendência “social-democrata”. No entanto, para Boito Jr. (1991), a estratégia do “novo sindicalismo” em atuar por dentro dos sindicatos oficiais a impediria de se constituir em uma força social capaz de, “conscientemente”, levar a uma ruptura com tal “estrutura”. Para Jácome Rodrigues (1997), por sua vez, a passagem de uma perspectiva “confrontacionista” para uma posição mais “propositiva” era resultado natural de sua afirmação como central sindical, voltada à defesa da negociação coletiva e do alargamento da cidadania. Em geral, predominou

5 A Conclat converteu-se, em 1986, em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

o entendimento de que, na passagem para os anos 1990, o sindicalismo brasileiro sentia os efeitos de um distanciamento das instâncias diretivas em relação aos trabalhadores.

A partir do início dos anos 1990, com a criação da Força Sindical, em 1991, defensora de um “sindicalismo de resultados”, de tipo mais “pragmático” e em oposição às posições da CUT, algumas abordagens se dirigiram especificamente para essa experiência: Cardoso (1992; 1999), Rodrigues e Cardoso (1993), Nogueira (1997), Trópia (2004).

### **Do tema da reestruturação produtiva ao flexibilização e precarização do trabalho**

O trabalho industrial como objeto da pesquisa social ganha novo fôlego nos anos 1990, em um contexto de “reestruturação produtiva” e de “globalização”. Com relação à América Latina, Leite (2012, p. 107) identifica novas ênfases:

- centralidade da empresa como agente da transformação das relações de trabalho;
- subordinação da Sociologia à Economia, ignorando o caráter político das transformações;
- novo determinismo, expresso na inexorabilidade das novas mudanças;
- privilegiamento dos estudos de caso na análise das transformações do trabalho.

Para Abramo e Montero (1995), na Sociologia do Trabalho latino-americana prevaleceram duas posições. Uma, em sintonia com o debate internacional, via como inexorável a transição para um modelo *pós-fordista*. A segunda, em contrário, buscava as particularidades regionais desse processo. No caso do Brasil, a *reestruturação produtiva* teve caráter heterogêneo, atingindo diversamente setores da indústria, regiões do país

e segmentos dos trabalhadores (Guimarães, 2004). Entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, o foco recaiu sobre o processo de trabalho, buscando apreender as novas formas de gestão inspiradas no modelo japonês, a exemplo dos círculos de controle de qualidade — CCQs (Hirata, 1983; Freysenet; Hirata, 1985; Salerno, 1985; Marques, 1987), entre outros. A partir da segunda metade dos anos 1980, houve maior difusão de equipamentos de microeletrônica, assim como de novas formas de gestão da força de trabalho associada à inovação tecnológica, com fortes implicações para as relações de trabalho (Fleury, 1988; Abramo, 1990; Humphrey, 1991; Castro, 1993; 1995; Leite, 1994), entre outros.

Para Guimarães (2004), a partir do início dos anos 1990, constituíram-se na Sociologia do Trabalho no Brasil quatro campos prioritários de abordagem:

- a crítica à tese do “fim do trabalho”, com destaque para Antunes (1995; 1999);
- a crise do *fordismo* e a emergência de novos paradigmas produtivos, com Hirata (1983), Carvalho (1992; 1993), Druck (1999), Salerno (1999) e vários outros;
- as negociações entre os “atores do trabalho” sobre a organização e as relações industriais (Cardoso; Comin, 1993; Githay; Leite; Rabelo, 1993; Martins; Ramalho, 1994; Hirata, 1998), entre outros;
- as mudanças nas formas de contratação e uso do trabalho, incorporando a perspectiva da cadeia produtiva e do mercado de trabalho e o tema da terceirização (entre outros, com Saboia, 1991; Dedecca; Montagner, 1993; Dedecca, 1999).

Quando as atenções se deslocam das empresas para o mercado de trabalho, ao final da década de 1990, ganharam proeminên-

cia os termos flexibilização e precarização do trabalho<sup>6</sup> (Guimarães, 2004; Leite, 2012). Para Guimarães (2004), o caráter “genético” da “flexibilidade” precisa ser levado em conta nas abordagens sobre a “flexibilização do trabalho” no Brasil. A especificidade desse processo só poderia ser mais bem entendida se articulada aos determinantes intra e extra-fabris, com suas novas formas de contratação e seus impactos sobre um mercado de trabalho estruturalmente heterogêneo. Trabalhos como Guimarães, Hirata e Sugita (2009) e Leite e Araújo (2009) reuniram farto material desse processo no Brasil, em análise comparativa com outros países.

Conforme Druck e Borges (2002) e Druck e Franco (2007), o recurso à *subcontratação/terceirização* constituiu-se na principal estratégia de gestão empresarial do trabalho, a partir dos anos 1990, resultando em mudanças significativas no perfil dos trabalhadores e nas formas de trabalho. Tal situação foi particularmente levada ao extremo no segmento de confecções e de calçados no Nordeste, quando da chegada de novas plantas industriais oriundas do Sul e do Sudeste (Lima, 2002).

O sindicalismo, especialmente sobre como estava sendo impactado e reagia aos processos de reestruturação produtiva e de flexibilização e precarização das relações de trabalho, em um contexto de implementação de políticas de corte neoliberal, voltou a ganhar relevância. Expressões disso foram os trabalhos de Antunes (1997), Boito Jr. (1999), Ramalho (2000), Jácome Rodrigues (2002), Santana e Ramalho (2003), Cardoso (1999; 2003), Vêras de Oliveira (2011), entre outros.

De outra parte, fomentaram uma nova leva de estudos de gênero e trabalho, com Posthuma e Lombardi (1996); Abramo (1998); Segnini (1998); Rocha (2000); Araújo (2004); Costa *et al.* (2002); Bruschini (2007); Costa *et al.* (2008); Brumer (2009); Lombardi (2010); Ferreira (2014); Gonçalves *et al.* (2014), entre outros. Alguns buscaram relacionar a perspectiva de gênero com outros temas: sindicalismo (Araújo; Ferreira, 1998); sindicalismo rural (Scott; Cordeiro; Menezes, 2010); etnia-raça (Nascimento, 2003; Araújo; Lombardi, 2013); economia solidária (Wirth, 2010); saúde (Faria; Araújo, 2010); trabalho artístico (Segnini, 2006; 2014); emprego doméstico (Ávila, 2009); cuidado e cuidadoras (Hirata; Guimarães, 2012).

O trabalho *artesanal, autônomo, por conta própria, informal, a domicílio, cooperativo, autogestionário* e outras formas de trabalho tidas como não salariais, semissalariais ou salariais disfarçadas, sob os processos de flexibilização e precarização do trabalho, ganharam a atenção da Sociologia do Trabalho. Muitos viram pertinência na retomada do tema da *informalidade* — denominando-a de “nova informalidade” —, com Dedecca e Baltar (1997), Malaguti (2000), Lima e Soares (2002), Noronha (2003), Tiriba (2003), Filgueiras, Druck e Amaral (2004), Lima (2009; 2013), Vêras de Oliveira, Gomes e Targino (2010), Cardoso (2013). Outros, alternativamente, têm dado maior relevância ao tema do *empreendedorismo* como capaz de explicar melhor as novas formas de trabalho “autônomo”, como em Silva (2002), Lima (2010) e Rosenfield (2015). Outros, ainda, miraram nas passagens entre emprego e de-

6 Tendo, correspondentemente, como destacadas referências Harvey (1989) e Castel (1995). Para se ter um parâmetro da repercussão de ambos no Brasil, as versões em português — do primeiro, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, publicada pela Editora Loyola em 1992, e, do segundo, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, publicada pela Editora Vozes em 1998 —, receberam no Google Acadêmico, até o dia 18 de fevereiro de 2019, 14.721 e 4.324 citações, respectivamente.

semprego e entre trabalho formal e trabalho informal, tratando centralmente de trajetórias ocupacionais: Castro, Cardoso e Caruso (1997); Cardoso (2000); Cardoso, Comin e Guimarães (2001); Guimarães (2004).

As mudanças na área das tecnologias de informação e comunicação (TICs), desencadeadas na passagem para o século XXI, vêm suscitando amplas reflexões sobre suas implicações para as esferas da vida e do trabalho. O conceito de *paradigma tecnológico* (Castells, 1999) tem sido referência na compreensão dessas transformações<sup>7</sup>, plasmando a ideia de *sociedade da informação*. Nesta, os novos meios tecnológicos (centrados na informação e na comunicação) moldam diretamente a esfera da existência individual e coletiva, imprimindo uma lógica de redes às relações sociais em geral. Vive-se a primazia da flexibilidade. Apresenta-se, assim, uma tendência de convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

Há controvérsias, contudo, sobre se as novas tecnologias estariam, ou não, levando à substituição do paradigma industrial pelo paradigma informacional no regime de acumulação. Para os primeiros, emerge um novo padrão de acumulação baseado no conhecimento e nos processos de inovação, que alguns denominam *trabalho imaterial* (Lazzarato; Negri, 2001; Gorz, 2003). Estaria em mudança todo o sistema produtivo e a natureza do trabalho, com o conhecimento se tornando um recurso e um produto *per se* (Castells, 1999). A cooperação não poderia mais ocorrer nos marcos do taylorismo-fordismo, sob um encadeamento sequencial de tarefas elementares e impostas heteronomamente (Azais; Corsani; Dieuaide, 2001; Galvão; Sil-

va; Cocco, 2003). O trabalho imaterial consiste em tarefas analíticas e simbólicas, em trabalho afetivo de contato e interação humana, assumindo o formato de redes baseadas na comunicação e na colaboração. Nesse contexto, os empregos se tornam altamente movediços e flexíveis, com as fronteiras entre trabalho e mundo da vida se embaralhando e o tempo livre se tornando tempo produtivo.

Já de acordo com a segunda abordagem, a natureza capitalista das transformações apontaria para a permanência da teoria do valor-trabalho em Marx, mesmo que adaptada à realidade do trabalho intensivo em conhecimento (Lessa, 2005; Amorim, 2009). Como em toda história do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico resulta, simultaneamente, na expansão de ocupações com maior qualificação e de uma massa de trabalhadores desqualificados. É nessa perspectiva, de modo geral, que o tema do trabalho em TIC ganhou maior projeção no Brasil. O trabalho em *call-centers* foi tomado como o exemplo mais cabal da taylorização no setor de TIC (Antunes; Braga, 2009; Rosenfield, 2007; 2009; Braga, 2012). A congruência entre esse trabalho desqualificado e a terceirização que se coaduna com o trabalho em rede estaria constituindo um *infoproletariado* (Antunes; Braga, 2009) ou um *precariado*<sup>8</sup> (Braga, 2012; Alves, 2013). A temática gênero também começa a ser pautada, como em Leite e Guimarães (2015) e Castro (2016).

### **Fronteiras em permanente expansão e redefinição**

Tangenciando os estudos do trabalho, sempre estiveram presentes abordagens, com

7 No Google Acadêmico, até o dia 23 de fevereiro de 2019, registraram-se 21.897 citações somadas de *A sociedade em rede*, *A era da informação: economia, sociedade e cultura* e *A sociedade em rede: do conhecimento à política*.

8 Em uma reelaboração do termo de Standing (2011).

mais ou menos centralidade, nos sistemas produtivos. Entre eles, um capítulo especial abriu-se com o tema da *economia solidária*. Esta, conforme Gaiger (2012), enquanto atividades de produção e consumo referenciadas na cooperação e na autogestão, obteve projeção no Brasil a partir dos anos 1990, com Singer (1998); Singer e Souza (2000); Lima (2002; 2012); Gaiger (2004; 2012); Cattani (2003); George e Leite (2012); Leite, Araújo e Lima (2015); Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018). Trata-se de um campo de abordagem que logo adquiriu vasta amplitude e diversidade. Os estudos compreendem reflexões mais gerais e teóricas sobre os significados históricos, econômicos, políticos e sociais das experiências de *economia solidária*, assim como enfoques mais específicos sobre temas como coleta de recicláveis, fábricas recuperadas, modalidades de cooperativismo e associativismo em áreas rurais e urbanas, entre outros.

Segundo Singer (1998), a *economia solidária* inspira-se na busca de alternativas não individualistas e não capitalistas para o desemprego. Tais experiências se utilizam, na leitura de Gaiger (2009, p. 86), “de recursos e de relações mercantis, não mercantis e não monetárias”, assim como “rejeitam a excisão entre o econômico e o social e procuram reconciliar a eficiência com a cooperação produtiva”.

Para Leite (2015, p. 20), configuraram-se três principais visões sobre o tema na América Latina. Uma, exemplificada por Razeto (1993), mesmo diferindo-a da experiência socialista, propugna-a como uma forma de produção e de consumo que levará à superação do capitalismo. Outra, ilustrada por Coraggio (2000), toma-a como economia de sobrevivência das camadas populares, mas que pode levar à superação do capitalismo. A terceira, com Quijano (2002), mais

crítica, prefere destacar as contradições das experiências concretas. Em comum, a Economia Solidária é concebida como alternativa de inclusão social e produtiva dos setores marginalizados da população.

No trato dos temas economia solidária, nova informalidade, trabalho, territórios produtivos e desenvolvimento, cadeias e redes produtivas, trajetórias ocupacionais, entre outros, cresceram ainda mais nas últimas duas décadas as interfaces entre a Sociologia do Trabalho e outras abordagens sociológicas e antropológicas que, a exemplo da Nova Sociologia Econômica, da Antropologia do Desenvolvimento, da Economia Moral, evidenciam noções como “construção social da economia”, “redes sociais”, “capital relacional”, “atores estratégicos”, entre outras.

A partir dos anos 1990, como lembram Lima e Araújo (2016), novas territorialidades produtivas acompanharam um movimento de realocação de plantas industriais, impulsionadas pela reestruturação produtiva. Contudo, apenas nos anos 2000, conforme destacam Ramalho e Vêras de Oliveira (2013), o problema da territorialização dos investimentos produtivos e suas implicações para o trabalho ganhou maior evidência, ajudado pela retomada de uma nova agenda desenvolvimentista no país.

Os estudos sobre trabalho referidos a territórios produtivos e ao tema do desenvolvimento vieram acompanhados de uma ênfase nas relações entre os espaços locais e nacionais/globais, nas cadeias e redes produtivas, nos modos específicos de constituição dos mercados de trabalho, nas relações das formas capitalistas com as diversas formas de trabalho autônomo e atividades informais e no reordenamento dos atores econômicos e políticos que se situam nesses espaços, com destaque para o sindicalismo. Ver, por exemplo: Lima

(2002); Ramalho (2006); Jácome Rodrigues e Ramalho (2007); Ramalho e Jácome Rodrigues (2010; 2013; 2015); Ramalho e Fortes (2012); Ramalho e Vêras de Oliveira (2013); e Vêras de Oliveira e Santana (2013).

No que tange ao tema do desenvolvimento, em sentido mais amplo, avaliou-se, em geral, que as melhoras nos indicadores de emprego, formalidade e renda observados de 2003 a 2014 não implicaram, como destacaram Baltar e Krein (2013), em reversões estruturais no caráter precário do trabalho no país, persistindo o processo de flexibilização das relações de trabalho. Os estudos sobre sindicalismo ganharam por essa via um novo impulso, a exemplo de: Ladosky (2009); Araújo e Vêras de Oliveira (2011); Vêras de Oliveira, Bridi e Ferraz (2014); Marcelino (2013; 2017); Santana (2015); Galvão, Marcelino e Trópia (2015); Boito Jr., Galvão e Marcelino (2015); Ramalho e Jácome Rodrigues (2018).

A Sociologia do Trabalho no Brasil, refletindo e compartilhando tendências que se observam também na América Latina e no mundo, incorporou em sua trajetória uma ampla diversidade temática, algo que lhe permite se beneficiar de múltiplas interfaces com inúmeras áreas do conhecimento, assim como reelaborar permanente e diversamente seu objeto por excelência, o *trabalho*.

Outros temas podem ser ainda elencados, embora não caiba aqui mais detalhes. São exemplos: *juventude e trabalho* (como atestam Pochmann, 2000; Novaes; Vannuchi, 2004; Guimarães; Marteleto; De Brito, 2018), *trabalho e migração* (conforme Jannuzzi, 1999; Santos, 2006; Cavalcanti; Oliveira, 2018), *trabalho e saúde* (debatidos em Minayo-Gomez; Thedim-Costa, 1997; Minayo-Gomez; Lacaz, 2005; Bonfatti; Vasconcellos; Ferreira, 2017).

## **Tendências atuais da sociologia do trabalho no Brasil**

Antes de passarmos às tendências atuais da Sociologia do Trabalho no Brasil, vale retomar algumas condições que tiveram influência decisiva sobre sua trajetória até aqui. Começemos pelo caráter estrutural e dinâmico do tema do trabalho na sociedade contemporânea, que desafia permanentemente a Sociologia do Trabalho a interagir, seja com outras disciplinas da Sociologia — tais como as Sociologias do Desenvolvimento, Política, Econômica, da Família, de Gênero, da Cultura etc. —, seja com outras áreas do conhecimento — tais como Economia, Administração, Engenharia de Produção, Antropologia, Educação, Direito, Gestão Pública, Ciências da Saúde etc. Em cada momento, as interações variaram conforme os temas, perspectivas e ênfases priorizados. A tendência a uma perspectiva inter e multidisciplinar nos estudos do trabalho provavelmente se imporá crescentemente quanto mais complexidade ganhar o tema.

De outra parte, associado ao desafio da inter e multidisciplinaridade, para dar conta das diversas dimensões que o tema do trabalho apresenta histórica e atualmente, sempre submetido a constantes transformações, impôs-se a necessidade de se testar ângulos diversos de abordagem, centrando-se o olhar do micro ao macro, do material ao imaterial, do formal ao informal, da indústria aos serviços e à agricultura, dos sistemas produtivos aos arranjos institucionais, da esfera da produção à esfera da reprodução social, das ações dos atores privados às políticas governamentais, das clivagens de classe às de gênero, etnia-raça, geração etc. Muitas vezes, optou-se por uma perspectiva deliberadamente relacional, na qual, ao contrário da escolha

por um dos polos em questão, o alvo passou a ser o modo como se relacionam. A complexificação do tema do trabalho na contemporaneidade certamente trará ainda maior relevo às abordagens relacionais.

Por sua vez, a afirmação da Sociologia e das demais Ciências Sociais em sociedades como a brasileira, de desenvolvimento capitalista tardio e, conforme clássica bibliografia, estabelecido em bases dependentes, colocou desde sempre o problema da pertinência da importação dos modelos analíticos oriundos da Europa e dos Estados Unidos. Entre satisfazer-se com tais modelos, tomando o caso brasileiro como extensão de uma dinâmica socioeconômica ditada do exterior, e a defesa de uma perspectiva analítica voltada, sobretudo, ao realce das especificidades da sociedade brasileira, em muito tem sido exercitado um caminho intermediário, pendendo mais a um lado ou a outro. Também aqui, a adoção, ou não, de uma perspectiva relacional marcou diferenças. Expressões como “flexibilizando o flexível” (Guimarães, 2009) indicam o esforço de muitos em tratar das influências exógenas, sem perder um pé nas condições endógenas. Mesmo quando, com a “globalização”, uma ênfase ainda maior tem sido dada aos fatores exógenos, são fartas as abordagens que destacam as particularidades do processamento interno das novas tendências globais. Provavelmente esse continuará sendo um aspecto de muita relevância na continuidade dos estudos sobre os temas do trabalho no caso brasileiro.

Considere-se ainda que a combinação de vários métodos e técnicas de pesquisa tem sido, e provavelmente continuará sendo, um fator crucial para o enriquecimento da Sociologia do Trabalho, sendo essa uma das áreas de interação com outras áreas do conhecimento. O grande desafio nesse caso é o de tornar

compatíveis e complementares metodologias tão díspares quanto as de predominância de uma racionalidade quantitativa perante aquelas de primazia do qualitativo.

Por último, leve-se em conta que a Sociologia do Trabalho surgiu, na passagem dos anos 1950 aos 1960, em um esforço de se diferenciar das abordagens de militantes e de memorialistas sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores. Entretanto, também cabe salientar a interlocução que foi capaz de estabelecer com os atores estratégicos do mundo do trabalho (sindicalistas, líderes de movimentos sociais, organizações não governamentais — ONGs —, gestores públicos e até mesmo representantes do ambiente empresarial). Tal interlocução provavelmente ganhará novas tonalidades com as mudanças políticas que vêm marcando os cenários nacional e internacional, inclusive como recurso à volta de uma agenda de busca de legitimação social das Ciências Sociais.

As situações e as condições anteriormente indicadas provavelmente continuarão influenciando o campo de atuação da Sociologia do Trabalho no país. Para além disso, passamos a destacar, a seguir, quatro campos temáticos que já fornecem indicativos da atenção que serão capazes de mobilizar.

O primeiro deles se refere às mudanças tecnológicas. É inegável o potencial de impacto das novas tecnologias (e até com novos paradigmas tecnológicos) na natureza, nas relações e nas condições de trabalho da sociedade contemporânea. Noções como economia informacional, capitalismo cognitivo, capitalismo de plataforma, *gig economy*, revolução 4.0, entre outras, vêm sendo mobilizadas, ao mesmo tempo em que são discutidas suas implicações no caso brasileiro. Tal situação desafia a Sociologia do Trabalho quanto, pelo menos, a três desdobramentos

principais: nas formas sociais de inserção pelo trabalho; na natureza do trabalho; e nas formas de organização do trabalho. A miríade de formas de contratação, de ocupações informais e de autoempresendedorismo, que trazem as marcas da condição flexível e precária associadas à economia informacional, já vem sendo amplamente demonstrada em estudos empíricos, especialmente sobre o setor de serviços e de *softwares* (Castro, 2013; Bridi; Motim, 2014; Bridi; Braunert, 2015; Lima; Oliveira, 2017). Quanto à natureza do trabalho, em segmentos específicos, incorporam-se tarefas analíticas e simbólicas, que exigem mobilização subjetiva (individual) e concertação (noção de trabalho em equipe concatenado, como em um concerto de orquestra) (Bridi; Lima, 2018; Lima; Oliveira, 2017). Sob tais condições, o mundo do trabalho invade o mundo da vida, com as TICs possibilitando que o capitalismo se aproprie da própria reprodução da vida social (Venco, 2009). A respeito da organização do trabalho, estão indicadas mudanças no sentido da valorização e do incentivo à gestão de si mesmo (Antunes; Braga, 2009). Trata-se de uma transformação na forma de trabalhar que remete à noção de autonomia e gestão de si, às justificações das imposições sociais do novo momento histórico (crise econômica, suposta impossibilidade das empresas de manter e pagar seus empregados), ao enfraquecimento dos suportes sociais, aos valores do *ethos* empresarial (Rosenfield; Alves, 2011). O autoempresendedor é simultaneamente um trabalhador e um pequeníssimo capitalista que deve gerir seu negócio e buscar seu mercado (Rosenfield, 2011; 2015). A lógica sindical estabelecida encontra um enorme desafio de representação desse trabalhador *sui generis*, que associa, em um só ator, o trabalho e o capital. O potencial de mudanças dos pro-

cessos de inovação tecnológica, com a magnitude que vem se apresentando, continuará a atrair a atenção dos pesquisadores da área, ao mesmo tempo em que os desafiam a uma constante ampliação do escopo da análise e a um esforço de inovação contínua dos instrumentos analíticos.

Um segundo campo temático que promete atrair a atenção das novas gerações de pesquisadores da Sociologia do Trabalho é o das mudanças no padrão de regulação do trabalho. A adoção de novos padrões de regulação do trabalho também vem se constituindo em um decisivo fator de mudanças nas relações e nas condições de trabalho em nível mundial. O momento vivido pelo país tem ganhado particular importância quanto a isso pela magnitude das mudanças que vêm sendo operadas, especialmente a partir da aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, em 2017. Trata-se de uma temática amplamente debatida desde os anos 1990, especialmente pela Sociologia do Trabalho, pela Economia do Trabalho e por estudos jurídicos. Nos anos 2000, o debate focou na constituição do Fórum Nacional do Trabalho, na Lei do Super-Simples, na Lei de Falências, no programa Microempresendedor Individual, no Conselho Nacional do Trabalho e em outras medidas com impacto na regulação do trabalho. A aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, contudo, altera de modo muito mais amplo o marco regulatório das relações de trabalho no país, como já documentado em Teixeira *et al.* (2017) e Krein, Gimenez e Santos (2018). Em 2018, foi criada a Rede Nacional de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR) que, em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), propõe-se a articular os principais grupos de pesquisa

sobre o trabalho no Brasil, nas áreas da Sociologia, da Economia, do Direito, da Psicologia, detendo-se sobre suas implicações na regulação do trabalho. Com a posse do novo governo no plano federal, em janeiro de 2019, novas medidas nessa área vão se somando às anteriores. Já foi extinto o Ministério do Trabalho, o que poderá também ocorrer com a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Está indicada a adoção de uma nova carteira de trabalho, denominada “verde e amarela”, instituindo uma categoria de trabalhadores assalariados com menos direitos.

Gostaríamos de chamar a atenção, em terceiro lugar, para o tema das novas formas de ação coletiva. São inúmeros os fatores que vêm por décadas influenciando os destinos do sindicalismo e da ação coletiva dos trabalhadores, os quais continuarão atuando no próximo período. Contudo, é muito provável que serão tão impactantes as mudanças trazidas com as inovações tecnológicas anunciadas e com as novas bases de regulação das relações de trabalho que o sindicalismo e os trabalhadores terão que lidar com desafios ainda não enfrentados. As abordagens sobre mudanças de padrão na representação sindical, com ênfase na diversificação das formas de organização e ação, assim como na inserção sindical nos espaços institucionais e na interlocução com os governos e os partidos políticos certamente continuarão presentes. Contudo, a Sociologia do Trabalho também estará desafiada a renovar seu instrumental analítico, de modo a poder apreender mudanças paradigmáticas que poderão se apresentar nesse campo. Isso deve implicar melhor avaliação da capacidade de representação de trabalhadores em um contexto de economia globalizada e do modo como se estruturam os mecanismos

de contestação articulados nas várias fases do processo produtivo.

Por último, reafirmamos a importância atual dos temas transversais. Percorrendo todas essas frentes, impor-se-á a necessidade de novas rodadas de estudos sobre as temáticas de gênero, raça, geração e família, entre outras. Para que também esses temas se convertam em polos de importantes inovações analíticas, será imprescindível avançar nas suas interconexões recíprocas (traduzidas nas noções de *interseccionalidade* e *consustancialidade*<sup>9</sup>), assim como na capacidade de, nesse terreno, serem identificadas formas de ação geradoras de novos padrões de relações de trabalho.

### Considerações finais

A Sociologia do Trabalho no Brasil percorreu, como se pode constatar aqui, um longo caminho, no qual os contornos foram sendo definidos com base em sua capacidade de responder às questões trazidas a cada importante transformação envolvendo as condições e a natureza do trabalho, mas também com base em sua capacidade de aprender com as contribuições incorporadas de fora e de estabelecer uma ampla e fecunda interlocução com diversas outras áreas de conhecimento. Foi capaz, nesse percurso, de alargar enormemente seu campo de abordagem, para além da fábrica, incorporando outras formas de trabalho e outras dimensões da vida social. Poderá, uma vez mais no próximo período, atualizando-se, ocupar um lugar de relevo na construção de interpretações sobre o tema do trabalho. Para isso, necessitará, além de acompanhar as transformações em curso, visitar sob novas perspectivas os temas que historicamente lhe têm sido constitutivos e empreender um esforço de

9 Ver a respeito dessas noções, por exemplo, em Hirata (2014).

conjunto para reinterpretar em sentido mais amplo a nova configuração da sociedade do trabalho no país, a exemplo dos estudos pio-

neiros, e que poucas vezes depois disso teve continuidade (com raros casos de exceção, a exemplo de Cardoso, 2010). A conferir.

## Bibliografia

- ABRAMO, L. W. Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 19-65, 1990.
- ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- ABRAMO, L. W. Um Olhar de Gênero - Visibilizando Precarizações ao Longo das Cadeias Produtivas. *In*: ABRAMO, L. W.; ABREU, A. R. P. (orgs.). **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**. São Paulo/Rio de Janeiro: Alast, 1998.
- ABRAMO, L. W.; MONTERO, C. A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 65-83, 1995.
- ABREU, A.; SORJ, B. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. *In*: ABREU, A.; SORJ, B. (orgs.). **O trabalho invisível: estudos sobre o trabalho a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ALBERTINO RODRIGUES, J. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1968.
- ALMEIDA, A. W.; PALMEIRA, M. Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, p. 201-238, 1977.
- ALMEIDA, M. H. T. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. *In*: REIS, O'D. (org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 327-367.
- ALMEIDA, M. H. T. Novas demandas, novos direitos: tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. **Dados**, v. 1, p. 31-57, 1984.
- ALMEIDA, M. H. T. Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, São Paulo, v. 6, p. 32-60, 1975.
- ALVES, G. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social do século XXI. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, p. 235-248, 2013.
- ALVIM, M. R. B. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- AMORIM, H. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- ANDREWS, G. R. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 22, p. 47-83, 1992.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 220 p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1995.

- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários**: degradação do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, A. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS ON WOMEN'S HEALTH ISSUES, 15., 2004. São Paulo, 2004. **Anais...** São Paulo, 2004.
- ARAÚJO, A.; FERREIRA, V. Construindo um espaço: a participação das mulheres no Movimento Sindical (1978-1988). **Sociologia e Política**, Curitiba, n. 10/11, p. 55-81, 1998.
- ARAÚJO, A.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>
- ARAÚJO, A.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. El sindicalismo Brasileño en la Era de Lula. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 5, p. 83-112, 2011.
- ÁVILA, M. B. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora da UFPE, 2009.
- AZAIS, C.; CORSANI, A.; DIEUAIDE, P. (orgs.). **Vers um Capitalisme Cognitif entre Mutations du Travail et Territoires**. Paris: L'Harmattan, 2001.
- BALTAR, P.; KREIN, D. A retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado do Trabalho no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200005>
- BOITO JR., A. **O sindicalismo de estado no Brasil**: Uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1991.
- BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOITO JR., A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. La Nouvelle Phase du Syndicalisme Brésillien. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 80, p. 147-167, 2015.
- BONFATTI, R. J.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; FERREIRA, A. P. Ergonomia, Desenvolvimento e Trabalho Sustentável: um Olhar para a Saúde do Trabalhador. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 15, n. 3, p. 257-266, 2017.
- BRAGA, R. **A Política do Precariado. Do Populismo à Hegemonia Lulista**. Tese (Livre-Docência em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRAVERMAN, H. **Labor and monopoly capital**: the degradation of work in the twentieth century. Nova York: Monthly Review, 1974.
- BRIDI, M. A.; BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Sociologia do Trabalho no Brasil Hoje: Balanço e Perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 42-64, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.244>
- BRIDI, M. A.; BRAUNERT, M. B. O trabalho na indústria de *software*: a flexibilidade como padrão das formas de contratação. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 199-214, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100013>

- BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. (orgs.). **Flexíveis, virtuais e precários?** Os trabalhadores em tecnologias de informação. Curitiba: Editora UFPR, 2018. 325 p.
- BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. Trabalho e Trabalhadores na Indústria de Informática. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 351-380, 2014.
- BRUMER, A. (org.). Gênero, Família e Globalização. **Sociologias**, v. 21, p. 14-23, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-452220090001100002>
- BRUSCHINI, M. C. **Mulher e trabalho:** uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel/CECF, 1985. 147 p.
- BRUSCHINI, M. C. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>
- BRUSCHINI, M. C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.
- BURAWOY, M. **The politics of production:** factory regimes under capitalism and socialism. Londres: Verso, 1985.
- CARDOSO, A. M. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CARDOSO, A. M. **A trama da modernidade:** pragmatismo sindical e democratização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1999.
- CARDOSO, A. M. O pragmatismo impossível: origens da força sindical. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 32, p. 165-182, 1992.
- CARDOSO, A. M. Relações econômicas como relações sociais, ou uma visita à “informalidade”. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. v. 1. 264 p.
- CARDOSO, A. M. **Trabalhar, verbo transitivo:** destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 250 p.
- CARDOSO, A. M.; COMIN, A. Câmaras Setoriais, Modernização Produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In: CASTRO, N. A. (org.). **A máquina e o equilibrista:** inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 387-427.
- CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos na indústria brasileira. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, v. 7, n. 13, p. 17-52, 2001.
- CARVALHO, R. de Q. **Programmable Automation and Employment Practices in Brazilian Industry**. Tese (Doutorado) – IDS/University of Sussex, Brighton, 1993.
- CARVALHO, R. de Q. Projeto de Primeiro Mundo com Conhecimento e Trabalho de Terceiro? **Textos para Discussão**, Campinas, n. 12, 1992.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CASTEL, R. **Les Metamorfoses de la Question Sociale:** Une Chronique du Salarial. Paris: Fayard, 1995.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, B. G. **Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

- CASTRO, B. G. **As armadilhas da flexibilidade**: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação. São Paulo: Annablume, 2016.
- CASTRO, N. A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. *In: \_\_\_\_\_*. (org.). **A máquina e o equilibrista**: inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 15-52.
- CASTRO, N. A. Modernização e Trabalho no Complexo Automotivo Brasileiro: Reestruturação Industrial ou Japanização de Ocasião? **Novos Estudos Cebrap**, v. 37, p. 155-174, 1993.
- CASTRO, N. A.; BARRETO, V. S. (orgs.). **Trabalho e desigualdades sociais**: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Annablume, 1998.
- CASTRO, N. A.; CARDOSO, A. M.; CARUSO, L. A. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**, v. 2, n. 1, p. 7-23, 1997.
- CASTRO, N. A.; GUIMARÃES, A. S. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 24, p. 23-60, 1993.
- CASTRO, N. A.; LEITE, M. de P. A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações, **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo/Rio de Janeiro, n. 37, p. 39-60, 1994.
- CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, M. de. O tema das migrações internacionais na sociologia no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 88-113, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.235>
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In: KRAYCHETE, G.; LARA, E.; COSTA, B.* (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, A. A. A. *et al.* (orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva. São Paulo: CUT, 2002. p. 37-46.
- COSTA, A. de O. C. *et al.* (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. São Paulo: Editora FGV, 2008.
- DE DECCA, E. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEDECCA, C. **Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado**. Campinas: IE/Unicamp, 1999.
- DEDECCA, C.; BALTAR, P. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. esp., p. 65-84, 1997.
- DEDECCA, C.; MONTAGNER, P. Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho: considerações sobre o caso brasileiro. **Textos para Discussão**, Campinas, n. 29, IE/Unicamp, 1993.
- DE LA GARZA, E. (org.). **Los estudios laborales en América Latina**: orígenes, desarrollo y perspectivas. Barcelona: Anthropos Editorial, 2016.
- D'INCAO, M. da C. Bóias-Frias: Desafio para o Sindicato Rural? **Lua Nova**, v. 1, n. 4, p. 73-78, 1985. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451985000100022>
- DRUCK, M. da G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.
- DRUCK, M. da G.; BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 111-139, 2002. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18604>

- DRUCK, M. da G.; FRANCO, T. (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DURHAM, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987. 201 p.
- ESTERCI, N. **Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: Cedi/Koinonia, 1994.
- FAGUNDES, E. O negro na indústria: proletarianização tardia e desigual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., 1992, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 1992.
- FARIA, H. X.; ARAUJO, M. D. Uma Perspectiva de Análise sobre o Processo de Trabalho em Saúde: produção do cuidado e produção de sujeitos. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 429-439, 2010.
- FERRARINI, V. A.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 157-180, 2018.
- FERREIRA, V. C. **Desemprego e relações de gênero: trajetórias ocupacionais e a experiência da perda do emprego entre mulheres e homens da categoria metalúrgica em Campinas (2002-2012)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- FILGUEIRAS, L. A. M., DRUCK, M. da G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: problema ou solução: um exercício de aplicação empírica dos conceitos, **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v17i41.18490>
- FLEURY, A. Microeletrônica e organização da produção e do trabalho na empresa. **São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 3, p. 56-61, 1988.
- FRENCH, J. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- FREYSENENET, M.; HIRATA, H. Mudanças tecnológicas e participação dos trabalhadores: os círculos de controle de qualidade no Japão. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 5-21, 1985.
- GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, 2009. <http://doi.org/10.4000/rccs.401>
- GAIGER, L. I. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 73, p. 5-20, 2012.
- GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2004.
- GALVÃO, A.; MARCELINO, P.; TRÓPIA, P. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba: Appris, 2015. 293 p.
- GALVÃO, A.; SILVA, G.; COCCO, G. (orgs.). **Capitalismo Cognitivo: Trabalho, Redes e Inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GARCIA, A. **O Sul: caminho do roçado. estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero/CNPq/UNB, 1989. 276 p.
- GEORGE, I.; LEITE, M. de P. (orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012.
- GITHAY, L.; LEITE, M.; RABELO, F. Relações de trabalho, política de recursos humanos e competitividade. In: COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. (coords). **Estudos de competitividade na indústria brasileira**. Unicamp: Campinas, 1993.

- GONÇALVES, E. *et al.* (orgs.). **Iguais?** Gênero, trabalho e lutas sociais. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2014.
- GORZ, A. **L'Immatériel:** Connaissance, Valeur et Capital. Paris: Galilée, 2003.
- GUIMARÃES, A. S.; CASTRO, N. A. Racial Inequalities in the Labor Market and the Workplace. *In:* REICHMANN, R. (org.). **Race in Contemporary Brazil**. State College: University Park, 1999. p. 83-108.
- GUIMARÃES, N. A. A sociologia do mercado de trabalho: ontem e hoje. **Novos Estudos – Cebrap**, n. 85, p. 151-170, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000300007>
- GUIMARÃES, N. A. **Caminhos cruzados:** estratégias de emprego e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004. 405 p.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (org.). **Trabalho Flexível, Empregos Precários?** São Paulo: Edusp, 2009.
- GUIMARÃES, N. A.; MARTELETO, L.; DE BRITO, M. M. A. **Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho**. Brasília: OIT, 2018. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2019/01/TET-Transicoes-e-Trajektorias-Juvenis-BRA.pdf>>. Acesso em: abr. 2019.
- HALL, M. **On widening the scope of latin american working-class history:** some general considerations and a Brazilian case study. 1984. (mimeo.)
- HART, K. Informal income: opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973. <https://doi.org/10.1017/S0022278X00008089>
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **The condition of postmodernity:** one inquiry into the origins of cultural change. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HASENBALG, C. O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., 1991, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1991.
- HEREDIA, B. **A morada da vida:** trabalho familiar entre pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HIRATA, H. Division Sexuelle du Travail et Rôle de L'état: L'Exemple Brésilien. **Critiques de L'Économie Politique**, n. 17, p. 40-67, 1981.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- HIRATA, H. Receitas japonesas, realidade brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 2, p. 61-65, 1983.
- HIRATA, H. Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 4, n. 7, p. 5-28, 1998.
- HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs.). **Cuidado e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- HIRATA, H.; HUMPHREY, J. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 4, p. 89-107, 1984.
- HOBBSAWM, E. J. **Laboring men:** studies in the history of labor. Nova York: Basic Books, 1964.
- HUMPHREY, J. As raízes e os desafios do “novo” sindicalismo na indústria automobilística. **Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 7-39, 1980.

- HUMPHREY, J. **Fazendo o “milagre”**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.
- HUMPHREY, J. **Japanese methods and the changing position of direct production workers**: evidence from Latin America. Brighton: Institute of Development Studies/University of Sussex, 1991.
- HUMPHREY, J. Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista. **Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n. 23, 1979.
- JÁCOME RODRIGUES, I. As comissões de empresa e o movimento sindical. *In*: BOITO JR., A. (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- JÁCOME RODRIGUES, I. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. São Paulo: Cortez/Fase, 1990. 172 p.
- JÁCOME RODRIGUES, I. **Sindicalismo e Política**: a Trajetória da CUT. São Paulo: Scritta; Fapesp, 1997.
- JÁCOME RODRIGUES, I. Transformações do trabalho e ação sindical no final do século: algumas questões. *In*: SILVA, J. P. da; SANTOS, M. S.; JÁCOME RODRIGUES, I. (orgs.). **Crítica Contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 151-168.
- JÁCOME RODRIGUES, I.; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos**: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense, São Paulo: Annablume, 2007. 364 p.
- JANNUZZI, P. de M. Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 16, n. 1/2, p. 55-82, 1999.
- KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- KREIN, J. D.; GIMENEZ, D.; SANTOS, A. (orgs.). **Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 2018.
- LADOSKY, M. H. A CUT no Governo Lula: da Defesa da “Liberdade e Autonomia” à Reforma Sindical Inconclusa. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- LADOSKY, M. H.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 147-170, 2014. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2014v6n11p147>
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEITE, M. de P. A economia solidária no debate e na experiência latino-americana. *In*: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. C. (orgs.). **O trabalho na economia solidária**: entre precariedade e emancipação. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2015.
- LEITE, M. de P. A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 103-127, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752012v246>
- LEITE, M. de P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.
- LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A. (orgs.). **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade.)
- LEITE, M. de P.; GUIMARÃES, P. C. Tudo muda e nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletroeletrônico. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 333-366, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440333>

- LEITE, M. de P.; SILVA, R. A. A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 41-57, 1996.
- LEITE, M. de P.; ABRAMO, L.; ABREU, A. R. P. O II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho: Um Balanço. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 203-211, 1997.
- LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.; LIMA, J. C. (orgs.). **O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2015.
- LEITE, M. de P. *et al.* La Institucionalización de la Sociología del Trabajo en América Latina. **Sociología del Trabajo**, Madri, n. 32, p. 131-151, 1998.
- LEITE LOPES, J. S. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq, 1988.
- LEITE LOPES, J. S. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LESSA, S. **Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005.
- LIMA, J. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. *In*: NAVARRO, V.L.; PADILHA, V. (orgs.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2009.
- LIMA, J. **As Artimanhas da Flexibilização: o Trabalho Terceirizado em Cooperativas de Produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- LIMA, J. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. *In*: GEORGE, I.; LEITE, M. de P. (orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012.
- LIMA, J. Nova informalidade. *In*: IVO, A. (org.). **Dicionário Temático: Desenvolvimento e Questão Social – Questões Contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013.
- LIMA, J. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 158-198, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300007>
- LIMA, J.; ARAÚJO, A. La sociología de trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. *In*: DE LA GARZA, E. (org.). **Los estudios laborales en América Latina: orígenes, desarrollo y perspectivas**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2016.
- LIMA, J.; OLIVEIRA, D. R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, p. 115-143, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201006>
- LIMA, J.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, v. 37, p. 163-180, 2002. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18606>
- LOMBARDI, M. R. A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. *In*: COSTA, A. *et al.* (orgs.). **Divisão sexual do trabalho: Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo, 2010. p. 35-56.
- LOPES, J. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário**. São Paulo: Boitempo; Vitória: Edufes, 2000.
- MANGABEIRA, W. **Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. São Paulo: ANPOCS, Relume Dumará, 1993.

- MARCELINO, P. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 201-227, 2017. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125952>
- MARCELINO, P. **Trabalhadores terceirizados e luta sindical**. Curitiba: Appris, 2013. 308 p.
- MARONI, A. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARQUES, R. M. **Automação Microeletrônica e Organização do Trabalho: Um Estudo de Caso na Indústria Automobilística Brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. **Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, L. Contag: um Balanço. Reforma Agrária. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 11, n. 6, p. 9-16, 1981.
- MEDEIROS, L. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. de C. Saúde do Trabalhador: Novas-Velhas Questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400002>
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, supl. 2, p. S21-32, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>
- MOISÉS, J. A. Qual é a estratégia do novo sindicalismo? *In*: MOISÉS, J. A. *et al.* (orgs.). **Alternativas Populares de Democracia**: Brasil Anos 80. São Paulo: Vozes/Cedec, 1982.
- MORAES FILHO, E. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.
- NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
- NEVES, M. A.; LE VEN, M. M. Organização do Trabalho, Inovações Tecnológicas e Resposta Sindical na Indústria Microeletrônica: Estudo de Caso em Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 74-93, 1991.
- NOGUEIRA, A. **A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro**: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. São Paulo: Educ, 1997.
- NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. *In*: BOITO JR., A. (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 93-135.
- NORONHA, E. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000300007>
- NOVAES, R. Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural. *In*: BOITO JR., A. (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 171-196.
- NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004. 304 p.
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latino-Americana de Sociología**, Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 1-50, 1969.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 2, p. 3-82, 1972.

- OLIVEIRA, L. H. G.; PORCARO, R. M.; ARAUJO, T. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1981.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (ILO). **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1972.
- PALMEIRA, M. Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. **Anuário Antropológico**, p. 201-242, 1976.
- PAOLI, M. C.; SÁDER, E.; TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores no imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v. 3, p. 129-149, 1984.
- PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 227 p.
- POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: as expectativas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- POSTHUMA, A.; LOMBARDI, M. R. Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1996. p. 1-42.
- PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- QUIJANO, A. **“Polo Marginal” y “Mano de Obra Marginal”**. Santiago de Chile: Cepal, 1970.
- QUIJANO, A. Sistemas Alternativos de Produção? *In: SANTOS, B. de S. (org.). Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- RAINHO, L. F. **Os Peões do Grande ABC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- RAMALHO, J. R. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 761-777, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000400006>
- RAMALHO, J. R. (org.). Novos espaços industriais e desenvolvimento regional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 1, p. 1-88, 2006.
- RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (org.). **Desenvolvimento, trabalho e cidadania: baixada e sul fluminense**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. 267 p.
- RAMALHO, J. R.; JÁCOME RODRIGUES, I. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC paulista. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 339-351, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200009>
- RAMALHO, J. R.; JÁCOME RODRIGUES, I. Sindicato, desenvolvimento e trabalho: crise econômica e ação política no ABC. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 217-231, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200002>
- RAMALHO, J. R.; JÁCOME RODRIGUES, I. (org.). Sindicalismo do ABC e a Era Lula: Contradições e Resistências. **Lua Nova**, n. 104, p. 67-96, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-067096/104>
- RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. (org.). **Trabalho e ação sindical no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2015. v. 1. 372 p.
- RAMALHO, J. R.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 233-252, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200001>
- RAZETO, L. **Los caminos de la economía de la solidaridad**. Santiago de Chile: Ediciones Vivarium, 1993.

- ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- RODRIGUES, L. M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. *In: BOITO JR., A. (org.). O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, L. M. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.
- RODRIGUES, L. M. **CUT: os Militantes e a Ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, L. M. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. **Força sindical: uma análise sócio-política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 172 p.
- RODRIGUES, L. M.; MUNHOZ, F. A. Bibliografia sobre Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 7, p. 151-171, 1974.
- ROSENFELD, C. A identidade no trabalho em *call centers*: a identidade provisória. *In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 173-185.
- ROSENFELD, C. Autoempendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, p. 115-128, 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/3089115-128/2015>
- ROSENFELD, C. Paradoxos do capitalismo e trabalho em *call centers*: Brasil, Portugal e Cabo Verde. **Caderno CRH**, v. 20, n. 51, p. 447-462, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792007000300006>
- ROSENFELD, C. Trabalho Decente e Precarização. **Tempo Social**, v. 23, n. 1, p. 247-268, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100012>
- ROSENFELD, C.; ALVES, D. A. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 207-233, 2011.
- SABOIA, J. Emprego nos anos oitenta: uma década perdida. **Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho**. São Paulo: ABET, 1991.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). *In: CARDOSO, R. (org.). A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher brasileira na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1981. 184 p.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SALERNO, M. Produção, Trabalho e Participação: CCQ e Kamban numa Nova Imigração Japonesa. *In: FLEURY, M. T.; FISHER, R. M. (orgs.). Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.
- SALERNO, M. **Projeto de organizações integradas e flexíveis: processos, grupos e gestão democrática via espaços de comunicação-negociação**. São Paulo: Atlas, 1999.

- SANTANA, M. A. Para onde foram os sindicatos? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, 2015.
- SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 333 p.
- SANTOS, A. de O. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 7-25, 2006.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.
- SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- SEGNINI, L. Accords Dissonants: Rapports Salariaux et Rapports Sociaux de Sexe Dans Des Orchestres. **Cahiers du Genre**, Paris, v. 40, p. 137-161, 2006.
- SEGNINI, L. **Mulheres no trabalho bancário**: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: Edusp, 1998.
- SEGNINI, L. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 75-86, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100006>
- SIGAUD, L. **Greve nos Engenheiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a. 114 p.
- SIGAUD, L. Luta política e luta pela terra no Nordeste. **Dados**, v. 26, n. 1, 1983.
- SIGAUD, L. **Os Clandestinos e os Direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 260 p.
- SIGAUD, L. Trabalho Assalariado e Trabalho Familiar no Nordeste. **Anuário Antropológico**, v. 4, n. 1, p. 181-199, 1980b.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, L. A. M. da. Da Informalidade à Empregabilidade: Reorganizando a Dominação no Mundo do Trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 81-109, 2002. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18603>
- SILVA, L. A. M. da. **Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- SILVA, M. A. M. O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, p. 57-65, 1983.
- SIMÃO, A. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Pioneira, 1966.
- SINGER, P. **Economia Política do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, P.; SOUZA, J. R. de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SORJ, B. O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-55, 1983.
- SORJ, B. Sociologia e Trabalho: Mutações, Encontros e Desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>
- SOUZA, M. C. C. de. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

- SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STANDING, G. **The Precariat: the new dangerous class.** Londres: Bloomsbury Academic, 2011.
- TEIXEIRA, M. *et al.* (orgs.). **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista.** Campinas: IE/Unicamp; Cesis, 2017.
- THOMPSON, E. **The Making of the English Working Class.** Londres: Gollancz, 1963.
- TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular da economia informal. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 97, p. 38-49, 2003.
- TRÓPIA, P. V. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a força sindical.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 2004.
- VENCO, S. **As engrenagens do telemarketing: vida e trabalho na contemporaneidade.** Campinas: Arte Escrita, 2009.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão.** São Paulo: Annablume, 2011.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (orgs.). **O sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.** Belo Horizonte: Fino Trato, 2014.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade no trabalho: das origens às novas abordagens.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.
- VIANNA, L. W. Atualizando uma bibliografia: “novo sindicalismo”, cidadania e fábrica. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (org.). O que se deve ler em ciências sociais no Brasil.* São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1983. v. 3.
- VIANNA, L. W. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (org.). O que se deve ler em ciências sociais no Brasil.* São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1977. v. 1.
- VIEIRA, C. R. Negra: Mulher e Doméstica – Considerações sobre as Relações Sociais no Emprego Doméstico. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 14, 1987.
- VISENTINI, C. A.; DE DECCA, E. A Revolução do Vencedor. **Contraponto**, ano 1, n. 1, 1976.
- WANDERLEY, M. N. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 145 p.
- WEFFORT, F. Participação e conflito industrial: Contagem, Osasco 1968. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 5, 1972.
- WEFFORT, F. Sindicalismo e Democracia. *In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO*, 1979, São Paulo. **Comunicação...** São Paulo: OAF/Cedec/Cebrap, 1979. (mimeo.)
- WIRTH, I. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

## Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade

Maria Ligia de Oliveira Barbosa<sup>I</sup>  
Luís Armando Gandin<sup>II</sup>

### Introdução

Nas décadas iniciais do século XXI foram feitos diversos levantamentos sobre a produção brasileira na área da Sociologia da Educação: Débora Mazza (2001), Clarissa Eckert Baeta Neves (2002), Márcio da Costa e Graziella Moraes Dias da Silva (2003), Carlos Benedito Martins e Silke Weber (2010), Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Camila Ferreira da Silva (2015), Amurabi Oliveira e Camila Ferreira da Silva (2016), Ana Maria Almeida e Ana Paula Hey (2018). Quase todos eles foram encomendados pelas associações de pós-graduação, tanto na área de sociologia (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS e Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS) quanto na de educação (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED), e fornecem um panorama amplo de uma produção diversificada, configurando-se como um patamar sólido a partir do qual organizamos a análise aqui apresentada. Optamos por um formato de apresentação distinto dos que

foram mencionados anteriormente visando principalmente evitar sobreposições. Este artigo focaliza o conteúdo e as diferenças de abordagens teórico-metodológicas, buscando nos aproximar do formato estabelecido nos balanços clássicos e contemporâneos feitos pela literatura internacional: de Forquin (1995) a Apple, Ball e Gandin (2013), passando por Duru-Bellat e Van Zanten (2012) e Ballantine e Hammarck (2012).

Em 2013, a tradução de um *handbook* de Sociologia da Educação (*The Routledge International Handbook of the Sociology of Education*), organizado por Michael W. Apple, Stephen J. Ball e Luís Armando Gandin (2013), foi publicada no Brasil (Editora Penso), trazendo uma coletânea de 37 textos da área. Entre os textos, três são de autores brasileiros (Maria Alice Nogueira, Marília Pontes Sposito e Luís Armando Gandin). Maria Alice Nogueira (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) traz um balanço dos estudos sociológicos sobre as classes médias e a escola, mostrando também a importância da influência que as famílias têm ganhado na organização das escolas e dos

---

<sup>I</sup>Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: mligiaifcs@gmail.com

<sup>II</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: luis.Gandin@ufrgs.br

sistemas educacionais. Marília Pontes Sposito (Universidade de São Paulo – USP), em seu capítulo, analisa as contribuições da Sociologia da Educação para os estudos sobre juventude. Segundo a autora, a Sociologia da Educação tenderia a não confinar os estudos sobre a socialização dos jovens à escola, abrangendo o universo mais amplo de sua socialização. Luís Armando Gandin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) retoma o tema das reformas educacionais, utilizando o caso da Escola Cidadã de Porto Alegre (1989-2004).

Além de trazer três autores brasileiros que trabalham com a Sociologia da Educação, o livro levanta um interessante debate sobre as fronteiras da Sociologia da Educação. Nas faculdades de educação, muitas áreas do conhecimento convivem, representadas por professores com formações muito diversas. Além disso, muitos pesquisadores, mesmo aqueles com formação na sociologia, acabam utilizando contribuições de outras áreas das ciências humanas. Isso faz com que haja maior porosidade nas fronteiras disciplinares nos estudos produzidos nas faculdades de educação. Como mostra Stephen Ball em sua análise do campo da Sociologia da Educação:

As [...] relações interdisciplinares [...] são cada vez mais complexas a medida que, especialmente diante da “virada” pós-moderna, as fronteiras entre sociologia e filosofia, a ciência política, a geografia e a psicologia social tornaram-se imprecisas e frouxas. [...] Consequentemente, às vezes é difícil dizer quem é sociólogo da educação e quem não é (Ball, 2004, p. 1).

Também Apple, Ball e Gandin (2013), na introdução de seu livro *Sociologia da Educação: análise internacional*, corroboram essa

posição, afirmando que “o que realmente conta como Sociologia da Educação é sempre uma construção” (Apple; Ball; Gandin, 2013, p. 17). Reconhecendo essa realidade, no levantamento que fizemos, buscamos representar estudos e pesquisadores que utilizam predominantemente as contribuições da sociologia. Estamos cientes de que a inclusão e a exclusão de trabalhos nesse texto, por mais que tenhamos buscado tomar todos os devidos cuidados, é também um ato de construção.

A abordagem multidisciplinar dos fenômenos escolares nas faculdades de educação permite dar conta do caráter multidimensional da Educação. Nos departamentos de sociologia – para seguir a distinção proposta por Almeida e Hey (2018) – haveria maior homogeneidade de áreas de formação combinada com grande pluralidade das abordagens consideradas legítimas entre os sociólogos. Mais ainda, cada abordagem constrói seus campos de diálogos com outras disciplinas, de acordo com suas definições do seu objeto de pesquisa. Desenha-se também aqui forte interdisciplinaridade que faz a sociologia trabalhar com a economia, a estatística, a demografia, a antropologia, a psicologia, a história, a filosofia. Fica evidente que, ao menos nesse aspecto, haveria uma identificação bem maior entre as faculdades de educação e os departamentos de sociologia do que faria supor a forte diferenciação institucional. Manteremos as referências institucionais, mas o corte que organiza nosso estudo se vincula mais marcadamente às temáticas e às abordagens teóricas.

Ainda no plano das instituições, vale destacar o empenho mais significativo na construção de grupos de pesquisa voltados para problemáticas educacionais entre os profissionais da educação que entre os colegas da sociologia. Na área de educação, se-

gundo Romulo Portela Oliveira (2017, p. 2), o único espaço disponível para a produção de conhecimento seria os programas de pós-graduação, que são 170. Formaram-se, com base nesses programas, 4.151 grupos de pesquisa registrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já na área de sociologia, com 51 programas, registraram-se 943 grupos de pesquisa sobre o tema educação. Esse parece ser um indicador de maior proximidade nos trabalhos das faculdades de educação e departamentos de sociologia: para cada grupo na sociologia, existiriam 4,4 na educação, o que parece uma enormidade. Porém, para cada programa de pós-graduação em sociologia, existem 3,3 programas de educação! Ou seja, guarda-se certa proporcionalidade que parece respeitar o tamanho das áreas.

Quanto ao tipo de estudos considerados, optamos por incluir apenas artigos, livros e capítulos de livros, sem usar teses e dissertações. Em cada tema, tomaremos um ou dois trabalhos exemplares, tentando capturar as tendências mais recentes. É importante fazer notar que procuramos mencionar a maior variedade de autores e trabalhos. No entanto, a obrigatoriedade de fazer escolhas pode ter levado a algumas injustiças e mesmo percepções equivocadas. O critério utilizado foi escolher o artigo ou o livro que melhor expressa ou que mais se aproxima do tratamento sociológico naquele tema e naquela abordagem específica. Iniciamos tentando indicar por que a Sociologia da Educação forneceria uma perspectiva única para entender os processos escolares.

## **A sociologia como ciência do social e a educação como fenômeno social**

Desde a sua fundação, a sociologia estabelece uma forma única, nova e distinta de olhar o mundo, construída<sup>1</sup> a partir da especificidade do seu objeto, o social ou, como na formulação de Giddens (2005), a vida social humana, os grupos e as sociedades. As características definidoras dos fenômenos sociais seriam, segundo Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*, sua abstração, externalidade, generalidade e regularidade. A primeira dimensão opõe a materialidade dos fenômenos econômicos ao caráter moral – para Durkheim, sinônimo de social –, intelectual, espiritual ou abstrato dos fenômenos sociais. Ou seja, o social é a consciência coletiva, são formas de agir e pensar externas à consciência individual, pois se repetem entre os demais indivíduos daquele grupo. Note-se bem: agir e pensar. Os fenômenos sociais são morais, mas têm efeitos materiais: mulheres tendem a receber salários menores que os homens não pela materialidade das suas diferenças biológicas, mas pelo julgamento moral – ou valorativo – que a sociedade faz de homens e mulheres. É o social que os diferencia, não a natureza material de suas estruturas corpóreas. Isso significa que essas formas morais orientam as ações dos indivíduos em relação aos demais e à natureza. Então, são essas as primeiras características definidoras do social. Seu caráter moral, intelectual, abstrato. Vale destacar que moral não tem sentido de “ideal”, de dever ser. Ideal ou moral significa apenas que os fenômenos sociais são abstratos. Portanto,

1 A abordagem dos fenômenos sociais e de suas inúmeras dimensões como objeto da sociologia foi construída com base em leituras variadas, tendo como referências principais Nisbet (1966), Cohn (1979), Alexander (1996), Bourdieu (1987) e Mouzelis (1995). É importante fazer notar que este texto não tem nenhuma intenção de explicar Weber, Durkheim, Bourdieu ou qualquer outro autor. Apenas utiliza esses autores para organizar a exposição de um argumento.

de captura mais complexa pela análise científica. Especialmente quando se considera a definição completa: são fenômenos morais que existem *fora das consciências individuais*. Assim, além de seu caráter moral, os fatos sociais também têm uma característica que, novamente, impõe regras teóricas e metodológicas para sua apreensão. Trata-se da generalidade: fatos ou fenômenos sociais, ou as formas de agir e pensar, são partilhados em um determinado espaço social de forma geral. Normalmente (no sentido estatístico do termo), as pessoas vivendo nessa sociedade ou nesse espaço social partilham percepções, valores e práticas. Não significa que todos os indivíduos façam da mesma forma – o que seria universalidade, não generalidade – ou entendam do mesmo jeito. Significa apenas que com frequência as pessoas pensam e fazem coisas do mesmo tipo e de forma similar. Por exemplo, nas sociedades modernas, é usual que a partir de determinada idade, variável segundo os países, as crianças passem a ser educadas na escola. Nem todos os pais querem ou podem fazer isso, mas a maioria o faz. Finalmente, a quarta característica, derivada dessa anterior, também demanda abordagens teórico-metodológicas apropriadas. Trata-se do caráter regular dos modos de agir e pensar. Para que determinada apreciação ou ação seja considerada social, é necessário que ela seja praticada regularmente pelos indivíduos que vivem no espaço social analisado. Além dos desafios metodológicos para capturar essa regularidade, aparece aqui também uma questão teórica extremamente relevante que obriga a buscar em Weber a resposta para o problema lógico: como a sociedade garante essa regularidade, que é o que assegura sua existência? Como se consegue garantir que os indivíduos darão um sentido específico para suas ações? A resposta weberiana, retomada por Bourdieu, é

o conceito de dominação. Se os indivíduos que vivem em cada sociedade são seres humanos dotados de livre arbítrio, como o sentido de suas ações é regularmente o mesmo? Segundo Weber, a dominação é a possibilidade de levar os dominados a fazerem a vontade do dominador como um ato de decisão própria. Cada pai ou mãe de família escolhe mandar seus filhos para a escola. Eles podem não fazer isso, mas, em geral, fazem. Por diversas razões, como já mostraram os estudos de Basil Bernstein, e principalmente porque o caminho da educação é a forma legítima, dominante, de integrar os filhos à sociedade – por tudo aquilo que a socialização escolar oferece – e, se é o caso, ao mercado de trabalho. Em uma sociedade indígena ou medieval não faz sentido mandar seus filhos à escola tal como essa instituição é entendida na sociedade moderna. Assim, a regularidade observada com base nesse conceito é diferente de uniformidade: as razões de cada família, os investimentos de cada grupo social, o desempenho e o aproveitamento das oportunidades escolares, as formas da escola, todos são distintos e diversificados, apesar de regulares.

A perspectiva sociológica, nas mais diversas abordagens, organiza as formas de olhar para o social, tal como definido anteriormente. Educação é um fenômeno contingente, social e historicamente: trabalho por meio do qual as sociedades preparam, socializam as novas gerações, indicando os saberes, os valores, as crenças e os costumes dominantes em cada uma delas, varia segundo a trajetória histórica e a configuração de forças sociais em cada espaço. Assim, a sociologia oferece instrumentos científicos que permitem analisar e explicar como cada geração de cada grupo social e em cada sociedade faz esse trabalho, esclarecendo os efeitos e os resultados desse trabalho social

de instituição, responsável pela continuidade da vida social.

Nesse quadro, estudos qualitativos são essenciais e, pela definição do social que foi dada anteriormente, estudos quantitativos abrem um espaço mais amplo para mostrar como o sentido das relações sociais se estabelece pelas regularidades e pelas permanências. A abordagem das igualdades, diferenças e desigualdades propriamente sociais nos obriga a lidar com casos e suas regularidades, incluindo o conceito de dominação. Por exemplo, a Sociologia da Educação teria instrumentos para analisar as formas pelas quais os processos educativos se constituem em fatores cruciais da organização das desigualdades sociais no nosso país. A instituição escolar, e não apenas as condições socioeconômicas das famílias, deve ser tomada como fator essencial na determinação dos destinos sociais e escolares dos estudantes. Também a sociologia tem sido capaz de estabelecer claramente o papel importante que as fronteiras simbólicas têm na produção das desigualdades sociais, chamando a atenção para a socialização e os processos subsequentes de formação das identidades coletivas.

As identidades coletivas traduzem-se em formas de agir e pensar que são comuns (ou regularmente praticadas e pensadas) a determinado grupo de pessoas – participantes de uma determinada identidade coletiva. Outros grupos sociais ou identidades coletivas convivem e disputam as possibilidades de dizer como se jogam os jogos sociais. Quem estabelece as regras do jogo, mesmo que disputadas a cada instante, tem mais probabilidades de definir o sentido das práticas sociais que se tornam permanentes ou regulares. Assim, a sociologia dá o quadro teórico que percebe as formas dominantes dos processos educativos na sociedade brasileira, aqueles atos e valores praticados regularmen-

te e distintamente nas escolas brasileiras. Considerando o caráter contingente – toda forma de dominação é disputada e contestada a cada instante –, a sociologia captura em suas análises as lutas sociais em torno do sentido da escola em uma sociedade específica. É fundamental entender quais são essas regularidades e quais são os seus efeitos sobre as trajetórias sociais distintas.

Estudos quantitativos, fundamentados em bases qualitativas, capturam essas regularidades e diferenças. E mais: eles não são “meros” testes de teorias! Eles são base para geração de hipóteses e avanço do conhecimento inclusive teórico. Nesse quadro, o mapeamento dos estudos organiza-se nos termos do desenvolvimento da sociologia: inicia-se pela sociologia que tem um olhar mais abrangente e estrutural, inspirada em Marx e Durkheim, e que encontra em Bourdieu sua expressão mais completa na contemporaneidade. Em seguida, são examinados estudos de matriz mais weberiana, individualista, ou ainda abordagens da agência, vistos atualmente em estudos como os de Boudon, Goldthorpe, Raftery e Hout, Shavitt e Torche. Finalmente, são tratados os estudos que podem ser considerados de médio alcance e que incluem uma diversidade imensa de autores e temas relacionados particularmente à dimensão institucional dos processos sociais. Podem ser citados autores da sociologia das organizações, e uma obra exemplar dessa linha seria o livro *L'acteur et le Système*, de Crozier e Friedberg, que combina de forma rica e produtiva as contribuições das sociologias estrutural e individualista. Boa parte dos estudos sobre diferenças e desigualdades culturais se aproximaria dessa perspectiva, especialmente alguns estudos de caso sobre as questões identitárias recentes. Pensamos que a organização que criamos pelos grandes temas da sociologia e dos seus

estudos na educação torna o texto mais preciso e oferece melhor análise do campo da produção da Sociologia da Educação no Brasil. Essa separação em categorias de estudo acaba sendo um tanto arbitrária, uma vez que alguns autores e trabalhos circulam por mais de uma das dimensões que apontamos. Ainda assim, pensamos que ela garante uma visão mais rigorosa da grande produção da Sociologia da Educação brasileira.

### **Identidades e igualdade/desigualdade: os conteúdos sociais da educação**

Mesmo sendo um tema clássico, presente já no nascedouro da sociologia como uma ciência moderna, a educação não é um objeto muito popular na nossa área, seja entre os colegas mais maduros, tendentes a valorizar mais os conhecimentos sobre o mundo do trabalho e as formas de organização social aí presentes, seja entre os jovens colegas que preferem temáticas mais próximas das ideias da sociedade pós-industrial e suas várias formas.

Ainda assim, um conjunto de pesquisas – mais vasto do que parece – sobre as estruturas de desigualdade social no Brasil (Hasenbalg; Silva, 2004; Arretche, 2015) permite colocar definitivamente a análise das trajetórias educacionais no centro das explicações sociológicas. Esses estudos indicam, no seu conjunto – muito diversificado tanto em termos das abordagens quanto das dimensões específicas da desigualdade que são analisadas –, uma tendência à modernização das formas da desigualdade no país. A entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho é uma evidência dessa modernização; o fato de que elas consigam ganhar apenas 70% do que ganham os homens que possuem o mesmo nível de escolaridade delas é outra. Destaca-se também outro fato relevante: a escolarização

ou qualificação por meio do sistema de ensino ganha espaço – e, talvez, primazia – entre os critérios sociais para atribuição de poder, prestígio e renda aos indivíduos e grupos de indivíduos. Esse fato não é irrelevante, nem social nem sociologicamente: a revolução educacional (Baker, 2014) transformaria não só nossa vida cotidiana, pelo domínio de uma perspectiva escolarizada em todas as áreas, como também estabelece a escolarização como princípio de distribuição das posições sociais mais relevante do ponto de vista analítico. Também a pesquisa sobre desigualdades, nesse caso econômicas, tem indicado que os retornos monetários ao investimento individual em escolaridade estão se transformando (MENEZES; KIRSCHBAUM, 2015). Os aumentos nos diferenciais de renda associados ao ensino superior são crescentes, ao passo que nos níveis médio e fundamental há um encolhimento significativo desse diferencial.

Conceitualmente, a proposta de organização leva a tratar de três vertentes principais na análise da educação em sua relação com a produção das identidades e as desigualdades sociais: uma, de caráter mais estrutural, filiada ao pensamento durkheimiano e, em certa medida, marxista; outra com foco maior na ação individual, mais afinada com a obra de Weber; e a terceira voltada para as instituições. No entanto, uma das qualidades da produção sociológica contemporânea é exatamente sua capacidade de superar essa e outras tantas oposições, constituindo um corpo sólido de conhecimentos capazes de capturar a multidimensionalidade dos fatos sociais e combinar frutuosamente essas vertentes. A própria divisão de “temas” que propusemos abaixo deixa evidente que são diferenças de abordagem. São diferenças legítimas, tanto intelectualmente quanto na estrutura de problemas empíricos.

*Abordagens sistêmicas ou estruturais: classe social, o papel das famílias, o ambiente social*

O estudo das dimensões diferentes das desigualdades sociais tem avançado particularmente na área de educação. A pesquisa sociológica demonstrou, desde os anos 1960, a estreita relação entre as desigualdades sociais e as diferenças de acesso e sucesso no sistema escolar (Forquin, 1995). A Sociologia da Educação talvez seja uma das áreas que apresenta o mais diversificado panorama teórico-conceitual e de pesquisa empírica. Assim, podemos recorrer aos conceitos de capital social de Coleman (1997), aos modelos de escolha racional para as estratégias de decisões familiares quanto à educação dos filhos, bem como dos seus efeitos não antecipados (Boudon, 1977; 1981), ou aos conceitos sistematizados por Pierre Bourdieu (1979; 1999) sobre as formas e os estados dos diversos capitais que compõem o conjunto de recursos sociais de que se servem agentes ou grupos de agentes nas disputas pelo domínio do espaço social. Desse modo, com base na Sociologia da Educação, é possível configurar alguns dos elementos que vêm sendo apontados na literatura sobre desigualdade social como cruciais para o avanço da pesquisa. As questões a respeito dos efeitos das desigualdades culturais sobre as trajetórias escolares merecem ser destacadas (Forquin, 1995, especialmente o capítulo II), mas também é fundamental ter atenção aos estudos sobre as relações entre as identidades étnicas ou de gênero e o desempenho escolar, ganhando espaço cada vez mais relevante na pesquisa sociológica, como veremos a seguir. Essa área já tem estudos mais antigos<sup>2</sup>, e nossa abordagem não focalizará especificamente os estudos de raça e gênero,

que serão considerados em conjunto com as demais desigualdades. Diversos trabalhos de economistas e sociólogos tratam da questão da raça ou etnia e do gênero como fatores relevantes na definição das trajetórias educacionais, componente essencial das desigualdades sociais no Brasil. Entre os estudos que associam educação e gênero, em uma linha que teve em Fúlvia Rosemberg uma de suas fundadoras, temos Marília Pinto de Carvalho (USP), Cláudia Vianna (USP) e Nilson Fernandes Dinis (Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos – FAE UFSCar). Há indicações de uma reversão do hiato de gênero na educação brasileira ao longo do século XX – como mostram Kizô Beltrão e José Eustáquio Alves (2004), ambos da demografia. Entretanto, mesmo que as mulheres brasileiras estejam cada vez mais escolarizadas que os homens, o estudo de Santos (2009) compara a situação de mulheres brancas e mulheres negras no mercado de trabalho com aquela dos homens, também nas duas categorias raciais. Ao contrário do que o senso comum indicaria, o estudo mostra que as mulheres brancas sofrem mais com os salários menores em relação aos homens de mesma escolaridade do que as mulheres negras! Isso ocorre em função do hiato entre mulheres brancas e mulheres negras nos níveis de escolarização que elas conseguem atingir. Mulheres brancas são mais escolarizadas que as mulheres negras. Pessoas pouco escolarizadas recebem salário mínimo, em geral. Homens negros e mulheres negras tendem a receber salário mínimo, que os equaliza. Ao passo que homens e mulheres brancos recebem mais que o salário mínimo, abrindo oportunidades para discriminação entre pessoas que têm o mesmo nível de escolaridade. Nesse quadro,

---

2 Ver, por exemplo, o excelente balanço produzido por Donald Winkler e Santiago Cueto (2004).

mulheres brancas recebem salários menores que os homens brancos em proporções mais significativas do que as mulheres negras. Essas tendem a receber salários mais próximos aos dos homens negros porque ambos têm rendimentos próximos do mínimo. Isso significa que há um núcleo significativo de problemas e que ainda precisa ser melhor analisado pela sociologia, tanto da educação quanto do trabalho. A sociologia de gênero, trabalhando conjuntamente com a antropologia, tem investido fortemente na pesquisa das questões identitárias e dos movimentos LGBTQ, podendo constituir uma chave para o avanço na compreensão de fenômenos como essa discriminação no mercado de trabalho e as profundas diferenças de escolarização entre mulheres brancas e mulheres negras, mesmo em um contexto em que a escolaridade das mulheres vem crescendo muito.

Por outro lado, a produção sobre as desigualdades raciais e sua relação com o sistema educacional é abundante e de alta qualidade. Baseados nos estudos clássicos de Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) e de Antônio Sérgio Guimarães (USP), pesquisadores contemporâneos, tais como Márcia Lima (USP), Luiz Augusto Campos (UERJ), João Feres (UERJ), Écio Portes (Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ), André Vieira (Fundação Roberto Marinho e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e Rosana Heringer (UFRJ), produziram novos conhecimentos sobre os processos de discriminação racial nas escolas e universidades brasileiras. Tema imensamente polêmico, capaz de dividir a academia radicalmente, as relações raciais são analisadas sob diversos ângulos e perspectivas: políticas públicas, ações institucionais, experiências de discriminação,

efeitos sociais e econômicos das diferenças raciais e étnicas. Apesar de esse tipo de desigualdade merecer um capítulo à parte, em razão das restrições de espaço, e considerando a análise em separado que vai ser feita nesse conjunto de textos, foi preciso deixar de lado essa discussão. No entanto, é fundamental destacar a qualidade da produção nessa área e sua atenção fundamental – até mesmo entre os economistas – para o lugar da educação como espaço de produção e reprodução das desigualdades raciais no país.

### *Famílias e a educação fundamental*

O grupo de pesquisadores que se dedicam ao tema da relação família, classe social e escola tem expressiva produção, bastante orientada pela abordagem bourdieusiana. O maior e mais reconhecido grupo – especialmente pela intensidade e pela qualidade das publicações – é aquele coordenado por Maria Alice Nogueira da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reunido no Observatório Sociológico Família-Escola (OSFE). Pode-se mencionar uma série de textos, dos quais escolhemos dois pela expressão clara do trabalho do grupo (MATOS *et al.*, 2017; Nogueira, 2018). O primeiro discute os impactos dos recursos e das práticas familiares no desempenho das crianças do ensino fundamental. Estabelecendo diferenciações e nuances, os autores mostram que certificados escolares, práticas de escrita e capital informacional são fatores importantes para o desempenho em linguagem, ao passo que o capital informacional – que, como já indicaram Koslink *et al.* (2013), é um fator decisivo na definição de onde matricular os filhos – é o principal fator do desempenho em matemática – conhecimento adquirido basicamente na escola. Já o segundo texto volta-se para as escolhas de cursos

no ensino superior<sup>3</sup>, sempre considerando os impactos da trajetória da família, seus recursos, seus valores. Nos dois casos, como nos demais trabalhos desse grupo, trata-se o conceito de *habitus* de forma distante do determinismo inicial – presente, por exemplo, no livro *Le Sens pratique* –, para aproveitar a evolução que o próprio Bourdieu fez na utilização desse conceito (MARY, 1988). Esses autores, assim como Setton (2018), a seguir, incluem dimensões de escolha (racional) e agência, completamente ausentes no tratamento quase caricatural que normalmente se faz do conceito de *habitus*, que aparece como mera tradução local e individual da posição social do grupo familiar.

Também é essencial considerar o trabalho de Nadir Zago (Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó) e lembrar o grupo coordenado por Zaia Brandão (Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação – SOCED) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que teve intensa produção, chegando mesmo a produzir uma revista em conjunto com colegas portugueses (*Sociologia da Educação*, com quatro números). Nesse campo, ainda é relevante o trabalho de Ana Maria Fonseca de Almeida (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp) e Graziela Perosa (USP), com seus estudos sobre os colégios de elite em São Paulo. Da mesma forma, a relação entre família e escola é o destaque dos estudos de Graça Setton (FAE USP) sobre as diferentes forças exercidas pela instituição escolar e pela própria família na configuração do *habitus* das crianças e dos jovens (Setton, 2015). Em um artigo mais recente (Setton, 2018), a autora discute o conceito de *habitus*, comparando Bourdieu e Elias.

Confirma-se, nesse ponto, a evolução do conceito mencionada anteriormente:

Se o conjunto de estratégias continua a ser reenviado a uma unidade de um princípio unificador, o *habitus* revisitado seria caracterizado pela heterogeneidade e multiplicidade que se ajustaria a um grau variável de consciência. Uma dialética entre disposições e ocasião se efetuará em cada indivíduo. O *habitus*, de acordo com a circunstância, perderia seu automatismo (Setton, 2018, p. 14).

A insistência na valorização desse tipo de perspectiva mais nuançada e multidimensional do *habitus* é relevante dada a centralidade do debate sobre os processos de escolarização e suas regras sociais e institucionais. Tratado dessa forma, o conceito bourdieusiano permite uma compreensão das regras sociais que produzem fracasso e sucesso escolar de acordo com a origem e a posição social das famílias dos alunos. Essa abordagem não precisa das ideias de exceção psicológica, de sorte, de excepcionalidade – nem recorre a elas para explicar por que alguns alunos de classes populares conseguem sucesso considerável na trajetória escolar. Ela é capaz de identificar as condições sociais e institucionais que fazem com que algumas escolas sejam capazes de oferecer oportunidades para que alunos em situações mais precárias possam ter acesso a conhecimento, valores e práticas que lhes permitam aceder a melhores posições sociais sem ter que ganhar na loteria da vida.

### *Juventudes e o ensino médio*

Os estudos sociológicos sobre juventudes e educação são um campo em expansão na Sociologia da Educação brasileira, com

---

3 Uma exceção nos estudos desse tipo sobre família, que são mais voltados para as relações entre família e ensino fundamental.

um número crescente de autores e pesquisas nos últimos anos. Marília Pontes Sposito (USP) é uma das pioneiras nos estudos sociológicos sobre a juventude e sua relação com a educação, com grande influência sobre esse subcampo e produzindo sobre o tema pelo menos desde 1992. Em seu importante texto de 2013 (Sposito, 2013), “Interfaces entre a Sociologia da Educação e os estudos sobre a juventude no Brasil”, apresenta as contribuições que a Sociologia da Educação tem oferecido aos estudos sobre juventude no Brasil, destacando os trabalhos de Antonio Candido, Octavio Ianni, José Machado Pais, Marie Duru-Bellat, Agnez Van Zanten, Emilio Tenti Fanfani, Danilo Martuccelli. Trata-se de um capítulo basilar, pois situa as grandes influências sociológicas para o estudo da relação entre juventudes e educação no Brasil, abrindo portas aos entrantes nos estudos e consolidando o que já se produz – cuja importância é ainda maior, pois foi publicado nos países anglófonos, dando visibilidade aos estudos brasileiros. Outro trabalho central para o campo é o livro de 2009, *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*, organizado por Marília Pontes Sposito e com a presença das lideranças na produção sobre o tema. Em um balanço mais recente (2018), Marília Pontes Sposito, Raquel Souza e Fernanda Arantes e Silva discutem, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), as mudanças socioeconômicas experimentadas pelos jovens e as consequências para suas relações com a família, o trabalho e a educação. O artigo busca traçar os atuais desafios dos estudos sobre a juventude, e as autoras concluem que se trata

de investigar, a partir dos indivíduos – neste caso particular, os jovens –, os constrangi-

mentos estruturais que declinam de modo diferencial em cada momento do percurso de vida e diante dos quais os indivíduos não são apenas personagens que respondem às posições previamente estabelecidas (Sposito; Souza; Silva, 2018, p. 20-21).

Esse campo cresceu muito nos últimos anos, com autores como Tom Dwyer (Unicamp), Felícia Picanço (UFRJ), Vivian Weller (Universidade de Brasília – UnB), Maria Carla Corrochano (UFSCar) e Marilena Nakano (Centro Universitário Fundação Santo André – FSA) – vários deles autores de capítulos no livro *Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries*, organizado por Dwyer, Gorshkov, Modi, Chunling e Mapadimeng (2018), que, entre outros temas, trata da relação com a educação –, tendo produção sociológica substancial a respeito da relação entre juventudes e educação. Outros autores que vêm estudando as juventudes e os processos de socialização que ocorrem fora dos espaços da escola e em relação com ela, com substantivas contribuições, são Juarez Dayrell (UFMG), Paulo César Rodrigues Carrano (Universidade Federal Fluminense – UFF) e Geraldo Magela Pereira Leão (UFMG). Um bom exemplo do tipo de estudo produzido é o artigo de Dayrell, de 2007, intitulado “A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil”. No texto, o autor defende a ideia de que “a relação da juventude com a escola não se explica em si mesma: o problema não se reduz nem apenas aos jovens, nem apenas à escola, como as análises lineares tendem a conceber” (Dayrell, 2007, p. 1.106). Trabalhando com a concepção de Dubet da “desinstitucionalização do social”, Dayrell afirma que se vê hoje uma relação e uma negociação tensa entre a “condição juvenil e o estatuto de aluno” (Dayrell, 2007, p. 1.120).

O autor termina o texto indagando sobre o papel da escola e duvidando da capacidade e da própria natureza de seu papel homogeneizador. Também destacamos o trabalho de Carrano e Leão, que no artigo de 2013 (“O jovem Milton: a individuação entre a igreja e a educação social”), publicado em *Educação & Realidade*, examinam as trajetórias e as estratégias de jovens, participantes de um projeto social do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, em seu processo de se tornarem adultos. Ao focar em um jovem (Milton, do título do artigo), o texto demonstra a utilidade do uso das contribuições de Lahire para o entendimento do processo de socialização dos sujeitos sociais que se utilizam de um patrimônio de disposições, em comparação com as formulações de Martuccelli, e a sua busca para analisar a “autofabricação dos sujeitos, na articulação entre os processos sociais e o modo como os indivíduos enfrentam tais provas a partir de suas experiências sociais” (Leão; Carrano, 2013, p. 899). Os dois textos citados mostram os rumos novos dos estudos sociológicos sobre juventude e sua relação com a educação. Por último, destacamos seções temáticas e dossiês publicados pelos periódicos da educação sobre o tema, tais como os *Cadernos CEDES*, de 2011 (Juventude e Ensino Médio); o número 47, de 2016, da revista *Linhas Críticas* (Juventude, Educação e Trabalho); e o volume 41, número 1, de 2016, da revista *Educação & Realidade* (Ensino Médio e Juventudes), que recebeu 110 artigos em chamada pública para essa seção temática, mostrando a grande produção sobre o tema.

Pensamos ser importante seguir a produção dos autores citados para que acompanhem os avanços que esses estudos nos trarão, particularmente em tempos de reforma do ensino médio. Tanto o acirrado debate em torno dos parâmetros curriculares para o

ensino médio quanto o velho enfrentamento entre os sentidos dados ao ensino profissional – “sempre uma ótima solução para os filhos dos outros”, na frase lapidar de Alison Wolf (2002) – e ao ensino propedêutico tornariam o ensino secundário um campo muito fértil para a análise sociológica, sobretudo considerando sua transversalidade em relação ao tema das juventudes. No entanto, a produção apresentada em artigos e livros acadêmicos é relativamente restrita. Há algumas teses recentes e de boa qualidade (Zucarelli, 2016; Rollon, 2017), o que pode indicar aumento nas publicações do tema. É importante notar que a legislação e a apresentação de parâmetros curriculares na reforma recente do ensino médio geraram uma produção crítica bastante variada, que vai de uma argumentação fundamentada sobre os sentidos do currículo (ver a seguir) até a mais eloquente e vazia discussão sobre as intenções malévolas dos propositores da política.

Estudos que apresentem um quadro social da situação, perspectivas e horizontes dos estudantes do ensino médio foram muitas vezes apresentados na forma de relatórios, seja para empresas, seja para fundações. Alguns são trabalhos de fôlego, como o relatório organizado na parceria entre o CEBRAP e a Fundação Victor Civita (Torres *et al.*, 2013), em que se traça um extenso e detalhado quadro das percepções e dos valores vigentes entre os jovens brasileiros, incluindo sua relação com a escola. Já o artigo mais acadêmico de Salata (2009) discute as relações entre o lugar de residência e as decisões quanto à escolha entre trabalho e escola, ressaltando o impacto desigual do mundo urbano nas trajetórias dos jovens. Nessa temática das possibilidades de retenção dos jovens no ensino médio, o estudo de Tartuce *et al.* (2018) analisa a perspectiva dos agentes estatais – principalmente secretários(as)

de estado da educação – sobre a efetividade das ações propostas em políticas federais e executadas em cada estado. Visando uma análise mais contextualizada da situação do ensino médio brasileiro – com taxas baixíssimas de matrícula, especialmente considerando a obrigatoriedade legal de atendimento estabelecida em 2009 –, as autoras destacam as questões mais relevantes nessa área de pesquisa: massificação sem o correspondente esforço de retenção e melhoria na qualidade; fragmentação e pouca clareza das políticas sobre o tema; desencontros entre a cultura escolar e as sociabilidades juvenis; condições de trabalho e formação docente; e finalmente, mas muito decisivo: necessidade de definir com maior clareza *o que se ensina e como se ensina*. Um tema que perpassa essas questões é a distinção/oposição entre ensino médio profissional ou técnico e aquele mais acadêmico ou propedêutico, que inclui os valores sociais, as estruturas curriculares, as formas de *tracking*. Boa parte desses temas é tratada em outros itens deste artigo; no entanto, várias das questões mencionadas que ainda não estão adequadamente tratadas e voltaremos a isso.

#### *Relação do sistema educacional com o ambiente (social)*

O efeito do ambiente social sobre o desempenho escolar sempre foi um dos campos centrais da Sociologia da Educação, ao menos após os anos 1960 (com o relatório Coleman representando um marco de um vasto estudo empírico). No fim dos anos 2000, inaugurou-se, no Brasil, uma linha de estudos sobre os efeitos dos diferentes territórios em que vivem os estudantes sobre suas experiências escolares. André Ricardo Salata, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em artigo

de 2009, demonstra, com base em uma análise dos microdados amostrais do censo 2000 dos moradores jovens homens da cidade do Rio de Janeiro, que aqueles que moram em favelas têm menos chances de estar apenas estudando. Pesquisas como essas reforçam os estudos sociológicos que ganharam destaque a partir da década de 1970 – incluindo os estudos de Bourdieu, Bowles e Gintis e Althusser e Bernstein –, que apontavam a determinação do nível socioeconômico no sucesso escolar. Salata (2009) mostra como essa primeira onda de estudos produziu resultados que conduziam para a conclusão de que as escolas não fazem praticamente nenhuma diferença nos resultados acadêmicos dos alunos. Uma segunda leva de estudos seria aquela que busca examinar a efetividade da escola (os estudos de *school effectiveness*). Aqui, a máxima é: a escola pode promover alguma diferença. Como uma terceira corrente, apareceram os estudos que buscam examinar variáveis que complexifiquem um pouco mais os estudos que analisavam os efeitos socioeconômicos sobre a escolarização, de modo a incluir os efeitos particulares que o território ou lugar onde vivem os estudantes tem sobre seu sucesso.

Assim como o trabalho de Salata (2009), também outras pesquisas buscam entender esse efeito território ou lugar no sucesso ou fracasso escolar dos estudantes, como o artigo de Barbosa e Sant’Anna (2010). As autoras afirmam que a junção da tradição da sociologia urbana de considerar o espaço e o território, somada à tradição dos estudos sobre oportunidades educacionais e do efeito da escola, presente na Sociologia da Educação, pode produzir análises que deem conta de capturar a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos na explicação do sucesso ou do fracasso escolar dos estudantes. Com um estudo bem desenhado e também

circunscrito à cidade do Rio de Janeiro, elas concluem que o efeito território não aparece tanto quando se separa entre escolas de favela e não favela, mas é estatisticamente significativo quando se comparam escolas de bairros perto do centro e escolas afastadas do centro. Uma das contribuições dessa pesquisa é levar em conta a qualidade da educação recebida na escola – as condições de infraestrutura da escola e a atuação dos professores – como variáveis. Ou seja, para as autoras, embora haja grande influência do território nas oportunidades dos estudantes, esse mesmo território também influencia o tipo de atendimento que os alunos recebem na escola, algo que precisa ser levado em conta nas pesquisas sobre produção de desigualdades educacionais e sociais.

No mesmo período (2009), era publicado o livro *A Escola e a Favela*, organizado por Angela Randolpho Paiva e Marcelo Baumann Burgos, que também abordava o efeito território e sua relação com a experiência e o sucesso escolares. Em seu capítulo, Burgos (2009) mostra que o estudo utiliza o conceito de Bourdieu de “efeito de lugar”, “quando os espaços da cidade podem produzir importantes assimetrias políticas, fortes identidades/rivalidades locais, preconceitos, ressentimentos mútuos e até estigmas” (Burgos, 2009, p. 59). Os autores corroboram a nossa afirmação de que esses estudos que relacionam o efeito lugar e o desempenho escolar dos estudantes estavam sendo inaugurados, no Brasil, naquele período (o fim dos anos 2000), com um olhar mais atento à segregação urbana que representa as favelas.

Não por coincidência, os estudos relacionados até aqui têm como campo empí-

rico a cidade do Rio de Janeiro, com seus contrastes bastante visíveis. O livro organizado por Paiva e Burgos (2009) é o resultado de uma pesquisa realizada entre 2005 e 2007 pelo Núcleo de Estudos sobre Cidadania, Direitos e Desigualdade Social do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. Em uma pesquisa qualitativa que envolveu entrevistas com professores e gestores<sup>4</sup>, buscou-se entender como o efeito lugar ou território produz impactos na experiência de escolarização dos alunos das favelas da cidade do Rio de Janeiro, não focando em uma possível determinação desse efeito (e, portanto, não alinhando-se à tese já bastante criticada de James Coleman), mas, sobretudo, na representação dos professores sobre o que eles entendem como “efeito-favela”. Usando a posição de Agnez Van Zanten (*apud*Burgos, 2009, p. 64), os autores da pesquisa não enxergam a escola como um pano de fundo neutro, onde a reprodução das desigualdades ocorre. Segundo eles, é importante incorporar a ideia de que “o contexto local não é um dado, mas uma construção coletiva, sempre suscetível de ser redefinida pelas organizações escolares” (Van Zanten *apud*Burgos, 2009, p. 64). Ao examinar essa construção coletiva que é a escola, os autores apontam a presença do que chamam de “determinismo ecológico” (Burgos, 2009, p. 125), incorporado à forma como professores e equipes diretivas veem seus alunos. Ou seja, o efeito-favela não é apenas o efeito do lugar onde habitam os alunos – o que não deixa de ser importante –, mas também resultado das percepções construídas pelos professores sobre esse lugar e sobre os estudantes.

O grupo de professores da PUC-Rio, particularmente Marcelo Burgos, que se de-

---

4 Também foram realizadas entrevistas com profissionais de organizações não governamentais (ONGs) atuando nas favelas, como contraste àquilo que os professores apresentavam.

dica aos estudos da Sociologia da Educação, continua a produzir trabalhos nessa linha, incluindo o livro *A Escola e o Mundo do Aluno*, de 2014 (Burgos, 2014). As pesquisas de Burgos e seus colaboradores apresentam-nos uma continuidade da tradição dos estudos de sociologia da escola, aqui com uma profunda atenção ao contexto social no qual estão inseridas essas instituições. Como lembra Ana Maria Cavaliere (2015), há nesses trabalhos coordenados por Burgos ecos da contribuição de Antonio Candido no texto “A Estrutura da Escola” e sua preocupação de analisar as dinâmicas internas da instituição escolar e suas consequências para a ação socializadora dessa escola.

Outra dimensão da relação com o ambiente urbano focalizada nas pesquisas de Sociologia da Educação diz respeito à duração da jornada escolar. O texto de Cavaliere e Maurício (2012) discute as formas de enfrentamento das desigualdades educacionais, associando a jornada escolar e as diferenças de desempenho no quadro das políticas de ampliação dessa jornada feita no Brasil. Apesar do pouco destaque dado a esses resultados, os autores verificam que há um efeito muito restrito da ampliação da jornada escolar no ensino fundamental em razão tanto da má distribuição das condições do sistema escolar quanto das dificuldades familiares no aproveitamento das jornadas mais ampliadas. Muitos dos estudos sobre as jornadas escolares dizem respeito ao ensino básico, principalmente o fundamental. No entanto, essa é uma questão crucial para a permanência nos ensinos médio e superior e ainda muito pouco considerada analiticamente. Os turnos são mencionados como um fator essencial do desempenho e na decisão de permanecer estudando (Paul; Valle-Silva, 1998), mas faltam ainda estudos compreensivos sobre os processos decisórios.

Entre outros estudos empíricos que usam as noções de efeito do lugar ou efeito território, destacamos os trabalhos de Graziella Souza dos Santos, Simone Costa Moreira e Luís Armando Gandin, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS (Moreira; Santos; Gandin, 2017; Santos; Moreira; Gandin, 2018); Carolina Zuccarelli, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF (Zuccarelli, 2010); e Luiz Cesar Queiroz Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/UFRJ (Ribeiro; Kztzman, 2008; Ribeiro *et al.*, 2010; 2016).

#### *Estado e políticas educacionais*

Em 1987, Jenny Ozga cunhou o termo “*policy sociology*” (sociologia das políticas) (Ozga, 1987) e abriu espaço para o estudo sociológico das políticas educacionais, que eram, até ali, estudadas apenas para mensurar seus impactos nos sistemas educacionais, mas não como textos e práticas políticas e envoltas em relações de poder. Como já dizia Dale, em seu texto publicado em *Educação & Realidade* em 1988, na visão predominante na sociologia, até então, “a política [*policy*] é reduzida à administração” (Dale, 1988, p. 18). É preciso destacar que tanto a economia (Wolf, 2002) quanto a ciência política (na análise brilhante de Busemeyer, 2015) têm contribuições importantes para a compreensão dos agentes e das forças sociais que configuram a organização das políticas públicas, especialmente em uma área tão disputada socialmente como a educação. Talvez pelo domínio de perspectivas marxizantes na sociologia brasileira, essa dimensão da autonomia estatal na elaboração de políticas tenha sido subestimada.

Stephen Ball é um dos maiores herdeiros dessa tradição da busca de uma sociologia das políticas educacionais, e o seu livro *Edu-*

*cation Policy and Social Class* reúne os seus trabalhos sobre o tema até o ano de 2006. Porém, é seu livro de 1990 – *Politics and Policy-making in Education: Explorations in Policy Sociology* – que representa um marco nos esforços de se construir uma teorização sobre sociologia das políticas educacionais. Seus trabalhos levaram-no à construção da noção de “ciclo de políticas” – que é apresentado, em 1992, em um livro escrito por Bowe, Ball e Gold –, muito usada (nem sempre com precisão) na pesquisa com política educacional no Brasil. Continuando a construção de uma sociologia das políticas educacionais, Ball tem, por meio de trabalhos empíricos, tratado tanto do contexto de influência e de produção de texto – nos quais busca entender as redes que geram o que chama de comunidade global de políticas educacionais (Ball, 2013; Ball; Junemann; Santori, 2017) – quanto do contexto da prática – analisando como as políticas são atuadas nas escolas (Ball; Maguire; Braun, 2016). Os trabalhos de Ball tiveram e continuam tendo grande impacto nos estudos de políticas educacionais no Brasil. Um dos responsáveis pela popularização dos trabalhos de Ball foi Jefferson Mainardes (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG). O artigo de Mainardes de 2006, publicado em *Educação & Sociedade*, apresentou o conceito de ciclo de políticas para aqueles pesquisadores que não tinham acesso aos textos de Ball em inglês. Também o livro organizado por Ball e Mainardes, publicado no Brasil em 2011, acabou ampliando a oferta dos trabalhos de Ball na análise sociológica de políticas educacionais (e de currículo).

Vários trabalhos começaram a aparecer, a partir de meados dos anos 2000 e na década de 2010, aproveitando-se das contribuições de Ball sobre a necessidade de entender a política educacional não apenas em uma

perspectiva *top-down*, mas capturando o movimento dessas políticas desde o processo de sua construção até a forma que ela vai tomando quando recontextualizada pelos atores nas escolas, algo que é defendido na perspectiva do ciclo de políticas. A concepção de Ball parece ter se constituído em uma forma de evitar certo determinismo presente em parte das análises de políticas educacionais – como se a mensagem enviada fosse recebida e executada sem mediações. Também houve, no Brasil, combinação com a concepção de recontextualização de Bernstein, utilizada aqui em um movimento de deslocamento para se entender a vida da política nas escolas – Alice Casemiro Lopes, da UERJ, propôs essa combinação, em um artigo publicado em *Currículo sem Fronteiras* e intitulado “Política de Currículo: recontextualização e hibridismo”, de 2005.

Como um exemplo de trabalhos que utilizam a ferramenta do ciclo de políticas em sua análise de políticas educacionais, podemos citar: o artigo de Dias e Lopes (2009), que examina a política de formação de professores no Brasil, buscando analisá-la levando em conta os três contextos propostos por Ball; o trabalho de Lima e Gandin (2012a), que examina o contexto da prática de escolas estaduais gaúchas que viveram uma política de currículo “a prova de professores”; e, por último, o artigo de Oliveira e Santos (2013), que usa o ciclo de políticas para entender o contexto da prática de política educacional para o ensino médio, no contexto do Rio Grande do Norte. Esses estudos colocam em funcionamento, em suas pesquisas qualitativas, a metodologia do ciclo de políticas, buscando entender o movimento envolvido nos três contextos: o de influência (em que se gestam as políticas), o de produção de textos (em que a política se converte em discurso normativo) e o da prática (em que,

assim como nos outros contextos, vive-se a política, agora por aqueles que são os alvos dessas iniciativas). Alguns focam mais em um dos contextos, mas todos os estudos buscam documentar o movimento, a mediação, a negociação, sempre presentes nas políticas educacionais.

Como dito anteriormente, Ball continuou produzindo trabalhos que influenciaram as pesquisas brasileiras. Sua análise sobre as redes de políticas, traçando os atores envolvidos nos contextos de influência e mesmo de produção de textos, tem sido usada no Brasil por alguns grupos de pesquisa. Esses grupos também relacionam essa pesquisa com os trabalhos de Ball que mostram a crescente privatização dos espaços públicos de variadas formas. Os trabalhos de Vera Peroni (UFRGS), Eneida Shiroma (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e Theresa Adrião (Unicamp) e seus grupos de pesquisadores empregam as formulações de Ball para avançar a análise dessas redes dos atores responsáveis por produção de política educacional.

Nas pesquisas e nas teorizações a respeito do Estado e suas transformações pós-Bem-Estar Social, o trabalho de Roger Dale (2010) tem sido influência importante. Ao defender a ideia de que o Estado não deve ser visto como um monolito, ele afirma que é preciso tratar o Estado como *explanandum*, ou seja, o que deve ser explicado, mais do que como *explanans*, parte de uma explicação (Dale, 2010, p. 1.110). Dale é herdeiro da tradição que vê o Estado como local de disputas e de contradições.

Outra fonte de influências, mesmo tendo um impacto menor do que deveria ter tido, é o trabalho de Janet Newman e John Clarke (2012) da Open University, do Reino Unido. Seus estudos sociológicos sobre o Estado e sua natureza na sociedade inglesa

são sofisticados e provêm ferramentas importantes para o estudo do Estado. Seu impacto talvez tenha sido menor no Brasil em razão de seu trabalho ter ficado sem tradução ao português, com exceção de um artigo original encomendado aos autores e publicado por *Educação & Realidade*, em 2012 (Newman; Clarke, 2012). Há, no entanto, estudos que utilizam seus referenciais na Sociologia da Educação brasileira. Em 2013, Álvaro Hypolito (Universidade Federal de Pelotas – UFPel) e Luís Armando Gandin (UFRGS) organizaram uma seção temática intitulada “Políticas de Responsabilização, Gerencialismo e Currículo”, na revista *e-Curriculum* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (v. 11, n. 2, 2013), na qual 15 autores examinam as consequências da adoção, ao menos parcial, de políticas gerencialistas na educação brasileira. Outros trabalhos exploram a potência da noção de gerencialismo para o exame do Estado e sua relação com a educação no Brasil, tais como os estudos de Iana Gomes de Lima (UFPel) e Luís Armando Gandin (UFRGS), que buscam examinar a atual conformação do estado brasileiro que definem como um modelo gerencial híbrido (Lima; Gandin, 2012b; Lima; Gandin, 2017). Por último, podemos citar o recente estudo de Marília Pinto de Carvalho (USP) e coautores, que examina como o gerencialismo impacta o trabalho docente de professoras (Carvalho *et al.*, 2018).

Finalmente, mas não menos importante, aparecem alguns estudos, parcialmente influenciados pela economia e pela ciência política, que tratam da questão da responsabilização (*accountability*, no termo inglês) e se associam à pesquisa sobre o efeito da escola e dos agentes sociais capazes de influenciar na criação e efetivação das diferentes políticas públicas (Cerdeira; Almeida; Costa,

2014; Koslinsky; Ribeiro; Oliveira, 2017). Esses e outros estudos – referentes à formação de um quase mercado no setor público de escolas do ensino básico – serão retomados adiante, no item referente à efetividade do sistema escolar.

*Abordagens individualistas<sup>5</sup>: desigualdades sociais, desigualdades de oportunidades educacionais, trajetórias escolares*

A educação, em qualquer sociedade, é o elemento-chave do processo de socialização, o que a torna o processo mais elementar da humanização e da integração social dos indivíduos. Nas sociedades modernas, a educação também é o processo mediador entre origem e destino social; é recurso social e critério de hierarquização; é arena de disputas pelos retornos sociais e econômicos dos diplomas; é o núcleo central de políticas de qualificação para o trabalho e de democratização das relações sociais. Entretanto, desde os ditos “pais fundadores” da sociologia, essa disciplina tem questionado se o acesso à escola e, mais recentemente, à educação média e superior significa, de fato, igualdade de oportunidades e retornos econômicos e sociais legítimos, isto é, independentemente da origem social.

As formas e os processos geradores da desigualdade social constituem uma área de pesquisa que sofreu intenso desenvolvimento na última década. Os estudos sobre estratificação social representam uma tentativa de síntese bem-acabada, com uma contribuição importante e abrangente para a compreensão da desigualdade. Segundo Marshall (1996, p. 512), “o termo estratificação em sociologia é usualmente aplicado aos estudos de desigualdade social estruturada, isto é, estudos sobre quaisquer desigualdades sistêmicas entre grupos de pessoas que surgem como consequências não antecipadas de

processos e relações sociais”. Esses trabalhos teriam como objetivo apreender os determinantes da formação das estruturas de classes e de grupos de *status*, o grau em que essas estruturas são efetivamente dominantes nas sociedades e as manifestações das desigualdades de oportunidades, de condições e de recompensas, bem como as formas por meio das quais os grupos estabelecem e mantêm suas fronteiras. Sob inspiração weberiana, como a maior parte dos estudos em estratificação social, Brian Turner (1989) procurou coordenar as distintas manifestações das desigualdades sociais organizando-as em torno dos mecanismos por meio dos quais cada sociedade estabelece padrões de relações sociais desiguais. Dessa perspectiva, mais analítica que descritiva, a desigualdade não é apenas contabilidade de diferenças, mas um tipo de organização social específico – a ser pesquisado em cada situação empírica – que transforma essas diferenças em desigualdades sociais.

Baseado principalmente nas teorias sociológicas da estratificação e da mobilidade social, o enfoque das pesquisas brasileiras nessa área tem sido a tendência de que os sistemas de ensino em diversos países podem, muitas vezes, contribuir para aumentar e não diminuir a desigualdade – aqui, são importantes as teorias Desigualdade Maximamente Mantida (*Maximally Maintained Inequality* – MMI) (Raftery; Hout, 1993), Desigualdade Efetivamente Mantida (*Effectively Maintained Inequality* – EMI) (Lucas, 2001) e Desigualdade Efetivamente Expandida (Alon, 2009). O aprendizado limitado no sistema de ensino formal seria um tema incluído aqui, assim como os efeitos desiguais do sistema de ensino sobre as trajetórias sociais. Estudos em andamento nessa linha de pesquisa tendem a focalizar temas como o desempenho no mercado de trabalho e sua

associação com a formação recebida<sup>6</sup>. O texto de Sigal Alon (2009) é uma excelente abordagem teórica para entender a questão da desigualdade social crescente mesmo em um sistema de ensino em expansão. Levanta dois mecanismos possíveis, baseado no conceito de fechamento social de Weber e desenvolvidos por Parkin: exclusão (universal em seus efeitos) e adaptação (desigual, no plano social, em relação às capacidades de adaptação às novas formas de exclusão), por meio de uma competição mais difícil para as instituições de elite. Nesse ponto, as estratégias da elite para reduzir acesso às instituições de prestígio se destacam como objeto. Estudos como os de Shamus Khan (2012), Ana Almeida e Maria Alice Nogueira (2002), Agnez Van Zanten e Stephen Ball (2015) são importantes para revelar as estratégias de fechamento da elite ou do estamento privilegiado. Por educação ou riqueza.

A produção nessa área é imensa e muito variada, tanto nas faculdades de educação quanto nos departamentos de sociologia. Esse tipo de abordagem permite percorrer todos os níveis do sistema educacional e, para o ensino básico, podem ser citados: Marcio da Costa (UFRJ), Máximo Augusto Campos Masson (UFRJ), Mariane Campelo Koslinski (UFRJ), Murillo Marschner Alves de Brito (PUC-Rio/USP) e Fatima Alves (PUC-Rio). Um estudo que orientou diversos outros no país foi o de Torche e Costa Ribeiro (2012), em que são analisados os efeitos das famílias nas transições escolares ao longo da vida.

Os diversos estudos de Costa e Koslinski (2011; 2012), Koslinski *et al.* (2014) e Koslinski e Carvalho (2015) observam sistema-

ticamente a constituição de estratégias de famílias e agentes escolares que acabam por hierarquizar o próprio sistema público de ensino básico. Além dos outros autores mencionados anteriormente, tanto Costa quanto Koslinski e seus diversos colaboradores utilizam o conceito de “quase mercado” – ver, por exemplo, Le Grand (2011) – para tratar das hierarquias que se formam no interior do setor público de ensino fundamental. Essas hierarquias são claramente percebidas pelos pais, que disputam sempre as oportunidades de se matricularem naquelas que são consideradas as melhores escolas. Como não há dinheiro envolvido, os autores tratam como um quase mercado, não o mercado propriamente dito das escolas privadas. Esse tema da formação de um quase mercado no interior do setor público de escolas é tratado pelos autores de vocação mais estruturalista como um problema de contaminação de uma ideologia gerencialista no interior do Estado. Talvez, menos do que uma oposição ideológica, tenhamos aqui uma diferenciação quanto ao tipo de abordagem, mais ou menos atenta ao papel de agência que podem ter indivíduos e grupos, mesmo pertencentes às chamadas classes populares. A possibilidade de não se contentar com a escola oferecida em seu bairro e buscar outra que pareça melhor é uma vitória do indivíduo sobre o determinismo de suas condições sociais. Uma vitória que procura estabelecer novas regras para alocação dos serviços públicos.

#### *Ensino superior e estratificação horizontal*

Em uma perspectiva mais estrutural, os estudos de Simon Schwartzman (sobre todos os níveis de ensino) são essenciais para o

6 Vários estudos sobre o destino profissional dos egressos dos sistemas escolares começam a ser produzidos, tendo ainda algumas dificuldades no acesso aos dados. A análise dos formados na área de educação e sua carreira profissional faz parte desse conjunto.

desenvolvimento da Sociologia da Educação brasileira. Destacam-se, a nosso ver, duas dimensões de suas análises que ainda marcam toda a produção nacional: os estudos sobre o lugar subordinado e relegado da formação de professores no sistema de ensino superior no país (Schwartzman, 2003) e sobre os efeitos nefastos do viés acadêmico na universidade e em todos os níveis da escola (Schwartzman, 2011). Permanecendo no campo de estudos sobre o ensino superior, considerando tanto as estruturas do sistema quanto as políticas desenvolvidas, é essencial incorporar as contribuições de Carlos Benedito Martins e Clarissa Baeta Neves (2016). Martins tem a trajetória mais consistente na análise do desenvolvimento do sistema brasileiro de ensino superior desde os anos 1970: é o caso de seu texto “Ensino pago: um retrato sem retoques”, que desvenda um mundo ainda incipiente das universidades privadas e que atualmente é analisado por Helena Sampaio (2014). Entre as tendências recentes, Martins (2015) destaca a formação de um mercado internacional de ensino superior, em sintonia com as melhores tendências da pesquisa internacional. Clarissa Neves e Anhaia (2014) e Clarissa Neves (2015) propõem também, alinhando-se aos grandes centros de pesquisa sobre o ensino superior – tanto Neves como Martins tiveram oportunidades de participar das melhores instituições de ensino e pesquisa sobre o tema, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos –, uma análise abrangente que entrelaça dois temas relevantes para o caso brasileiro: as políticas de inclusão – cada vez mais demandadas tanto nas avaliações nacionais quanto nas classificações internacionais – e as políticas de internacionalização, estudando-as em perspectiva comparada (Neves, 2011). Nos dois artigos mencionados inicialmente, Neves (2011; 2015) analisa a evolução do sistema

de ensino superior e as formas como ele vem lidando com as demandas sociais, econômicas e demográficas ao longo dos últimos 50 anos. Indicando a persistência do gargalo do ensino médio muito excludente em nosso país, a autora analisa as diversas políticas para inclusão de novos grupos sociais em um ensino terciário que já foi extremamente elitista. Entre essas políticas, como em outros países, aparecem, além daquelas diretamente voltadas para o recebimento da população de baixa renda e dos negros e indígenas, esforços de diversificação e expansão, tanto no setor público quanto no privado (Barbosa, 2015). Em resumo, como mostram Neves, Sampaio e Heringer (2018, p. 20), “é desse lugar de reconhecimento da importância da educação superior que ocorrem as suas transformações: são mudanças de escala e de desconcentração global do atendimento, mudanças de configuração da oferta e, especialmente, de legitimidade e de reconhecimento nas sociedades contemporâneas”. Entre as mudanças selecionadas, o processo de internacionalização do ensino superior tornou-se uma pauta global que começa a aparecer destacadamente no Brasil, como mostra o dossiê na *Revista Educação*, da PUC-RS. No caso do Brasil, além do trabalho pioneiro de Martins (2015), desenvolvem-se estudos sociológicos sobre a internacionalização do ensino superior com base nos estudos de Hans de Wit (2002) e Jane Knight (2008), ainda em fase embrionária, mas indicando uma tendência importante que pode ser verificada nas inúmeras políticas desenvolvidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos 30 anos.

Uma dimensão essencial da produção das desigualdades sociais em nosso país se associa ao funcionamento do sistema de ensino superior que, mesmo em expansão, aparentemente continua mantendo ou até mesmo

expandindo as desigualdades. É o que mostram estudos como os de Carlos Costa Ribeiro (UERJ), Flavio Carvalhaes (UFRJ), Ana Cristina Collares (UnB), Maria Ligia Barbosa e colaboradores do Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (LAPES)/UFRJ. São estudos fortemente baseados em métodos quantitativos e que tendem a indicar quais seriam os fatores que contribuiriam para maior ou menor abertura do ensino superior aos diferentes grupos sociais. Quase que em uníssono, esses trabalhos indicam fortíssima tendência a manutenção e aprofundamento das desigualdades. Para isso, contribuem tanto a segmentação do sistema de ensino superior entre o setor público e o privado quanto as diferenças entre as carreiras e a possibilidade de se matricular em cursos diurnos ou noturnos (Barbosa *et al.*, 2017; Marteleto; Marschner; Carvalhaes, 2016). Na maior parte desses estudos, destaca-se a persistência da origem social como determinante dos destinos ocupacionais (Daflon *et al.*, 2017), em oposição aos ideais meritocráticos da modernidade. Essa persistência é demonstrada por Ribeiro e Schlegel (2019) e encontra possíveis explicações em Prates e Barbosa (2015), discutido a seguir, e nos estudos de Schwartzman sobre o viés acadêmico. Outra dimensão das desigualdades associadas ao ensino superior tornou-se tema emergente nas pesquisas internacionais e começa a ser desenvolvida no país. Trata-se da relação entre os diferentes cursos e as estratégias de fechamento das elites (Triventi; Vergolini; Zanini, 2017). Já existem alguns estudos, tais como os de Carvalhaes (2015) e seus colaboradores e o de Honorato, Zucarelli e Vieira (2019) que privilegiam a área da educação. O artigo de Nogueira (2012) tem um enfoque mais teórico, focalizando os diversos fatores sociais e individuais envolvidos nas escolhas dos cursos. Essa é uma

área de pesquisa que demanda metodologias refinadas e profundo conhecimento teórico, qualidades presentes entre os jovens pesquisadores do nosso campo.

#### *Abordagens de médio alcance: organização e processos educativos formais*

Mesmo que o sentido dos processos de evolução da divisão social do trabalho seja visto de maneira distinta entre as correntes teóricas, há um consenso razoável de que, para o bem (Durkheim) ou para o mal (Marx e Weber), a especialização crescente dos papéis sociais desenvolveu as estruturas burocráticas, separou a vida pública da vida privada, gerou novos padrões institucionais e alterou radicalmente os padrões da sociabilidade humana. Isso é particularmente verdadeiro para o caso da educação, que deixa de ser uma atividade totalmente realizada pela família ou grupo para se tornar um trabalho institucional, realizada no espaço público e por agentes diferenciados. A intensificação recente desse processo leva à constituição do que David Baker (2014) chamou de sociedade escolarizada (*the schooled society*), em que, segundo o autor, as formas e os padrões de convivência social se alteram profundamente em função da presença maciça de pessoas que passaram pela escola. A perspectiva interessante do trabalho de Baker é que fica clara a dupla relação em que os processos escolares são marcados pelas mudanças na estrutura social e ao mesmo tempo reorganizam pelo menos uma parte dessas mudanças. É o que ocorre, por exemplo, com a geração de novos padrões de reconhecimento do valor dos indivíduos:

Os valores centrais do universalismo do mérito educacional e o desenvolvimento do indivíduo moderno como um bem coletivo dão forte universalidade aos graus educacio-

nais e oferecem uma lógica pela qual as formas tradicionais (= não escolares) de status se tornam quase um tabu por serem socialmente injustas. Além disso, o status determinado pela educação é visto como uma hierarquia social legítima (Baker, 2014, p. 36, tradução nossa).

Considerando o papel central atribuído à instituição escolar nas sociedades contemporâneas, não só como espaço de socialização comum, mas também como objeto de intensas disputas sociais – talvez a disputa mais significativa, justamente pelo seu sentido de legitimação –, um conjunto importante de pesquisadores (mais nas ciências sociais aplicadas, como a administração) passa a focalizar a escola como instituição. Isso demanda uma sociologia que saiba lidar com fenômenos de médio alcance (na fórmula de Robert King Merton, 1980), capaz de integrar o plano do ator individual e o plano da estrutura social (*L'Acteur et le système*, de Crozier e Friedberg) para dar conta dos sentidos sociais da experiência escolar (no conceito de François Dubet, 1994). O avanço desse tipo de abordagem, potencialmente agregadora e corretiva dos excessos do individualismo e do estruturalismo, traz à baila os temas dos efeitos do sistema escolar, como veremos a seguir. No entanto, destaca também – como ficou claro nas críticas metodológicas ao relatório Coleman – a importância de se analisar o ambiente escolar e os modos de funcionamento da instituição, os atores ou agentes e os seus padrões de relação, a organização das carreiras profissionais e as estruturas de poder.

Um dos livros publicados no Brasil que melhor reflete essa problemática é aquele organizado por Nigel Brooke e José Francisco Soares (2008), em que se produz um balanço do desenvolvimento da pesquisa sobre

os efeitos específicos da instituição escolar, desde sua negação preliminar no relatório Coleman até os desenvolvimentos teóricos e metodológicos recentes. Nessa coletânea, encontram-se os textos clássicos da produção sociológica no tema e também um balanço das pesquisas latino-americana (Javier Murillo, 2008) e brasileira (Alves; Franco, 2008). Essas análises, geralmente mais quantitativas, delineiam, com bastante clareza e apuro técnico-metodológico, os fatores internos à escola (trabalho e qualificação docente, atuação do diretor, participação da comunidade, padrões administrativos e pedagógicos, formas curriculares, métodos didáticos) que se juntam aos fatores familiares (capital social, capital cultural, capital econômico) para favorecer ou dificultar o melhor desempenho dos alunos em suas trajetórias de aprendizado. Boa parte desses estudos – apesar de algumas resistências mais políticas, propriamente teórico-metodológicas – dedicou-se à questão da qualidade da escola e da necessária combinação entre eficiência institucional e equidade na distribuição de oportunidades, como já indicava literatura anterior (Veiga; Barbosa, 2001). São estudos que se desenvolvem junto às políticas de avaliação, procurando definir parâmetros e conceitos adequados para o novo quadro de democratização da sociedade brasileira – essas avaliações começaram nos anos 1980 –, em que a prestação de contas ao público e a responsabilização dos agentes políticos e escolares se tornam elemento essencial das representações sociais do sistema escolar. Nesse eixo de pesquisas – sobre a qualidade, a eficácia e a justiça das escolas –, incluem-se vários dos estudos mencionados anteriormente sobre as relações entre desigualdade de oportunidades e trajetórias escolares e sociais, destacando-se aqueles sobre a formação de um quase mercado no proces-

so de distribuição das matrículas nas diversas instituições do setor público.

Sob um ângulo ligeiramente diferente, os estudos sobre o cotidiano na escola poderiam ser enquadrados nesse eixo de pesquisa. Nilda Alves (UERJ) e Regina Leite Garcia (UFF) são as difusoras dessa tradição de pesquisa, que se ampliou para incluir outras professoras da UERJ (Inês Barbosa de Oliveira e Alexandra Garcia), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (Carlos Eduardo Ferraço e Janete Magalhães Carvalho) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (Carmen Sanches e Maria Luiza Sússekind). Usam referências de Agnes Heller, Henri Lefebvre, Michel de Certeau e, mais recentemente, Boaventura de Sousa Santos. Embora sejam campos um tanto diferentes, agrupamos esses estudos no intuito de não estender por demasiado o texto e também porque eles compartilham referências teóricas em torno da análise do professorado.

Em relação ao trabalho docente e sua formação, são marcantes as influências de Michael Apple (*Trabalho docente e textos*), Maurice Tardif (*Saberes Docentes e Formação Profissional e Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas* – com Claude Lessard) e de Zenneth Zeichner (*Reflective Teaching: An Introduction* – com Daniel Liston – e *Políticas de formação de professores nos Estados Unidos – Como e por que elas afetam vários países no mundo*). Esses livros examinam a formação de professores e o trabalho docente imersos nas condições sociais de sua produção, usando ferramentas da Sociologia. No Brasil, os trabalhos de Álvaro Luiz Moreira Hypolito (UFPEL) e da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (Redestrado) têm sido importantes, merecendo destaque também a pesquisa de Reinaldo Matias Fleu-

ri (2015), “Perfil Profissional docente no Brasil”, e aquela de Aparecida Neri de Souza (com Márcia de Paula Leite) (2011), da FAE Unicamp. Nesse estudo específico, a autora, junto a Márcia Leite, associa as condições do trabalho docente e a saúde dos professores.

Stephen Ball também tem produzido, em parceria com seus colaboradores, trabalhos empíricos que avançam o entendimento de como as políticas públicas são vividas nas escolas e, ao mesmo tempo, fornecem lentes de análise para que outros estudos se beneficiem desse avanço. Assim, seu livro de 2016 – ano em que foi publicada a tradução em português –, citado anteriormente, examina a atuação de políticas em escolas secundárias do Reino Unido. Em um processo que os autores definem como interpretação e tradução, eles mostram como as políticas são vividas e resistidas nas escolas pelos docentes, ou, como eles definem, atuadas. Ainda há poucos estudos que utilizam essa teorização e suas lições teórico-metodológicas. A abordagem de Ball permite incorporar algumas análises de ações localizadas ou políticas institucionais de inclusão que vêm sendo levadas a cabo em partes do sistema de ensino superior. As universidades federais, por exemplo, enquadram-se perfeitamente nesse modelo proposto de interpretação e tradução que cada instituição apoia ou resiste, transformando as políticas originais. É o que aconteceu com a política de interiorização do Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ou as políticas de cotas que, em cada universidade, tiveram desenvolvimentos distintos (Vargas; Heringer, 2017). Entretanto, algumas universidades comunitárias desenvolvem há vários anos políticas de inclusão que permitem a seus alunos pobres frequentar e aprender de forma similar àquelas alcançadas pelos alunos mais ricos. É um longo trabalho de constitui-

ção de políticas e ações institucionais e que tem efeitos significativos sobre as trajetórias dos estudantes. Não atingem a escala das políticas públicas: essas ações representam os casos de sucesso (muitos deles) que poderiam orientar políticas mais gerais (Santos, 2012; Pires, 2016; Pires; Vargas, 2018).

Usando esse tipo de abordagem organizacional/institucional combinada com a análise de dados censitários e das diferentes PNADs, destaca-se o livro de Antônio Augusto Pereira Prates (UFMG) e Ana Cristina Murta Collares (UnB) (Prates; Collares, 2014). O material analisa a dinâmica dos mecanismos internos ao sistema de ensino superior que interferem na produção das desigualdades. Assim, a diferenciação institucional aparece como condição para a ampliação ou expansão do sistema terciário, e o lugar que a educação ocupa em dada sociedade vai ser associado à importância atribuída ao conhecimento nessa mesma sociedade. Em um estudo primoroso da trajetória do conhecimento científico desde a Idade Média e de sua relação com o desenvolvimento da instituição universitária, os autores destacam o papel central do monopólio do conhecimento nas sociedades contemporâneas. Discutindo as transformações dos modelos institucionais de universidade no decorrer da história, influenciados principalmente pela Inglaterra, pela França, pela Alemanha e pelos Estados Unidos, os autores chegam à diversificação atual pressionada pelas demandas de universalização e indicam duas formas desse processo: ampliação do setor privado e da lógica de mercado, por um lado, e diferenciação institucional (cursos profissionais não convencionais, cursos de curta duração, modulação e sistemas de créditos, escolas, institutos e centros voltados para educação mais vocacional) que se traduz também em flexibilização institucional, por outro lado.

O caráter democratizante da expansão que atende demandas de inclusão gera resistências à abertura das universidades de elite. O sistema também é sensível às demandas do mercado por formações mais especializadas e rápidas. Assim, se a racionalização burocrática, base da diferenciação institucional, foi o fator estrutural mais eficaz de ampliação e universalização, os critérios particularistas da velha ordem conseguem contaminar essa nova configuração social, produzindo uma monopolização das credenciais de acesso aos cargos mais prestigiados e gerando um novo estamento burocrático baseado na credencial educacional. Com isso, novamente, as demandas democratizantes encontram barreiras e dificuldades. No plano empírico, são analisadas as condições atuais de acesso ao ensino superior que, claramente, se mostra mais aberto com a entrada de estudantes mais velhos e mais pobres. Pelas indicações desse e de outros textos de Prates (2010) e Prates *et al.* (2012), a diferenciação institucional tende a eliminar as vantagens trazidas pela ampliação do acesso, ao criar formas de “*tracking*” que levam estudantes de origem mais modesta para carreiras menos prestigiadas e remuneradas.

#### *Conflito ou cooperação: os papéis no sistema escolar*

Os estudos sobre os diferentes papéis na instituição escolar se desenvolvem com o avanço dos métodos de pesquisa sobre educação – especialmente as estatísticas multiníveis –, dos paradigmas teóricos – que passam a incorporar a noção de que a escola tem efeitos próprios – e, claro, com o aprofundamento da divisão social do trabalho no interior da própria instituição. Além dos tradicionais professores e diretores, surge uma infinidade de outros papéis mais ou menos essenciais para o funcionamento institucio-

nal: orientadores pedagógicos, supervisores, psicólogos escolares, merendeiras, secretárias, administradores, gestores, proprietários etc.

No Brasil, temos vários estudos sobre os diferentes desafios da gestão escolar (produzidos, geralmente, nas faculdades de educação, nos departamentos de administração escolar que, quase sempre, utilizam conceitos trazidos, especialmente, da sociologia weberiana) – mencionaremos apenas livros recentes sobre o tema da gestão escolar e seus efeitos sobre a eficiência institucional e sua capacidade para aumentar as igualdades de oportunidade. As autoras mencionadas são todas originárias do SOCED, o grupo de pesquisa dirigido por Zaia Brandão, na PUC-Rio; Ana Cristina Prado Oliveira (2018), na FAE Unirio; Cynthia Paes de Carvalho (2018), na FAE PUC-Rio; e Maria Luiza Canedo (2018), na PUC-Rio. Apesar da extensão da bibliografia (Souza, 2007) sobre gestão escolar, seus pilares – conforme indica o *site* do Proesc – tendem a ser instrumento fundamental da administração da educação básica e objeto da pedagogia (gestão pedagógica, gestão do tempo e qualidade do ensino), da economia e da contabilidade (gestão administrativa, financeira, de recursos humanos) e, finalmente, mas não menos importante, o que o *site* chama de gestão acadêmica, dos controles burocráticos sobre a movimentação, a presença e a trajetória dos alunos. Em cada um desses pilares há contribuições relevantes da pesquisa sociológica, mas poucos estudos sociológicos publicados como artigos ou teses reivindicam esse tema como seu objeto, como a mencionada tese de Souza (2007), feita na PUC-SP, ou ainda a monografia de Vieira (2017), feita em João Pessoa, Paraíba. Uma parte significativa de estudos que poderiam ser enquadrados no tema da gestão escolar, tais como o artigo de Lima e Gandin (2017), foi incluída na seção

sobre políticas educacionais em nosso artigo.

Por outro lado, no caso do sistema de ensino superior, a complexificação das instituições cada vez mais diversificadas, como indicado anteriormente, produziu estudos importantes sobre uma das dimensões essenciais da universidade moderna: sua autonomia e as disputas entre os diferentes atores/agentes – *stakeholders*, na linguagem da ciência política – para definir os formatos, as funções, as diferentes características formadoras das diversas instituições. Os trabalhos de Balbachevsky (2015) e Vonbun, Mendonça e Gomes (2016) oferecem bons exemplos de estudos nessa linha. Esse último artigo junta elementos histórico-institucionais dos sistemas de ensino superior em cinco países (Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão e Coreia do Sul) para estabelecer alguns parâmetros que permitam entender o caso brasileiro. São países com desempenhos bem mais elevados que o do Brasil, e focaliza-se em todos eles as questões relativas ao tratamento dado à equidade do acesso. Os autores salientam que, apesar da exceção brasileira na oferta do ensino superior público gratuito, não há redução da desigualdade de oportunidades, pois a entrada para as instituições desse setor é fortemente condicionada pela renda e pela escolaridade dos pais.

Já o texto de Balbachevsky (2015) começa indicando a pluralidade de formatos institucionais existente entre os provedores de ensino superior – destacando-se a distinção entre os setores público e privado – e contextualizando o desenvolvimento do sistema nos últimos 30 anos, caracterizados, no plano nacional, pela redemocratização e pela estabilização econômica, ambas com impactos relevantes sobre as expectativas e as ações desses atores. Quatro grupos de atores internos ao sistema aparecem de forma significa-

tiva: as oligarquias profissionais tradicionais, a comunidade científica, os sindicatos de professores universitários e, numericamente muito importantes, os professores do imenso setor privado de ensino superior. A esses quatro, juntam-se outros atores do plano interno: movimentos estudantis, funcionários técnicos administrativos sindicalizados e a administração central das universidades. Para cada um desses atores são analisadas as principais demandas e sua respectiva força e capacidade de influenciar. Os agentes internos referem-se principalmente às demandas por inclusão e à ação das agências governamentais. Diferenciando o poder das regiões geográficas, Balbachevsky (2015) indica a altíssima capacidade das poderosas universidades do estado de São Paulo na configuração dos modelos a serem perseguidos pelas demais instituições.

### *Currículo explícito e oculto*

O currículo tem sido objeto central da sociologia desde a década de 1970. Em um artigo de 1996, publicado em *Educação & Realidade*, Jean-Claude Forquin buscava definir o currículo como objeto de estudo da sociologia:

Um currículo é um programa de estudos ou um programa de formação, mas considerado em sua globalidade, em sua coerência didática e em sua continuidade temporal, isto é, de acordo com a organização sequencial das situações e das atividades de aprendizagem às quais ele dá lugar. Acessoriamente, e por extensão, o termo “currículo” pode designar não mais aquilo que é formalmente prescrito, oficialmente “inscrito no programa”, mas aquilo que é realmente ensinado nas salas de aula e que está, às vezes, muito distante daquilo que é oficialmente prescrito (Forquin, 1996, p. 188).

São os estudos que focam nessas características do currículo – aquilo que passa pela definição do que deve ser incluído e do que não é incluído, aquilo que conta e o que não conta como “conhecimento oficial” (Apple, 1997), em um processo de “tradição seletiva”, como nos ensina Raymond Williams (1979), mas também o que não é explicitamente listado como conhecimento a ser ensinado, mas que ensina pelo processo de repetição de rituais, de automatização de comportamentos, em suma, ensinamentos e práticas mais ligadas ao processo mais amplo de socialização, que Mannheim chamava de “conteúdo latente” (Mannheim; Stewart, 1976) e que hoje é denominado “currículo oculto” (Silva, 1992) – que buscamos reunir nessa análise sobre a produção sociológica sobre o tema.

Não é possível falar de sociologia do currículo no Brasil sem lembrar de Tomaz Tadeu da Silva (UFRGS), que tem uma contribuição que remonta a um período anterior àquele que nos debruçamos nesse texto, mas que foi e continua sendo referência central na constituição dos estudos sociológicos desse subcampo. Tomaz Tadeu da Silva foi o grande divulgador e produziu inúmeros artigos e livros que trouxeram para o Brasil os debates que circulavam no campo dos estudos sociológicos do currículo. Os trabalhos de Michael Young, Basil Bernstein, Jean-Claude Forquin e Michael Apple – apenas para citar alguns dos grandes sociólogos do currículo mundial – foram traduzidos e estudados por Silva, pelo grupo que ele formou na UFRGS e pelos inúmeros curriculistas influenciados por ele. Talvez o livro mais significativo dessa contribuição aos estudos sociológicos do currículo tenha sido *O que Produz e o que Reproduz em Educação: Ensaios de Sociologia da Educação*, de 1992 (Silva, 1992). No livro, há um capítulo – que foi

publicado, primeiramente, como um artigo de *Cadernos de Pesquisa*, em 1990 – que consegue reunir as contribuições dos sociólogos para os estudos do currículo nas décadas de 1970 e 80. Esse foi um texto que influenciou muitos que se dedicam ao estudo do currículo a partir da sociologia.

Entretanto, também não se pode deixar de citar Antonio Flavio Moreira (UFRJ) e, desde 2003, na Universidade Católica de Petrópolis) que, tendo realizado seu doutoramento com Michael Young no Reino Unido, na década de 1980, retornou ao Brasil e promoveu, com Tomaz Tadeu da Silva ou sozinho, os estudos sociológicos do currículo no Brasil. Um texto-chave que inaugura, de alguma maneira, sua vasta contribuição à sociologia do currículo é o artigo “Sociologia do Currículo: origens, desenvolvimento e contribuições”, publicado na revista *Em Aberto*, em 1990 (Moreira, 1990) – mesmo ano em que Tomaz Tadeu da Silva também faz seu balanço. Antonio Flavio Moreira constituiu, na UFRJ, o Núcleo de Estudos de Currículo, que formaria novas gerações de curriculistas no Brasil.

O campo da sociologia do currículo no Brasil vem sofrendo muitas modificações e mesmo desafios no século XXI. É cada vez mais difícil encontrar quem se declare um sociólogo do currículo no nosso país. Não é que o campo do currículo tenha diminuído; ao contrário, ele só cresce com muitos grupos de pesquisa bastante ativos e com vasta produção. No entanto, não parece ser mais a tradição da Sociologia da Educação debruçada na temática do currículo a fonte de análise e pesquisa. Houve grande proliferação dos estudos filosóficos pós-modernos e pós-estruturalistas também influenciados pelos estudos culturais nesse campo, com a diminuição das pesquisas que utilizam referenciais identificados com a sociologia.

Essa é uma tendência a ser estudada, uma vez que o campo do currículo cresceu no Brasil, nas décadas de 1990, fortemente influenciado pela tradição sociológica de matriz neomarxista, mas, desde então, essa influência se vê diminuída (ainda que bastante presente).

Mesmo em minoria, ainda há autores que abordam os estudos sobre o currículo explicitamente identificados com a contribuição da sociologia, mesmo que combinados com novas tradições, tais como os grupos de pesquisa que trabalham com Antonio Flavio Moreira, da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos, da UFMG, e Luís Armando Gandin, da UFRGS, para citar alguns. Há também tentativas de recuperar a importância do trabalho de Bernstein para o estudo da educação, em geral, e do currículo, em particular (Mainardes; Stremel, 2010; Santos, 2003), algo que vem trazendo a incorporação de sua teorização em novos estudos. Existem muitos estudos no Brasil que persistem defendendo a importância e a atualidade das tradições da Sociologia da Educação de tradição neomarxista (seguindo o trabalho de Michael Apple, por exemplo, que continua tendo grande influência no Brasil), às vezes combinada com os trabalhos de Bernstein e Bourdieu (ver Santos, 2013, como um exemplo).

Há, hoje, também, nos estudos que utilizam as contribuições da sociologia para o estudo do currículo, forte influência dos trabalhos de Stephen Ball e seus colaboradores, combinada com vários autores, incluindo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para citar apenas alguns. Se nas décadas de 1980 e 90 eram os pesquisadores da UFRGS da UFRJ que produziam os estudos com maior impacto nesse campo do currículo, a partir dos anos 2000, o grupo mais ativo tem sido os

pesquisadores da UERJ. Particularmente, a linha de pesquisa “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, capitaneada por Elizabeth Macedo e Alice Casemiro Lopes, tem sido a grande produtora de estudos no campo do currículo (ver, por exemplo, Macedo; Lopes, 2011; 2014). No entanto, pode haver debate se a maior parte do que se produz pelos grupos criados nessa tradição pós-estruturalista ainda pode ser considerado como estando dentro do campo da Sociologia da Educação. Essa discussão faz parte do que apresentamos na introdução deste artigo, quando mostramos que Stephen Ball, por exemplo, vem ampliando bastante aquilo que se determina como as fronteiras do que se entende como Sociologia da Educação.

## Conclusões

O Brasil alinha-se com o melhor da produção internacional em várias áreas da Sociologia da Educação. A preferência por Pierre Bourdieu segue firme, matizada na própria evolução do autor que, sem abandonar sua perspectiva estrutural, refinou os conceitos, especialmente o de *habitus*, abrindo espaço para inferências mais complexas sobre os processos de socialização. Abordagens como a de Ball ou de Dubet ainda precisam ser mais bem trabalhadas na área, apesar do destaque que conceitos como o de experiência social vem ganhando na explicação das dimensões socioculturais que compõem as trajetórias escolares. Também os conceitos de ciclo de políticas e atuação têm ajudado a sofisticar a análise das políticas educacionais. Os estudos sobre estratificação horizontal merecem mais atenção dos colegas. Há bastante estudos, feitos por jovens pesquisado-

res, principalmente. Entretanto, ainda estão muito concentrados, geográfica e institucionalmente. Pode-se dizer que ainda há poucas análises da educação como campo de disputa efetivamente social e política – não sobre-determinado pela economia – e autônomo. Desenvolver mais e melhores explicações sobre a elaboração e a implementação das políticas públicas para todos os níveis de ensino, apesar da produção numericamente expressiva, ainda é um espaço importante a ser ocupado pelos sociólogos da educação com perspectivas mais empíricas e voltadas para diferentes atores e forças sociais, menos preocupados com embates político-filosóficos. Um exemplo que destaca essa ausência são as análises sobre a duração da jornada escolar, dos turnos de escolarização, do predomínio absoluto dos cursos noturnos no ensino superior. A literatura internacional indica os efeitos relevantes dos turnos e dos horários no aprendizado e nas trajetórias escolares.

O Brasil tem uma disponibilidade enorme de dados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP etc.) que ainda são pouco aproveitados, havendo uma tendência muito forte a trabalhar com estudos de caso e deixar de lado as questões de generalização. Isso em um sistema que tem milhões de alunos e professores, com diversas informações disponíveis. Se alguns dados, especialmente aqueles identificados, ainda são de difícil acesso, os sociólogos brasileiros ainda carecem de especialização, mais que de financiamento, para lidar com as enormes possibilidades de análise oferecidas pelas instituições oficiais. Isso se torna sobretudo relevante considerando o domínio das perspectivas estruturalistas entre os sociólogos da educação.

Entre os chamados temas emergentes, talvez a questão de gênero seja a mais sig-

nificativa em um balanço da Sociologia da Educação brasileira. Para além do debate político e ideológico intenso gerado em torno desse tema, há estudos mais sistemáticos sobre as questões identitárias na antropologia. Porém, a contribuição da sociologia – também tratada em outro artigo dessa coletânea – emerge nos estudos sobre desigualdade social e racial e também nas análises sobre as juventudes. Esse último tema abarcaria contribuições muito diversas, desde a sociologia dos valores sociais até a sociologia da experiência escolar, passando obviamente pela sociologia do currículo. Ainda faltam mais estudos sobre as percepções e as expectativas dos jovens sobre o valor da escola e do trabalho, sobre o sentido das escolhas e vocações. Considerando o panorama internacional, uma linha que merece ainda mais atenção dos pesquisadores brasileiros é o estudo de possíveis impactos da divisão técnica do trabalho sobre as tra-

jetórias escolares e ocupacionais e sobre as estratégias dos atores envolvidos.

Haveria ainda problemas da distribuição regional: a melhor e maior produção na Sociologia da Educação está extremamente concentrada nos estados das regiões Sul e Sudeste, além de Brasília. Norte e Nordeste têm visibilidade muito pequena.

Há uma diversidade imensa de temas, abordagens, metodologias. Todos eles, independentemente do seu caráter mais descritivo ou mais analítico, assumem um olhar crítico sobre o nosso sistema de ensino. Esse sistema emerge, nesse apanhado, como um fator primordial da produção e da reprodução das desigualdades sociais no Brasil. Isso não é novidade, mas essa nova produção esmiúça os mecanismos e processos, atores e grupos, práticas e valores que desembocam nesse resultado perverso. E esse é o ponto mais positivo dessa produção.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, J. The Centrality of the Classics. *In*: TURNER, S. (org.). **Social Theory and Sociology: The Classics and Beyond**. Cambridge: Blackwell, 1996.
- ALMEIDA, A. M. F.; HEY, A. P. Sociologia da Educação: Olhares sobre um campo em ascensão. *In*: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia brasileira hoje II**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018. p. 253-309.
- ALMEIDA, A. M. F.; NOGUEIRA, M. A. **A Escolarização das Elites: um Panorama Internacional da Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ALON, S. The Evolution of Class Inequality in Higher Education: Competition, Exclusion, and Adaptation. **American Sociological Review**, v. 74, n. 5, p. 731-755, 2009.
- ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil. *In*: BROOKE, N.; SOARES, J. F. (orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 482-500.
- APPLE, M. W. **Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação: Análise Internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.

- ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- BAKER, D. P. **The Schooled Society**: The educational transformation of global culture. Stanford: Stanford University Press, 2014. 342 p.
- BALBACHEVSKY, E. The role of internal and external stakeholders in Brazilian higher education. *In*: SCHWARTZMAN, S. *et al.* (orgs.). **Higher Education in the BRICS countries**. Heidelberg: Springer Science + Business Media Dordrecht, 2015. p. 193-214.
- BALL, S. J. **Education Policy and Social Class**: The selected works of Stephen J. Ball. Milton Park, Reino Unido: Routledge, 2006.
- BALL, S. J. **Global Education Inc.**: New Policy Networks and the Neoliberal Imaginary. Londres: Routledge, 2013.
- BALL, S. J. **Politics and Policy-making in Education**: Explorations in Policy Sociology. Londres: Routledge, 1990.
- BALL, S. J. The Sociology of Education: a disputational account. *In*: BALL, S. J. (org.). **The Routledge Falmer Reader in Sociology of Education**. Londres: Routledge, 2004. p. 1-12.
- BALL, S. J.; JUNEMANN, C.; SANTORI, D. **Edu.net**: Globalisation and Education Policy Mobility. Londres: Routledge, 2017.
- BALL, S.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as Escolas Fazem as Políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BALL, S.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- BALLANTINE, J.; HAMMARCK, F. **The sociology of Education**. Nova York: Taylor and Francis, 2012.
- BARBOSA, M. L.; VIEIRA, A.; TAGLIARI, C. Institutional and social factors of performance and completion of higher education. **CHER ANNUAL CONFERE**, 30., 2017, Jyväskylä, Finland. 2017. [artigo disponível sob demanda à autora].
- BARBOSA, M. L. O. Expansão, diversificação, democratização: questões de pesquisa sobre os rumos do ensino superior no Brasil. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, p. 247-253, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200001>
- BARBOSA, M. L. O.; SANT'ANNA, M. J. G. O espaço urbano na escola: efeitos sobre a distribuição da qualidade. **Sociologia da Educação**, n. 1, p. 40-70, 2010.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XX. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, 2004. Disponível em: <Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1421/1386>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BOUDON, R. **As Desigualdades de Oportunidades**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- BOUDON, R. **Effets Pervers et ordre social**. Paris: PUF, 1977.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOUDON, R. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOUDON, R. **La Distinction**: Critique sociale du jugement. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

- BOUDON, R. **Le Sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. Londres: Routledge, 1992.
- BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. 556 p.
- BURGOS, M. B. Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito-favela”. *In*: PAIVA, A. R.; BURGOS, M. B. (orgs). **A Escola e a Favela**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009. p. 59-131.
- BURGOS, M. B. (org.). **A Escola e o Mundo do Aluno: Estudos Sobre a Construção Social do Aluno e o Papel Institucional da Escola**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- BUSEMEYER, M. **Skills and Inequality: Partisan Politics and the Political Economy of Education Reforms in Western Welfare States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CARVALHAES, F. A. O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030005>
- CARVALHO, M. P. de *et al.* Cuidado e Gerencialismo: para onde vai o trabalho das professoras. **Educação em Revista**, v. 34, e203244, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698203244>
- CAVALIERE, A. M. A escola e o mundo do aluno: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola. **Desidades**, ano 3, n. 7, p. 48-52, jun. 2015.
- CAVALIERE, A. M.; MAURICIO, L. V. A ampliação da jornada escolar nas regiões Nordeste e Sudeste: sobre modelos e realidades. **Educação em Questão**, v. 42, n. 28, p. 251-273, 2012.
- CÊA, G. S. dos S.; SILVA, C. F. da. Mosaicos das sociologias da educação no Brasil: mapeamento da produção do GT-14 da ANPED na primeira década do século XXI. **Quaestio**, Sorocaba, v. 17, n. 1, p. 215-241, maio 2015.
- CERDEIRA, D. G.; ALMEIDA, A. B.; COSTA, M. Indicadores e Avaliação Educacional: Percepções e Reações a Políticas de Responsabilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 57, p. 198-225, 2014. <http://dx.doi.org/10.18222/eaee255720142845>
- COHN, G. **Crítica e Resignação: Fundamentos da Sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *In*: HALSEY, A. H. *et al.* **Education: Culture, Economy, and Society**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- COSTA, M. Famílias e acesso diferenciado a escolas públicas prestigiadas: um estudo de caso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 227-247, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000200011>
- COSTA, M.; KOSLINSKI, M. C. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. **Pró-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 195-213, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000200013>
- COSTA, M.; KOSLINSKI, M. C. Quase-mercado oculto: a disputa por escolas comuns no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 246-266, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000100013>
- COSTA, M.; SILVA, G. M. D. da. Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 101-120, jan./abr. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000100010>
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *L'Acteur et le système — Les contraintes de l'action collective*. Paris: Points, 2014.

- DAFLON, V. T.; CARVALHAES, E.; FERES JÚNIOR, J. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017121>
- DALE, R. A educação e o Estado capitalista: contribuições e contradições. **Educação & Realidade**, v. 13, n. 1, p. 17-37, 1988.
- DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400003>
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>
- DIAS, R. E.; LOPES, A. C. Sentidos da Prática nas Políticas de Currículo para a Formação de Professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 79-99, jul./dez. 2009.
- DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DURU-BELLAT, M.; VAN ZANTEN, A. **Sociologie de l'école**. Paris: Armand Colin, 2012.
- DWYER, T.; GORSHKOV, M. K.; MODI, I.; CHUNLING, L.; MAPADIMENG, M. S. (orgs.). Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries. 1. ed. Cingapura: World Scientific, 2018. v. 1. 1140 p.
- FLEURI, R. M. **Perfil Profissional Docente no Brasil: Metodologias e Categorias de Pesquisas**. Brasília: INEP, 2015.
- FORQUIN, J. C. As abordagens sociológicas do currículo: Orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 1, p. 187-198, 1996.
- FORQUIN, J. C. (org.). **Sociologia da Educação: Dez anos de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIDDENS, A. O que é Sociologia. In: GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (orgs.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- HONORATO, G.; ZUCCARELLI, C.; VIEIRA, A. Estratificação horizontal nas licenciaturas das instituições federais brasileiras. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, p. 28-53, 2019. <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.21995>
- KHAN, S. **Privilege: The making of an adolescent elite at St. Paul's School**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2012. 232p.
- KNIGHT, J. **Higher Education in Turmoil: The changing world of Internationalization**. Rotterdam: Sense, 2008.
- KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LANGE, W. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 35, p. 200-220, 2013.
- KOSLINSKI, M. C.; CARVALHO, J. T. Escolha, seleção e segregação nas escolas municipais do Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 916-942, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143352>
- KOSLINSKI, M. C.; RIBEIRO, E.; OLIVEIRA, L. X. Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do “Prêmio Escola Nota Dez”. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 28, n. 69, p. 804-846, 2017. <https://doi.org/10.18222/ae.v28i69.4087>

- KOSLINSKI, M. C. *et al.* Caminho Marcado: transição entre escolas públicas municipais na cidade do Rio de Janeiro. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 18, p. 83-115, 2014.
- LEÃO, G.; CARRANO, P. C. R. O jovem Milton: a individuação entre a igreja e a educação social. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 3, p. 895-914, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000300011>
- LE GRAND, J. Quasi-Market versus State Provision of Public Services: Some Ethical Considerations. **Public Reason**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2011.
- LIMA, I. G. de; GANDIN, L. A. Ciclo de Políticas: focando o contexto da prática na análise de políticas educacionais. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35., 2012a. **Anais** [...]. 2012a. Disponível em: <Disponível em: [http://35.reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-1943\\_int.pdf](http://35.reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-1943_int.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- LIMA, I. G. de; GANDIN, L. A. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 1, p. 69-84, 2012b. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.7i1.0004>
- LIMA, I. G. de; GANDIN, L. A. Gerencialismo e dispersão de poder na relação Estado-educação: as traduções e os hibridismos do caso brasileiro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 3, p. 729-749, 2017. <https://doi.org/10.21573/vol33n32017.79305>
- LOPES, A. C. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 50-64, jul./dez. 2005.
- LUCAS, S. Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects. **American Journal of Sociology**, v. 106, n. 6, p. 1642-90, 2001.
- MACEDO, E.; LOPES, A. C. Contribuições de Stephen Ball para o estudo das políticas de currículo. *In*: BALL, S.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 249-283.
- MACEDO, E.; LOPES, A. C. The curriculum field in Brazil since the 1990's. *In*: PINAR, W. (org.). **International Handbook of curriculum Research**. Nova York: Routledge, 2014. p. 86-100.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>
- MAINARDES, J.; STREMEL, S. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Teias**, v. 11, n. 22, p. 31-54, 2010.
- MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. O subgrupo de ensino. *In*: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. (orgs.). **Educação e Sociedade**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 129-137.
- MARSHALL, G. **The Concise Oxford dictionary of sociology**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- MARTELETO, L.; MARSCHNER, M.; CARVALHAES, F. Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 46, p. 99-111, 2016. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rssm.2016.08.004>
- MARTINS, C. B. **Ensino pago**: um retrato sem retoques. São Paulo: Editora Cortez, 1988.
- MARTINS, C. B. Notas sobre a formação de um sistema transnacional de ensino superior. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 291-308, maio/ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200004>
- MARTINS, C. B.; WEBER, S. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. *In*: MARTINS, C. B.;

- MARTINS, H. H. T. S. **Horizontes das Ciências Sociais:** Sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 131-201.
- MARY, A. Le corps, la maison, le marché et les jeux, Paradigmes et métaphores dans le bricolage de la notion d'habitus. **Cahiers du LASA**, n. 8-9, p. 9-102, 1988.
- MATOS, D. A. S. *et al.* Impactos das práticas familiares sobre a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental. **Pro-Posições**, v. 28, n. 1, p. 33-54, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0151>
- MAZZA, D. A história da sociologia no Brasil contada pela ótica da sociologia da educação. *In:* TURA, M. de L. (org.). **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. p. 97-126.
- MENEZES, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e Desigualdade no Brasil. *In:* ARRETCHE, M. (org.). **Trajéórias das desigualdades:** como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 109-132.
- MERTON, R. K. **Teoría y estructura sociales (1949, 1957, 1968)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- MOREIRA, A. F. B. Sociologia do currículo: origens, desenvolvimento e contribuições. **Em Aberto**, v. 9, n. 46, p. 73-83, 1990. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.9i46.1776>
- MOREIRA, S. C.; SANTOS, G. S. dos; GANDIN, L. A. Periferias Urbanas e Efeito do Território: Contribuições Conceituais para Análises de Processos Curriculares e do Trabalho Escolar. **e-Curriculum**, v. 15, n. 4, p. 927-957, 2017. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i4p927-957>
- MOUZELIS, N. **Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies**. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- MURILLO, F. J. Um panorama da pesquisa ibero-americana. *In:* BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar:** origem e trajetória. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 466-481.
- NEVES, C. E. B. Demand and Supply for Higher Education in Brazil. *In:* SCHWARTZMAN, S.; PINHEIRO, R.; PILLAY, P. (orgs.). **Higher education in the BRICS countries**. Dordrecht: Springer, 2015. p. 73-96.
- NEVES, C. E. B. Estudos sociológicos sobre educação no Brasil. *In:* MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo/Brasília: ANPOCS/Sumaré, 2002. p. 351-437.
- NEVES, C. E. B. Reforma e Desafios da Educação Superior: O processo de Bolonha dez anos depois. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 181-208, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v1i18>
- NEVES, C. E. B.; ANHAIA, B. Políticas de Inclusão Social no Ensino Superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? Reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul. *In:* BARBOSA, M. L. O. (org.). **Ensino Superior:** Expansão e Democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 371-402.
- NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. *In:* DWYER, T. *et al.* **Jovens universitários em um mundo em transformação:** uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 95-124.
- NEVES, C. E. B.; SAMPAIO, H.; HERINGER, R. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 19-41, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.243>
- NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 353-381, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000200003>

- NISBET, R. **La formación del pensamiento sociológico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1966.
- NOGUEIRA, C. M. M. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 18, 2012.
- NOGUEIRA, C. M. M. Qual acesso ao ensino superior: colocando a “escolha” dos cursos superiores por parte dos candidatos no centro do debate. *In*: CUNHA, D. M.; LAS CASAS, E. B. (orgs.). **Educação Superior: desafios em perspectivas transdisciplinares**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018. p. 21-40.
- OLIVEIRA, A. C. P. **Gestão, liderança e clima escolar**. Curitiba: Appris, 2018.
- OLIVEIRA, A. C. P.; SILVA, C. F. da. A Sociologia e os Sociólogos da Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, p. 1-15, 2016. <http://dx.doi.org/10.17666/319108/2016>
- OLIVEIRA, M. B. de; SANTOS, J. M. C. T. Políticas Curriculares no Ensino Médio: ressignificações no contexto escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 497-513, set./dez. 2013.
- OLIVEIRA, R. P. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017**. Educação. Brasil: CAPES, 2017.
- OZGA, J. Studying Education Policy through the Lives of Policy Makers. *In*: WALKER, S.; BARTON, L. (orgs.). **Changing Policies, Changing Teachers**. Milton Keynes: Open University Press, 1987.
- PAIVA, A. R.; BURGOS, M. B. (orgs.). **A Escola e a Favela**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- PAUL, J. J.; VALLE-SILVA, N. Conhecendo o seu lugar: a auto-seleção na escolha da carreira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 115-130, 1998.
- PIRES, A. Poverty in metropolitan areas and conditional cash transfer programs in Brazil: the Campinas (SP) experience. *In*: MAGAGNIN, R. C.; MING, L. C.; WANG, W. (orgs.). **Better city, Better Life**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 139-152.
- PIRES, A.; WARGAS, B. M. S. Acesso ao ensino superior brasileiro: perfil dos ingressantes do programa de inclusão da Unicamp. **Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 158-182, 2018. <https://doi.org/10.5335/rep.v26i1.8367>
- PRATES, A. A. P. Ampliação do sistema de ensino superior nas sociedades contemporâneas no final do sec. XIX: os modelos de mercantilização e diferenciação institucional — o caso brasileiro. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 125-146, 2010.
- PRATES, A. A. P.; BARBOSA, M. L. de O. A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. **Caderno CRH**. v. 28, n. 74, p. 327-340, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200006>
- PRATES, A. A. P.; COLLARES, A. C. M. **Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- PRATES, A. A. P.; SILVA, M. F.; PAULA, T. S. Natureza administrativa das instituições de Ensino Superior, gestão organizacional e o acesso aos postos de trabalho de maior prestígio no mercado de trabalho. **Sociedade e Estado** (UnB. Impreso), v. 27, n. 1, p. 25-44, 2012.
- RAFTERY, A. E.; HOUT, M. Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education, 1921-75. **Sociology of Education**, v. 66, n. 1, p. 41-62, 1993.
- RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. Horizontal Stratification in Brazil s Higher Education (1960 2010). *In*: ARRETICHE, M. (org.). **Paths of Inequality in Brazil: A Half-Century of Changes**. Basel, SW: Springer

- International Publishing, 2019. p. 89-112.
- RIBEIRO, L. C. de Q. R.; KAZTMAN, R. (org.). **A Cidade contra a Escola**: Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.
- RIBEIRO, L. C. de Q. *et al.* Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras. **Educação e Sociedade**, v. 37, n. 134, p. 171-193, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016157093>
- RIBEIRO, L. C. de Q. *et al.* (orgs.). **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- ROLON, C. E. K. **La massification du lycée au Brésil et l'expérience lycéenne à Curitiba**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Université de Bordeaux II Victor Segalen, 2017.
- SALATA, A. R. Os Jovens e a Escola: poderia a segmentação sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro afetar as chances de os jovens investirem seu tempo exclusivamente nos estudos? **Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v. 2, n. 1-2, p. 1-22, 2009.
- SAMPAIO, H. Setor de ensino superior privado no Brasil: crescimento, mercado e estado em dois séculos. *In*: BARBOSA, M. L. O. (org.). **Ensino Superior**: Expansão e Democratização. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 105-128.
- SANTOS, C. T. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 770-790, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400012>
- SANTOS, G. S. dos. A centralidade do currículo sob as lentes das discussões Educacionais Críticas: algumas contribuições a partir de um estudo sobre a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RS). **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 15, n. 30, p. 163-192, 2013. <http://dx.doi.org/10.22196/tp.v15i30.1568>
- SANTOS, G. S. dos; MOREIRA, S. C.; GANDIN, L. A. Desafios do Trabalho Escolar e do Currículo na Escola Pública: interfaces com o efeito do território periférico. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 760-784, set./dez. 2018.
- SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre desigualdade de gênero e de raça no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 37-60, jun. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000200003>
- SANTOS, L. L. de C. P. Bernstein e o campo educacional: relevância, influências e incompreensões. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 15-49, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000300003>
- SCHWARTZMAN, S. Academic Drift in Brazilian Education. **Pensamento Educativo**, v. 48, n. 1, p. 14-26, 2011.
- SCHWARTZMAN, S. The challenges of education in Brazil. 2003. Disponível em: <Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/225088750\\_The\\_Challenges\\_of\\_Education\\_in\\_Brazil](https://www.researchgate.net/publication/225088750_The_Challenges_of_Education_in_Brazil)>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- SETTON, M. G. J. A escolha e o reconhecimento pela educação: o caso de Antônio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, núm. esp., p. 1405-1418, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508141720>
- SETTON, M. G. J. Socialização de *habitus*: um diálogo entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230072, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230072>
- SILVA, T. T. da. **O que Produz e o que Reproduz em Educação**: ensaios de Sociologia da Educação. Porto Alegre:

Artes Médicas , 1992.

SOUZA, A. N. de; LEITE, M. de P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000400012>

SOUZA, A. R. de. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. 333 f. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SPOSITO, M. P. (coord.) **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SPOSITO, M. P. Interfaces entre a Sociologia da Educação e os estudos sobre a juventude no Brasil. *In*: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação: Análise Internacional**. Porto Alegre: Penso , 2013. p. 438-446.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. e170308, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201712170308>

TARDIF, M.; LESSARD, C. **Saberes Docentes e Formação Profissional e Trabalho Docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes , 2009.

TARTUCE, G. L. *et al.* Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 478-504, abr./jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/198053144896>

TORCHE, F.; COSTA-RIBEIRO, C. Parental wealth and children's outcomes over the life-course in Brazil: A propensity score matching analysis. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 30, p. 79-96, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2011.07.002>

TORRES, H. da G. *et al.* **O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola**: relatório final. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2013. Disponível em: <Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/acervo/o-que-pensam-os-jovens-de-baixa-renda-sobre-a-escola/>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

TRIVENTI, M.; VERGOLINI, L.; ZANINI, N. Do Individuals with High Social Background graduate from more rewarding Fields of Study? Changing Patterns before and after the “Bologna Process”. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 51, p. 28-40, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rssm.2017.07.001>

TURNER, B. **Status**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

VAN ZANTEN, A.; BALL, S. (orgs.) **Elites, Privilege and Excellence**: The National and Global Redefinition of Educational Advantage. Londres: Routledge , 2015.

VARGAS, H. M.; HERINGER, R. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives**, v. 25, n. 1, p. 72-108, 2017. <https://doi.org/10.14507/epaa.25.2799>

VEIGA, L.; BARBOSA, M. L. O. Eficiência e equidade: os impasses de uma Política Educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 14, n. 2, p. 211-242, 2001.

VIEIRA, G. D. G. **Gestão escolar: participativa**. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017.

- VONBUN, C.; MENDONÇA, J. L. O.; GOMES, A. A. Aspectos institucionais da educação superior: uma comparação internacional. *In*: TAFNER, P. *et al.* (orgs.). **Caminhos trilhados e desafios da educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2016.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WINKLER, D.; CUETO, S. (orgs.). **Etnicidad, Raza, Género y Educación en América Latina**. Lima: Unesco, 2004. Disponível em: <Disponível em: <http://archive.thedialogue.org/PublicationFiles/EtnicidadRazayGenero.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- WIT, H. **Internationalization of Higher Education in the United States of America and Europe: A Historical, Comparative, and Conceptual Analysis**. West Port: Greenwood Studies in Higher Education, 2002.
- WOLF, A. **Does education matter?** Myths about education and economic growth. Londres: Penguin Books, 2002.
- ZEICHNER, K. M. **Políticas de formação de professores nos Estados Unidos** — Como e por que elas afetam vários países no mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ZEICHNER, K. M.; LISTON, D. P. **Reflective Teaching: An Introduction**. New York: Routledge, 2013.
- ZUCCARELLI, C. A Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. **EURE**, Santiago, v. 36, n. 108, p. 161-164, 2010. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612010000200009>
- ZUCCARELLI, C. **Formação profissional e inserção no mercado de trabalho**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

## Movimentos Sociais: tendências e inovações da produção de artigos acadêmicos nos periódicos brasileiros (2000-2017)

José Szwako<sup>I</sup>  
Monika Dowbor<sup>II</sup>  
Ramon Araujo<sup>III</sup>

### Introdução<sup>1</sup>

A reflexão específica sobre movimentos sociais emerge nas Ciências Sociais, nas décadas de 1960 e 1970, em oposição à ideia de que pessoas e grupos que se mobilizam, ou que se mobilizam de modo disruptivo, não passariam de coletivos irracionais ou massas ressentidas e anormais (Della Porta; Diani, 2006). Já no Brasil, a produção sobre os movimentos sociais (MS) nasceu sob o signo da redemocratização: movimentos populares (urbanos, de favela, de periferia, de luta por creche), movimento contra a carestia, comunidades eclesiais de base foram alguns dos personagens que entravam então em cena marcando a gênese dos estudos de MS no país (*cf.* Cardoso, 1983; Boschi, 1987; Sader, 1988). Ao lado desses MS, outros sujeitos e causas, tais como os movimentos negros, ambientais e feministas, também entravam na agenda pública sem data para sair. Desde

fins dos anos 1970 até hoje, as Ciências Sociais brasileiras vêm, tanto intelectual como politicamente, acompanhando esses atores (Szwako; Dowbor; Carlos, 2016; Bandeira, 2011; Doimo, 1995), de modo a inquirir suas relações e estratégias, conquistas e ambiguidades, limites e potenciais.

Desde os anos 1980, não foi pouco o investimento já feito por outras revisões bibliográficas sobre MS<sup>2</sup>. A despeito dessa quantidade expressiva de sínteses, este texto não se propõe expor ou reler as principais ou mais destacadas obras sobre o tema. Assumindo, antes, perfil bibliométrico — e apenas parcialmente bibliográfico —, nosso texto se pergunta pela morfologia da produção de artigos sobre mobilizações e MS no Brasil entre 2000 e 2017. Quer dizer, oferecemos aqui um mapeamento da produção recente sobre o tema de olho na sua taxonomia e na continuidade, ou não, no âmbito das referências bibliográficas (se são compartilhadas

- 
- 1 Neste texto desenvolvemos dados e análises de parte da tese *Da falta ao conflito*, de Ramon Araujo. Os autores gostariam de deixar expressa a dívida metodológica com Marcelo Paiva Santos, a quem agradecemos a paciência e a disposição. Somos os únicos responsáveis por eventuais deslizes e equívocos.
  - 2 Para os balanços, ver Machado da Silva e Ziccardi (1978), Jacobi (1980; 1987), Cardoso (1983; 1987) e Kowarick (1987).

---

<sup>I</sup>Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Pró-Cientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: zeszwako@iesp.uerj.br

<sup>II</sup>Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo (RS), Brasil. E-mail: mdowbor@gmail.com

<sup>III</sup>Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: ramontorresaraujo@gmail.com

ou dispersas) no conjunto de textos analisados. Antes de passarmos ao comentário metodológico seguido da análise taxonômica e das análises de redes dessa mesma produção, vamos apresentar alguns dos principais pontos destacados na literatura mais recente sobre tendências e inovações na reflexão contemporânea nacional sobre MS.

Ponto comum entre os esboços de estado da arte produzidos mais recentemente repousa na ideia de que, após relativo declínio da produção observado nos anos 1990, há desde o começo deste século um interesse renovado e crescente em MS (ver Silva, 2010; Bringel; Teixeira, 2015). Traço desse interesse renovado reside, em parte, na entrada da embocadura dos teóricos da chamada *contentious politics* (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009) — mesmo se, inicialmente, “em pequena escala” (Alonso, 2009, p. 70). Outro fator destacado nos ensaios sobre MS é a emergência mais recente do ativismo transnacional como objeto de preocupação (Bringel; Teixeira, 2015). Por fim, o impulso crescente de pesquisas sobre MS indiretamente levou, “na academia, a grupos especializados de pesquisa [...], bem como em uma produção científica mais especializada” (Scherer-Warren; Lüchmann, 2015, p. 20). Quer dizer, aquele surto associativo dos tempos da redemocratização não ficou restrito à gênese das reflexões propriamente dedicadas a MS, pois teve também como efeito a especialização e a multiplicação da reflexão sobre “movimentos ambientalistas e pacifistas, movimentos urbanos, movimentos rurais, movimentos negros [...] etc., além de outros

segmentos socioculturais e os respectivos recortes sub-temáticos que, conseqüentemente, produziram diversos ‘estados-da-arte’” (Scherer-Warren; Lüchmann, 2015, p. 20).

Ponto também convergente em parte das análises é a entrada não só do Estado, mas, mais amplamente, dos atores e das instituições do sistema político nas equações analíticas pelas quais são compreendidos os MS. Pode-se dizer *a posteriori* que essa inflexão se deu face à concepção enfática da *nova sociedade civil* típica dos anos 1990. Momento particularmente rico da inflexão rumo ao reconhecimento da complexidade estatal e de seu caráter heterogêneo esteve expressamente na produção de Evelina Dagnino e na sua noção de projetos políticos (*cf.* Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006). Inspiradas por tal reflexão, e atentas à ambigüidade das relações e das tensões de redes e atores civis *vis a vis* partes do Estado brasileiro, outras produções passaram a enfatizar com maior acuidade o peso do sistema político nas explicações daqueles atores e redes (*inter alia* Abers; Bulow, 2011). No ritmo dessas inflexões, porém inspirada pelo neoinstitucionalismo histórico, uma porção do debate brasileiro — da qual somos parte fundadora e interessada — assumiu e propôs uma sorte de *interacionismo socioestatal* (Gurza Lavalley; Szwako, 2015, p. 178), distinguido pela ideia de codeterminação entre Estado e MS, de modo a dar centralidade às lógicas, aos encaixes e às capacidades operantes entre eles como componente (não exógeno<sup>3</sup>) incontornável da explicação (Gurza Lavalley *et al.*, 2019).

---

3 A compreensão relacional implicada na cognição de Estado e MS como coconstituintes traz, como corolário, o princípio de não externalidade entre ambos, de modo que é equívoca uma concepção segundo a qual “encaixes” seriam diferentes oportunidades de acesso ao Estado *previamente disponíveis* (Tatagiba *et al.*, 2018). Encaixes são, antes, artefatos institucionais disputados e construídos por meio de (re)iterações e interações socioestatais, portanto não anteriores nem *prévios*, ou sequer exteriores, a padrões de interação.

De modo muito interessante, a despeito dessa trajetória recente marcada por inflexões e acúmulos analíticos relativos, a síntese expressa nos esboços bibliográficos (à exceção de Gurza Lavalley; Szwako, 2015<sup>4</sup>) não traz uma autoimagem muito positiva: “[característica] da literatura analisada é a ausência de um debate teórico comum que articule o conjunto da produção em torno de um campo compartilhado de discussões” (Silva, 2010, p. 4). Na esteira desse diagnóstico e, paradoxalmente, em plena publicação de celebração de três décadas de seu núcleo de pesquisa sobre MS, Scherer-Warren e Lüchmann (2015, p. 35) também observam *a manutenção de um campo fragmentado e disperso*. Sem a intenção de polemizar com esse ou os demais diagnósticos, vamos, assim como os traços anteriormente destacados, cotejar tal ideia (isto é, a noção de que não haveria entre nós um debate teórico comum) com os dados relativos à dispersão, sobretudo, das referências de autoras e autores coocorrentes, para verificar se, como e em que medida tal ideia se espelha no conjunto da produção bibliográfica analisada.

Após nosso comentário metodológico, apresentamos na parte taxonômica os resultados encontrados relativamente à frequência da publicação de artigos sobre MS no período selecionado; aos tipos de análises e de métodos empregados nos artigos; bem como à distribuição temática e espacial dos objetos aí escrutinados. No que tange às análises longitudinais e às de rede, perguntamos pela frequência de temas e autores, bem como pela formação de subgrupos constituídos em torno de copalavras e correferências para iden-

tificar a organização dos temas e dos debates teóricos. Assim, neste trabalho pergunta-se fundamentalmente como se organiza a produção de artigos sobre MS: o que e quanto se produziu nas duas últimas décadas sobre esse tema? Pergunta-se, além disso, sobre se e como essa produção compartilha, ou não, autores e autoras comuns. Pretendemos, com isso, contribuir duplamente, seja para os recém-iniciados e em formação nos estudos sobre MS no país, seja, igualmente, para a autocompreensão de nossa subárea temática.

### Comentários metodológicos

A construção e a análise do *corpus* demandaram uma série de cuidados metodológicos que necessitam ser apresentados. Assim, para organizar a presente seção, discorreremos, primeiramente, sobre o modo como ele foi construído para, na sequência, expor a forma como ele foi analisado.

Para a construção do *corpus*, trabalhamos com uma técnica de raspagens de dados na *web*, mais conhecida como *Web Scraping*, fazendo uso da linguagem de programação *Python* e do pacote apropriado para tal tarefa chamado *Beautiful Soup*. Em primeiro lugar, selecionamos todos os textos do portal SciELO.br<sup>5</sup>, publicados entre 2000 e 2017, que continham no título e/ou no resumo e/ou nas palavras-chave os seguintes termos: “movimento” (n = 4.877); “movimentos” (2.651); “ação coletiva” (575); “ações coletivas” (161); “conflito” (1.186); “conflitos” (1.725); “confronto” (417); “confrontos” (64); “protesto” (61); “protestos” (77); “mobilização” (941); “mobilizações” (83);

4 Cujo subtítulo enfatiza nomeadamente os *avanços no debate*.

5 O Scientific Electronic Library Online (SciELO) é um portal virtual de acesso livre a publicações acadêmicas financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

“manifestação” (1.352); “manifestações” (2.734); “reivindicação” (96); e “reivindicações” (145), totalizando 17.145 textos.

Em segundo lugar, selecionamos, dos 17.145 textos, somente aqueles que foram publicados nos periódicos avaliados como A1 e A2 pelo sistema Qualis-CAPES, durante o quadriênio 2013–2016, nas áreas de antropologia, ciência política e sociologia, fazendo com que o número de textos caísse para 4.473, já descartando os duplicados<sup>6</sup>. Em seguida, lemos os títulos dos mais de quatro mil textos e excluímos aqueles que, definitivamente, não tinham relação com o tema de MS. Os textos cujos títulos geraram qualquer dúvida foram mantidos. Desse modo, excluímos 3.046 e selecionamos 1.427 textos.

Dos excluídos (n = 3.046), selecionamos aleatoriamente uma amostra de 228 textos<sup>7</sup> para, a partir da leitura de seus resumos, confirmar se, de fato, tratavam do nosso tema de interesse — o que foi confirmado. Em relação aos selecionados (n = 1.427), para avaliar se faziam parte do campo em questão, preferimos analisá-los por meio das leituras de seus resumos e de fragmentos dos textos, à luz de uma definição de MS elaborada por nós. Assim como Kauchakje (2010), optamos por esse tipo de procedimento não automatizado ao perceber que se baseássemos a nossa seleção exclusivamente nas palavras-chave, por exemplo, perderíamos muitos textos importantes<sup>8</sup>.

Com isso, dos 1.427 textos, selecionamos aqueles que buscaram compreender, de diferentes maneiras, ações coletivas de diversos tipos (mais ou menos organizadas, espontâneas, disruptivas, institucionalizadas etc.) e em suas diferentes dimensões (organizacional, simbólica etc.), motivadas por reivindicações que buscavam disputar recursos políticos, econômicos e culturais, de modo a promover ou se opor a transformações sociais. Considerando que os recursos em disputa são escassos, as reivindicações deveriam ser, necessariamente, contrárias aos interesses de outros atores, ou seja, as ações coletivas abordadas nos trabalhos selecionados precisavam apresentar, em maior ou menor grau, um caráter conflitivo ou concorrencial.

No procedimento da exclusão, foram suprimidos trabalhos cujos MS se faziam presentes, às vezes até com certa centralidade, mas que não buscavam compreender alguma dimensão da ação coletiva ou do conflito. Outros, que tratavam de movimentos artísticos, como o *movimento hip hop*, ou religiosos, como o *movimento pentecostal*, mas sem abordá-los como MS — isto é, em nossa definição, sem tratá-los com base em suas interações e disputas por recursos, seja contra outros movimentos sociais, seja *vis a vis* o sistema político —, também foram excluídos. Além disso, descartamos todas as resenhas, as entrevistas, os editoriais, entre outros tipos de escritos distintos de artigos, assim como todos os artigos que não apresentavam resumos ou

6 A distribuição do número de textos por palavras ficou da seguinte maneira: “movimento” (n = 1.361); “movimentos” (946); “ação coletiva” (410); “ações coletivas” (94); “conflito” (552); “conflitos” (802); “confronto” (180); “confrontos” (41); “protesto” (41); “protestos” (54); “mobilização” (324); “mobilizações” (63); “manifestação” (158); “manifestações” (314); “reivindicação” (65); “reivindicações” (110).

7 Esperamos com a amostra n = 228 um erro amostral de 5%, no intervalo de confiança de 95% (IC95%).

8 Só para mencionar um exemplo, o artigo de Gomes e Sorj (2014, p. 433), que buscou *explorar, a partir da análise da Marcha das vadias, os contrastes e continuidades entre diferentes gerações feministas*, não seria selecionado, pois suas respectivas palavras-chave são: “feminismo”, “Marcha das vadias”, “gerações” e “identidade”.

referências bibliográficas. Em outros termos, consideramos somente os textos classificados *pelas próprias revistas* como artigos acadêmicos que dispunham de resumos e referências.

Ao final desse processo, selecionamos, para compor o *corpus* da pesquisa, uma lista de 447 artigos publicados em 43 periódicos. Do total de 2.492 números que foram publicados por esses periódicos, entre 2000 e 2017, 2.234 estão disponíveis no SciELO.br, ou seja, 90% deles podem ser encontrados no portal.

No tocante ao modo como o *corpus* foi analisado, lançamos mão da análise de frequência e da proporção de artigos publicados por ano sobre MS em relação ao total de artigos publicados pelas revistas, com o intuito de aferir se houve um aumento do interesse por esse tema no período abarcado. Além disso, fizemos uma espécie de taxonomia da produção, classificando, com base nas leituras dos resumos e de fragmentos dos artigos compilados, o tipo de trabalho (teórico ou empírico); e, caso fosse empírico, a metodologia empregada (qualitativa, quantitativa ou quali quantitativa); a região compreendida pela pesquisa (Brasil, Argentina, Bahia, Minas Gerais etc.); e o tipo de movimento analisado (negro, mulheres/feminista, rural etc.). Na seção seguinte, em que expomos os resultados desta análise, explicamos com maiores detalhes as categorias utilizadas para classificar os artigos.

Avançando, nesse sentido, realizamos, com base em dois tipos de dados, dois tipos de análise. Em relação aos tipos de dados, analisamos o conjunto de *palavras de nosso interesse* presente nos títulos e nos resumos — sendo elas analíticas, tais como contestação, repertório, ideologia, confronto, ação coletiva etc., ou empíricas, tais como indígena, feminismo,

rural, urbano, sindicalismo etc. — e o conjunto de *autores citados* nos 447 artigos.

No que diz respeito aos tipos de análise, fizemos, primeiramente, uma análise de frequência longitudinal das palavras de interesse e dos autores citados para buscar identificar se houve, durante o período abarcado, uma transformação no conjunto dos termos e das referências empregados. Posteriormente, realizamos análises das redes de palavras do nosso interesse (presentes nos títulos e nos resumos) e dos autores citados. No grafo de copalavras, foram incluídas aquelas que apresentaram, ao menos, quatro relações com outra palavra, ou seja, se dois termos apareceram juntos nos títulos e/ou nos resumos de, pelo menos, quatro artigos, eles foram inseridos no grafo. Já no grafo de correferências, foram incluídos os autores que apresentaram, ao menos, oito relações com outro autor, isto é, se dois autores apareceram juntos nas referências bibliográficas de, pelo menos, oito artigos, eles foram inseridos no grafo. Dessa feita, tais análises nos permitiram identificar as palavras e os autores que foram mencionados conjuntamente em diferentes artigos, proporcionando pistas relevantes para se compreender a configuração do debate.

As análises dos grafos foram feitas com o auxílio do pacote NetworkX, no Python, com base em três medidas: densidade, densidade relativa e *betweenness*. A primeira é a razão entre o número de arestas (relações) existentes e o total de arestas possíveis de existirem na rede, oferecendo-nos uma noção básica do quão relacionados estão os nós de uma rede. A segunda foi empregada para identificar os subgrupos das duas redes gerais. Essa medida, que foi calculada a partir do método de modularidade<sup>9</sup>, identifica um

---

9 Mais especificamente, calculamos a densidade relativa a partir do algoritmo Louvain (Blondel *et al.*, 2008).

conjunto de nós que apresentam alta densidade entre si, formando um subgrupo, e baixa densidade entre os outros, que, por sua vez, formam outros subgrupos. A terceira, também conhecida como centralidade de intermediação, mede o quanto um determinado nó se encontra entre os outros nós, ou seja, o quanto determinado nó está intermediando todos os outros nós, oferecendo uma noção da centralidade que determinados nós (palavras e autores) exercem em suas redes<sup>10</sup>.

### Taxonomia

O objetivo desta seção é oferecer uma noção introdutória do *corpus* analisado. De acordo com os resultados, podemos perceber o aumento do número de artigos sobre MS, saindo de seis, em 2000, para 44, em 2017, apresentando tendência de crescimento ao longo de todo o período. Também conseguimos identificar uma inflexão a partir de 2014, muito provavelmente influenciada pelas chamadas Jornadas de Junho, em 2013.

Se entre 2006 e 2013 foi publicada, por ano, uma média de aproximadamente 26 artigos sobre MS, em 2014 foram publicados 40 artigos, aumentando ainda mais nos anos seguintes (Gráfico 1).

Analisando os artigos sobre MS em relação ao total de artigos publicados pelas 43 revistas, também foi possível identificar o aumento do interesse pelo tema, considerando que, em 2000, somente 0,65% de todos os artigos publicados pelas revistas tratava de questões relacionadas aos movimentos e, em 2017, essa porcentagem subiu para 2,02%. Vale ressaltar ainda que de fato ocorreu inflexão em 2013, pois, entre 2006 e 2013, a média de artigos sobre MS publicados por ano era de 1,28%, tendo aumentado, em 2014, para 1,91%.

Essa elevação acentuada do número de artigos no ano de 2014, após o ciclo de protestos que atravessou o mês de junho de 2013, reforça o argumento defendido por alguns autores de que, no Brasil, o interesse acadêmico pelos estudos de MS está profun-

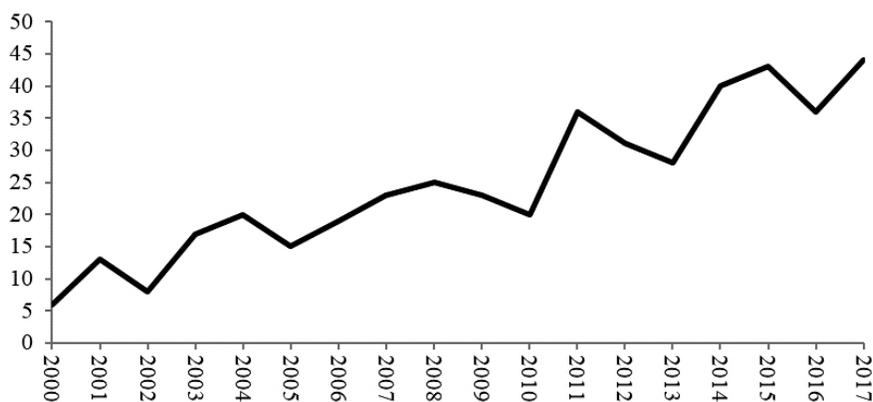


Gráfico 1. Número de artigos sobre movimentos sociais (2000–2017).

10 Para mais detalhes sobre as medidas empregadas nas análises de rede, ver Hagberg, Schult e Swart (2008).

damente relacionado às mudanças na nossa conjuntura política. Assim, quando as manifestações se intensificam e os MS ganham maior visibilidade, o interesse pelo tema cresce, e vice-versa. Para Bringel e Teixeira (2015), essa dinâmica gera alta volatilidade das interpretações, impedindo que haja a construção permanente de acúmulos coletivos orientados por questões teóricas comuns, o que pode, até mesmo, servir como hipótese potencial para o argumento de que, supostamente, não há uma agenda de pesquisa comum entre os estudiosos da área.

Em relação ao perfil dos artigos analisados, 403 foram classificados como trabalhos empíricos, enquanto 44 foram definidos como teóricos. Consideramos como empíricos aqueles trabalhos que se utilizaram de métodos específicos para analisar objetos observáveis, espacial e temporalmente definidos, e como teóricos quando a proposta do trabalho foi discutir, sobretudo, ideias, conceitos, teorias etc. Alguns trabalhos teóricos, às vezes, até apresentaram determinados dados, mas de maneira pouco sistemática, de modo apenas a ilustrar certas afirmações teoricamente construídas. Os trabalhos empíricos também desenvolveram uma série de proposições teóricas, mas estas foram empiricamente fundamentadas, ao invés de ilustradas. Enquanto, no primeiro caso, os dados foram pegos posteriormente de fontes secundárias para corroborar os argumentos, no segundo, os resultados das análises empíricas vieram antes das conclusões teóricas. Importante dizer que os balanços

bibliográficos — mesmo os mais bibliométricos — foram considerados trabalhos teóricos (Tabela 1).

Os métodos qualitativos foram empregados pela maioria dos artigos empíricos, evidenciando e reforçando a escassez de pesquisas quantitativas nos estudos sobre MS (Duriguetto; Silva; Souza, 2009; Valmore; Souza, 2016). Dos 403 trabalhos empíricos, 356 (88,34%) fizeram uso de entrevistas, observações participantes, etnografias, grupos focais, entre outros métodos qualitativos. Apenas 11 artigos (2,73%) lançaram mão de métodos exclusivamente quantitativos e 36 (8,93%), de métodos mistos — quali-quantitativos. Consideramos quantitativos (ou mistos) os trabalhos que utilizaram, pelo menos, estatísticas descritivas ou inferenciais para analisar os dados. Porém, como é possível perceber pelo número de artigos que empregaram métodos mistos, a maioria dos trabalhos usou somente estatísticas descritivas bem simples para complementar as análises qualitativas (Tabela 2).

Em relação às regiões abarcadas, as pesquisas circunscreveram-se predominantemente ao Brasil. De todos os artigos empíricos, 287 (71,22%) compreenderam regiões limitadas à fronteira brasileira

**Tabela 1. Tipos de trabalho.**

	Empírico	Teórico	
N de artigos	403	44	$\Sigma = 447$
% de artigos	90,16	9,84	$\Sigma = 100,00$

**Tabela 2. Tipos de método.**

	Qualitativa	Quantitativa	Qualiquantitativa	
N de artigos	356	11	36	$\Sigma = 403$
% de artigos	88,34	2,73	8,93	$\Sigma = 100,00$

(o próprio país ou suas regiões, estados, cidades etc.). Noventa e cinco (23,57%) artigos, que classificamos como *internacionais*, analisaram, ao menos, um país diferente do Brasil. Dezesete deles empreenderam estudos comparativos entre Brasil e outros países. O restante, isto é, 84 artigos, realizou estudos comparativos entre países, sem considerar o Brasil, ou pesquisou um país diferente do Brasil — por exemplo, Argentina, Portugal, Paraguai, África do Sul, Canadá, Marrocos, entre outros. Os 21 artigos (5,21%) que trataram explicitamente dos MS ou, de maneira mais geral, do ativismo transnacional foram classificados como *transnacionais* (Tabela 3).

Dos 287 artigos cujos objetos se encerraram no Brasil, cinco (1,74%) analisaram lugares localizados no Centro-Oeste, tais como Distrito Federal, Mato Grosso, Goiânia etc.; 15 (5,23%) abarcaram regiões do Norte do país, tais como Pará, Roraima ou Amazônia; 21 (7,32%) compreenderam locais do Nordeste, tais como Bahia, Ceará, Pernambuco, Campina Grande etc.; 30 (10,45%) pesquisaram lugares do Sul, tais como Paraná, Rio Grande do Sul, Florianópolis etc.; e 78 (27,18%) estudaram locais da Região Sudeste, tais como Mi-

nas Gerais, Rio de Janeiro, Campinas etc. Os outros 138 (48,08%) artigos abrangeram todo o território nacional ou mais de uma região (Tabela 4).

No que concerne aos tipos de MS analisados, podemos perceber a predominância incontestável de três, a saber: os movimentos rurais, com 83 artigos; os movimentos de mulheres/feministas, com 82; e os movimentos de trabalhadores, com 55 — acompanhando, assim, os resultados encontrados por Kauchakje (2010, p. 123), pelo menos em relação aos movimentos rurais e de trabalhadores, que responderam, juntos, por 45,7% das teses e das dissertações analisadas pela autora. Vale ressaltar que o predomínio desses movimentos é compatível com os resultados dos subgrupos, como será visto mais à frente. Os tipos de movimento mais pesquisados foram os que chamamos de *variado* (31 artigos), ou seja, os trabalhos que analisaram eventos de protesto, como as Jornadas de Junho — ao invés de se dedicar a um ou poucos movimentos específicos —, seguidos pelos movimentos urbanos (31), negros (28), de saúde (26), LGBTs (20), ambientalistas (17) e indígenas (16). Outros tipos de movimento também foram identificados no *corpus*, mas pelo reduzido número de artigos

**Tabela 3. Regiões abarcadas pelas pesquisas.**

	Nacional	Internacional	Transnacional	
N de artigos	287	95	21	$\Sigma = 403$
% de artigos	71,22	23,57	5,21	$\Sigma = 100,00$

**Tabela 4. Regiões do Brasil abarcadas pelas pesquisas.**

	Nacional	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
N de artigos	138	5	15	21	78	30	$\Sigma = 287$
% de artigos	48,08	1,74	5,23	7,32	27,18	10,45	$\Sigma = 100,00$

dedicados a eles, preferimos não apresentar seus resultados<sup>11</sup> (Gráfico 2).

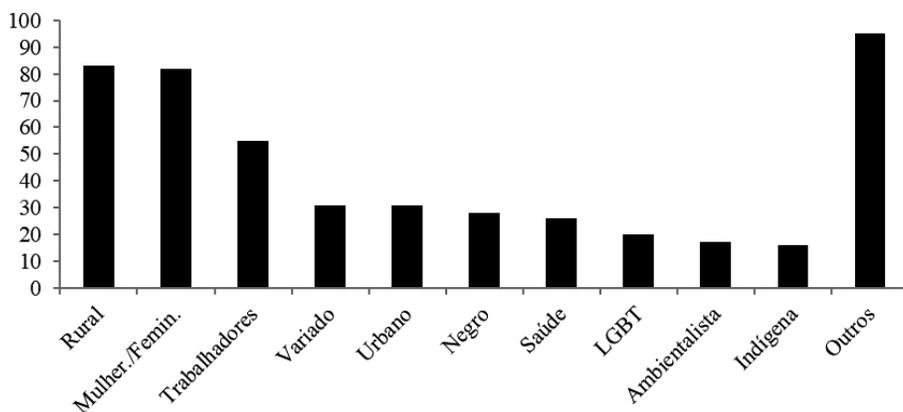
Diversos artigos trataram de mais de um movimento, por exemplo, os que buscaram compreender o conflito entre os movimentos feministas e religiosos em torno dos direitos reprodutivos, ou de movimentos interseccionais, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento de Mulheres Negras, entre outros. Nesses casos, codificamos mais de um tipo de movimento para o mesmo artigo. Dessa maneira, a soma do número de artigos dedicados aos diferentes tipos de MS supera os 447 trabalhos que compõem o *corpus*.

No que diz respeito às classificações passíveis de gerar certas confusões, no grupo dos movimentos rurais incluímos aqueles de luta pela terra (sem terras e posseiros), de camponeses, seringueiros, pescadores, agroecológicos etc. Como movimentos de trabalhadores, consideramos as pesquisas sobre greves, sindicatos, fábricas recuperadas

etc. Importante dizer que os trabalhos dedicados especificamente a sindicatos rurais foram classificados exclusivamente como de trabalhadores. Como movimentos urbanos, incluímos os de luta por moradia (sem teto), favelados, sociedades de amigos de bairro etc. Classificamos como movimentos de saúde os de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), de luta antimanicomial, sanitaristas etc. Por último, é necessário dizer que, sem ignorar as tensões entre os movimentos *queer* e LGBT, além das críticas que podemos receber por conta da nossa opção, preferimos classificar todos esses movimentos como de LGBT para não criar mais uma categoria e dificultar ainda mais o trabalho de análise.

#### **Análise longitudinal: termos e autores mais frequentes**

Elaboramos duas análises longitudinais. A primeira delas é referente às autorias mais



**Gráfico 2. Número de artigos dedicados aos tipos de movimentos sociais (2000–2017).**

<sup>11</sup> Para mencionar um exemplo, incluímos na categoria *Outros* os movimentos relacionados especificamente a questões educacionais, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Escola Sem Partido, entre outros.

presentes nas referências bibliográficas, ao passo que a segunda diz respeito à frequência de termos mais ocorrentes em títulos e resumos. Vamos àquela primeira análise.

Na frequência de autores, a Tabela 5 chama atenção, primeiramente, à entrada triunfal de autores ligados à Teoria do Processo Político, desenvolvida nos Estados Unidos. Sidney Tarrow e Charles Tilly ocupam aí os dois primeiros lugares no período entre 2009 e 2017, posto que pertenciam aos teóricos da escola europeia de Novos Movimentos Sociais como Alain Touraine e Manuel Castells. Outro expoente da Europa é Boaventura de Sousa Santos, que desaparece da lista dos 16 autores mais frequentes, enquanto chama a atenção a permanência dos

franceses Michael Foucault e Pierre Bourdieu e a importância de Alberto Melucci em ambos os períodos.

Entre os autores brasileiros, permanecem Maria da Glória Gohn, Evelina Dagnino e Ilse Scherer-Warren, que mantiveram a produção em torno de MS nos anos 1990, ao passo que Angela Alonso desponta na segunda lista — o que mostra a importância de pesquisadoras nesse campo de estudo no Brasil. O que a comparação entre os dois períodos nos mostra, em geral, é uma mudança na importância de grupos de autores que representam abordagens teóricas distintas sobre os MS, com a ascensão de autores ligados à chamada *política de confronto*, o que pode explicar a frequência de palavras ligadas ao Estado e a instituições, como veremos a seguir. Ao mesmo tempo, essa mudança não impediu alguma continuidade, muito rebaixada, da escola europeia, representada por Alain Touraine e Manuel Castells (1977). Por fim, vale apontar a presença de autores que não pertencem propriamente a nenhuma escola, mas continuam como importantes referências, tais como Pierre Bourdieu, David Harvey e Judith Butler. Talvez essas referências dissipadas na lista dos 16 autores mais importantes sejam indicador bibliométrico de debates especializados.

A análise das 15 palavras mais frequentes nos dois períodos analisados (2000–2008 e 2009–2017) chama atenção, em primeiro lugar, para a presença maciça de termos empírico-descritivos — terra, mulher, educação, trabalhador, direito, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), feminismo, lutas, participação etc. —, em detrimento de categorias analíticas propriamente ditas relacionadas com as teorias de MS como modo específico de ação coletiva. Em segundo lugar, também na Tabela 6, nota-se a repetição de dez das 15 palavras, o

**Tabela 5. Os 16 autores mais frequentes nas referências bibliográficas.**

2000–2008		2009–2017	
(146 artigos)	F	(301 artigos)	F
Touraine, A.	19	Tarrow, S.	60
Castells, M.	16	Tilly, C.	55
Bourdieu, P.	14	Melucci, A.	48
Foucault, M.	14	Gohn, Maria da G.	40
Scherer-Warren, I.	14	McAdam, D.	39
Melucci, A.	13	Foucault, M.	30
Gohn, Maria da G.	11	Bourdieu, P.	28
Dagnino, E.	10	Dagnino, E.	28
Tarrow, S.	10	Alonso, A.	28
Sousa Santos, B.	9	Scherer-Warren, I.	25
Fraser, N.	9	Castells, M.	24
Giddens, A.	8	Touraine, A.	24
Habermas, J.	8	Harvey, D.	22
Hall, S.	8	Butler, J.	22
Eder, S.	8	Diani, M.	21
Tilly, C.	8	Avritzer, L.	21

que indica que não houve grande inflexão ao longo dos 17 anos, bem como um conjunto de termos que se referem a termos de caráter teórico-descritivo, tais como instituição, participação, organização, lutas, experiência e mobilização. Perdem lugar os termos empíricos, tais como educação, MST, direito e saúde, e os novos ocupantes da lista dividem-se entre os empíricos (sindicalismo e trabalhador) e os de caráter mais analítico, ainda que genéricos, que vão de atores e ação coletiva a movimentos empíricos, como é o caso de mulher, feminismo, trabalhador e terra.

No que se refere ao lugar que as palavras mais frequentes ocupam na lista, as que dizem respeito a instituições e Estado passam, no período entre 2009 e 2017, a ocupar lugares mais altos na lista: “participação”, por exem-

plo, sai do sétimo lugar e vai para o terceiro, enquanto “instituição” sai do último para o sexto. Somada à observação da última coluna da Tabela 7, essa mudança vem acompanhada da entrada de várias das categorias de análise que caracterizam a abordagem desenvolvida por autores como Sidney Tarrow e Charles Tilly, pois aí se destacam: oportunidade política, recursos e repertórios, sendo a noção de enquadramento a única ausência notória entre eles. Por fim, a presença do Melucci detectada anteriormente nos dois períodos não se reflete no uso do seu conceito de identidade coletiva. Essa composição, portanto, tende a indicar uma incorporação parcial de categorias teórico-analíticas junto a uma tendência de conformação de agendas e energia de pesquisa investidas em torno dos atores empíricos.

**Tabela 6. As 15 palavras mais frequentes nos resumos e nos títulos.**

2000–2008		2009–2017	
(146 artigos)	<i>F</i>	(301 artigos)	<i>f</i>
Mulher	38	Estado	82
Organização	37	Lutas	78
Lutas	36	Participação	71
Estado	35	Organização	62
Feminismo	32	Feminismo	55
Educação	29	Instituição	54
Participação	28	Mobilização	54
Terra	27	Mulher	51
Gênero	24	Trabalhador	50
Direito	23	Governo	47
Saúde	22	Sindicalismo	47
Experiência	21	Experiência	46
MST	21	Ação coletiva	43
Mobilização	20	Atores	43
Instituição	19	Terra	42

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **Análises de subgrupos de copalavras e correferências**

Com o intuito de investigar como se configuram os debates teórico-analíticos em torno de MS, lançamos mão do procedimento de análise de redes com o uso de copalavras e correferências bibliográficas, como descrito nos procedimentos metodológicos, para visualizar a formação dos subgrupos (*clusters*). O principal resultado referente às copalavras reafirma a tendência identificada no quadro taxonômico da produção, segundo o qual há uma quantidade exígua de artigos dedicados à produção propriamente teórica sobre MS. Para esse mesmo sentido, apontam os dados da Tabela 7 com a conformação de subgrupos em torno de movimentos empíricos, o que indica que os pesquisadores seguem os atores específicos em suas pesquisas. Em outras palavras, parece haver uma filiação aos estudos de movimentos específicos em detrimento do uso de abordagens teórico-analíticas relacionadas com esse ator coletivo.

Tabela 7. Clusterização por copalavras.

<i>Clusters</i> [N de nós] Densidade	Ambiental [8] 0,35	Sexual [6] 0,4	Gênero [33] 0,16	Rural [37] 0,13	Trabalhador [25] 0,18	Mobilização [58] 0,12
Betweenness	Ambientalismo	Movimento LGBT	Feminismo	Lutas	Organização	Estado
	Redes	Gays	Mulher	Educação	Trabalhador	Participação
	Movimentos ambientalistas		Direito	Experiência	Sindicalismo	Instituição
			Gênero	Terra	Militante	Mobilização
Demais nós	Capacidade	Homossexualidade	Autonomia	Acampamento	Articulação	Ação coletiva
	Ecologia	Lésbico	Desigualdade	Agrário	Associativismo	Aids
	Meio ambiente	<i>Queer</i>	Discriminação	Assentamento	Ciclo	Ativismo
	Natureza	Travestis	Diversidade	Camponês	Classe	Atores
	Socioambiental		Doença	Comunidade	Comunicação	Atuação
			Doméstico	Conservadorismo	Confronto	Campanha
			Esquerda	Contradição	Crise	Cidadania
			Étnico	Cotidiano	CUT	Cidadão
			Feminino	Ditadura	Desempregar	Cidade
			Geração	Emancipação	Dialético	Conselho
			Identidade	Enfrentamento	Economia	Consumo
			Igualdade	Espacialidade	Empregar	Contemporâneo
			Inclusão	Estudante	Empresarial	Contestação
			Marchar	Exclusão	Engajamento	Controle
			Movimento feminista	Exploração	Greve	Cooperativismo
			Movimento negro	Ideologia	Hegemonia	Corpo
			Negro	Memória	Militância	Demandar
			Poder	Modernidade	Movimento sindical	Democracia
			Racial	Moradia	Negociação	Direitos humanos
			Racismo	Movimentos rurais	Operário	Discursivo
			Reforma	Movimento estudantil	Trabalhista	Eleitoral
			Reivindicação	MST		Esfera pública
			Reprodutivo	Neoliberal		Etnográfico
			Saúde	Pedagógico		Globalização
		Sexualidade	Pobreza		Golpe	

Continua...

Tabela 7. Continuação.

<i>Clusters</i> [N de nós] Densidade	Ambiental [8] 0,35	Sexual [6] 0,4	Gênero [33] 0,16	Rural [37] 0,13	Trabalhador [25] 0,18	Mobilização [58] 0,12
			Subjetividade	Popular		Governo
			Sujeito	Povos		Indígena
			SUS	Radical		Junho de 2013
			Violência	Reforma agrária		Legislação
				Resistência		Lideranças
				Rural		Local
				Trabalhadores rurais		Lula
				Urbano		Manifestação
						Militar
						ONGs
						Oportunidade política
						Partidos
						Pluralidade
						Políticas públicas
						Processo político
						Projetos
						Protesto
						Recurso
						Religião
						Renda
						Repertório
						Representação
						Ruas
						Sistema
						Sociedade civil
						Solidariedade
						Território
						Transformação
						Transnacional

CUT: Central Única dos Trabalhadores; MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; SUS: Sistema Único de Saúde; ONGs: organizações não governamentais.

A primeira linha dessa tabela contém denominações por nós próprios atribuídas e que sintetizam as palavras que possuem maior medida de *betweenness* (a terceira linha da tabela); são os *clusters*: ambiental, sexual, gênero, rural, trabalhador e mobilização. Os *clusters* diferem em tamanho. De tamanho diminuto, há os *clusters* ambiental e sexual, que não passam, respectivamente, de oito e seis nós. De tamanho intermediário, há os *clusters* gênero, rural e trabalhador, variando entre 25 e 37 nós. É interessante notar que tanto os *clusters* menores como os *clusters* intermediários trazem, entre seus principais nós, termos que designam cate-

gorias empíricas: movimento ambientalista, gays, mulher, terra, trabalhador. Em contraste com esses cinco *clusters*, o subgrupo que chamamos de mobilização se destaca não tanto, ou não só, pela quantidade maior de nós, mas, especialmente, por não aparecer atrelado a um movimento social específico. Quer dizer, aparecem no *cluster* mobilização copalavras que dizem respeito ao Estado e às instituições, tais como governo, conselho, representação, políticas públicas, legislação e democracia.

Já na Tabela 8, a clusterização por correferências (isto é, por autores que tendem a aparecer conjuntamente nas referências

**Tabela 8. Clusterização por correferências.**

<i>Clusters</i>	1	2	3	4	5	6	7
[N. de nós]	[5]	[9]	[9]	[9]	[18]	[18]	[19]
Densidade	0,5	0,3	0,33	0,75	0,12	0,21	0,28
Betweenness	Sigaud, L.	Harbermas, J.	Bourdieu, P.	Diani, M.	Tarrow, S.	Melucci, A.	Tilly, C.
		Taylor, C.	Foucault, M.	Gohn, Maria da G.	Giugni, M.	McAdam, D.	Tatagiba, L.
			Macrae, E.	Scherer-Warren, I.			Avritzer, L.
Demais nós	Elias, N.	Fraser, N.	Butler, J.	Castells, M.	Swidler, A.	Snow, D.	Doimo, A. M.
	Rosa, M. C.	Weber, M.	Facchini, R.	Della Porta, D.	Kriesi, H.	Alonso, A.	Dagnino, E.
	Navarro, Z.	Dewey, J.	Misoczky, M.	Touraine, A.	Kowarick, L.	Goodwin, J.	Mische, A.
	Camargo, A.	Carvalho, J. M.	Fry, P.	Seoane, J.	Harvey, D.	Olson, M.	Abers, R.
		Alexander, J.	Fine, B.	Sousa Santos, B.	Lefebvre, H.	McCarthy, J.	Gurza Lavalle, A.
		Honneth, A.	Coleman, J.	Warren, M.	Stamatov, P.	Morris, A. D.	Eder, S.
		Oro, A.			Putnam, R.	Johnston, H.	Silva, M. K.
					Boschi, R.	Polletta, F.	Dowbor, M.
					Amenta, E.	Benford, R.	Goldstone, J.
					Svampa, M.	Laclau, E.	Lüchmann, L.
					Bringel, B.	Gamson, W.	D'Áraujo, M.
					Hanagan, M.	Zald, M.	Hochstetler, K.
					Keck, M.	Goffman, E.	Wampler, B.
					Smith, J.	Inglehart, R.	Auyero, J.
				Piven, F.	Klandermans, B.	Skocpol, T.	
				Clemens, E.	Buechler, S.	Giugni, M.	

bibliográficas) reforça boa parte dos achados anteriores. O lado esquerdo da tabela, com as três primeiras colunas, traz subgrupos de autores centrais nos seguintes debates: rural (Sigaud); democracia/reconhecimento (Habermas e Honneth); e gênero e sexualidade (Bourdieu, Foucault e Macrae). No que diz respeito ao debate sobre ação coletiva e movimentos sociais, é interessante notar o deslocamento de Habermas — autor que já teve seu lugar no pódio dos debates brasileiro e latino-americano sobre movimentos (cf. Alonso, 2009) — para um subgrupo mais próximo a questões de teoria política e teorização democrático-normativa. Outro detalhe instigante nesse lado da tabela é a presença de Pierre Bourdieu. Como veremos ao final do texto, tal como ocorre com a apropriação da obra de Charles Tilly, a presença bourdieusiana aí não precisa ser tomada como sinônimo de uma sorte de plena liderança desse francês na literatura especializada sobre gênero e sexualidade. Tal posição pode denotar, ao contrário, o conjunto de críticas que foram, na esteira de Correa (1999), endereçadas tanto à *Dominação masculina* como à obra de Bourdieu, mais amplamente.

O outro lado da tabela (colunas de 4 a 7) distingue subgrupos especificamente dedicados à pesquisa sobre a ação coletiva, seus atores e dilemas, e são tais subgrupos que caracterizam o que pode ser chamado de o “debate *próprio* de movimentos sociais”. Para dizê-lo de outro modo, enquanto os três *clusters* à esquerda partem da ação dos MS para se indagar a respeito de outras dinâmicas e clivagens, os quatro *clusters* à direita colocam a questão das condições e dos efeitos da mobilização no núcleo analítico distintivo de sua agenda de pesquisa. Daí, então, a presença marcante dos autores da antiga Teoria do Processo Político, hoje autoprotclamada *Contentious Politics*: Tilly, Tarrow e

McAdam. Outros autores, tais como Diani e Giugni, destacam-se aí pela formalização dada não só ao conceito de movimento social, mas também a seus múltiplos efeitos — culturais, institucionais, discursivos etc. Ainda no âmbito dos sobrenomes de estrangeiros, nota-se, novamente, na análise longitudinal, a permanência consistente que Melucci segue exercendo. Reforçando os achados da mudança ocorrida nas duas últimas décadas, a presença da autoria vinda do debate internacional, sobretudo da *Contentious Politics*, denota o dramático deslocamento sofrido por autores como Touraine e Castells. Tal deslocamento, como veremos ao final do texto, está em grande medida ligado à emergência teórico-analítica do sistema político e das interações socioestatais — sem carga normativa, *a priori*, como era de praxe, notadamente, em Touraine (1978) — como dimensões explicativas fundamentais da ação dos MS e de seus efeitos.

Nas colunas de autores do debate próprio sobre MS, a presença de sobrenomes de brasileiros expressa as diferentes gerações do debate. Mais ligadas a Diani, Maria da Glória Gohn e Ilse Sheren-Warren expressam a vitalidade de um debate que atravessou décadas, o debate dos então chamados *movimentos sociais urbanos* que marcou os anos 1980, permanecendo até hoje como referência nacional incontornável entre nós. Mais ligados a Tilly, Leo Avritzer e Luciana Tatagiba são a marca de uma geração contemporânea de agendas e avanços de pesquisas dedicadas às dinâmicas de participação e de institucionalização de demandas dos MS perante o Estado e nele (cf. Gurza Lavallo *et al.*, 2019), sob formas conflituosas, cooperativas ou ambivalentes.

Assim, a Tabela 8 mostra-nos ao menos duas coisas. Considerada em sua divisão entre esquerda e direita, traz-nos autores, de um lado, ligados a debates específicos e

especializados — reforçando, portanto, o achado dos subgrupos analisados na tabela anterior — e, de outro lado, um conjunto de autores propriamente dedicados aos MS *qua* problema de pesquisa. Além disso, vista pelo prisma do lado direito, a tabela com os principais nós correferenciados permite notar, simultaneamente, tendências geracionais tanto de permanência quanto de inovação autorais em nosso debate.

### **Conclusões: fragmentação e especialização, permanência e inovação**

Embora esteja ainda em seus primeiros passos nas Ciências Sociais brasileiras, a pesquisa orientada por dados bibliométricos mostra resultados profícuos e bastante originais aos olhos daqueles que, como nós, procuram contrastar evidências empíricas e autoimagem acadêmica. Na busca pelo conjunto dos artigos que giram ao redor da ação dos MS, encontramos nosso primeiro resultado: a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política dedicam, no Brasil, investimento significativo a atores e atrizes em ação. Quer dizer, ao invés de depararmos com termos que evidenciam dinâmicas macrosociológicas, tais como “classe” ou “estrutura social”, encontramos coletivos e personagens organizados distinguidos por clivagens, tais como gênero e distribuição espacial.

As análises por frequência de palavras e autores e de subgrupos por copalavras e correferências confirmam o que alguns diagnósticos (Silva, 2010; Scherer-Warren; Lüchmann, 2015; Bringel; Teixeira, 2015) já estavam apontando: a especialização em-

pírica e a fragmentação teórica do campo de estudos de MS. A especialização consiste na produção de pesquisas sobre MS em torno de atores empíricos específicos (mulheres, trabalhadores etc.), dado reforçado pela esmagadora presença (quase 90%) de artigos de perfil empírico. Nota-se, então, com base na produção qualificada e publicada nas últimas décadas, que os pesquisadores de MS na área de Ciências Sociais seguem atores empíricos e condensam em torno deles suas investigações. A exceção, nesse caso, ficou evidente no subgrupo que denominamos mobilização. Nele, ao contrário dos demais, os termos que unem os artigos em análise são tendencialmente menos extraídos de contextos e casos empíricos, assumindo veia mais analítica: ação coletiva, instituição, representação e mobilização, que constituem algumas das categorias que configuram o debate sobre MS enquanto forma específica de ação coletiva.

A fragmentação, por sua vez, refere-se à dispersão de referências teóricas, isto é, a existência de subgrupos de autores diferentes e que não são compartilhados entre si. Tal diferenciação, por sua vez, leva-nos a outra conclusão, obliquamente reforçada pelos subgrupos de correferências, qual seja: se as Ciências Sociais brasileiras tanto seguem atores e suas formas de mobilização quanto se especializam *pari passu* a tais formas de mobilização, elas não o fazem do mesmo modo, isto é, não o fazem partindo de modelos e debates teóricos unificados. Diferentes debates estruturam-se e especializam-se segundo distintas tradições e fortunas teóricas<sup>12</sup>.

Tendo em vista esses debates, podemos observar as transformações no conjunto de autores e autoras que vêm pautando nossa

---

12 Embora sem evidência empírica robusta, Scherer-Warren e Lüchmann (2015) destacaram esse ponto ao falar da multiplicação de grupos de trabalho (GTs) no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) ao longo dos anos 1990.

agenda, a um só tempo, diversa e unificada, na qual inovação conceitual e permanência autoral andam juntas. Vejam-se, por exemplo, a liderança conquistada pelos teóricos da *Contentious Politics* no Brasil e a respectiva inserção no debate brasileiro das categorias por eles desenvolvidas, a exemplo de “repertórios” e “oportunidades”; ao mesmo tempo em que Tilly e Tarrow ganharam notório peso entre nós, sobrenomes como os de Melucci, Dagnino e Gohn seguem fortes na influência bibliométrica. A tabela das correferências traz dados que apontam no mesmo sentido: permanência e inovação — Gohn e Sheren-Warren, clássicas da primeira geração de estudos de quando *novos personagens entraram em cena*, dividem espaço, entre os nós mais referenciados, com as duplas Tilly e Tarrow e, não por acaso, Avritzer e Tagatiba. Esse último dado nos leva à nossa última apreciação.

A posição de liderança dos autores da *Contentious Politics* é evidente em nossos dados. Tilly e Tarrow, juntos de McAdam e Giugni, desbancaram Habermas e Touraine — apenas Melucci sobreviveu aos anos 1990. Essa mutação na configuração do debate traz consigo uma mudança, a nosso ver, fundamental: a entrada do sistema político, de seus atores e dinâmicas, na heurística utilizada para explicar os MS, suas condições e seus efeitos. No Brasil, passo analítico fundamental dado nesse sentido foi operado por Evelina Dagnino ao dessacralizar a sociedade civil e desdemonizar o Estado (cf. Dagnino, 2002), invocando, em seguida, a heterogeneidade estatal (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006). Na esteira dessa profícua agenda, au-

tores como nós e outros passaram a enfatizar as múltiplas conexões entre Estado e atores não estatais, de modo a conferir estatuto analítico à mútua constituição entre ambos (Gurza Lavalle; Szwako, 2015; Gurza Lavalle *et al.*, 2019). Essa mudança na agenda de pesquisa é também, indiretamente, observável na análise longitudinal dos termos do debate: enquanto “Estado” cresce claramente alcançando o pódio no segundo período, “instituição” e “participação” sobem entre quatro e seis posições, ao passo que o termo “organização” se mantém discretamente estável em ambos os períodos<sup>13</sup>. A entrada *Contentious Politics* deve ser entendida, então, nesse contexto de debate no qual as interações com o sistema político passam a contar nas análises, superando algum voluntarismo normativo. Tal incorporação, contudo, não pode ser tomada como uma importação bem-comportada de teorias estrangeiras. Ao contrário, na literatura brasileira recente, a leitura da obra de Tilly, especialmente, foi submetida a inúmeras críticas e ressignificada sob formas muito criativas de apropriação (cf. *inter alia* Dowbor; Szwako, 2013; Abers; Serafim; Tagatiba, 2014). Assim, se Tilly e Tarrow perfilam no topo de nossas bases bibliométricas, isso não significa automaticamente que essa liderança seja incontestada ou abraçada sem as devidas reservas e nuances.

Se a análise taxonômica mostrou um crescimento de publicações sobre os MS, outros resultados aqui discutidos apontam para o desafio da construção teórico-analítica com base nesse conjunto de subgrupos. O desafio contém em si potencial à medida que o es-

---

13 Para outras análises que venham a conjugar veias bibliométrica e bibliográfica, seria o caso de analisar se e em que medida se alterou o próprio sentido com que é empregado o termo “organização” em ambos os períodos. Como boa parte da literatura brasileira se manteve, desde os anos 1980, ocupada em fazer uma defesa normativa dos MS antes de analisá-los, é, ainda hoje, rara uma análise organizacional dos movimentos *a la* Teoria da Mobilização de Recursos e, portanto, lendo a ação dos MS a partir das chamadas “organizações de movimento social”.

forço coletivo entre diversos campos de estudos de MS resulte em elaboração teórica com base no sólido conhecimento de MS no Brasil e em diálogo com a literatura internacional. Resta ainda pensar se e como essa futura interlocução acadêmica pode contribuir para com os próprios movimentos.

Outro resultado interessante (e também um tanto ambíguo) diz respeito à composição de gênero da autoria que marca os debates de MS no país. Ao contrário do senso comum reinante nos corredores e nos currículos, parte predominante da produção bibliográfica dedicada a MS é liderada, no Brasil, por mulheres. Os principais nomes aí são: Evelina Dagnino, Ilse Sheren-Warren e Maria da Gloria Gohn, com a emergência mais recente de Angela Alonso, seguida de Luciana Tatagiba e Rebecca Abers. Apenas com os dados relativos à mudança temporal na liderança dos autores e com os subgrupos também de autores, não seria possível aferir os porquês desse perfil altamente feminizado. Poderíamos, porém, lançar uma hipótese disciplinar segundo a qual esse perfil generificado pode ser compreendido em razão do caráter limítrofe ocupado pelos estudos de MS na fronteira entre a Sociologia e a Ciência Política. Isto é, uma fronteira entre duas disciplinas nas quais a divisão sexual do trabalho intelectual é, respectivamente, fracamente demarcada e fortemente demarcada, de modo que o tema *movimentos sociais* ocuparia um lugar *menor* no espaço da produção e da reflexão politológicas, altamente masculinizado.

Antes de concluirmos, uma nota sobre ausências e outra de tendência. Em meio a várias mudanças e igualmente permeado por continuidades, é possível notar que o debate brasileiro sobre MS tem, raras vezes, se aber-

to para os contramovimentos e suas formas de mobilização de bases, coalizões e estratégias ao redor de pânicos e políticas públicas<sup>14</sup>. Destacamos também a reiterada negligência com que (não) é tratada a questão das formas religiosas de associação e de suas interações com o sistema político, com efeitos institucionais já vívidos alhures (*cf.* Szwako, 2014) e, como se sabe, também no Brasil. Uma falta igualmente importante diz respeito às dinâmicas de repressão e aos padrões de negociação e interação violenta com forças repressivas nos estudos de MS entre nós.

Por fim, tendência empírica que surge atualmente, ainda sem ressonância bibliométrica, está nos chamados “coletivos” ou “movimentos culturais”. Tal como vínhamos defendendo (Szwako; Dowbor; Carlos, 2016), parece-nos fundamental que pesquisas menos versadas em ação coletiva não reproduzam excessos e expectativas que um dia marcaram (e oneraram) outras gerações de pesquisa. Quer dizer, o debate brasileiro avançou de tal modo que a criatividade hoje necessária para interpretar a emergência dessas personagens, suas redes e conexões nas sociedades civil e política pode e, a nosso ver, deve se valer de categorias e rupturas cognitivas já conquistadas e relativamente estabelecidas nas pesquisas sobre MS. Sob pena de ficarmos reféns de uma sorte de *looping* de Sísifo, a temperança nas apostas normativas nos é salutar não só para análises mais realistas e relacionais desse tipo de repertório organizacional, mas também para não esquecermos, por efeito de modas, de outras experiências contemporâneas — pensamos, por exemplo, nas “marchas” — que são também formas parcialmente inovadoras de organizar e articular identidades e de coordenar a ação.

---

14 Exceção aqui é Pereira (2018).

No seu todo, enfim, nosso texto mostrou alguns dos caminhos pelos quais nossas Ciências Sociais aprofundaram e complexificaram um movimento teórico que vinha, no Brasil, se desenhando desde fins do regime autoritário, quando a Sociologia, a Ciência Política e, particularmente, a Antropologia passaram a criticar categorias *macro* e a

seguir atores e atrizes em suas lutas e experiências. Mais que isso: mostramos também que os artigos das pesquisas aqui analisadas se situam em um debate internacional mais amplo, diante do qual autores e, sobretudo, autoras fizeram suas críticas e reservas, trazendo teorizações e inovações a partir daquelas experiências e personagens.

## Bibliografia

- ABERS, R.; BULOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 28, n. 13, p. 52-84, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- BARREIRA, I. Social Movements, Culture, and Politics in the Work of Brazilian Sociologists. **Latin American Perspectives**, v. 38, n. 3, p. 150-168, 2011. <https://doi.org/10.1177%2F0094582X10393695>
- BLONDEL, V.; GUILLAUME, J.-L.; LAMBIOTTE, R.; LEFEBVREE, E. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics**, v. 2, p. 1-12, 2008. <https://doi.org/10.1088/1742-5468/2008/10/P10008>
- BOSCHI, R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- BRINGEL, B.; TEIXEIRA, M.A. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (orgs.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: EDUFSC, 2015.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, p. 1-12, 1987.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, M.; SORJ, B. (orgs.). **Sociedade política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, M. **Movimientos Sociales Urbanos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- CORREA, M. O sexo da dominação. **Novos Estudos Cebrap**, n. 54, p. 43-53, 1999.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements: An Introduction**. Malden: Blackwell, 2006.

- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-1970. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/Anpocs, 1995.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: *performance* e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 43-55, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>
- DURIGUETTO, M. L.; SILVA, K. N.; SOUZA, A. R. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katál**, v. 12, n. 1, p. 13-21, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000100003>
- GOHN, M. da G. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 79-103, 2014. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p79>
- GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a *Marcha das vadias* no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>
- GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Movimentos Sociais, Institucionalização e Domínios de Agência. In: GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (orgs.). **Movimentos Sociais e Institucionalização**: Políticas Sociais, Raça e Gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019. v. 1.
- GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191211157>
- HAGBERG, A.; SCHULT, D.; SWART, P. *NetworkX Reference*. 2008. Disponível em: <[https://networkx.github.io/documentation/latest/\\_downloads/networkx\\_reference.pdf](https://networkx.github.io/documentation/latest/_downloads/networkx_reference.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2018.
- JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 221-236, 1980. (mimeo.)
- JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 23, p. 18-34, 1987.
- KAUCHAKJE, S. 35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e UNICAMP. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 113-132, 2010.
- KOWARICK, L. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 38-50, 1987.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; ZICCARDI, A. Notas para uma discussão sobre “movimentos sociais urbanos”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 3., 1978. **Anais...** Belo Horizonte, 1978. (mimeo.)
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, p. 11-48, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>
- PEREIRA, M. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. Um panorama dos estudos sobre movimentos sociais e a participação no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (orgs.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: EDUFSC, 2015.

- SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010.
- SZWAKO, J. O “mau desempenho” de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. **Opinião Pública**, v. 20, n. 1, p. 132-155, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762014000100007>
- SZWAKO, J.; DOWBOR, M.; CARLOS, E. *Apresentação* Dossiê Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Participação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, Rio de Janeiro, 2016.
- TATAGIBA, L. *et al.* Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (orgs.). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**. Brasil: IPEA, 2018. p. 105-138.
- TOURAINE, A. **La voix et le regard**. Paris: Les Éditions du Seuil, 1978.
- VALMORE, F; SOUZA, N. R. Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, Rio de Janeiro, n. 82, p. 105-126, 2016.

Paula Cristina da Silva Barreto<sup>I</sup>  
Flávia Rios<sup>II</sup>  
Paulo Sérgio da Costa Neves<sup>III</sup>  
Dyane Brito Reis Santos<sup>IV</sup>

### INTRODUÇÃO

Como estabelecer os contornos de um campo científico com base em publicações e textos de pesquisadores que atuam em torno de uma área ou de um tema? Sobretudo, como fazer isso em se tratando de um campo com a densidade e a história das relações raciais no Brasil? Essas não são questões novas, pois outros antes de nós já afrontaram as mesmas dúvidas ao realizar balanços bibliográficos sobre o campo. No entanto, são questões vitais para entender a lógica que perpassa a produção bibliográfica de um campo tão sensível e com visibilidade pública elevada como é o dos estudos das relações raciais.

A tentativa que se segue não objetiva dar uma resposta a essas questões espinhosas, nem se pretende uma solução definitiva em relação aos trabalhos que anteriormente realizaram balanços dessa área. O que tentamos aqui é dar conta de tendências recentes, nem sempre perceptíveis apenas nas publicações das principais revistas das áreas de humanidades e, particularmente, das ciências sociais, expediente usual na produção de resenhas bibliográficas. Para isso, buscamos dar conta

de alguns espaços em que essas mudanças se manifestam, a exemplo das discussões que têm lugar nos programas de pós-graduação, visíveis nos trabalhos apresentados nos principais eventos e congressos da área.

Nesse sentido, entender como o campo dos estudos sobre relações raciais está mudando pressupõe entendermos como teorias e autores, atores e movimentos, legislações e normas, estão remodelando continuamente um campo que, longe de ser estático, está em contínua transformação. Dessa forma, podemos afirmar que o balanço bibliográfico aqui realizado atualiza outros recentes. E o faz por partir de algumas premissas diferentes e também porque as mudanças em torno da questão se processam rapidamente, sobretudo a partir da transformação simbólica e legal provocada pela obrigatoriedade estipulada em lei das cotas nas universidades e nos empregos públicos federais, respectivamente, em 2012 e 2014.

A essas questões, juntam-se outras com relação ao papel dos balanços bibliográficos na agenda científica. Os balanços bibliográficos têm cumprido papel importante no campo de estudos das relações raciais. Isso se

<sup>I</sup>Universidade Federal da Bahia – Salvador (BA), Brasil. E-mail: paulabarreto14@hotmail.com

<sup>II</sup>Universidade Federal Fluminense – Niterói (RJ), Brasil. E-mail: flaviamrios@yahoo.com.br

<sup>III</sup>Universidade Federal do ABC – Santo André (SP), Brasil. E-mail: pscneves@hotmail.com

<sup>IV</sup>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Cruz das Almas (BA), Brasil. E-mail: dyanebritoreis@gmail.com

dá não apenas pela função de síntese de uma parte da produção científica de um período, como também e, talvez, principalmente, pela influência dessas sínteses sobre a produção científica posterior. O que se explica pelo impacto que tais sínteses têm quando se trata de definir o que é visto como mais inovador e interessante a ser pesquisado. Ora, ao mesmo tempo em que esse impacto é inevitável e mais ou menos efetivo (a depender da difusão das sínteses e dos balanços), podemos afirmar que ele também é fruto do entendimento majoritário entre pesquisadores(as) sobre o que é, ou não, relevante. Nesse sentido, talvez uma boa maneira de pensarmos o presente trabalho seja o de rever os critérios de seleção para elaborar os balanços bibliográficos da área. Outra contribuição que pretendemos dar é a possibilidade de sublinhar tendências dominantes e emergentes simultaneamente, uma forma de ver no mesmo campo o velho (tradicional) e o novo nos estudos das relações raciais brasileiras.

Na literatura recente sobre a produção acadêmica no campo de estudos das relações raciais, destacam-se dois resultados principais:

1. o aumento contínuo da produção, no período de 1993 a 2013, maior que o aumento verificado na produção total do campo das ciências sociais; e
2. a diversificação temática dessa produção, com ampliação do leque temático, e destaque para temas como violência, gênero e política representativa (Campos; Lima; Gomes, 2018; Campos; Gomes, 2016; Artes; Mena-Chalco, 2017).

Alguns balanços da produção acadêmica no campo das relações raciais têm destacado as transformações importantes que têm ocorrido nos últimos 20 anos. Período que ficou marcado pela grande publicização da questão racial e pela ampliação do debate

público sobre as políticas de ação afirmativa (PAA) (Barreto *et al.*, 2017).

No estudo realizado por Artes e Mena-Chalco (2017) foram analisados os resumos e as palavras-chave das teses e das dissertações publicadas no Banco de Teses e Dissertações (BTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre 1987 e 2011, por meio da definição de 191 descritores. Sem se limitar às ciências sociais, esse estudo tratou de todas as áreas/disciplinas, e os resultados mostraram que houve uma expansão da produção no campo das relações raciais, especialmente a partir de 2005, maior do que o crescimento da produção geral, no mesmo período — em 1987, a participação da temática representava 0,2% do universo para o mestrado, e em 2011 chegou a 1%; o resultado era semelhante no doutorado. Além disso, as autoras constataram que havia a predominância da autoria feminina. No estudo foram identificados 4.204 trabalhos sobre a temática, defendidos em 800 programas de pós-graduação de 161 universidades ou instituições de pesquisa.

Como explicação para tal expansão, Artes e Mena-Chalco (2017) destacaram a importância do Sistema de Pós-graduação brasileiro, que experimentou um processo de ampliação intenso de 1975 até os dias atuais, consolidando-se como uma política pública de formação de recursos humanos em ciência e tecnologia. Ao tentar responder à pergunta sobre como os negros, especialmente as mulheres negras, estão representados entre os autores das dissertações e das teses defendidas sobre a temática racial, no período analisado, as autoras se depararam com a inexistência da informação sobre a cor no BTD. Diante disso, Artes e Mena-Chalco (2017) recorreram a outras fontes complementares com informações sobre as pessoas

tituladas no Brasil, por região, entre 1996 e 2008, mostrando que houve crescimento em todas as regiões, mas em proporções muito diferentes: Sudeste, 198%; Norte, 438%; Sul, 683%; Centro-Oeste, 840%; e Nordeste, 2.487%. Chama atenção o crescimento de quase 2.500% de pessoas tituladas no Nordeste, em contraste com um crescimento muito menor no Sudeste (quase 200%), onde, historicamente, existe a maior concentração de cursos de pós-graduação no Brasil.<sup>1</sup>

Conforme Artes e Mena-Chalco (2017), para entender a ampliação da participação de negros na pós-graduação, é crucial levar em conta as PAA que permitiram, a partir do ano de 2003, um acesso mais equitativo de grupos sub-representados (negros e indígenas) nos cursos de graduação das universidades brasileiras. Na pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) sobre cotas na pós-graduação de universidades públicas brasileiras, foram analisadas 49 políticas criadas no período de 2002 a 2017. Os resultados mostraram que mais da metade delas decorreram de iniciativas dos próprios programas de pós-graduação, enquanto as demais resultaram de leis estaduais ou de resoluções de conselhos universitários. Do total de políticas, 73,47% aplicaram, exclusivamente, o sistema de cotas, enquanto outros programas recorreram a formas distintas de identificação dos beneficiários — estes foram, principalmente, os

estudantes pretos (46 das 49 iniciativas), seguidos de pardos (44), indígenas (44) e estudantes com deficiência (19) (Venturini, s/d.).

Os achados mais interessantes do estudo de Artes e Mena-Chalco (2017) dizem respeito às áreas com maior participação de trabalhos na temática de relações raciais e às autorias segundo o gênero. Ao apresentar as dez áreas que se destacaram com a maior proporção de dissertações de mestrado e teses de doutorado, chama atenção que a educação seja a primeira colocada em ambos os níveis de formação, e que a antropologia e a sociologia ficaram em terceira e quarta posição, no caso do mestrado, e em segunda e terceira posição, no caso do doutorado. A área de história consta em segundo lugar no mestrado e em quarto lugar no doutorado; e a de letras em quinto lugar no mestrado e no doutorado. A área de ciências humanas é a que concentra o maior número de trabalhos, sendo a proporção das dissertações de mestrado e das teses de doutorado superior à observada no geral da pós-graduação (cerca de 3% das dissertações de mestrado na área de ciências humanas trabalharam com a temática das relações raciais a partir de 2010). Em relação à participação masculina e feminina nas autorias dos trabalhos, as autoras utilizaram o Índice de Paridade de Gênero (IPG) e concluíram que nas dez áreas de maior participação da temática das relações raciais, as mulheres predominam.

---

1 As autoras destacaram que o número de estudantes de pós-graduação apresentou um aumento de 57,1%, enquanto a população cresceu apenas 12,3%, no período analisado. Em relação às distinções de raça e gênero, Artes e Mena-Chalco (2017) afirmam que a taxa de crescimento de negros (194,6%) foi maior do que a das mulheres (61,5%) que, por sua vez, foi maior do que a dos homens (52,3%). Tal variação positiva ganha importância quando se leva em conta que os negros (pretos + pardos) representavam apenas 24,8% do universo dos estudantes de pós-graduação, quando somavam 50,9% na população total. Considerando o universo de titulados, os resultados mostraram que a variação no período analisado foi de 157%, maior para as mulheres (192,9%) do que para os homens (130,7%), e maior para os negros (321,1%) do que para os brancos (137,7%). Apesar dessa variação maior das taxas de titulação entre os negros, persistem as desigualdades, uma vez que estes representavam 44,6% da população brasileira, mas eram somente 11% no conjunto de titulados em 2000, chegando a 18,1% em 2010.

Outro estudo recente analisou a produção acadêmica sobre relações raciais no Brasil com base em artigos publicados em revistas de ciências sociais, no período de 1994 a 2013. Os resultados também mostraram que houve aumento da quantidade dessas publicações que abordam a questão racial, quando comparadas à produção geral das principais revistas de ciências sociais disponibilizadas na Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>2</sup> (Campos; Lima; Gomes, 2018). Em relação aos temas abordados nesses artigos, os autores apontaram a existência de 22 subtemas, dos quais os três mais importantes foram:

1. cultura (artes, música e literatura) (83/31,2%);
2. gênero e sexualidade (64/24,1%); e
3. desigualdade de classe e estratificação (61/22,9%).

E no que diz respeito aos *papers* apresentados nos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), o tema ação afirmativa foi o mais frequente.

Segundo Campos, Lima e Gomes (2018), o debate público sobre as PAA que foram criadas a partir dos anos 2000 explica apenas em parte o incremento da produção acadêmica nesse campo, uma vez que este foi acompanhado da pluralização temática. Os resultados permitem afirmar que, considerando a produção de artigos, no período analisado, temas como a interseção entre raça e gênero, movimentos sociais, relações internacionais, entre outros, ganharam mais espaço, enquanto os estudos sobre expressões

culturais e estratificação socioeconômica perderam, relativamente, a importância.

Foi levando em conta os resultados dos estudos supracitados que estabelecemos os objetivos do texto, que visou apresentar a literatura recentíssima existente no campo (2012–2019), verificando:

- se o aumento apontado anteriormente tem se mantido;
- se a diversificação continua a ocorrer; e
- quais são as características da produção sobre os subtemas “ações afirmativas” e “gênero/sexualidade”.

Esses foram escolhidos por razões distintas: enquanto o primeiro tem se apresentado como um assunto duradouro e relevante, quantitativamente, na produção acadêmica nas últimas décadas, a interseção entre raça e gênero/sexualidade surge como tema emergente, com tendência de crescimento na literatura especializada.

O presente balanço bibliográfico se vale de fontes variadas — artigos publicados (2014–2018) e trabalhos apresentados em congressos (2012–2019). Essa escolha se explica porque as revisões mais recentes dessa natureza já fizeram exaustivas coberturas do século XX e da primeira década do século XXI, o que nos deixou mais à vontade para nos concentrar no período ainda não tratado pela literatura especializada. Já a razão para a escolha de fontes variadas tem a ver tanto com o recorte temporal quanto com a lacuna deixada pelas revisões anteriores. Explicamos: os trabalhos anteriores de revisão bibliográfica tiveram como enfoque revistas *Qualis* A1, o que deixou a maioria

---

2 O *corpus* da pesquisa incluiu artigos publicados em periódicos A1 nas três disciplinas das Ciências Sociais e trabalhos apresentados em Grupos de Trabalho (GTs) e Seminários Temáticos (STs) de Encontros anuais da Anpocs, de 1994 a 2013. Em relação aos artigos, 16 revistas, disponíveis no SciELO, foram incluídas na pesquisa, e foram analisados, nas fases iniciais, 540 fascículos e, na fase final, 266 artigos.

da produção acadêmica para trás. A opção pela diversificação da metodologia foi um recurso que visava contemplar um universo mais representativo da produção acadêmica no campo. Ademais, como o período é muito recente, optamos por nos valer da produção em curso submetida em grandes encontros da área, como os encontros anuais da Anpocs e os congressos bianuais da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), eventos em que há a maior concentração, sistematicidade e institucionalização do debate científico acerca da questão racial no Brasil, e em que existem GTs regulares sobre a temática em tela.

A vantagem desse recurso é que podemos observar o processo de produção de conhecimento em seus diferentes estágios, desde os artigos em curso (para o caso dos eventos) até as pesquisas publicadas em periódicos da área de ciências sociais (SciELO). Com isso, ponderamos que a pesquisa, apesar de fazer um recorte temporal relativamente curto em contraste com os anteriores, tem o mérito de ser abrangente no que se refere ao *corpus* analítico e às fontes.

Em tempo, é preciso ainda apresentar uma razão exógena à produção acadêmica para a escolha temporal. Trata-se de sustentar que, ao optarmos por selecionar os trabalhos produzidos pós-2012, esperamos capturar os efeitos indiretos das ações afirmativas, quais sejam: a ampliação da temática e o aumento da produção sobre as relações raciais nas áreas de humanidades, particularmente nas ciências sociais. Em 2012, a chamada Lei de Cotas foi promulgada, o que garantiu a universalização da política no sistema federal de ensino (tanto nas universidades quanto nos institutos federais). Contudo, fazia já quase uma década que as ações afirmativas existiam em grande parte das universidades públicas estaduais e federais brasileiras.

Sendo assim, o estudo que queira apresentar um panorama da produção sobre a temática racial não pode desconsiderar esse fenômeno na estrutura universitária. Fenômeno esse que mudou significativamente o perfil docente das instituições de ensino superior (IES) e, em menor proporção, o quadro discente dos cursos de pós-graduação. Ainda nesse campo, deve-se notar que a implementação das ações afirmativas nos programas de pós-graduação também criou condições para que mais estudantes negros(as) pudessem realizar pesquisas acadêmicas. Note-se, no entanto, que não estamos sugerindo que estudantes negros(as), necessariamente, têm tratado da questão racial. Apenas indicamos que a politização das ações afirmativas e o estabelecimento das políticas no âmbito da graduação e da pós-graduação geraram mudanças no perfil discente e, também, no perfil das demandas por investigações acadêmicas. No conjunto, tais mudanças podem ter repercutido na produção sobre as relações raciais (diversificação e aumento). Produção essa não apenas realizada por estudantes beneficiários da reserva de vagas — negros, indígenas, quilombolas e outras categorias —, mas também pelos demais estudantes e docentes brancos(as), que antes não tratavam da questão racial.

Cabe, por fim, expor em breves linhas a estrutura deste artigo. Além desta introdução, contamos com uma segunda seção do texto dedicada à análise da distribuição dos artigos publicados e dos trabalhos apresentados de acordo com os subtemas e com os estados brasileiros de vínculo das autorias. Nas seções seguintes, dedicamo-nos à análise da produção sobre ações afirmativas e sobre gênero/sexualidade. Por fim, apresentamos as conclusões, sublinhando os achados deste balanço e acenando para pesquisas futuras.

## AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO CONTÍNUAS NO CAMPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS

Nesta seção, analisamos a produção no campo das relações raciais recorrendo aos artigos publicados nos periódicos com melhor avaliação no *Qualis* Periódicos (A), nas disciplinas que integram as ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política), disponíveis no SciELO, de 2014 a 2018. Campos, Lima e Gomes (2018) e Campos e Gomes (2016) realizaram um estudo com esse desenho de pesquisa, mas mais abrangente, tratando de um período maior (1994 a 2013), e é nosso propósito dar continuidade a essa linha de investigação. A nossa opção foi utilizar o mesmo recorte e designações similares para os subtemas abordados, de maneira a permitir a comparabilidade dos resultados.<sup>3</sup> Ao analisar os artigos sobre a temática racial publicados nesses periódicos, destacaremos a variação que ocorreu no que diz respeito à quantidade e à diversidade de temas abordados, em relação ao período anterior (1994 a 2013), com atenção especial para o último quinquênio (2009–2013).

Em seguida, procedemos à análise dos trabalhos apresentados por pesquisadores docentes e estudantes de pós-graduação em quatro edições do Congresso Brasileiro de Sociologia, que ocorreram em 2013, 2015, 2017 e 2019, assim como em oito edições dos encontros anuais da Anpocs, realizados de 2012 a 2019. A nossa escolha por analisar

os trabalhos apresentados nos GTs, que tratam da temática racial nesses eventos acadêmicos, deveu-se ao fato de que esses são espaços para a divulgação e o compartilhamento de pesquisas em andamento, muitas delas feitas por pesquisadores(as) que estão no início da sua trajetória acadêmica, o que inclui estudantes de pós-graduação, pessoas tituladas e docentes.

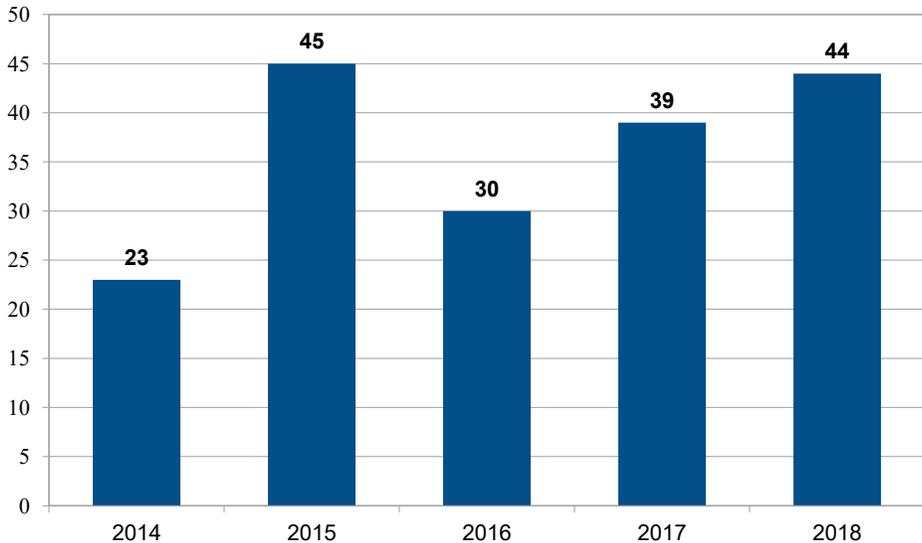
### OS ARTIGOS PUBLICADOS (2014–2018)

Segundo a nossa análise, de um total de 5.211 artigos publicados nos periódicos selecionados, de 2014 a 2018, 181 se situavam no campo de estudos das relações raciais, o que corresponde a aproximadamente 3,5% do total geral de publicações disponíveis no SciELO. Inicialmente, cabe destacar que houve um intenso crescimento da quantidade de publicações nesse período de cinco anos no campo de estudos das relações raciais, uma vez que nos 20 anos anteriores o total de publicações foi de 266 (4,7% do total geral). Essa elevação fica ainda mais evidente quando consideramos a quantidade de publicações anuais nos dois períodos: esta passou de 13 artigos por ano, de 1994 a 2013, para 36 artigos por ano, de 2014 a 2018, isto é, obteve um aumento de cerca de 300% (Gráfico 1).

O decréscimo relativo na produção no campo de estudos das relações raciais, mesmo com o grande crescimento em termos absolutos, no quinquênio analisado, pode

3 Agradecemos ao professor Luiz Campos (Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ) a disponibilização do banco de dados contendo a descrição detalhada dos artigos incluídos no *corpus*, imprescindível para a realização dessa parte do trabalho de pesquisa. Agradecemos, ainda, a Yuri Brito (doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília – PPGSOL/UnB), Cláudia Monteiro Fernandes (doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – PPGCS/UFBA) e Rosana Pereira (licencianda em ciências sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB) pela sistematização das informações e pela elaboração de gráficos, tabelas e mapas, e a Isabel Ângela dos Santos Matos pela normalização do texto.

Gráfico 1 – Artigos publicados sobre relações raciais por ano (2014–2018).



Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.  
Elaboração dos autores.

indicar que a produção global de artigos nos periódicos selecionados disponíveis no SciELO aumentou mais ainda nesse período. A continuidade das pesquisas permitirá trazer mais detalhes sobre a dinâmica existente no campo por meio da análise dos artigos publicados nos periódicos considerados de melhor qualidade nas ciências sociais.

Para conhecer melhor os 181 artigos publicados nos periódicos selecionados, recorreremos à categorização de acordo com os temas abordados, a partir da leitura dos resumos e das palavras-chave. A Tabela 1 apresenta os 17 subtemas que foram considerados principais, e não secundários, nos artigos publicados.

Em relação aos subtemas com mais publicações, “Gênero e sexualidade” se destaca com o maior número (45), correspondendo a aproximadamente 25% (24,9) do total; seguido por “Intelectuais” (28 artigos; 15,5%); “Cultura e identidade” (17; 9,4%); “Ações afirmativas” (14; 7,7%); e “Educação” (11; 6,1%). Esse resultado confirma a tendência de elevação constante da quantidade de textos que abordam as relações entre gênero e raça, no período de 1994 a 2013, que se intensificou de 2004 a 2008 e, mais ainda, de 2009 a 2013 (Campos; Lima; Gomes, 2018).<sup>4</sup>

Vale ressaltar que o fato de periódicos voltados, especificamente, para as questões

<sup>4</sup> No período de duas décadas, a proporção de textos sobre gênero e raça era de 24,1% do total, mas quando foram analisados cada um dos quatro quinquênios separadamente, ficou evidente que nos dois primeiros as proporções eram mais baixas (3 e 4%), crescendo muito nos dois últimos (10 e 11%).

**Tabela 1 – Artigos publicados sobre relações raciais, de acordo com o subtema (2014–2018).**

Temas	n	%
Gênero e sexualidade	45	24,9
Intelectuais	28	15,5
Cultura e identidade	17	9,4
Ações afirmativas	14	7,7
Educação	11	6,1
Movimentos sociais	11	6,1
Política, Estado e Nação	10	5,5
Imigração e relações internacionais	8	4,4
Racismo e discriminação	7	3,9
Trabalho	7	3,9
Religião	6	3,3
Desigualdade, classe e estratificação	5	2,8
Família e afetividade	3	1,6
Saúde	3	1,6
Segurança pública, crime e violência	3	1,6
Classificação racial	2	1,1
Política social	1	0,6
Total	181	100,0

Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.  
Elaboração dos autores.

de gênero terem sido incluídos na lista daqueles analisados foi importante para que o resultado anterior fosse alcançado. O que, por sua vez, indica a pujança existente no campo de estudos de gênero, com a qual tem contribuído o aumento da literatura sobre a intersecção entre gênero e raça: *Cadernos Pagu* constava no estudo anterior que analisou o período de 1994 a 2013; e *Revista Estudos Feministas* também foi incluída na nossa análise do período de 2014 a 2018.

Merece destaque que os textos sobre “Intelectuais” estão em maior evidência na produção mais recente: segundo lugar no total de artigos publicados, de 2014 a

2018, quando estava em sétima posição nos 20 anos anteriores, um crescimento que se acentuou em 2018, conforme mostra a Tabela 2. Os dossiês temáticos criados nesses periódicos importantes das ciências sociais têm contribuído para dar visibilidade e estimular o debate sobre diversos subtemas com grande presença no campo de estudos das relações raciais. O dossiê temático “Decolonialidade e perspectiva negra”, organizado por Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), é um bom exemplo desse tipo de iniciativa, que reuniu diversos artigos sobre a abordagem decolonial, incluindo textos com forte interface com os estudos de

**Tabela 2 – Artigos publicados sobre relações raciais, de acordo com o subtema, por ano (2014–2018).**

Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Gênero e sexualidade	6	8	9	14	8	45
Intelectuais	2	6	5	3	12	28
Cultura e identidade	2	2	1	5	7	17
Ações afirmativas	2	5	2	3	2	14
Educação	2	3	1	2	3	11
Movimentos sociais	–	4	2	2	3	11
Política, Estado e Nação	1	3	1	3	2	10
Imigração e relações internacionais	3	3	–	1	1	8
Racismo e discriminação	–	4	1	2	–	7
Trabalho	2	3	–	1	1	7
Religião	–	–	2	2	2	6
Desigualdade, classe e estratificação	–	2	3	–	–	5
Família e afetividade	1	1	–	–	1	3
Saúde	–	1	1	–	1	3
Segurança pública, crime e violência	1	–	2	–	–	3
Classificação racial	–	–	–	1	1	2
Política social	1	–	–	–	–	1
Total	23	45	30	39	44	181

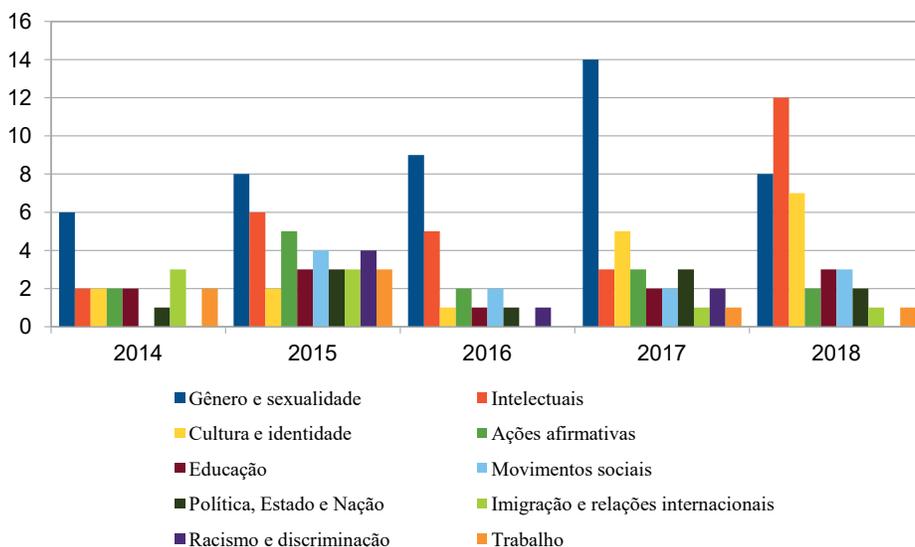
Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.  
Elaboração dos autores.

gênero, tais como o artigo de Patrícia Hill Collins (2016), “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. Outro dossiê importante no período analisado é “Feminismo e antirracismo”, organizado por Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, que reuniu textos sobre ações afirmativas, gênero e feminismo, e incluiu o texto de bell hooks, “Mulheres negras: moldando a teoria feminista” (2015a). Cabe destacar que, além dos dossiês, existem, ainda, as publicações isoladas, tanto na revista *Sociedade e Estado*

(Bernardino-Costa, 2018) quanto na *Revista Brasileira de Ciência Política* (Oliveira, 2016; Campos; Machado, 2015).

A comparação da distribuição dos artigos publicados em cada um dos subtemas, por ano, permite notar que a presença dos textos sobre gênero e sexualidade cresce de 2014 a 2017, ano em que alcança o máximo (14), e decresce apenas em 2018 (8), conforme o Gráfico 2. A distribuição dos artigos sobre intelectuais é um pouco mais irregular nesse período, mas dispara em 2018, quando se torna o subtema com mais publicações

Gráfico 2 – Artigos publicados sobre relações raciais, por subtemas principais (2014–2018).



Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.  
Elaboração dos autores.

(12). No caso de cultura e identidade, as publicações se mantiveram com números menores em 2014 (2), 2015 (2) e 2016 (1), quando comparados a 2017 (5) e 2018 (7). Os artigos sobre ações afirmativas cresceram mais em 2015 (5) em comparação aos demais anos, quando o número de publicações se manteve constante.

Embora o leque temático continue amplo, a concentração da produção recente em alguns temas, apontada em estudos anteriores, permanece, embora continue perdendo força a polarização entre os estudos sobre cultura e identidade, por um lado, e os estudos sobre estratificação e desigualdade, por outro lado, que caracterizou o campo das relações raciais nas décadas anteriores aos anos de 1990 (Hofbauer, 2006) — os estudos sobre cultura e identidade aparecem na terceira posição na quantidade de textos publicados

de 2014 a 2018, enquanto nas duas décadas anteriores estavam em primeiro lugar; e os estudos sobre desigualdade, classe e estratificação aparecem na décima segunda posição, no mesmo período, enquanto nas duas décadas anteriores estavam em terceiro lugar. É digno de nota que apenas cinco artigos tenham sido publicados sobre desigualdade, classe e estratificação no período analisado, dois em 2015 e três em 2016, e que nos demais anos não houve publicação sobre esse subtema. Em certa medida, é possível sugerir que muitos pesquisadores que vinham investigando as desigualdades tenham passado a estudar as ações afirmativas, política pública que é entendida no campo como formas de combate às desigualdades raciais.

Em suma, os resultados confirmam as tendências à maior pulverização temática, em lugar da polarização entre dois temas

principais, com a grande expansão dos estudos sobre a intersecção entre gênero e raça, assim como de estudos sobre outros temas, tais como “Intelectuais” e “Ações afirmativas”, apontados no estudo realizado por Campos e Gomes (2016) e por Campos, Lima e Gomes (2018).

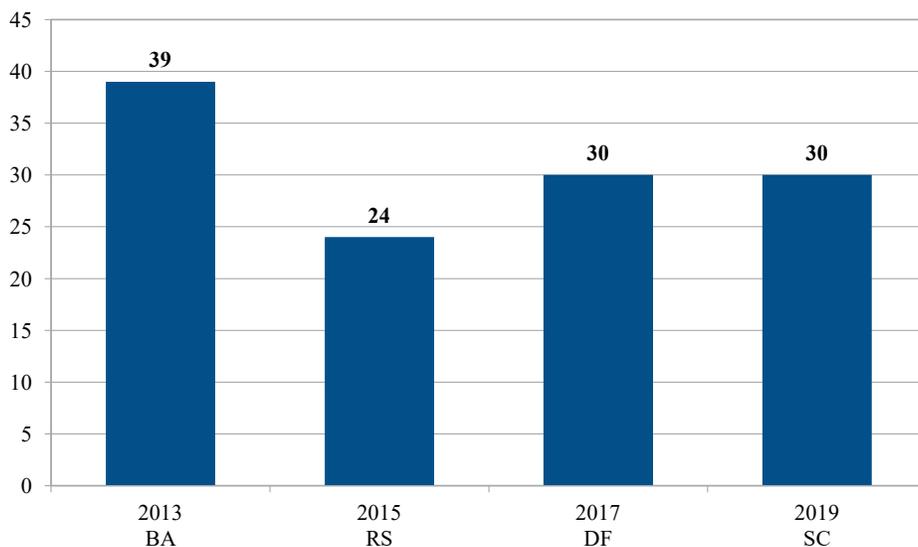
### **OS TRABALHOS APRESENTADOS NOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA E NOS ENCONTROS ANUAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Em cada uma das edições dos Congressos Brasileiros de Sociologia foram selecionados, em média, 30 trabalhos em um dos GTs que trata do assunto. Totalizando, pois,

123, que são parte da produção emergente no campo de estudos das relações raciais que, mesmo sem estar ainda consolidada, aponta para o futuro (Gráfico 3).

Em relação aos subtemas desses trabalhos, a Tabela 3 mostra que “Ações afirmativas” é aquele que mais se destaca, com 20 trabalhos. Outros subtemas com grande número de trabalhos são: “Educação” (16); “Cultura e identidade” (15); “Política, Estado e Nação” (13); “Racismo e discriminação” (9); “Trabalho” (8); “Gênero e sexualidade” (6); e “Movimentos sociais” (6). É digno de nota que o número de trabalhos sobre “Desigualdade, classe e estratificação” tenha sido muito reduzido (4) quando comparado aos demais temas citados, assim como verificamos que ocorreu no caso dos artigos publicados.

**Gráfico 3 – Trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Sociologia (2013–2019).**



BA: Bahia; RS: Rio Grande do Sul; DF: Distrito Federal; SC: Santa Catarina.

Fonte: Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia.

Elaboração dos autores.

**Tabela 3 – Trabalhos em Congressos Brasileiros de Sociologia,  
Grupo de Trabalho Relações raciais (2013–2019).**

Temas	n	%
Ações afirmativas	20	16,3
Educação	16	13,0
Cultura e identidade	15	12,2
Política, Estado e Nação	13	10,6
Racismo e discriminação	9	7,3
Trabalho	8	6,5
Gênero e sexualidade	6	4,9
Movimentos sociais	6	4,9
Intelectuais	5	4,1
Saúde	5	4,1
Terra e território	5	4,1
Desigualdade, classe e estratificação	4	3,3
Segurança pública, crime e violência	4	3,3
Política social	3	2,4
Mídia e comunicação	2	1,6
Classificação racial	1	0,7
Meio ambiente	1	0,7
Total	123	100,0

Fonte: Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia.  
Elaboração dos autores.

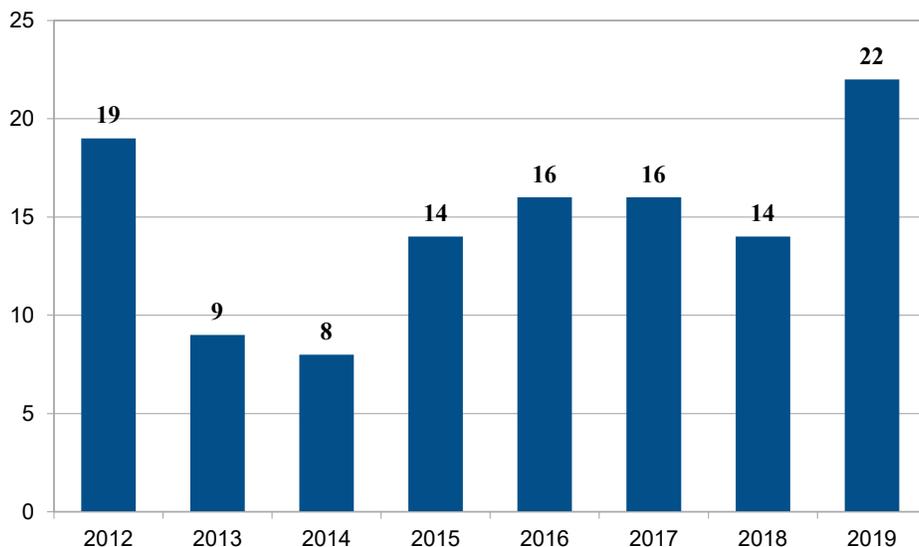
Em relação aos trabalhos apresentados em oito edições dos encontros anuais da Anpocs, de 2012 a 2019, foram selecionados 118, considerando os Simpósios de Pesquisa Pós-Graduada (SPGs) e os STs (Gráfico 4).

Em relação aos subtemas desses trabalhos, a Tabela 4 mostra que, novamente, o subtema “Ações afirmativas” é o que tem o maior número de trabalhos (22) nos encontros anuais da Anpocs. Esse resultado converge com aquele encontrado em outro estudo que analisou os trabalhos apresentados nos congressos da Anpocs entre 1994 e 2013

(Campos; Gomes, 2016; Campos; Lima; Gomes, 2018). Reiterando que, apesar de não ser recente, as PAA continuam a ser um dos objetos de pesquisa mais importantes no campo de estudos das relações raciais.

Outros subtemas com grande número de trabalhos são “Cultura e identidade” (15); “Política, Estado e Nação” (10); “Segurança pública, crime e violência” (9); e “Trabalho” (8). O número de trabalhos sobre “Desigualdade, classe e estratificação”, novamente, foi pequeno (5) quando comparado aos demais temas citados.

Gráfico 4 – Trabalhos apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (2012–2019).



Fonte: Anais dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Elaboração dos autores.

### **DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS AUTORIAS DE ARTIGOS E TRABALHOS NO CAMPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS**

Além de analisar a distribuição de acordo com os subtemas, é muito importante saber quem são os autores e as autoras que publicaram nos periódicos selecionados e que apresentaram trabalhos nos encontros anuais da Anpocs (e nos Congressos Brasileiros de Sociologia). A quantidade total de autores do *corpus* é maior do que a quantidade de artigos e de trabalhos, porque alguns deles foram feitos em coautoria.

Ao analisar a distribuição das autorias dos artigos publicados, de acordo com os estados onde têm vínculo institucional, os resultados apresentados no Mapa 1 mostram

que Rio de Janeiro e São Paulo concentram a maior quantidade de autores (18 a 44), seguidos por Rio Grande do Sul e Distrito Federal (9 a 18), Bahia e Minas Gerais (6 a 9), e Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Goiás, Paraná e Santa Catarina (1 a 6). Os demais estados não tiveram autores de publicações no período. Portanto, fica evidente a concentração da maior parte dos autores e das autoras em seis estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Bahia e Minas Gerais. No entanto, é digno de nota que, embora em menor quantidade, autores e autoras de outros sete estados — do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul — também publicaram no período analisado. Tal resultado confirma aquele encontrado no estudo sobre a produção no campo de estudos das relações raciais de 1994 a 2013, que

**Tabela 4 – Trabalhos em encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Seminários de Trabalho e Simpósios de Pesquisa Pós-Graduada sobre relações raciais (2012–2019).**

Temática	Total	%
Ações afirmativas	22	18,6
Cultura e identidade	15	12,7
Política, Estado e Nação	10	8,5
Segurança pública, crime e violência	9	7,6
Trabalho	8	6,8
Classificação racial	7	5,9
Educação	7	5,9
Desigualdade, classe e estratificação	5	4,3
Movimentos sociais	5	4,3
Racismo e discriminação	5	4,3
Saúde	5	4,3
Política social	4	3,4
Gênero e sexualidade	3	2,5
Imigração e relações internacionais	3	2,5
Intelectuais	3	2,5
Terra e território	3	2,5
Família e afetividade	2	1,7
Religião	2	1,7
Total	118	100,0

Fonte: Anais dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Elaboração dos autores.

destacou que havia concentração dos artigos publicados em algumas instituições públicas de ensino superior (Universidade de São Paulo – USP; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade de Brasília – UnB; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

situadas nesses estados (Campos; Gomes, 2016).

Ao analisar a distribuição das autorias dos trabalhos apresentados nos encontros anuais da Anpocs, de acordo com os estados da federação onde têm vínculo institucional, os resultados apresentados no Mapa 2 não deixam dúvidas acerca da centralidade dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde encontramos a maior quantidade de autores (16 a 31), seguidos por Minas Gerais,

Distrito Federal, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul (4 a 16), e, por último, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Pernambuco, Ceará e Maranhão (1 a 4). Os demais estados não tiveram autores de trabalhos no período.<sup>5</sup>

Essa concentração da produção em alguns estados da região Sudeste, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, não é nova e pode ser explicada por vários fatores, a começar pela tradição de estudos e de centros de pesquisas sobre as questões raciais. Tradição que data desde os anos 1950, com as pesquisas em torno do projeto Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a criação de centros como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), na Universidade Cândido Mendes, e o Centro de Estudos Africanos (CEA), na USP. No Nordeste, a Bahia se destaca pela criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), ligado à UFBA.

Outro aspecto a ser destacado é a persistente concentração dos programas de pós-graduação em ciências sociais no eixo Rio-São Paulo, no âmbito dos quais ocorrem as pesquisas que resultam em artigos publicados e em trabalhos apresentados por autores(as) com vínculo institucional nesses estados. É importante lembrar que a elevação da quantidade de publicações no campo de estudos das relações raciais é parte do crescimento das publicações em ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política) e na área de humanidades, que está diretamente relacionado ao aumento da quantidade de cursos de pós-graduação em ciências sociais e/ou nas três disciplinas, que ocorreu no período analisado.

Há que se levar em conta também o peso das discussões raciais, tanto para a construção das identidades regionais quanto para o modo como se modulou a identidade nacional, o que é relevante, por exemplo, em estados como a Bahia e o Rio de Janeiro. Seja como for, essa situação tende a se alterar rapidamente nos próximos anos. A ampliação recente do sistema universitário público, sobretudo federal, com a consequente ampliação da pós-graduação em outras partes do Brasil, tende a levar à maior diversificação regional da produção acadêmica sobre a questão racial, como podemos observar nos destaques do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal na produção aqui analisada.

Nas próximas duas seções, focalizamos os conteúdos dos artigos publicados sobre dois subtemas que se destacaram, de 2014 a 2018: “Ações afirmativas” e “Gênero e sexualidade”. A partir da leitura dos resumos e das palavras-chave, vamos apresentar uma síntese das abordagens, dos desenhos de pesquisa e dos resultados encontrados.

A nossa escolha por focalizar ações afirmativas, assunto abordado pelo maior número de trabalhos apresentados, e gênero e sexualidade, objeto do maior número de artigos publicados, deve-se ao fato desses serem temas emergentes. O primeiro teve a sua produção alargada a partir de 2002, com as primeiras iniciativas de criação de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras. A partir daí, cresceu a produção sobre o acesso ao ensino superior, os significados das ações afirmativas no campo jurídico e as experiências de implementação das cotas raciais. Já os estudos sobre gênero

---

5 A análise da distribuição das autorias dos trabalhos apresentados nas quatro últimas edições dos Congressos Brasileiros de Sociologia, de acordo com os estados da federação onde têm vínculo institucional, está em andamento, assim como a análise da distribuição de artigos e trabalhos de acordo com os subtemas, o tipo de vínculo institucional, a formação em programas de pós-graduação, o gênero e a raça.

e sexualidade, esses têm se desenvolvido em compasso com as lutas feministas no país. Pode-se afirmar que, sobretudo nos últimos 25 anos, há um acúmulo de capital simbólico e científico incontestável, merecendo destaque na produção acadêmica recente, especialmente a abordagem interseccional que se apresenta como tema de interesse acadêmico nos âmbitos nacional e internacional.

### **AS AÇÕES AFIRMATIVAS APÓS A LEI DE COTAS: O QUE INTERESSA À PRODUÇÃO ACADÊMICA?**

As PAA têm sido um dos temas de destaque na produção acadêmica no campo das relações raciais, desde meados dos anos 1990 e, mais ainda, depois do início da implementação de reserva de vagas para o acesso aos cursos de graduação de algumas universidades públicas brasileiras, em 2002. Uma década depois, com a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) e com várias outras medidas que se seguiram, tais como o julgamento sobre a (in)constitucionalidade das cotas, a expansão da reserva de vagas para os cursos de pós-graduação e a implementação das bancas de heteroclassificação, cresceu mais ainda o interesse pelo assunto.

Em um balanço anterior da produção acadêmica recente, Barreto *et al.* (2017) destacaram que no que diz respeito às PAA, existem caminhos analíticos diversos, que se abriram como resultado da atuação dos movimentos negros (Rios, 2014). O impacto dessas políticas para as transformações estruturais e para a construção de identidades foi examinado por diversos trabalhos (Guimarães, 2004; Santos; Lobato, 2003; Vieira, 2003; Bernardino-Costa, 2002), e a constitucionalidade delas foi objeto de reflexão (Souza Neto; Feres Júnior, 2008; Abreu, 1999). As políticas de inclusão e

de acesso ao ensino superior (Mendes Junior, 2014; Santos; Souza; Sasaki, 2013), as ações voltadas para o apoio à permanência (Vieira; Vieira, 2010), as iniciativas existentes nas instituições privadas (Lima, 2013a), assim como a realização de estudos de caso em IES que adotaram PAA (Santos, 2013; Brandão, 2007), são exemplares da multiplicidade de interesses dos autores e das autoras que têm se dedicado às pesquisas sobre as políticas voltadas para o combate ao racismo, especialmente na educação superior brasileira.

Para esta seção, no conjunto, analisamos 56 títulos e resumos (14 artigos publicados e 42 trabalhos apresentados em encontros e congressos). No que diz respeito aos artigos publicados nos periódicos selecionados, uma das características da produção recente sobre as PAA é que nela são evidenciados os dissensos existentes na comunidade acadêmica em relação a tais políticas. Os argumentos contrários à criação destas, especialmente quando utilizam critérios raciais para a escolha dos beneficiários, já podiam ser encontrados nos ensaios publicados, de meados da década de 1990 até meados dos anos 2000, e continuam presentes na literatura mais recente. Por exemplo, Frederico (2016) se referiu aos “*problemáticos resultados*” das PAA, convidando os leitores a rever a crítica ao universal, que é um ponto de partida do multiculturalismo. Segundo ele, as PAA com ênfase no particular, muitas vezes, chocam-se com os interesses universais, e enquanto a inclusão social objetiva a reparação de injustiças, a justiça focada no particular abre cisões no interior da sociedade, provocando o acirramento do preconceito.

Em outro artigo que sistematizou as posições divergentes existentes no debate sobre as PAA, os autores mostraram que havia, por um lado, os críticos da política que

acreditavam que esta implicava em uma perigosa “opção pela promoção da raça e pelo multiculturalismo”, ou que “pretende resolver graves questões a partir da estratégia dos particularismos”, ou ainda a argumentação de que as PAA celebram de modo “equivocado as supostas diferenças raciais no multiculturalismo e na diversidade”. De outro lado, os defensores das PAA entendiam a importância da introdução de novas práticas no ensino superior em uma perspectiva multiculturalista (Campos; Feres Júnior, 2014). Para os autores, a questão central era a premissa de que a ação afirmativa é uma medida baseada em uma concepção de justiça essencialmente multiculturalista e, desse ponto de vista, o objetivo da política é reconhecer e valorizar as diferenças culturais.

Nessas publicações ficou nítido que as teorias multiculturalistas continuam sendo objetos de discussão, especialmente nos ensaios sobre as políticas afirmativas adotadas no Brasil, como se observa no artigo que analisa as políticas multiculturais de acordo com Will Kymlicka (Campos; Feres Júnior, 2014). O ensaio parte da seguinte pergunta: podemos considerar as ações afirmativas com recorte racial adotadas no Brasil a partir de 2003, políticas multiculturais? O debate apresentado é construído com base na análise das justificativas das ações afirmativas nos principais contextos discursivos institucionais em que foi tema no Brasil:

- a narrativa nacional e o debate da democracia racial;
- a Constituição brasileira;
- o discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o primeiro a reconhecer publicamente que o Brasil é um país racista;
- as justificativas das PAA nos casos da UERJ e da UnB;
- o discurso na mídia; e

- a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2012.

Os textos com apresentação de resultados de pesquisas empíricas se fizeram muito mais presentes na produção recente sobre as PAA, fazendo com que aumentasse a diversidade interna, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. A produção de evidências empíricas, por exemplo, sobre o desempenho dos estudantes beneficiados pela reserva de vagas em IES selecionadas, adquiriu importância crescente na argumentação em defesa das PAA, ocorrendo inclusive o aumento das investigações sobre a pós-graduação.

Chama a atenção que se tornou mais frequente a abordagem transversal de outros subtemas importantes no campo de estudos das relações raciais, tais como “Desigualdade, classe e estratificação” e “Gênero e sexualidade”. Por exemplo, Rosemberg e Andrade (2008) recorreram a dados secundários para analisar as desigualdades de gênero e raça em educação, mostrando que estas não são cumulativas, e, em razão disso, sugeriram a utilidade do conceito de não sincronia. Com base nessa reflexão é que os(as) autores(as) analisaram os resultados de um programa de ação afirmativa de apoio à formação em cursos de pós-graduação, que recrutou ao longo do tempo mais mulheres negras do que homens negros. A relação entre as desigualdades interseccionais (raça, classe e gênero) e as PAA continua sendo objeto de investigação em estudos recentes (Fernandes, 2019; Barreto, 2015). Outro artigo analisou o quadro da desigualdade de chances no acesso ao ensino superior de jovens de 18 a 29 anos, segundo raça e renda, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1993, 1998, 2003 e 2011) e da análise das razões de chances

(Picanço; 2015). Houve, ainda, os autores que recorreram aos Microdados dos Censos de 2000 e 2010 para construir o perfil dos estudantes que frequentavam cursos de graduação no país e analisar as suas diferentes áreas de formação. Os resultados mostraram que houve aumento do acesso à graduação para a população negra, mas persistiram as desvantagens desse segmento quando comparado ao conjunto da população brasileira (Artes; Ricoldi, 2015).

As publicações recentes que apresentam resultados de pesquisas empíricas com abordagem qualitativa focalizaram as experiências dos estudantes e das IES e, por isso mesmo, formam um conjunto muito variado internamente. Os significados e experiências associados ao ser negro(a); as percepções do racismo, tais como preconceito, discriminação e desigualdades raciais; as opiniões e os relatos sobre as PAA; e, no caso dos(as) estudantes negros(as), as experiências como “cotistas”, ou bolsistas, nas IES públicas e privadas, tornaram-se objetos desse tipo de investigação empírica. Exemplos dessa abordagem são os dois estudos da UFRGS, situada na região brasileira com o maior percentual de brancos (Sul, 73,2%) na população (IBGE, 2019). A UFRGS executou a primeira fase do sistema de cotas entre 2008 e 2012. Ao tratar da efetividade da política, os autores mostram que, após a promulgação da Lei nº 12.711/2012, a presença negra na universidade mais que triplicou. Acionando as teorias pós-coloniais, o primeiro artigo problematiza a relação entre a crítica pós-colonial e as ações políticas adotadas com o objetivo de promover a diversidade étnico-racial, usando como dados empíricos o acesso dos estudantes negros autodeclarados (Mello, 2017). Já o outro artigo analisou trajetórias de sucesso de estudantes cotistas em oito diferentes cursos:

biologia marinha, ciências contábeis, direito, educação física, engenharia civil, geografia, letras e medicina veterinária. A pesquisa apresentou também depoimentos de cotistas publicados em jornais de Porto Alegre, dados de outras investigações e relatórios da UFRGS. Segundo os autores, as PAA foram entendidas como uma *ocupação* com o sentido de democratizar um reduto que foi apropriado por uma minoria privilegiada, e que necessita adquirir seu caráter público (Oliveira; Bello, 2017).

Ainda com foco no Sul do Brasil, outro artigo analisou as atitudes raciais em relação às PAA entre universitários brancos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), colocando no centro da análise a branquitude, que é um conceito emergente na produção mais recente no campo. O estudo apontou que apenas 6% dos entrevistados brancos concordam que é importante ter uma política de cotas para negros na UFSC, associando tal resultado ao fato de os entrevistados serem afetados pela “conveniência social” (Vidigal, 2018).

Outro artigo que também utiliza o experimento de lista — que consiste no *questionamento indireto* para medir opiniões — focaliza as experiências particulares de discentes da UnB, Distrito Federal, retomando o debate sobre a raça como critério de admissão à universidade (Turgeon; Chavez; Wives, 2014). Neste trabalho, os autores buscaram mensurar a opinião dos discentes acerca da reserva de vagas com base no critério racial. Segundo os resultados, os estudantes afrodescendentes e indígenas apoiaram fortemente (68,38%) as cotas quando tiveram privacidade nas respostas, mas na pergunta direta, a aprovação foi muito menor (29%).

Destaca-se, ainda, na produção recente sobre as PAA, o uso da comparação

internacional, ou mesmo a atenção exclusiva para as experiências de outras sociedades, que não a brasileira, cuja publicação se deu por meio de dossiês. Exemplos são os artigos sobre os Estados Unidos (Lempert, 2015) e a Índia (Feres Júnior; Daffon, 2015). No primeiro, foram apresentados os antecedentes históricos e o *status* legislativo das ações afirmativas no ensino superior estadunidense e as suas “controvérsias empíricas” sobre as consequências educacionais da política para os seus beneficiários, particularmente os negros. O segundo artigo trata das trajetórias históricas das PAA na Índia e no Brasil observando que, embora distintas e apesar das diferenças que caracterizam cada uma dessas sociedades, os argumentos levantados por acadêmicos contrários a essa política nos dois países foram idênticos ou, pelo menos, análogos. No trabalho, os autores analisaram os argumentos contrários às PAA e os classificaram segundo o modelo de Albert Hirschman em “A retórica da intransigência”, quais sejam: a perversidade, a futilidade e a ameaça. E ressaltaram que argumentos dessa natureza operam para regredir o debate acerca da discriminação e da exclusão social.

É digno de nota que, embora em menor número, também tivemos publicações tratando de outros segmentos da população — povos indígenas — ou de outros níveis de formação superior — a pós-graduação. Um artigo abordou a especificidade da questão indígena e apresentou um relato de um projeto de intervenção, desenvolvido por um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), no fomento às ações afirmativas para o acesso, a permanência e o sucesso educacional de estudantes indígenas na universidade (Lima, 2018). O Museu Nacional também foi o lócus de pesquisa de outro artigo que analisou as PAA instituídas

na pós-graduação em antropologia social. O trabalho pretendeu ampliar a literatura sobre o tema, que ainda é escassa, e analisar a formulação e a implementação dessa política de forma crítica. O artigo sustentou a necessidade de elaboração de políticas de permanência para os cotistas da pós-graduação (Venturini, 2017), tema que também apareceu nos congressos analisados.

A análise dos trabalhos apresentados em congressos da Anpocs e da SBS permite ampliar mais ainda o olhar sobre a produção recente que trata das PAA. Inicialmente, chama a nossa atenção a grande variedade de trabalhos com apresentação de resultados de pesquisas empíricas, tratando, por exemplo, de estudos de caso em IES selecionadas, situadas em distintas regiões do país, tais como Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)/Universidade Federal Fluminense (UFF), UFMG, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do ABC (UFABC), Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), Universidade Federal do Ceará (UFC), UFBA, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), UFSC e UFRGS. A avaliação dos impactos e o acompanhamento dos modos de implementação da Lei nº 12.711, com estudos sobre desempenho e sobre as alterações no perfil da população de estudantes, foram objetos de diversos trabalhos.

Assim como ocorreu no caso dos artigos analisados, entre os trabalhos apresentados também observamos a abordagem transversal de outros subtemas, como “Desigualdade e estratificação” e “Gênero e sexualidade”. Como exemplos, podemos citar o trabalho que analisou as percepções de 160 negros cariocas sobre a política de cotas raciais, considerando a influência de classe e gênero (Lerner, 2015), e o trabalho que analisou a

importância das políticas de reserva de vagas no Brasil para o avanço dos estudos de gênero, recorrendo a teorias críticas decoloniais (Silva; Araújo, 2019).

A produção recente sobre as PAA, capturada por meio dos trabalhos apresentados em congressos, permitiu-nos, ainda, identificar questões e perguntas de pesquisa distintas daquelas que emergiram nos artigos publicados. Uma delas é a que trata da permanência dos estudantes nas IES, objeto de estudo, por exemplo, de um trabalho que analisou as trajetórias de nordestinos egressos das PAA nas IES públicas, de 2003 a 2018. Segundo a autora, a permanência deve ser compreendida tanto no sentido material, como recursos para as despesas relacionadas à vida universitária, quanto no sentido simbólico, como sociabilidade e participação política e acadêmica dentro do *campus* (Santos, 2019). Essa abordagem propõe ampliar os entendimentos sobre os impactos das PAA, de maneira a incluir não apenas as trajetórias acadêmicas, mas também as trajetórias profissionais das pessoas que concluíram os cursos de graduação e de pós-graduação. E tem impulsionado a realização de pesquisas empíricas que, por exemplo, analisam as trajetórias e realizam entrevistas com estudantes negros e negras, egressos das PAA em universidades brasileiras e residentes em diferentes regiões do país, abordando temas como família, trajetórias escolares, sociabilidade, participação política, experiências no mundo do trabalho e continuidade da vida acadêmica (Jesus *et al.*, 2019).

A análise dos trabalhos apresentados em congressos nos permitiu, ainda, apontar os seguintes subtemas que não estavam presentes entre os artigos analisados:

- as PAA para o ingresso na Administração Pública. Como exemplos, podemos citar o trabalho que tratou dos limites

e dos obstáculos da política de reserva de vagas para pretos e pardos no serviço público, que analisou criticamente o Projeto de Lei (PL) nº 6.738/2013 (Silveira, 2016), e aqueles que analisaram a presença de docentes negros(as) na carreira docente em instituições públicas de ensino superior (Artes; Oliveira; Unbehaum, 2017; Mello, 2018);

- as comunidades remanescentes de quilombos, que foram abordadas, por exemplo, em trabalhos que avaliaram as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola no município de Pinheiro, no Maranhão (Sampaio, 2016), e que analisaram as percepções de lideranças comunitárias quilombolas sobre o acesso às políticas sociais (Brandão; Jorge; Dalt, 2016);
- as PAA no ensino superior privado, que foi objeto de um trabalho que indagava se havia inclusão ou se tais políticas poderiam ser consideradas desviantes em relação às normas criadas nas instituições públicas (Lima, 2013b); e
- a busca de novos modos de avaliação das ações afirmativas, incorporando os impactos simbólicos dessas políticas sobre os atores sociais por elas afetados (Neves; Faro; Schmitz, 2014).

### **GÊNERO/SEXUALIDADE NO CAMPO DAS RELAÇÕES RACIAIS OU RAÇA/ETNICIDADE NOS ESTUDOS DE GÊNERO?**

Diferentemente de boa parte da produção acadêmica dos finais do século XX, quando os estudos de gênero e os estudos sobre as relações raciais eram relativamente independentes nas ciências sociais, com raras exceções de articulação entre esses dois campos de investigação; no início do século XXI,

especialmente nesta segunda década, vemos transformações em curso que os tornam mais próximos, tanto na teoria quanto na empiria. Sem dúvida alguma, a novidade que se estabeleceu no campo das relações raciais neste último decênio foi a intersecção da categoria raça com a categoria gênero, ou vice-versa, mediada especialmente pela emergência de um conceito novo em nosso vocabulário acadêmico: a interseccionalidade. Em certa medida, essa mudança marca uma inovação expressiva no campo, garantindo que o debate não promova relações artificiais entre os dois conceitos mais antigos (raça e gênero) e permitindo (potencialmente) reflexões epistemológicas nas ciências sociais.

No campo teórico vimos emergir as teorias interseccionais, que influenciaram a produção das ciências sociais brasileiras, especialmente os estudos sobre relações raciais e os estudos de gênero (Piscitelli, 2008; Hirata, 2014; Moutinho, 2014; Rios; Sotero, 2019), mas também observamos movimentos teóricos em direção à aproximação entre as teorias interseccionais e as teorias pós-coloniais e decoloniais (Cardoso, 2014; Bernardino-Costa, 2015), além das reflexões marxistas que buscam diálogo crítico com os estudos de gênero e com o pensamento feminista negro, com o objetivo de reposicionar o debate de classes na teoria social. Um exemplo desse movimento teórico é o texto de Luiz Felipe Miguel (2017), que advoga em favor do binômio capitalismo e patriarcado como dois sistemas de exploração conjugados, reagindo às abordagens interseccionais mais dedicadas às reflexões sobre gênero, raça, sexualidade e etnicidade.

Grande parte dessas transformações (seja como inovação, seja como reação acadêmica) tem a ver com a recepção do conceito anglo-saxão de interseccionalidade, de Kimberle Crenshaw, particularmente com a

tradução do texto “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, pela *Revista Estudos Feministas*, no ano de 2002. A potência do impacto desse artigo só pode ser dimensionada se a inserimos em uma dinâmica maior da recepção nacional do pensamento feminista negro estadunidense, que se intensificou na segunda década do século XXI.

No que toca ainda à tradução da literatura estadunidense, autoras como bell hooks, Angela Davis e Patrícia Hill Collins, além da já citada Crenshaw, tornaram-se referências obrigatórias para boa parte dos estudiosos e das estudiosas do campo das relações raciais, especialmente os que estabeleceram diálogos com os estudos de gênero. A respeito das traduções, ainda que seja pequeno seu número acerca das autoras negras em revistas acadêmicas, no período recortado, merecem destaque: “Manifesto do Coletivo *Combah-ee River*” (Pereira; Gomes, 2019); “Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!”, de Claudia Jones (2017); “Aprendendo com a *outsider within*” (Collins, 2016); e “O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso” (Collins, 2017). Traduções essas que indicam a tendência do campo de tornar conhecidas e mais lidas as autoras negras estadunidenses na academia brasileira, especialmente em revistas dedicadas aos estudos de gênero. A novidade aqui não é exatamente o diálogo e a tradução da literatura estadunidense, já que, como é sabido, os estudos produzidos nos Estados Unidos sobre as relações raciais — o próprio termo “relações raciais” já denuncia a forte influência da sociologia de Chicago — tradicionalmente são recepcionados no Brasil. A grande novidade, então, refere-se à tradução das teóricas negras estadunidenses, até então pouco lidas e pouco

citadas no Brasil.<sup>6</sup> Novidade também se encontra na maior relevância conferida pelos periódicos dedicados aos estudos de gênero ao campo já conhecido como feminismo negro. Note-se ainda os esforços de coautoria entre os dois países, Brasil e Estados Unidos, formando uma rede ainda tênue, porém expressiva e interessada na circulação de ideias, particularmente aquelas que dão conta das dimensões raciais e de gênero ou, dito de outro modo, do sistema de dominação racial e patriarcal.

De outro lado, mas não em oposição, há a própria maneira como as experiências sociais, as formas de dominação e as identidades coletivas têm sido interpretadas pelas agentes no mundo social. Nesse sentido, pesquisas recentes têm mostrado como a experiência de organizações, coletivos políticos e discursos sobre a realidade tem se valido da interseccionalidade para explicar e interpretar as suas próprias experiências, especialmente entre agentes culturais, movimentos de periferias e coletivos universitários (Medeiros, 2016; Rios, Perez e Ricoldi, 2018), valendo destacar as abordagens que investem nas dimensões metodológicas da pesquisa empírica. Por fim, há que se notar a relevância da temática racial em áreas das ciências sociais que tradicionalmente não abordam esse tema, como é o caso da ciência política. O maior interesse sobre o tema das desigualdades nessa área e, especialmente, a maior demanda dos estudantes negros e das mulheres pelas mudanças curriculares parecem estar influenciando essa área do conhecimento, que precisou responder de forma crítica a tais transformações nas demandas discentes e nas teorias, o que pode ser notado, por

exemplo, no artigo sobre a abordagem interseccional escrito pelos cientistas políticos Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel (2015b). Evidências de mudanças no campo dessa disciplina podem ser localizadas também nas revistas acadêmicas da área — a exemplo da *Revista Brasileira de Ciência Política* — ou, ainda, na diversificação de autores e autoras que assinaram artigos com resumos ou palavras-chave contendo termos do vocabulário dos estudos das relações raciais, a exemplo do conceito de raça.

Essa tendência de crescimento de trabalhos que propiciam o diálogo entre raça e gênero/sexualidade é visível no repositório do SciELO. De 2014 a 2018, foram localizados 45 artigos com temas que articulam as três categorias supracitadas. Embora a quantidade seja expressiva, a se notar pela emergência do tema, é útil lembrar que há pelo menos duas grandes distinções que precisam ser feitas: uma delas é a que marca a centralidade da articulação entre raça e gênero, por um lado; e, por outro lado, aqueles trabalhos que tomam a temática racial de forma marginal, sendo a temática de gênero o ponto centralizador. *Grosso modo*, os artigos que tomam as teorias interseccionais e/ou as teorias decoloniais costumam estabelecer relações mais profícuas entre as duas categorias, gênero e raça. No que se refere à dimensão da raça e da sexualidade, devem-se marcar os esforços de aproximação entre as teorias *queer* e as teorias sobre a questão racial, a exemplo dos artigos “Margeando artivismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde”, de Glauco Batista Ferreira (2015), e “Descolonizar a sexualidade: teoria *queer of colour* e trânsitos para o Sul”, de

---

6 A tradução de autoras negras dos Estados Unidos no Brasil vinha sendo mais forte na área da literatura, nesta década. No entanto, aumentou a produção de ensaios políticos e de obras acadêmicas, especialmente na área de ciências humanas.

Caterina Alessandra Rea e Izzie Madalena Santos Amancio (2018).

O importante a se sublinhar também nesses estudos que interseccionam raça e gênero, selecionados nesta pesquisa, é o fato de que as reflexões deles não são exclusivamente sobre a realidade brasileira. Não sendo raros os artigos que resultam de pesquisas sobre outros países, tais como Argentina, Colômbia, Chile, Guiné Bissau, África do Sul e Portugal, mostrando que a combinação entre as diferentes categorias tem sido usada por autores e autoras brasileiras para analisar não apenas a realidade nacional. Como exemplo, podemos citar o artigo de Figueiredo e Gomes (2016), que aborda de maneira comparativa os feminismos na Guiné-Bissau e no Brasil. Nesse sentido, podemos sublinhar esses três aspectos da dimensão internacional da produção que tem articulado gênero e raça, quais sejam:

1. a tradução e a recepção de autoras estrangeiras, notadamente dos Estados Unidos, especialmente com o uso da abordagem interseccional;
2. a incorporação de abordagens teóricas latino-americanas, a exemplo dos estudos decoloniais; e
3. o investimento em pesquisas fora do ambiente doméstico, ou seja, que têm como objeto campos empíricos em outros países, e até em outros continentes.

Quando observamos os títulos dos trabalhos aprovados, entre os anos de 2013 e 2019, em um dos GTs específicos sobre relações raciais no Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), temos 123 trabalhos no total, dos quais 19 tratam diretamente da relação entre raça e gênero. Tais propostas versam sobre assuntos clássicos do campo, tais como educação, estratificação social, desigualdades e trabalho, mas também sobre temas mais

recentes, tais como masculinidades negras, subjetividade e afetividade das mulheres negras e saúde reprodutiva.

Esses dados não incluem, por exemplo, os trabalhos apresentados em GTs correlatos, como é o caso do GT Violência, Corpo e Sexualidade: estudos feministas de gênero e/ou raça, presente nos anos de 2017 e 2019. Esse referido GT, embora com trajetória curta, também apresentou crescimento no que se refere aos estudos sobre raça e gênero, e em 2019 foi necessário realizar uma sessão voltada para essa temática, intitulada “Feminismo, Gênero e Raça” (Amaral; Bandeira, 2020). Dos trabalhos apresentados, destaca-se o artigo “Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país” (Mattos; Santos; Mattos, 2019), cujo banco de dados foi formado a partir do BTB da Capes, no período de 1987 a 2017. As autoras localizaram 817 teses e dissertações a partir de uma busca que envolveu 60 descritores, abarcando 120 IES em diversas áreas do conhecimento, além das ciências humanas. Importante notar que os descritores “mulheres negras” e “mulher negra” localizaram 637 dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período recortado, e mais da metade (do total de 817) foi produzida entre 2010 e 2017 (439). O trabalho de Heloisa Santos e Suzana Mattos também confirma a tendência de crescimento das investigações voltadas para a temática de raça e gênero.

Quando observamos a produção dos encontros da Anpocs, destinada especificamente às relações raciais (ST e SPG), percebemos a relevância da temática raça e gênero nas três áreas principais das ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política). Considerando os STs e os SPGs, foram selecionados 118 trabalhos, no período de 2012

a 2019. Dos 25 trabalhos apresentados no SPG de 2015 a 2019, cinco tinham as temáticas racial e de gênero como eixos centrais. Destaque-se, especialmente, o tema da mulher negra no mercado de trabalho, no ativismo político, na saúde e nas políticas públicas. Vale lembrar que o objetivo central do SPG é discutir as pesquisas, em curso ou finalizadas, de pós-graduandos em ciências sociais ou áreas correlatas interessados na questão racial de modo geral. A proposta de criação do SPG surgiu a partir do crescimento da área de relações raciais nas ciências sociais brasileiras nesta última década, crescimento esse refletido no aumento do número de pesquisadores que submetem trabalhos dessa temática à Anpocs. No período recortado, 105 submissões abrangendo diversas temáticas, clássicas e contemporâneas do campo, foram registradas nessas sessões, mas apenas cinco trabalhos podem ser selecionados por ano, porque o SPG possui apenas uma sessão em cada encontro anual.

No geral, as discussões desses trabalhos versam sobre objetos já consagrados no campo, tais como a identidade negra, a exemplo dos estudos sobre os cabelos e superação de estigma, representação ou mesmo a formação de agência coletiva por meio de organizações e lideranças negras. Os estudos sobre desigualdades raciais na carreira docente, no mercado de trabalho, nos rendimentos e no uso do tempo são campos férteis para as análises sobre disparidades de gênero. Há, todavia, que se notar a presença de estudos sobre a temática do gênero com destaque específico para as representações masculinas, sendo o exemplo mais marcante o tema das masculinidades negras, e também o tema da violência, com discussões sobre o perfil da mortalidade juvenil, marcadamente masculina. Interessante notar que no GT e no ST sobre raça na Anpocs, no período recortado,

não houve nenhum trabalho que discutisse, explicitamente, a temática da sexualidade.

A produção acadêmica aqui analisada parece estar acenando para as novas tendências teóricas e analíticas dos campos de gênero e raça na produção brasileira. E neste aceno, o campo de gênero se tornou mais aberto aos debates sobre relações raciais, em certa medida pela recepção da interseccionalidade como abordagem conceitual. Por sua vez, o campo estritamente das relações raciais também se tornou mais permeável aos estudos de gênero, o que se nota, especialmente, nas propostas apresentadas nos eventos acadêmicos analisados.

## CONCLUSÕES

Este esforço de sistematização e análise do campo de estudos das relações raciais não abarca a totalidade da produção acadêmica na área, já que a questão racial, nas últimas décadas, atravessou as fronteiras da sociologia e da antropologia, alcançando outras disciplinas e áreas do conhecimento (Barreto *et al.*, 2017). Apesar de seu escopo restrito, este artigo apresenta uma expressiva parcela do que foi produzido sobre as relações raciais no âmbito das ciências sociais brasileiras. No conjunto, foram 422 referências analisadas, se somarmos artigos publicados (181) de 2014 a 2018 e trabalhos apresentados nos encontros da Anpocs (118) e nos congressos da SBS (123), de 2012 a 2019. E, ao final, o que esses dados dizem?

No conjunto, constatamos que houve intenso crescimento da quantidade de publicações, no período de cinco anos, quando comparado com as duas décadas anteriores, se contrastamos este levantamento com outros balanços bibliográficos realizados anteriormente. A análise da distribuição desses artigos de acordo com os subtemas mostrou

que assuntos como gênero e sexualidade, intelectuais, cultura e identidade, ações afirmativas e educação tiveram maior ocorrência. Em relação aos trabalhos apresentados nos encontros da Anpocs e nos congressos da SBS, constatamos que o subtema “Ações afirmativas” foi o que mais se destacou, com grande presença em todas as edições dos eventos. Uma análise preliminar das autorias, de acordo com o estado de origem, mostrou, no entanto, que havia a concentração dessa produção recente em poucos estados brasileiros, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo.

O crescimento maior do que a média e a grande diversificação temática, com temas emergentes — tais como gênero e sexualidade e ações afirmativas — ganhando destaque, são as principais novidades na produção recente, e recentíssima, no campo de estudos das relações raciais. É digno de nota que esses resultados são análogos às tendências mais gerais existentes na produção acadêmica e no sistema de pós-graduação. Estamos diante, portanto, de uma sinergia entre as políticas de criação do sistema de pós-graduação, de ampliação do sistema de ensino superior como um todo e de incentivo ao acesso de estudantes de baixa renda, de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas — por meio das cotas — na graduação e, posteriormente, na pós-graduação. Em conjunto, a implementação dessas políticas foi muito importante para que mudanças ocorressem no campo de estudos das relações raciais, mudanças essas que, possivelmente, ocorreram em outros campos, tais como o de estudos de gênero, em que a temática racial ganhou mais fôlego nas últimas décadas, a se notar pela presença das revistas especializadas em gênero e sexualidade que têm apresentado reflexões sobre desigualdades de gênero e raça.

Os resultados dos estudos anteriores que analisaram a produção acadêmica no campo das relações raciais, a partir da década de 1990, apontaram a existência de dois processos (associados entre si) importantes na análise das mudanças nele encontradas: ampliação do debate público sobre o racismo, que antecedeu e sucedeu a criação de PAA nas IES, especialmente de reserva de vagas nas instituições públicas; e aumento da quantidade de estudantes negros (pretos + pardos) nos cursos de graduação (e de pós-graduação). Além desses, sugerimos que outro processo merece consideração na análise, e que está associado aos dois anteriores: a institucionalização do sistema de pós-graduação como política pública, que se apresenta como universalista e, portanto, neutra em termos étnicos e raciais.

A partir da década de 1990, houve enorme crescimento de cursos disciplinares, em todas as áreas, assim como aumento dos cursos inter/trans/multidisciplinares. E a diversificação temática, com a criação de interfaces entre campos cuja produção passou a integrar os conteúdos de disciplinas e áreas distintas do conhecimento, também aumentou drasticamente. Se é verdade que o aumento do debate público sobre o racismo, especialmente após a criação da Lei de Cotas (2012), refletiu-se no crescente interesse em realizar pesquisa acadêmica sobre o assunto, a concretização de um projeto desse tipo somente foi possível porque o sistema de pós-graduação induziu a criação de cursos de mestrado e doutorado que forneciam, além da estrutura acadêmica, bolsas de estudo. Esse modelo universal, associado à crescente adesão de programas de pós-graduação na área de humanidades à reserva de vagas para o acesso aos cursos de mestrado e de doutorado, propiciou mudanças significativas no campo de estudo das relações raciais,

seja em termos quantitativos (aumento da produção), seja em termos qualitativos (diversificação e inovação temática).

Quando se considera as evidências produzidas, seja por meio dos artigos publicados, seja por meio dos trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, é digno de nota que, embora a sociologia e a antropologia continuem importantes áreas de atuação dos autores e das autoras com produção acadêmica no campo de estudos das relações raciais, há uma presença crescente da ciência política. Esta se evidencia tanto nos artigos publicados em periódicos especializados — tais como a *Revista Brasileira de Ciência Política* — quanto nos trabalhos apresentados por autores que são docentes vinculados a departamentos ou estudantes de programas pós-graduação nessa área. No entanto, seja a análise da distribuição de acordo com subtemas, seja a sistematização dos conteúdos de uma parte dessa produção que trata de ações afirmativas e de gênero e sexualidade, confirmaram que os estudos que estão sendo realizados na sociologia, na antropologia e na ciência política — que juntas formam as ciências sociais — são marcados pela inter/trans/multidisciplinaridade. Além disso, os resultados confirmaram que outras áreas das ciências humanas, tais como educação e história, e das ciências sociais aplicadas, tais como direito e administração, tornaram-se cada vez mais presentes no campo de estudos das relações raciais, cabendo ainda mencionar a existência de produção acadêmica em diversas outras áreas, como saúde e linguística, letras e artes.

Ao longo do processo recente de expansão e diversificação temática do campo de estudos das relações raciais, este tem se consolidado com um campo multidisciplinar, e não mais restrito às ciências sociais, particularmente à antropologia e à sociologia.

A nosso ver, a diversificação que ocorreu nas últimas décadas trouxe contribuições importantes ao campo de estudos das relações raciais, pois permitiu que um objeto de investigação que não é novo fosse examinado em outros contextos disciplinares, ou mesmo multidisciplinares, a partir de referências teóricas e metodológicas diferentes daquelas utilizadas nos programas de pós-graduação em antropologia e em sociologia, ou ciências sociais, que se desenvolveram no Brasil.

Há que se destacar, ainda, algumas possibilidades de interpretação das tendências da dinâmica do campo das relações raciais no Brasil. Uma delas refere-se ao fato de que temas tradicionais do campo deixaram de ter a importância que tiveram no passado. Entra nessa categoria o tema das desigualdades na estratificação social, o qual, desde os trabalhos pioneiros de Hasenbalg e Valle Silva, havia se tornado um dos filões mais produtivos no campo da produção científica sobre relações raciais no país. Verdade seja dita, essa relativa diminuição do interesse foi largamente compensada pelos estudos realizados em áreas afins, que deram continuidade a essa tradição. Certamente esse tipo de especialização das áreas tem a ver com as peculiaridades dos saberes necessários para aprofundar o tema das desigualdades (que vai além dos métodos quantitativos, por exemplo), o que confere maior legitimidade social (real ou imaginária) para abordar o tema a certos tipos de pesquisadores(as) e de saberes.

Em um balanço geral, focalizando os dois subtemas selecionados para dar maior profundidade ao entendimento da produção recentíssima sobre as relações raciais no Brasil, é preciso fazer alguns apontamentos finais. No que se refere às ações afirmativas, observamos que continuam sendo realizados os estudos de caso com abordagem qualitativa, assim como persiste a atenção maior

dos(as) pesquisadores(as) para os cursos de graduação. Ainda assim, têm despontado estudos que tratam da implementação da reserva de vagas no ensino médio, por exemplo, nos Institutos Federais, nos cursos de pós-graduação e nos concursos públicos docentes. Note-se que essas áreas são de potencial crescimento, ainda não se apresentando de forma expressiva no levantamento que realizamos. Embora presente de forma significativa no debate público, as comissões de heteroclassificação não se configuraram como um tema de investigação sistemática na produção das ciências sociais, o que pode vir a merecer mais atenção dos(as) pesquisadores(as), não só porque trata da aplicação das PAA, mas também das dinâmicas das classificações raciais no Brasil atual.

No que se refere à raça e gênero, a produção que trata dessa articulação tem trazido inovações empíricas e teóricas ao campo de estudos das relações raciais. Como é sabido, o paradigma das desigualdades raciais foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos sobre raça e racismo no Brasil. Antes, os estudos sobre o preconceito de cor, sua existência ou não, animaram durante décadas as pesquisas brasileiras e de estrangeiros no Brasil. Após a Conferência de Durban, multiplicaram-se as pesquisas sobre ações afirmativas na mesma medida em que o tema esquentava na esfera pública, movimentada pela implementação de cotas

nas universidades brasileiras. No atual ciclo dos estudos das relações raciais, uma maior aproximação entre os estudos sobre raça e gênero tem se mostrado relevante na produção recentíssima, especialmente porque têm crescido as análises que agregam as categorias sexo e cor nos estudos sobre desigualdades, identidades, ações afirmativas, entre outros. Ademais, as teorias interseccionais e decoloniais — nem sempre combinadas — parecem estar impactando o campo, exigindo dele respostas teóricas e empíricas para o desvelamento do mundo social.

Para revisões futuras, seria interessante dar continuidade às pesquisas empíricas sobre as autorias da produção recente no campo de estudos das relações raciais, incluindo artigos, livros, trabalhos apresentados, dissertações e teses, que permitam avaliar se estão ocorrendo mudanças no perfil dos autores e das autoras, quando se trata de gênero, raça, classe, região, estado e instituição de vínculo. A realização de mais pesquisas com recortes distintos permitirá levar adiante as investigações sobre a produção recente nesse campo. E a realização dessa tarefa requer não apenas esforço individual, mas a formação de redes de pesquisadores(as), vinculados(as) a diferentes instituições e áreas do conhecimento, o que trará uma contribuição decisiva para a sistematização da enorme produção acadêmica existente no campo de estudos das relações raciais.

## Bibliografia

- ABREU, S. **Os descaminhos da tolerância**. O afro-brasileiro e o princípio da igualdade. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.
- AMARAL, M.; BANDEIRA, L. Estudos feministas sobre violência, corpo e sexualidade no Congresso Brasileiro de Sociologia. In: JOHAS, B.; AMARAL, M.; MARINHO, R. (orgs.) **Violências e resistências**: estudos de gênero, raça e sexualidade. Teresina: Edufpi, 2020a. p. 17-44.

- ARTES, A.; MENA-CHALCO, J. Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 1.221-1.238, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201702152528>
- ARTES, A.; OLIVEIRA, D. R.; UNBEHAUM, S. O Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas como indutor de políticas afirmativas: docentes negros na academia brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, DF: UnB, 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0980-1.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 858-881, out./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143273>
- BARRETO, P. C. S.; LIMA, M.; VIEIRA, A. L. C.; SOTERO, E. Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 113-141, 2017. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.223>
- BARRETO, P. C. S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 39-64, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151603>
- BERNARDINO-COSTA, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan./abr. 2015. <http://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 117-135, jan./abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301005>
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Dossiê Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações** [online], v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015b. <http://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (orgs.). Apresentação: Feminismo e antirracismo. Dossiê Feminismo e Antirracismo. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], n. 16, p. 7-10, 2015a. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151601>
- BRANDÃO, A. (org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- BRANDÃO, A.; JORGE, A. L.; DALI, S. Faz diferença estar na agenda? Lideranças comunitárias quilombolas e percepções sobre acesso às políticas sociais nos anos recentes. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st28-3/10435-faz-diferenca-estar-na-agenda-liderancas-comunitarias-quilombolas-e-percepcoes-sobre-acesso-as-politicas-sociais-nos-anos-recentes?path=40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st28-3>>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2020.

- CAMPOS, L. A.; FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo: relações necessárias ou contingentes?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, p. 103-118, fev. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000100007>
- CAMPOS, L. A.; GOMES, I. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994–2013). **Revista Sinais Sociais**, n. 32, p. 85-116, set./dez. 2016. Disponível em: <[http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/a084fd5b-d173-44e4-b255-0aa0d8346c29/SinaisSociais\\_SS32\\_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=a084fd5b-d173-44e4-b255-0aa0d8346c29](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/a084fd5b-d173-44e4-b255-0aa0d8346c29/SinaisSociais_SS32_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=a084fd5b-d173-44e4-b255-0aa0d8346c29)>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- CAMPOS, L. A.; LIMA, M.; GOMES, I. Os estudos sobre relações raciais no Brasil: uma análise da produção recente (1994–2013). In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia brasileira hoje II**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018. p. 199-234.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606>
- CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>
- COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. **Plural**, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019. Título original: The Combahee River Collective Statement. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159864>
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, e175118, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias**, v. 17, n. 40, p. 92-123, set./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017004003>
- FERNANDES, C. M. Desigualdades raciais e de gênero entre docentes de ensino superior no Brasil: um debate sobre descolonialidade e reconhecimento. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 43., 2019, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2019.
- FERREIRA, G. B. Margeando artivismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p207>
- FIGUEIREDO, Â.; GOMES, P. G. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 673-1.037, set./dez. 2016. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>
- FREDERICO, C. O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 237-254, maio/ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870014>
- GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>

- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan./jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 68, p. 9-56, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000300002>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Limites territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)**: características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- JESUS, R. E.; SANTOS, D. B. R.; SILVA, J. O. E.; PASSOS, J. C.; LIMA, L. C.; GOMES, M. M. *et al.* (orgs.). **Reafirmando direitos**: trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 2019. v. 1.
- JONES, C. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! Tradução de Edilza Sotero e Keisha-Khan Y. Perry. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1.001-1.016, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1001>
- LEMPERT, R. Ação afirmativa nos Estados Unidos: breve síntese da jurisprudência e da pesquisa social científica. **Sociologias**, v. 17, n. 40, p. 34-91, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017004002>
- LERNER, S. L. T. M. A política de cotas raciais no Brasil segundo a percepção de 160 negros cariocas, segundo classe e gênero. GT11 – Relações raciais e étnicas: desigualdades e políticas públicas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: SBS, 2015. Disponível em: <<http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/inscricao/resumos/0001/R1632-1.PDF>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- LIMA, A. C. S. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 377-448, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832018000100013>
- LIMA, M. As novas políticas de inclusão escolar e as famílias: o caso dos beneficiários do PROUNI na Região Metropolitana de São Paulo. *In*: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, A.; ZAGO, N. (orgs.). **Família e escola 2**: novas perspectivas de análise. São Paulo: Vozes, 2013a. p. 312-333.
- LIMA, M. Inclusão ou desvio? Ações afirmativas no sistema privado de ensino superior. GT11 – Relações raciais e étnicas: desigualdades e políticas públicas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: SBS, 2013b.
- MATTOS, B.; SANTOS, H. H. O.; MATTOS, S. B. Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: SBS, 2019. Disponível em: <<http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmF0cyI7czozNTtoYToxOntzOjEwOjIjR9BUIFVSZVPIjtzOjQ6IjEjYjNjgiO3oiO3M6MToiaCI7czozMjoiNmFjNzY5M5ODI2MGMzMjYyMDEwIjEjMWE0NmNmN2I1NzAiO30%3D>>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- MEDEIROS, J. Feminismo periférico na Zona Leste de São Paulo: a centralidade da questão racial para o ativismo de mulheres jovens. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <[http://anpocs.com/images/stories/40encontro/Resumos\\_2016](http://anpocs.com/images/stories/40encontro/Resumos_2016)>. Acesso em: 26 jan. 2020.

- MELLO, L. Negras/os na carreira docente de universidades federais: impasses e perspectivas a partir da aprovação da Lei nº 12.990/2014. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 42., 2018, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2018. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt28-9/11356-negras-os-na-carreira-docente-de-universidades-federais-impasses-e-perspectivas-a-partir-da-aprovacao-da-lei-n-12-990-2014/file>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- MELLO, L. G. Da crítica à política: tensões entre reconhecimento e democracia racial na política de cotas da UFRGS. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, p. 304-323, 2017. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.27045>
- MENDES JUNIOR, Á. A. F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 31-56, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000100003>
- MIGUEL, L. F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1.219-1.237, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>
- MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201-248, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>
- NEVES, P. S. C.; FARO, A.; SCHMITZ, H. Como avaliar as cotas universitárias? Reconhecimento social, a face invisível das avaliações. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 43., 2014, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2014.
- OLIVEIRA, C. L. P. Estratégias eleitorais de políticos negros no Brasil na era do marketing político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 321-360, set./dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162109>
- OLIVEN, A. C.; BELLO, L. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 49, p. 339-374, set./dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000300013>
- PICANÇO, F. S. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 145-179, 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/3088145-179/2015>
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, dez. 2008. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, n. 53, e185315, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530015>
- RIOS, F. **Elite política negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46648>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- RIOS, F.; SOTERO, E. Apresentação: gênero em perspectiva interseccional. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159740>
- ROSEMBERG, F.; ANDRADE, L. F. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 419-437, jul./dez. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200018>

- SAMPAIO, C. A. M. Diagnóstico, alcance e avaliação das políticas públicas do Programa Brasil Quilombola no município de Pinheiro, Maranhão. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st28-3/10444-diagnostico-alcance-e-avaliacao-das-politicas-publicas-do-programa-brasil-quilombola-nomunicipiodepinheiro-maranhao/file>>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- SANTOS, D. B. R. Histórias e trajetórias de nordestinos egressos de políticas de cotas raciais no ensino superior público brasileiro (2003–2018). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 19., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: SBS, 2019. Disponível em: <[http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYTToxOntzOjEYoiJJRF9BVElWSURBREUiO3M6MjoiMzliO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiMzA3ZDQzNmIwNGE0NTQ0NDcxNTliZjM2NmQ3YWYzNWliO30%3D&ID\\_ATIVIDADE=32](http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYTToxOntzOjEYoiJJRF9BVElWSURBREUiO3M6MjoiMzliO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiMzA3ZDQzNmIwNGE0NTQ0NDcxNTliZjM2NmQ3YWYzNWliO30%3D&ID_ATIVIDADE=32)>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- SANTOS, H.; SOUZA, M.; SASAKI, K. O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 542-563, 2013. <https://doi.org/10.1590/S2176-66812013000200010>
- SANTOS, J. (org.). **O impacto das cotas nas universidades públicas brasileiras** (2004–2012). Salvador: CEAO, 2013.
- SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, A. A.; ARAÚJO, J. A importância das políticas de cotas raciais no Brasil para o avanço dos estudos de gênero a partir de perspectivas decoloniais. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 19., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: SBS; UFSC, 2019.
- SILVEIRA, D. S. Os limites e obstáculos da política de reserva de vagas para pretos & pardos no serviço público: uma análise crítica do Projeto de Lei (PL) 6738/2013. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 39., 2015, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gr32/9745-os-limites-e-obstaculos-da-politica-de-reserva-de-vagas-para-pretos-pardos-no-servico-publico-uma-analise-critica-do-projeto-de-lei-pl-6738-2013/file>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- SOUZA NETO, C. P. P.; FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa: normatividade e constitucionalidade. *In: SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. Igualdade, direitos sociais e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. p. 345-364.
- TURGEON, M.; CHAVES, B. S.; WIVES, W. W. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 363-376, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203363>
- VENTURINI, A. C. **Ações afirmativas na pós-graduação**. Rio de Janeiro: GEMAA/IESP/UERJ, s/d. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- VENTURINI, A. C. Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-graduação do Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1.292-1.313, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/198053144438>
- VIDIGAL, R. Affirmative action attitudes of whites: evidence from a list experiment survey in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 2, p. 1-31, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201800020003>
- VIEIRA, A. L. C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. *In: GONÇALVES, P. B.; SILVÉRIO, V. (orgs.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, DF: INEP, 2003. p. 81-98.
- VIEIRA, A. L. C.; VIEIRA, J. J. Dilemas da inclusão e entraves à permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. **O Social em Questão**, ano 13, n. 23-1, p. 72-92, 2010.



Mapa 2 – Autores de trabalhos apresentados segundo a Unidade da Federação de origem (2012–2019).



UF: Unidade da Federação.

Fontes: Anais dos encontros nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; IBGE (2017).

Elaboração: Claudia Monteiro Fernandes, 2020.

### Introdução

A proposta inicial deste artigo era realizar um balanço sobre os estudos de gênero na sociologia brasileira. Outras competentes revisões bibliográficas já foram realizadas, apontando para a bem-sucedida institucionalização desse campo, que conta com duas revistas dedicadas aos estudos de gênero, a *Cadernos Pagu* e a revista *Estudos Feministas* (REF), ambas avaliadas com a nota máxima do sistema de avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Qualis A1). As revistas são a parte visível de uma história construída com financiamentos internacionais e nacionais, políticas públicas e produção de conhecimento pelos movimentos feministas cujo impacto pode ser traduzido na formação de gerações de pesquisadoras e pesquisadores especializados, com desdobramentos importantes no que diz respeito à ampliação e à diversificação, nas últimas décadas, das temáticas tratadas (França; Facchini, 2017).

A despeito disso, Luiza Heilborn e Bila Sorj apontavam, no fim da década de 1990, para a presença discreta de artigos que tratavam sobre gênero se olhássemos para os periódicos generalistas de grande impacto das ciências sociais (Heilborn; Sorj, 1999). Tratava-se, como demonstraremos adiante, do impacto das revistas especializadas em gênero na dinâmica de publicações desse campo nas revistas generalistas.

Essa pista nos parecia produtiva. De 2000 para cá, após a publicação do artigo de Heilborn e Sorj (1999), a relativa baixa presença de publicações de artigos de gênero nas revistas generalistas das ciências sociais seguiria sendo uma tendência? Para pensar a relação entre gênero e sociologia, o que teria acontecido com as temáticas fundadoras do debate de gênero nos anos 1970 e 1980 no Brasil, trabalho e família? Teriam elas reduzido seu espaço nesse campo de estudos, como apontaram França e Facchini (2017)<sup>1</sup>?

---

1 Destacamos que estamos considerando aqui gênero em um sentido alargado, levando em conta os trabalhos que mobilizavam debates sobre a “questão” das mulheres, a “condição” das mulheres ou relações sociais de sexo como constitutivos do campo. Sem pretender apagar as diferenças de perspectivas, essa definição ampliada nos permite observar o movimento de constituição de um campo de estudos sem restringi-lo a um contexto histórico no qual gênero passa a se tornar a forma analítica preponderante.

---

<sup>I</sup>Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas – Campinas (SP), Brasil. E-mail: bgcastro@unicamp.br

<sup>II</sup>Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica (RJ), Brasil. E-mail: moguedes@yahoo.com.br

Mais do que realizar um tratamento quantitativo exaustivo, que escapava aos esforços de produção deste artigo, perseguimos duas ideias: como as publicações sobre gênero e trabalho, temática fundante dos estudos de gênero na sociologia, distribuem-se entre as revistas selecionadas para análise e quais foram as contribuições epistemológicas que ofereceram para a sociologia. Para tanto:

- Produzimos um banco de dados com três publicações generalistas das ciências sociais: a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), a *Tempo Social* e a *Cadernos CRH*, e com as duas revistas especializadas em gênero anteriormente citadas. Selecionamos periódicos que já se encontravam consolidados no campo das ciências sociais no período anterior ao lançamento da *Cadernos Pagu* e da REF e que estão no mesmo patamar de avaliação Qualis/CAPES (A1) na área de sociologia<sup>2</sup>. Como nosso esforço de investigação não pôde ser exaustivo, para os propósitos deste artigo selecionamos aquelas revistas que possuem toda a sua base de artigos disponível *on-line*<sup>3</sup>;
- Organizamos um “balanço dos balanços” dos estudos de gênero que foram publicados na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) e uma análise qualitativa dos artigos das revistas generalistas.

Demos ênfase à maneira como a temática do trabalho foi tratada nesses periódicos, posto que esse é o tema que formou o campo de estudos de gênero na sociologia.

Estamos propondo que um dos modos de compreender a história dos estudos de gênero na sociologia brasileira é acompanhar os desdobramentos desse campo de reflexões. Com essas análises e balanços, vamos apresentar a história da construção do campo, seus principais debates e indicar como as ciências sociais foram impactadas pela profícua produção científica desse campo de estudos.

### **Os estudos de gênero nas revistas generalistas: uma discreta, mas persistente, presença**

Quando analisamos o conjunto das revistas generalistas selecionadas notamos uma forte presença, nos primeiros números publicados, de artigos vinculados à temática das mulheres que tratam sobre trabalho e parentesco/família. Essas temáticas vão seguir presentes nas revistas ao longo do tempo. Trata-se de textos que, no fim da década de 1980, articulavam debates sobre sexo e questão das mulheres, ainda que nem sempre evidenciassem que trabalhavam essa

---

2 O primeiro número da RBCS saiu em 1986; o da *Tempo Social*, em 1989; e o da *Cadernos CRH*, em 1987. O recorte temporal do início dos periódicos generalistas analisados remonta a um contexto de transformações no campo das ciências sociais nacional, que passava por uma intensa expansão da pós-graduação. A Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), fundada em 1977, nos dá a dimensão desse processo. A associação passou a centralizar uma série de iniciativas do campo científico das ciências sociais. Além de se responsabilizar pela publicação da BIB a partir de 1979, a Anpocs passou a republicar a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* em 1986.

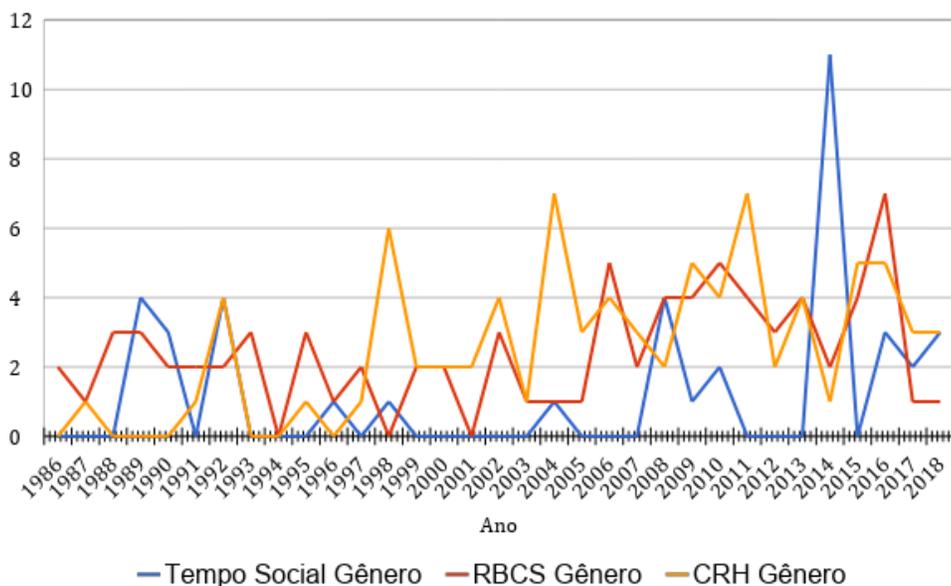
3 Reconhecemos que um levantamento mais exaustivo de revistas generalistas daria maior segurança para trabalharmos nossa hipótese de pesquisa e nos permitiria observar a diversidade temática e regional nas dinâmicas de publicação do campo de estudos de gênero. Este é, no entanto, um primeiro exercício de levantamento que proporciona uma análise mais qualitativa dessa dinâmica.

temática nos títulos dos artigos. Por essa razão, para a pesquisa realizada para este texto, construímos um banco de referências de uma maneira mais artesanal. Ou seja, empenhamo-nos em fazer buscas por palavras-chave que nos conduzissem aos artigos selecionados para análise também pelo conteúdo dos textos, e realizamos sua leitura para classificá-los em diferentes áreas temáticas e compreender como sexo, mulher, gênero e feminino eram mobilizados<sup>4</sup>.

Como demonstra o Gráfico 1, há grande oscilação no montante de artigos. Dos 1.307 artigos<sup>5</sup> publicados pela RBCS entre 1986 e 2018, 65 compõem os estudos de gênero, o que corresponde a cerca de 5% do conteúdo

publicado pela revista (uma média de dois artigos por ano ou 1,5 por edição). Na *Tempo Social*, dos 815 artigos publicados entre 1989 e 2018, 40 tratam da temática (5% do conteúdo publicado pela revista, uma média de 1,37 artigo por ano ou 0,68 por edição). Na *Cadernos CRH*, dos 949 artigos analisados, 83 contemplaram nossa pesquisa (8% do conteúdo da revista, 2,7 artigos em média por ano). Destaca-se, diante disso, o maior peso relativo da temática nessa última.

No tocante ao destaque e à ênfase de dados, 14 artigos da RBCS (1% do total da revista) contêm a palavra “gênero” no título, seguidos por nove que contêm a palavra “mulher(es)”; dois, a palavra “sexo” (enquan-



RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais.  
**Gráfico 1. Número absoluto de artigos com a temática de gênero publicados nas revistas generalistas por ano.**

4 Buscamos por textos que contivessem no título ou no conteúdo as palavras-chave “mulher(es)”, “sexo”, “gênero”, “feminino/a(s)”, “feminista”, “sexualidade”.

5 Incluídas as resenhas, as entrevistas e as apresentações de dossiês.

to sinônimo de relações sociais de sexo ou de análise que trate de mulheres); e seis, a palavra “feminino/a(s)”. Na *Tempo Social*, 12 artigos apresentam a palavra “gênero”; sete, “mulher(es)”; sete, “feminina/o”; um, “sexo”; e um, “sexualidade”. Na *Cadernos CRH*, 14 artigos contêm a palavra “gênero” no título; oito, “mulher/es”; cinco, “feminina/o”; um, “sexo”; e um, “sexualidade”. Tomando em conta o conjunto de artigos das revistas, são raros os que apresentem já em seus títulos uma análise sobre mulheres, gênero, sexualidade ou feminismo.

Com relação às temáticas, os temas tratados pela RBCS no campo de estudos de gênero são, por ordem decrescente: trabalho (26,15%); sexualidade (24,62%); representação/participação política (12,31%); violência (10,7%); parentesco/família (10,7%); religião (3,08%); desigualdade (3,08%); raça (3,08%); teoria feminista (1,54%); masculinidade (1,54%); e história intelectual (1,54%). Na *Tempo Social*: trabalho (20%); cultura (20%); representação/participação política (10%); violência (5%); parentesco/família (5%)<sup>6</sup>. E na *Cadernos CRH*: trabalho (38,6%); parentesco/família (13,6%); cultura (7,95%); cidades (5,98%); educação e representação/participação política (4,55% cada); sexualidade, teoria/metodologia, velhice, educação e violência (3,41% cada); e artigos pontuais que articulam gênero a saúde e raça.

Os temas de parentesco/família e trabalho são inaugurais de análises sobre mulheres

nas revistas e as atravessam temporalmente. A temática da violência concentrou-se na virada da década de 1990 para 2000, como consequência das primeiras análises sobre as delegacias de atendimento especial a mulheres, e a temática da sexualidade, que vai predominar na temática de gênero da RBCS a partir de meados dos anos 2000, aparece discretamente na década de 1990 (Perlongher, 1993; Silveira, 1995).

A diversificação temática a partir dos anos 2000 é seguida por um ligeiro decréscimo nas publicações das temáticas de parentesco/família e trabalho. Apesar da redução relativa, o tema mantém-se presente, em termos absolutos. No que diz respeito à temática do trabalho, alguns dos textos escapam à análise de gênero ou da apresentação da situação das mulheres no trabalho de forma mais detalhada, ainda que as mulheres sejam a maioria das trabalhadoras nos contextos estudados, o que de certo modo é surpreendente<sup>7</sup>.

Chama a atenção o caso de autoras que pesquisam trabalho e gênero, mas cujas publicações não tratam da questão<sup>8</sup>. Não queremos apontar, com isso, nenhuma obrigatoriedade de abordar a temática de gênero no campo de estudos do trabalho. Apenas destacamos os possíveis efeitos de estratégias de publicação que podem ter se produzido após a fundação das conceituadas revistas interdisciplinares voltadas ao debate de gênero. Sendo essas estratégias racionalmente construídas ou não, gênero vai perdendo peso no início dos anos 1990 nas revistas generalistas.

6 Outros temas, tais como religião, teoria feminista, história das ideias e educação, aparecem uma vez cada na revista.

7 Este é o caso dos textos de Roberto Grun (1986) sobre trabalho bancário; da resenha de José Graziano da Silva (1987) sobre um livro sobre mulheres cafeicultoras de Verena Stolcke, que em momento algum faz referência às mulheres; e do artigo de Aracky Martins Rodrigues (1989) sobre funcionalismo público.

8 Esse é o caso, por exemplo, de Angela Maria Carneiro Araújo; Daniela Maria Cartoni; Carolina Raquel Duarte de Mello Justo, no artigo “Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90”, de 2001, e de Marcia de Paula Leite, com “A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades”, de 2009.

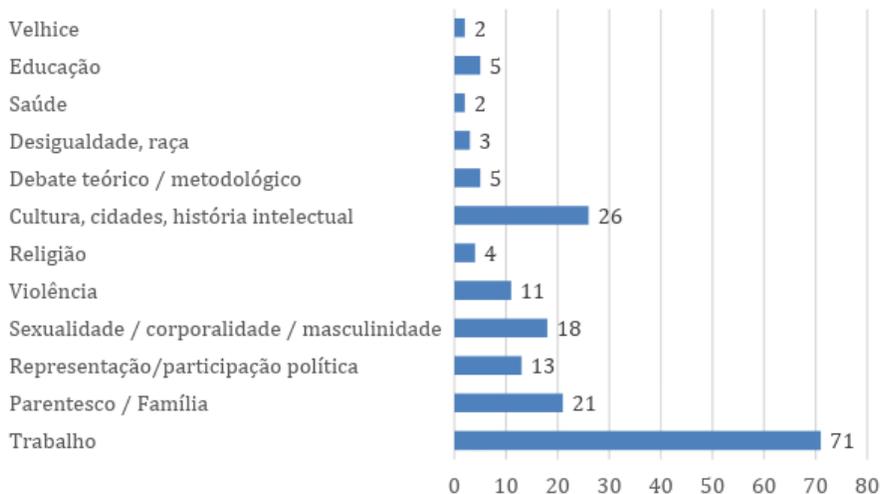
Após uma década de existência das revistas especializadas podemos observar, nas generalistas, o impacto de gênero na teoria social. A diversidade temática que contém as análises de gênero permite que o tema ocupe de maneira mais permanente o espaço dessas revistas. No levantamento realizado, como mostra o Gráfico 2, a temática de trabalho sozinha alcança 71 artigos, mais que cultura, cidades e história intelectual (26), parentesco/família (21), e sexualidade, corporalidade, masculinidade (18). Os temas que fundam o debate sobre gênero nas revistas generalistas seguem tendo peso importante, especialmente o trabalho.

**Cadernos Pagu e revista Estudos Feministas: a diversificação temática e o lugar dos estudos do trabalho**

Os primeiros números da revista *Cadernos Pagu* dedicaram-se à publicação de textos de “formação”, “resultado de mais

de dois anos de leituras, pesquisas e debates, nos quais integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu mapeavam os avanços na produção sobre gênero e seus impasses” (Piscitelli; Beleli; Lopes, 2003, p. 243). O primeiro número, de 1993, conta integralmente com textos de pesquisadoras do Pagu. Dois textos, especialmente, convidam a uma reflexão teórico-metodológica da categoria gênero (Kofes, 2005; Piscitelli, 2005).

Esse esforço formativo seguirá presente na revista, que vai publicar traduções de influentes debates em torno da categoria gênero. As autoras dos textos traduzidos nos primeiros dez anos da *Cadernos Pagu* eram e vieram a se tornar referências para o debate de gênero no Brasil, como é o caso de Joan Scott (2007), Louise Tilly (2007), Michelle Perrot (2008), Donna Haraway (1995), Marilyn Strathern (2011), Verena Stolcke (2006), Eleni Varikas (2007), Judy Wajcman (2012), Cynthia Cockburn (1998) e Judith Butler (1998). Nas décadas seguintes, foram



Fonte: banco de artigos das revistas *Cadernos CRH*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Tempo Social*, organizado pelas autoras.

**Gráfico 2. Número absoluto de artigos publicados nas revistas generalistas com a temática de gênero segundo a temática que abordavam (1986–2018).**

traduzidas, também, Anne Fausto-Sterling (2002), Gayatri Chakravorty Spivak (2016), Anne McClintock (2003), Gayle Rubin e Butler (2003), e novos textos de Donna Haraway (2004) e Judith Butler (2014), mais Avtar Brah (2016), Evelyn Fox Keller (2006), Raewyn Connell (2013) e, mais recentemente, Patricia Hill Collins (2017).

As temáticas do debate de gênero mais presentes nas revistas generalistas até o início dos anos 1990, trabalho e parentesco/família, aparecem de maneira mais tímida na revista. Essa menor presença desses trabalhos, comparativamente ao que se publicava nas revistas generalistas até então, é fruto do esforço editorial da revista em ampliar o escopo temático dos estudos de gênero<sup>9</sup>. Além dos textos formativos, os primeiros números concentraram grande produção de análises historiográficas que dialogam, por seu trabalho com fontes, com textos que tratam das representações das mulheres em diferentes mídias<sup>10</sup>. Nos primeiros dez anos da revista, os textos sobre parentesco/família aparecem mais do que os sobre trabalho, que só ganham destaque a partir dos anos 2000, por meio da organização de dossiês<sup>11</sup>.

Os primeiros artigos a dialogar com a preocupação de uma sociologia que aproxima trabalho e gênero é do quarto número da revista, em 1995, a partir da historiografia, com Maria Izilda Santos de Matos (2008) e Bárbara Weinstein (2008). No quinto número, também em 1995, a antropóloga Martha Patrícia Ponce Jiménez (1995) analisa as mulheres camponesas, tratando-as como agentes, deslocando-se de análises sociográficas.

Será apenas a partir da publicação do dossiê “Gênero, tecnologia e ciência”, organizado por Elizabeth Bortolaia Silva, em 1998, que o debate sobre trabalho e gênero vai ocupar um espaço maior na revista. O número apresenta estudos de caso realizados em diferentes setores da economia que passavam por processos de transformação tecnológica, mobilizando os(as) pesquisadores(as) a repensar a dinâmica da divisão sexual do trabalho e a avançar na maneira como as habilidades e as competências pensadas para cada tarefa eram resignificadas com base no gênero (Soares, 1997; Segnini, 2012; Rapkiewicz, 2012; Rizek; Leite, 2012; Wajzman, 2012; Cockburn, 1998).

Entre todos os números da revista até 2018, mapeamos três dossiês que tratam di-

9 Como reconhecem as editoras da revista: “Concordamos que gênero não é, nem constitui, um tema. Se gênero for pensado como distinção categórica, como distinções entre características consideradas femininas e masculinas, que atravessam o social, gênero estará presente em qualquer recorte temático” (Piscitelli; Beleli; Lopes, 2003, p. 244).

10 São exemplares desse entrecruzamento temático: “Imagens da prostituição na belle époque paulistana”, de Luiza Margareth Rago (n. 1, 1993); “Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)”, de Carla Bassanezi (n. 1, 1993); e “Imagens de Safo”, de Joaquim Brasil Fontes (n. 2, 1994). Do tratamento mulheres e mídia, “Histórias de (des)amores no ‘namoro no rádio’: afetos e narrativas”, de Adriane de Mello Boff (n. 3, 1994). A presença de uma historiografia preocupada com questões de gênero não se esgota na rede de Margareth Rago. Pedro Paulo Funari, também historiador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), contribui com duas resenhas e um artigo que se dedicam ao debate das mulheres na Antiguidade.

11 Destacamos que essa análise trata dos primeiros números. As fundadoras e editoras da revista reconhecem forte presença da temática do trabalho nos primeiros dez anos da revista. No artigo que escreveram para a REF com um balanço da *Cadernos Pagu*, Piscitelli, Beleli e Lopes (2003) destacam a diversidade temática dos 19 primeiros números da revista, que concentraria os temas de sexualidade e corporalidade (18%), seguidos de textos sobre teoria e práticas feministas (14%), raça (10%), trabalho (8%) e literatura (8%). Tanto no caso de raça quanto no caso de trabalho, é a presença de dois dossiês que permite ampliar a participação dessa temática na revista.

retamente da temática do trabalho na revista: o número 17/18, “Desafios da Equidade”, publicado em 2002 e organizado por Angela Maria Carneiro Araújo; o número 32, “Economias de Gênero”, publicado em 2009 e organizado por Nadya Araújo Guimarães; e o número 46, “Gênero e Cuidado”, publicado em 2016 e organizado por Helena Hirata e Guita Grin Debert. De fato, um terço dos artigos publicados na *Cadernos Pagu* com a temática do trabalho saiu em algum desses dossiês, somado ao anteriormente citado.

Se a temática do trabalho se reduziu no espaço das revistas generalistas e apareceu de forma tímida nos primeiros dez anos da *Cadernos Pagu*, ela ocupou grande espaço nesse mesmo período na *Revista de Estudos Feministas*. Um terço dos 134 textos publicados na REF que se dedica ao tema do trabalho saiu entre 1992 e 2002. Nesses dez primeiros anos da revista, há uma presença mais regionalmente diversa de pesquisadoras que trabalham com gênero e uma preocupação em se dirigir a um público mais amplo que o acadêmico, dialogando com movimentos sociais e buscando influenciar políticas públicas (Costa, 2004)<sup>12</sup>.

O número inaugural da revista (0, de 1992), organizado por Lena Lavinas como

um projeto a ser apresentado à Fundação Ford para solicitar financiamento à REF (Costa, 2004), indica a presença desses textos acadêmico-militantes<sup>13</sup>. Nos primeiros dez anos da revista, o debate sobre gênero e sindicalismo será uma constante (*cf.* Cappellin, 1994; Castro, 1995; Delgado, 1996). Também marcarão presença os trabalhos que registram análises das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho (Abreu; Jorge; Sorj, 1994; Bento, 1995); estruturam análises gerais da inserção das mulheres no mercado de trabalho (Bruschini, 1994a; 1994b; Bruschini; Lombardi, 1999); mobilizam agendas de pesquisa para impactar políticas públicas (Cappellin, 1996; Lavinas, 1996; Barsted, 1996); apresentam análises de estudos empíricos que se dedicam a apresentar o estado da divisão sexual do trabalho, processos de feminização e os impactos das transformações produtivas nos trabalhos das mulheres (Abreu, 1993; Dumas, 1994; da Silva, 1995; Fonseca, 1996; Soares, 1997; Mello, 1998; Carvalho, 1998; Guimarães, 2001; McCallum, 1999; Bruschini; Lombardi, 1999; Lebon, 2000); articulam família e trabalho remunerado (Bruschini; Ridenti, 1995; Carreiras, 1997; Carvalho, 1998); e conceitualizam trabalho e gêne-

12 A publicação *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces* (Bezerra de Lima, 2006) deixa esse entrelaçamento entre pesquisa e militância sindical. Nos agradecimentos da avaliação dos 20 anos de políticas de gênero na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Organizadora do dossiê agradece a colaboração de pesquisadoras que estarão presentes nos primeiros números da REF. São elas: Paola Cappellin, Vera Soares, Lena Lavinas, Eleonora Menicucci, Nalu Faria, Matilde Ribeiro, Nilde Balcão, Liliana Segnini, Angela Araújo, Margarida Barreto, Magda Neves, Helena Hirata, Cláudio Dedecca, Suley de Oliveira, Ana Alice Costa, Maria Betânia Ávila, Lais Abramo, Vera Gebrin, Graciela Rodriguez, Solange Sanches, Hildete Pereira, Nadya Castro, Maria José Araújo, Tatau Godinho, Rogéria Peixinho, Amelinha e Beth Muniz. Destacamos que a primeira comissão editorial da REF é composta de Albertina Costa, Ana Vicentini, Heloisa Buarque de Hollanda, Lena Lavinas, Maria Odila Silva Dias e, mais tarde, de Bila Sorj, Maria Luiza Heilborn, Maria Lucia Mott e Mary Garcia Castro. A despeito do empenho coletivo, Costa (2004) atribui a Lena Lavinas o esforço para a implementação do projeto.

13 Nele, Maria Berenice G. Delgado e Maria Margareth Lopes (1992) assinam o artigo “Mulheres trabalhadoras e meio ambiente: um olhar feminista no sindicalismo”, que analisa as associações criadas pelas quebradeiras de coco de babaçu do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e do Pará, indicando sua incorporação pela política sindical da CUT sobre meio ambiente e desenvolvimento, fruto da Eco-92.

ro (Saffioti, 1992; Hirata; Kergoat, 1994). A partir de 2004, há um esforço editorial em diversificar regionalmente as análises sobre os trabalhos das mulheres. Uma tendência que seguirá presente nos anos subsequentes da revista<sup>14</sup>.

### **Contribuições da sociologia dedicada aos estudos de gênero**

Até aqui, dedicamo-nos a expor um perfil mais geral dos temas de pesquisa e sua distribuição em termos editoriais e temporais. Buscaremos, por meio da análise dos balanços já realizados na BIB<sup>15</sup>, intercalados com alguns destaques para a produção de mesmo período nas revistas generalistas, apontar para as principais contribuições dos estudos de gênero — especialmente gênero e trabalho — à sociologia.

O percurso dos artigos que analisam a produção de gênero na BIB é revelador do processo de institucionalização do campo e de um ator político que reconfigura as relações de poder em um cenário mais amplo: o movimento feminista e sua in-

terlocução direta com a produção acadêmica. Desse modo, propomos analisar os principais artigos que versam sobre mulheres e gênero<sup>16</sup> em articulação a processos políticos e atores institucionais que influenciaram os desenhos da produção acadêmica voltada para o tema, para além do modo como a questão se insere no debate sociológico.

O período de surgimento da BIB, no fim da década de 1970<sup>17</sup>, é considerado um marco no florescimento dos chamados “estudos de mulher”. Em 1975, temos o ponto de virada na agenda feminista brasileira com a I Conferência das Nações Unidas sobre as mulheres, iniciativa que começa a desenhar as primeiras ferramentas de pressão internacional para a criação de políticas para as mulheres e plataformas comuns entre países. Nesse cenário, os estudos visavam explicitar as diversas demandas por igualdade e contaram, em parte, com o aporte de agências como a Fundação Ford para a realização inicial dessas pesquisas<sup>18</sup>. Cabe ressaltar a reiterada preocupação dos estudos de gênero em repensar-se por meio de balanços que ora visam dialogar internamente com as estudiosas do campo por meio de sín-

14 Cf. os dossiês “As agricultoras do Sul do Brasil”, organizado por Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo, em 2004, e “Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil”, organizado por Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro e Russel Parry Scott, em 2007.

15 Ao todo, analisamos, de forma detalhada, nove artigos que tratavam diretamente dos temas mulheres/gênero e outros cinco nos quais apareceu a condição feminina ou alguma menção a gênero (três de sociologia do trabalho e dois da sociologia da família). Esse *corpus* analítico pode ser considerado pequeno ante a preeminência de outros temas na BIB. Nesse sentido, a intensa expansão das pesquisas de gênero no país contrasta com a manutenção dos baixos patamares de publicação da temática na revista.

16 No caso da BIB, fizemos uma seleção meticulosa com base nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave que tratassem de gênero, mulheres, feminismo, e uma análise mais cuidadosa (leitura na íntegra) de artigos do campo do trabalho e família, alguns dos quais tinham elementos do debate de gênero no interior do texto, ainda que não anunciassem isso nos descritores utilizados.

17 A BIB foi lançada em 1977 pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e teve historicamente uma produção voltada para a revisão bibliográfica na área de ciências sociais no Brasil. Em 1979, passou a ser responsabilidade da Anpocs.

18 Corrêa (2001) destaca a experiência de grupo de alunas e professoras da área de ciências sociais da Unicamp, que criou um grupo de reflexão feminista e organizou três *Semanas da Mulher*, em 1978, 1979 e 1980, iniciando assim uma linha de pesquisa com mulheres.

teses dos eixos interpretativos privilegiados, ora buscam legitimar-se junto à teoria social mais ampla. Nessa segunda tradição, parecem-nos destacado, ao longo do conjunto de artigos analisados, o esforço de algumas autoras a fim de explicitar a contribuição epistemológica dos estudos de gênero, entendido não como um eixo temático apenas, mas como uma chave de leitura que desloca conceitos, perguntas e paradigmas.

### **Anos 1980, trabalho e família: a reprodução é indissociável da produção**

Os dois primeiros artigos publicados na BIB, que discutem nosso campo de interesse (Pena, 1980; Aguiar, 1983), refletem esse impacto dos chamados estudos sobre mulheres dos anos 1970 na sociologia do trabalho. Ambos se debruçam sobre o trabalho assalariado feminino e o fazem por meio de uma perspectiva próxima: ampliar o conceito de trabalho de modo a incorporar o trabalho de reprodução social como parte indissociável da compreensão das dinâmicas femininas no campo da produção. Para tanto, além de afirmarem o peso da contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico por meio de uma participação laboral que vinha sucessivamente crescendo, as autoras destacam a estrutural desigualdade à qual estavam submetidas as trabalhadoras, uma vez que o trabalho invisível e não remunerado desenvolvido por elas no interior de seus lares as tornavam competidoras em desvantagem em relação aos trabalhadores homens.

O início dos anos 1980 é marcado pelo surgimento e pela ampliação do número de núcleos de estudos das mulheres — o conceito de gênero ainda não fora acionado — e pelo aumento, ainda que incipiente, da institucionalização do campo nas universidades. É evidente, nesse momento inicial, a relação mais imbricada entre feminismo e produção acadêmica, sendo esse diálogo o próprio foco de análise dos dois artigos seguintes publicados na produção da BIB. No artigo de Corrêa (1984), temos o aparecimento do feminismo como lócus de análise, sendo sua ampliação pensada como um importante elemento que influenciou a própria pesquisa acadêmica.

Seguindo essa linha argumentativa de modo mais sistemático, Goldberg (1989) analisa o próprio feminismo e suas contribuições acadêmicas. Para tanto, a autora pensa uma periodização em dois momentos: um primeiro de “Emancipação feminina a um movimento de mulheres feminista” (1963-1978), que cobre as etapas de gênese, institucionalização e afirmação social e política do movimento feminista no Brasil ao longo da ditadura, e um segundo “Das mulheres em movimento ao feminismo de Estado” (1979-1988), que discute os rumos desse movimento desde a abertura política até o momento em que o artigo é publicado.

No espaço temporal de cinco anos entre o artigo de Corrêa e o de Goldberg, acontecem uma série de encontros de núcleos de pesquisa e o adensamento do campo de estudos de gênero no Brasil<sup>19</sup>.

---

19 Ricoldi (2017) ressalta que até 1985 haviam sido registrados sete núcleos universitários com expressivas acadêmicas à frente do processo: o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) (PUC-RIO, Fanny Tabak, 1980); o Núcleo de Estudos e Informação sobre a Mulher (Nedim) (UFC, Zaira Ary, 1981); o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) (UFBA, Ana Alice Costa, 1983); o Núcleo Mulher/Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (UFRGS, Maria Noemi Castilhos Brito, 1984); o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) (UFMG, Glaura Vasques de Miranda, 1984); o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero (NIEG) (UFSC, Miriam Grossi, 1984); e o Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (Nemge).

Nas revistas generalistas, os artigos que tratam de mulheres e parentesco, família e trabalho, de meados dos anos 1980 até meados de 1990, dividem-se entre a antropologia que trabalha com o meio rural e a sociologia do trabalho. Se ambas partem de diferentes desenhos de pesquisa e referenciais teóricos, elas parecem compartilhar uma mesma premissa, que nomeamos aqui, para finalidades explicativas (a despeito de potencialmente redutora), de materialista. Essas publicações partilham de uma perspectiva analítica que enfoca a análise das transformações produtivas e suas consequências para a organização social dos grupos estudados<sup>20</sup>.

Destacamos, da RBCS, o artigo de Mauro Almeida (1986) que analisa as mudanças na divisão sexual do trabalho entre os mundurucu após introdução da produção da borracha em troca de artigos manufaturados<sup>21</sup> e o artigo de Helena Hirata (1986) que buscava romper com as visões tradicionais da economia política, pensando o trabalho doméstico, o da família e o não mercantil e disputava noções caras ao debate marxista

clássico. Helena Hirata posicionava-se, portanto, em uma disputa teórica que rendeu grande contribuição epistemológica ao campo de estudos sobre o trabalho. Nesse artigo, especialmente, ela explicou que o pressuposto teórico que trata o trabalho como mercadoria incorpora a ideia da equivalência como ponto de partida. Ao tratar o trabalho como categoria abstrata tornamos invisíveis as relações de opressão e de dominação que existem fora da esfera mercantil e que também operam nela.

Na *Tempo Social*, destacamos artigos de Elisabeth Souza Lobo (1989), “Experiências de Mulheres, Destinos de Gênero”; Daniele Kergoat (1989), “Da divisão do trabalho entre os sexos”; e de José César Gnaccarini (1989), “O Rapto das Donzelas”, sobre família/relações de parentesco, todos publicados em 1989<sup>22</sup>. Lobo (1989) trabalha com as representações que as operárias de uma indústria de autopeças construíram sobre a própria experiência coletiva de trabalho com base em suas histórias de vida, o que a permite articular trabalho doméstico e assa-

---

20 Fazemos referência, aqui, aos artigos: “Redescobrimo a família rural”, do antropólogo Mauro Almeida, publicado na primeira edição da RBCS, em 1986; “Trabalho, família e relações homem/mulher – reflexões a partir do caso japonês”, de Helena Hirata, na primeira edição da RBCS, em 1986; “Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil”, de Helena Hirata e John Humphrey, em 1989; “Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em ‘comunidades pesqueiras’ do Nordeste”, da antropóloga Ellen F. Woortmann, publicado na RBCS, em 1992; “O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil”, da antropóloga Marie-France Garcia, publicado na RBCS, em 1992. Mais tarde, artigos dessa mesma perspectiva se mantêm, com: “Reestruturação produtiva nos anos 90. Aspectos do contexto internacional no setor de serviços”, de Sonia Laranjeira, de 1997; “Urbanização e emprego doméstico”, da socióloga Christine Jacquet, publicado em 2003 na RBCS; “Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida”, de Lília Montali, publicado na RBCS, em 2000.

21 A mudança dos marcos produtivos da terra, sua mercantilização e os desdobramentos para a divisão sexual do trabalho ou organização do sistema de sexo/gênero foi tema de outros artigos na virada dos 1980 para os 1990 no Brasil. Foi o caso, na RBCS, dos artigos de Ellen F. Woortmann, “Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em ‘comunidades pesqueiras’ do Nordeste”, publicado em 1992; de Marie-France Garcia, “O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil”, também de 1992; e de Christine Jacquet, “Urbanização e emprego doméstico”, de 2003.

22 No mesmo número, também publica Carmen Barroso, “As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do plano mundial de população”, sobre políticas públicas.

lariado, trabalho e família. Daniele Kergoat (1989) defende uma agenda de pesquisa que articula trabalho assalariado e doméstico usando a ideia de divisão sexual do trabalho para “articular” e “imbricar” diferentes relações sociais. Ela se contrapõe às agendas de pesquisa que hierarquizavam classe ou relações sociais de sexo, e defende sua coexistência — ideia que ela vai retomar no debate contemporâneo sobre interseccionalidade<sup>23</sup>. Já José César Gnaccarini (1989) analisa uma modalidade de casamento que denomina de rapto consentido de mulheres, no contexto rural do interior de São Paulo entre 1900 e 1950, para propor que no regime do colonato, que vigia nesse contexto, a circulação de mulheres deve ser pensada como força de trabalho.

Descartando da produção paulista, também no primeiro ano da revista *CADERNOS CRH*, em 1987, Guaraci Adeodato Alves de Souza, socióloga e demógrafa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), explica o declínio da mortalidade e da fecundidade nos diferentes extratos sociais e regiões do país a partir das “mudanças nas relações sociais de produção” (Souza, 1987, p. 1) que redefinem a maneira como os trabalhadores se inserem na produção e “as formas pelas quais as famílias das classes trabalhadoras se organizam para produzir sua vida imediata” (Souza, 1987, p. 1-2). Guimarães e Castro (1987) publicam um artigo no qual defendiam que um “novo padrão de articulação da economia nacional”, mais oligopolizada, reorganizava produção, circulação e consumo e, conseqüentemente, a natureza das relações de trabalho, alterando “a natureza dos atributos que qualificam o trabalhador, tais

como sexo, idade e escolaridade” (Guimarães; Castro, 1987, p. 2).

Essa era a agenda de pesquisa da sociologia sobre família, trabalho e “mulheres” apresentada às revistas generalistas analisadas nessa segunda metade da década de 1980 e que se encontra com os balanços analisados na primeira seção do artigo: há tanto um esforço em dialogar com a teoria social e influenciá-la ao demonstrar como gênero atravessa o conjunto das relações sociais, quanto análises mais voltadas a demonstrar como pensar as mulheres modifica a maneira como tratamos determinado campo de pesquisa.

### **Anos 1990: gênero como categoria analítica**

Lobo (1991) retoma na BIB a contribuição dos estudos de gênero para a sociologia do trabalho fazendo uma defesa da categoria analítica, que, segundo a autora, “constrói ao mesmo tempo uma relação social/simbólica sem estabelecer uma mecânica de determinação” (Lobo, 1991, p. 11) — em contraposição ao conceito de patriarcado. Influenciada pela seminal proposição de Scott de que os estudos de gênero funcionariam no campo historiográfico como um suplemento, entendido não como adição ou apêndice, mas como substrato de uma reescrita da história, ela propõe que o mesmo esforço seja empreendido na sociologia. Esse posicionamento coloca nova perspectiva para nosso campo: a possibilidade de uma contribuição epistemológica, que questione conceitos, linguagens e as perguntas historicamente construídas em torno do mundo do trabalho. A autora provoca novas interpretações ao constatar que se trabalhou até

23 Daniele Kergoat é crítica à ideia de interseccionalidade por entender que ela trata categorias de análise de maneira “geométrica” e sem dar conta, necessariamente, de relações sociais e suas articulações. A socióloga defende que devemos nos ater às imbricações entre as relações sociais de classe, gênero e raça (Kergoat, 2010).

os anos 1990 com um conceito de classe construído por meio de uma representação masculina do operário.

A despeito da marca neoliberal das políticas dos anos 1990, as feministas estavam impulsionadas em suas iniciativas pela bem-sucedida estratégia do chamado *lobby do batom* no congresso, que conseguiu imprimir à Constituição de 1988 uma série de avanços nos princípios do documento, que contribuíam com a construção de percepção mais igualitária entre homens e mulheres.

Biroli (2018) destaca que não haveria vácuo entre essa luta e a dos anos 2000. Segundo a autora, teriam havido, nesse momento, mudanças nos padrões de interação com o Estado por meio do surgimento de organizações centrais ao delineamento das ações do movimento feminista no Brasil. Este é o caso da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), fundada em 1994, com o intuito de coordenar as ações do movimento de mulheres brasileiras visando sua consolidação como sujeito político no contexto da preparação da participação brasileira na Conferência de Beijing<sup>24</sup>.

No campo acadêmico, como aponta Ricoldi (2017), os concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford, que se iniciaram nesse período, foram fundamentais para a consolidação das pesquisas de gênero no país. Segundo a autora, o contexto interno favorecia o interesse por esse tipo de tema e a oferta de bolsas para realização de pesquisas durante 20 anos foi um impulso importante para o crescimento acentuado que os estudos sobre mulher e gênero experimentam a partir da década de 1990<sup>25</sup> no Brasil.

Como consequência desse florescimento do campo dos estudos de gênero e sua institucionalização cada vez mais consolidada temos a criação das duas principais revistas acadêmicas do campo: REF (1992) e *CADERNOS Pagu* (1993).

Essas duas publicações foram fundamentais para legitimar e divulgar os estudos de gênero junto à comunidade acadêmica mais ampla das ciências humanas e sociais no país. O esforço de institucionalização levado a cabo pelas editoras, que estiveram à frente das revistas, rendeu frutos importantes, entre os quais se destaca a ampla aceitação da temática por meio de uma produção continuada de alta qualidade, com boa circulação, que alcança cada vez mais pesquisadores internacionais, tais como autores e leitores dos artigos ali publicados. Em um período histórico no qual o próprio modo de se fazer ciência no Brasil ganha nova institucionalização, com a ampliação das pós-graduações e novas formas de avaliar a produção acadêmica, parece que ambas se adequaram às novas regras e enquadramentos nos modos de divulgação, nos sistemas de parecer e nos padrões de internacionalização.

### **Anos 2000: diversificação temática, novas revistas e “feminismo de Estado”**

No caso dos balanços da BIB, a lacuna temporal entre o artigo de Lobo (1991) e o de Araújo (2001) é de dez anos. A temática de gênero, no entanto, volta à BIB com a mesma perspectiva centrada na contribuição epistemológica do artigo anterior. No caso do trabalho de Araújo, a vasta con-

<sup>24</sup> Agradecemos à/ao parecerista essa precisão.

<sup>25</sup> Foram oito concursos ao longo de 20 anos, durante os quais os 170 projetos aprovados contaram com assessoria e monitoramento. Para além da concessão de bolsas, houve a criação de um ambiente de discussão e continuada avaliação do andamento dos trabalhos.

tribuição para a ciência política por meio da análise da participação política das mulheres se fundamentou em críticas a estudos baseados em estereótipos e preconceitos, que tomavam como pressuposto a existência de um desinteresse político por parte das mulheres. Nesse sentido, o enfoque de gênero questiona a objetividade do conhecimento produzido e explicita a forma como muitas suposições foram assumidas *a priori* como dados científicos.

A autora salienta ainda a resistência, por parte do núcleo duro da ciência política, em incorporar a produção desse campo de estudos de gênero. Um dos fatores identificados para essa tendência é que a crítica ao predomínio de análises sobre instituições e a métodos quantitativos por parte dos *women studies* teria gerado o abandono de temas e dimensões analíticas que se consolidaram historicamente como objetos clássicos da sociologia e da ciência política.

De fato, a antropologia parece ter sido a disciplina mais afetada pela produção dos estudos de gênero, com vasta produção de artigos dessa temática em seus principais periódicos por meio de ampla gama de temas de pesquisa, seguida pela sociologia — com uma concentração temática nos estudos que pensam o mundo do trabalho —, e finalmente a ciência política aparece como o campo que mais trata a produção de gênero como marginal.

Nos anos 2000, temos uma mudança institucional importante no modo de se construir o debate científico, cada vez mais centrado na produção de artigos em periódicos indexados. No campo dos estudos de gênero, uma série de revistas se debruça sobre a temática, e são criadas, nesse período: a revista *Gênero*, de 2000, editada pelo Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (Nuteg) do Programa de Pós-Graduação em

Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); a revista *Bagoas*, de 2007, publicada pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e a revista *Sexualidad, Salud y Sociedad*, fundada em 2009 pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A temática passou a ocupar seu espaço nos principais encontros das associações científicas, a ter um número crescente de grupos de pesquisa registrados no CNPq e a se expandir em linhas de pesquisa nos cursos de pós-graduação, que multiplicaram formadores desse campo de estudos no território nacional (França; Facchini, 2017).

Para avaliar o período é preciso levar em conta um ator institucional que desempenha papel central no crescimento das pesquisas de gênero, que continua acentuado nesse período (início dos anos 2000): a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Criada em 2003 pelo então presidente Lula, ela foi um divisor de águas na promoção da perspectiva transversal de gênero no desenho das políticas públicas brasileiras. Como ressalta Carvalho (2018), o primeiro órgão federal com largo escopo de atuação com o intuito de defesa dos direitos das mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi criado apenas em 1985 e teve forte atuação nesse período inicial. Na década de 1990, ele perde suas prerrogativas e passa a funcionar de maneira limitada com base em decisões governamentais. A SPM seria resultado de forte atuação do movimento de mulheres e feministas do Brasil, tendo criado mecanismos formais que respondem às demandas, às reivindicações e à agenda pela construção de políticas para as mulheres.

Entre as políticas que mais impactaram a produção acadêmica do campo, além da construção de uma série de materiais didáticos e publicações de livros que discutiam gênero, temos o Programa Mulher e Ciência, lançado em 2005 junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Seu objetivo era estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país, além de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Esse chamado feminismo de Estado (Miguel e Birolli, 2014) produziu uma reverberação dentro e fora do cenário acadêmico, o que possivelmente levou diversos pesquisadores a introduzirem a perspectiva de gênero em diálogo com seus temas de pesquisa, ainda que de forma marginal<sup>26</sup>. Essa tendência pode ser constatada em alguns dos demais artigos desta coletânea, nos quais a articulação de algumas pesquisas com a temática de gênero desponta como traço de parte da produção acadêmica recente em seus campos.

Curiosamente, apesar dessa expansão, dois dos balanços publicados na BIB nos anos 2000 não têm o gênero como elemento central. Scott (2004), um dos poucos autores homens a figurar no quadro de artigos selecionados para nossa análise, constrói sua linha argumentativa indagando como o pensamento social que constrói nações incorpora as relações entre mulheres e homens no seu quadro interpretativo. O gênero, no entanto, aparece tangencialmente na interpretação do papel feminino na família e no modo

como as relações de poder entre homens e mulheres foram se delineando na sociedade brasileira.

Hazeu e Silva (2014) apresentam discussão de uma pesquisa realizada com mulheres migrantes nas periferias de Belém, nos dados do Censo Demográfico 2010 sobre essa migração e nas realidades migratórias de outras cidades, assim como no contexto amazônico. De modo mais amplo, os autores indagam-se se há especificidades na migração internacional de mulheres. O eixo teórico central gira em torno da questão migratória, sendo o gênero frequentemente empregado como um sinônimo descritivo de sexo.

Sanchez (2017) retoma alguns elementos trazidos por Araújo (2001), mas discute a participação feminina na política a partir da constatação de que o quadro estagnado de baixa representatividade contrasta com os intensos avanços das mulheres nos campos educacional e laboral assistidos nas últimas décadas do século XX. A autora ressalta também que o debate sobre cotas para mulheres na política tem se modificado da defesa da reserva de candidaturas, como ocorre no cenário brasileiro, para a defesa da reserva de vagas no próprio parlamento. Os 15 anos que separam o artigo de Sanchez (2017) e o de Araújo (2001), que tem temática bastante próxima, não apontam avanços expressivos na incorporação de uma perspectiva feminista na ciência política.

No caso do conjunto de artigos que não tratam o gênero de forma central, a temática aparece como um dos eixos temáticos propostos dentro de uma linha argumentativa

---

26 O feminismo, enquanto movimento social, ganha nova expressão e força a partir do advento das redes sociais. No início da década seguinte, com atos políticos e manifestações de massa nas grandes capitais do país, tais como a Marcha das Vadias, a Marcha das mulheres negras e a Primavera das Mulheres, consolidam o que algumas teóricas consideram a quarta onda do movimento feminista (Schumacher, 2018).

mais ampla. É interessante notar, contudo, que a possível estratégia cumpre um papel de diálogo e ampliação dos interlocutores da temática no campo das ciências sociais. Isso porque, em alguns casos, tratam-se de pesquisadoras com larga experiência e reconhecida produção na linha de gênero que optam por construir seus artigos por meio de chaves de leituras mais amplas (Sorj, 1983; Castro; Leite, 1994).

No exame que fizeram das revistas especializadas em estudos de gênero, a *Cadernos Pagu*, a *Gênero*, a REF, a *Bagoas* e a *Sexualidade, Salud y Sociedad*, Isadora Lins França e Regina Facchini (2017) encontraram que 18,9% dos artigos publicados são sobre “poder, política e cidadania”. Na REF, o tema é seguido por “Ciência e Tecnologia” e a temática da sexualidade, quando não tratada como ponto principal do texto, mas nele presente, abrange 24% do conjunto dos artigos publicados nessas revistas. Seu levantamento é indicativo da diversificação temática presente nas revistas, que se distingue dos temas publicados nas revistas generalistas analisadas até então.

Esse quadro parece revelar, no campo das ciências sociais, uma estratégia mais centrada em privilegiar os canais de diálogo internos ao campo de estudos de gênero em detrimento de uma ocupação mais sistemática dos tradicionais periódicos, como é o caso da BIB. É interessante notar, contudo, que nos estudos aqui analisados houve grande heterogeneidade na forma como o conceito de gênero foi utilizado em cada artigo. Outro elemento a ser destacado são as diversas estratégias narrativas e políticas adotadas pelas autoras de cada temática a fim de ampliar os interlocutores dessa produção para além das barreiras — interpostas ou criadas — dos próprios estudos de gênero.

## Considerações finais

Propusemos como hipótese de trabalho deste artigo que a criação das revistas especializadas, no início dos anos 1990, alterou a dinâmica das publicações dos estudos de gênero no campo das ciências sociais, concentrando os artigos que se distribuía nas revistas generalistas e, em determinado período, reduzindo seu espaço e sua visibilidade. Ao mesmo tempo, o crescimento e a consolidação das pesquisas levaram a uma diversificação temática que se repôs nas dinâmicas de publicação nas revistas generalistas a partir dos anos 2000. Nesse período, as publicações de artigos que envolvem a temática de gênero passaram a se concentrar em estratégias de organização de dossiês.

O que podemos observar é que até o lançamento das revistas especializadas em gênero, o debate sobre mulheres e gênero se concentrava nas temáticas de trabalho e família. Se, por um lado, há redução desses temas nas revistas generalistas nos primeiros anos das publicações especializadas; por outro lado, eles não desaparecem. O debate sobre trabalho, mulheres e gênero se concentra, no primeiro momento da década de 1990, na REF, e passa a reocupar os espaços das revistas generalistas da segunda metade da década em diante, especialmente por meio de dossiês temáticos. Os dossiês também ocuparão importante papel para dar visibilidade à temática do trabalho na *Cadernos Pagu*.

Neste artigo, pudemos demonstrar que as publicações sobre gênero se contraem nas revistas generalistas logo em seguida ao lançamento da *Cadernos Pagu* e da REF. A divulgação científica para fora do campo especializado foi retomada a partir dos anos 2000, com maior diversificação dos temas abrangidos pelo debate de gênero. Essa diversificação se traduzia nos esforços edito-

riais das duas revistas em questão. Se elas foram bem-sucedidas em mobilizar o debate de gênero e incentivar a pesquisa nesse campo, conforme suas editoras pretendiam em sua fundação, elas também foram bem-sucedidas em ampliar o debate sobre gênero nas ciências sociais, ao dar legitimidade e visibilidade a esse campo de pesquisa.

A despeito da presença constante de artigos com análises de gênero nas revistas generalistas, é preciso chamar a atenção para sua presença ainda discreta e que ocorre, de maneira mais intensa, nos momentos de organização de dossiês temáticos. Se a diversificação temática permitiu a expansão das publicações de gênero também para fora das revistas generalistas, é preciso sinalizar para o esforço constante de ocupação de seu espaço por meio de estratégias coletivas de publicação.

Os elementos analisados neste artigo apontam para maior diversificação temáti-

ca a partir dos anos 2000 nos estudos que se associam a gênero. Diversificação, especialmente puxada pela antropologia, com a incorporação de temáticas como sexualidade, direitos reprodutivos e masculinidades, pouco trabalhadas pela sociologia. Por outro lado, destacamos uma concentração temática da sociologia quando se pensa em gênero. É de trabalho que mais falamos quando falamos de gênero na sociologia. Nesse sentido, é ímpar atentar para as contribuições epistemológicas que a sociologia de gênero deu à teoria social. Ao trabalhar gênero como reescrita da realidade social, foi possível alargar categorias e conceitos e deslocar perguntas e espaços de investigação. Se a influência dos estudos de gênero não fica evidente, à primeira vista, no espaço que ocupa nas revistas generalistas, a transversalidade que ocupa nos temas e nas áreas das ciências sociais é alvissareira.

## Bibliografia

- ABREU, A. R. de P. Trabalho e Qualificação na Indústria de Confecção. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 2, p. 293, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16065>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- ABREU, A. R. de P.; JORGE, A. F.; SORJ, B. Desigualdade de Gênero e Raça O informal no Brasil em 1990. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 153, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16101>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 16, 1983.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 1, v. 1, p. 66-83, 1986.
- ARAÚJO, C. Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 52, 2001.
- BARROSO, C. As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do plano mundial de população. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 183-197, 1989. <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83344>

- BARSTED, L. de A. L. Gênero, Trabalho e Legislação Trabalhista no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 447, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16815>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BASSANEZI, C. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 112-148, 1993.
- BENTO, M. A. S. Mulher Negra no Mercado de Trabalho. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 479, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BEZERRA DE LIMA, M. E. (org.). **Mulheres na CUT: uma história de muitas faces – 1986-2006**. São Paulo: CUT, 2006.
- BIROLI, F. Mulheres na política, as conferências e o ciclo democrático. In: MATOS, M.; ALVAREZ, S. (orgs). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2018. v. 2. p. 297-310.
- BOFF, A. de M. Histórias de (des)amores no “namoro no rádio”: afetos e narrativas. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 165-195, 1994.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>
- BRUMER, A; PAULILO, M. I. As agricultoras do sul do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100009>>. Acesso em: 11 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100009>
- BRUSCHINI, C. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 179, 1994a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16102>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRUSCHINI, C. Trabalho Feminino trajetória de um tema perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 17, 1994b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 1-2, p. 9, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11950>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho Domiciliar Masculino. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 363, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16446>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- CAPPELLIN, P. A Valorização do Trabalho Feminino contextualizando as ações positivas. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 158, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16665>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CAPPELLIN, P. Viver o Sindicalismo no Feminino. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 271, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16110>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CARREIRAS, H. Família, Maternidade e Profissão Militar. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 69, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12561>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CARVALHO, L. P. A SPM e as políticas para as mulheres no Brasil: saltos e sobressaltos em uma institucionalização das demandas das agendas feministas. In: MATOS, M.; ALVAREZ, S. (orgs). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2018. v. 1. p. 87-139.
- CARVALHO, M. P. de. Vozes Masculinas numa Profissão Feminina. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 406, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12017>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

- CASTRO, M. G. Gênero e Poder no Espaço Sindical. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, p. 29, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16913>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CASTRO, N. A.; LEITE, M. de P. A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 37, 1994.
- COCKBURN, C. Os homens e a geração de mudanças. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 399-440, 1998.
- CONNELL, R. Masculinidade corporativa e o contexto global: um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 40, p. 322-344, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100010>
- CORDEIRO, R. de L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 419-423, ago. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X20070002000008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X20070002000008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200008>
- CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13-30, 2001.
- CORRÊA, M. Mulher e política: um debate sobre a literatura recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 18, 1984.
- COSTA, A. de O. Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**, v. 12, núm. esp., p. 205-210, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300022/9518>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DA SILVA, L. H. Admitimos Mulheres para Trabalhos Leves. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 349, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16445>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DELGADO, M. B. G. Mais Mulheres na Direção da CUT. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 138, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16663>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DELGADO, M. B. G.; LOPES, M. M. Mulheres trabalhadoras e meio ambiente: um olhar feminista no sindicalismo. **Estudos Feministas**, v. 0, n. 0, p. 155, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15809>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DUMAS, L. Saúde e Segurança das Trabalhadoras do Quebec: Um campo de pesquisa-intervenção. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 99, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16097>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100002>
- FONSECA, C. A Dupla Carreira da Mulher Prostituta. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 7, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- FONTES, J. B. Imagens de Safo. **Cadernos Pagu**, n. 2, p. 113-139, 1994.
- FRANÇA, I. L.; FACCHINI, R. Estudos de Gênero no Brasil: 20 anos depois. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia Brasileira Hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. v. 1. p. 283-358.
- GARCIA, M.-F. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 19, jun. 1992.
- GNACCARINI, J. C. O rapto das donzelas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701989000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701989000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1º mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v1i1.83342>

- GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 28, p. 42-70, 1989.
- GRUN, R. Taylorismo e fordismo no trabalho bancário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 13-27, 1986.
- GUIMARÃES, A. S. A.; CASTRO, N. A. Movimento sindical e formação de classe: elementos para uma discussão teórico-metodológica. **Caderno CRH**, v. 1, n. 4, 1987. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v1i4.18897>
- GUIMARÃES, N. A. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 82-102, 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100005>
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HAZEU, M.; SILVA, L. I. Migração internacional das mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 75, p. 89-129, 2014.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999. v. 2. p. 183-221.
- HILL COLLINS, P. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, p. e175118, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>
- HIRATA, H. Trabalho, Família e Relações Homem/Mulher - Reflexões a Partir do Caso Japonês **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, 1986.
- HIRATA, H.; HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, out. 1989.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe Operária Tem Dois Sexos. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 93, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- JACQUET, C. Urbanização e emprego doméstico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 163-184, jun. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200009>
- JIMÉNEZ, M. P. P. Trabalho, poder, e sexualidade: histórias e valores femininos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 201-276, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1856/1977>>. Acesso em: 1º mar. 2019.
- KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13-34, 2006.
- KERGOAT, D. Da divisão do trabalho entre os sexos. *In*: HIRATA, H. (org.). Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, 1989.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- KOFES, S. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 19-30, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1678>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

- LARANJEIRA, S. M. Reestruturação produtiva nos anos 90. Aspectos do contexto internacional no setor de serviços. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, fev. 1997.
- LAVINAS, L. Aumentando a Competitividade das Mulheres no Mercado de Trabalho. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 171, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16666>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- LEBON, N. Origens e desafios da profissionalização no movimento de saúde da mulher de São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 64, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9856>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- LOBO, E. S. Experiências de mulheres, destinos de gênero. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 169-182, 1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701989000100011&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701989000100011&lng=en&nrn=iso)>. Acesso em: 1º mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v1i1.83343>
- LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 31, p. 7-16, 1991.
- MATOS, M. I. S. de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 97-115, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1764>>. Acesso em: 1º mar. 2019.
- MCCALLUM, C. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 1-2, p. 157, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11990>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- MCCLINTOCK, A. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. **Cadernos Pagu**, n. 20, p. 7-85, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100002>
- MELLO, H. P. de. De Criadas a Trabalhadoras. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 323, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12011>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 42, fev. 2000.
- PENA, M. V. J. A mulher na força de trabalho. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 9, 1980.
- PERLONGHER, N. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 8, n. 22, p. 137-144, 1993.
- PERRON, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 2008.
- PISCITELLI, A. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 150-200, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- PISCITELLI, A.; BELELI, I.; LOPES, M. M. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 242-246, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100015/8722>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- RAGO, L. M. Imagens da prostituição na belle époque paulistana. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, 1993.
- RAPKIEWICZ, C. E. Informática: domínio masculino? **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 169-200, 2012.
- RICOLDI, A. Trabalho, Família e Política: os estudos de gênero e os Grupos de Trabalho da Anpocs. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017. **Anais [...]**. ANPOCS, 2017.
- RIZEK, C. S.; LEITE, M. de P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 281-307, 2012.

- RODRIGUES, A. M. Práticas e representações de pequenos funcionários públicos de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 85-103, 1989.
- RUBIN, G.; BUTLER, J. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 157-209, 2003.
- SAFFIOTI, H. Reminiscências, Releituras, Reconceituações. **Estudos Feministas**, v. 0, n. 0, p. 97, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15803>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- SANCHEZ, B. R. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 80, p. 103-117, 2017.
- SCHUMACHER, S. Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização. *In*: MATOS, M.; ALVAREZ, S. (orgs). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2018. v. 2. p. 21-56.
- SCOTT, J. W. Prefácio à Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 2007.
- SCOTT, R. P. Família, Gênero e Poder no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 58, p. 29-78, 2004.
- SEGNINI, L. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. **Cadernos Pagu**, n. 10, 147-168, 2012.
- SILVA, J. G. da. Café amargo – Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980) de Verena Stolcke. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, fev. 1987.
- SILVEIRA, F. L. A. da. Travesti: a invenção do feminino, de Hélio Silva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 27, fev. 1995.
- SOARES, A. Se Eu Pudessem Não Ser Caixa de Supermercado. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 82, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12562>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- SORJ, B. O processo de trabalho na indústria: tendências de pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 15, 1983.
- SOUZA, G. A. A. de. Não se fazem mais filhos como antigamente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 1, n. 1, 1987. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v1i1.18902>
- SPIVAK, G. C. Literatura. **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 9-53, 2016.
- STOLCKE, V. Mães para uma nova pátria europeia. **Cadernos Pagu**, n. 2, p. 198-204, 2006.
- STRATHERN, M. Entre uma melanesianista e uma feminista. **Cadernos Pagu**, n. 8/9, p. 7-49, 2011.
- TILLY, L. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 2007.
- VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 63-84, 2007.
- WAJCMAN, J. Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 201-256, 2012.
- WEINSTEIN, B. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 143-171, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>>. Acesso em: 1º mar. 2019.
- WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em “comunidades pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, p. 41-60, fev. 1992.

## Como se faz teoria social no Brasil? Hagiografia, extroversão intelectual e avanços (2010–2019)

Marcelo C. Rosa<sup>1</sup>  
Matheus A. P. Ribeiro<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este artigo se insere em uma tradição recente de reflexões sobre o estado da arte e as características da produção sociológica brasileira publicada sobre teoria social.<sup>1</sup> A pesquisa que subsidiou a produção desta reflexão teve como primeiro passo traçar os caminhos das produções sobre teoria social no conjunto de obras da série *O que ler na ciência social brasileira*, dividida em dois conjuntos — “1970–1995” (Miceli, 1999) e “1970–2002” (Miceli, 2002) —, e posteriormente seguida de *Horizonte das ciências sociais no Brasil: sociologia* (Martins, 2010).

Este ponto de partida já nos permite enunciar algumas das problematizações que serão levantadas no interior deste artigo, pois, uma vez observadas as três obras, nota-se que as duas primeiras, Miceli (1999) e Miceli (2002), não têm capítulos que tratem especificamente da produção de teoria social feita por brasileiros. A edição de Miceli (1999) abarca eixos temáticos que compreendem temas como classes sociais, mobilidade social, intelectuais brasileiros, interpretações

sobre o Brasil, estudos de gênero, sociologia da religião e estudos sobre profissões no Brasil. O volume de Miceli (2002), por sua vez, é dividido nos eixos de cultura, justiça e segurança, agricultura e educação. Em ambos, resta ausente a reflexão sobre intelectuais brasileiros que produzam ou debatam teoria.

A ausência de um acúmulo permanente de revisões sobre uma produção intelectual brasileira em teoria social, entre outras causas, possivelmente guarda conexão com as características da história de institucionalização de nossas ciências sociais. O enfoque em temas como desenvolvimento, relações raciais e contato cultural, que marca os primeiros trabalhos de fôlego de nossa ciência social acadêmica, estava diretamente ligado a problemas sociais nacionais ou a demandas de organismos internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco]), aos quais se pretendia dar algum tipo de resposta concreta.

A diversificação temática, que ocorre a partir dos anos de 1970 e se estende até hoje, encontra no final dos anos de 1990 os primeiros passos para a institucionalização

---

<sup>1</sup> A opção por refletir apenas sobre os trabalhos publicados nos principais veículos acadêmicos do país visa reforçar a noção de que somente o que é publicado passa (em tese) pelo crivo de pares que conhecem o tema. Trabalhos e intervenções em congressos e grupos sobre teoria não necessariamente chegam a este momento.

---

<sup>1</sup>Universidade de Brasília – Brasília (DF), Brasil. E-mails: marcelocrosa@gmail.com, matheus.sociologia.unb@gmail.com

de um debate mais sistemático sobre teoria social.<sup>2</sup> Cabe mencionar que a mais exitosa tradição intelectual que envolveu sociólogos brasileiros, capaz de influenciar os meios intelectuais internacionais, como exposto em Ruvituso (2020) e Costa (2019), foi a teoria da dependência, que, apesar de seu caráter teórico, sempre esteve mais associada à descrição e à interpretação dos processos de modernização e desenvolvimento periféricos.

A partir do volume de 2010, a série da Anpocs passou a analisar, pela primeira vez, o caráter das produções em teoria social brasileiras, com ênfase na sua capacidade de intervir “nos principais debates teóricos desenvolvidos no âmbito da disciplina” (Costa, 2010, p. 26). O texto de Costa, que analisa apenas artigos publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), entre 1998 e 2010, traz uma conclusão contundente que contribui para a compreensão da ausência, nas produções anteriores da Anpocs, de discussão capaz apresentar ferramentas teórico-metodológicas inovadoras no Brasil.

Entre os artigos pesquisados não se encontrou um único trabalho de cientista social brasileiro que fosse orientado por uma teoria própria ou que buscasse modificar ou ampliar parte significativa das teorias às quais se referem. (Costa, 2010, p. 44).

As conclusões de Costa sobre a RBCS revelam a posição periférica que os deba-

tes e a pesquisa em teoria ocupam em uma das principais revistas do Brasil e, do nosso ponto de vista, em periódicos de todo o mundo. Conforme apresentamos adiante, a pesquisa que sustenta o presente artigo indica que a conclusão, a partir da RBCS, de que no Brasil se fazia “teoria por adição” até 2010 (Costa, 2010) pode ser estendida para a quase totalidade da produção brasileira que se identifica com a área de teoria vinculada à sociologia também na década seguinte (2010–2019), mesmo com uma base de dados ampliada.<sup>3</sup>

No presente texto, analisamos as formas de intervenção intelectual que caracterizam o debate sociológico brasileiro em teoria social publicado nos últimos dez anos (2010–2019). A partir delas, pontuamos em que medida esses trabalhos têm conseguido contribuir com ferramentas analíticas inovadoras às ciências sociais, mediante a proposição de novas teorias, conceitos ou metodologias. O trabalho buscou considerar, uma década depois, a atualidade ou não dos resultados apresentados em Costa (2010). Para tanto, utilizamos uma base de dados mais ampla, que contempla as revistas brasileiras publicadas de 2010 a 2019, classificadas pela área de sociologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nos níveis A1, A2 e B1 do Qualis-Periódicos (vinte revistas),<sup>4</sup> e um conjunto derivado de livros publicados no Brasil com o tema de teoria social. Como buscamos testar justamente a consistência nacional da

2 Segundo Silva (2007), o primeiro registro de grupo sobre teoria social no Congresso da Anpocs é apenas de 1997. Essa presença tardia ajuda a compreender a ausência do tema nas revisões propostas por essa associação.

3 O trabalho de Costa (2010) não se limita à sociologia, incluindo outras áreas das ciências sociais presentes na RBCS.

4 Qualis Periódicos é uma ferramenta da Capes para classificação e hierarquização do volume e da qualidade da produção brasileira em periódicos. Em 2017, as revistas eram divididas em sete níveis: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5.

área, excluímos as publicações internacionais de autoras e autores baseados no Brasil.<sup>5</sup>

Argumentamos que as formas de intervenção intelectual que caracterizam o debate sociológico brasileiro publicado em teoria social concentram-se em:

- Produções engajadas na reconsagração de autores
- Produções engajadas em descrever movimentos teóricos
- Produções inovadoras, porém não apropriadas localmente.

Ao apresentar esses resultados, este texto discute o lugar da teoria na sociologia brasileira em diálogo com produções que tratam da geopolítica da dependência acadêmica, da extroversão intelectual (Hountondji, 1997) e da mentalidade cativa (Alatas, 2003). A conclusão principal, forjada na pesquisa, é de que, salvo casos isolados, a sociologia brasileira tem se absterido de instigar pesquisadores e pesquisadoras a construir contribuições inovadoras no campo da teoria social. Pesquisar e publicar sobre teoria no Brasil (entendendo que uma pesquisa somente se torna legítima ao ser publicada) significa primordialmente:

- Oferecer aos leitores brasileiros um mapa interpretativo da produção internacional
- Encontrar formas sofisticadas de aplicação dos modelos teóricos consagrados para temas desenvolvidos localmente.

Em sua estrutura, o texto, primeiramente, discute o papel secundário relegado às produções teóricas de brasileiros no meio intelectual nacional, problematizando o *sta-*

*tus* das contribuições feitas no país sob o rótulo de pensamento social e a formação acadêmica de nossos quadros, pouco voltada à pesquisa em teoria social. Em seguida, faz-se uma explanação dos pontos investigados na pesquisa e da metodologia empregada, bem como a apresentação e a problematização dos resultados encontrados. Após descrever e problematizar os resultados, e pontuar os poucos casos com intenção efetiva de promover alguma inovação no contexto brasileiro, o artigo é finalizado com um levantamento de hipóteses que podem orientar engajamentos futuros neste debate.

### **TEORIA É O QUE O CENTRO FAZ! PENSAMENTO SOCIAL NÓS TAMBÉM FAZEMOS...**

Compreender as formas de intervenção intelectual que caracterizam o debate sociológico brasileiro sobre teoria social nos últimos dez anos passa por dar sentido, primeiramente, ao modo como esse tipo de contribuição intelectual é empreendido em solo nacional e qual relação mantém com as produções hegemônicas do campo. A socióloga australiana Raewyn Connell tornou-se referência para o debate brasileiro por meio da participação em eventos e da publicação em revistas nacionais, oferecendo reflexões profícuas à compreensão da posição do Brasil na geopolítica do conhecimento. Em um de seus primeiros textos em português, originado de uma conferência no encontro da Anpocs de 2011, a autora faz uma provocação a partir da afirmação de que “teoria é o trabalho que o centro

---

5 O trabalho de Ribeiro (2018) trata da inserção de publicações de autores brasileiros, e do Sul Global em geral, em periódicos de teoria social internacionais. O trabalho do autor reforça alguns dos elementos que serão enfatizados neste artigo, como a posição periférica do Brasil em se tratando da divisão internacional do trabalho intelectual. Uma das principais características dos artigos de brasileiros publicados em revistas internacionais de teoria social é a ênfase em estudos de caso focados no contexto nacional ou latino-americano.

faz” (Connell, 2012, p. 9). Sua intenção com esse texto era mobilizar os intelectuais brasileiros a analisarem sua posição periférica no campo das ciências sociais, apontando para a divisão internacional do trabalho intelectual que privilegia o Norte Global como local de produção de teoria.

No artigo citado e em seu livro anterior (Connell, 2007), a autora usa indiscriminadamente as expressões “pensamento social” e “teoria” como sinônimos para Teoria, sem recorrer a uma definição específica. É importante pontuar esse modo como se lida com os dois termos. Frequentemente, no debate sociológico, controvérsias são levantadas pontuando a natureza de cada um desses termos e o modo como ambos são utilizados para classificar e hierarquizar produções intelectuais mundo afora. Lynch (2013) discorre sobre os motivos de a reflexão política brasileira ser tratada pela denominação de *pensamento social*, e não *teoria*. O autor afirma que tal dicotomia é frequentemente marcada por uma clara hierarquização geopolítica que dá ao *pensamento* — brasileiro, latino-americano — o *status* de uma reflexão inferior à *teoria*, que se definiria pela sua dimensão abstrata e descolada de qualquer marcador geográfico.

Em publicação recente, mesmo autores que têm analisado criticamente a hegemonia do Norte Global no interior das ciências sociais e buscado ampliar os cânones da teoria sociológica (Alatas; Sinha, 2017), asseveram que o pensamento social difere da teoria sociológica por ser menos formal e sistematicamente apresentado. Segundo esses autores, os textos de pensamento social teriam menor preocupação com definições, conceitos e teorias. É bastante esclarecedor o fato de que

quase tudo o que é apresentado como novidade por Alatas e Sinha (2017) como possível cânone não hegemônico — geopolítico ou de gênero — é tratado como pensamento social, e não como teoria. Apenas para Marx, Weber, Durkheim e Ibn Khaldun, também presentes no livro, é reservado o uso do último termo.

Uma consulta ao termo “teoria” no repositório<sup>6</sup> de ementas da Capes de cursos oferecidos em programas de pós-graduação da área de sociologia indica uma expressão bastante conhecida dessa diferença. Sob o rótulo de *pensamento social* são encontradas apenas disciplinas associadas ao Brasil ou à América Latina — em 2018, não existiam disciplinas com foco em outras regiões em seus títulos. Além disso, um breve olhar sobre as ementas de cursos de sociologia oferecidos nos Brasil demonstra que as disciplinas de pensamento social — predominantemente brasileiro — tendem a mudar rotineiramente e nem sempre são parte obrigatória da formação dos pesquisadores. As disciplinas de teoria social ou sociológica ofertadas, por sua vez, apresentam menor variação em sua bibliografia e são *loci* específicos para o estabelecimento de tais consensos hegemônicos. Seguindo o mesmo estilo de Alatas e Sinha (2017), no Brasil não ousamos incluir reflexões feitas em nossa região geográfica sob o rótulo de teoria em nossos cursos. A resposta mais simples a ser produzida é a de que, assim como os colegas asiáticos, não consideramos aquilo que é produzido aqui e em regiões periféricas como sistemático e formal.

Cientes de que o trabalho de pesquisa a ser apresentado neste artigo contempla também o que se chama de Pensamento Social

6 Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 4 jul. 2020.

Brasileiro e que este foi explorado por outros autores nesta revista (Brasil Júnior; Jackson; Paiva, 2020), defendemos que a linha que separa teoria de pensamento social é dinâmica. Ela tem menos relação com a sistematicidade do que foi escrito por autores e autoras ou sua precisão, e mais com a forma como seus escritos são utilizados e reproduzidos para formar pesquisadores e estudantes num contexto de inserção geopolítica periférica (Maia, 2011).

Certos escritos ou “pensamentos sociais” tornam-se teoria na medida em que são rotineiramente apresentados, depurados e debatidos no ambiente acadêmico em uma perspectiva de longa duração. Eles se tornam precisos porque se constroem consensos e leituras sintéticas predominantes sobre eles, e não necessariamente por sua qualidade intrínseca. É nesse sentido que não poderíamos ignorar, por exemplo, como a escrita e a difusão global de um texto como *A estrutura da ação social* de Talcott Parsons (2010) contribuiu definitivamente, quando associadas a outros processos, para a consolidação e a sistematização das obras de Durkheim e Weber como sinônimos de textos clássicos de teoria sociológica (Pareto, por sua vez, apesar de central no livro, não teve o mesmo destino). O mesmo poderia ser pensado para Marx, que se consolida como clássico de Teoria Sociológica por meio da incorporação de seus textos, comentadores e seguidores marxianos na formação básica de ciências sociais ao longo do século XX. Defendemos, portanto, que a sistematicidade e a formalização de certas noções se tornam Teoria quando diversos operadores externos ao próprio texto executam esse trabalho de sistematização em suas obras, congressos e salas de aula.

Para além do *status* menor que é dado às contribuições teóricas de cientistas sociais brasileiros, se comparadas com o prestígio associado às obras de autores estrangeiros, no Brasil nota-se que a própria formação curricular dos programas de pós-graduação relega à pesquisa em teoria social um papel diminuto. No país, toda pesquisa em sociologia acontece a partir de programas de pós-graduação. Dos 53 programas avaliados por essa área, em 2018, 11 tinham linhas de pesquisa em teoria, e oito em pensamento social, em sua grade formativa.<sup>7</sup> Em termos práticos, isso significa que pouco mais de um terço dos programas tinha pesquisas e oferecia formação específica nessa área. Mais do que isso, para além de linhas de pesquisa específicas, a área de avaliação em sociologia na Capes condicionou, em seus documentos vigentes até 2018, a existência de cursos de mestrado e doutorado ao oferecimento obrigatório de disciplinas de Teoria Clássica e de Teoria Contemporânea (sem definição clara sobre suas fronteiras). Em absolutamente nenhuma das bibliografias desses cursos presentes na Plataforma Sucupira para o ano de 2018 havia autoras e autores brasileiros. Consultamos os mesmos arquivos para os programas classificados com notas 6 e 7, e extraímos os cursos de Teoria que estavam ativos no ano de 2019. Para cursos obrigatórios, não encontramos nas bibliografias nenhum texto de teoria escrito por mulheres. Na mesma base de dados, foram encontrados textos de apenas cinco autoras como bibliografia de apoio cuja finalidade era apresentar ou comentar teorias feitas por autores homens.

Pela lógica da área na Capes, tornar-se pesquisador em sociologia exige o domínio

7 Disponível em: <[www.sucupira.capes.gov.br](http://www.sucupira.capes.gov.br)>. Acesso em: 4 jul. 2020.

de teoria sociológica. Conhecer teoria, no entanto, é diferente de pesquisar sobre teoria. Se todos no Brasil temos uma formação em teoria, isso não significa que tenhamos recebido formação para pesquisar sobre teoria ou para pesquisar sobre como desafiar criticamente a teoria de que tratamos em nossos cursos por meio da pesquisa. No Brasil, o mais provável é o treinamento para aplicação de teoria na pesquisa empírica, ou seja, para o uso da teoria como conteúdo normativo a fim de interpretar a realidade,<sup>8</sup> ou mesmo como meio para comentário ou exegese da produção de um autor e/ou de uma tradição intelectual.

Foi a partir dessa avaliação da conjuntura da área de Teoria Social e Sociológica que iniciamos uma pesquisa acerca das publicações nacionais sobre o tema, debruçando-nos sobre suas características, autoras e autores, estilos, temas e formas de apresentação.<sup>9</sup>

## **METODOLOGIA**

Com o interesse em compreender e sistematizar o modo como a discussão sobre teoria social é realizada no Brasil, a pesquisa decidiu por trabalhar com aquela que pode ser considerada a principal forma de circulação do conhecimento sociológico: a publicação de artigos e livros. Decidimos

por excluir de nossa análise os trabalhos e intervenções realizadas em congressos e grupos sobre teoria, partindo do pressuposto de que a publicação, ao passar pelo crivo dos pares, teria maior chance de contribuir para o debate contínuo e acumulativo acerca de determinado tema.

Tendo esta coleção origem em uma chamada específica feita por meio da Anpocs, optamos por levantar publicações que tenham ocorrido no intervalo dos últimos dez anos (2010–2019), em revistas classificadas pela área de sociologia na Capes nos níveis A1, A2 e B1 do Qualis Periódicos,<sup>10</sup> e um conjunto de livros com destaque em número de citações no debate nacional sobre teoria social. Optamos por realizar a pesquisa apenas com artigos e livros publicados por revistas e editoras do Brasil. Tal escolha buscou delimitar o universo de pesquisa ao padrão hegemônico da circulação do conhecimento de sociólogos e pesquisadores do país: voltado para a audiência e a construção de legitimidade em âmbito nacional. Desse modo, não tratamos aqui de analisar as publicações em veículos produzidos no exterior ou em outras línguas.

Primeiramente, considerando que a publicação em periódicos tende a ser o primeiro passo lógico para a apresentação de resultados de pesquisas que podem se transformar futuramente em livros, decidimos realizar

---

8 Diante de questões importantes levantadas pelas/os pareceristas, é preciso esclarecer que no Brasil não existem periódicos ou linhas editoriais específicas para o debate sobre teoria social.

9 No que diz respeito ao gênero de autoria, nota-se a predominância de textos individuais em 74% dos casos escritos de autores do sexo masculino em 60% das publicações. Mulheres publicando em grupo ou individualmente sobre teoria corresponderam a pouco menos de 20% do levantamento.

10 Qualis Periódicos é uma ferramenta da Capes para hierarquização do volume da produção brasileira em periódicos. Em 2017, as revistas eram divididas em sete níveis, sendo A1 e A2 os que atribuíam mais pontos ao programa que os tenha em suas bases de dados.

um levantamento de artigos de teoria publicados em revistas de sociologia.<sup>11</sup> O uso da plataforma *Web of Science* permitiu a construção de um banco de dados com a sistematização de informações sobre os artigos publicados em revistas indexadas na coleção SciELO, como o nome dos autores, o título do trabalho, o resumo e as palavras-chave. Tendo em vista o interesse em estudar os artigos no campo da teoria social, foi feita uma filtragem do total de publicações, selecionando apenas aquelas que tinham os léxicos “teori” e “teóri” citados nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave. A escolha por utilizar esse método de filtragem decorreu do interesse em capturar artigos que citassem a palavra “teoria” ou variações possíveis desta, como “teóricos”, “teórico”, “teórica”. Nesse sentido, enfocaram-se as produções que têm se apresentado diretamente sob rótulos que circundam a noção de teoria, excluindo-se reflexões que não estariam interessadas em participar estritamente deste tipo de debate.

Seguindo esses critérios, no universo de revistas classificadas como A1, A2 e B1 no Qualis Periódicos de 2017, foram selecionados 175 textos num total de vinte revistas brasileiras.<sup>12</sup> A pesquisa, nessa primeira fase, definiu-se pela análise bibliométrica, sem, no entanto, focar no universo de redes e citações das obras. Os instrumentos de pesquisa foram utilizados principalmente para buscar autoras e autores com atuação profissional no Brasil que identificam deliberadamente seus trabalhos com a área de sociologia e teoria social, e não o impacto de tais obras.

Para termos uma dimensão do lugar ocupado pelo tema “teoria” nesses periódicos,

o número total de artigos publicados nas revistas analisadas foi de 8.591, ou seja, cerca de apenas 2% declaram ter a teoria como objeto. Feito esse levantamento, foram desenhados alguns instrumentos de análise dos artigos. Realizamos uma análise do conteúdo de títulos, resumos e palavras-chave de cada um dos 175 artigos publicados, a partir da catalogação das publicações em quatro perfis de intervenção intelectual, com o interesse em diferenciar o tipo de relação com a teoria social que o artigo propunha. As categorias utilizadas foram: inovação, adição, comentário e inventário de usos-aplicação em pesquisa.

Os critérios que definem essas categorias são:

- **Inovação:** artigos que propunham novos conceitos, teorias e/ou metodologias no campo da teoria social.
- **Adição:** apropriação do termo forjado por Costa (2010) para artigos que apresentavam revisões de conceitos, teorias ou metodologias, propondo modificações em quadros teóricos já consolidados.
- **Comentário:** artigos que comentavam a obra de determinado autor, sem interesse em propor a revisão de sua teoria, ajustes em conceitos ou sua superação.
- **Inventário de usos-aplicação em pesquisa:** artigos que defendiam o valor de determinada teoria, indicando usos possíveis no campo da investigação social ou realizando um trabalho analítico utilizando-se de determinada teoria para compreender ou explicar um objeto de estudo.

11 No antigo modelo de classificação de revistas Qualis/Capes, cada área do conhecimento hierarquizava, por critérios próprios, as revistas que eram consideradas mais relevantes para a sua área no Brasil e no mundo.

12 O universo de revistas publicadas como Qualis A1, A2 e B1 em 2017, pela área de Sociologia na Capes, foi de 210 periódicos, incluídos aqueles publicados em outros países.

Essa etapa de classificação foi acompanhada pela pesquisa em livros. Foram selecionados para análise livros que se atêm à área de teoria social, publicados entre 2010 e 2019. A amostra aleatória analisada foi formada a partir das obras citadas na pesquisa com os artigos de periódicos e, por isso, recua temporalmente para a década anterior, quando encontramos autores de artigos (2010–2019) com livros publicados em português. Assim como no caso dos artigos, intentou-se compreender o modo como, nessas obras, a discussão sobre teoria é apresentada.

Por fim, a pesquisa se deteve na análise dos artigos enquadrados nas categorias adição e inovação, visando compreender o tipo de produção intelectual apresentado por esses artigos e em que medida essas produções vêm sendo incorporadas ao debate sociológico nacional, trabalho que resultou na classificação desta produção em três grandes categorias.

## TEORIA SOCIAL E HAGIOGRAFIA

Ao se observar a frequência dos artigos nas categorias criadas pela pesquisa, é possível notar que a maior parte das publicações se enquadra como “comentário”, que alcança o total de 52,27% das publicações, seguida de artigos que fazem inventários de usos-aplicação de teoria em pesquisa, que totalizam 29,55% dos artigos. As categorias com menor quantidade de artigos são adição e inovação, com, respectivamente, 8,52% e 6,82% dos artigos orientados para intervir nos principais debates teóricos desenvolvidos no âmbito da disciplina.

A partir disso observa-se que a maior parte do debate brasileiro no campo da teoria social encontra-se concentrada em atividades que não apresentam novas fer-

ramentas teórico-metodológicas à esfera da sociologia nacional. A maior parte dos textos tende a reproduzir interpretações, conceitos e tradições intelectuais que já estão consolidados na disciplina. A soma de publicações baseadas em comentários e usos-aplicação da teoria, que totalizam 81,82%, expressa isso. Nesse sentido, a produção que discute teoria, nos periódicos nacionais analisados, nos induz a questionar em que medida as linhas de teoria social ou sociológica de nossas pós-graduações têm se mantido apenas como espaços nos quais se pesquisam possibilidades de aplicação de teoria ou, ainda, de leitura da história da sociologia e suas teorias.

Para além do domínio de reflexões sem caráter inovador, olhando essas publicações de forma mais detida, percebe-se que 56% do total desses artigos associavam teorias a determinados autores em seus títulos, seus resumos e suas palavras-chave, para situar o debate teórico com o qual estavam dialogando. Entre os autores citados, destacam-se: **Niklas Luhmann**, com sete citações diretas (Bachur, 2011; Torres Junior, 2014; 2016; Gutierrez; Almeida; Marques, 2011; Melo Júnior, 2013; Klein, 2017; Minhoto; Gonçalves, 2015), seguido de **Michel Foucault**, com seis citações (Schwengber; Meyer, 2011; Lockmann; Machado, 2018; Alves, 2017; Veiga-Neto; Rech; 2014; Avelino, 2017; Cardoso; Hirata; 2017), **Max Weber**, com seis citações e quatro textos (Sell, 2011; 2012; 2016; 2018; Silva, 2016; Weiss, 2014), **Pierre Bourdieu**, em cinco casos (Miguel, 2015; Peters, 2012; 2013; 2017; Moretti-Pire *et al.*, 2016), **Alberto Guerreiro Ramos**, em quatro (Lynch, 2015; Feres Júnior, 2015; Filgueiras, 2012; Maia, 2012), e **Axel Honneth**, em três publicações (Mendonça; Porto, 2017; Braga; Schumacher, 2013; Souza, 2012).

É relevante ainda ressaltar que a breve lista do parágrafo anterior inclui o nome de um único brasileiro: Guerreiro Ramos. O autor foi retomado com alguma força nos debates que associaram teoria social e Pensamento Social Brasileiro ao longo da última década por pesquisadores que circulam em um ou outro campo de pesquisa. Não é objeto deste artigo, mas seria importante para uma agenda de investigação sobre o tema analisar e sistematizar os pontos nos quais os colegas brasileiros reconhecem seus possíveis avanços teóricos para a sociologia global feita a partir da periferia (Bringel; Domingues, 2015).

Na pesquisa em livros, notamos que algumas das principais referências de teoria citadas estão localizadas na coleção “Sociologia: pontos de referência”, da editora Vozes. Nessa coleção temos dois livros de colegas atuantes no Brasil que apresentam autores como Niklas Luhmann (Rodrigues; Neves, 2017) e Georg Simmel (Vandenbergh, 2019). Não está em jogo aqui o conteúdo dos livros, mas o fato de que o ponto de vista usado para vender o livro e para sua apropriação é o do “indivíduo-autor”, e não exatamente da sua teoria, o que, inevitavelmente, o conectaria com outros atores.

Nessa mesma tendência, encontramos entre artigos e livros uma profusão de trabalhos sobre outros “indivíduos-autores”, como Marx (Cohn, 2016), Durkheim (Weiss, 2013; Weiss; Oliveira; Consolim, 2016), Mauss (Consolim; López; Weiss, 2018) e Butler (Pereira, 2018), que costumam operar a ligação entre os cursos de formação em teoria e seus estudantes. Nesse tipo de publicação, a obra de autores e de poucas autoras consagradas — Judith Butler e Nancy Fraser são as únicas a aparecer em duas publicações — é mediada e ganha sentidos de apropriação próprios forjados por pesquisadores

locais. Seguindo um perfil paradidático, os textos oferecem aos seus leitores a possibilidade de conhecer perspectivas geralmente pouco comuns no Brasil para compreender os textos, os conceitos e, principalmente, as autoras e os autores.

Uma característica importante do modo como livros e artigos são apresentados é justamente sua opção pelo nome do autor e da autora, e menos por conceitos ou rótulos específicos. Nessa chave, para além de termos descritivos substantivos, encontramos a referência ao estudo das teorias de uma ou outra autora ou autor. Esse tipo de enquadramento reifica a forma peculiar de associar teorias e biografias, mesmo que as últimas não sejam objeto de análise dos livros e artigos, nem dos cursos que oferecemos. Essa predominância de textos de teorias feitos individualmente por autores — em geral, homens — ou que fazem referência ao nome destes em títulos, resumos e palavras-chave remete a um traço apontado muitas décadas atrás por Bourdieu (1976) ao caracterizar o campo científico: o exercício intelectual da hagiografia, ou seja, de descrever a teoria social quase exclusivamente pelos seus autores e suas biografias. De certa forma, nossos cursos e textos sobre teoria contribuem para renovar a consagração de autores, mas nem sempre para refletir sobre os avanços da teoria.

Quando apontamos, no primeiro tópico deste artigo, as diretrizes de formação da área de sociologia no Brasil, o que exige leituras de teorias clássicas e contemporâneas, estávamos também tentando indicar que nossas escolhas de leitura são primeiramente marcadas por autores — predominantemente homens —, e só depois por teorias, como veremos a seguir. Os dados demonstram a imensa dificuldade de separar as duas coisas e, em muitos casos, reduzem nossa intervenção nos debates de teoria a apresentar teorias

de terceiros. Pesquisadores em teoria, aqui e em outras partes do mundo, tendem a se transformar em embaixadores ou tradutores de certas teorias para o Brasil. Nesse modelo, autores e autoras euro-americanos/as aqui tendem a ser tratados como entidades transcendentais que nos guiam e condicionam nossa vida terrena acadêmica. Por opção e por força da geopolítica da disciplina e do mercado editorial, em muitos casos assumimos o papel de meros intermediários que recebem e transmitem teorias e métodos para aqueles não iniciados. Nos casos mais sofisticados, assumiríamos o papel de mediadores (Latour, 2005), imprimindo algum sentido próprio, porém de menor importância, associado ao modelo clássico hegemônico.

## TEORIA SOCIAL E MOVIMENTOS TEÓRICOS

Conforme descrito, as intervenções intelectuais em teoria social, no debate brasileiro, não se caracterizam apenas pela simbiose entre “indivíduos-autores” e suas teorias; também há os trabalhos que se apresentam em diálogo com correntes e movimentos teóricos. No grupo dos trabalhos que fazem referência em títulos, resumos e palavras-chave a uma determinada teoria, sem centrar em autores, classificamos 20,57% dos artigos e, neles, encontramos referências a 36 diferentes tipos de Teorias com nomes próprios. Nesse conjunto são citadas, em mais de um artigo, as seguintes: **Teoria do Valor Trabalho** (Dal Rosso, 2014; Prado; Pinto, 2014; Cavalcante, 2014; Amorim, 2010); **Decolonialidade** (Assis, 2014; Ballestrin, 2013; Ferreira, 2014); **Teoria Crítica** (Melo, 2011; Domingues, 2011a; 2016; Klein, 2017); **Teorias Feministas** (Simões-Barbosa; Dantas-Berger, 2017; Auad, 2018; Matos; Paradis, 2014); **Interacionismo**

**Simbólico** (Martins, 2013; Nunes, 2013); **Teoria dos Sistemas** (Neves, 2015; Holmes, 2015); **Teorias do Reconhecimento** (Lelo, 2017; Pinto, 2016); e **Teoria Queer** (Miskolci, 2017; Pereira, 2012). As demais 17 teorias foram citadas em apenas um artigo. Novamente, é predominante a publicação de artigos que comentam e apresentam certas Teorias ao público brasileiro ou que aplicam determinada Teoria a um tipo de pesquisa feito no Brasil.

Entre os 19 trabalhos que associam teoria a um tema específico de pesquisa, temos, como mostramos acima, os cinco casos sobre Pensamento Social Brasileiro e Teoria, em que domina o nome de Guerreiro Ramos. Nas demais publicações, encontramos quatro casos que tomam a teoria a partir da discussão com a modernidade (Bresser-Pereira, 2014; Domingues, 2016; Tavolaro, 2014; 2017), e uma lista de casos únicos em temáticas como relações raciais, ciência e tecnologia, corpo, sociologias do Sul e campesinato, apenas para ficar com os temas mais comuns da área no Brasil.

Combinando os dois modelos anteriores de hagiografia e os movimentos teóricos, podemos citar também os escritos de Frédéric Vandenberghe. Suas publicações, na última década, o aproximam de um estilo já exemplificado aqui. São obras que visam apresentar às comunidades nacional e internacional leituras e interpretações específicas sobre teorias clássicas e contemporâneas. Seguindo o estilo convergente que marca a obra de Margaret Archer, Vandenberghe apresenta rotineiramente sínteses e propostas de fusão entre movimentos teóricos contemporâneos. Suas intervenções contribuíram para a disseminação local da própria obra de Margaret Archer e de suas interlocuções com o realismo crítico de R. Bashkar, do que tem agora sido classificado como sociologia re-

lacional, e, anteriormente, de autores como Georg Simmel, Pierre Bourdieu e Bruno Latour, entre outros.

Apesar de muitas dessas contribuições conterem inflexões próprias do autor no estilo de “teoria por adição”, que alargam conceitos e teorias presentes nas obras dos autores e movimentos intelectuais que dão título e palavras-chave aos textos, especialmente no Brasil elas são citadas e utilizadas como mediadores da leitura da obra original. Quando Vandenberghe é citado por autoras e autores brasileiros, é para apresentar alguns dos autores acima, e não para marcar alguma contribuição própria de seus textos. Seus livros de mais ampla citação no Brasil são justamente aqueles sobre Georg Simmel e sobre a teoria social realista (Vandenberghe, 2010; 2019).<sup>13</sup>

### **ALGUNS (POUCOS) AVANÇOS**

Considerando-se apenas textos e coletâneas que buscaram realizar diálogos provocadores entre noções desenvolvidas no pensamento social brasileiro e latino-americano, bem como outras consagradas em nossos cursos formativos de teoria, merecem destaque os escritos de Maia (2012) e Botelho (2013). Cabe também menção ao livro de Chaguri e Medeiros (2018) que faz recorte semelhante para pensar as condições e peculiaridades de se fazer teoria ao Sul e conta com a contribuição de diversos autores e autoras aqui citados.

Como apontado pelo trabalho de Ribeiro (2018), José Maurício Domingues talvez seja o único sociólogo brasileiro que publi-

ca sistematicamente em revistas de teoria social internacionais. Precursor nos debates nacionais sobre modernidade, por meio do desenvolvimento da noção de “subjetividade coletiva” nos anos 1990 (Domingues, 1999), sua obra se desenvolveu na última década com a intensificação do diálogo entre teoria social global, modernidade e vida política latino-americana contemporânea, incluindo a noção de semiperiferia (Domingues, 2012). Nessa chave, outra inovação conceitual que encontramos em suas obras é a noção de “terceira fase da modernidade” como ferramenta para a compreensão das articulações específicas que se desenvolveram na região. Essa noção também se apresenta como uma crítica teórica do uso do termo pós-modernidade. Mais recentemente, seus textos retomam inflexões específicas para debater possíveis avanços teóricos na sociologia política, com ênfase na teoria crítica (Domingues, 2016).

O caso de José Maurício Domingues reforça o padrão de difusão e recepção no Brasil encontrado no uso primordial que se faz no país das obras de Vandenberghe. Mesmo que as obras de Domingues, citadas anteriormente, procurem claramente intervir conceitualmente no atual debate sobre modernidade e política em escala global, no Brasil sua obra mais citada é o texto no qual o autor procura traçar a trajetória e a apropriação de determinados conceitos-chave da história da sociologia (Domingues, 2014).<sup>14</sup> Ou seja, uma obra que procura primordialmente apresentar uma história da disciplina, e não conceitos do próprio autor, como ressaltado acima. De certo modo, mais do que

13 Segundo dados do Google Scholar, em maio de 2019, Vandenberghe (2010) e Vandenberghe (2019) tinham, respectivamente, 84 e 100 citações no Brasil.

14 Domingues (2014) tinha, em maio de 2019, 160 citações no Google Scholar, ante 130 de seu livro anterior, também em português.

sua intervenção específica na teoria global, são seus escritos que comentam e criticam certos movimentos teóricos que acabam por ganhar mais recepção por estas terras.

Como podemos ver, no âmbito e nos limites da pesquisa que realizamos, a empreitada de publicar deliberadamente para intervir no debate global da teoria social tem se concentrado, no Brasil, praticamente nas mãos de apenas um autor. Se conectarmos essa constatação com as reflexões sobre a bibliografia obrigatória dos cursos de teoria oferecidos em nossos programas de pós-graduação que citamos acima, perceberemos que a obra de Domingues também não figura nas bibliografias informadas à Capes.<sup>15</sup> Essa ausência denota a dificuldade que nós mesmos temos de reconhecer e absorver o trabalho de colegas brasileiros quando o assunto é teoria global.

## CONCLUSÃO — GEOPOLÍTICA DA TEORIA PERIFÉRICA

Ainda na década de 1980, a Associação Internacional de Sociologia, sob a presidência do brasileiro Fernando Henrique Cardoso, criou uma revista específica para ampliar o espectro geográfico de colaborações em suas publicações, até então concentradas nos Estados Unidos e na Europa. A *International Sociology* e os debates nela divulgados nos primeiros números refletiram dilemas que são comuns à prática de sociologia. Como democratizar a disciplina sem perder sua pretensa unidade que era garantida pela hegemonia euro-americana? Quais os limites disciplinares da sociologia em um contexto de necessária expansão geopolítica de sua audiência para países nos

quais não existe esse grupo profissional consolidado? Até onde poderíamos ampliar nossas referências teóricas sem perder a uniformidade do que fazemos? (Archer, 1991; Sztompka, 2009; 2011).

Essa tensão entre expansão e uniformidade contribui para compreendermos o estatuto dos debates sobre teoria também no Brasil, como apresentamos. A expressão “teoria por adição”, forjada por Costa (2010), revela uma forma possível e politicamente conveniente de fazer as coisas a partir da periferia: afirmar o protagonismo histórico de modelos analíticos considerados canônicos para garantir nichos de prestígio locais. Fraseando de outra forma, ingressamos nos debates nos colocando em uma posição periférica e corroboramos a expressão consagrada por Connell (2012): “teoria é o trabalho que o centro faz”. Posição semelhante a essa é apresentada por Domingues (2011b), ao expor as possíveis contribuições teóricas de Gabriel Cohn para a noção de dominação. Para o autor, a timidez de autores nacionais para intervir no debate teórico global se deve ao fato de as pensarmos como “questões que fogem à nossa esfera de possibilidades efetivas” (Domingues, 2011b, p. 429).

Esse modo de inserção pode ser traduzido, nas palavras de Hountondji (1997), como *extroversão* — orientação intelectual para o exterior — e *endogenização* — adaptação crítica dos modelos analíticos do centro. Compreendendo que a *endogenização* tem sido lida como um atributo positivo da política disciplinar periférica (Alatas, 2003), esta poderia ser vista como o desafio (e a adição) às teorias hegemônicas pela pesquisa produzida na sociologia fora do centro.

---

15 Não podemos ignorar o fato de que os textos desse autor são usados em bibliografias de cursos específicos de certos professores e professoras. O ponto principal é que seus textos estão ausentes da bibliografia básica sobre teoria submetida para avaliação da qualidade dos programas.

É provavelmente na relação entre teoria e pesquisa que reside o maior desafio dos debates nessa área no Brasil, mas não somente. Como vimos, as publicações que se apresentam como de teoria tendem a ser livros e artigos cuja pesquisa e fontes são os próprios textos de teoria comentados. São experimentos nos quais a teoria desafia a teoria. Nos prováveis casos nos quais trabalhos empíricos contribuem para desafiar cânones teóricos, autoras e autores tendem a apresentar em títulos e palavras-chave identificadores outros que não a palavra teoria, colocando-os fora de análises como a que fizemos aqui. A exceção surge em textos como o de Maia (2013) sobre a condição periférica e a noção de Sul (Rosa, 2014; Chaguri; Medeiros, 2018), que foram esporadicamente trazidos ao debate como forma de ilustrar e descrever a história da sociologia em países como o nosso.

Da forma como foi apresentado, o texto procurou demonstrar que a área de Teoria representa um ramo ainda pequeno do volume da pesquisa que se reverte na publicação, seja em livros, seja em periódicos nacionais. A dimensão restrita da área de pesquisa e de suas publicações corresponde às condições geopolíticas de se fazer sociologia em um país como o Brasil. Essas características influenciam também as condições e os modos de citações desses escritos, uma vez que qualquer proposição nacional sobre teoria tende a ter um tempo de absorção e replicação mais longo que a década abordada na pesquisa feita para este texto. Ainda sobre o limite da pesquisa, é preciso ter em conta que esses resultados não refletem tudo o que se fez no Brasil nesse tempo, mas apenas aquilo que foi coletado a partir dos critérios metodológicos apresentados diretamente por autoras e autores como Teoria.

Para além dos poucos casos de autoras e autores que buscaram intervir em publicações no Brasil no debate internacional (não utilizamos, por razões metodológicas, textos publicados no exterior) e que citamos, gostaríamos aqui de levantar, a partir de nossos resultados limitados, um conjunto de hipóteses para desenvolvimento futuro:

- A produção contínua da hagiografia de grandes nomes euro-americanos como sinônimos de teoria condiciona a mentalidade cativa das sociólogas e dos sociólogos brasileiros que, na melhor das hipóteses, se aventuram ao papel de comentaristas/as e tradutores/as locais do debate internacional.
- Do nosso ponto de vista, as situações mais favoráveis (menos cativas) nos permitiriam fazer aquilo que Costa (2010) chamou de “teoria por adição”, ou seja, estender modelos consagrados para pensar o caso do Brasil, como vimos no tópico sobre teoria social e movimentos teóricos. Nesses casos, teríamos uma alternativa próxima daquilo que alguns autores africanos classificaram de “endogenização da sociologia” (Hountondji, 1997; Nyamnjoh, 2012; Adesina, 2002).
- A teoria local como endogenização de problemas trazidos pelas grandes teorias nos coloca diante do problema dual do “ideográfico” e do “universal”. Em termos gerais, os textos aqui citados avançam no debate teórico a partir de adjetivos interpretados como ideográficos. Em nenhum caso aqui descrito o ideográfico desafia, como problema, o centro da teoria universal.
- Essa posição tem nos permitido retrabalhar a contribuição teórica de autoras e autores do chamado “pensamento social brasileiro” na chave da história da so-

ciologia. Nesse nicho, a sociologia (por vezes, ideográfica) que se fez aqui não precisa entrar em conflito intelectual com aquela feita hegemonicamente, e assim sobrevive para os crivos nacional e internacional sem maiores sobressaltos (Maia, 2017).

- Esses resultados de pesquisa ensejam a realização, no futuro, de estudos que proponham a comparação com o perfil de publicação de outros países na área de Teoria. É importante ter em conta que não é porque toda a teoria de-

batida e ensinada no Brasil tem origem na Europa e nos Estados Unidos, que as próprias sociologias euro-americanas sejam proporcionalmente mais teóricas que as que fazemos por aqui.

- Aprendendo com as poucas autoras e com os autores dos textos citados, chegamos à conclusão de que a opção por um lugar de periferia (ideográfico) tem sido, até o momento, a maneira que permite às e aos intelectuais que fazem sociologia no Brasil alguma autonomia intelectual no âmbito global da teoria.

## Bibliografia

- ADESINA, J. O. Sociology and Yoruba studies: epistemic intervention or doing sociology in the “vernacular”? **African Sociological Review**, v. 6, n. 1, p. 91-114, 2002. <https://doi.org/10.4314/asr.v6i1.23204>
- ALATAS, S. F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. **Current Sociology**, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003. <https://doi.org/10.1177/00113921030516003>
- ALATAS, S. F.; SINHA, V. **Sociological theory beyond the Canon**. London: Springer, 2017. [https://doi.org/10.1057/978-1-137-41134-1\\_7](https://doi.org/10.1057/978-1-137-41134-1_7)
- ALVES, A. Repensando o papel do professor como agente transformador: parresía, cuidado de si e ética na formação de professores. **Pro-Posições**, v. 28, n. 1, p. 193-212, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0028>
- AMORIM, H. Valor-trabalho e trabalho imaterial nas ciências sociais contemporâneas. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 191-202, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100012>
- ARCHER, M. S. Sociology for one world: unity and diversity. **International Sociology**, v. 6, n. 2, p. 131-147, 1991. <https://doi.org/10.1177/026858091006002001>
- ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>
- AUAD, P. H. T. K. Estratégias históricas: teorias feministas, a história da literatura e a história do cinema nos anos 1970. **Cadernos Pagu**, n. 52, e185214, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800520014>
- AVELINO, N. Confissão e normatividade política: controle da subjetividade e produção do sujeito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, e329304, 2017. <http://dx.doi.org/10.17666/329304/2017>
- BACHUR, J. P. A diferenciação funcional da religião na teoria social de Niklas Luhmann. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, p. 177-190, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200010>
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

- BOTELHO, A. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Lua Nova**, n. 90, p. 331-66, dez. 2013.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de fa Recherche en Sciences Sociales**, v. 2, n. 3, p. 88-104, juin 1976.
- BRAGA, M. M. S.; SCHUMACHER, A. A. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 375-392, 2013.
- BRASIL JÚNIOR, A.; JACKSON, L. C.; PAIVA, M. O pequeno grande mundo do pensamento social no Brasil. **Revista de Informações Bibliográficas**. <https://doi.org/10.17666/BIB9106/2020>
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Modernidade neoliberal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, p. 87-102, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100006>
- BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi) periférica contemporânea. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 59-76, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000100005>
- CARDOSO, B.; HIRATA, D. Dispositivos de inscrição e redes de ordenamento público: uma aproximação entre a Teoria do Ator-Rede (ANT) e Foucault. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 77-103, 2017. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v714>
- CAVALCANTE, S. M. Valor, renda e “imaterialidade” no capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 115-130, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000100009>
- CHAGURI, M. M.; MEDEIROS, M. A. (orgs.). **Rumos do Sul: periferia e pensamento social**. São Paulo: Alameda, 2018.
- COHN, G. O tempo e o modo: temas de dialética marxista. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 33-60, 2016. <https://doi.org/10.1590/2238-38752016v612>
- CONNELL, R. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. Austrália: Allen & Unwin, 2007.
- CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>
- CONSOLIM, M.; WEISS, R.; OLIVEIRA, M. (org.). **O Individualismo e os intelectuais**. São Paulo: Edusp, 2016. (Coleção Biblioteca Durkheimiana).
- CONSOLIM, M.; LÓPEZ, N. P.; WEISS, R. (org.). **Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia: Marcel Mauss**. Tradução Benthien e Rafael Faraco. São Paulo: Edusp, 2018. (Coleção Biblioteca Durkheimiana, 5).
- COSTA, S. Teoria por adição. *In*: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. T. S. **Horizontes das ciências sociais: sociologia**. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 25-51.
- COSTA, S. The research on modernity in Latin America: lineages and dilemmas. **Current Sociology**, v. 67, n. 6, p. 838-855, 2019. <https://doi.org/10.1177/0011392118807523>
- DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 75-89, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000100006>
- DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- DOMINGUES, J. M. Vicissitudes e possibilidades da teoria crítica hoje. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 71-89, 2011a. <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v114>

- DOMINGUES, J. M. Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn. **Dados**, v. 54, n. 3, p. 429-448, 2011b. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000300006>
- DOMINGUES, J. M. **Desarrollo, semiperiferia y periferia en la tercera fase de la modernidad global**. Buenos Aires: Clacso, 2012.
- DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 4.
- DOMINGUES, J. M. Teoria social crítica e tendências de desenvolvimento, emancipação e comunismo tardio. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 61-86, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752016v6i1>
- DUTRA, R. A universalidade da condição secular. **Religião & Sociedade**, v. 36, n. 1, p. 151-174, 2016. <https://doi.org/10.1590/0100-85872016v36n1cap07>
- FERES JÚNIOR, J. A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquidade e nação. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 111-125, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000100008>
- FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, p. 255-288, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000100013>
- FILGUEIRAS, F. B. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 347-363, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200011>
- GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B.; MARQUES, R. F. R. A influência de condições especiais de corporeidade na construção comunicativa de consensos. **Pro-Posições**, v. 22, n. 3, p. 165-176, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300012>
- HOLMES, P. Deslocamentos transnacionais da soberania popular: Império e multidão como distinção pós-democrática? **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 239-260, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-207020150113>
- HOUNTONDJI, P. J. (org.). **Endogenous knowledge: research trails**. Dakar: Dodesria, 1997. (African Books Collective).
- KLEIN, S. Niklas Luhmann, sistemas sociais: esboço de uma teoria geral. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 349-358, 2017. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125328>
- LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to actor network theory**. New York: Oxford University Press, 2005.
- LELO, T. V. Seria a luta por reconhecimento uma aspiração à agência soberana? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22, p. 161-190, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172205>
- LOCKMANN, K.; MACHADO, R. Pátria educadora? Uma análise das propostas para o ensino público brasileiro. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 128-152, 2018. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0020>
- LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880–1970). **Dados**, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>
- LYNCH, C. E. C. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953–1955). **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 27-45, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100003>
- MAIA, J. M. E. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000200005>
- MAIA, J. M. E. Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 265-291, 2012. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v2i412>

- MAIA, J. M. E. A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica. **Tempo Social**, 25, n. 2, p. 79-97, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000200005>
- MAIA, J. M. E. História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, n. 1, p. 111-128, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702017000100003>
- MARTINS, C. B. C. O legado do Departamento de Sociologia de Chicago (1920–1930) na constituição do interacionismo simbólico. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 217-239, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200003>
- MARTINS, H. H. T. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia. São Paulo: Anpocs, 2010.
- MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57-118, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430057>
- MELO, R. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, v. 24, n. 62, p. 249-262, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000200002>
- MELO JÚNIOR, L. C. M. A teoria dos sistemas sociais em Niklas Luhmann. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 715-719, 2013.
- MENDONÇA, R. F.; PORTO, N. F. F. Reconhecimento ideológico: uma reinterpretação do legado de Gilberto Freyre sob a ótica da teoria do reconhecimento. **Dados**, v. 60, n. 1, p. 145-172, 2017. <https://doi.org/10.1590/0011525820171117>
- MICELI, S. **O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)**: sociologia. São Paulo: Editora Sumaré; Anpocs, 1999.
- MICELI, S. **O que ler na ciência social brasileira (1970–2002)**. São Paulo: Editora Sumaré; Anpocs, 2002.
- MIGUEL, L. F. Bourdieu e o “pessimismo da razão”. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 197-216, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-207020150111>
- MINHOTO, L. D.; GONÇALVES, G. L. Nova ideologia alemã? A teoria social envenenada de Niklas Luhmann. **Tempo Social**, v. 27, n. 2, p. 21-43, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-2070201522>
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. São Paulo: Autêntica, 2017.
- MORETTI-PIRES, R. O. *et al.* Pastores, ovelhas desgarradas e as disputas pelo rebanho: sobre a transcrucificação na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2015. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 110, p. 99-116, 2016. <https://doi.org/10.4000/rccs.6392>
- NEVES, M. Ideias em outro lugar? Constituição liberal e codificação do direito privado na virada do século XIX para o século XX no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 5-27, 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/308805-27/2015>
- NUNES, J. H. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 257-277, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000200005>
- NYAMNJOH, F. B. “Potted plants in greenhouses”: a critical reflection on the resilience of colonial education in Africa. **Journal of Asian and African Studies**, v. 47, n. 2, p. 129-154, 2012. <https://doi.org/10.1177/0021909611417240>
- PARSONS, T. **A estrutura da ação social**: Marshal, Pareto e Durkheim. São Paulo: Vozes, 2010.
- PEREIRA, P. P. G. Queer nos trópicos. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 371, 2012.

- PEREIRA, P. P. G. Judith Butler e a pomba-gira. **Cadernos Pagu**, n. 53, e185304, 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530004>
- PETERS, G. O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. **Tempo Social**, v. 24, n. 1, p. 229-262, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702012000100012>
- PETERS, G. *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, p. 47-71, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300004>
- PETERS, G. De volta à Argélia. A encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, p. 275-303, 2017. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.104448>
- PINTO, C. R. J. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. spe., p. 1.071-1.092, 2016.
- PRADO, E. F. S.; PINTO, J. P. G. Subsunção do trabalho imaterial ao capital. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 61-74, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000100005>
- RIBEIRO, M. A. P. As expressões da divisão internacional do trabalho intelectual em revistas internacionais de teoria social. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- RODRIGUES, L. P.; NEVES, F. M. **A sociologia de Niklas Luhmann**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ROSA, M. C. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 43-65, jan. 2014. Dossiê “Diálogos do Sul”.
- RUVITUSO, C. I. From the South to the North: the circulation of Latin American dependency theories in the Federal Republic of Germany. **Current Sociology**, v. 68, n. 1, p. 22-40, 2020. <https://doi.org/10.1177/0011392119885170>
- SCHWENGBER, M. S. V.; MEYER, D. E. Discursos que (con) formam corpos grávidos: da medicina à educação física. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 283-314, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000100011>
- SELL, C. E. Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 139-166, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100006>
- SELL, C. E. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 153-172, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200010>
- SELL, C. E. Max Weber and the debate on social classes in Brazil. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 351-382, 2016. <https://doi.org/10.1590/2238-38752016v623>
- SELL, C. E. Poder instituído e potência subversiva: Max Weber e a dupla face da dominação carismática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, e339814, 2018. <https://doi.org/10.1590/339814/2018>
- SILVA, J. P. **Social theory in Brazil: a preliminary balance of the experience of a social theory group**. In: RESEARCH COMMITTEE ON SOCIOLOGICAL THEORY, INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. Madrid: ISA, 2007. p. 4-6.
- SILVA, R. L. M. Capitalismo, confucionismo e teoria weberiana: reflexões empíricas sobre o caso sul-coreano. **Tempo Social**, v. 28, n. 1, p. 179-202, 2016. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.107998>
- SIMÕES-BARBOSA, R. H.; DANTAS-BERGER, S. M. Abuso de drogas e transtornos alimentares entre mulheres: sintomas de um mal-estar de gênero? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 1, e00120816, 2017. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00120816>

- SOUZA, L. G. C. O quê há de especificamente sociológico na teoria do reconhecimento de Axel Honneth? **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 61-80, 2012. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v244>
- SZTOMPKA, P. One sociology or many? *In*: PATEL, S. **The ISA handbook of diverse sociological**. Los Angeles: Sage Publications, 2009. p. 21-29. <http://dx.doi.org/10.4135/9781446221396.n2>
- SZTOMPKA, P. Another sociological utopia. **Contemporary sociology: a Journal of Reviews**, v. 40, n. 4, p. 388-396, 2011. <https://doi.org/10.1177/0094306111412512>
- TAVOLARO, S. B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. **Dados**, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014. <https://doi.org/10.1590/00115258201420>
- TAVOLARO, S. B. F. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 3, p. 115-e141, 2017. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.3.26580>
- TORRES JUNIOR, R. D. O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 547-561, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300007>
- VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VANDENBERGHE, F. **As sociologias de Georg Simmel**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- VEIGA-NETO, A.; RECH, T. L. Esquecer Foucault?. **Pro-Posições**, v. 25, n. 2, p. 67-82, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200004>
- WEISS, R. Do mundano ao sagrado: o papel da eferescência na teoria moral durkheimiana. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 40, p. 395-421, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000200015>
- WEISS, R. Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 113-137, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782014000100007>

Antonio Brasil Jr.<sup>I</sup>  
Luiz Carlos Jackson<sup>II</sup>  
Marcelo Paiva<sup>III</sup>

### Introdução

A profusão de balanços da área de Pensamento Social no Brasil, doravante PSB, poderia tornar este artigo um exercício reiterativo. Optamos, então, por uma análise mais abrangente, visando refletir sobre a evolução da área, o modo de funcionamento, os padrões de atuação das diferentes gerações de seus pesquisadores e alguns de seus desafios contemporâneos. Baseados em inúmeros parâmetros, podemos afirmar que o PSB se consolidou nas últimas décadas como uma área de pesquisa reconhecida nas ciências sociais do país. A quantidade e a regularidade das publicações — teses e dissertações, artigos, dossiês em revistas científicas e livros —, a disseminação e a regularidade de cursos de graduação e pós-graduação em todo país, a existência de grupos de trabalho

nos principais congressos e a realização de diversos balanços bibliográficos comprovam sua legitimação progressiva. Tudo isso derivou da constituição e da integração, nas últimas décadas, de um conjunto de produtores, identificados direta ou indiretamente com a especialidade em questão<sup>1</sup>.

A formação de áreas de pesquisa pode ser apreendida como um processo autoevidente, mas é resultante de alianças e disputas envolvendo instituições, disciplinas, grupos e pesquisadores. Nessa direção, os balanços recentes sobre as áreas afins — além do PSB, podemos mencionar, entre outras, sociologia da cultura, sociologia dos intelectuais, sociologia da sociologia, pensamento político brasileiro e teoria social — expressam tensões, reivindicam perspectivas analíticas distintas para o exame de objetos compartilhados e sinalizam a constituição de áreas ou subáreas

---

1 A Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) tem produzido de forma contínua análises da produção e do perfil disciplinar do PSB, catalogando suas principais teses, artigos, *papers* etc. (BOTELHO, 2015; BRASIL JR.; CARVALHO, 2017).

---

<sup>I</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil – E-mail: antoniobrasiljr@gmail.com

<sup>II</sup>Universidade de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil – E-mail: ljackson@usp.br

<sup>III</sup>Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil – E-mail: paiva.marcelosantos@gmail.com

emergentes e/ou concorrentes<sup>2</sup>. Em outros termos, o processo de expansão e especialização das ciências sociais que condicionou a emergência da área de PSB — mas não apenas — permanece ativo, com consequências em vários níveis, sobre as quais tentaremos refletir no andamento deste trabalho.

Vale notar que a emergência de áreas de pesquisa também exprime dinâmicas sociais mais gerais que extravasam o âmbito propriamente científico em que estas se conformam, tais como as especificidades do processo de formação do Estado-nação e as tensões do processo de democratização do país (BOTELHO; RICUPERO; BRASIL JR., 2017). No entanto, nossa análise do PSB privilegiará a análise de algumas tendências internas de competição e de cooperação nas ciências sociais praticadas no Brasil, à luz de novas ferramentas e metodologias informacionais e do chamado *distant reading* (MORETTI, 2013).

Este trabalho divide-se em duas seções. Na primeira, traremos algumas balizas mais gerais da estrutura e da dinâmica do PSB, identificadas a partir do perfil disciplinar, institucional e geracional dos pesquisadores que participaram (pelo menos uma vez) do Grupo de Trabalho (GT) “Pensamento Social no Brasil”, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Apesar de o PSB não se resumir a esse grupo, como veremos adiante, ele se constituiu como espaço fundamental de

organização e de auto-observação da área de pesquisa, o que nos permite capturar algumas tendências mais gerais.

Na segunda seção, apresentaremos os livros do PSB como um elemento decisivo do caráter coletivo de produção da área, assinando que, em meio a polarizações e disputas internas intensas, constitui-se, não obstante, uma dinâmica coletiva e compartilhada de produção intelectual que a posicionou como uma área reconhecida/dominante das ciências sociais no Brasil. Além das análises das redes de relações formadas entre os pesquisadores, também apresentaremos, em registro experimental, alguns indicadores que revelam a estrutura e a evolução vocabular da área por meio dos títulos de seus livros.

## **Estrutura e dinâmica da área de Pensamento Social no Brasil**

Em relação à área, gostaríamos de enfatizar duas singularidades importantes. A primeira refere-se à sua interdisciplinaridade. Trata-se, nesse sentido, de uma especialidade das ciências sociais, incorporando cientistas políticos, antropólogos, sociólogos, além de especialistas de outras disciplinas, tais como filósofos, historiadores etc. (BOTELHO, 2015; SCHWARCZ; BOTELHO, 2011).

Na Figura 1, de acordo com os dados dos 185 participantes do GT “Pensamento Social no Brasil”, da Anpocs, que reuniu os prin-

---

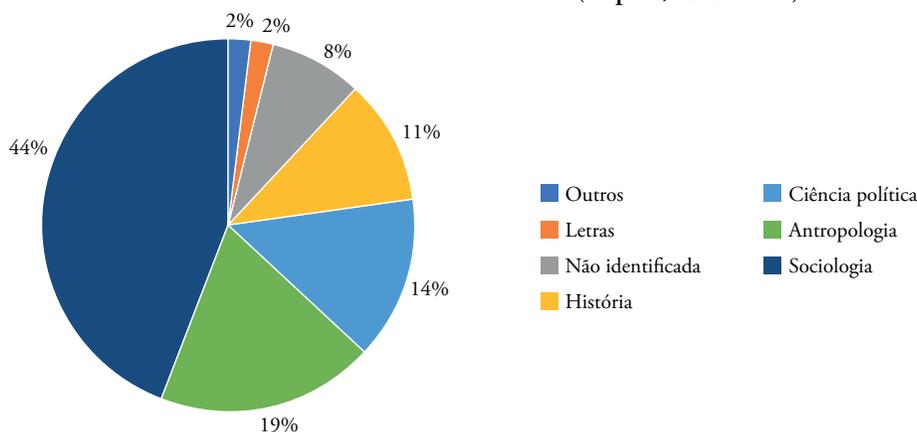
2 Destacamos, em ordem cronológica: “Intelectuais Brasileiros” (Miceli, 1999); “Interpretações sobre o Brasil” (Oliveira, 1999); “Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista” (Bastos, 2002); “Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura” (Maia, 2006); “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa” (Maia, 2009); “Sociologia da cultura e Sociologia da comunicação de massa: esboço de uma problemática” (Arruda, 2010); “Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro” (Bastos; Botelho, 2010); “Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)” (Lynch, 2013); “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens” (Lynch, 2016); “*Instauración y desarrollo de la sociología de la cultura en Brasil*” (Alonso; Pinheiro Filho, 2017); “Histórias das ciências sociais brasileiras” (Jackson; Barboza, 2017).

cipais pesquisadores da área no período de 1983 a 2018<sup>3</sup>, vemos a distribuição por origem disciplinar<sup>4</sup>. A despeito da presença majoritária dos sociólogos, outros especialistas, sobretudo antropólogos, cientistas políticos e historiadores, tiveram participação expressiva no grupo. A Figura 2 apresenta a distribuição da origem institucional dos pesquisadores.

A segunda diz respeito à sua circunscrição nacional. Salvo engano, não há áreas ou

subáreas equivalentes diretas em outros países<sup>5</sup>. O termo “pensamento social no Brasil”, ou “pensamento social brasileiro”<sup>6</sup>, aliás, tem duplo sentido. De um lado, refere-se à tradição dos grandes intérpretes do Brasil e dos pioneiros das ciências sociais brasileiras; de outro, à área de pesquisa voltada à problematização desse objeto, por diferentes abordagens que, em linhas gerais, polarizaram-se entre análises textualistas e contextualistas,

**Figura 1 – Principal área disciplinar dos pesquisadores do Grupo de Trabalho “Pensamento Social no Brasil” (Anpocs, 1983-2018).**



Fonte: Plataforma Lattes.

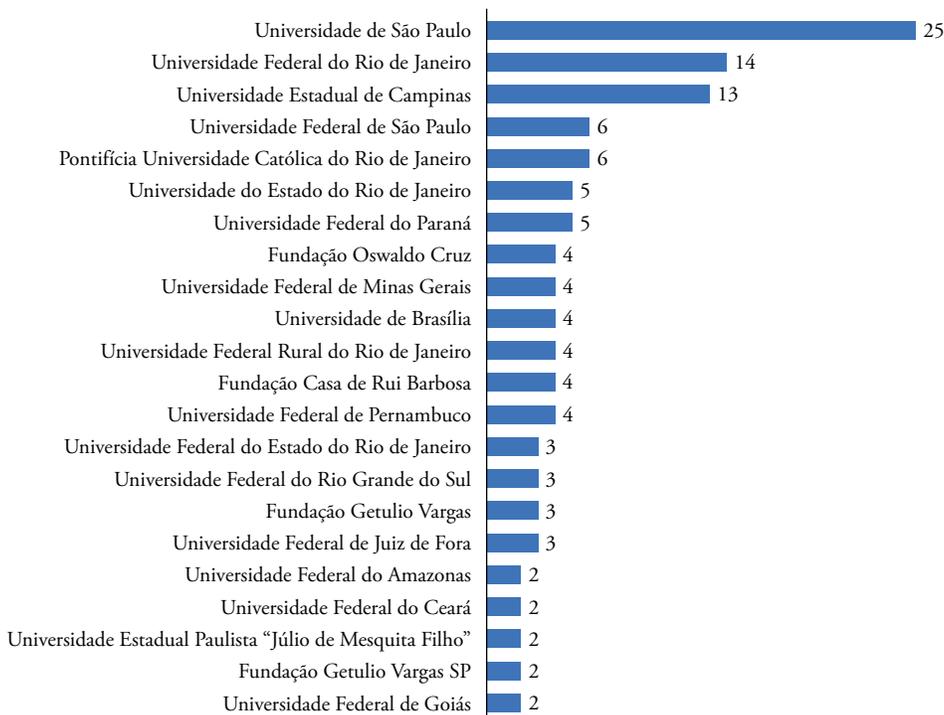
- 3 Foram considerados todos os pesquisadores que tenham participado, pelo menos uma vez, do GT “Pensamento Social no Brasil”, da Anpocs, entre 1983 e 2018, seja como coordenador ou expositor. Para os dados entre 1983 e 1995, foi consultado o artigo de Lucia Lippi Oliveira (1999); para os dados de 1996 até o presente, foram consultadas as informações disponíveis no site da Anpocs. Uma análise dos *papers* do GT da Anpocs, em comparação com os do GT de mesmo nome na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), está sendo realizada por Mariana Chaguri (Universidade Estadual de Campinas — Unicamp), Alexandre Trindade (Universidade Federal do Paraná — UFPR) e Antonio Brasil Jr. (Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ).
- 4 O critério de definição das áreas disciplinares foi o mesmo adotado pela Plataforma Acácia, que leva em consideração a primeira área do conhecimento registrada pelo acadêmico na Plataforma Lattes (DAMACENO *et al.*, 2019). Na parte mais expressiva dos casos, os resultados desse procedimento são consistentes, embora não tenha sido possível recuperar a área de 8% dos pesquisadores.
- 5 Para uma análise comparada entre as áreas de Pensamento Social no Brasil e de História Intelectual na Argentina, com o intuito de divisar suas interseções e principais diferenças, *cf.* Botelho (2015).
- 6 Embora as expressões possam remeter a universos distintos, elas têm sido usadas, na prática, como termos intercambiáveis.

embora desde os últimos anos o esforço de superar esse impasse teórico-metodológico venha mobilizando pesquisadores de diferentes orientações e filiações institucionais, gerando um novo horizonte de problemas e questões. Tal polarização, aliás, não deve ser entendida rigidamente. Talvez a imagem de um campo de forças seja a mais adequada para apreendermos o leque de possibilidades analíticas disponíveis entre os “polos”. A respeito, os diversos depoimentos recolhidos por Lilia Schwarcz e André Botelho na revista *Lua Nova* (2011, n. 82) avaliam seus efeitos e propõem novos enquadramentos. De qualquer forma, veremos adiante que

essa tensão, em vez de ter sido esterilizante, promoveu um consistente debate metodológico sobre as possibilidades de equacionar texto e contexto e gerou iniciativas compartilhadas de produção intelectual.

Podemos aventar condicionantes envolvidos na conformação dessa área, exclusivamente nacional, com base em singularidades de nossa tradição intelectual, marcada pela acumulação literária remota em relação a outros países da América Latina, que favoreceria, desde o fim do Segundo Reinado, um processo incipiente de diferenciação intelectual e, em seu interior, a legitimação do ensaio histórico-sociológico como for-

**Figura 2 – Concentração institucional (instituição atual) dos pesquisadores do Grupo de Trabalho “Pensamento Social no Brasil” (frequência mínima de 2x) (Anpocs, 1983-2018).**



Fonte: Plataforma Lattes.

ma expressiva voltada à problematização do processo de formação da sociedade brasileira (JACKSON; BLANCO, 2014).

Se é verdade que qualquer processo de mudança social depende de formas culturais pelas quais a sociedade se autodescreve (LUHMANN, 1998), no caso brasileiro, o ensaísmo se configurou — e ainda se configura — como um recurso crucial para a criatividade teórica das ciências sociais aqui praticadas e meio expressivo por meio do qual os diversos grupos sociais articulam e vocalizam seus interesses materiais e ideais (BOTELHO, 2015). Embora a forma ensaio seja recorrente em outros países da região, talvez sua escala e importância não tenham força comparável a que adquiriu no Brasil, propriedade que ajudaria a compreender a necessidade constante de revisão dessa linhagem específica de produção intelectual para o desenvolvimento de nossas ciências sociais<sup>7</sup>.

A origem remota do PSB como especialidade acadêmica pode ser buscada, então, no interior do processo de constituição da sociologia, da antropologia e da ciência política no Brasil, que sempre envolveu uma dimensão reflexiva, revelada no esforço de traçar uma história dessas disciplinas emergentes com base em sua relação com as tradições intelectuais anteriores — como pode ser visto, por exemplo, nos diversos balanços produzidos pelas gerações pioneiras tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro (LEITE, 2014).

Outro momento decisivo seria a virada para os anos 1970, com a expansão das ciências sociais e a criação de novas instituições de ensino e pesquisa de graduação e pós-gra-

duação que suscitaram nova avaliação sobre essa história intelectual. No Rio de Janeiro, no contexto de criação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Wanderley Guilherme dos Santos (1967; 1970) formulou um programa de pesquisa (LYNCH, 2017) que manifestava a necessidade de se realizar uma revisão sistemática do pensamento político brasileiro. Em São Paulo, mais ou menos simultaneamente, Octavio Ianni (1971; 1989), no refluxo das aposentadorias compulsórias ocorridas na Universidade de São Paulo (USP), pelas quais foi atingido, abriu uma vertente de investigação, primeiro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em seguida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que ele nomeou “sociologia da sociologia” e que envolvia a discussão do potencial heurístico dos pensamentos brasileiro e latino-americano no âmbito do ciclo político autoritário.

Durante a década de 1970, diversos trabalhos importantes sobre intelectuais brasileiros, depois reivindicados como referências centrais pelos pesquisadores da área, vieram à tona, unificados pela preocupação de fundo, então generalizada, de perscrutar as possibilidades de redemocratização do país, que tornaria o “Estado” objeto de intersecção das pesquisas realizadas. Nesse contexto, a especialização em curso, condicionada pela expansão das ciências sociais, teria como contrapeso a imantação política e o consequente caráter abrangente das análises propostas, como se pode verificar em livros, tais como *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, de Carlos Guilherme Mota (1977); *Iseb: fábrica de ideologias*, de Caio Navarro de Tole-

7 Aliás, as relações entre o ensaísmo e as ciências sociais têm sido objeto constante de reflexão de pesquisadores da área nas últimas décadas (ARRUDA, 2002; BASTOS, 1998; BOTELHO, 2007; BRANDÃO, 2007; JACKSON, 2002; LIMA, 1999).

do (1977); *Ordem burguesa e liberalismo político*, de Wanderley Guilherme dos Santos (1978); *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, de Sergio Miceli (1979); *Formação da comunidade científica no Brasil*, de Simon Schwartzman (1979); *A construção da ordem*, de José Murilo de Carvalho (1980); *A universidade da comunhão paulista*, de Irene Cardoso (1982); e *Cultura brasileira e identidade nacional*, de Renato Ortiz (1985).

A criação do GT “Pensamento Social no Brasil”, no Encontro Anual da Anpocs de 1983, é frequentemente mencionada como marco inaugural da área e, de fato, os encontros favoreceram a formação de um grupo cada vez mais ampliado de pesquisadores interessados nesse campo de problemas, além de suscitarem divisões internas em função das perspectivas de análise adotadas, dos períodos abordados, dos autores e obras selecionados como representantes principais de um cânone formado, principalmente, pelos chamados grandes intérpretes do Brasil e pelas gerações pioneiras de cientistas sociais brasileiros.

O quadro a seguir permite apreender a concorrência entre grupos temáticos afins na Anpocs de 1978 a 2002<sup>8</sup>, o êxito do GT de PSB e o movimento a que dá origem, de formação de uma área de pesquisa no interior das ciências sociais. Dos quatro grupos iniciais, o GT de PSB foi o único que conseguiu avançar para além de meados da década de 1990 até o presente. A rigor, portanto, a emergência da área de PSB derivou da fricção e da circulação entre os pesquisadores desses quatro grupos temáticos, indicando uma heterogeneidade de perspectivas teórico-metodológicas já na origem da área de pesquisa.

Em um balanço precursor sobre o GT de PSB da Anpocs, que cristalizou em larga medida a autopercepção de seus participantes, Lucia Lippi Oliveira (1999) sugeriu que o GT teria se polarizado, desde suas primeiras reuniões, entre um “grupo” do Rio de Janeiro e outro de São Paulo. Especificamente, segundo a autora, o primeiro reuniria pesquisadores associados ao projeto coletivo “História das Ciências Sociais no Brasil”, liderado por Sergio Miceli no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), e seria formado por, entre outros, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Heloísa Pontes, Fernanda Peixoto, Silvana Rubino, Lilia Schwarcz, Fernando Limongi e Maria Hermínia Tavares de Almeida; o segundo teria se concentrado inicialmente no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, contando inicialmente com Ângela de Castro Gomes, Helena Bomeny, Lucia Lippi Oliveira, Ricardo Benzaquen de Araújo e Mônica Pimenta Velloso. Devemos agregar a esse retrato, sem pretensão de exaustão, outras instituições, grupos e pesquisadores do Rio de Janeiro e de São Paulo que foram decisivos para a formação da área. No Rio, o Iuperj reuniu pesquisadores, tais como Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, José Murilo de Carvalho e, mais uma vez, Ricardo Benzaquen de Araújo; a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Luiz Antonio de Castro Santos; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Glaucia Villas Bôas, José Reginaldo Gonçalves e Maria Laura Cavalcanti; a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade Lima e Marcos Chor Maio; e a Casa

8 Para uma análise do lugar da Anpocs na conformação dos principais debates na sociologia e na ciência política praticadas no Brasil, cf. Botelho, Ricupero e Brasil Jr. (2017).

de Rui Barbosa, Isabel Lustosa e Antonio Herculano Lopes. Em São Paulo, Elide Rugai Bastos, na Unicamp, Gildo Marçal Brandão, na USP, e Milton Lahuerta, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), impulsionaram as pesquisas na área. Vale assinalar ainda a presença minoritária, como indica o gráfico a seguir, de pesquisadores de outros estados, tais como Heloísa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Enno Liedke Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Roberto Motta e Eliane Veras, ambos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Talvez em função dessa distribuição geográfica dos pesquisadores, concentrada nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, um dos problemas principais discutidos no GT referia-se à avaliação das iniciativas institucionais e intelectuais que tiveram lugar nesses estados durante a fase de implantação das ciências sociais no Brasil. Imbricados nessa polêmica, os debates ancoraram-se, como vimos, nas diferenças entre as perspectivas analíticas adotadas, além das divergências entre as periodizações propostas, objetos etc. Outras questões discutidas nesse período inicial do GT se referiram ao estatuto e ao legado do modernismo, ao movimento folclorista, às relações entre ideias e política e ao debate intelectual em torno da saúde pública<sup>9</sup>.

De modo mais explícito, os termos da disputa entre as abordagens contextualista e textualista foram definidos a partir da provocação enunciada por Sergio Miceli (1989a; 1995) em *História das ciências sociais no Brasil*, especialmente no texto programático intitulado “Por uma sociologia das ciências sociais”. Nele, o sociólogo recusou a perspectiva tradicional da história das ideias, propondo uma “sociologia da vida intelectual no campo das ciências sociais ao invés de uma análise genética de paradigmas ou de famílias de pensamento, ou sequer de uma genealogia de matrizes temáticas, conceituais e disciplinares” (MICELI, 1989b, p. 9).

Em outra direção, ao discutir a relação entre ensaísmo e ciências sociais, Elide Rugai Bastos mobilizou a categoria de sistematização, em parte apoiada em Antonio Candido, para propor uma abordagem mais atenta ao processo de acumulação intelectual e os sentidos políticos que teriam conformado as ciências sociais no Brasil (BASTOS, 1998). Nísia Trindade Lima (1999), em *Um sertão chamado Brasil*, combateu a “matriz institucional”<sup>10</sup> em favor de uma visão sociológica que possibilitaria alcançar uma “perspectiva mais integrada para o estudo dos intelectuais e de seus textos” (LIMA, 1999, p. 21). Também Gildo Marçal Brandão (2007) manifestou, em *Linhagens do pensamento político brasileiro*, o objetivo de “discriminar na evolução política e ideológica brasileira a

9 A lista dos trabalhos apresentados no GT, sistematizada por Lucia Lippi Oliveira (1999), expressa a variedade de problemas e perspectivas da área.

10 Vale citar: “Uma das minhas premissas consiste em questionar a identificação de uma descontinuidade absoluta entre a formulação de argumentos sociológicos no período anterior a 1930 e aqueles que passam a se definir posteriormente, com a institucionalização universitária das ciências sociais. Em geral, os que estabelecem aquele ano como marco divisor tendem a operar com a conhecida separação entre uma fase ideológica, ou de ponto de vista, e um fase científica. Discordando desta última perspectiva, pretendo contribuir para a abordagem que vem criticando a ênfase unilateral no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, chamando a atenção para a importância de investigar o conteúdo do pensamento dos autores nos diferentes períodos, e suas hipóteses para explicar a formação social e cultural brasileira” (LIMA, 1999, p. 17-18).

existência de certos estilos de pensamento, de formas de pensar persistentes no tempo ou de determinados modos intelectuais de se relacionar com a realidade” (BRANDÃO, 2007, p. 36), ou seja, o de reconhecer analiticamente “famílias intelectuais”, preferindo a abordagem da sociologia dos intelectuais<sup>11</sup>.

A reivindicação mais enfática do PSB como uma área de pesquisa, entretanto, deu-se, aproximadamente, entre as décadas de 1990 e 2000, com a emergência de novas gerações de pesquisadores, já mais especializados. Boa parte dos membros dessas gerações legitimou-se — embora não exclusivamente — como intérprete especializado de algum autor ou autora, inspirados nos trabalhos precursores de Elide Rugai Bastos, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Ricardo Benzaquen de Araújo, entre outros, sinalizando um interesse mais geral de discutir o cânone e escrutinar seus nomes mais representativos, o que também se associou à expansão mais recente de disciplinas de graduação e de pós-graduação sobre o pensamento brasileiro<sup>12</sup>.

Incluindo autoras e autores que se doutoraram entre 1999 e 2006, essa tendência se manifestou nos trabalhos de André Botelho (2002; 2005; 2012), Pedro Meira Monteiro (1999; 2004), Simone Meucci (2011;

2015), Alexandre Trindade (2011) (orientados por Elide Rugai Bastos na Unicamp), Bernardo Ricupero (2000; 2004), Gabriela Nunes Ferreira (1999; 2006), Vera Cepêda (2004) (orientados por Gildo Marçal Brandão na USP), Robert Wegner (2000), Carmen Felgueiras (1999) (orientados por Ricardo Benzaquen de Araújo no IUPERJ), Angela Alonso (2002; 2007 2015) (orientada por Bráslcio Sallum na USP) e Luiz Carlos Jackson (2002) (orientado por Maria Célia Paoli na USP), entre outros. Essa constatação não implica que tais pesquisadores tenham se restringido a esse recorte, pois as abordagens ultrapassaram frequentemente o interesse exclusivo por algum intérprete, perscrutando questões, tais como a relação entre intelectuais e política, a formação do Estado, o processo de institucionalização das ciências sociais, a interface com a literatura e o modernismo etc. No entanto, tal fator comum conferiu certa unidade aos trabalhos desses pesquisadores e associou-se, direta ou indiretamente, com o adensamento da área. Tal processo se expressou diretamente no livro *Um enigma chamado Brasil*, organizado por André Botelho e Lília Schwarcz (2009), que reúne interpretações sintéticas de especialistas da área sobre as trajetórias e as obras dos principais autores do cânone.

11 Cabe citar: “Posta a questão desta maneira, fica claro que o caminho escolhido não poderia ser o da biografia, fosse ela escrita em chave psicológica ou intelectual; nem o da sociologia, seja a dos intelectuais ou a de suas instituições; nem o da história das mentalidades, com o seu enfoque nas atitudes, comportamento e representações coletivas inconscientes. Do ângulo que aqui nos interessa, a chave do problema não está em saber se o autor X ou Y era burguês de nascença, *parvenu* ou membro da oligarquia decadente em busca de reclassificação social, pois embora isso tenha que ser levado em conta, não explica por si só uma estrutura teórica, uma obra de arte ou um problema científico; na verdade, não cabe explicar a qualidade ou a especificidade de um pensamento político ou produto literário pela evocação da ‘origem de classe’ de seu autor. E ampliando, em nenhum momento a produção intelectual será lida como reflexo ideológico de grupo social preexistente — como se pudesse existir uma ‘classe’, historicamente identificável pelo lugar que ocupa no processo de produção, e depois a sua ‘consciência’ ou a sua ‘visão de mundo’” (BRANDÃO, 2007, p. 40-41).

12 Os trabalhos em curso pela equipe da BVPS envolvem também o mapeamento sistemático das ementas e dos programas de curso da área de PSB, registrando sua difusão pelas principais instituições de ciências sociais no país e sua importância no processo de socialização intelectual dos praticantes dessas disciplinas. Cf. Meucci e Carvalho (2018).

As gerações mais recentes deram sequência a esse processo de especialização, beneficiando-se da acumulação na área e da maior consciência dos instrumentos de análise e dos materiais empíricos disponíveis. Isso talvez se relacione com um padrão mais heterogêneo na escolha dos objetos e dos materiais de pesquisa, implicando uma abertura temática e teórica mais pronunciada. Além disso, o esforço de ultrapassar a disjuntiva texto/contexto mobilizou os diversos trabalhos realizados, que exploraram, de diferentes modos, os seguintes problemas: a comparação entre casos nacionais; os circuitos transnacionais; os marcadores de gênero, raça, classe e região na organização da vida intelectual; os efeitos sociais das ideias; e o potencial heurístico do pensamento brasileiro para a teoria social. Isso pode ser notado nos trabalhos, por exemplo, de Carolina Pulici (2008) (orientada por Brasílio Sallum Jr. na USP), Eduardo Dimitrov (2011) (orientado por Lilia Schwarz na USP), Wagner Romão (2006) (orientado por Irene Cardoso na USP), João Marcelo Ehlert Maia (2008) (orientado por Maria Alice Rezende de Carvalho no IUPERJ), Antonio Brasil Jr. (2013), Maurício Hoelz (2015), Andre Bittencourt (2013), Lucas Carvalho (2015) (orientados por André Botelho na UFRJ), Mario Medeiros da Silva (2013), Mariana Chaguri (2009) (orientados por Elide Rugai Bastos na Unicamp), Dimitri Pinheiro da Silva (2015) (orientado por Luiz Carlos Jackson na USP), Lidiane Rodrigues (2011) (orientada por Ulysses Guariba na USP), Andre Kaysel (2012) (orientado por Bernardo Ricupero na USP), Rodrigo Ramassote (2013) (orientado por Heloísa Pontes na Unicamp), Aline Marinho Lopes (2012) (orientada por Gláucia Villas Bôas na UFRJ), Fernando Perlatto (2016) e Felipe Maia (2014) (orientados por

Luiz Werneck Vianna no Instituto de Estudos Sociais e Políticos — Iesp — da UERJ).

Mais uma vez, não se trata de ignorar a diversidade interna desses trabalhos, nem de afirmar que eles não tenham se debruçado sobre outras questões de pesquisa — e tampouco de criar uma lista exaustiva das contribuições dessa “nova geração”. Antes, queremos registrar alguns problemas teóricos, metodológicos e empíricos mais amplos que deram sequência ao processo de especialização em curso, constitutivamente heterogêneo e plural.

Problemas esses que foram enfrentados — de modos muito distintos, mas em escala coletiva e interinstitucional — especialmente por dois importantes projetos temáticos apoiados pela Fapesp. O primeiro, coordenado por Gildo Marçal Brandão e Elide Rugai Bastos entre 2008 e 2012, intitulado “Linhagens de pensamento político e social brasileiro”, resultou nos vários volumes da coleção “Pensamento Político-Social”, dirigida por Elide Rugai Bastos, André Botelho e Gabriela Nunes Ferreira. O livro *Revisão do pensamento conservador* (FERREIRA; BOTELHO, 2011), organizado pelos dois últimos, reuniu parte das pesquisas ligadas ao projeto com o intuito de oferecer uma visão de conjunto das diferentes configurações assumidas pelo pensamento conservador em distintos contextos sócio-históricos, reconhecendo-o ainda como força político-social atuante no desenho das instituições sociais, na conformação da cultura política e na reprodução das desigualdades sociais (FERREIRA; BOTELHO, 2011).

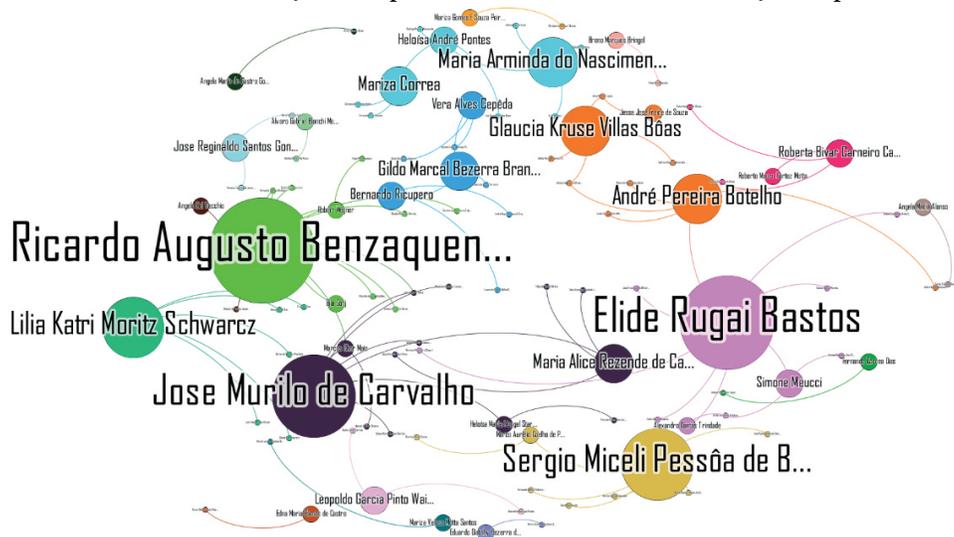
O outro projeto temático, coordenado por Sergio Miceli entre 2009 e 2013 e intitulado “Formação do campo intelectual e da indústria cultural no Brasil contemporâneo”, resultou no livro *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina* (2014), organizado por Sergio Mi-

celi e Heloisa Pontes. Enfrentando temas, tais como literatura, teatro, jornalismo, teledramaturgia e ciências sociais, a equipe buscou salientar “fluxos de linguagens, de ideias, de modelos expressivos, de obras e autores, entre os diversos nichos do gradiente entre ‘baixa’ e ‘alta’ cultura” (MICELI; PONTES, 2014, p. 10), desfazendo a fronteira rígida geralmente postulada entre cultura erudita e indústria cultural. Nesses dois projetos, além da discussão relativa às possibilidades analíticas e de investigação empírica de distintos fenômenos culturais e intelectuais no Brasil e em perspectiva comparada, realizou-se igualmente uma importante integração das várias gerações que vêm constituindo a área de pesquisa.

Trata-se mesmo de uma marca forte da área de PSB o entrelaçamento de suas várias gerações, fenômeno presente em seus diversos encontros e, particularmente, nas sucessivas edições do GT da Anpocs. Por meio da

exploração dos dados disponíveis na Plataforma Acácia (DAMACENO *et al.*, 2019), foi possível modelar uma rede das relações de orientação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) entre todos os 185 participantes do GT entre 1983 e 2018 (Figura 3). É digno de nota que 58% dos que participaram do grupo tiveram pelo menos uma relação de orientação (como orientador ou orientando) no interior do conjunto formado pelos membros do GT. Destacam-se no papel de formar pesquisadores para a área os nomes de Ricardo Benzaquen de Araújo (nove orientações), Elide Rugai Bastos (oito), José Murilo de Carvalho (sete) e Sergio Miceli (seis), conforme podemos observar na rede a seguir. O tamanho dos nós se refere ao número de orientações realizadas; quando os pesquisadores estão na mesma cor, isso expressa algum grau de compartilhamento (direto ou indireto) de orientandos.

**Figura 3 – Grafo de orientações entre os participantes do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Visualização: Gephi 0.9.2.**



Fonte: Plataforma Acácia, disponível em <<http://plataforma-acacia.org/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

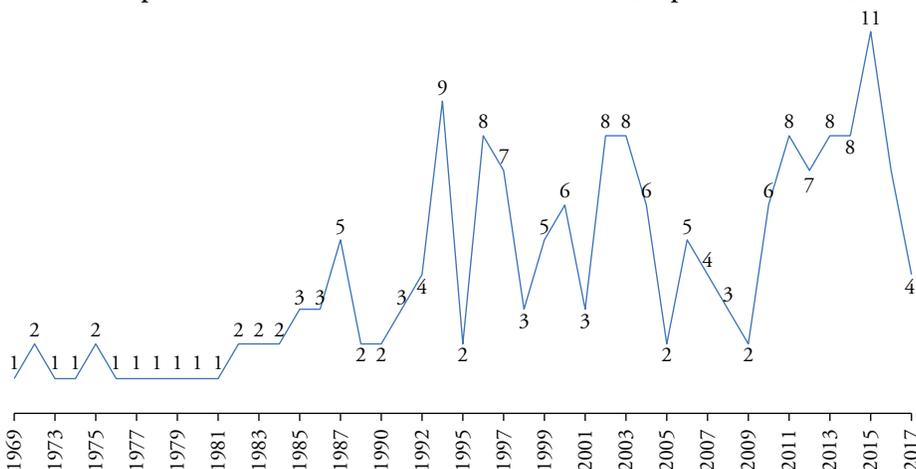
Já no gráfico seguinte (Figura 4), cujas informações foram extraídas a partir dos participantes do GT da Anpocs, percebemos o fluxo das gerações — definidas pelos anos da última titulação dos pesquisadores, ou seja, em sua maioria pelo ano de doutoramento — que conformaram a área. *Grosso modo*, despontam quatro gerações principais, desde a dos precursores que se doutoraram até os anos 1980. As gerações dos que se doutoraram nos anos 1990 e 2000, como vimos anteriormente, foram as que reivindicaram mais explicitamente o PSB como uma especialidade interdisciplinar nas ciências sociais. Já a geração daqueles que se doutoraram na década de 2010 vem se empenhando em sua expansão e renovação.

As pesquisas realizadas por essas gerações conformaram um acervo de trabalhos abrangente e muito consistente, materializado, principalmente, em livros e artigos. Se tal estoque, continuamente ampliado nos

últimos anos, expressa a força da área, representa, também, pela sensação possível de saturação, uma dificuldade nada desprezível aos que nela ingressam ou concentram esforços de pesquisa. Vale lembrar que, nessas condições, impugnações recorrentes à área, de não ser propriamente “científica” e de alhear-se de problemas concretos da sociedade brasileira contemporânea, voltam à baila com frequência. Além disso, as disputas internas à área tendem agora, sob a pressão do recente avanço da diferenciação disciplinar e de novas perspectivas analíticas, a ganhar forma de concorrência entre áreas.

Nesse sentido, nota-se uma tensão cuja origem está na identificação disciplinar com a sociologia, a antropologia ou a ciência política. Se houve tendência à interdisciplinaridade nas primeiras décadas do GT, há agora um refluxo desse movimento. Assim, não se pode negligenciar os constrangimentos específicos que cada disciplina impõe aos

**Figura 4 – Quantidade de titulações (maior titulação) por ano dos pesquisadores do Grupo de Trabalho “Pensamento Social no Brasil” (Anpocs, 1983-2018).**



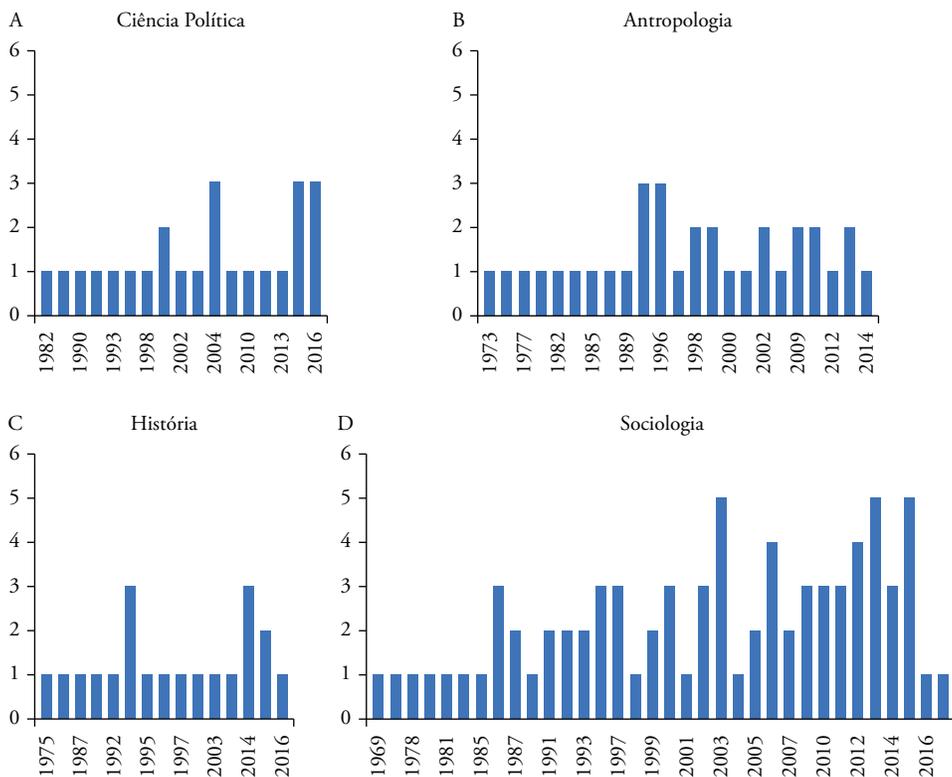
Fonte: Cadernos de Resumos dos Encontros Anuais da Anpocs. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/encontros-antiores>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

que concentram seus interesses de pesquisa no PSB. No caso da ciência política, tanto o grupo nucleado pelos orientandos de Gil- do Marçal Brandão como pesquisadores de outros centros, tais como Milton Lahuerta (Unesp/Araraquara) e Christian Lynch (Iesp-UERJ), reivindicam (com maior ou menor força) certa especificidade aos seus trabalhos, identificados como “pensamento político brasileiro”, em relação ao “pensamento social”, como se pode perceber especialmente no balanço recente publicado por Lynch (2016). Também na antropologia,

podemos vislumbrar um movimento análogo, desde os trabalhos pioneiros de Mariza Correa (2013) e Mariza Peirano (1992), e em textos mais recentes de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2012), Heloísa Pontes (2011), Fernanda Peixoto (2015) e Lilia Schwarcz (2017), por exemplo, que manifestam um interesse mais específico por uma abordagem antropológica acerca das ciências sociais, da literatura, do teatro e de outras formas culturais.

Os gráficos a seguir (Figura 5), constituídos a partir dos dados relativos ao GT de

**Figura 5 – Quantidade de titulações (maior titulação) por ano e disciplina dos pesquisadores do Grupo de Trabalho “Pensamento Social no Brasil” (Anpocs, 1983-2018).**



Fonte: Cadernos de Resumos dos Encontros Anuais da Anpocs. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/encontros-antiores>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PSB na Anpocs, indicam que, progressivamente, a área vem deixando de ser interdisciplinar para se constituir como uma área com o predomínio mais evidente da sociologia. Vemos que os picos de formação por disciplina indicam que a renovação geracional da área passa sobretudo pelos sociólogos, que concentram a maior quantidade de pesquisadores que tiveram sua última titulação de 2003 em diante. Outro bom indicador é o número de pesquisadores formados nos últimos dez anos, isto é, desde 2010: sociologia, 25; ciência política, nove; antropologia, seis; história, seis. Dito de outro modo, se a sociologia sempre foi a disciplina com o maior número de participantes no GT (ver Figura 1), nos últimos anos, a tendência evidenciada pelos dados coligidos é o de reforço dessa concentração disciplinar.

Em relação à sensação de esgotamento da área, os contextos principais de produção intelectual, as linhagens axiais, os autores e livros mais consagrados foram já bastante estudados nas últimas décadas e o retorno a eles, apesar de necessário, implica o desafio nada fácil de tensionar linhas de interpretação estabelecidas.

No entanto, estamos longe da saturação propriamente dita e são diversas as alternativas de renovar a produção da área. Algumas possibilidades passam, por exemplo, pela exploração de fontes primárias antes de difícil acesso e hoje acessíveis ao pesquisador na tela do computador, pelo interesse criativo por autores e autoras tidos como “menores”, pela

exploração de obras menos conhecidas, pela reconstrução de contextos mais recentes, pela análise orientada por processos políticos contemporâneos (feminismo, movimento negro etc.).

Quanto aos efeitos gerados pela especialização, eles talvez sejam uma ameaça mais séria na luta constante por legitimação, da qual toda área de pesquisa depende para se manter dominante. De fato, a força da área de PSB foi sempre caudatária de sua pluralidade, do diálogo produtivo entre pesquisadores de disciplinas afins e da fricção entre perspectivas analíticas distintas. Nessa direção, sugerimos que as dissensões internas, longe de ameaçarem a área, poderiam reforçá-la, contrabalançando a diferenciação em curso. Vale ponderar que, ao nos limitarmos a um único GT, não obstante sua centralidade nas formas de organização e de auto-observação do PSB, estamos introduzindo um viés importante na análise, na medida em que o predomínio disciplinar recente da sociologia pode também ter a ver com o reforço, nos últimos anos, das particularidades e diferenças da ciência política e da antropologia no interior das ciências sociais.

Um trabalho ainda a ser feito é o de mapear a presença de GTs de PSB e afins nos encontros disciplinares e interdisciplinares da antropologia, da ciência política e mesmo da história, no intuito de delinear o real volume, a densidade e a dispersão dos praticantes dessa especialidade hoje<sup>13</sup>. Outra direção

---

13 Os trabalhos em curso na BVPS indicam que o tamanho da área é mais vasto que o número de participantes do GT da Anpocs. Em levantamento experimental feito em fim de março, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) por meio da exploração da base de currículos Lattes, identificamos 1.312 pesquisadores com o termo “pensamento social” em sua produção intelectual; 746 com os termos “pensamento social brasileiro” ou “pensamento social no Brasil”; e 514 com as palavras-chave “pensamento social brasileiro” ou “pensamento social no Brasil” ou que tenham ido ao GT de PSB da Anpocs ou da SBS. Lembrando que nossa análise aqui se limita aos 185 pesquisadores que tenham participado (pelo menos uma vez) ou coordenado o GT da Anpocs, isto é, uma parcela reduzida de um universo mais amplo, descentrado e heterogêneo de praticantes.

que poderia ser explorada, mas que ultrapassa o escopo deste texto, seria averiguar em que medida a interdisciplinaridade foi de fato mitigada ou se, não obstante o peso crescente da sociologia na área, o diálogo com as demais ciências sociais, a história e a literatura permaneceria atuante em sua produção intelectual recente.

Em conexão com o Quadro 1, o Quadro 2 exprime a concorrência atual entre grupos temáticos na Anpocs, revelando os desafios da área no presente<sup>14</sup>.

## **A construção coletiva da área de Pensamento Social no Brasil**

O crescimento da produção intelectual da área de PSB já foi mensurado em trabalhos recentes (BOTELHO, 2015; JACKSON; BARBOSA, 2017). Tais levantamentos, entretanto, tomaram como referência o conjunto da produção individual dos pesquisadores da área, sobretudo de seus artigos em revistas científicas indexadas, mas também de livros, o que indicaria seu adensamento e sua expansão.

### **Quadro 1 – Grupos de Trabalho afins na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (1978-1996).**

Elites Políticas (1978 a 1989, 1991, 1992 e 1994 a 1996)
Cultura Popular e Ideologia Política (1979 a 1984)
Sociologia da Cultura Brasileira (1979 a 1989, 1991, 1992, 1994 a 1996)
<b>Pensamento Social no Brasil</b> (1983 a 1989, 1991, 1992, 1994 a 1996, 1998 a 2000, 2002, 2003, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2014, 2015)

Fonte: Anpocs (2016).

### **Quadro 2 – Grupos de Trabalho afins na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (2005-2015).**

<b>Pensamento Social no Brasil</b> (1983 a 1989, 1991, 1992, 1994 a 1996, 1998 a 2000, 2002, 2003, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2014, 2015)
Dilemas da modernização periférica (2005, 2006, 2008, 2009)
Teoria Política: para além da democracia liberal? (2008, 2009)
Teoria política e pensamento político brasileiro: normatividade e história (2011, 2012, 2014, 2015)
Pensamento social latino-americano (2011, 2012)
O Pensamento Social Latino-americano: legado e desafios contemporâneos (2014, 2015)
Intelectuais, cultura e democracia (2014, 2015)

Fonte: Anpocs (2016).

<sup>14</sup> Se considerarmos igualmente a dinâmica mais recente perceptível na SBS, por meio dos GTs aprovados para a edição de 2019 de seu congresso, vemos a diferenciação acentuada de grupos afins ou com interseções evidentes com o PSB: Ensino de Sociologia, Sociologia da Arte, Literatura e Ciências Sociais, Sociologia da Cultura, Estudos Culturais e Epistemologias Outras, Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais e Sociologia da Sociologia nos contextos global e nacional.

Entretanto, a constituição de uma área não resulta apenas da somatória das produções individuais. Esse processo depende também da construção de redes de pesquisadores e de empreendimentos compartilhados. Os dados que mobilizaremos a seguir visam, então, apreender essa dimensão propriamente coletiva do funcionamento da área. Nessa direção, tomaremos como referência alguns dos principais materiais que são, ao mesmo tempo, produtores e produtos de relações entre pesquisadores, grupos e instituições. São eles os livros em coautoria e os livros coletivos.

A escolha desse material implica algumas dificuldades operacionais para seu tratamento e análise, o que ocorre em razão da inexistência de grandes bases indexadoras que permitam a exportação de metadados estruturados das principais propriedades dos livros — tais como autoria, resumo, referências bibliográficas, ano etc. —, à maneira do que existe atualmente para os artigos científicos. Tal óbice, obviamente, revela-se uma limitação à análise de qualquer área das ciências humanas, que tomam o livro como instância decisiva (e de maior prestígio) para a comunicação dos seus resultados de pesquisa e, portanto, de auto-observação, a despeito da tendência mais recente — e altamente estimulada pelas políticas científicas nacionais — de predomínio do artigo científico.

Além dessa dificuldade inicial, relativa à natureza do material que queremos explorar, soma-se o problema das dificuldades intrínsecas de se recortar uma área de pesquisa interdisciplinar — questão realçada em vários de seus balanços — e que, de fato, organiza-se reunindo pesquisadores de diferentes disciplinas, especialmente sociologia, ciência política, antropologia e história. Essa situação torna a definição de qualquer vocabulário controlado, tais como descritores ou conjuntos de palavras-chave, bastante

precária, dificultando a possibilidade de um recorte da produção em livros da área que seja minimamente consensual (*cf.* BRASIL JR.; CARVALHO, 2017).

Tendo em vista tais problemas, preferimos adotar um critério de recorte que privilegia aquele que, em certo sentido, é o instrumento mais central de auto-observação dessa área de pesquisa: os livros em coautoria e os livros coletivos que contaram com a participação (organizadores e/ou autores) de pesquisadores que estiveram pelo menos uma vez no GT “Pensamento Social no Brasil” da Anpocs. Embora esse critério não esteja isento de problemas — afinal, nem todo pesquisador que frequenta o GT da Anpocs se identifica com a área de pesquisa, ou sua identificação não é estável ou admite uma adesão integral —, isso pelo menos nos permite encontrar uma população razoável de pesquisadores — e itens de produção intelectual a ela associada — que interagiu com o principal eixo de organização da área de pesquisa. Aqui, nós trabalharemos com um universo de 185 pesquisadores, cuja descrição em termos institucionais, disciplinares e geracionais já foi caracterizada na seção anterior.

#### *Livros (em coautoria e coletivos)*

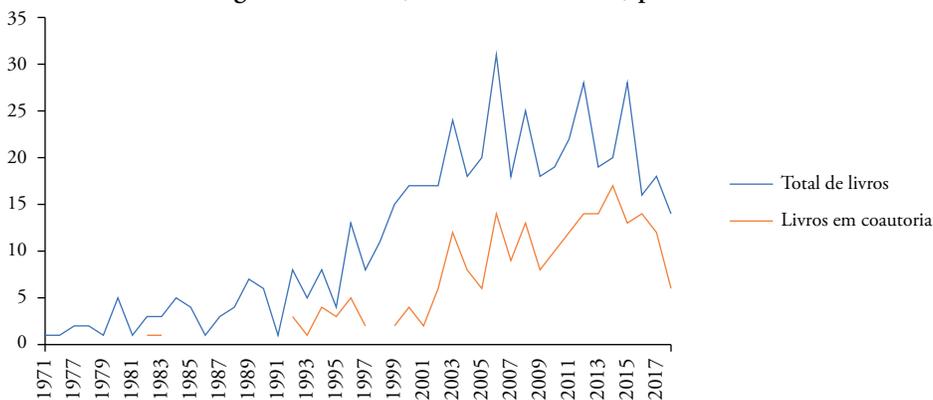
A população selecionada de 185 pesquisadores gerou inicialmente uma lista de 1.260 livros, extraída em novembro de 2018 a partir do *software* ScriptLattes, ferramenta que organiza e possibilita a análise das produções listadas na Base Lattes de currículos (MENA-CHALCO; CESAR JUNIOR, 2009). Fizemos uma série de limpezas nos dados, tais como: eliminação das repetições, retirada de outras publicações erroneamente inseridas como publicação em livro (especialmente a organização de dossiês em revistas científicas) e a exclusão de edições sucessivas ou traduzidas de uma mesma obra.

Com isso, geramos uma listagem única de livros publicados desse universo de 185 pesquisadores, com o total de 984 livros diferentes. Após nova limpeza dos dados, a fim de se retirar os livros que não pertenciam de modo claro à área de PSB — um procedimento feito manualmente e, no limite, algo arbitrário —, encontramos 511 livros, distribuídos entre 1971 e 2018 e que revelam uma dinâmica pronunciada de crescimento a partir de meados dos anos 1990. Ainda, é possível medir o grau de colaboração entre os pesquisadores da área a partir da contagem dos livros que tenham alguma relação de coautoria, tal como expresso no gráfico a seguir. Dos 511 livros localizados, 221 — ou 43,2% — possuem mais de um autor (Figura 6).

Acrescentando ao gráfico anterior a contagem de livros publicados por ano e por estado (estado da editora), encontramos um cenário também de concentração das edições no eixo Rio-São Paulo, mas com presenças crescentes dos estados de Minas Gerais e Paraná e também do Distrito Federal, de 2000 até o presente (Figura 7).

A partir dos títulos desses 511 livros, podemos usar de modo experimental algumas técnicas de processamento de linguagem natural e identificar alguns padrões no *corpus* textual gerado por seus livros<sup>15</sup>. No que se refere aos termos mais recorrentes, podemos perceber, na *nuvem de termos* a seguir (Figura 8), a expressiva recorrência de marcadores geográficos, tais como “Bra-

Figura 6 – Livros (e livros em coautoria) por ano.



Fonte: Cadernos de Resumos dos Encontros Anuais da Anpocs. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/encontros-antiores>>. Acesso em: 5 nov. 2017; e Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

15 Para a análise do *corpus* textual formado pelos títulos dos livros do PSB, foi utilizado o *software* Iramuteq, que opera no ambiente estatístico do *software* R e na linguagem *python*. “Nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando *Unidades de Contexto Iniciais* (UCI) em *Unidades de Contexto Elementares* (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de *hapax* (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. Na *análise de especificidades*, é possível associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores; é possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 515).

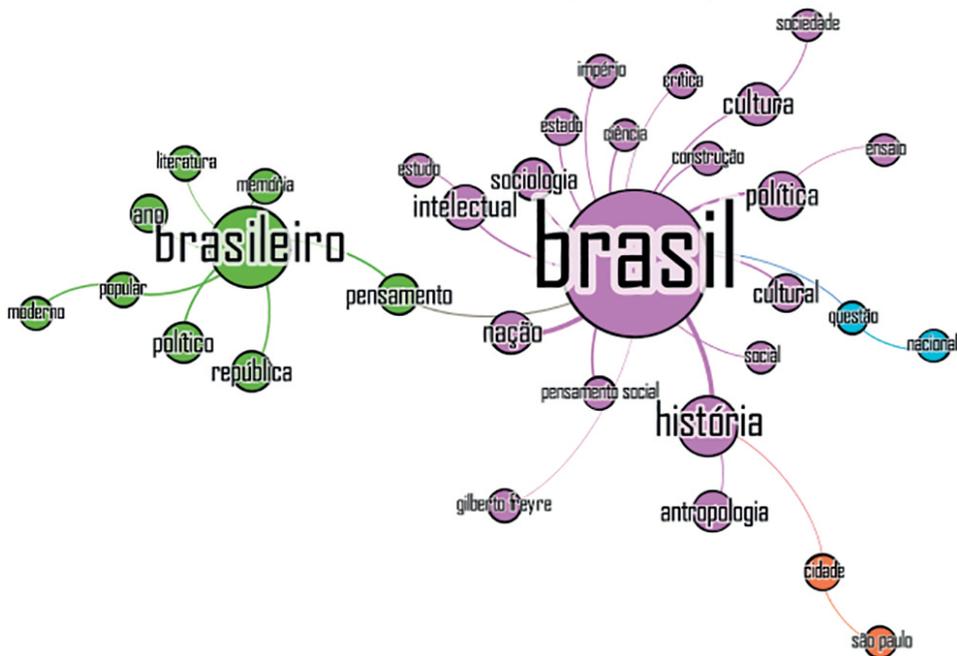


sil” (120 ocorrências) e “brasileiro” (58), que se situam no centro da imagem, seguido dos termos “história” (38), “política” (25), “intelectual” (22), “cultura” (20), “nação” (20), “sociologia” (20), “antropologia” (19), “político” (19) e “pensamento” (18). Embora os resultados não tragam novidades expressivas para a auto-observação corrente da área, vemos que o vocabulário expressa um nexos semântico que mobiliza fortemente três conceitos-chave — intelectual, cultura e nação — e alguns marcadores disciplinares das ciências sociais.

Outra forma de visualizar os principais termos presentes nos títulos dos livros é criar uma rede de suas associações mais relevantes. Na Figura 9, o tamanho dos nós

representa a frequência dos termos (estão incluídos aqui os 33 que possuem um mínimo de dez ocorrências) e as arestas, as suas ligações no *corpus* textual selecionado (quanto maior a espessura, maior a força da ligação). Vemos a relevância do termo “pensamento”, que se liga a “Brasil” e a “brasileiro” (termos que reúnem distintas comunidades de palavras), e “história”, que faz a mediação entre “antropologia” e “Brasil”. Ainda, percebemos que os termos mais ligados à sociologia se reúnem em torno do substantivo “Brasil”, ao passo que “político” se associa mais fortemente a “brasileiro”. Não por acaso, “pensamento social no Brasil” e “pensamento político brasileiro” nomeiam distintos GTs na Anpocs que, em que pese seus temas

Figura 9 – Rede de termos (frequência mínima de 10x) nos títulos de 511 livros da área de Pensamento Social no Brasil. Visualização: Iramuteq 0.7 e Gephi 0.9.2.



Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

e objetos compartilhados, reúnem distintas perspectivas analíticas.

Agora, em vez de considerarmos o *corpus* textual formado pelos títulos dos livros apenas de forma sincrônica, procuramos

observar como os termos mais frequentes (mínimo de dez ocorrências) se distribuem por recortes temporais.

Na Tabela 1, ao lado do número de ocorrências de cada termo para todo o período

**Tabela 1 – Correspondências dos principais termos (frequência mínima de 10x) em quatro períodos selecionados (data de publicação dos livros). Visualização: Iramuteq 0.7.**

Termo	Frequência	X.1971.1989	X.1990.1999	X.2000.2009	X.2010.2018
memória	13	0,205	-0,8733	-0,6241	1,4141
social	10	-0,3258	-0,2416	-0,5593	1,0771
questão	10	-0,3258	0,3699	-0,9836	1,0771
nação	20	-0,657	0,2534	-0,5778	0,989
pensamento social	11	-0,3587	-0,7377	0,2294	0,8762
Literatura	12	-0,3916	-0,8054	0,3395	0,715
Cultura	20	0,7769	-0,3545	-0,8647	0,6778
Sociologia	20	-0,657	-0,3545	0,2458	0,6778
Ensaio	10	-0,3258	0,3699	-0,5593	0,6403
Estudo	11	0,2502	-0,2823	-0,3868	0,5102
Ciência	11	-0,3587	0,708	-0,7012	0,5102
Brasil	120	-0,3038	0,8032	-0,7923	0,4296
Construção	12	0,2261	0,2787	-0,5002	0,4069
Sociedade	10	-0,3258	0,3699	-0,2853	0,3338
História	38	0,2801	-0,4555	0,3794	0,251
Popular	12	-0,3916	-0,3246	0,6084	-0,216
Cultural	15	0,5328	1,316	-1,3525	-0,2276
Crítica	10	-0,3258	-0,2416	0,6045	-0,2705
São Paulo	10	0,8042	-0,2416	-0,2853	-0,2705
Intelectual	22	0,3204	-0,209	0,263	-0,2957
Império	11	0,7366	-0,2823	0,2294	-0,3487
República	18	0,4258	-0,6045	0,629	-0,419
Política	25	0,2607	1,778	-0,8504	-0,4765
Antropologia	19	-0,2231	0,2831	0,5096	-0,4938
Brasileiro	58	0,3929	-0,8592	1,017	-0,5968
Cidade	14	-0,4576	0,2119	0,9653	-0,6242

Continua...

Tabela 1 – Continuação.

Termo	Frequência	X.1971.1989	X.1990.1999	X.2000.2009	X.2010.2018
Nacional	11	0,7366	0,3206	0,2294	-0,6687
Moderno	11	-0,3587	-0,2823	1,2587	-0,6687
Gilberto Freyre	11	0,7366	-0,2823	0,4535	-0,6687
Ano	15	-0,1507	-0,4596	1,1636	-0,7274
Estado	14	0,5758	-0,9413	1,4272	-1,0376
Político	19	0,826	0,2831	0,5096	-1,184

Fonte: Plataforma Lattes.

do, temos acesso ao resultado de uma análise de correspondências múltiplas<sup>16</sup>, que calcula a força de atração e de repulsão de cada termo de acordo com os *subcorpora* formados pelos seguintes períodos de publicação dos livros: 1971–1989 (43 livros), 1990–1999 (79), 2000–2010 (205) e 2010–2018 (184). Para facilitar a visualização da mudança dos termos ao longo dos anos, hierarquizamos os dados com base em sua força de atração com o último período (2010–2018) — isto é, quanto maior o valor positivo, mais associado o termo está com o conjunto de termos desse intervalo temporal; quanto maior o valor negativo, mais afastado ele se encontra.

Cumprir destacar, sobretudo, o aumento de importância dos marcadores disciplinares da sociologia, tais como “social”, “sociologia” e “sociedade”, além do próprio termo “pensamento social”. Por outro lado, registramos igualmente a repulsão, no último período, dos adjetivos “brasileiro”, “nacional” e “moderno”, bem como de alguns marcadores disciplinares da antropologia e da ciência política, o que parece reforçar o argumento proposto na seção anterior de que a sociologia, disciplina dominante no PSB, vem

reforçando progressivamente sua centralidade. No entanto, vale dizer que o crescimento dos substantivos “memória”, “nação”, “literatura” e “cultura”, por sua vez, permite matizar essa afirmação, pois talvez revelem que a maior concentração em torno do léxico da sociologia caminha lado a lado à abertura a temas e objetos de outras disciplinas. É digno de nota, ainda, a queda da frequência do nome “Gilberto Freyre” na última década, único intérprete a constar da lista de termos com frequência mínima de 10x.

Se quisermos agora descer a um nível abaixo de frequência mínima de termos — para cinco ocorrências como mínimo —, notaremos que alguns termos chamam a atenção em sua força de atração no período mais recente. Particularmente, “Amazônia” (cinco ocorrências; atração 1,2), “público” (seis; 0,88), “racial” (seis; 0,88), “literário” (seis; 0,88), “ciências sociais” (cinco; 0,58), “Mário de Andrade” (cinco; 0,58), “democracia” (cinco; 0,58), “experiência” (cinco; 0,58), “Florestan Fernandes” (cinco; 0,58) e “texto” (cinco; 0,58) são termos que se destacam do conjunto, demonstrando nova cotação dos intérpretes mais frequentes e a

16 Para uma ótima apresentação da Análise de Correspondências Múltiplas e suas aplicações potenciais nas ciências sociais, cf. Klüger (2018).



termos se ligam com maior ou menor força a cada uma das décadas. Para facilitar a leitura, os termos estão com diferentes cores, que expressam suas principais associações com cada período: vermelho (1971–1989), verde (1990–1999), azul (2000–2009) e lilás (2010–2018).

A leitura da imagem anterior ajuda a visualizar também a concentração e a dispersão dos termos entre os períodos selecionados e o eixo gravitacional do conjunto dos termos, que se localiza onde está “Brasil” (e que é igualmente o termo com o maior número de ocorrências, como visto anteriormente)<sup>17</sup>. Os termos em vermelho (1971–1989) e em verde (1990–1999) são os que mais se afastam do centro, contrastando com a relativa coesão dos termos em azul (2000–2010) e em lilás (2010–2018), que, nessa ordem, mais se aproximam do centro. A maior quantidade de termos no *subcorpus* 2000–2010, que conta com 205 títulos de livros, faz convergir sua força para o centro do “campo gravitacional”, mas igualmente revela que os outros períodos, incluindo o mais recente (2010–2018), pressionam com maior variedade lexical. O que parece igualmente reforçar a hipótese de que o PSB consolidou certa forma de organizar sua discussão e suas abordagens em fins dos anos 2000, que vem, no entanto, abrindo espaço nos últimos anos para maior heterogeneidade de objetos e temáticas e também para maiores disputas disciplinares quanto aos métodos e às abordagens disponíveis.

Mesmo se selecionarmos um conjunto de termos com uma frequência mínima de

1x, o mesmo comportamento de concentração e dispersão lexical se apresenta. Na Figura 11, em que estão marcados os pontos gravitacionais dos quatro *subcorpora* divididos por período e suas relações no plano fatorial, vemos que as maiores distâncias em relação ao centro gravitacional formado pelo *corpus* dos títulos dos livros são, nessa ordem: 1971–1989, 1990–1999, 2010–2018 e 2000–2009. O que reforça, mais uma vez, dada a distância verificada entre os dois últimos períodos, que estamos diante de um cenário de potencial mudança do vocabulário do PSB.

### *Pesquisadores e livros*

Conforme explicitado no começo dessa seção do artigo, conseguimos identificar, por meio da produção listada nos CV-Lattes dos 185 pesquisadores do GT “Pensamento Social no Brasil” da Anpocs, um total de 984 livros diferentes. Desse total, 477 são escritos e/ou organizados em coautoria, permitindo a criação de redes de relação a partir da participação em empreendimentos editoriais compartilhados. Se na análise dos títulos nos utilizamos de um método qualitativo de seleção dos títulos pertinentes à área — o que restringiu a análise dos títulos dos livros a um total de 511 publicações —, neste momento, aplicaremos outro procedimento de limpeza das relações, baseado na própria rede de relações formadas entre os 185 pesquisadores.

Em primeiro lugar, cabe mencionar que esse conjunto de pesquisadores não apenas se conecta entre si ao publicar livros

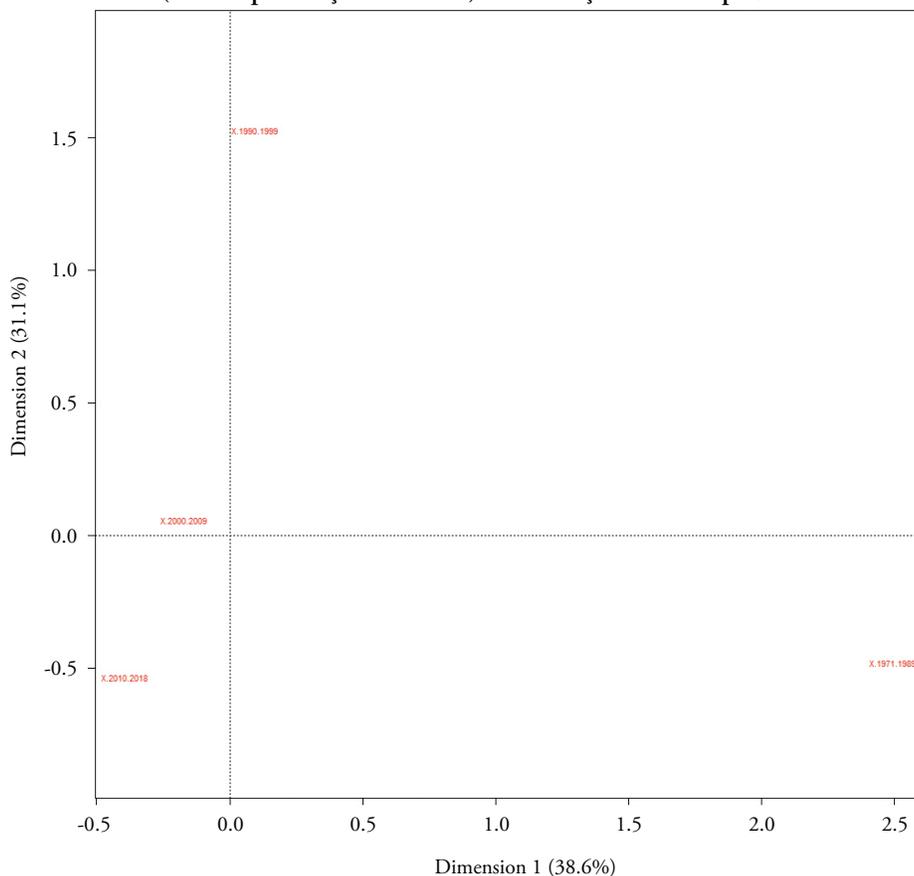
17 A seguir, destacamos as convenções visuais que poderão auxiliar a interpretação do plano fatorial: o tamanho das palavras representam a frequência delas no *corpus* — quanto maior a palavra no gráfico, maior seu poder de atração; o afastamento das palavras no campo do gráfico significa não só a baixa frequência, mas, sobretudo, sua pouca relação com as palavras das demais periodizações; as cores também variam conforme a frequência, e o fato de a palavra estar com determinada cor não significa que ela seja citada somente naquele período, mas que ela é mais citada em determinado período em relação aos outros.

em parceria. Com a identificação de todas as coautorias, chegamos a um número expressivo de 803 pesquisadores diferentes, isto é, mais do que quadruplicamos a nossa amostra inicial.

Porém, na medida em que o PSB é uma área constitutivamente porosa a outras especializações intra- ou interdisciplinares nas ciências sociais, esse aumento trará para a aná-

lise pesquisadores alheios à área em questão. Embora também não isenta de problemas, há uma forma de selecionar um número mais restrito de pesquisadores e relações, graças a uma propriedade bastante comum em redes sociais como um todo: trata-se da formação de uma “componente gigante” (*giant component*), que nada mais é do que uma rede conectada de nós capaz de incorporar

**Figura 11 – Plano fatorial dos quatro períodos selecionados (data de publicação dos livros). Visualização: Iramuteq 0.7.**



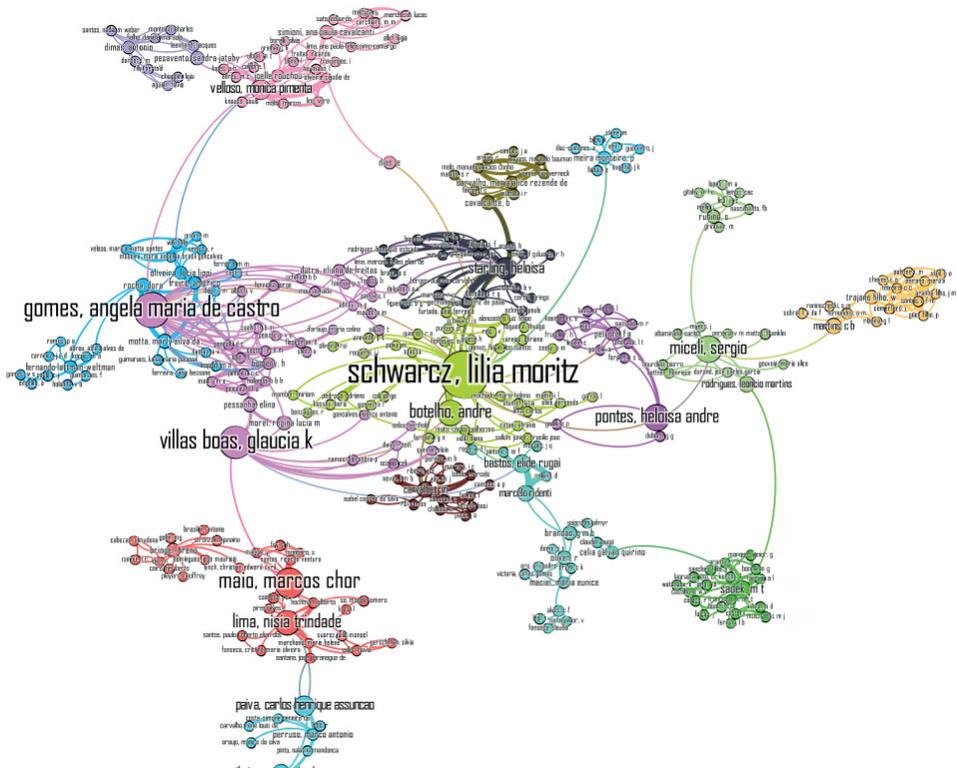
Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

grande parte do total de nós<sup>18</sup>. No caso dos pesquisadores de PSB, a componente gigante possui 330 pesquisadores ou 44,1% do total, totalizando 607 diferentes relações de coautoria (ou 49,75% do total). Ao filtrarmos da rede maior apenas essa componente, encontramos somente os pesquisadores que se ligam, direta ou indiretamente, a mais de uma publicação em coautoria organizada pelos participantes do GT da Anpocs.

Esse procedimento seleciona as relações, portanto, apenas da maior componente conectada da rede, ignorando coautorias mais marginais ao núcleo de interações do PSB.

Na Figura 12, em que estão destacadas as relações de coautoria da componente gigante, o tamanho dos nós está hierarquizado pela centralidade de intermediação (*betweenness centrality*), que chama a atenção para os atores que diminuem as distâncias na rede ao

Figura 12 – Grafo de coautorias de livros (componente gigante). Visualização: Gephi 0.9.2.



Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

18 Nos estudos cientométricos, costuma-se usar, sobretudo, a coautoria de artigos como critério de construção de redes de colaboração científica. Porém, em nosso caso de coautorias de livros, identificou-se a mesma presença dessa propriedade de uma componente gigante, que parece ser comum em redes de coautoria de artigos na física, nas ciências biomédicas e nas ciências da computação (NEWMAN, 2001).

colocarem em contato diferentes grupos densamente conectados<sup>19</sup>. A espessura das arestas indica o peso das relações de coautoria. Já as cores foram atribuídas aos nós por meio do algoritmo de detecção de comunidades disponível no *software* Gephi, que distribui as diferentes cores aos grupos de acordo com as suas maiores probabilidades de interação no conjunto da rede (BLONDEL *et al.*, 2008). A imagem permite apanharmos simultaneamente as várias clivagens — 16 comunidades diferentes foram identificadas — e o grau de integração formado pelas coautorias entre esses 330 pesquisadores — o caminho médio entre cada um dos pesquisadores é de apenas 6,05 nós de distância. Lendo-se o grafo em um eixo horizontal, vemos que ele se organiza em dois polos: à direita, reunindo os pesquisadores que gravitam (ou gravitaram) em torno do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), e à esquerda, com os pesquisadores que tiveram atuação no projeto “História das Ciências Sociais no Brasil” do Idesp, organizado por Sergio Miceli. Já no eixo vertical, vemos, no polo superior, um grupo que se reúne pela análise da literatura e das artes e que gravita em torno da Fundação Casa de Rui Barbosa; e no polo inferior, uma bifurcação: à esquerda, pesquisadores que fazem a interface entre pensamento social e saúde pública que se localizam, sobretudo, na Fiocruz; e à direita, grupos dedicados à teoria política e ao pensamento político brasileiro, com algum predomínio da USP. Ao centro, em que estão as relações mais densas — portanto, onde a cooperação é mais intensa —, destacam-se, de um lado, Lilia Schwarcz, que coloca em contato os dois polos horizontais da rede, e,

de outro, André Botelho, Elide Rugai Bastos e Glaucia Villas Bôas, que fazem a conexão entre o centro da rede e suas diferentes regiões situadas no polo inferior.

Trata-se, portanto, de uma rede que se organiza com base em distintos grupos que, entretanto, admite um grau razoável de compartilhamento em suas produções em livro, conforme se nota na componente gigante formada por meio de publicações em coautoria entre 1973 e 2018. Vale reiterar, porém, que as conexões mais densas são aquelas que ligam o centro da rede ao seu polo esquerdo, sinalizando para o seu núcleo mais dinâmico de interações recíprocas.

O outro material que usamos aqui são os principais livros coletivos da área de PSB. Nesse caso, o pressuposto é que eles são o resultado de interações reais e efetivas entre *todos* os seus autores — e não apenas entre seus organizadores, como foi o caso da rede modelada anteriormente. O resultado é uma rede muito mais densa de interações, uma vez que todos os que participaram de algum livro coletivo importante de PSB terão relações com os demais participantes do mesmo livro. Por essa razão, mesmo que o número de livros selecionados seja menor — 52 livros coletivos, em oposição aos 984 da lista de livros em coautoria da rede anterior —, encontramos 559 em uma única componente gigante. No fim deste artigo, no Anexo 1, estão listados os 52 livros que serviram de base para as análises a seguir.

Na Figura 13, vemos maior coesão entre os pesquisadores da área — 12 comunidades distintas foram detectadas —, revelando a participação bastante assídua em eventos, seminários e/ou grupos de pesquisa com-

19 A definição formal de *betweenness centrality* é a seguinte: trata-se da medida da quantidade de vezes que um nó aparece no caminho mais curto entre os nós da rede. O algoritmo implementado no Gephi se encontra discutido em Brandes (2001).





logrou criar uma sinergia coletiva, tal como revelam as redes modeladas pelas coautorias em livros e pela participação em livros coletivos. Ainda, mesmo que de modo experimental, a análise lexical dos títulos dos 511 livros selecionados aponta para uma crescente coesão vocabular, em que pese uma tendência discernível de uma maior heterogeneidade no presente — o que também é reforçado pela constatação da pluralização dos GTs afins ao PSB nos diferentes congressos científicos das ciências sociais.

A área de PSB, a despeito de sua crescente especialização, revela grande capilaridade em suas relações com o conjunto das ciências sociais no Brasil. A partir dos dados dos 185 pesquisadores que frequentaram a Anpocs, encontramos, por meio das coautorias e da participação em livros coletivos, relações com mais de mil pesquisadores diferen-

tes, sinalizando para interações significativas com distintas especializações. Essa propriedade, comum em redes sociais, chamada “efeito de mundo pequeno” — um grupo conectado localmente é capaz, com algumas ligações com outros grupos mais distantes, diminuir consideravelmente as distâncias médias da rede (WATTS; STROGATZ, 1998) —, faz-se sentir fortemente no PSB, o que permite projetar igualmente a força de suas relações para além do perímetro mais estrito de seu âmbito especializado. Faltam estudos comparados que permitam mensurar melhor a especificidade do PSB em relação a outras áreas com base em certas métricas de rede, mas isso certamente ajuda a entender, de um lado, sua posição no interior das ciências sociais no Brasil, e, por outro, por que ela pretende ser uma área que caminha na contramão da hiperespecialização em curso atualmente.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, A. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALONSO, A. **Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ALONSO, A.; PINHEIRO FILHO, F. A. Instauración y desarrollo de la sociología de la cultura en Brasil Sociológica. **Sociológica**, v. 32, n. 90, p. 259-275, 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). **Livro de nomes da ANPOCS (1977-2016)**. São Paulo: ANPOCS, 2016.
- ARRUDA, M. A. do N. Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. In: ARRUDA, M. A. do N. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru: Edusc, 2002. p. 189-330.
- ARRUDA, M. A. do N. Sociologia da Cultura e Sociologia da Comunicação de Massa: Esboço de uma Problemática. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S. (orgs.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**: Sociologia. São Paulo: Barcarolla, 2010. p. 253-277.
- BASTOS, E. R. Florestan Fernandes e a construção das ciências sociais. In: MARTINEZ, P. H. (org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 143-156.

- BASTOS, E. R. Pensamento social da escola sociológica paulista. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002** (Sociologia). São Paulo: Sumaré / ANPOCS, 2002. p. 183-230.
- BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. *In*: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S. (orgs.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 475-496.
- BITTENCOURT, A. V. **O Brasil e suas diferenças**: uma leitura genética de populações meridionais do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BLONDEL, V. D. *et al.* Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment**, v. 2008, n. 10, p. P10008, 9 out. 2008. <https://doi.org/10.1088/1742-5468/2008/10/P10008>
- BOTELHO, A. **Aprendizado do Brasil**: a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.
- BOTELHO, A. **De olho em Mário de Andrade**: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- BOTELHO, A. **O Brasil e os dias**: estado-nação, modernismo e rotina intelectual. Bauru: Edusc, 2005.
- BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, v. 50, n. 1, p. 49-82, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000100003>
- BOTELHO, A. Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño. **Prismas**, n. 19, p. 151-162, 2015.
- BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; VILLAS BÔAS, G. (orgs.). **O moderno em questão**: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- BOTELHO, A.; FERREIRA, G. N. (orgs.). **Revisão do pensamento conservador**: idéias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 11-22.
- BOTELHO, A.; RICUPERO, B.; BRASIL JR., A. Cosmopolitanism and Localism in the Brazilian Social Sciences. **Canadian Review of Sociology**, v. 54, n. 2, p. 216-236, 2017. <https://doi.org/10.1111/cars.12146>
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRANDES, U. A faster algorithm for betweenness centrality. **Journal of Mathematical Sociology**, v. 25, n. 2, p. 163-177, 2001. <https://doi.org/10.1080/0022250X.2001.9990249>
- BRASIL JR., A. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo; Buenos Aires: Hucitec; Clacso, 2013.
- BRASIL JR., A.; CARVALHO, L. C. Biblioteca Virtual do Pensamento Social: conhecimento, democratização e reflexividade das interpretações do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, v. 22, n. 45, p. 143-154, 2017.
- BURT, R. S. **Structural Holes**: The Social Structure of Competition. Harvard: Harvard University Press, 2009.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- CARDOSO, I. **A universidade da Comunhão Paulista**: O projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Editores Associados / Cortez, 1982.

- CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial.** Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumará, 1980.
- CARVALHO, L. C. **Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CAVALCANTI, M. L. **Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.
- CEPÊDA, V. A. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CEPÊDA, V. A.; MAZUCATO, T. (orgs.). **Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória.** São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, UFSCar, 2015.
- CHAGURI, M. **O romancista e o engenho: José Lins do Rêgo e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.
- CORREA, M. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.
- DAMACENO, R. J. P. *et al.* The Brazilian academic genealogy: evidence of advisor–advisee relationships through quantitative analysis. **Scientometrics**, v. 119, n. 1, p. 303–333, 1º abr. 2019. <https://doi.org/10.1007/s11192-019-03023-0>
- DIMITROV, E. **O Brasil dos espertos: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como “criador e criatura”.** São Paulo: Alameda, 2011.
- FELGUEIRAS, C. **O futuro e suas ilusões: os Estados Unidos nas visões de Monteiro Lobato e Eduardo Prado.** Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- FERREIRA, G. N. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai.** São Paulo: Editora 34, 1999.
- FERREIRA, G. N. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial.** São Paulo: Hucitec, 2006. v. 62.
- FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (orgs.). **Revisão do Pensamento Conservador.** São Paulo: Hucitec, 2011.
- HOELZ, M. **Entre piano e ganzá: música e interpretação do Brasil em Mário de Andrade.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- IANNI, O. **Sociologia da sociologia latino-americana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 83.
- IANNI, O. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro.** São Paulo: Ática, 1989.
- JACKSON, L. C. **A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- JACKSON, L. C.; BARBOZA, D. P. Histórias das ciências sociais brasileiras. *In:* MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia brasileira hoje.** Cotia: Ateliê Editorial, 2017.
- JACKSON, L. C.; BLANCO, A. **Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970).** São Paulo: Editora 34, 2014.
- KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. **A escola livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953 - Depoimentos.** São Paulo: Escuta, 2001.

- KAYSEL, A. **Dois encontros entre o marxismo e a América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- KLÜGER, E. Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 86, n. 2, p. 68-97, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8604/2018>
- LEITE, A. N. **Milagre acadêmico: a institucionalização das ciências sociais brasileiras (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.
- LOPES, A. M. **Vida rural e mudança social no Brasil: tradição e modernidade na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- LUHMANN, N. **Observations on modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- LYNCH, C. E. C. Cartografia do Pensamento Político Brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 75-119, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220161904>
- LYNCH, C. E. C. Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.
- LYNCH, C. E. C. Wanderley Guilherme dos Santos, intérprete do pensamento nacional brasileiro. In: LYNCH, C. E. C. (org.). **A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual**. Rio de Janeiro: Revan, 2017. p. 9-46.
- MAIA, F. **Questão agrária e modernização no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MAIA, J. M. E. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MAIA, J. M. E. Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a Sociologia da Cultura. **BIB**, São Paulo, n. 62, p. 53-71, 2006.
- MAIA, J. M. E. Pensamento Brasileiro e Teoria Social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000300011>
- MAIO, M. C.; VILLAS BÔAS, G. (orgs.). **Idéias de Modernidade e Sociologia no Brasil: Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, v. 15, n. 4, p. 31-39, 2009. <http://dx.doi.org/10.1007/BF03194511>
- MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MEUCCI, S. **Artesania da sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre**. Curitiba: Appris, 2015.
- MEUCCI, S.; CARVALHO, L. C. Notas sobre Pensamento Social Brasileiro nos currículos: pressupostos, inquietações e questões de uma pesquisa em elaboração. **Blog BVPS**, 29 jan. 2018. Disponível em: <<https://blogbvps.com/2018/01/29/notas-sobre-pensamento-social-brasileiro-nos-curriculos-pessupostos-inquietacoes-e-questoes-de-uma-pesquisa-em-elaboracao-por-simone-meucci-ufpr-e-lucas-carvalho-uff/>>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp; Sumaré, 1995. v. 2.

- MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp; Vértice, 1989a. v. 1.
- MICELI, S. Intelectuais Brasileiros. *In*: MICELI, S. (org.). **O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. 2. ed. São Paulo / Brasília: Sumaré / Anpocs / Capes, 1999. p. 109-147.
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.
- MICELI, S. Por uma sociologia das ciências sociais. *In*: MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp; Vértice, 1989b. v. 1. p. 5-19.
- MICELI, S.; PONTES, H. **Cultura e Sociedade: Brasil e Argentina**. São Paulo: Edusp, 2014.
- MONTEIRO, P. M. **A queda do aventureiro**: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- MONTEIRO, P. M. **Um moralista nos trópicos**: o visconde de Cairu e o duque de La Rochefoucauld. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004.
- MORETTI, F. **Distant reading**. Londres: Verso Books, 2013.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTA, R. (org.). **Roger Bastide hoje**: raça, religião, saudade e literatura. Recife: Bagaço, 2005.
- NEWMAN, M. E. Scientific collaboration networks. I. Network construction and fundamental results. **Physical review E**, v. 64, n. 1, p. 016131, 2001. <https://doi.org/10.1103/PhysRevE.64.016131>
- OLIVEIRA, L. L. Interpretações sobre o Brasil. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999. v. 2. p. 147-81.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEIRANO, M. **Uma antropologia no plural**: três experiências contemporâneas. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- PEIXOTO, F. A. **A viagem como vocação**: Itinerários, parcerias e formas de conhecimento. São Paulo: Edusp, 2015.
- PERLATTO, F. **A imaginação sociológica brasileira**: a sociologia no Brasil e sua vocação pública. Curitiba: CRV, 2016.
- PONTES, H. **Intérpretes da metrópole**: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968. São Paulo: Edusp, 2011.
- PULICI, C. **Entre sociólogos**: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960. São Paulo: Edusp, 2008.
- RAMASSOTE, R. M. **A vida social das formas literárias: crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- RICUPERO, B. **Romantismo e a ideia de nação no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, L. S. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ROMÃO, W. de M. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960**: a experiência do CESIT. São Paulo: Humanitas, 2006.

- SANTOS, W. G. dos. A imaginação político-social brasileira. **Dados**, v. 2, n. 3, p. 182-193, 1967.
- SANTOS, W. G. dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SANTOS, W. G. dos. Raízes da imaginação política brasileira. **Dados**, n. 7, p. 137-161, 1970.
- SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto**: Triste Visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, v. 1, n. 82, p. 11-16, 2011. <http://doi.org/10.1590/S0102-64452011000100002>
- SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Finep, 1979.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra / FGV, 2000.
- SILVA, D. P. da. **Abertura da teleficação no Brasil: as minisséries da Rede Globo de Televisão (1982-1992)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SILVA, M. A. M. da. **A descoberta do insólito**: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.
- TOLEDO, C. N. de. **ISEB**: fábrica de ideologias. Campinas: Editora da Unicamp, 1977.
- TRINDADE, A. D. **André Rebouças**: um engenheiro do Império. São Paulo: Hucitec, 2011.
- WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. Collective dynamics of 'small-world' networks. **Nature**, v. 393, n. 6684, p. 440-442, 1998. <https://doi.org/10.1038/30918>
- WEGNER, R. **A conquista do oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2000. v. 54.

Anexo 1 – Lista de livros coletivos (referentes às Figuras 13 e 14).

Ano	Autor(es)	Título	Editora	Estado sede da editora
1986	Reginaldo Moraes Ricardo Antunes Vera B. Ferrante	<i>Inteligência brasileira</i>	Brasiliense	São Paulo
1987	Maria Angela D’Incao	<i>O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes</i>	Unesp Paz & Terra	São Paulo
1988	Maria Cecília Loschiavo dos Santos	<i>Maria Antonia: uma rua na contramão</i>	Nobel	São Paulo
1989	Maria Angela D’Incao	<i>História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.</i>	Brasiliense Unesp	São Paulo
1989	Sergio Miceli	<i>História das ciências sociais no Brasil (v. 1)</i>	Vértice	São Paulo
1992	Maria Angela D’Incao Eloísa Faria Scarabôto	<i>Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido</i>	Companhia das Letras	São Paulo
1993	Sergio Miceli	<i>A Fundação Ford no Brasil</i>	Sumaré	São Paulo
1993	Elide Rugai Bastos João Quartim de Moraes	<i>O pensamento de Oliveira Vianna</i>	Unicamp	São Paulo
1995	Sergio Miceli	<i>História das ciências sociais no Brasil (v. 2)</i>	Sumaré	São Paulo
1995	Elina Pessanha Gláucia Villas Bôas	<i>Ciências sociais: ensino e pesquisa na graduação</i>	Jornada Cultural	Rio de Janeiro
1996	Maria Izabel Leme Faleiros Regina Ainda Crespo	<i>Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni</i>	Unesp	São Paulo
1996	Marcos Chor Maio Ricardo Ventura Santos	<i>Raça, ciência e sociedade</i>	Centro Cultural Banco do Brasil Fundação Oswaldo Cruz	Rio de Janeiro
1999	Ethel Kosminsky	<i>Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz</i>	Unesp	São Paulo
1999	Marcos Chor Maio Gláucia Villas Bôas	<i>Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto</i>	Editora da UFRGS	Rio Grande do Sul
1999	Lourenço Dantas Mota	<i>Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos (v. 1)</i>	Editora Senac	São Paulo
2000	Lourenço Dantas Mota	<i>Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos (v. 2)</i>	Editora Senac	São Paulo

Continua...

## Anexo 1 – Continuação.

Ano	Autor(es)	Título	Editora	Estado sede da editora
2000	Simon Schwartzman Helena Bomeny Vanda Maria Ribeiro Costa	<i>Tempos de Capanema</i>	Paz & Terra FGV Editora	São Paulo Rio de Janeiro
2000	Angelica Madeira Mariza Veloso	<i>Descobertas do Brasil</i>	UnB	Brasília
2001	Iris Kantor Débora Alvez Maciel Julio Simões	<i>A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)</i>	Escuta	São Paulo
2001	Angela Mendes de Almeida Berthold Zilly Eli Napoleão de Lima	<i>De sertões, desertos e espaços incivilizados</i>	Mauad	Rio de Janeiro
2003	Fernanda Arêas Peixoto Claude Lepine Ethel Kosminsky	<i>Gilberto Freyre em quatro tempos</i>	Edusc Unesp	São Paulo
2003	Elide Rugai Bastos Marcelo Ridenti Denis Rolland	<i>Intelectuais: sociedade e política</i>	Cortez	São Paulo
2004	Fernanda Arêas Peixoto Lilia Schwarcz Heloisa Pontes	<i>Antropologias, histórias, experiências</i>	Editora da UFMG	São Paulo
2005	Caio Navarro de Toledo	<i>Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB</i>	Revan	Rio de Janeiro
2005	Carlos Benedito Martins	<i>Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil</i>	Edusc	São Paulo
2005	Gláucia Villas Bôas Elina Gonçalves da Fonte Pessanha Regina Lúcia de Moraes Morel	<i>Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista</i>	Topbooks	Rio de Janeiro
2005	Roberto Motta	<i>Roger Bastide hoje: raça, religião, saudade e literatura</i>	Bagaço	Pernambuco
2005	João Trajano Santo-Sé; Vanilda Paiva	<i>Pensamento social brasileiro</i>	Cortez	São Paulo
2006	Marcio de Oliveira	<i>As ciências sociais no Paraná</i>	Protexto	Curitiba
2007	Sergio Miceli Franklin de Mattos	<i>Gilda, a paixão pela forma</i>	Ouro sobre Azul	Rio de Janeiro
2008	Andre Botelho Elide Rugai Bastos Gláucia Villas Bôas	<i>O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil</i>	Topbooks	Rio de Janeiro
2008	Nísia Trindade Lima	<i>Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Roquette-Pinto</i>	Editora da UFMG Editora Fiocruz	Minas Gerais Rio de Janeiro

Continua...

## Anexo 1 – Continuação.

Ano	Autor(es)	Título	Editora	Estado sede da editora
2008	Pedro Meira Monteiro João Kennedy Eugenio	<i>Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas</i>	Eduerj Unicamp	Rio de Janeiro São Paulo
2009	Andre Botelho Lilia Schwarcz	<i>Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país</i>	Companhia das Letras	São Paulo
2010	Andre Botelho Gabriela Nunes Ferreira	<i>Revisão do pensamento conservador: idéias e política no Brasil</i>	Hucitec	São Paulo
2010	Fatima R. G. Tavares Simoni Lahud Guedes Carlos Alberto Caroso Soares	<i>Experiências de ensino e prática em antropologia no Brasil</i>	Ícone	Brasília
2012	Fernando Perlatto Rubem Barboza Filho	<i>Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna</i>	Editora UFJF	Minas Gerais
2012	Milton Lahuerta Carlos Henrique Gileno	<i>Pensamento brasileiro: atores e ideias</i>	Cultura Acadêmica	São Paulo
2013	Leonardo Avritzer	<i>Leituras críticas sobre Gabriel Cohn</i>	Editora da UFMG	Minas Gerais
2013	Roberto Motta Marcionila Fernandes	<i>Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações</i>	Instituto Miguel de Cervantes	Rio de Janeiro
2014	Luiz Bernardo Pericás Lincoln Secco	<i>Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados</i>	Boitempo	São Paulo
2014	Heloisa Pontes Sergio Miceli	<i>Cultura e sociedade. Brasil e Argentina</i>	Edusp	São Paulo
2014	Bernardo Borges Buarque Hollanda Claudio Costa Pinheiro Helena Maria Bousquet Bomeny João Marcelo Ehlert Maia	<i>Ateliê do pensamento social: ideias em perspectiva global</i>	FGV Editora	Rio de Janeiro
2015	Nísia Trindade Lima Gilberto Hochman	<i>Médicos intérpretes do Brasil</i>	Hucitec	São Paulo
2015	Vera Alves Cepêda Thiago Pereira da Silva Mazucato	<i>Florestan Fernandes, 20 anos depois: Um exercício de memória</i>	EdUFSCar	São Paulo
2016	Bernardo Borges Buarque Hollanda, João Marcelo Ehlert Maia, Claudio Costa Pinheiro	<i>Ateliê do pensamento social: métodos e modos de leituras com textos literários</i>	FGV Editora	Rio de Janeiro
2016	Leonardo Avritzer Maria do Socorro Souza Braga Carlos Roberto Sanchez Milani	<i>A ciência política no Brasil: 1960-2015</i>	FGV Editora	Rio de Janeiro

Continua...

### Anexo 1 – Continuação.

Ano	Autor(es)	Título	Editora	Estado sede da editora
2016	Pedro Meira Monteiro Lilia Schwarcz	<i>Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Holanda</i>	Companhia das Letras	São Paulo
2016	Elina Pessanha Glaucia Villas Bôas José Sergio Leite Lopes Regina Morel Rodrigo de Lacerda Carelli Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva	<i>Evaristo de Moraes Filho: 100 anos de vida; contribuição à sociologia e ao direito do trabalho</i>	Ministério Público do Trabalho	Brasília
2017	Bernardo Borges Buarque Hollanda João Marcelo Ehlert Maia	<i>Ateliê do pensamento social: a pesquisa sobre o Brasil no exterior</i>	FGV Editora	Rio de Janeiro
2017	André Botelho Heloísa Starling	<i>República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo</i>	Editora da UFMG	Belo Horizonte
2018	Mariana Chaguri Mario Medeiros	<i>Rumos do Sul: periferia e pensamento social</i>	Alameda	São Paulo

## Violência, Crime e Justiça Criminal: as linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” (1970-2018)

Rochele Fellini Fachinetto<sup>I</sup>

Lígia Mori Madeira<sup>II</sup>

Jania Perla Diógenes de Aquino<sup>III</sup>

Leonardo Geliski<sup>II</sup>

### Introdução

O campo de estudos sobre a violência, crime e justiça criminal<sup>1</sup> no Brasil tem se configurado por uma expressiva e dinâmica produção, sobretudo a partir do final da década de 1990. O número de teses e dissertações nessa área tem sido crescente, como mostram pesquisas realizadas no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (FBSP, 2009; Campos; Alvarez, 2017), bem como tem se mostrado significativa a produção de artigos científicos em revistas Qualis A e B – para além de uma tradicional produção

em livros, que inaugurou e tanto contribuiu para a formação desse campo de estudos.

É também bastante significativa a elaboração de balanços temáticos nessa área, que começaram a ser produzidos ainda na década de 1990, retomando pesquisas realizadas a partir de 1970, evidenciando o potencial reflexivo desse campo de estudos e a “tensa pluralidade teórica e metodológica”, apontada por Ratton (2018, p. 7) como traço constituinte e estruturador da área. Nesse cenário, marcado não apenas por intensa produção acadêmica sobre os temas da violência, crime e justiça criminal, mas também pelo expressivo trabalho analítico e interpretativo, con-

---

1 A própria forma de nomear esse campo de estudos tem sido objeto de reflexão e discussão em balanços anteriores, considerada uma questão controversa (Lima; Ratton, 2011, p. 11) pela diversidade de temas e objetos de análise, que incorporam tanto os fenômenos da violência e da criminalidade quanto as instituições do sistema de justiça criminal, os temas de direitos humanos e as políticas públicas de segurança. Para fins deste artigo, utilizaremos a expressão violência, crime e justiça criminal, de forma a tornar mais fluida a leitura, mas endossamos que ela não abarca a complexidade e a diversidade da área. Manteremos a menção a outras expressões apenas quando elas forem utilizadas por outros autores.

---

<sup>I</sup>Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: rocheleff@gmail.com

<sup>II</sup>Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mails: ligiamorimadeira@gmail.com; geliski.leonardo@gmail.com

<sup>III</sup>Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE), Brasil. E-mail: perladiogenes@gmail.com

substanciado nos diversos balanços e revisões produzidos nessa área de estudos, situamos o desafio deste artigo. Por considerarmos que os balanços apresentam elementos suficientes para caracterizar a produção bibliográfica da área nos seus diferentes períodos, procuramos inovar por caminhos que até então não foram explorados, partindo dos pesquisadores pioneiros da área para reconstruir as gerações de pesquisadores seguintes, mapeando seus orientandos e os orientandos subsequentes, e elucidando uma rede que abrange quatro gerações no âmbito de suas linhagens de descendência acadêmica. Para tanto, delineamos dois percursos: em um primeiro momento, analisamos os próprios balanços já elaborados, por entendermos que se trata de uma produção muito rica e densa, que sistematiza uma ampla diversidade da produção (em livros, capítulos, artigos, teses e dissertações), com múltiplos desenhos e objetos de análise (que contemplam as temáticas trabalhadas, os referenciais teórico-metodológicos adotados, os aspectos biográficos dos pioneiros e as dimensões institucionais da produção), percorrendo um recorte temporal que abarca desde a década de 1970 até trabalhos publicados em 2018 (BIB, 2017). Essa análise buscou sistematizar as principais contribuições dessas revisões e balanços, identificando tensões e questões que permanecem em aberto, demonstrando também o quanto a temática da violência, crime e justiça criminal no Brasil pode se mostrar cíclica e dependente dos contextos político e social.

Em um segundo momento, mapeamos as linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros”, procurando compreender como se deu o processo de formação das novas gerações de pesquisadores. A escolha dos pioneiros teve como referência principal a obra organizada por Renato Sérgio de Lima e José Luiz Rattón, *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, publicada em 2011. Por meio de entrevistas e obituários, o livro reconstrói as trajetórias intelectuais de pesquisadores que “desde a década de 1970/80 construíram uma reflexão sistemática e permanente, voltada, prioritariamente, para as questões sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança”<sup>2</sup> (Lima; Rattón, 2011, p. 11). Da mesma forma, nos diversos balanços analisados neste artigo, esses pesquisadores são recorrentemente referenciados como precursores desse campo de estudos, reforçando, portanto, nossa seleção.

Linhagens do pensamento é tema abordado tanto nos estudos da sociologia dos intelectuais (Passiani, 2018) como na literatura sobre pensamento político (Brandão, 2010). Os conceitos de linhagens e de gerações abordados nesses estudos adotam como premissa que o compartilhamento teórico e temporal de correntes ou conjunturas de atuação dos pensadores e dos pesquisadores permite pensar no estabelecimento de famílias intelectuais, bem como analisar a

2 Os(as) pioneiros(as) cujas trajetórias foram reconstruídas na obra são: Michel Misse, Julita Lemgruber, Paulo Sérgio Pinheiro, Alba Zaluar, Roberto Kant de Lima, Sérgio Adorno, Luciano de Oliveira, Luiz Eduardo Soares, Maria Stela Grossi Porto, César Barreira, José Vicente Tavares dos Santos, Luiz Antônio Machado da Silva, Gláucio Soares, Cláudio Beato, Edmundo Campos Coelho (*in memoriam*) e Antônio Luiz Paixão (*in memoriam*) (Lima, Rattón, 2011). Ao todo, são 16 pioneiros cujas trajetórias foram reconstruídas na obra organizada por Lima e Rattón (2011). Entretanto, para este trabalho, são analisadas 14 linhagens, considerando que não fizeram parte da base de dados os pioneiros Antônio Luiz Paixão e Julita Lemgruber, pois não possuem orientandos de Doutorado registrados na Plataforma Lattes.

constituição, a circulação e a continuidade de ideias. Assim, aliamos as tradições dos estudos sobre o estado da arte desse campo, que mapeou os pioneiros nessa área de pesquisa, com o conceito de linhagens entendido como processo de formação de pesquisadores a partir das orientações em cursos de doutoramento. O exame das linhagens dos pioneiros dos estudos sobre violência, crime e justiça criminal considerou o aprendizado da pós-graduação como um aspecto importante na trajetória dos pesquisadores e um espaço no qual a orientação se constitui como mecanismo de difusão de ideias, práticas e interesses comuns de pesquisa, o que não implica, necessariamente, uma afinidade temática ou filiação teórica aos orientadores.

Entendendo cada pioneiro como constituidor de uma linhagem nesse campo de estudos, mapeamos quais foram seus orientandos com doutorado concluído (denominados primeira descendência de formação acadêmica) e, subsequentemente, os orientandos desses orientandos (denominados segunda descendência), construindo até a terceira descendência de pesquisadores que derivam dessas linhagens. A coleta dos dados foi baseada na pesquisa dos currículos Lattes<sup>3</sup> de 14 pioneiros e de seus orientandos. As informações extraídas foram: nome; gênero; orientador; linhagem e geração (ascendência a partir dos pioneiros); ano de defesa da tese; área do curso; instituição; tipo de instituição (privada, pública ou internacional); e dados do local da instituição (país; estado e região – no caso de ser sediada no Brasil). Para descrever esses dados, adotamos os instrumentos de estatística descritiva (tabela de

contingência) a fim de conhecer os ciclos de formação e as características das linhagens (geral e individualmente).

Destacamos que o mapeamento proposto neste artigo não pretende ser uma análise exaustiva do campo de estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil. Trata-se, antes, de uma seleção que busca compreender a ampliação do campo e alguns aspectos sobre a configuração das novas gerações de pesquisadores a partir desses precursores. O campo de estudos sobre violência, crime e justiça criminal no país é mais amplo do que o recorte aqui efetuado, tendo em vista que há pesquisadores e estudiosos, mesmo alguns que se tornaram referências fundamentais na formação de novas gerações e já com longa trajetória nesse campo de estudos, que não derivam das linhagens dos pioneiros e, por isso, não estão incluídos em nossa seleção. É também importante enfatizar que nosso mapeamento teve como foco a formação de indivíduos e não a sua produção. Portanto, nem todos os pesquisadores formados nas linhagens analisadas produziram trabalhos na área da violência e da criminalidade.

### **Um balanço dos balanços: análise dos levantamentos de pesquisas sobre violência, crime e sistema de justiça criminal no Brasil (1993-2018)**

Nesta seção, analisamos os principais balanços produzidos pela área, conforme sintetizado no Quadro 1.<sup>4</sup> O primeiro balanço no campo de estudos sobre violência,

3 Dados abertos para consulta pública.

4 Uma obra fundamental nesse campo de estudos é *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*, organizada por Lima, Ratton e Azevedo (2014). O livro constitui uma sistematização das principais abordagens e focos temáticos dos estudos sobre a área no país. Entretanto, como não constitui propriamente um balanço no sentido dos outros trabalhos que aqui foram analisados, ela não foi incorporada em nossa análise.

**Quadro 1 - Balanços analisados da área da violência, crime e justiça criminal no Brasil (1993-2018).**

N	Autor(es)	Ano de publicação	Recorte temporal/análise	Enfoque/Unidade de análise
1	Sérgio Adorno	1993	1978-1993	Artigos científicos, livros, capítulos de livros, relatórios de pesquisa, dissertações e teses de Doutorado.
2	Alba Zaluar	1999	A partir de 1970	Artigos, livros e capítulos de livros. Contagem de temas e subtemas.
3	Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda	2000	1970-2000	Dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Grupos de linhas de pesquisa da área Pesquisa bibliográfica na área das Ciências Sociais.
4	Fernando Salla	2006	A partir do século XIX	Balanços preliminares dos estudos acadêmicos sobre prisões nas Ciências Sociais. Reflexão sobre perfil de produção.
5	Renato Sérgio de Lima (Relatório FBSP)	2009	1983-2006	Teses e dissertações disponíveis na Plataforma CAPES. Dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Questionário e entrevistas com pesquisadores.
6	César Barreira e Sérgio Adorno	2010	2000-2010	Fóruns e encontros anuais (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs, Sociedade Brasileira de Sociologia SBS, ABA, ABCP, ISA). Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; currículos Lattes.
7	Renato Sérgio de Lima e José Luiz Rattón	2011	A partir de 1970	Reconstrução das trajetórias dos pioneiros nos estudos sobre violência, crime e Direitos Humanos no Brasil (entrevistas).
8	Peter Imbusch, Michel Misse, Fernando Carrión	2011	A partir de 1980	Temas e áreas de pesquisa em violência. Trajetórias históricas da violência na América Latina.
9	José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira	2016	A partir de 2000	Produção latino-americana, livros (foco da análise), capítulos e artigos científicos.
10	Marcelo Campos e Marcos Cesar Alvarez	2017	2000-2016	Periódicos científicos classificados como <i>Qualis A1</i> pela área de Sociologia.
11	Ludmila Ribeiro e Alex Niche Teixeira	2018	2000-2017	Periódicos A1 e A2 da área de Sociologia da CAPES (crime e violência). Análise das metodologias.

Continua...

Quadro 1 - Continuação.

N	Autor(es)	Ano de publicação	Recorte temporal/análise	Enfoque/Unidade de análise
12	Arthur Trindade Maranhão Costa e Renato Sérgio de Lima	2018	2000-2016	Artigos nacionais A1, A2 ou B1 (Ciências Sociais). Debate sobre pesquisas com uso de estatísticas oficiais.
13	Jania Perla Diógenes Aquino e Daniel Hirata	2018	2000-2017	Teses e dissertações com abordagem etnográfica — crime
14	Jacqueline Muniz, Haydée Caruso e Felipe Freitas	2018	2000-2017	Análise de balanços anteriores. Periódicos A1, A2, B1, B2 em Antropologia, Sociologia e Ciência Política (e alguns artigos internacionais) (estudos policiais)
15	Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Jacqueline Sinhoretto	2018	2012-2017	Revisão bibliográfica de artigos publicados em revistas A1 e A2 das áreas de Sociologia e Antropologia ( <i>Qualis</i> CAPES) Teses de Doutorado (CAPES) (justiça criminal).
16	Luiz Cláudio Lourenço e Marcos César Alvarez	2018	1997-2017	Teses e dissertações disponíveis nos repositórios institucionais dos PPGs em Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Ciências Sociais (estudos sobre prisão).

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; SBS: Sociedade Brasileira de Sociologia; CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; ABA: Associação Brasileira de Antropologia; ABCP: Associação Brasileira de Ciência Política; ISA: International Sociological Association; PPGs: Programas de Pós-Graduação.

crime e justiça criminal no Brasil foi elaborado por Sérgio Adorno em 1993. No artigo, o autor, que é um dos pioneiros desse campo de estudos no país, analisa a produção científica sobre a criminalidade no Brasil a partir da década de 1970, com base em um amplo levantamento de artigos científicos, livros e capítulos, relatórios de pesquisa, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Adorno (1993, p. 3) identifica uma mudança nas abordagens, até então centradas em uma perspectiva jurídica e da legislação penal, para análises sociológicas que buscavam articular o recrudescimento da violência, o modelo de desenvolvimento econômico-so-

cial e a herança do regime autoritário nas formas de exercício do poder estatal e nas políticas de segurança.

O autor subdivide os estudos em quatro categorias, considerando seus enfoques teóricos. Um primeiro conjunto de estudos destacaria o movimento da criminalidade, tendências e características das práticas delituosas, ocorrências policiais que apresentavam crescimento ou retração e quais seriam as possíveis causas ou fatores explicativos (Adorno, 1993, p. 3). Um segundo grupo concentraria suas análises no perfil social dos delinquentes, evidenciando o fenômeno da seletividade penal, dado que eram recruta-

dos entre grupos de trabalhadores urbanos de baixa renda, não diferindo do perfil social da população pobre. A terceira categoria estaria relacionada à organização social do crime sob a perspectiva do delinquente. Esse conjunto de trabalhos dedicou-se a análises sobre a identidade dos delinquentes, considerados a partir da dicotomia trabalhador × bandido, elaborada por Alba Zaluar (*apud* Adorno, 1993, p. 4-5), bem como os tipos de criminosos e de organizações criminais, associando-as ao modelo de organização empresarial. Um quarto grupo de trabalhos dedicou-se à análise das políticas penais. Muitos desses trabalhos evidenciavam as tensões que perpassavam o período da ditadura civil militar, o processo de redemocratização da sociedade brasileira, bem como o período de recrudescimento dos fenômenos da violência urbana no país, sobretudo com relação ao respeito às normas constitucionais como fundamento para o exercício do poder do Estado. É nesse sentido que as conclusões desse primeiro balanço apontam para a necessidade de uma nova racionalidade jurídica, capaz de consolidar uma efetiva justiça social – racionalidade, subjacente ao direito de punir, que pudesse produzir um deslocamento do valor à liberdade para o valor à vida (Adorno, 1993).

Em 1999, Alba Zaluar produz o balanço “Violência e crime”. Para analisar debates dos 25 anos anteriores, ela explora a relação entre os campos intelectual e político. Também observando as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil entre o período autoritário, a redemocratização e seu primeiro ciclo político, Alba (1999) sustenta que a postura do cientista social como intelectual orgânico marca a constituição de um campo de estudos sobre violência, crime e seus paradoxos. Isto é, as pesquisas seriam marcadas por dilemas: por um lado,

buscavam inclusão social das classes sociais oprimidas. Por outro, viam os pobres inseridos nas manifestações de violência, seja como atores, seja como vítimas. Realizando um mapeamento de artigos, livros e capítulos publicados e a contagem de temas e subtemas, Zaluar (1999) verifica a hegemonia do paradigma marxista e da criminologia crítica, com predomínio da questão institucional. Ela chama a atenção também para a influência de Foucault e os dispositivos de poder, de produção de verdade e disciplina, permitindo uma combinação Marx e Foucault para explicar mecanismos de poder estatal, especialmente da polícia e da prisão nas obras de Sérgio Adorno, Kant de Lima e Michel Misse. Outra vertente centrava-se no liberalismo político e sua preocupação com a construção da nação e da cidadania via processo de democratização e os desafios impostos a ela pela violência urbana e difusa (Adorno, Caldeira, Oliveira, Paixão, Pinheiro, Velho, Zaluar), apontando os percalços do processo civilizatório – inversão da teoria do homem cordial, diagnóstico do caráter da sociedade brasileira em uma perspectiva culturalista (Benevides, Cardia, Caldeira, Machado da Silva, Paoli, Soares, Velho, Vargas, Zaluar). Tensões entre as práticas cotidianas do sistema de justiça penal (polícia e sistema penal) e o contraste com o sistema normativo legal; o predomínio da explicação sociológica dicotômica: dominação, exploração capitalista, segregação racial e exclusão (Guimarães, Carvalho, Oliven, Kowarick, Misse, Zaluar); e uma visão dicotômica da polícia, ora como órgão repressor a serviço das classes dominantes, ora como prestadora de serviços, mesmo às classes populares, marcam a produção no período. Zaluar (1999) aponta cinco temas sempre presentes na literatura:

- a reflexão sobre o que é violência e seus múltiplos significados e planos;

- imagens e representações sociais do crime e da violência e o medo da população;
- contar as vítimas e os crimes;
- explicações para o aumento da violência e da criminalidade;
- o problema social da criminalidade como tema de política pública.

Um ano após o levantamento de Alba Zaluar, Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda (2000) realizaram novo balanço, dessa vez traçando um quadro geral dos pesquisadores da área. Os autores assinavam que as temáticas da violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal já apresentavam produção regular e ganhavam relevância nos debates, seja pela crescente compreensão de sua complexidade e interesse público, seja pelo acúmulo de interpretações de materiais que veiculam. Analisando os bancos de dados do CNPq, eles destacam que no ano 2000 já se verificava em todo o país cerca de 450 pesquisadores registrados nos diretórios de pesquisa do CNPq, incluídos no setor de atividades de “segurança pública e criminalidade”. Entre eles, mais da metade seriam sociólogos, cientistas políticos e antropólogos. Segundo os autores, naquele período já se identificavam 41 grupos de pesquisa nas temáticas relacionadas à violência e crime, representando cerca de 10% dos grupos de pesquisa em ciências sociais. Embora assinalem que metade dos pesquisadores e grupos de pesquisa na temática estivessem na Região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os autores também destacam a presença significativa de grupos de pesquisa nas demais regiões do país, apontando para a nacionalização dessa temática, o que não ocorria antes de 1995, sendo possível observar, no argumento dos autores, as seguintes divisões temáticas:

- delinquência e criminalidade violenta;
- polícia e sistema de justiça criminal;
- políticas públicas de segurança;
- violência urbana: imagens práticas e discurso.

Para explorar mais as discussões dos trabalhos sobre delinquência e criminalidade violenta, que corresponde à maioria dos trabalhos examinados, eles apresentam alguns subitens, tais como:

- delinquência infantojuvenil e a categoria menor;
- aumento da criminalidade urbana, mudanças de padrão e perfil social dos acusados e seus efeitos de violência;
- a questão do crime organizado e do tráfico de drogas.

Mais abrangente que os anteriores, esse levantamento realizado por Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) trabalha com grande quantidade de pesquisas e os autores se empenham em identificar e discutir trabalhos desenvolvidos fora da região.

Em 2006, Fernando Salla empreende um levantamento específico sobre o campo dos estudos prisionais no Brasil, ressaltando que, durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, questões relacionadas a prisões despertavam o interesse apenas de pesquisadores do direito e da medicina, em sua vertente criminológica. Os primeiros estudos sobre a temática nas ciências sociais do país datam dos anos de 1970, mas teria sido apenas a partir da crise na segurança pública, nos anos de 1980, bem como das discussões relacionadas à abertura democrática, que pesquisadores teriam sido atraídos para a temática. Nos anos de 1990, a discussão sobre prisão se consolidaria, embora a quantidade de trabalhos fosse modesta e apenas tenha aumentado significativamente nos anos

2000. O autor destaca as temáticas da educação nas prisões, das dinâmicas das relações entre encarcerados, das atuações de assistentes sociais e agentes penitenciários, da saúde mental nas prisões, das mulheres detentas, dos programas de trabalhos dos internos e levantamentos históricos sobre as prisões.

Em 2009, quase duas décadas depois do primeiro balanço (Adorno, 1993), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) buscou mapear conexões teóricas e metodológicas da produção em torno dos temas da violência e da segurança pública com as políticas públicas da área nos anos de 1990 e 2000. O *corpus* do artigo abrangeu teses e dissertações produzidas até abril de 2007, chegando a identificar 2.044 trabalhos, além de terem realizado entrevistas com pesquisadores da área para compreender papéis e representações existentes no campo de estudos da segurança pública. A análise do material revelou que a produção brasileira de estudos sobre violência e crime urbano ainda era tímida, demandando continuidade de esforços, exploração de novos temas e fomento. As temáticas mais recorrentes eram modalidades de violência; perfis de agressores e vítimas; evolução do crime; características da organização social do crime e da violência; meios e modos empregados nas ações criminais; relações entre medo, insegurança e violência, mídia e violência, violência e situação social e desigualdade social. De acordo com o balanço produzido pelo FBSP (2009), há ênfase recente no estudo de políticas públicas de segurança e justiça criminal, estrutura e funcionamento das agências encarregadas de controlar o crime, desempenho dos operadores técnicos e não técnicos do direito na aplicação das leis penais com foco no desempenho dos agentes policiais. Eles destacam que novos temas vêm sendo incorporados ao deba-

te, tais como “crime organizado” e tráfico de drogas, tensão entre direitos humanos e políticas de segurança, punição e controle social, e impunidade e funcionamento do sistema judicial. Trabalhos sobre violência doméstica, violência nas relações de gênero, conflitos interpessoais, violência nas escolas, violência nas ruas, assim como os clássicos estudos sobre violência durante a ditadura e seus reflexos, marcariam essa produção. A participação dos pesquisadores no debate público também seria uma marca do período, concomitantemente com esforços dos governos federal e estaduais em melhorar a qualidade das estatísticas oficiais, motivados em muito por pressões sociais e da comunidade acadêmica. Apesar desses avanços, os autores ressaltam dificuldades persistentes, relacionadas às tensas relações entre os produtores de conhecimento e os atores do *policy making* da segurança pública e justiça criminal, à dificuldade de formulação e implementação de ações efetivas, à carência de dados quanto ao custo dessas ações, à multifatorialidade das causas da violência, que acaba contribuindo para dificultar a ação sobre tendências de crescimento da criminalidade. Os autores concluem que existe um aparente paradoxo: enquanto há grande produção acadêmica, há baixa adesão de referenciais técnicos ou metodológicos na formulação das políticas públicas da área, o que revela dificuldades de estabelecer canais entre a produção e as políticas.

Em 2010, no volume reservado à sociologia da coleção “Horizontes das Ciências Sociais no Brasil”, publicado pela Anpocs, Barreira e Adorno (2010) empreendem uma análise diacrônica da violência e dos conflitos sociais no país, dos anos de 1960 a 2010. Eles também discutem a incidência da violência no pensamento social e na sociologia política na formação do Brasil moderno,

mostrando que em tais debates a violência costuma ser apresentada como recurso de poder social e político, sem ser abordada como problemática específica. Os autores dialogam, ainda, com os levantamentos e os balanços da produção em ciências sociais no Brasil referentes à violência e ao crime até então elaborados, elencando “as primeiras linhas de investigação sociológica, os temas de maior repercussão, as conclusões de maior impacto no debate acadêmico e público” (Barreira; Adorno, 2010, p. 311). Os autores concluem que os estudos da década atual dão prosseguimento a linhas de pesquisa iniciadas em decênios anteriores, destacando temas e tendências na agenda de investigação no Brasil. Entre eles, estão estudos que abordam mudanças no perfil da criminalidade e da violência, especialmente aquelas “organizadas”, envolvendo tanto pessoas pobres como indivíduos procedentes de classes médias e altas; novas configurações urbanas e suas relações com a informalidade e os mercados ilegais; variadas abordagens e enfoques analíticos dos estudos dos homicídios; constituição de diferentes coletivos criminais, tais como quadrilhas, gangues, grupos de extermínio; impasses e contradições relacionados ao controle democrático da violência; atuação repressora do Estado e suas relações com as políticas de segurança pública; desafios das instituições policiais; participação da sociedade nas políticas públicas de segurança; novas formas de conflitualidades e sua administração pelo Estado e outros agentes; novas dinâmicas da punição; e o crescimento do encarceramento e seus desdobramentos.

Outra obra analisada foi *As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, orga-

nizada por Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton, na qual acessamos narrativas pessoais daqueles considerados “pioneiros” desses estudos. Os organizadores do livro afirmam que a nomeação desse campo de estudos é controversa, pela diversidade temática e teórica que o compõe, e que a escolha daqueles considerados “pioneiros” levou em conta a construção de uma reflexão sistemática e permanente desde as décadas de 1970 e 1980 sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança (Lima; Ratton, 2011, p. 11). Embora não constitua um balanço dos estudos na área, a obra permite-nos conhecer a trajetória dos “pioneiros”, suas áreas de formação, vinculações teóricas, contribuições metodológicas e teóricas, a construção e a constituição de grupos de pesquisa, em um período marcado pela institucionalização dos programas de pós-graduação no Brasil. Alguns temas perpassam quase todas as entrevistas, como o papel das universidades, sua relação com as políticas públicas e instituições de segurança pública, disputas em torno das noções de segurança pública e segurança cidadã, possibilitando-nos compreender a constituição desse campo e algumas controvérsias e disputas que o atravessam. Se alguns pioneiros defendem a articulação desse campo com o das políticas públicas, outros enfatizam a necessária autonomia da universidade perante os governos. Sobre vinculações teóricas, embora seja possível identificar a influência de diversos autores<sup>5</sup> e suas recorrentes citações pelas gerações que os sucederam, as entrevistas não demonstram adesões a abordagens ou correntes de pensamento, configuradas em “identidades teóricas” dentro do campo,

---

5 Destaque para algumas referências mencionadas: Max Weber, Emile Durkheim, Norbert Elias, Howard Becker, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Hannah Arendt, David Garland.

sendo possível perceber um ecletismo teórico, mobilizado para compreender múltiplos e complexos fenômenos. Esse argumento corrobora nosso entendimento sobre a mobilização da noção de *linhagem*, considerando-se que não podemos pensar em afiliações teóricas ou temáticas a partir dos pioneiros, pela complexidade e pela multiplicidade dos fenômenos analisados dentro de uma mesma linhagem, que acaba recorrendo a abordagens teórico-metodológicas muito diversas. Conforme concluíram Lima e Ratton (2011, p. 12), o que se observa nos últimos 20 anos é a consolidação de olhares próprios das ciências sociais sobre o tema da violência e da criminalidade, bem como a formação de novas gerações de pesquisadores.

Também em 2011, Peter Imbusch, Michel Misse e Fernando Carrión publicaram um balanço sobre as pesquisas em violência no continente latino-americano intitulado *Violence research in Latin America and the Caribbean: a literature review*. Nesse trabalho, os autores abordam a problemática da violência na região, apontando as altas taxas de homicídios e a variedade de modalidades e formas, tais como gangues juvenis, violência doméstica, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, movimentos de guerrilha, esquadrões da morte, terrorismo e ditaduras, levantes e revoluções violentas, entre outras, que fazem do continente um dos mais violentos do mundo. Diferenciando as categorias de violência em social, econômica, política e institucional, os autores apontam a relação destas com as altíssimas desigualdades e exclusão social que acometem os países, com fraca legitimidade dos Estados no monopólio da violência, déficits no *rule of law* e extensa corrupção policial, somadas a uma cultura da violência.

Santos e Barreira (2016) também propõem um olhar para o campo intelectual

acerca da violência e da segurança cidadã na América Latina, analisando a produção entre 2000 e 2016 contemplando livros, capítulos de livros e artigos científicos. Os autores destacam o papel relevante do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) na produção expressiva de pesquisas, estudos e publicações nos temas da violência e controle do crime na região. Segundo Santos e Barreira (2016), podem-se resumir as últimas duas décadas de produção sociológica na América Latina em um mapa cognitivo, em que se identifica, por um lado, a análise da “violência difusa”, predominantemente uma violência urbana, manifesta no crescente número de homicídios, em países como Brasil, Colômbia, Venezuela, Honduras e México; e, por outro, uma espessa “conflictualidade social”, manifesta em diversas sociedades do continente (Santos; Barreira, 2016, p. 15). Com base na análise da produção considerada, Santos e Barreira (2016, p. 25-30) apontam que as contribuições originais da sociologia na América Latina podem ser indicadas por dois conceitos: a violência difusa e a segurança cidadã. Por um lado, uma microfísica da violência perpassa o tecido social e evidencia uma multiplicidade de conflictualidades e relações de poder; por outro lado, a disseminação de experiências inovadoras – no que se refere a políticas públicas de segurança e mesmo à articulação entre universidades, pesquisadores e agentes da segurança pública, como a própria criação do FBSP, em 2006 – configuram algumas possibilidades para a construção de uma segurança cidadã.

Em 2017, Marcelo Campos e Marcos Alvarez publicaram o balanço *Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016)*, que parte da análise de periódicos acadêmicos classificados como Qualis A pela área de sociologia na CAPES.

Eles atribuem a intensificação e a difusão da área a duas razões principais: a produção de revistas especializadas na temática e a multiplicação de pesquisas financiadas pelo governo federal no período analisado. As pesquisas na temática inicialmente fomentadas por recursos externos passaram a ser financiadas por agências e órgãos públicos, o que acarretou alterações temáticas, incrementando, segundo os autores, os estudos sobre políticas públicas de segurança. Campos e Alvarez (2017) problematizam se houve mudança ou inflexão nessa literatura; quais as principais perspectivas analíticas da atualidade; como se distribuem as temáticas e como se divide a produção por região do Brasil. Os autores dividem a produção em três linhas principais:

- estudos sobre políticas públicas de segurança;
- estudos sobre violência e sociabilidades;
- investigações no âmbito de uma sociologia da punição.

Os autores sustentam uma preponderância da temática das políticas públicas de segurança e suas análises sobre fluxo, justiça criminal, administração institucional de conflitos, polícia, reforma da justiça, segurança privada, segurança pública, determinantes da criminalidade, prevenção ao crime e política criminal, estatísticas criminais, oportunidades do crime e violência de gênero. Para eles, há outras duas temáticas interconectadas criticamente com a questão da violência: os estudos sobre violência e sociabilidades (incluem *performances*, representações sociais e práticas da violência, ilegalismos urbanos, sociabilidades violentas, igualmente conectados aos temas de organização e sociabilidade dos grupos criminosos, dos subalternos nas margens e do tráfico de drogas) e os estudos sobre sociologia da punição e das prisões.

O balanço dos periódicos Qualis A1 na área revelou crescimento significativo, sobretudo a partir de 2008, de autores vinculados às principais universidades públicas brasileiras, sendo prevacente a produção do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, coincidindo com as origens dos estudos pioneiros da temática. Ao analisar a produção por estado, os autores demonstram a preponderância de trabalhos oriundos dos pesquisadores apresentados como “pioneiros” por Lima e Ratton ou de seus afiliados. A concentração de mais da metade da produção publicada em revistas Qualis A no Sudeste convive com o aumento progressivo da diversidade regional. Os autores assinalam a trajetória desses estudos desenvolvidos a partir dos anos 1970/1980 no Sudeste, consolidados em grupos e linhas de pesquisa nos anos de 1990 que, a partir de 2000, expandem-se e se diversificam regionalmente.

A *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) dedicou seu número 84 exclusivamente às temáticas do crime, polícia, sistema de justiça e prisional. Organizado por José Luiz Ratton, o volume foi composto de uma introdução e seis artigos que desenvolvem balanços abordando eixos específicos das temáticas mencionadas. Na introdução, Ratton (2018) assinala que, além de atualizar temas já abordados, os textos apresentam investigações mais densas sobre áreas menos exploradas nas revisões bibliográficas anteriores. Os aspectos metodológicos das pesquisas na área são objeto de análise de três artigos. O primeiro deles, escrito por Ludmila Ribeiro e Alex Niche Teixeira (2018), analisa as metodologias utilizadas nos trabalhos com base em uma pesquisa nos periódicos classificados como A1 e A2 pela área de Sociologia da CAPES. Os autores indicam que a maioria significativa

dos textos examinados recorre a métodos de pesquisa qualitativa, sobretudo à entrevista, e consideram a predominância dos estudos qualitativos como indício de certa inabilidade dos pesquisadores brasileiros com metodologias quantitativas robustas para coleta e análise de dados (Ribeiro; Teixeira, 2018). O debate sobre métodos também é explorado no texto de Jania Aquino e Daniel Hirata (2018), que assinalam a relevância das etnografias e da teoria etnográfica nas pesquisas que abordam o crime e seus agentes. O texto argumenta que levar a sério a perspectiva nativa permite ao etnógrafo superar terminologias jurídicas e normatividades externas aos contextos das pesquisas, resultando no refinamento de conceitos e abordagens. O artigo de Arthur Trindade M. Costa e Renato Lima (2018), por sua vez, afirma que o principal entrave metodológico aos estudos sobre criminalidade e violência no país está relacionado à ausência de dados estatísticos padronizados em nível nacional. A inexistência de séries históricas sobre ocorrências criminais, a escassez de pesquisas de vitimização e as informações precárias referentes ao sistema de justiça constituiriam limitações à elaboração de estudos quantitativos mais abrangentes e confiáveis, convertendo-se em obstáculos à avaliação de políticas públicas de segurança. O sistema de justiça criminal é tema de aprofundamento dos demais artigos. Jacqueline Muniz, Haydée Caruso e Felipe Freitas (2018) fazem um balanço dos estudos policiais na área, ressaltando dois traços da produção analisada: um certo compromisso com a noção de “cultura policial”, comprometendo especificidades de cada pesquisa, e a ênfase em uma ciência social dos problemas policiais ou aplicada à polícia, sem avançar para pesquisas compreensivas. Para os autores, fragilidades na instituição e necessidade de reformas acabam por levar os pesquisado-

res a avaliar a polícia, indicando o que deve ser modificado ou o que funciona, tirando o foco de questões analíticas e do debate acadêmico. Tendo como objeto de análise o sistema de justiça criminal na perspectiva da sociologia e da antropologia, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Jacqueline Sinhoretto (2018) argumentam que as pesquisas recentes sobre a justiça brasileira observam a persistência da tradição inquisitorial nessa instituição, a adesão esporádica à agenda dos direitos humanos e a interferência de moralidades que reproduz assimetrias de gênero e classe nas instâncias da justiça criminal. Os autores ressaltam que esforços inovadores não têm conseguido desencadear mudanças substantivas na justiça ou conduzi-la em uma direção democratizante. Por fim, Luiz Lourenço e Marcos Alvarez (2018) elaboram um balanço dos estudos sobre prisões e chamam a atenção para o aumento do interesse nessa subárea de pesquisa, particularmente as “gangues prisionais”, suas relações com a administração pública e seus impactos internos e externos às prisões. Os autores apontam o incremento das pesquisas sobre a relação eventual de políticas prisionais com discursos punitivos e sobre as próprias políticas. A baixa densidade de estudos comparados com outros países é percebida pelos autores como indicador de baixa internacionalização dos estudos prisionais no Brasil.

Uma tentativa de síntese dessa produção revela que os primeiros balanços (Adorno, 1993; Zaluar, 1999; Kant *et al.*, 2000) demonstravam a preocupação inicial dos pesquisadores com a conjuntura da transição democrática e o legado autoritário deixado. Chama a atenção o processo de reconstituição da trajetória da área partindo dos estudos associados ao direito que migraram para a sociologia, tendo como marco do desenvolvimento os processos de institucionali-

zação de grupos de pesquisa, o aumento do número de pesquisadores e a diversificação de temas com foco específico nessa temática. O campo que inicia tratando de práticas criminosas e perfil de delinquentes passa por uma diversificação de agenda, voltando-se ao Estado como objeto de pesquisa tanto como instituição quanto como ator no exercício do controle do crime e implementador de políticas públicas de segurança. Outra preocupação central dizia respeito ao tipo de criminalidade encontrada no contexto pós-redemocratização, suas causas e suas formas de organização. Os balanços produzidos nas duas últimas décadas demonstram a permanência das grandes temáticas e a necessária atualização temática em decorrência tanto do desvelamento de violências acometendo grupos vulneráveis quanto da expansão de políticas públicas e do gasto social no contexto latino-americano. Destacam-se o aprimoramento metodológico nos trabalhos do campo e a preocupação com o funcionamento e a performance do sistema de justiça criminal. Sobressaem nesse debate o enfoque da segurança enquanto política pública e a preocupação com a operacionalização de um

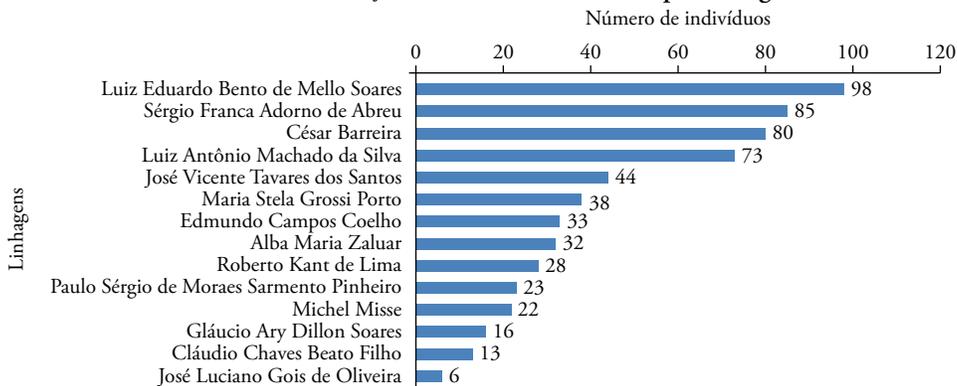
conceito de segurança cidadã. Aliado a essas análises do estado da arte, os balanços apontam para o papel central dos pesquisadores “pioneiros” (Lima; Ratton, 2011) na formação e na institucionalização desse campo de estudos, e para sua relevância na capacidade de formação de grande número de pesquisadores, constituindo extensas redes de pesquisa ao longo de 40 anos.

### **Análises das linhagens de descendência acadêmica com base nos pioneiros no campo de estudos da violência, crime e justiça criminal no Brasil**

Esta seção focaliza a produção dos “pioneiros” e mapeia seus orientandos e os orientandos subsequentes, elucidando uma rede de quatro gerações de pesquisadores no âmbito de suas linhagens de descendência acadêmica. A análise contempla variáveis como gênero, áreas e instituições de formação, trazendo contribuições para a compreensão da expansão desse campo de estudos no Brasil.

O Gráfico 1 ilustra o tamanho de cada uma das linhagens de descendência oriun-

**Gráfico 1 – Distribuição de indivíduos formados por linhagens.**

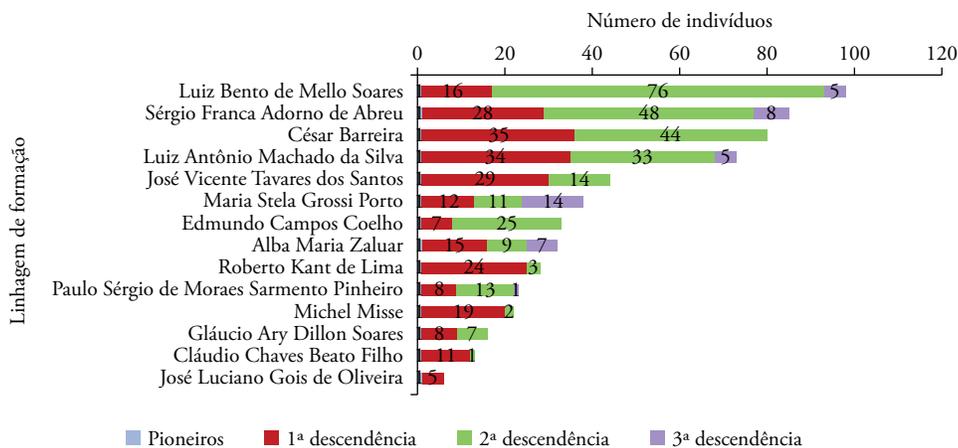


das de cada um dos pesquisadores pioneiros no que se refere ao número de orientandos. Há presença de pesquisadores com idades e trajetórias variadas e tempos de orientação diversos, o que se reflete na grande diferença entre os números de orientandos por linhagem. O tamanho dessas redes não tem qualquer pretensão de aferir quantitativamente o trabalho e a produção de cada um desses pesquisadores, e sim é importante para compreender as ramificações da formação de novas descendências de pesquisadores com base nos pioneiros nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil. O Gráfico 2 indica a distribuição das linhagens e suas descendências acadêmicas de orientação. O Gráfico 3 apresenta a projeção das descendências acadêmicas das linhagens dos pioneiros ao longo do tempo, considerando a data de defesa da tese de doutorado do primeiro orientando até a última defesa registrada. Nele, conseguimos perceber a longevidade da linhagem formada a partir da orientação do professor Luiz Antônio Machado da Silva, cujas orientações iniciaram no começo

dos anos 1980 e perduram até hoje. A segunda linhagem mais antiga é a do Professor Edmundo Campos, cuja morte prematura deixou um intervalo entre as orientações realizadas por ele (iniciadas no começo de 1980 e concluídas ao final dos anos 1990) e as orientações de seus orientandos, que começaram no início de 2000 e continuam até hoje. Os demais pioneiros têm uma história de formação de pesquisadores que se iniciou por volta dos anos 1990: Sérgio Adorno, Gláucio Soares e Alba Zaluar são os primeiros dessa geração, seguidos por Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Stela Grossi Porto e Luiz Eduardo Soares, e, mais ao final da década, por José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira. Há outro grupo de pioneiros cujas orientações iniciam em meados da década de 2000 (Cláudio Beato, Michel Misse e Roberto Kant de Lima). Estes são os pesquisadores da primeira descendência acadêmica que, no gráfico, aparecem na cor laranja.

A segunda descendência de formação acadêmica, composta das orientações realizadas pelos orientandos de Doutorado dos

**Gráfico 2 – Distribuição de indivíduos nas linhagens (total das orientações).**



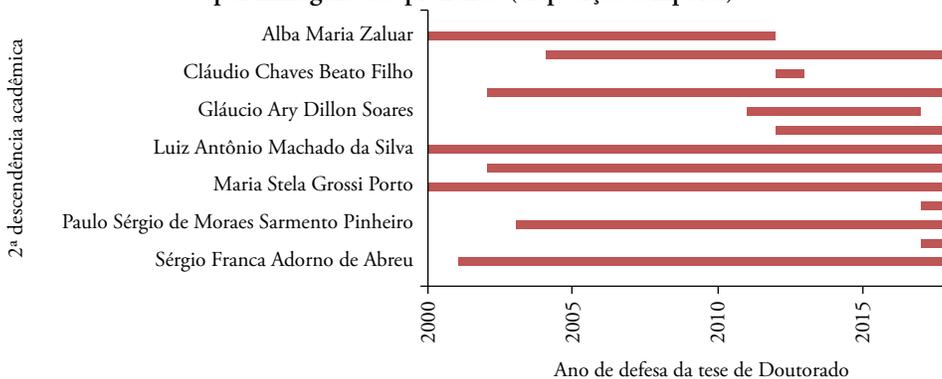
pioneiros Alba Zaluar, Luiz Antônio Machado da Silva, Maria Stela Grossi Porto, Sérgio Adorno, Edmundo Campos Coelho, Luiz Eduardo Soares, Paulo Sérgio Pinheiro e César Barreira, começa entre o início e o meio da década de 2000. Um segundo grupo de orientandos de segunda descendência finaliza suas

primeiras orientações a partir do início da última década (Cláudio Beato, Gláucio Soares, José Vicente Tavares dos Santos). Por fim, orientandos de Michel Misse e Roberto Kant de Lima, que também constituem a segunda descendência, terminaram suas primeiras orientações nos dois últimos anos (Gráfico 4).

**Gráfico 3 – Duração da primeira descendência acadêmica por linhagens dos pioneiros (disposição temporal).**



**Gráfico 4 – Duração da terceira descendência acadêmica por linhagens dos pioneiros (disposição temporal).**



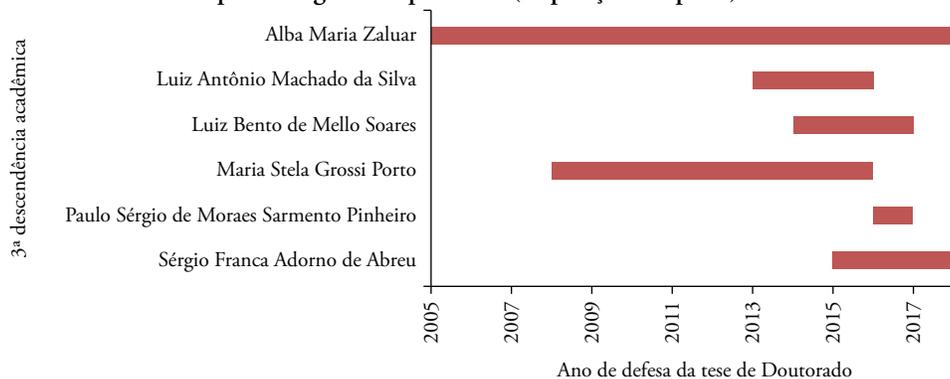
Dada a trajetória ainda relativamente recente da área, a formação de doutores de terceira descendência das linhagens ainda é incipiente (Gráfico 5): Alba Zaluar se destaca como tendo a quarta geração mais antiga de pesquisadores em violência, crime e justiça criminal, seguida por Maria Stela Grossi Porto, ambas em meados da década de 2000, e Luiz Antônio Machado da Silva, Luiz Eduardo Soares, Sérgio Adorno e Paulo Sérgio Pinheiro, mais recentemente (a partir de 2013).

Os gráficos anteriores ilustram melhor o tamanho dessa grande rede de pesquisadores agora distribuídos em descendências de formação, que chega a 591 pesquisadores considerando-se a origem das linhagens com os pioneiros:<sup>6</sup> a primeira descendência, os orientandos dos pioneiros; a segunda, os orientandos dos primeiros orientandos; e assim sucessivamente. É possível verificar o crescimento dessa rede de pesquisadores

e a capacidade e o potencial de formação de recursos humanos na área (Gráfico 6). Uma possível correspondência entre a formação desses doutores com a produção bibliográfica descrita pelos diferentes balanços revela o mesmo *boom* ocorrido entre a produção de doutores e de publicações a partir dos anos 2000, como destacado no balanço realizado por Campos e Alvarez (2017).

A análise das linhagens de pesquisadores também revela questões de gênero muito interessantes. Em primeiro lugar, chama a atenção que entre os 14 pioneiros considerados no nosso recorte há duas mulheres, as professoras Alba Zaluar e Maria Stela Grossi Porto. Cabe destacar que, entre os 16 pioneiros mencionados no início do texto, encontra-se também a professora Julita Lemgruber, que é uma referência fundamental nesse campo de estudos; porém, como já mencionamos, ela não foi incluída na nossa seleção

**Gráfico 5 – Duração da terceira descendência acadêmica por linhagens dos pioneiros (disposição temporal).**

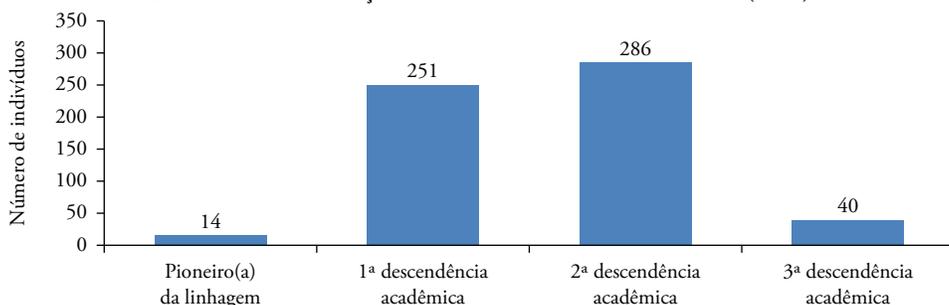


6 Há dois casos que fogem a esse padrão: Michel Misse e Cláudio Beato são considerados pioneiros e foram orientados também por pioneiros, respectivamente, Luiz Antônio Machado da Silva e Edmundo Campos Coelho. Nesse caso, Michel Misse e Cláudio Beato seriam considerados pesquisadores formados na primeira descendência, mas buscando evitar um duplo registro, eles foram considerados apenas pioneiros, portanto, pesquisadores de origem de suas respectivas linhagens de formação.

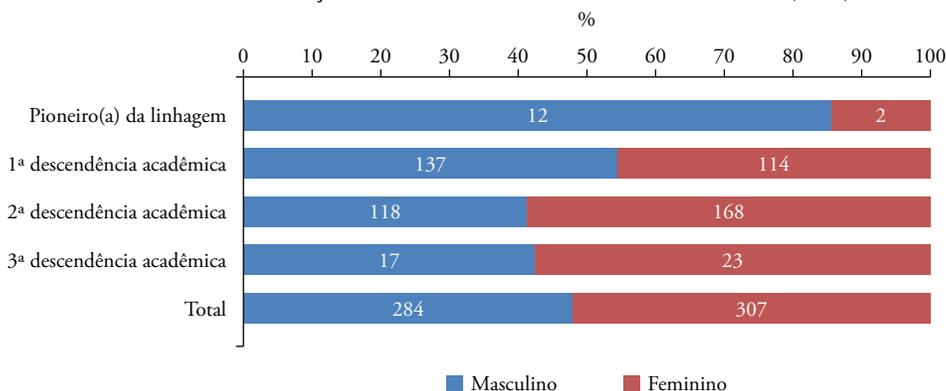
em razão de não possuir orientandos de doutorados registrados no seu currículo Lattes. A primeira descendência de pesquisadores dá um salto, chegando a praticamente igualar o número de doutores e doutoras formados(as) pela origem das linhagens, tendo na descendência seguinte as doutoras superando os doutores (muito embora o ainda reduzido número de doutores formados). Uma análise de gênero do número total de pesquisadores revela a preponderância de mulheres com doutorado na área, chegando a 51% do total de 591 pesquisadores que fazem parte da nossa seleção (Gráfico 7).

De modo a pensar sobre os possíveis efeitos de uma produção em violência e crime feita por mulheres, é interessante retomar o balanço realizado pelo FBSP (2009) e a inauguração dos estudos de gênero na área (Corrêa, 2001; Heilborn; Sorj, 1999). Esses dados corroboram, em alguma medida, alguns dados apresentados no já mencionado balanço realizado pelo FBSP (2009), que analisou a produção do campo da violência e segurança pública no período compreendido entre 1983 e 2006, a partir do levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A pesquisa, que foi realizada

**Gráfico 6 – Distribuição de indivíduos nas descendências (total).**



**Gráfico 7 – Distribuição de homens e mulheres nas descendências (total).**

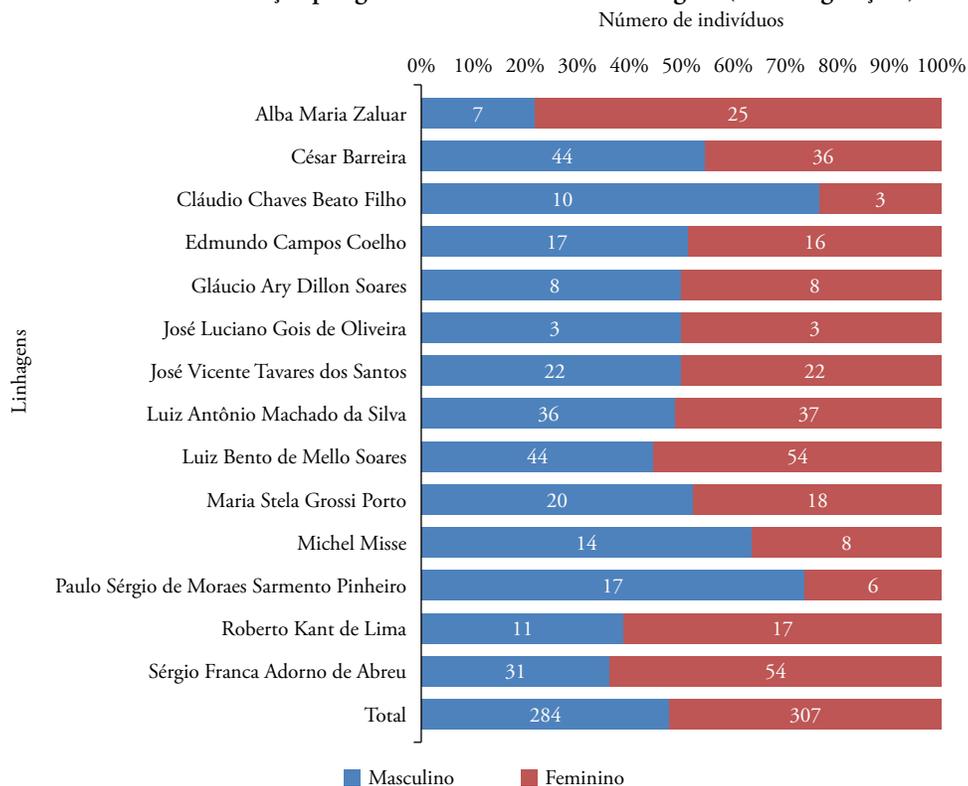


por meio de busca de determinadas palavras-chave, identificou um total de 8.205 teses e dissertações sobre a temática da violência e da segurança pública (FBSP, 2009, p. 21) e, desse total, 4.387 autores eram do gênero feminino, o que corresponde a um percentual de 53,5%, e 3.760 autores do gênero masculino, perfazendo 45,8% (FBSP, 2009, p. 29) – em 58 casos não foi informado o gênero do autor. Em contrapartida, o estudo identificou que, em relação aos orientadores, prevalece o gênero masculino, com 57,7%, o que é justificado, no trabalho, em função da influência da produção do direito sobre o

tema. Uma possibilidade de explicação para essa diferença em relação aos nossos achados é que nosso recorte foi distinto, não tratando da produção, mas da formação de novos pesquisadores a partir dos pioneiros, o que pode ter excluído essa influência dos pesquisadores do Direito. Embora os recortes temporais e os desenhos das pesquisas sejam distintos, ambos revelam que as mulheres estão assumindo preponderância nesse espaço de produção.

A distribuição de gênero em cada uma das linhagens varia consideravelmente, conforme demonstra o Gráfico 8. Das 14 linha-

**Gráfico 8 – Distribuição por gênero de indivíduos nas linhagens (total de gerações).**



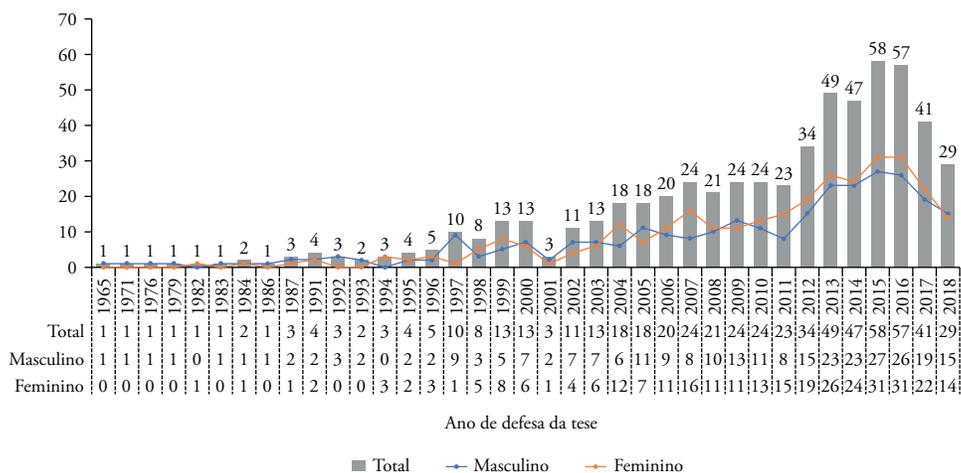
gens investigadas, em oito há proximidade entre o número de pesquisadores dos gêneros masculino e feminino. Nos opostos, encontramos a linhagem da professora Alba Zaluar, com quase 80% de pesquisadores do gênero feminino, seguida pelos professores Sérgio Adorno e Kant de Lima, com mais de 60% de pesquisadores do gênero feminino; pelos professores Cláudio Beato e Paulo Sérgio Pinheiro, com mais de 70%; e Michel Misse, com pouco mais de 60% de pesquisadores do gênero masculino.

Apesar das diferenças apontadas anteriormente, a análise da distribuição dos indivíduos por ano de formação e gênero demonstra certa equivalência, conforme o Gráfico 9. A área começa timidamente ainda na década de 1960, mantendo-se com baixa capacidade de formação até meados dos anos 1990, quando então supera uma dezena de orientandos por ano em 1997. Dez anos depois aumenta o número de doutores para mais de duas dezenas e, a partir daí, o número de pesquisadores doutores aumenta até

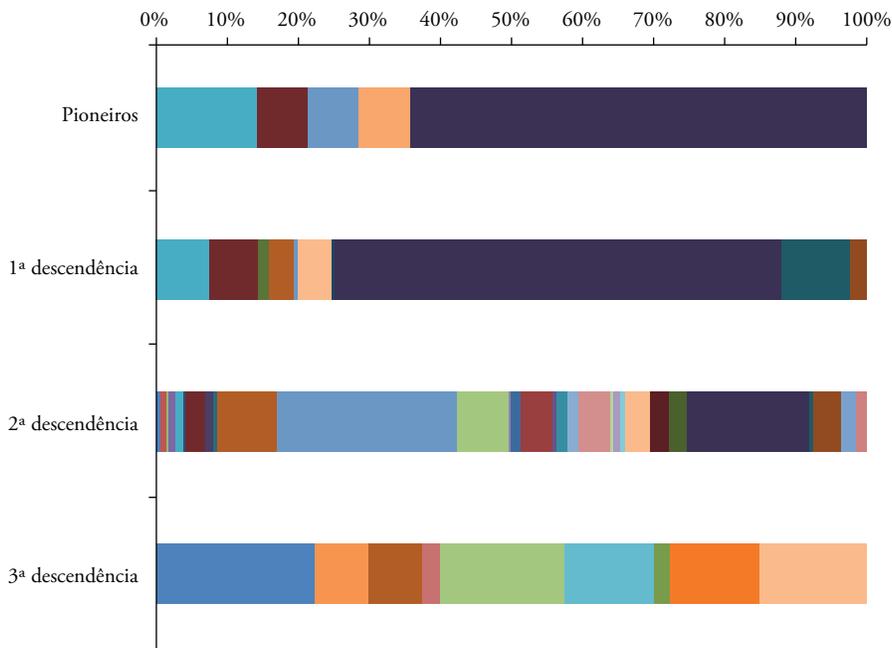
quase 60 pessoas, caindo um pouco nos dois últimos anos. Em relação às diferenças de gênero, interessante notar que desde 2010 o número de doutoras tem sido sempre superior ao número de doutores formados, apesar da pequena diferença encontrada por ano.

O Gráfico 10 apresenta as áreas de formação de cada linhagem, considerando-se a área do programa de pós-graduação onde foi defendido o doutorado. É importante enfatizar, antes de apresentar os dados relativos à formação das linhagens e suas respectivas descendências, que em todas elas há pesquisadores que estão formando novos pesquisadores e, portanto, os números aqui apresentados constituem mais uma fotografia de como se apresenta, nesse momento, cada uma das descendências no que se refere às áreas de formação, o que certamente irá se alterar com o passar do tempo, com a formação de novos pesquisadores. Com relação à origem das linhagens, percebe-se predominância da área de sociologia na formação, representando nove dos 14 pioneiros, seguida pela antropo-

**Gráfico 9 – Distribuição dos indivíduos por ano de formação e gênero.**



**Gráfico 10 – Campo de formação das descendências (total).**



- Administração
- Administração Pública
- Antropologia | Antropologia Social
- Ciência da Informação
- Ciência Política e Sociologia
- Ciências do Ambiente
- Ciências Sociais
- Educação
- Estudos Comparados sobre as Américas
- Geografia
- Letras e Ciências Humanas Inter-Humanitas
- Política Internacional
- Política Social e Direitos Humanos
- Políticas Públicas e Transformação Social
- Relações Internacionais
- Saúde da Criança e do Adolescente
- Sociedade e Cultura na Amazônia
- Sociologia e Antropologia
- Sustentabilidade na Amazônia
- Administração de Empresas
- Agronomia Tropical
- Artes Visuais
- Ciência Política
- Ciências Criminais
- Ciências Jurídicas e Sociais | Direito
- Desenvolvimento Regional e Urbano
- Engenharia de Produção
- Estudos Políticos
- História | História Social
- Planejamento Urbano e Regional
- Política Social
- Políticas Públicas
- Psicologia
- Saúde Coletiva
- Saúde Pública
- Sociologia
- Sociologia e Política | Sociologia política
- Urbanismo

logia, com dois pesquisadores, e pelas áreas de ciência política, ciências sociais e estudos políticos, cada uma com um pesquisador. Na primeira descendência, de um total de 251 pesquisadores, a sociologia mantém-se como área predominante de formação, correspondendo a 158 pesquisadores, seguida pela área de sociologia e antropologia, com 24; pela antropologia, com 18; e pela ciência política, com 17. Um dos debates que perpassam alguns dos balanços analisados neste artigo se deve à representatividade da área do direito na formação dos pesquisadores e os possíveis desdobramentos da inserção dessa e mesmo de outras áreas na composição desse campo de estudos. Pelo levantamento realizado, já na primeira descendência são formados os primeiros pesquisadores na área do direito e das ciências jurídicas e sociais, com 13 pesquisadores, correspondendo a 5% dos pesquisadores dessa geração, um percentual ainda baixo se comparado à formação na área das ciências sociais. Cabe ainda um destaque para o surgimento da área de saúde coletiva, com 12 pesquisadores formados e, em área afim, um pesquisador na área de saúde da criança e do adolescente. Na segunda descendência, observa-se expressiva ampliação dos campos de formação dos pesquisadores, incorporando outras áreas para além das já mencionadas saúde coletiva, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e, nessas temáticas, uma ampla diversificação das áreas, tais como história, geografia, psicologia, educação, entre outras. Com relação às áreas mais expressivas, observa-se que as ciências sociais aparecem como área predominante, com 72 pesquisadores formados; seguida pela sociologia que, até então, ocupava a primeira posição; e, em

terceiro, agrupando-se as áreas de direito, com 15 pesquisadores, ciências jurídicas e sociais, com nove, e ciências criminais, com três, temos 27 pesquisadores, ampliando para quase 10% a formação em direito nessa descendência, de um total de 286 pesquisadores formados. Pela primeira vez aparece a área da educação, que ocupa a quarta posição, com 21 pesquisadores. Em quinto lugar, temos as áreas da saúde coletiva, com dez pesquisadores, e da saúde pública, com oito que, juntas, totalizam 18 pesquisadores. Cabe mencionar ainda, a título de maior detalhamento, outras áreas novas que surgem a partir da segunda descendência, tais como história e história social, com 13 pesquisadores; políticas públicas, também com 13 pesquisadores; urbanismo e planejamento urbano, com cinco; administração e administração de empresas, com quatro; geografia, com quatro; e, por fim, duas áreas de programas de pós-graduação do Amazonas: Sustentabilidade na Amazônia, com seis pesquisadores, e Sociedade e Cultura na Amazônia, com sete pesquisadores. Com relação à quarta geração, que apresenta ainda um número baixo de doutorados concluídos, se a compararmos às demais descendências – levando-se em consideração o fator temporal e os diferentes períodos das defesas<sup>7</sup> –, observamos que, até esse momento, as áreas de formação com números mais expressivos são a administração, com nove pesquisadores, e a educação, com sete, seguidas pela saúde coletiva, com seis; estudos comparados sobre as américas, com cinco; e política social, também com cinco pesquisadores. As áreas de direito e artes visuais aparecem com três pesquisadores cada uma. Mesmo considerando que seria precoce

7 É importante considerar que há períodos distintos de defesa em cada descendência e, especificamente em relação à terceira descendência, percebe-se que há concentração das defesas dos trabalhos nos anos mais recentes: dos 40 doutorados concluídos, dez deles foram até 2012 e trinta, nos últimos seis anos.

qualquer consideração mais conclusiva acerca dessa descendência, sobretudo pelo ainda baixo número de concluintes, é interessante observar que as áreas que despontam nesse grupo são aquelas que, até então, não tinham tanta representatividade ou mesmo que, historicamente, tiveram pouco peso na formação das demais descendências.

A análise das áreas de formação ao longo das quatro gerações possibilita identificar alguns movimentos interessantes. Em primeiro lugar, chama a atenção uma maior diversificação das áreas de formação ao longo das descendências acadêmicas, o que se torna mais expressivo na segunda. A sociologia constituiu-se como área predominante de formação entre os pioneiros e na primeira descendência, correspondendo, respectivamente, a 64,3 e 62,9%. Na segunda, torna-se mais expressiva a formação em ciências sociais, com percentual de 25,2% da formação nesse grupo, enquanto a sociologia passa para 17,1%. A antropologia, que correspondia a 14,3% da formação dos pioneiros, passa para 7,6% na primeira descendência e 1% na segunda. Com relação à ciência política, ela representa 7,1% da formação dos pioneiros, passando para 6,8% na primeira descendência e 2,8% na segunda. Em balanço anterior, Rattón (2018) chamava atenção para os territórios temáticos e disciplinares a serem desbravados em novas pesquisas, exemplificando com a área da ciência política, que possuía uma produção menos pujante do que a Sociologia e a Antropologia. Nosso estudo possibilita identificar que há uma diminuição da

representatividade na formação não apenas da ciência política, como também da própria antropologia, que foram mais expressivas entre os pioneiros. Até o momento, nenhuma dessas áreas aparece como formação de pesquisadores na terceira descendência, que se destaca pela expressividade da grande área das ciências sociais aplicadas, com as áreas de administração e direito.<sup>8</sup>

Outro aspecto relevante a destacar com base no contraste dos dados apresentados anteriormente com o Gráfico 11 é que, se agruparmos as áreas dos cursos às grandes áreas do conhecimento, observaremos que as ciências humanas representam quase 80% da formação desses pesquisadores. Desdobrando a análise por descendência, é possível perceber não apenas a diversificação das áreas nas ciências humanas a partir da segunda descendência, como também o crescimento de outras áreas das ciências sociais aplicadas e das ciências da saúde. A saúde coletiva, por exemplo, surge na primeira descendência com 4,8% do total da formação nessa descendência, passando para 3,5% na segunda e para 15% na terceira. A administração aparece na segunda descendência, com 0,7% da produção nesse grupo, passando para 22,5% da formação na terceira descendência. Direito/ciências jurídicas e sociais aparecem na primeira descendência com 3,6% da formação nessa descendência, subindo para 8,4% na segunda e diminuindo para 7,5% na terceira. Como já mencionado, o número de concluintes na terceira descendência é ainda baixo se comparado às demais. Entretanto, é

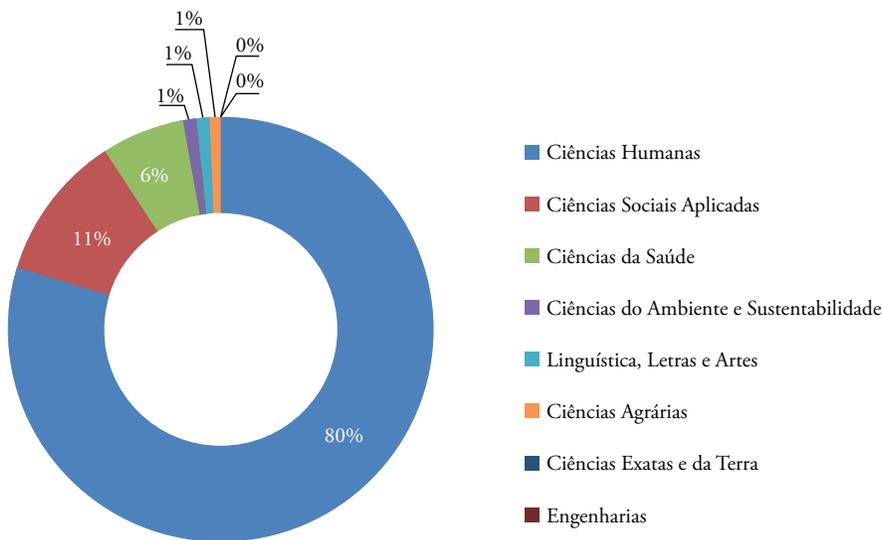
---

8 Cabe reiterar que, até o momento, a quarta geração de pesquisadores apresenta um número ainda bastante reduzido de concluintes. Por essa razão, os achados em relação a essa geração ainda figuram mais como possíveis pistas que podem ou não se confirmar ao longo do tempo e que demandarão outros estudos a fim de verificar a configuração desse grupo de pesquisadores. Nesse sentido, embora ela possa produzir uma certa distorção no nosso estudo em relação às demais gerações nesse momento, optamos por mantê-la no escopo dos nossos dados para evidenciar que, a partir dos pioneiros, na década de 1970, o campo de estudos em violência, crime e justiça criminal conseguiu formar até a quarta geração de pesquisadores.

interessante observar se esse crescimento das ciências sociais e aplicadas vai se constituir como tendência ao longo dos anos para todo o campo de estudos e não apenas para o recorte com base nos pioneiros e nos possíveis desdobramentos desse movimento na produção, no que se refere a objetos de pesquisa e perspectivas teórico-metodológicas, o que futuras análises poderão aprofundar. É possível considerar que essa diversificação das áreas de formação das novas descendências expressa também uma diversificação das instituições para onde vão os pesquisadores a partir da sua formação (orientandos dos pioneiros), tendo em vista que a continuidade da formação de recursos humanos a partir dessa descendência não necessariamente se dá onde esses pesquisadores se formaram. A seguir, no Gráfico 12, podemos visualizar essa distribuição também em cada descendência das linhagens, evidenciando essa diversificação maior a partir da segunda descendência.

O Gráfico 13 permite observar a distribuição das áreas de formação no total dos doutorados concluídos ao longo das linhagens. A sociologia desponta com o maior número absoluto de pesquisadores formados (216 do total de 591), correspondendo a 36,5% da formação, considerando-se os pioneiros e suas três descendências acadêmicas. Em segundo lugar, aparecem as ciências sociais, com 74 doutores (12,5% da formação), e, em terceiro, os cursos de ciências jurídicas e sociais e direito, com 36 pesquisadores (6,1% da formação). Na sequência, com 28 pesquisadores, estão as áreas da educação e da saúde coletiva que, se somadas à área de saúde pública, passam para 36 formados. Em quinto lugar, aparecem as áreas de ciência política e sociologia e antropologia, cada uma com 26 pesquisadores; a antropologia e a antropologia social, com 24 no total; e, ainda, a sociologia e política e a sociologia política, com 17 pesquisadores formados no total.

Gráfico 11 – Áreas dos programas.

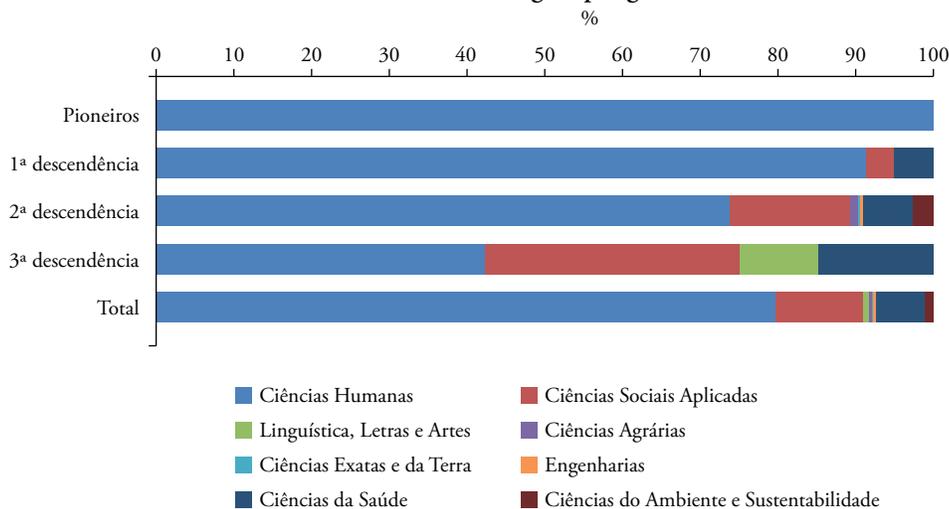


As demais áreas são numericamente menos expressivas; entretanto, ao considerarmos sua distribuição nas diferentes descendências, percebemos que, na terceira descendência, por exemplo, as áreas de administração, educação e saúde coletiva são as mais representativas da formação, até o momento. Os dados sobre áreas de formação corroboram outros balanços analisados que também identificam a predominância das Ciências Sociais na formação dos pesquisadores do campo da violência e do crime (Kant de Lima; Misse; Miranda, 2000; FBSP, 2009). No caso deste artigo, que tem como ponto de partida os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil, é importante considerar que todos são oriundos da área das ciências sociais, o que também contribui para explicar essa concentração.

Os próximos mapas apresentarão a distribuição dos países e dos estados da formação dos pesquisadores das diferentes linhagens e suas descendências.

Conforme indica nosso levantamento sintetizado na Figura 1, seis dos 14 pesquisadores considerados pioneiros nas temáticas da violência, crime e justiça criminal no Brasil tiveram suas formações, envolvendo graduação, mestrado e doutorado, realizadas no próprio país; outros quatro pioneiros tiveram parte de seus estudos realizados nos Estados Unidos; três, na Europa (França); e um, no Canadá, indicando uma diversidade no que diz respeito a preferências teóricas e metodológicas, bem como um notório cosmopolitismo nessa seara de pesquisa de análises no país. Dos pesquisadores que se formaram no Brasil, três o fizeram em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), e três no Rio de Janeiro, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Nosso levantamento (Figura 2) demonstra que o Rio de Janeiro foi, de longe, o estado que mais formou pesquisadores da primeira descendência, apresentando um número pelo menos três vezes maior que São Paulo, o segundo colo-

**Gráfico 12 – Descendências acadêmicas das linhagens por grande área do conhecimento.**



**Gráfico 13 – Campo de formação das descendências acadêmicas das linhagens dos pioneiros (total).**

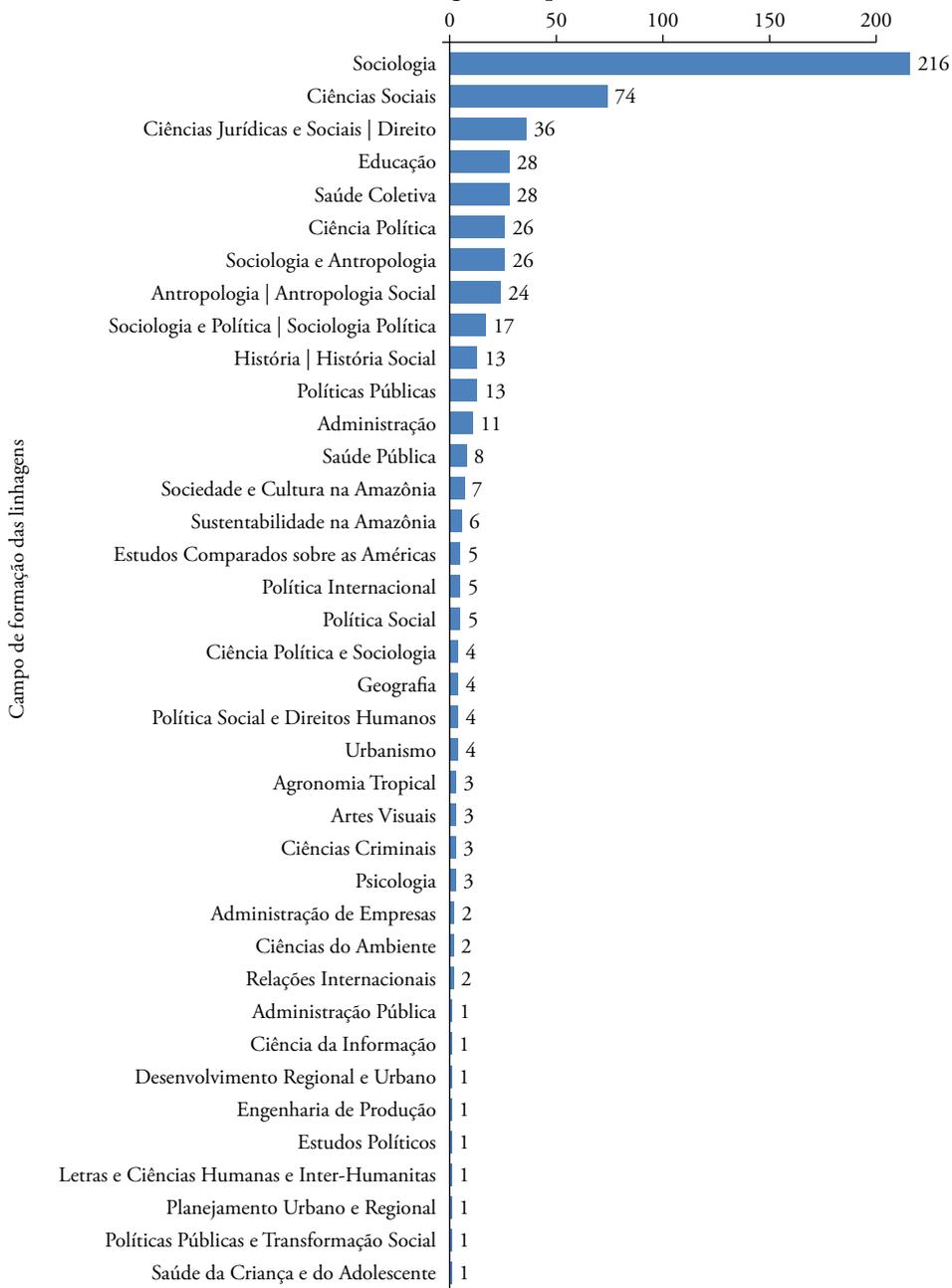


Figura 1 – Países de formação dos pioneiros.

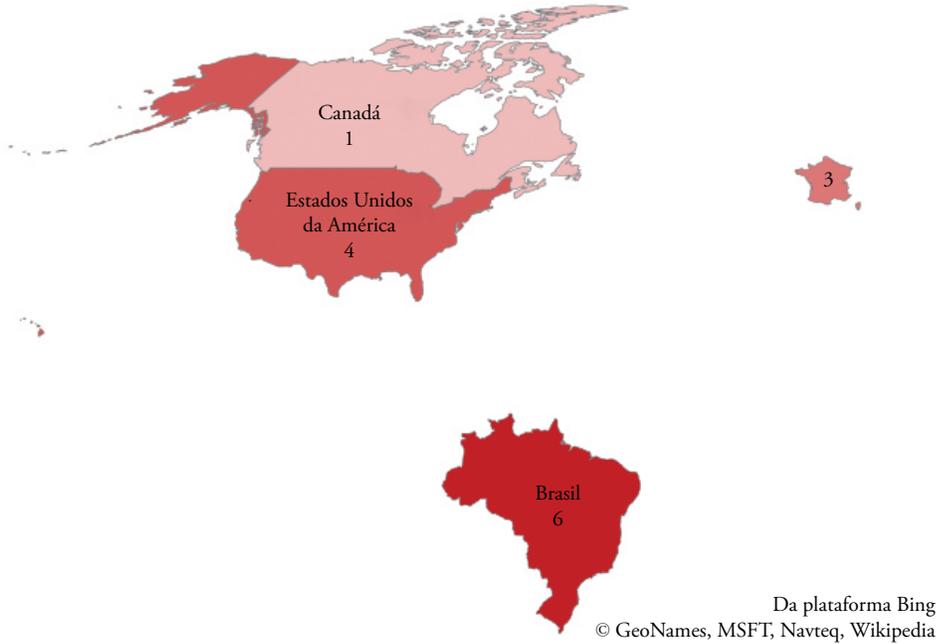
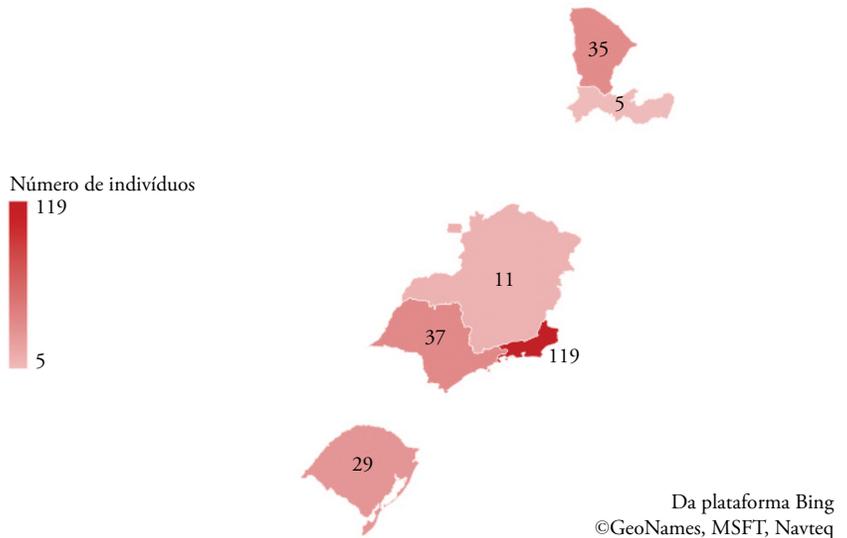


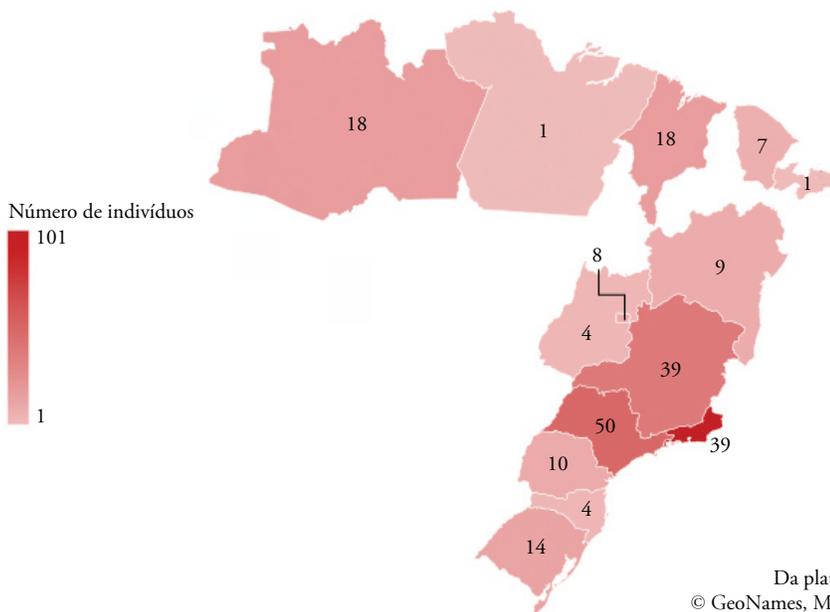
Figura 2 – Países de formação dos pesquisadores da primeira descendência acadêmica.



cado, com 37 doutores. O estado do Ceará ocupa a terceira colocação, tendo formado 35 pesquisadores da primeira descendência. Na quarta colocação, encontra-se o Rio Grande do Sul, com 29 pesquisadores; seguido de Brasília, com 12; Minas Gerais, com 11; e Pernambuco, com cinco. No período que corresponde à primeira descendência, três pesquisadores formaram-se fora do Brasil (um nos Estados Unidos, um na França e um na Itália). A posição ocupada pelo Rio de Janeiro parece ser explicada por ter sido uma das primeiras cidades onde a questão da violência passou a ser sentida como problema social, mobilizando análises de grande quantidade de pesquisadores – observamos que pelo menos cinco dos 13 pesquisadores identificados como pioneiros da Sociologia da Violência estiveram nessa cidade engajados, desde os anos de 1980, desenvolvendo pesquisas, mi-

nistrando cursos, atraindo, com isso, outros pesquisadores do Estado, de outros estados do país e até de outros países. No quadro referente à formação da segunda descendência de pesquisadores (Figura 3), o estado de São Paulo assume a primeira posição, tendo formado 50 pesquisadores. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, formaram-se 39; no Amazonas, 18; no Maranhão, também 18; no Rio Grande do Sul, 14; no Paraná, dez; e na Bahia, nove. No Distrito Federal, formaram-se oito pesquisadores; no Ceará, sete; em Goiás, quatro; em Santa Catarina, também quatro; e no Pará, um. Tratando-se de formações fora do país, um pesquisador teve formação na Alemanha (Leibniz) e outro na Espanha (Universitat Autònoma de Barcelona). Na segunda descendência, verifica-se aumento no número de estados que passam a formar pesquisadores, decerto por terem

Figura 3 – Países de formação dos pesquisadores da segunda descendência acadêmica.

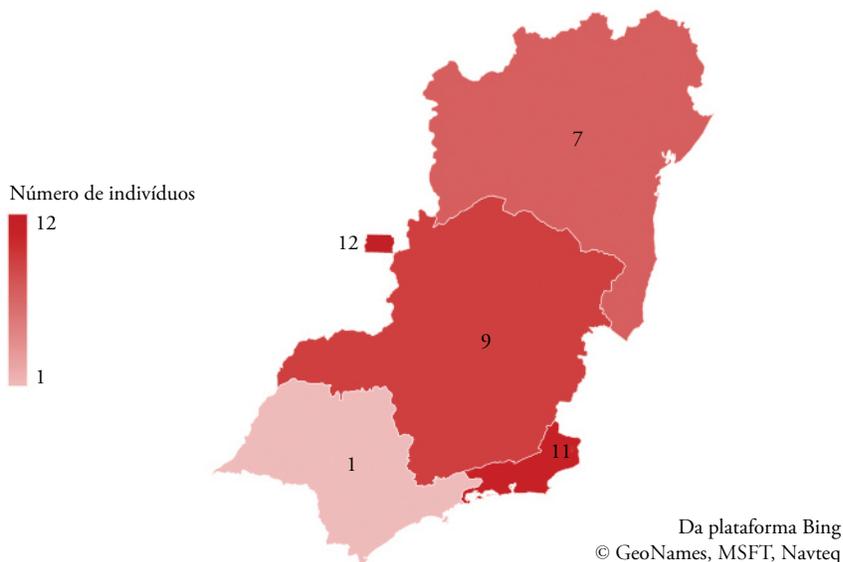


constituído ou fortalecido linhas de pesquisa referente à violência, crime e justiça criminal nos programas de pós-graduação desses estados – entre estes, o que mais se destacou foi Minas Gerais, que aparece na terceira posição, apresentando quase o quádruplo da quantidade de pesquisadores formados na primeira descendência. Tratando-se da terceira descendência de pesquisadores da violência, crime e justiça criminal (Figura 4), Brasília destaca-se e assume a primeira posição, tendo formado 12 pesquisadores; seguida pelo Rio de Janeiro, com 11; por Minas Gerais, com nove; pela Bahia, com sete; e por São Paulo, com um.

Na primeira e na terceira descendência de pesquisadores, o Rio de Janeiro aparece como o principal local de formação, e na segunda descendência, em segundo lugar, atrás de São Paulo. Já na primeira geração de pesquisadores constituída dos pioneiros, observamos quatro deles atuando no Rio de Janeiro em universi-

dades e institutos de pesquisa, fator relevante para atrair grande quantidade de estudantes para seus cursos, laboratórios e orientações acadêmicas, movimento que tem se mantido e intensificado nas descendências seguintes. Outro Estado de destaque que também figura em posições importantes em todas as descendências como um centro de formação de pesquisadores é São Paulo. Estados como Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal também têm ganhado protagonismo na primeira descendência ou nas descendências seguintes de pesquisadores, geralmente decorrente da constituição de grupos e laboratórios de pesquisa nas universidades locais que vêm ganhando relevância nacional. No que diz respeito às formações fora do Brasil, instituições acadêmicas localizadas na Europa e nos Estados Unidos têm sido as mais procuradas por pesquisadores das linhas da temática em pauta.

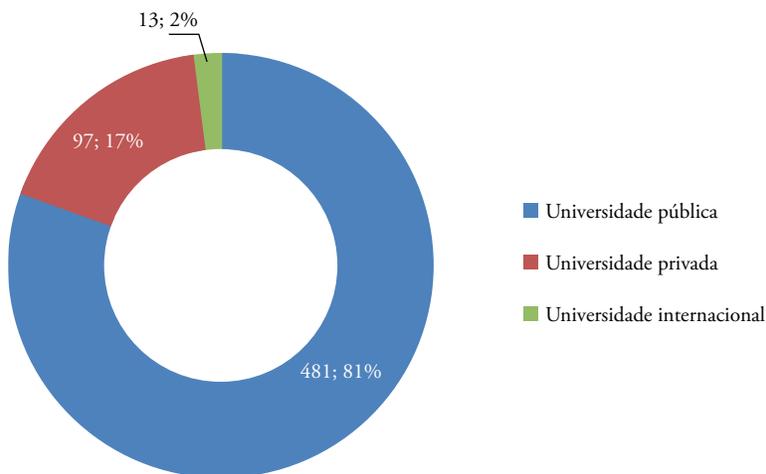
Figura 4 – Países de formação dos pesquisadores da terceira descendência acadêmica.



Quando analisamos o perfil das universidades que formam toda essa rede de pesquisadores doutores em violência, crime e justiça criminal no Brasil, percebemos a importância da universidade pública brasileira, responsável pela formação de mais de 80% dos titulados. A formação em universidades privadas atinge apenas 16% do universo da pesquisa, enquanto universidades internacionais foram responsáveis pela titulação de 13% dos doutores, entre eles, a maior parte dos pioneiros (Gráfico 14). São as universidades públicas estaduais (USP e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) e federais (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), seguidas pelo antigo IUPERJ,<sup>9</sup> da região Sudeste, as que mais formaram doutores em violência, crime e justiça criminal no Brasil até o momento. Em segundo lugar, estão outras universidades federais do Sudeste (Uni-

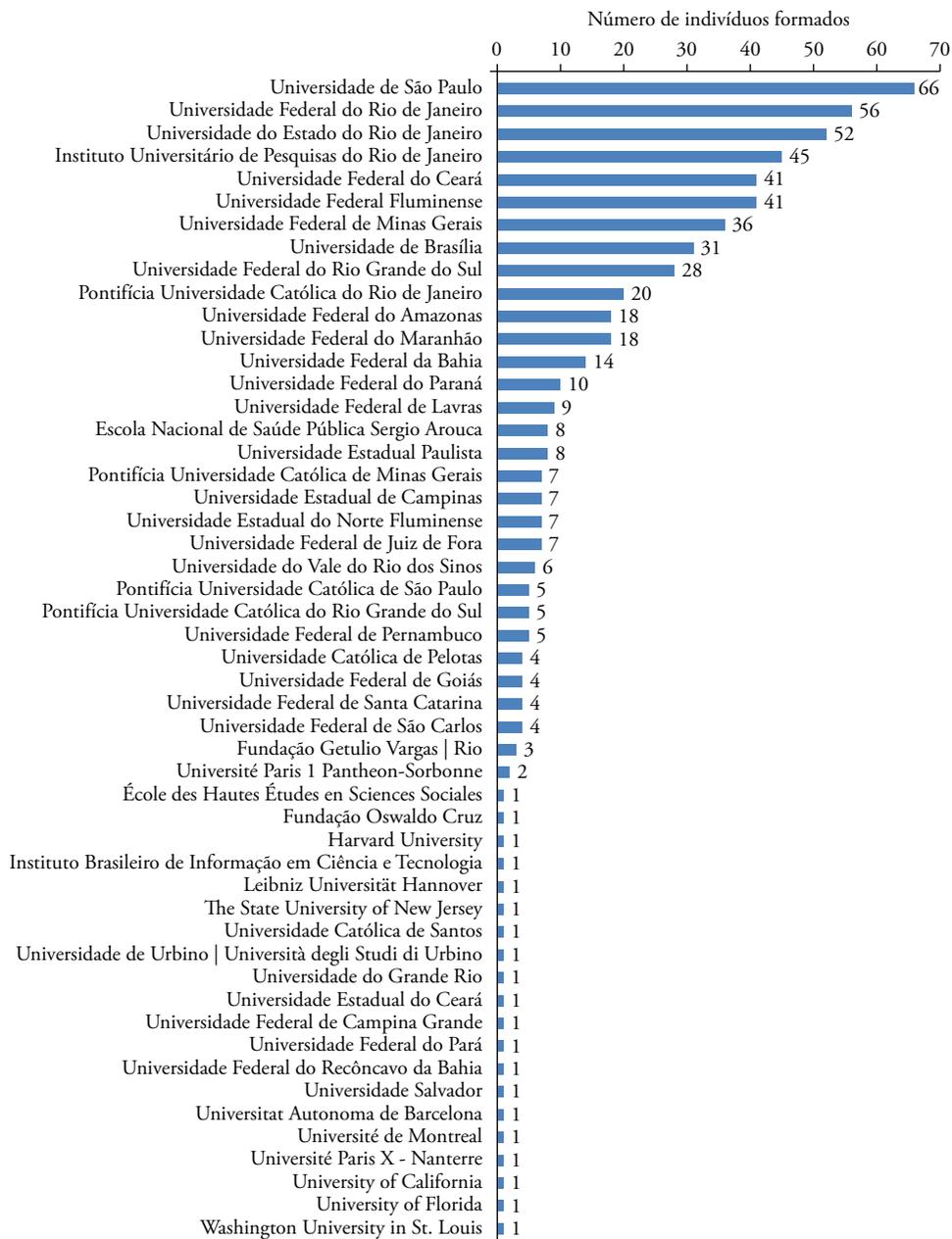
versidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Federal Fluminense – UFF) e do Ceará (Universidade Federal do Ceará – UFC), do Distrito Federal (Universidade de Brasília – UnB) e do Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). Posteriormente, outras universidades federais de outros Estados (Maranhão, Amazonas, Bahia) aparecem na formação de doutores, além de universidades privadas, como as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs). Entre as universidades internacionais, encontramos três universidades estadunidenses (University of California, University of Florida e Washington University in St. Louis), duas francesas (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne e Université Paris X – Nanterre), uma canadense (Université de Montreal) e uma espanhola (Universitat Autònoma de Barcelona) (Gráfico 15).

**Gráfico 14 – Tipos de instituição de formação (total).**



<sup>9</sup> O antigo IUPERJ foi considerado uma instituição privada até 2010, quando passou a integrar a UERJ. Destaque para o fato de que, do total de 97 indivíduos formados em instituições privadas, 45 correspondem ao antigo IUPERJ, o que representa 46,4% da formação em instituições de ensino Superior (IES) privadas.

Gráfico 15 – Instituições de formação dos indivíduos das linhagens\*.



\*O número total corresponde aos indivíduos formados por IES, não detalhando os PPGs de cada instituição. O Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) formou três pesquisadores: um em Sociologia e dois em Ciência Política.

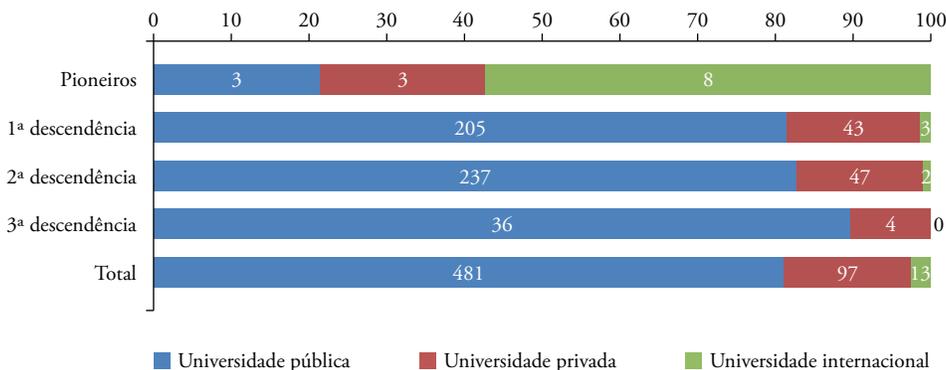
A análise do tipo de instituição de formação por linhagem revela esse quadro de pioneiros cujo doutoramento foi feito, em sua maioria, em universidades internacionais, sendo igual o número de pioneiros com doutorado em universidades públicas ou universidades privadas no Brasil. A primeira e segunda descendências de linhagens tiveram a formação prioritariamente em universidades públicas, caindo a um número quase inexistente – o que efetivamente acontece na quarta geração – o doutoramento em universidades internacionais. Nessa última descendência, o número de doutores formados é sete vezes menor, mantendo-se as diferenças entre universidades públicas e universidades privadas (Gráfico 16). O Gráfico 17 ilustra bem esse quadro por universidade, estando a geração dos pioneiros representada nas universidades internacionais; a primeira descendência, nas universidades públicas e estaduais do Sudeste e de estados como Brasília, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul; e a segunda descendência, nas universidades públicas de todos os Estados, em importantes

universidades privadas do Sudeste e do Rio Grande do Sul.

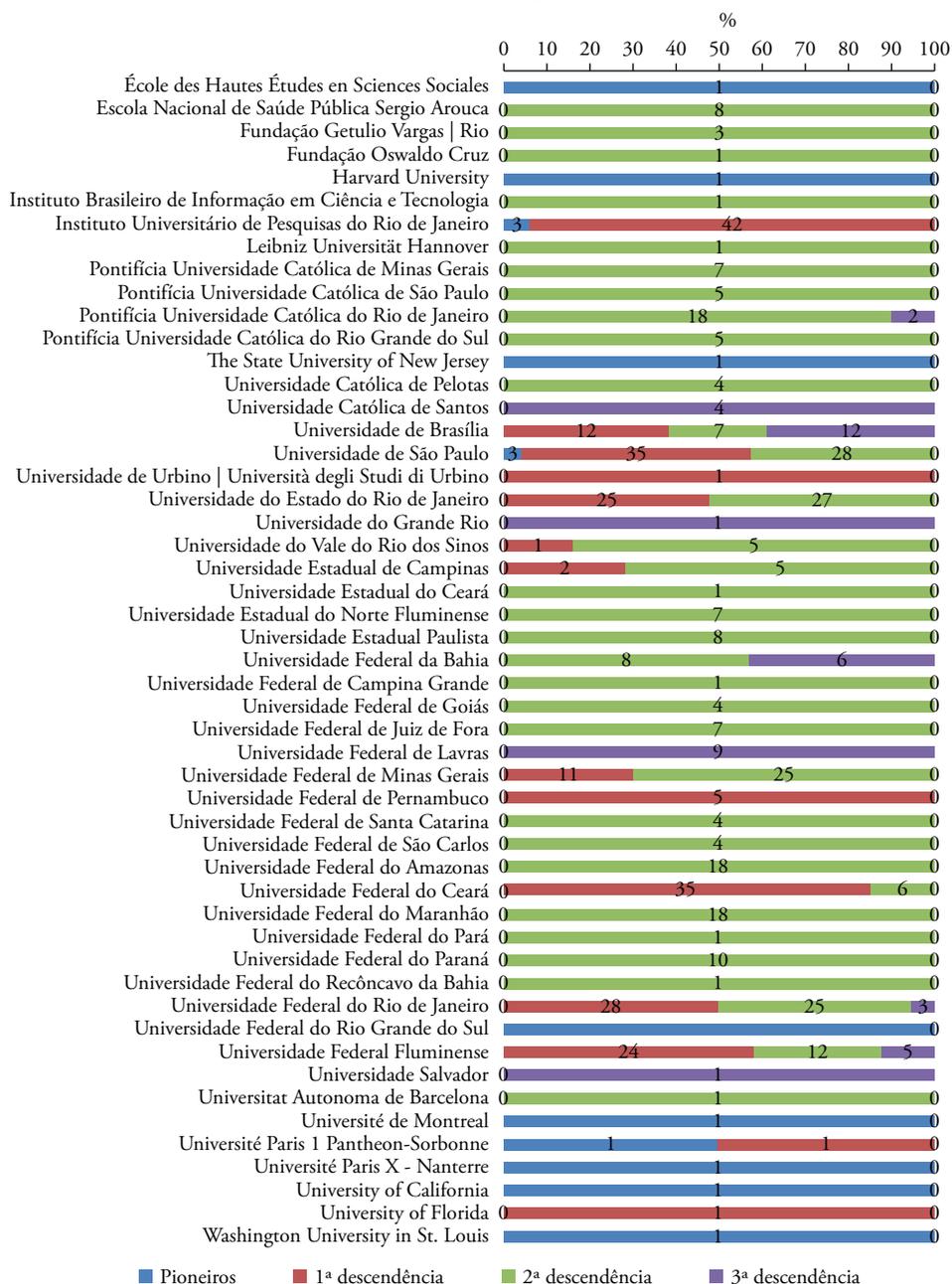
O tipo de instituição onde esses pesquisadores se formaram reflete aspectos e movimentos importantes da própria constituição e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. A formação dos pioneiros do campo de estudos da violência, crime e justiça criminal no país se insere no período, identificado por Héglio Trindade (2012, p. 17), da expansão das ciências sociais em decorrência do desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas universidades públicas, com a criação das principais associações científicas da área, como a Anpocs, fundada em 1977. Da mesma forma, o autor identifica:

Houve um incremento na internacionalização das diversas áreas das ciências sociais, na medida em que as agências de fomento, a partir da década de 1970-1980, expandiram suas políticas associadas à pós-graduação com a concessão de bolsas no exterior (mestrado, doutorado e pós-doutorado), além dos apoios da Fundação Ford, durante

**Gráfico 16 – Número de indivíduos formados por tipos de instituição de formação por geração.**  
%



**Gráfico 17 – Instituições de formação e descendência  
(total de indivíduos titulados por universidade).**



a ditadura militar, para o desenvolvimento da ciência política e da antropologia social (Trindade, 2012, p. 27).

Isso se expressa pelo fato de que a participação internacional na formação desses pesquisadores tem peso muito maior naquelas da geração dos pioneiros, que fazem seus doutoramentos fora do Brasil, o que acaba influenciando fortemente os próprios debates e referenciais teórico-metodológicos que são mobilizados pelos pioneiros e se tornam constitutivos desse campo de estudos no país. A influência da criminologia na formação de alguns dos pioneiros constitui um bom exemplo desse movimento, que podemos identificar nas trajetórias reconstruídas na obra de Lima e Ratton (2011). No livro, muitos pioneiros relatam o contato que tiveram com os debates criminológicos nas diferentes universidades internacionais onde se formaram e como isso impactou na constituição desse campo no país. Se, por um lado, a internacionalização é um fenômeno mais preponderante na origem das linhagens, é também interessante perceber o movimento de ampliação das universidades em âmbito nacional verificado na segunda descendência de formação acadêmica. Esse movimento pode estar relacionado ao contexto de políticas governamentais iniciado em 2003 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior no Brasil.

### **Considerações finais**

O artigo buscou, com base em duas diferentes estratégias, reconstituir a trajetória do campo de estudos em violência, crime e jus-

tiça criminal no Brasil. Primeiramente, analisamos o estado da arte dessa literatura por meio da síntese de todos os balanços realizados ao longo da história da área. A segunda estratégia foi mapear as redes de descendência acadêmica criadas com base nos pesquisadores “pioneiros” (Lima; Ratton, 2011) em suas relações de orientação ao longo de 40 anos.

A literatura que reflete a produção da área da violência, crime e justiça criminal demonstra que se trata de um campo de estudos muito ativo – no que se refere a uma crescente produção de artigos, livros, teses e dissertações – e também bastante reflexivo, em função dos balanços e revisões já realizados, que contemplam desde a constituição dos primeiros estudos sobre o tema, na década de 1970, até os anos mais recentes.

Um aspecto importante a se destacar em relação aos balanços da área é a recorrência de alguns temas ao longo desses mais de 40 anos desde o surgimento dos primeiros estudos, revelando uma continuidade nos padrões de atuação e gestão de um Estado autoritário em contexto democrático. Para ilustrar: em 1993, Adorno concluía seu texto retomando o argumento de Antônio Luiz Paixão, de 1988, de que “o nexó entre políticas públicas de segurança e justiça e a institucionalização da democracia repousa na legalidade enquanto fundamento da ordem social” (Adorno, 1993, p. 8), expressando a importância do respeito às garantias legais, aos direitos humanos, como forma de fortalecer o Estado Democrático de Direito que, naquele contexto (1988), constituía-se. Desde então, temas como autoritarismo, seletividade penal, discricionariedade e violência policial, desigualdades no acesso à justiça com base em marcadores de classe, raça, gênero, sexualidades e violações de direitos humanos nas prisões são recorrentes e parecem ganhar ainda mais fôlego no contexto atual.

A constante consideração do Estado, cuja função precípua como promotor de políticas públicas de segurança inúmeras vezes é substituída por uma atuação autoritária, perpetradora de violência, marcante em diferentes e recorrentes períodos da história brasileira, é uma triste chave de leitura que parece não nos abandonar. Esse tema revela-se um dos principais desafios não apenas a esse campo de estudos, mas às políticas públicas, às instituições da justiça criminal e seus gestores, que precisam pensar no autoritarismo como um *continuum* em todo esse período histórico.

A transformação da agenda de pesquisa desse campo perpassa desde a análise de práticas criminosas e perfil dos atores perpetradores de violência e instituições de controle do crime, dos órgãos do sistema de justiça como polícia, justiça e prisões, passando por uma diversificação com a inclusão de temas sobre violências relacionadas a grupos em situação de vulnerabilidade social, bem como destacando o papel de políticas públicas como objeto e área de pesquisa, em muito sob o conceito de segurança cidadã.

A análise das linhagens com base nos pioneiros nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil relevou um total de 591 pesquisadores que estão distribuídos em quatro gerações – considerando-se os pioneiros a origem das linhagens –, mostrando o significativo potencial de formação de novas descendências de pesquisadores e a sua importância na constituição e na consolidação desse campo de saber. A origem das linhagens constituiu-se, então, dos 14 pesquisadores pioneiros; a primeira descendência, dos seus orientandos (251 pesquisadores); a segunda descendência, dos orientandos da primeira (286 doutores); e, por fim, a terceira descendência, com 40 pesquisadores.

As descendências vão se compondo com base em temporalidades muito diferentes,

que têm a ver com vários fatores, tais como a trajetória dos pesquisadores, o período que separa a defesa da tese de Doutorado e o início da orientação de novos doutores. É possível identificar a longevidade da linhagem formada com base na orientação do professor Luiz Antônio Machado da Silva, cujas orientações começam no início dos anos 1980 e perduram até hoje. Uma possível correspondência entre a formação desses doutores e a produção bibliográfica descrita pelos diferentes balanços revela o mesmo *boom* ocorrido entre a produção de doutores e de publicações a partir dos anos 2000, conforme Campos e Alvarez (2017).

Em relação às questões de gênero, o número de mulheres doutoras quase se iguala ao de doutores na primeira descendência e supera o de pesquisadores na segunda e na terceira descendência, bem como no total, que corresponde a 51% (307 doutoras e 284 doutores). Outro dado que foi possível identificar é que desde 2010 o número de mulheres se mantém superior ao de homens. Esse tema abre diversas possibilidades de aprofundamento. A distribuição de gênero desse campo de produção também expressa certa correspondência com a composição de gênero na pós-graduação no Brasil, em que as mulheres são maioria. De acordo com a CAPES, os dados de 2016 apontam o total de 165.564 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens somam 138.462. Por outro lado, há uma distribuição bastante desigual no tocante às áreas e aos cursos que frequentam, o que demandaria uma correlação da proporção de gênero nas diferentes áreas do conhecimento com aquelas que se mostram mais representativas nesse campo de estudos, que são as ciências humanas, ou, ainda, a possibilidade de aprofundar se há diferenças nas temáticas trabalhadas com base nesse marcador.

Outro aspecto importante a considerar é a própria inauguração dos estudos de gênero na área, a partir da década de 1980, que, entre diversos temas, começam também a analisar não apenas os fenômenos da violência de gênero, mas as experiências e as iniciativas de enfrentamento à violência que passam a ser criadas naquele contexto, tais como o SOS Mulher (Gregori, 1993), as Delegacias de Defesa da Mulher (Santos, 1999; 2005; Brandão, 1998; Goldberg, 1985; Grossi, 1988) ou mesmo os estudos pioneiros sobre o sistema de justiça, tais como os de Mariza Corrêa (1981; 1983), Ardaillon e Debert (1987), Pasinato (1998), entre outros. Uma possibilidade, nesse caso, seria a análise das temáticas dos trabalhos, desde os pioneiros, de modo a compreender as possíveis influências dos estudos de gênero na distribuição de gênero dos pesquisadores.

Com relação às áreas de formação, deve-se destacar que, tendo nosso ponto de partida nos pioneiros e que todos são oriundos das ciências humanas, constitui por si só um elemento determinante também na formação das gerações subsequentes. Os dados que levantamos mostram que quase 80% dessa formação (considerando-se todas as descendências) se concentra na área das ciências humanas. Entretanto, quando desdobramos por gerações, podemos identificar alguns movimentos nessa grande área do conhecimento. Entre os pioneiros e a primeira descendência, a formação fica mais concentrada nas ciências sociais (com predominância da sociologia, depois antropologia e ciência política), e, na segunda descendência, há uma expressiva ampliação, seja no interior das ciências humanas, seja em outras áreas, tais como ciências sociais aplicadas e ciências da saúde. Essa diversificação das áreas de formação das novas gerações expressa também uma diversificação das instituições para onde

vão os pesquisadores a partir da primeira descendência, tendo em vista que a continuidade da formação de recursos humanos a partir dos pioneiros não necessariamente se dá onde esses pesquisadores se formaram.

Para além dessa marca estrutural, os balanços e a análise das linhagens permitem sintetizar outros aspectos marcantes da produção (ou de sua carência) na área. Entre eles, chama a atenção, com base na leitura de todos os balanços da área até o momento, que há relativamente poucos estudos que analisam a categoria raça ou a relação entre a violência e os processos de racialização, o que é bastante intrigante tendo em vista a configuração dos fenômenos de violência letal no Brasil, bem como o racismo societal e institucional que historicamente se perpetua no país. Acreditamos que se os balanços não avançam devidamente nessa temática, a estratégia de análise das linhagens pode suscitar uma hipótese que precisa ser melhor explorada em outros estudos e/ou balanços: o fato de que essa invisibilidade também pode estar relacionada ao marcador raça dos próprios pesquisadores ou, ainda, que o debate racial nesses estudos possa emergir com base em outros recortes que não aquele que parte dos pioneiros.

Os balanços demonstram também a centralidade das publicações oriundas da Região Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro) – estados em que se concentram geralmente as revistas mais bem avaliadas, com a conseqüente reprodução de citações produzidas nas revistas de pesquisa. As escolhas metodológicas dos balanços anteriores também têm essa característica. Nossa estratégia de análise das linhagens permite conhecer e compreender, por um lado, que a maior representatividade e circulação decorre da concentração de pesquisadores. No entanto, é preciso considerar as mudanças mais re-

centes que tornam as temáticas, as publicações e os pesquisadores oriundos das outras regiões responsáveis pela diversificação desse campo de estudos. É interessante perceber, por exemplo, que ocorre uma diversificação maior de áreas de formação a partir da segunda descendência, fenômeno que pode ou não se manter no caso da terceira descendência. Essa diversificação parece-nos também bastante relacionada ao próprio processo de expansão das universidades pelo REUNI, que propiciou a expansão de vagas e a criação de novas universidades e cursos, algo que pode ser mais bem explorado em estudos futuros. Entre as distintas áreas que compõem

o campo de estudos em violência, crime e justiça criminal, é relevante perceber maior diversificação das áreas a partir da segunda descendência, com maior participação das ciências sociais aplicadas, indicando a inserção dos novos pesquisadores. Observa-se esse movimento no campo também com base nos recortes temáticos e nas abordagens teórico-metodológicas utilizadas. Uma grande preocupação com políticas públicas, evidenciada de maneira recorrente pelos balanços e pela presença de cursos do campo de políticas públicas, pode explicar essa diversificação e contribuir com uma maior aplicação dos achados acadêmicos.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, 1993.
- AQUINO, J. P. D.; HIRATA, D. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 107-147, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8404/2018>
- ARDAILLON, D.; DEBERT, G. G. **Quando a vítima é mulher: Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios**. Brasília: CNDM, 1987.
- AZEVEDO, R. G. de; SINHORETTO, J. O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 188-215, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8406/2018>
- BARREIRA, C.; ADORNO S. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. T. S. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- BRANDÃO, E. R. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C.; HOLANDA, H. B. (orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: 34, 1998. p. 51-84.
- BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. C. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017. p. 143-217.
- COSTA, A. T. M.; LIMA, R. S. Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 81-106, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8403/2018>
- CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13-30, 2001.

- CORRÊA, M. **Morte em família**: Representação jurídica de papéis sociais. São Paulo: Graal, 1983.
- CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000). São Paulo: Fapesp, 2009.
- GOLDBERG, M. A. A. **Violência contra a mulher**. São Paulo: Comissão de Violência do Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas**: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, M. P. **Discours sur les femmes battues: représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris V, Paris, 1988.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221.
- IMBUSCH, P.; MISSE, M.; CARRIÓN, F. Violence Research in Latin America and the Caribbean: a Literature Review. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 5, n. 1, p. 87-154, 2011.
- KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2000.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; Anpocs, 2011.
- LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- LOURENÇO, L. C.; ALVAREZ, M. C. Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 216-236, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8407/2018>
- MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 148-187, 2018.
- PASINATO, W. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.
- PASSIANI, Ê. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, v. 20, n. 47, p. 16-47, jan.-abr. 2018. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>
- RATTON, J. L. Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 5-12, 2018. <https://doi.org/10.17666/bib8401/2018>
- REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS/ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, São Paulo, n. 84, 2017.
- RIBEIRO, L.; TEIXEIRA, A. N. O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 13-80, 2018. <https://doi.org/10.17666/bib8402/2018>

- SALLA, F. A pesquisa sobre prisões: um balanço preliminar. *In*: KOERNER, A. (org.). **História da justiça penal no Brasil**: pesquisas e análises. São Paulo: IBCrim, 2006. p. 107-128.
- SANTOS, C. M. D. Cidadania de gênero contraditória: queixas, crimes e direitos na Delegacia da Mulher em São Paulo. *In*: AMARAL JÚNIOR, A.; PERRONE-MOISÉS, C. (orgs.). **O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 315-352.
- SANTOS, C. M. D. **Women's Police Stations**: Gender, Violence, and Justice in São Paulo, Brazil. Nova York: Palgrave MacMillan, 2005.
- SANTOS, J. V. T.; BARREIRA, C. Introdução: a construção de um campo intelectual: violência e segurança cidadã na América Latina. *In*: SANTOS, J. V. T.; BARREIRA, C. (orgs.). **Paradoxos da segurança cidadã**. Porto Alegre: Tomo, 2016. p. 9-40.
- TRINDADE, H. **Ciências Sociais no Brasil**: diálogos com mestres e discípulos. Brasília: ANPOCS; Liber Livro, 2012.
- ZALUAR, A. Violência e crime. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995**. São Paulo: Anpocs, 1999. p. 13-107.

Rodrigo Constante Martins<sup>I</sup>  
Luis Henrique Cunha<sup>II</sup>

## **Introdução**

Se as modernas sociedades industriais são marcadas por um intensivo processo de artificialização da vida social, produzindo crescente desconexão das atividades cotidianas em relação ao mundo natural (que é recriado incessantemente pela ação antrópica), é no meio rural que as contradições inerentes a esse processo se mostram de forma mais aguda, dado que os entrelaçamentos entre dinâmicas das atividades produtivas praticadas nesses espaços e os ciclos da natureza são mais diretamente percebidos e tomados como problemáticos.

Apesar disso, foi apenas a partir da década de 1970, em meio à emergência de uma questão ambiental global, que as articulações entre ruralidades e meio ambiente passaram a ter maior centralidade no campo dos chamados estudos rurais<sup>1</sup>. Estudos realizados em diferentes contextos nacionais, amparados em uma gama variada de matrizes teóricas e disciplinares, revelaram os profundos

impactos sociais e ambientais decorrentes da chamada modernização da agricultura promovida pela revolução verde (Cleaver, 1972; Ruttan, 1977; Shiva, 1989; Wright, 2005). Em outra perspectiva, novos esforços de investigação demonstraram que as populações rurais empobrecidas eram também mais vulneráveis aos processos de degradação da natureza (Sawyer, 1979; Blaikie, 1985).

A preocupação central da sociologia rural, desde a década de 1950, foi compreender o processo de modernização da agricultura e suas ligações tanto com as transformações na indústria (agora não apenas consumidora de matéria-prima agrícola, mas também fornecedora de implementos para o setor) quanto com a complexa dinâmica dos grandes centros urbanos, dependentes da produção de alimentos no campo. Por isso, até o final dos anos 1960, a maior parte das pesquisas das ciências sociais sobre o mundo rural era dedicada, sobretudo, ao tema da modernização (Buttel, 2001; Billaud, 2004; Jean, 2015). No Brasil, somavam-se a esse tema o deba-

---

1 Dois importantes eventos marcaram a emergência internacional da questão ambiental na década de 1970. Um deles foi a divulgação do relatório *The limits to growth*, publicado pelo Clube de Roma, em 1972. O outro foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, também em 1972. A Conferência de Estocolmo, como ficaria conhecida, reuniu representantes de 113 países e 250 organizações ambientais.

---

<sup>I</sup>Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos – São Carlos (SP), Brasil. E-mail: constantemartins@gmail.com

<sup>II</sup>Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande (PB), Brasil. E-mail: luishcunha@uol.com.br

te sobre a migração campo-cidade e a então chamada urbanização do campo (Abramo-vay, 2003; Graziano da Silva, 1996; 1999).

No início da década de 1970, a expressão “meio ambiente rural” passou a ganhar corpo, sendo problematizada pelas ciências sociais em termos de construção histórica (Alphandéry; Billaud, 2009). Ainda sob o signo do amplo predomínio da agricultura como atividade econômica, o mundo rural permaneceu delimitado por suas tradições, seus quadros de sociabilidade e ordenamento peculiar de sua organização política. Mas, concernente ao meio ambiente rural, os estudiosos passaram a focar cada vez mais os problemas engendrados pela chamada modernização. Nota-se que, naquele momento, o meio ambiente nos estudos rurais não se associava à então emergente questão ambiental.

O fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram a inscrição da moderna temática ambiental no campo dos estudos rurais. Os processos sociais envolvidos na produção agrícola permaneceram analiticamente associados à dinâmica das relações de classe no campo. Mas a temática ambiental emergiu nesses estudos como fator transversal que inaugurava um novo patamar de relações entre o local e o global (Jollivet, 1998). Novos interesses eram forjados não apenas no espaço rural, mas também em relação a este; e novas instituições foram constituídas a fim de normatizar as formas de uso social do meio ambiente rural. Nesse movimento, entrava em jogo a noção de território, a favor das políticas de conservação da biodiversidade, da nova gestão dos recursos terra e água e de requalificação dos espaços rurais — não mais reduzidos à agricultura, mas problematizados em função das atividades econômicas emergentes (Martins, 2014; Favareto, 2007; Schneider, 2004). A noção de território es-

tendeu-se ainda ao debate sobre identidades, dialogando com a construção de novas coletividades — na maior parte dos casos associadas a movimentos de base ambientalista, como aqueles ligados às agriculturas alternativas (Moreira, 2005; Brandenburg, 2002) — e com a mudança de estatuto das regiões rurais no contexto da produção de alimentos — produção agora mais seletiva e territorialmente qualificada (Sacco dos Anjos; Caldas, 2013).

O objetivo deste artigo é revisitar a produção bibliográfica que investigou as relações entre ruralidades e meio ambiente no âmbito da sociologia e de disciplinas conexas, num esforço de apresentação dos diferentes caminhos trilhados pelos pesquisadores que têm se dedicado à temática nas últimas décadas. Particularmente, foi revisada a bibliografia brasileira, sem deixar de lado seu diálogo estreito com o debate internacional, ressaltando os problemas de pesquisa, teorias e conceitos que animaram o debate acadêmico (e também político) nesse campo.

Para essa revisão, a estratégia adotada foi a de evidenciar dois diferentes eixos na produção acadêmica recente: a incorporação de preocupações ambientais entre pesquisadores associados à sociologia rural e a descoberta das populações que habitam os espaços rurais, com seus modos de vida e reivindicações políticas, entre pesquisadores dedicados à compreensão dos processos de mudança socioambiental na periferia do capitalismo contemporâneo. A primeira parte deste artigo, do rural ao ambiental, é dedicada aos avanços teóricos e analíticos da sociologia rural rumo aos estudos ambientais. Na segunda parte, do ambiental ao rural, é apresentada a trajetória dos estudos influenciados pela ecologia política rumo aos temas rurais. Desse modo, foi possível pontuar as principais ramificações

desses eixos de investigação que marcam a intersecção dos temas rurais e ambientais na sociologia contemporânea.

A relação dos estudos citados neste balanço bibliográfico não seguiu um critério ortodoxo de demarcação das contribuições, com foco em periódicos específicos ou redes acadêmicas de pesquisa preestabelecidas. A própria porosidade do tema, bem como dos eixos analíticos que o marcam, exigiu a acomodação de diferentes parâmetros de seleção. Um importante parâmetro foi a circulação das contribuições nas reuniões científicas que deram suporte à consolidação da temática ruralidades e meio ambiente no escopo das ciências sociais. Aqui não se trata da apresentação dos trabalhos nas reuniões, mas sim da circulação de seus resultados, das abordagens e das perspectivas analíticas dos estudos nesses espaços. Nesse caso, merecem destaque os seminários temáticos e grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) dedicados aos estudos rurais e aos estudos socioambientais, desde o início da década de 1990; os diferentes grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), que acolheram os estudos rurais desde sua fundação, em 2000; e o grupo de trabalho Ruralidades e Meio Ambiente da Rede de Estudos Rurais, criado em seu primeiro encontro, em 2006, e ainda em plena atividade.

Outro critério importante adotado para a escolha dos trabalhos foi o potencial de diálogo dos estudos — situação fundamental para a consolidação do que podemos definir como temática na produção sociológica. Esse potencial de diálogo foi observado com base nos pontos de partida de cada eixo proposto para a estruturação da revisão

em tela, a saber: a aproximação da questão ambiental, tomando como ponto de observação problemáticas da sociologia rural, e a aproximação dos temas rurais, tomando como ponto de observação problemáticas da ecologia política. Com esse esforço parcial, pretende-se apresentar apenas uma das maneiras possíveis de organizar a vasta e complexa bibliografia que informa e compõe a temática ruralidades e meio ambiente na sociologia brasileira deste início de século XXI.

### **Sociologia: do rural ao ambiental**

No campo do debate internacional da sociologia rural, Marcel Jollivet é reconhecido como um dos primeiros autores a anunciar a entrada em cena da questão ambiental nos contextos rurais de sociabilidade. Parceiro e posteriormente herdeiro intelectual de Henri Mendras, Jollivet, na organização da obra coletiva *Du rural à l'environnement*, destacava que, na medida em que os problemas ambientais globais têm dimensões que concernem ao espaço rural, e a gestão desse espaço supõe a tomada em conta das preocupações ambientais, a maneira de se conceber a sustentabilidade do mundo rural tornava-se diretamente influenciada por representações e regramentos que também transcenderiam o universo simbólico das formações rurais (Mathieu; Jollivet, 1989). Tornava-se então necessário pensar, política e socialmente, o que o próprio autor viria a designar como ruralidade “pós-industrial” (Jollivet, 1997).

Nessa nova ruralidade, não mais delimitada exclusivamente pelas fronteiras da agricultura, novos temas de investigação ganharam corpo. Entre eles, as questões relativas ao desenvolvimento e à regulação socioambiental possibilitaram a construção de novas agendas de pesquisa. Desde a década

de 1990, vários estudos têm destacado a necessidade de novos enquadramentos sociais e agrário-espaciais para a compreensão das transformações contemporâneas do rural (Marsden *et al.*, 1995; Murdoch; Marsden, 1994). Outros trabalhos, em convergência com a identificação de mudanças nas dinâmicas agrícola e agrária no contexto da alta modernidade, destacaram a expansão das estratégias de governança da diversidade de interesses econômicos e políticos que marcariam novos perfis de ruralidade (Goodwin, 1998; Ray, 1998). Alguns estudos, do chamado campo da sociologia da agricultura norte-americana, buscaram também aproximar o debate sobre produção e sistemas alimentares da crescente demanda social por sustentabilidade (Buttel; Larson; Gillespie, 1991)<sup>2</sup>. Em todos esses esforços, a transversalidade da temática ambiental aparecia por meio do pressuposto geral de que a referência à sustentabilidade era a base sobre a qual os rumos da localidade — em termos agrário, agrícola ou territorial — seriam socialmente pensados e disputados.

Essa perspectiva da sustentabilidade foi partilhada por vários estudiosos das ruralidades europeias. Articulado com a expansão das atividades não agrícolas, o processo denominado de “novas” ruralidades naquele continente compreendeu estruturas complexas de composição das relações entre economia, sociedade e natureza (Kayser, 1990; Hervieu, 1993; Marsden, 1995; Murdoch; Marsden, 1994). Essa realidade, emblemática nos territórios rurais franceses e ingleses, por exemplo, estimulou estudos sobre as diferentes formas de composição dos tradicionais interesses agrícolas com os dos demais

setores sociais interessados na dinamização das economias regionais e na preservação dos recursos ecossistêmicos e das culturas locais — articulando, assim, as dimensões agrária e ambiental desses territórios de modo bastante complexo (Hervieu; Purseigle, 2013; Ray, 1998; Jollivet, 2001).

No Brasil, o debate sobre as mutações do rural foi realizado em diálogo com a referida bibliografia internacional — e, particularmente, guardando estreitos laços com a produção da sociologia rural francesa. Em larga medida, esses laços se relacionam com a trajetória de formação e cooperação que muitas pesquisadoras e pesquisadores brasileiros estabeleceram com universidades e instituições francesas de pesquisa sobre o rural desde a década de 1970 (Wanderley, 2018). A despeito dos laços de formação e cooperação, os estudos sobre as transformações do rural contemporâneo ganharam cores próprias no Brasil. Na discussão em torno da sustentabilidade socioambiental dos espaços rurais, os aspectos relativos às especificidades locais adquiriram atenção da produção acadêmica. Questões como o estudo das regionalidades e seus potenciais ambientais e de mercado (Cavalcanti, 1999; Veiga *et al.*, 2001; Sacco dos Anjos, 2003), a emergência de novas institucionalidades nas áreas rurais, enfrentando o histórico “vácuo” em termos de políticas públicas para as populações rurais (Campanhola; Graziano da Silva, 2000), a ênfase na particularidade dos laços da localidade e do contato com a natureza com base no fenômeno da proximidade social (Abramovay, 2003) e as relações da categoria território com a reestruturação do capitalismo contemporâneo (Schneider,

---

2 A propósito do histórico e das características teórico-metodológicas da sociologia da agricultura norte-americana, ver ensaio bibliográfico de Schneider (1997).

2004), incluindo a importância do movimento ambientalista (Brandenburg, 2002; Almeida, 2003), constituíram os primeiros apontamentos de estudos normativos e/ou analíticos que trouxeram novos horizontes para os estudos rurais no país.

### **Gênese da questão ambiental na sociologia rural brasileira**

Menções à natureza e ao meio ambiente como expressões isoladas são encontradas nos trabalhos pioneiros da sociologia rural no Brasil. A aridez das condições de vida provocada pelos rigores da terra e do ambiente, descrita no primeiro capítulo d'*Os sertões* (Cunha, 1982), os traços e as formas da natureza na chamada civilização do couro no sertão, abordados na primeira parte d'*Os cangaceiros* (Queiroz, 1968), e o ajuste ecológico nas mudanças dos modos de vida do caipira paulista, descritos na terceira parte d'*Os parceiros do Rio Bonito* (Candido, 1964), são exemplos do aparecimento do meio ambiente na produção clássica da sociologia rural brasileira. Não obstante tais momentos, a aproximação decisiva da questão ambiental no escopo dos estudos rurais no país surgiu efetivamente com a crítica à tese da industrialização da agricultura, que animou o debate entre os estudiosos do campo no curso da década de 1980.

O conceito “industrialização da agricultura” tornou-se corrente nas ciências sociais brasileiras para caracterizar as transformações ocorridas no processo de produção agrícola no país<sup>3</sup>. Se no passado a revolução

agrícola foi a responsável pela abertura do caminho à revolução industrial, formando mercados para o consumo das manufaturas, o desenvolvimento industrial, na segunda metade do século XX, foi o responsável pela dinâmica do desenvolvimento agrícola (Sz-mrecsnyi, 1990). Em trabalho de referência sobre a questão agrária brasileira, Guimarães (1982) afirmou que esse período caracterizou-se por dois momentos: um primeiro, denominado de industrialização espontânea, iniciado com o uso de tecnologias incipientes, expressadas pelos adubos naturais (orgânicos e minerais), pelos arados e outros implementos operados pela força animal em substituição à força humana; e um segundo momento, chamado de industrialização dirigida, surgido com a substituição dos adubos naturais pelos adubos artificiais e da maquinaria agrícola simples por equipamentos complexos, ambos provenientes de indústrias de grande porte, dotadas de alto nível tecnológico. Nesse movimento, a agricultura transformou-se num ramo de produção semelhante a qualquer segmento industrial, atrelando-se mais intensamente ao movimento geral de valorização capitalista. Seja comprando insumos industriais, seja produzindo matérias-primas para indústrias de transformação, a agricultura submeteu-se ao domínio do capital industrial tanto no que tange ao predomínio de suas relações sociais de produção quanto no que se refere à superação dos obstáculos representados pela natureza ao seu processo de valorização (Graziano da Silva, 1981; Muller, 1989; Kageyama *et al.*, 1990).

---

3 Os pressupostos teóricos subjacentes ao conceito de “industrialização da agricultura” são de base marxista. Apoiam-se, particularmente, nas discussões desenvolvidas por Karl Marx, no terceiro volume d'*O Capital*, sobre a não equivalência entre tempo de trabalho e tempo de produção. A propósito, ver Marx (1983). Para a sistematização desse debate no escopo da tradição marxista, passando, entre outros, por Lenin e Kautsky, ver Graziano da Silva (1981).

No propósito de retomar as especificidades da agricultura ante outras esferas de produção de valores excedentes, estudos do fim da década de 1980 ressaltavam as contradições do conceito de industrialização da agricultura. Entre outros limites, tal conceito revelaria certo “otimismo” em relação à capacidade do capital em superar os limites que a natureza impõe ao seu processo de valorização na produção agrícola (Veiga, 1991). Ademais, reproduziria uma leitura totalizante do alcance do trabalho social na agricultura. Isso porque, se na indústria o trabalho social teria a função de transformar uma matéria-prima em um novo produto, na agricultura o trabalho poderia somente sustentar ou regular condições específicas sob as quais as plantas crescem e se reproduzem (Abramovay, 1992). A etapa de transformação nesse processo estaria necessariamente sob o comando de mecanismos orgânico-naturais — fora, portanto, do exclusivo arbítrio social (Veiga, 1991).

No cerne desse debate, tiveram importante impacto na literatura para redimensionar o conteúdo da relação agricultura-indústria os conceitos de apropriação e substitucionismo, introduzidos por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990). Na perspectiva desses autores, a noção de apropriação representaria um movimento de apropriação industrial de frações do processo de produção agrícola, superando parcialmente as restrições ambientais, enquanto o substitucionismo evidenciaria um momento em que o produto agrícola passaria cada vez mais a ser substituído por produtos industriais — evidência notada com o desenvolvimento da indústria alimentícia do fim do século XX. Nesse cenário, as então inovações biotecnológicas indicariam os novos horizontes da mediação da relação capital-natureza na agricultura (Valencio, 1995b).

## Novas trajetórias da sociologia rural

As discussões relativas aos limites que a natureza imporia ao controle absoluto do capital industrial no processo de acumulação na agricultura foram acompanhadas de diferentes estudos empíricos acerca das diferentes implicações da revolução verde sobre as populações e o meio ambiente nos territórios rurais. Em larga medida, esses estudos ressaltavam a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos, a contaminação das águas e dos próprios alimentos produzidos por meio do pacote intensivo de tecnologias química e mecânica (Romeiro, 1998; Romeiro; Abrantes, 1981). No campo das ciências sociais, os estudos focalizaram os arranjos sociais, econômicos e políticos que permitiram a conformação de um cenário propício tanto à consolidação do moderno padrão agrícola quanto à conservação da concentrada estrutura agrária em diferentes regiões do país. Essa modernização conservadora — ou modernização dolorosa, como classificara Graziano da Silva (1982) — foi uma das marcas das sociabilidades rurais dos territórios marcados pela expansão das frentes de acumulação do capital industrial (Graziano da Silva, 1996; Wanderley, 2009).

Vários estudos abordaram o papel do Estado no estímulo ao modelo socialmente excludente e ambientalmente predatório de modernização da agricultura nacional. O papel das políticas de crédito (Delgado, 1985; 2012); a atuação do Estado não como árbitro abstrato, mas como agente interessado, parte das lutas sociais (Palmeira, 1989); as trajetórias tecnológicas estimuladas pelas instituições de pesquisa agropecuária (Romeiro, 1998); a conjuntura de sustentação política e legitimidade do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura do Sul do país (Guivant, 1992); e as grandes obras estatais

que resultaram em arranjos fundiários ainda mais concentrados, somados à degradação e aos impactos socioambientais — tais como as usinas hidrelétricas nas regiões Nordeste (Valencio, 1995a), Sudeste (Martins, 2000) e Norte do país (Almeida, 2012; Castro; Hébette, 1989; Magalhães Silva, 2006)<sup>4</sup> —, são alguns dos temas que expandiram e dinamizaram eixos importantes do debate acerca da relação Estado, classes e capital no escopo da dimensão socioambiental que marcou a questão agrária no Brasil do fim século XX.

Do ponto de vista da organização da sociedade civil, no curso da década de 1980, as entidades de representação sindical incorporaram fragmentos da pauta ambientalista em formação. Conforme revelou Brandenburg (2005), em 1985, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) questionou, em seu 4º Congresso Nacional, as modernas técnicas de produção agrícola, tendo em vista seus altos custos e suas incertezas ambientais. No evento, foi aprovada a proposição do resgate das técnicas de produção financeiramente mais acessíveis e de uso comum, como a ampliação da aplicação de matéria orgânica ao solo, o controle biológico e a rotação de culturas.

No contexto pós-Constituição de 1988, alguns estudos buscaram identificar a incorporação da questão ambiental por parte das organizações e movimentos sociais do campo. Nesse esforço, Scherer-Warren (1989; 1996) identificou as atuações do Movimento dos Pequenos Agricultores Familiares Atingidos por Barragens, do movimento indígena na luta pelo direito de posse de suas terras

e do movimento dos seringueiros em defesa da preservação de sua modalidade de extrativismo na Amazônia.

É notório que os estudos rurais dedicados aos impactos socioambientais da modernização conservadora da agricultura no país adquiriram maior ênfase social e política no início da década de 1990 (Acselrad, 2010). Isso em razão da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. A conferência, que veio a ser conhecida como Rio 92, definiu, em vários níveis, a consolidação da questão ambiental nas agendas social, política e científica no Brasil. Também influenciou em larga medida as estratégias de atuação do movimento ambientalista e reforçou pautas concernentes à sustentabilidade nos territórios rurais do país (Brandenburg, 2005; Rozendo, 2011).

Sob o impacto desse debate político mais amplo, o tema agricultura e sustentabilidade emergiu com forte viés interdisciplinar, colocando em diálogo — ou confronto, a depender do enfoque — campos de saberes como a agronomia, geografia, ecologia, economia e a própria sociologia rural. Muito embora a expressão “sustentabilidade” trouxesse consigo uma evidente conotação cultural (Carneiro, 2014), foi notório o alcance das leituras técnicas e normativas que terminaram por marcar a temática. No escopo das ciências sociais, em particular, o tema expressou embates políticos acerca das aproximações entre agricultura familiar e biodiversidade, com confrontos entre os preservacionistas radicais e as concepções essencialistas do baixo

---

<sup>4</sup> A propósito dos estudos sobre os impactos sociais e ambientais da construção de usinas hidrelétricas no país, há um vasto repertório de trabalhos publicados desde a década de 1980. Esses trabalhos vão desde a pioneira análise socioantropológica de Sigaud (1986) e marcam fortemente a produção do campo da sociologia ambiental, com estudos como os de Zhouri e Oliveira (2007), por exemplo. A propósito da trajetória desses estudos, ver Fleury, Almeida e Premebida (2014).

impacto ambiental das chamadas “comunidades tradicionais” — notadamente comunidades caiçaras, sítiantes, roceiros, ribeirinhos, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e grupos extrativistas e indígenas. Como bem apontaram Carneiro e Danton (2012), essas disputas tiveram impacto importante nos modos como a ciência veio informar o campo das políticas públicas. Ademais, a própria noção de sustentabilidade poderia servir como reforço à exclusão da agricultura familiar, na medida em que imputaria exigências adicionais a um segmento dos territórios rurais historicamente mantido ao largo da assistência social e de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento rural (Moreira, 2007).

O amplo tema da agricultura alternativa<sup>5</sup> também adquiriu espaço nos estudos das ciências sociais (Guivant, 1995; Giuliani, 1997). No contexto do sul do país, Almeida (1999) apontou como, para além de sistemas produtivos, as alternativas de agricultura expressavam complexos sistemas culturais e ideológicos justificadores de modos de vida e de trabalho. Essas alternativas se construíram inicialmente por meio da atuação de organizações não governamentais, movimentos sociais e da própria ação técnica. Brandenburg (1999), por sua vez, aprofundou os estudos sobre as alternativas agroecológicas ante a homogeneização técnica representada pela revolução verde. Também, nesse caso, a agroecologia foi problematizada com base na construção de novos sujeitos e novas identidades no campo.

Desdobramentos do debate sobre agriculturas alternativas e, principalmente, em torno da agroecologia — em meio à crítica ao modelo conservador e ecologicamente

destrutivo da modernização da agricultura brasileira — tiveram espaço, a partir da década de 2000, com a realização de diferentes estudos de caso, sobretudo nas Regiões Sul e Nordeste do país (Schmitt, 2001; Santos *et al.*, 2014; Paulino; Gomes, 2015). Inicialmente, esses estudos se mantiveram articulados aos debates sobre as novas identidades sociais no campo, mobilizadas por valores como os do ambientalismo e do feminismo na esfera agroecológica (Lima; Jesus, 2017). Dilemas na construção de diferentes leituras ideológicas e enfoques identitários (Almeida, 2003) e a relação entre sindicalismo e ambientalização/ecologização da agricultura familiar (Picolotto, 2012; Picolotto; Brandenburg, 2015) também passaram a ser investigados. A incorporação da problemática ambiental pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Borsatto; Carmo, 2013; Borges, 2010), bem como o surgimento de suportes de políticas públicas para a criação de assentamentos agroecológicos de reforma agrária, veio reposicionar a perspectiva das classes sociais nos estudos sobre a agroecologia (Scopinho, Gonçalves; Melo, 2016; Lopes *et al.*, 2015).

Na esteira da expansão dos complexos agroindustriais no país, vários estudos, a partir dos anos 2000, analisaram a teia de relações que marcaram os interesses e articulações entre propriedade da terra e capital industrial no momento de crescente regulação ambiental da exploração de ecossistemas rurais. Os casos dos impactos socioambientais da agroindústria sucroalcooleira (Assis, 2016; Silva; Verçoza; Bueno; 2013; Silva; Martins, 2010) e da monocultura da soja (Miranda; Gomes, 2013) tornaram-se refe-

---

5 Para as diferenças da noção de agricultura alternativa em diferentes contextos nacionais — particularmente no Brasil, na França e na Alemanha —, ver Brandenburg (2002).

rências incontornáveis para o debate sobre a radicalização da revolução verde e seus impactos no acesso à terra e no ritmo da degradação dos recursos naturais no campo. Na década de 2010, a implementação do novo Código Florestal brasileiro trouxe a público o potencial de articulação e pressão política da chamada elite ruralista do país. A redução dos limites mínimos das áreas de reserva legal e da extensão das áreas de proteção permanente — com impactos decisivos sobre as áreas de mata ciliar —, bem como o modo de institucionalização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), evidenciou de modo incontestável seu impacto disfuncional em relação à terra e sua contribuição para a insegurança alimentar (Sauer; França, 2012).

Além dos temas diretamente ligados à agricultura, a incorporação da questão ambiental no espectro da sociologia rural também deu conta de importantes mudanças institucionais que passaram a influir sobre as relações de propriedade e sobre as formas de uso dos recursos ecossistêmicos no campo. Este é o caso, por exemplo, da emergência das novas institucionalidades dedicadas à gestão participativa (ou governança) dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Com a proliferação das arenas participativas de gestão pública pós-Constituição de 1988 (Avritzer, 2002; Dagnino, 2002), a formação e a dinâmica de diferentes modalidades de conselhos de gestão territorial no campo tornaram-se um importante objeto de investigação. Em particular, os conselhos de desenvolvimento rural sustentável (grande parte dos quais criados em escala municipal) passaram a ser estudados pelas perspectivas do debate sobre políticas públicas (Favareto; Demarco, 2009; Mattei, 2010), das heterogeneidades territoriais e da expressão das mudanças demográficas e de morfologia social dos territórios rurais nessas

arenas (Abramovay, 2001; Marques, 2009) e das assimetrias de poder nelas incorporadas e/ou consolidadas (Martins, 2005; 2009).

Também no contexto das novas institucionalidades socioambientais, o surgimento de diferentes espaços de governança ambiental em territórios rurais demandou esforços renovados de investigação. Conselhos de meio ambiente e comitês e consórcios de bacias hidrográficas, por exemplo, tornaram-se objetos de estudos voltados às disputas de classes e grupos sociais pela primazia no uso de recursos ambientais específicos, com forte preferência pelos conflitos em torno da terra e da água. Esses estudos abrangeram empiricamente as Regiões Sul e Sudeste (Arbarotti, 2018; Martins, 2006, 2007; Gonçalves, 2009; Silva, 2017).

Por fim, ainda no âmbito das novas formas de regulação socioambiental, os estudos sobre agricultura familiar em áreas de proteção ambiental e unidades de conservação estreitaram seus diálogos com a sociologia rural nos últimos 15 anos. Conforme se discutirá a seguir, embora o arcabouço analítico desses estudos no Brasil tenha suporte enraizado nos campos da sociologia ambiental e da ecologia política, a problematização de alguns de seus temas segue uma aproximação crescente com categorias tradicionais dos estudos rurais — entre as quais as noções de campesinato, propriedade e uso social da terra.

## **Do ambiental ao rural**

Da mesma forma que a sociologia rural passou a incorporar, a partir da década de 1980, a temática ambiental a seus esforços de interpretação do mundo rural no Brasil, os esforços de incorporação de perspectivas ambientais às ciências sociais no país, nessa mesma época, representaram outra vertente de aproximação entre essas duas dimensões, na

medida em que muitos dos objetos que passam a ser priorizados nessas investigações (vetores de degradação da natureza, conservação da biodiversidade, conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais) conectam-se diretamente aos espaços e às populações rurais.

Como esses pesquisadores adotaram outro ponto de partida, seus trabalhos introduziram no debate diferentes perspectivas teóricas, conceitos e problemáticas de pesquisa. Esse é um campo também marcado pelo diálogo entre disciplinas acadêmicas, com pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, muitas vezes ligados a programas de pós-graduação interdisciplinares, que passam a liderar as pesquisas sobre temas ambientais<sup>6</sup>.

Por esse motivo, foi difícil restringir o balanço desta seção, que trata da influência dos estudos ambientais sobre os estudos rurais, a uma única disciplina, no caso, a sociologia. Apesar disso, alguns recortes tiveram de ser feitos. Decidiu-se priorizar, entre as abordagens “ambientalizadas”, a perspectiva da ecologia política, em virtude da expressiva quantidade de trabalhos acerca dos espaços rurais brasileiros que inspirou, direta ou indiretamente, bem como em virtude da proximidade crítica que mantém com a melhor tradição da sociologia rural brasileira.

### **Ecologia política: incorporando as desigualdades de poder**

As origens da ecologia política, a partir da década de 1970, estão ligadas, principalmente, a pesquisas realizadas nos espaços rurais<sup>7</sup> dos países e regiões do sul global (Zimmerer;

Basset, 2003; Bryant; Bailey, 2005; Robbins, 2012). Esse fato é significativo, quando se sabe que outras abordagens “ambientalizadas” das ciências sociais, como a sociologia ambiental e a modernização ecológica (com a ênfase sobre a noção de risco), foram construídas majoritariamente com base em situações empíricas comuns aos espaços urbanos/industriais dos países do norte global (Buttel; Taylor, 1992; Fisher; Freudenburg, 2001).

Um dos primeiros usos do termo ecologia política foi feito pelo antropólogo Eric Wolf, em 1972, assumindo o pressuposto de que relações de poder medeiam as relações entre seres humanos e ambiente. Ao colocar o poder no centro das análises, os praticantes da ecologia política recusavam as ecologias apolíticas, focadas em problemas de adaptação ao ambiente, sem considerar as desigualdades estruturais que moldam as relações que os seres humanos estabelecem com a natureza (Biersack, 2006; Robbins, 2012). Em pesquisa realizada em duas vilas camponesas nos alpes italianos, Cole e Wolf (1999) procuraram tratar a dimensão ecológica não apenas em termos da utilização cultural de um ambiente particular (como proposto pela antropologia ecológica), mas interagindo com forças geradas pela economia política mais abrangente. Buscavam, assim, maneiras de descrever processos pelos quais grupos étnicos se formavam e se reproduziam pela sua imersão em “campos de relações de poder” (Cole; Wolf, 1999, p. xvi). Circunstâncias sociais, culturais e políticas, portanto, devem ser consideradas, ao mesmo tempo que é necessário descrever e explicar

6 Entre outros exemplos, é possível destacar o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará.

7 Há, na literatura, inúmeros esforços de produzir uma ecologia política mais diretamente conectada com temas propriamente rurais, seja uma ecologia política do campesinato (Anderson, 1994), seja de formas de agricultura (Jansen, 1998), seja de produtos/*commodities* agrícolas (Miranda, 2011).

as interconexões entre microcosmo e macrocosmo, comunidade e ações estatais.

Esse programa inicial, muito mais do que definir um campo integrado teórica e metodologicamente, informa um conjunto de pressupostos assumidos por pesquisadores de áreas como a geografia, antropologia, estudos sobre desenvolvimento, sociologia, história, entre outras, em sua busca por desvelar os mecanismos e as desigualdades de poder associados às formas de acesso, uso e gestão de recursos e ambientes, em processos contínuos de mudança socioambiental. Bryant e Bailey (2005) ressaltam a premissa comum aos esforços de pesquisa no campo da ecologia política: que os processos de mudança ambiental e as condições ecológicas são o produto do processo político. Ao longo do tempo, como informa Robbins (2012), as análises inspiradas pela ecologia política têm substituído o foco inicial nos processos de degradação ambiental causados pela ação antrópica por uma abordagem que enfatiza os processos de constituição de espaços socioambientais, por meio da interação de diferentes grupos humanos e destes com atores não humanos.

Se os estudos inspirados pela ecologia política priorizaram, inicialmente, a análise das relações entre projetos de desenvolvimento e degradação socioambiental, os pesquisadores vinculados a essa abordagem têm sido críticos também das respostas políticas formuladas por governos nacionais e regionais, movimentos ambientalistas e setores privados voltados à conservação da biodiversidade ou à mitigação dos impactos ambientais das atividades econômicas ao não considerarem os efeitos diferenciais de ações de proteção da natureza ou de regulação ambiental dos comportamentos humanos sobre diferentes grupos sociais.

Robbins (2012, p. 19-20), seguindo Bryant e Bailey (2005), lista três pressupos-

tos principais e interconectados da ecologia política: custos e benefícios associados a processos de mudança ambiental são desigualmente distribuídos; assim, são reforçadas ou reduzidas desigualdades sociais e econômicas, aproximando a ecologia política de abordagens como as da injustiça e do racismo ambiental; o que impacta a distribuição de poder entre os diferentes atores. A literatura inspirada pela ecologia política pode ser organizada em torno do que Robbins (2012) chamou de “cinco narrativas dominantes”: estudos que tratam de processos de degradação ambiental e marginalização de populações diretamente afetadas; pesquisas que analisam criticamente os esforços de conservação e controle do acesso e uso dos recursos e ambientes; investigações sobre a emergência de conflitos ambientais e como expressam desigualdades de classe, de gênero, raciais e étnicas; trabalhos que relacionam temas ambientais e identitários, conectando modos de vida e formas sociais de apropriação da natureza; e pesquisas, mais recentes, que exploram as conexões entre atores políticos e atores não humanos.

A abordagem da ecologia política, ao longo do tempo, tem incorporado conceitos e teorias formuladas em campos de conhecimento afins, como os estudos sobre recursos e propriedade comum, o debate sobre a produção social dos desastres, as relações entre conhecimento e poder, entre outros. Mesmo sendo muitas vezes criticada por enfatizar excessivamente as questões relativas às desigualdades de poder e à ação política dos grupos sociais em detrimento da apreensão das dinâmicas ecológicas (Walker, 2011), a ecologia política tem tido grande influência na ação de movimentos sociais que organizam as populações mais vulneráveis aos processos de degradação ambiental, o que Alier (2007) chamou de “o ecologismo dos pobres”, e na

compreensão de que conflitos ambientais são, fundamentalmente, conflitos distributivos.

### **A ecologia política anglófona produzida sobre o Brasil**

A partir da década de 1980, dezenas de trabalhos são publicados em inglês, sob inspiração da ecologia política, tendo o Brasil, e particularmente a Amazônia, como *locus* de investigação empírica (Bunker, 1985; Hecht, 1985; 1993; Hecht; Cockburn, 2010; Chapman, 1989; Schmink; Wood, 1987; 1992; Moran, 1993; Walker; Moran; Anselin, 2000; Hoelle, 2011). Esses pesquisadores, a maioria vinculada a universidades americanas, vão estabelecer laços com pesquisadores brasileiros, e seus trabalhos influenciarão a produção acadêmica no Brasil.

Stephen Bunker fez a pesquisa que resultou em *Underdevelopment the Amazon* no período em que atuou como professor visitante no NAEA/UFGA, entre 1975 e 1978<sup>8</sup>, após ter investigado programas de desenvolvimento rural implementados em Uganda, na África Oriental e na Guatemala, na América Central. A obra, nas palavras do próprio Bunker (1985, p. 1), abordou as formas pelas quais 350 anos de diferentes economias extrativas na Amazônia enriqueceram as classes dominantes, enquanto empobreceram progressivamente a região como um todo, destacando as incapacidades de o moderno Estado nacional evitar a destruição de comunidades humanas e do ambiente natural.

Em *Underdevelopment the Amazon*, Bunker (1985, p. 142) afirma que os programas de desenvolvimento rural na Amazônia responderam aos interesses da classe dominante em detrimento das populações camponesas, seja das áreas de ocupação mais antiga, seja das áreas de colonização dirigida, contribuíram para reduzir os custos do trabalho das indústrias extrativas e minimizar as tensões geradas pela distribuição desigual da terra em outras regiões do país. Esses programas foram descontínuos e inadequados do ponto de vista dos camponeses, permitiram a exploração desses grupos sociais pelas classes dominantes e não levaram em conta os efeitos destrutivos das ações planejadas sobre a vida dos camponeses e sobre os ecossistemas amazônicos.

Mais do que descrever os processos que levaram ao aumento acelerado do desmatamento da Amazônia na década de 1970, Bunker (1985) elabora uma teoria alternativa ao paradigma da modernização, enfatizando a transferência de recursos e energia das economias extrativistas para as produtivas (baseadas na indústria e agricultura). Esse fluxo aumenta a complexidade e o poder das economias produtivas e empobrece, social e ecologicamente, as extrativistas. Assim, os esforços de desenvolvimento baseados em economias extrativistas produziriam, ao final, subdesenvolvimento e degradação ambiental (Urban, 1986)<sup>9</sup>.

Enquanto Bunker (1985) analisou as economias extrativistas para explicar o sub-

---

8 Nesse período, Bunker estabeleceu relações com Joe Foweraker, Marianne Schmink, Susanna Hecht, Charles Wood e Dennis Mahar, que também realizavam suas pesquisas de campo na Amazônia, em temas próximos ao dele e partindo de premissas partilhadas (Bunker, 1985, p. 10-11).

9 Ao criticar a opção pelo extrativismo como meio para se alcançar o desenvolvimento, a obra de Bunker marca o debate entre defensores e críticos do extrativismo na Amazônia, debate que não se esgotou, ainda que estratégias baseadas em economias extrativistas tenham sido defendidas tanto pelos movimentos ambientalistas quanto por organizações ligadas às populações tradicionais amazônicas, influenciando também pesquisadores que trabalham com essas populações.

desenvolvimento da Amazônia, com impactos negativos sobre populações rurais e florestas, um conjunto maior de trabalhos tomou como objeto de investigação a rápida conversão de florestas em pastagens para a criação de gado (Hecht, 1985; 1993; Hecht; Cockburn, 2010; Schmink; Wood, 1987; 1992; Moran, 1993; Walker; Moran; Anselin, 2000; Hoelle, 2011). Nessa literatura, as políticas de desenvolvimento rural adotadas ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram objeto de investigação e integradas a modelos alternativos de explicação da degradação ambiental, problematizando a abordagem malthusiana da tragédia dos comuns, mas também as explicações fundadas no atraso tecnológico ou as narrativas dependentistas, que associavam desmatamento à produção de *commodities* para o mercado internacional (Hecht, 1985). Moran (1993) recusou, especialmente para o caso da Amazônia brasileira, a associação entre desmatamento e crescimento populacional, tão cara aos modelos malthusianos.

A ecologia política compõe-se, assim, da inserção da questão ambiental na economia política do desenvolvimento amazônico (Hecht, 1985; Schmink; Wood, 1987). O desmatamento torna-se não apenas um tema ambiental, mas um fenômeno relacionado à dominação de classe, ao papel do Estado na promoção da acumulação privada e da ideologia no discurso público das agências ligadas ao planejamento do desenvolvimento. Em suma, processos econômicos e políticos são percebidos como determinantes das formas de exploração de recursos naturais na fronteira amazônica.

No lugar da ênfase sobre o extrativismo como meio de produzir valor com base na exploração da terra e dos recursos naturais, Hecht (1985; 1993) associou o desmatamento à capacidade de certos grupos de fa-

zer dinheiro pelo uso especulativo da terra, cuja propriedade permite também capturar rendas institucionais por meio dos créditos e subsídios vinculados às políticas de desenvolvimento rural na Amazônia. Criar gado era o meio de adquirir grandes propriedades, numa fronteira agrícola aberta, em que subsídios governamentais estimularam a criação de um mercado especulativo de terras. Hecht (1985, p. 680) concluiu que a produtividade da terra se tornara secundária, já que a terra em si era a *commodity*: “Se a produtividade da terra tem pouca importância, precauções no manejo do solo tornam-se irrelevantes e a degradação ambiental é o resultado inevitável” (Hecht, 1985, p. 680).

Com o aprofundamento do debate, a ampla disseminação da pecuária entre pequenos proprietários leva à necessidade de expandir os modelos explicativos. Walker, Moran e Anselin (2000) defenderam que, em áreas com grande migração interna de pequenos produtores, o desmatamento deve-se mais à disponibilidade de mão de obra contratável do que à força de trabalho familiar e ao capital físico que se encontra à disposição dos pequenos pecuaristas. Hoelle (2011) advogou pela ampliação dos modelos analíticos da pecuária na Amazônia, incluindo a disseminação de construções culturais positivas em torno da atividade, a influência das relações socioeconômicas entre diferentes grupos sociais – não apenas de conflito, mas também de cooperação – e as condições econômicas que tornaram a pecuária mais competitiva na região do que atividades agrícolas ou extrativas.

Alguns temas emergiram no contexto do debate sobre a relação entre pecuária e desmatamento na Amazônia, temas estes que depois exerceram grande repercussão nos trabalhos dos anos 2000: a destruição da floresta tropical não seria apenas um pro-

blema para a natureza, mas também para as populações cujos modos de vida estão ligados à floresta e que são pressionadas, por meio de conflitos muitas vezes violentos, a abandonar seus territórios (Hecht, 1993; Schmink; Wood, 1992; Fearnside, 1997); ao mesmo tempo que a organização política dessas populações abriu espaço ao exercício do que Hecht e Cockburn (2010) chamaram de “cidadania insurgente”, a reivindicação de direitos pelos variados grupos marginalizados dos espaços rurais brasileiros passou a estar associada a seu papel na proteção da natureza.

Ainda que, no contexto dos anos 1980, grande atenção tenha sido dada ao tema do desmatamento, a ecologia política inspirou estudos a respeito da sobre-exploração dos recursos pesqueiros na Amazônia. No esforço de apreender os fatores que ameaçavam os estoques pesqueiros amazônicos, Chapman (1989) ressaltou outros temas que também se tornaram centrais ao debate posterior no Brasil: privatização das propriedades comuns; marginalização das populações rurais pobres e aumento da pobreza; e desorganização dos controles comunitários sobre os recursos naturais como efeito das transformações sociais e econômicas em curso.

A literatura anglófona produzida a partir da década de 1980 sobre processos de mudança ambiental no Brasil exerceu forte influência entre pesquisadores brasileiros que deram continuidade à agenda de pesquisa acerca dos efeitos negativos (em termos de degradação ambiental e desorganização dos modos de vida das populações que habitam os espaços rurais) da ação de agências governamentais e do grande capital privado associados a projetos de desenvolvimento e construção de infraestruturas. Os modelos descritivos e explicativos mobilizados nessa literatura, partindo dos pressupostos da eco-

logia política, permitiram não apenas revelar, mas também dar significado a centenas de conflitos relativos ao uso e à apropriação de recursos e ambientes que envolvem populações rurais no país.

### **A ecologia política praticada por pesquisadores brasileiros**

A literatura que direta ou indiretamente se inspira na ecologia política para tratar a questão ambiental no Brasil é diversificada e crescente. Aqui decidimos repertoriar algumas das investigações que, mesmo partindo de preocupações ambientais, tomam o mundo rural como lugar de pesquisa e problematização, aportando novas questões à tradição da sociologia rural brasileira. Como já mencionado, decidimos incluir trabalhos que foram produzidos por pesquisadores de áreas conexas, como a geografia e os estudos sobre desenvolvimento, mas que contribuem com a reflexão sociológica.

Organizamos essa produção em torno de quatro eixos principais:

- as pesquisas que deram continuidade aos esforços de investigação sobre as relações entre expansão da fronteira agrícola, especialmente nos cerrados e na Amazônia, políticas e projetos de desenvolvimento e processos de mudança ambiental, em meio a mudanças fundiárias e esforços de modernização socioeconômica;
- trabalhos que lidaram com a inserção de temas ambientais nos conflitos agrários;
- investigações sobre as formas de apropriação e uso dos recursos naturais, particularmente aqueles relacionados ao tema dos *commons* (os chamados recursos comuns, apropriados coletivamente);
- as pesquisas que refletiram sobre o impacto das políticas ambientais sobre po-

pulações rurais, especialmente a criação de unidades de conservação.

Essa classificação é arbitrária, já que nas situações empíricas esses temas muitas vezes aparecem interconectados. Analiticamente, porém, permite acessar alguns dos principais temas do debate que conecta ambientes e espaços rurais, mesmo sem trazer uma revisão exaustiva da produção acadêmica brasileira sobre essas temáticas.

### **Expansão da fronteira agrícola, desenvolvimento e mudança socioambiental**

Se o desmatamento na Amazônia ao longo das décadas de 1970 e 1980 esteve relacionado à atividade pecuária, a literatura mais recente tem dado ênfase à ocupação de terras florestadas no cerrado e na Amazônia para a produção de *commodities* agrícolas para abastecimento do mercado internacional (Verburg *et al.*, 2014; Miranda, 2011), associadas a programas governamentais de constituição de infraestruturas produtivas, a incentivos fiscais e a políticas macroeconômicas. O avanço do agronegócio nessas regiões tem reforçado o poder político do setor e, mais recentemente, confrontado políticas ambientais e de reconhecimento do direito à terra das populações tradicionais que ocupam os espaços rurais.

Castro (2005) chama a atenção para a necessidade de considerar analiticamente a racionalidade e as motivações de diferentes grupos sociais com base na análise do que chamou de “estratégias socioespaciais” dos “agentes econômicos presentes nas novas áreas de fronteiras”, num contexto de integração entre local e global. Em outro trabalho, Castro (2012) analisa as relações entre “políticas desenvolvimentistas” e “dinâmicas

socioterritoriais” no espaço transnacional da Pan-Amazônia. Assim, segue uma tendência recente de realizar análises que não estejam restritas às fronteiras nacionais, de modo que revelem dinâmicas que operam em escalas internacionais, especialmente fronteiriças, que resultam de políticas econômicas e projetos de infraestrutura empreendidos em diferentes países da América do Sul.

A produção energética na Amazônia também tem sido objeto de estudos. Seja o cultivo de espécies vegetais para produção de biodiesel ou agrocombustíveis (Laschefski, 2010; Nahum; Santos, 2018), seja, principalmente, a análise dos impactos socioambientais da implantação de grandes hidrelétricas na região (Fleury; Almeida, 2013). Assim, as relações entre desenvolvimento, ocupação da fronteira e processos de mudança socioambiental incorporam sistematicamente novos temas, dado que a pauta dos programas desenvolvimentistas é atualizada por novos contextos geopolíticos e econômicos.

Outro exemplo de atualização dos temas de investigação é a crescente produção sobre as relações entre mudança climática, desenvolvimento e populações rurais (Lindoso *et al.*, 2014; Kirsch; Schneider, 2016; Martins; Guivant, 2017). Nesse debate, temas como a vulnerabilidade das populações rurais ao aquecimento global e a ameaça à segurança alimentar têm sido mobilizados.

Outra linha de investigação aborda a relação entre desenvolvimento e mudança socioambiental, com base no que Cunha e Silva (2012) denominaram de estratégias de ecoagroinovação, referindo-se a inovações agronômicas que buscam promover o desenvolvimento rural por meio de insumos da natureza. Os autores empreenderam uma investigação acerca da introdução da algaroba, espécie nativa dos Andes, no semiárido nordestino na década de 1940, em

projetos de reflorestamento e para oferta de forragem aos rebanhos bovinos. Ao empreenderem uma ecologia política da algaroba, revelaram como a mobilização de poderes e saberes impacta o ambiente, num caso em que a algaroba tem sido denunciada como espécie invasora, mas, ao mesmo tempo, é apropriada pelas populações rurais e por processos socioeconômicos regionais (Cunha; Silva, 2012). Em outra pesquisa, também realizada no semiárido nordestino, Cavalcanti (2012) analisou o desenvolvimento do “algodão naturalmente colorido” e a mobilização de populações rurais por pesquisadores da EMBRAPA para seu cultivo, criando redes sociotécnicas com base em esforços de ecoagroinovação.

### **Ambientalização dos conflitos agrários**

No começo da década de 2000, ganha força, no Brasil, a temática dos conflitos ambientais, inspirada pela ecologia política. Duas coletâneas foram muito influentes na sistematização dos diferentes estudos sobre a emergência de conflitos ambientais no país (Acserald, 2004; Zhouri; Laschefski, 2010), incluindo, de um lado, pesquisas que lidaram diretamente com conflitos envolvendo populações rurais e, de outro lado, empresas mineradoras, agronegócio e monocultivos florestais, indústrias intensivas no uso da água, empreendimentos hidrelétricos, carcinicultura, entre outras atividades<sup>10</sup>. Mas é com a publicação do artigo de Leite Lopes (2006), que analisou o processo de ambientalização dos conflitos sociais, ressaltando a emergência da questão ambiental como

nova questão social e pública (fonte de legitimidade e argumentação em diferentes situações de conflito), que se desenvolveram, mais especificamente, análises sobre a ambientalização dos conflitos agrários ou, como definiu Anaya (2014), “conflitos ambientais territoriais”.

Muitos movimentos sociais do campo incorporaram, nas últimas décadas, a questão ambiental à sua pauta de reivindicações. Assim, conflitos fundiários envolvendo a luta pela terra passaram a adotar a retórica ambiental como instrumento de mobilização e visibilidade política. Desse modo, a ambientalização dos conflitos agrários (Fleury; Almeida, 2009; Anaya, 2014; Coelho; Cunha; Wanderley, 2010; Porro *et al.*, 2017) torna-se tanto objeto de investigação acadêmica como de reflexão sobre as estratégias de luta social dos movimentos sociais.

Um aspecto a ser ressaltado é que a ambientalização dos conflitos agrários não ocorre sem contradições, na medida em que conquistas territoriais passam a ser fortemente reguladas por mecanismos de conservação da natureza. Novas atividades são propostas, como o manejo florestal comunitário ou os sistemas agroflorestais (Porro *et al.*, 2017), que moldam as práticas produtivas das populações rurais, geram novos conflitos no interior dos próprios movimentos sociais e criam constrangimentos adicionais às decisões acerca do uso do solo e da exploração de recursos naturais nos territórios demarcados pelo poder público como resultado das conquistas sociais das lutas socioambientais.

Mais recentemente, no contexto de emergência de uma “crise hídrica” em dife-

---

10 A revisão da literatura sobre o tema dos conflitos ambientais realizada por Fleury, Barbosa e Sant’Ana Júnior (2017) é importante ponto de partida para futuras investigações sobre a temática, em que ressaltam a variedade de conflitos: grandes projetos de investimento/infraestrutura; processos judiciais; demarcações de territórios de populações tradicionais; entre outros.

rentes regiões do país, a temática do acesso à água nos espaços rurais tem sido também ressaltada como fonte de conflitos ambientais (Castro; Silva; Cunha, 2017). O papel do Estado na oferta e na regulação do acesso à água em comunidades rurais é uma importante questão emergente, ampliando o debate acerca dos direitos territoriais das populações do campo brasileiro.

### **Populações, territórios, recursos comuns**

Recursos naturais (ou culturais) apropriados coletivamente, os chamados *commons*, são objeto de um campo acadêmico interdisciplinar com tradição de pesquisa. No Brasil, há grande diversidade de trabalhos que refletiram sobre o acesso, o uso e as formas de apropriação de recursos comuns ou coletivos entre populações rurais (Cunha; Nunes, 2008; Sabourin; Caron; Silva, 1999; Mota; Schmitz; Silva Júnior, 2015; Mota; Schmitz; Silva Júnior, 2011; McGrath *et al.*, 1998; Almeida, 2004; 2012). Fundos de pasto, faxinais, recursos pesqueiros, florestas, carnaubais, áreas de reserva legal e de preservação permanente em assentamentos rurais, entre muitos outros exemplos de recursos apropriados coletivamente, são cruciais para a reprodução social de muitas populações do campo brasileiro, consideradas tradicionais ou não.

Nesses trabalhos, alguns temas se destacam: os processos de privatização de recursos comuns; a desorganização dos sistemas tradicionais de manejo em contextos de modernização social e econômica; as lutas sociais para evitar a degradação dos recursos naturais coletivamente apropriados; as incertezas relativas ao manejo de recursos comuns geradas pela ação do Estado; os desafios de produzir legislação sobre direitos territoriais

que considerem as especificidades das formas de acesso e uso dos *commons*; entre outros.

### **Políticas ambientais, agricultura familiar e unidades de conservação**

Um dos princípios mais destacados da ecologia política é que políticas de proteção ambiental não são neutras ou homogêneas em termos dos impactos que produzem sobre diferentes grupos sociais. Muitos grupos sociais que ocupam o espaço rural brasileiro, já marginalizados do acesso às terras mais valorizadas, sofreram forte impacto das políticas ambientais, especialmente aquelas destinadas a criar unidades de conservação, ou seja, territórios destinados à proteção da natureza em ecossistemas ou regiões de grande valor ambiental ou muito ameaçados.

Pesquisas têm demonstrado que unidades de conservação não são criadas em espaços vazios, mas em áreas ocupadas por agricultores familiares e grande diversidade de populações tradicionais, introduzindo conflitos acerca da apropriação do território e seus recursos, bem como territorializações distintas pelos agentes, muitas vezes antagônicas entre si. Um outro aspecto a ser considerado é que a decisão pela criação de unidades de conservação, especialmente restritivas em termos de acesso e uso dos recursos naturais, pode estar associada a grandes empreendimentos capitalistas, operando como forma de ação do poder público para proteger esses empreendimentos das demandas dos movimentos sociais do campo (Coelho; Cunha; Monteiro, 2009).

A iniciativa de criação de uma unidade de conservação pode ser também estratégia de grandes proprietários rurais para evitar a desapropriação de suas terras improdutivas, por meio das reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), que passam a demandar dos

órgãos estatais de proteção ambiental a criminalização das atividades realizadas por populações que vivem no entorno dessas áreas (Cunha; Silva; Nunes, 2008).

Outra linha de investigação tem ressaltado as possíveis contradições entre políticas ambientais e políticas de proteção social ou de desenvolvimento rural. Le Tourneau e Bursztyn (2010), por exemplo, problematizam as consequências ambientais da criação de assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Miranda e Silva (2017) revelam as tensões entre práticas produtivas de agricultores familiares do semiárido (e seus usos tradicionais das áreas de vazante dos reservatórios e cursos d'água) e as determinações restritivas impostas pela legislação ambiental, especialmente o Código Florestal.

### **Considerações finais**

Neste artigo, perseguindo dois fios narrativos — do rural ao ambiental e do ambiental ao rural —, buscou-se demonstrar que, mesmo recente, a produção de pesquisadores brasileiros que atuam na interface entre ruralidades e meio ambiente, especialmente na sociologia, é vasta e diversificada. Mesmo que não se possa falar numa vertente unificada, teórica e analiticamente, é um campo que atrai crescente interesse e energia continuamente novas pesquisas<sup>11</sup>.

O esforço empreendido aqui buscou revelar que, apesar da diversidade de temas, é possível identificar duas grandes questões, à espera de maior sistematização: de um lado, as contribuições já existentes à crítica ambiental da modernização da agricultura brasileira e ao desenvolvimento e, de outro lado,

os desafios enfrentados pelas populações rurais ante a emergência de uma questão ambiental. Depois de quase quatro décadas de esforços contínuos de investigação, é possível oferecer um quadro mais geral das relações entre ruralidades e meio ambiente no Brasil, tarefa para a qual este artigo pode ser uma contribuição inicial.

Do conjunto das contribuições aqui relacionadas, é fundamental reiterar que, desde a última década do século XX, temas centrais da sociologia rural no Brasil foram marcados pela força da questão ambiental. Como bem sugeriu Jollivet (1998), a construção histórica dessa questão demandou uma nova “vocação” à sociologia rural, sobretudo na medida em que constituiu dimensão transversal, perpassando a questão agrária, a propriedade privada da terra, o trabalho rural, os regimes de acumula o na agricultura e as estratégias sociais de uso dos recursos territoriais. Para promover o avanço de tal “voca o”, mostra-se fundamental a abertura da sociologia rural para novos diálogos com debates e caminhos analíticos que marcam a produ o sociológica contemporânea — produ o relacionada, entre outros, com novos marcadores de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade e com o descentramento dos enfoques identitários. Até mesmo porque, como bem enfatiza Wanderley (2009), para os sociólogos, o rural não   somente território, mas também (ou sobretudo) espaço de vida, de rela es, de sociabilidades.

No campo de investiga o em tela, há uma estreita liga o entre experiências de políticas públicas e temas de estudo. Mais precisamente, nota-se a transforma o de políticas públicas ligadas   agricultura

---

11 O grupo de trabalho que trata dessa interface nos eventos da Rede de Estudos Rurais, por exemplo,   o único a ter funcionado em todas os encontros ao longo das duas primeiras décadas do século XX, sempre com grande demanda de trabalhos inscritos.

e/ou ao meio ambiente em temas de investigação. A problematização sociológica desses eventos políticos é pertinente e necessária para a ciência social. Entretanto é fundamental problematizar essas políticas ante um repertório analítico que objetive suas formas sociais de construção e implementação. Ademais, é justamente esse repertório analítico que assegura a autonomia da pesquisa científica, evitando que ela se torne exclusivamente pautada pelo poder público ou pela ação dos governos. Como bem alertou Mills (2009) em seu notável ensaio sobre o artesanato intelectual, é preciso não confundir, no delineamento dos temas de investigação nas ciências sociais, as formulações, demandas e urgências do universo da política com os objetos de estudo, cujo *status* analítico depende de variáveis outras.

Ainda acerca dos limites críticos da literatura, observa-se a necessidade do maior e melhor aprofundamento das fronteiras de compreensão do rural como categoria analítica e como categoria operacional, tal como já proposto por Rémy (1989) em texto que

se tornou referência. Em larga medida, essas fronteiras também se verificam para a categoria meio ambiente. Isto é, como categorias operacionais, o rural e o meio ambiente estão circunscritos às demandas institucionais para classificação do espaço, para os recortes territoriais e para a gestão de políticas públicas. Mas, como categorias analíticas, “rural” e “meio ambiente” assumem diferentes feições e tornam-se independentes até mesmo das estratégias de intervenção pública e dos recortes administrativos, podendo ser problematizados como recursos simbólicos e categorias de pensamento que organizam as práticas sociais (Mormont, 1996a; 1996b; Williams, 2011a; 2011b). Dessa sorte, os estudos produzidos no campo das ciências sociais brasileiras e, particularmente, da sociologia, no escopo do tema ruralidades e meio ambiente, poderiam, em algumas frentes, emancipar-se das pautas mais imediatas das políticas públicas e seus instrumentos, tomando assim o rural e o meio ambiente como efetivos fatos sociais que revelam mudanças e permanências a depender da história social.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ACSERALD, H. **A re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad: Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>

- ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio da FEE**, v. 24, n. 2, p. 499-519, 2003.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- ALPHANDÉRY, P.; BILLAUD, J.-P. Retour sur la sociologie rurale. **Études Rurales**, n. 183, p. 9-22, jan./jun. 2009. <https://doi.org/10.4000/etudesrurales.8895>
- ANAYA, F. C. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4041-4050, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141910.09242014>
- ANDERSON, L. E. **The political ecology of the modern peasant: calculation and Community**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- ARBAROTTI, A. E. **Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- ASSIS, W. F. Justificações midiáticas: as estratégias de ambientalização da produção de etanol através da publicidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 67-86, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC135961V1932016>
- AVRITZER, L. **Democracy and the public space in Latin America**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2002.
- BIERSACK, A. Reimagining political ecology: culture/power/history/nature. In: BIRSACK, A.; GREENBERG, J. B. (orgs.). **Reimagining political ecology**. Durham: Duke University Press, 2006. p. 3-40.
- BILLAUD, J.-P. Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, p. 111-118, jul./dez. 2004. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v10i0.3099>
- BLAIKIE, P. **The political economy of soil erosion in developing countries**. Nova York: Longman Group, 1985.
- BORGES, J. L. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo/Goiânia: Terceira Margem/Editora da PUC Goiás, 2010.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora UFPR, 1999.
- BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 51-64, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2005000100004>
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 11-28, 2002. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22125>
- BRYANT, R. L.; BAILEY, S. **Third world political ecology**. Londres: Routledge, 2005.
- BUNKER, S. G. **Underdevelopment the amazon: extraction, unequal Exchange, and the failure of modern state**. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

- BUTTEL, F. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, v. 14, n. 2, p. 165-181, 2001. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00176>
- BUTTEL, F. H.; LARS, O. E.; GILLESPIE, G. W. **The sociology of agriculture**. Nova York: Greenwood Press, 1991.
- BUTTEL, F. H.; TAYLOR, P. J. Environmental sociology and global environmental change: a critical assessment. **Society & Natural Resources**, v. 5, n. 3, p. 211-230, 1992. <https://doi.org/10.1080/08941929209380788>
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. *In*: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (orgs.). **O Novo Rural Brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 4. p. 61-92.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CARNEIRO, M. J. “Desenvolvimento territorial sustentável”; o retorno ou a morte do camponês? *In*: MARTINS, R. C. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 31-47.
- CARNEIRO, M. J.; DANTON, T. Agricultura e biodiversidade nas Ciências Sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. **Sociologias**, v. 14, n. 30, p. 252-289, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000200009>
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i2.51>
- CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 45-62, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>
- CASTRO, E.; HÉBETTE, J. (orgs.). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 1989.
- CASTRO, E.; SILVA, J. I.; CUNHA, L. H. Os desafios da “cidadania hídrica” na América Latina: conflitos, estado e democracia. **Prim@ Facie**, v. 16, n. 32, p. 1-39, 2017. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2017v16n32.34247>
- CAVALCANTI, J. S. **Globalização trabalho e meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora UFPE, 1999.
- CAVALCANTI, V. M. Conhecimento como produto social: o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba. **Raízes**, v. 32, n. 2, p. 87-107, 2012.
- CHAPMAN, M. D. The political ecology of fisheries depletion in Amazonia. **Environmental Conservation**, v. 16, n. 4, p. 331-337, 1989. <https://doi.org/10.1017/S0376892900009759>
- CLEAVER, H. The contradictions of the Green Revolution. *American Economic Review*, v. 62, n. 1-2, p. 177-186, 1972.
- COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. *In*: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (orgs.). **Unidades de conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.
- COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, canais fluviais e de estradas em Oriximiná. *In*: ZHOURY, A.; LASCHEFSKY, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

- COLE, J. W.; WOLF, E. R. **The hidden frontier: ecology and ethnicity in an Alpine Valley**. Berkeley: University of California Press, 1999.
- CUNHA, E. da. **Os sertões: campanha de Canudos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- CUNHA, L. H.; NUNES, A. B. Proteção da natureza e conflitos ambientais em assentamentos rurais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, n. 1, p. 27-38, 2008. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13422>
- CUNHA, L. H.; SILVA, J. I.; NUNES, A. B. A proteção da natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Raízes**, v. 27, n. 1, p. 80-96, 2008.
- CUNHA, L. H.; SILVA, R. A. G. A trajetória da algaroba no semiárido nordestino: dilemas políticos e científicos. **Raízes**, v. 32, n. 1, p. 72-95, 2012.
- DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-15.
- DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP; Iglu, 2007.
- FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 121-146.
- FEARNSIDE, P. M. Contested frontiers in Amazonia. **Global Environmental Change**, v. 7, n. 1, p. 83-84, 1997.
- FISHER, D. R.; FREUDENBURG, W. R. Ecological modernization and its critics: accessing the past and looking toward the future. **Society & Natural Resources**, v. 14, n. 8, p. 701-709, 2001. <https://doi.org/10.1080/08941920119315>
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A ambientalização dos conflitos sociais no Centro-Oeste brasileiro: desenvolvimento rural, violência simbólica e a conservação da natureza. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 18, n. 4, p. 677-693, 2009.
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141-158, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400009>
- FLEURY, L.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>
- FLEURY, L. C.; BARBOSA, R. S.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 219-252, 2017. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.227>
- GIULIANI, G. M. A profissionalização dos Produtores rurais e a questão ambiental. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 9, p. 102-126, 1997.
- GONÇALVES, J. C. **Controle social de terra e água no interior paulista: um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

- GOODWIN, M. The governance of rural areas: some emerging research issues and agends. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 5-12, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(97\)00043-0](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(97)00043-0)
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Coleção Pesquisa, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GUIVANT, J. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIEIRA, P. F. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo; Florianópolis: Cortez; UFSC, 1995. p. 99-133.
- GUIVANT, J. **O uso de agrotóxico e os problemas de sua legitimação: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro de Imperatriz, SC**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.
- HECHT, S. B. Environment, development and politics: capital accumulation and the livestock sector in Eastern Amazonia. **WorldDevelopment**, v. 13, n. 6, p. 663-684, 1985. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(85\)90114-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(85)90114-7)
- HECHT, S. B. The logic of livestock and deforestation in Amazonia. **BioScience**, v. 43, n. 10, p. 687-695, 1993. <https://doi.org/10.2307/1312340>
- HECHT, S. B.; COCKBURN, A. **The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- HERVIEU, B. **Les champs du futur**. Paris: Bourdin Francois, 1993.
- HERVIEU, B.; PURSEIGLE, F. **Sociologie des mondes agricoles**. Paris: Armand Colin, 2013.
- HOELLE, J. Convergent on cattle: political ecology, social group perceptions, and socioeconomic relationships in Acre, Brazil. **Culture, Agriculture, Food and Environment**, v. 33, n. 2, p. 95-106, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.2153-9561.2011.01053.x>
- JANSEN, K. **Political ecology, mountain agriculture, and knowledge in Honduras**. Amsterdam: Thela Publishers, 1998.
- JEAN, B. Le développement territorial durable: une nouvelle approche de développement rural. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 115-127, 2015. <https://doi.org/10.5380/dma.v33i0.39942>
- JOLLIVET, M. A “vocaç o atual” da sociologia rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 5-25, 1998.
- JOLLIVET, M. Le rural et l’environnement: grille pour des analyses compares. In: JOLLIVET, M. (org.). **Vers un rural posindustriel: rural et environnement dans huit pays européens**. Paris: L’Harmattan, 1997. p. 11-15.
- JOLLIVET, M. **Pour une science sociale   travers champs: paysanne-rie, ruralité capitalisme (France XXe siècle)**. Paris: Arguments, 2001.
- KAGEYAMA, A. *et al.* **O novo padr o agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Brasília: IPEA, 1990.
- KAYSER, B. **La renaissance rurale**. sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Colin, 1990.

- KIRSCH, H. M.; SCHNEIDER, S. Vulnerabilidade social às mudanças climáticas em contextos rurais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, p. 1-15, 2016. <http://dx.doi.org/10.17666/319106/2016>
- LASCHEFSKI, K. Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico? *In*: ZHOURY, A.; LASCHEFSKY, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- LE TOURNEAU, F.-M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2010.
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>
- LIMA, M. M. T.; JESUS, V. B. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. **Scienti e Studia**, v. 15, n. 1, p. 73-96, 2017. <https://doi.org/10.11606/51678-31662017000100005>
- LINDOSO, D. P.; ROCHA, J. D.; DEBORTOLI, N.; PARENTE, I. I.; EIRÓ, F.; BURSZTYN, M.; RODRIGUES-FILHO, S. Integrated assessment of smallholder farming’s vulnerability to drought in the Brazilian Semi-arid: a case study in Ceará. **Climatic Change**, v. 127, n. 1, p. 93-105, 2014. <https://doi.org/10.1007/s10584-014-1116-1>
- LOPES, A. W. P. *et al.* Assentamentos rurais e práticas ecológicas: uma análise em duas modalidades diferenciadas de assentamento. **Cadernos CERU**, v. 26, n. 2, p. 41-55, 2015.
- MAGALHÃES SILVA, S. B. La mobilisation de communautés locales contre la construction d’un barrage et ses effets en termes d’organisation du territoire. *In*: TEISSERENC, P. (org.). **La mobilisation des acteurs dans l’action publique locale au Brésil, en France et en Tunisie**. Paris: L’Harmattan, 2006. p. 73-88.
- MARQUES, P. M. Participação e PRONAF: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. *In*: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 51-120.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995. [https://doi.org/10.1016/0743-0167\(95\)00027-K](https://doi.org/10.1016/0743-0167(95)00027-K)
- MARSDEN, T. *et al.* **Constructing the countryside: an approach to rural development**. Londres: Taylor & Francis, 1995.
- MARTINS, A.; GUIVANT, J. S. Mudanças climáticas marinhas e pescarias mundiais: o silêncio das Ciências Sociais. **Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 1, p. 28-39, 2017. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n1.2017.19862>
- MARTINS, R. C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. **Ruris**, v. 3, n. 1, p. 71-101, 2009.
- MARTINS, R. C. **Impactos socioambientais do processo de modernização agrícola em áreas de reservatório**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.
- MARTINS, R. C. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. *In*: MARTINS, R. C. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 77-95.
- MARTINS, R. C. Política e sociedade na governança territorial: o caso das áreas rurais paulistas. **Raízes**, v. 24, n. 1-2, p. 70-82, 2005.
- MARTINS, R. C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias**, n. 15, p. 288-325, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000100011>

- MARTINS, R. C. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 2, p. 233-267, 2007.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política** (livro III). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATHIEU, N.; JOLLIVET, M. **Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui**. Paris: L'Hamartan, 1989.
- MATTEI, L. **Institucionalidade e protagonismo político: os dez anos do CONDRAF**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2010.
- MCGRATH, D. *et al.* Manejo comunitário de lagos de várzeas e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 1, n. 2, 1998. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v1i2.4>
- MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MIRANDA, R. S. **A ecologia política da soja e processos de territorialização no Sul do Maranhão**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande, 2011.
- MIRANDA, R. S.; GOMES, R. A. Ecologia política da soja: conflitos e (re)estruturação do espaço no Sul do Maranhão. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013. **Anais...** Águas de Lindóia, 2013.
- MIRANDA, R. S.; SILVA, R. B. Uso das áreas de reserva legal e de preservação permanente em assentamentos rurais do semiárido. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 140-163, 2017. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.261>
- MORAN, E. F. Deforestation and land use in the Brazilian Amazon. **Human Ecology**, v. 21, p. 1-21, 1993. <https://doi.org/10.1007/BF00890069>
- MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *In*: MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.
- MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MORMONT, M. Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs. **Economie Rurales**, n. 236, p. 28-36, 1996a.
- MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. *In*: JOLLIVET, M.; EIZNER, N. (orgs.). **L'Europe et ses campagnes**. Paris: Press de Sciences Po, 1996b. p. 161-186.
- MOTA, D.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**, n. 31, p. 123-146, 2011. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2011.0i31.a92>
- MOTA, D.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, A. (Dis)agreements on the use of natural resources within a context of land transformation in Sergipe. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 41-58, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX03V1822015en>
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989.
- MURDOCH, J.; MARSDEN, T. **Reconstituting rurality: class, community and power in the development process**. Londres: UCL Press, 1994.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense. **Revista NERA**, v. 21, n. 42, p. 113-134, 2018.

- PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>
- PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. Sementes da paixão: agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 517-528, jul.-set. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303008>
- PICOLOTTO, E. O sindicalismo na agricultura familiar e a construção da pauta ambiental no Brasil. **Raízes**, v. 5, n. 1, p. 55-71, 2012.
- PICOLOTTO, E.; BRANDENBURG, A. Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 1-18, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC549V1832015>
- PORRO, N. M. *et al.* O povo da roça sem a roça e o manejo florestal comunitário sob a vigilância e controle: políticas públicas de combate ao desmatamento em um PDS na Amazônia. **Raízes**, v. 37, n. 2, p. 55-73, 2017.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Os cangaceiros**: les dandits d'honneur brésiliens. Paris: Julliard, 1968.
- RAY, C. Territory, culture and interpretation – Two case studies of the European Union's Leader I programme. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 79-87, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(97\)00039-9](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(97)00039-9)
- RÉMY, J. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. **Recherches Sociologiques**, Louvain, v. 20, n. 3, p. 265-276, 1989.
- ROBBINS, P. **Political ecology**: a critical introduction. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.
- ROMEIRO, A. R.; ABRANTES, F. J. Meio ambiente e modernização agrícola. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 43, n. 1, p. 3-45, jan.-mar. 1981.
- ROZENDO, C. Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011. **Anais...** Caxambu, 2011.
- RUTTAN, V. The Green Revolution: seven generalizations. **International Development Review**, v. 19, n. 4, p. 16-23, 1977.
- SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, P. C. G. O manejo dos “fundos de pasto” no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. **Raízes**, v. 18, n. 2, p. 90-102, 1999.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. **Dados**, v. 56, n. 1, p. 207-236, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000100009>
- SANTOS, C. F. *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004>
- SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 285-307, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200007>
- SAWYER, D. R. **Peasants and capitalism on an Amazon frontier**. Tese (Doutorado) – Harvard University, Cambridge, 1979.

- SCHERER-WARREN, I. Novos Atores e Práticas Políticas Ambientalistas na Era da Globalização. **Sociedade e Estado**, v. 11, n. 1, p. 139-148, 1996.
- SCHERER-WARREN, I. O Que há de novo nos movimentos sociais no campo. **Temas Rurais**, v. 2, n. 4, p. 41-52, 1989.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Contested frontiers in Amazonia**. Nova York: Columbia University Press, 1992.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. The “political ecology” of Amazonia. In: LITTLE, P.; HOROWITZ, M.; NYERGES, A. (orgs.). **Lands at risk in the Third World: local level perspectives**. Boulder: Westview Press, 1987.
- SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, jan./mar. 2004.
- SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.
- SCOPINHO, R.; GONÇALVES, J. C.; MELO, T. Entre os seres e as coisas do mundo: representações sociais de trabalhadores rurais assentados sobre agroecologia. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 167-188, 2016. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.242>
- SHIVA, V. **The violence of the green revolution: ecological degradation and political conflict in Punjab**. Dehra Dun: Research Foundation for Science and Ecology, 1989.
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional**, v. 9, 1986.
- SILVA, A. C. A. B. **As águas do Rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SILVA, M. A. de M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, v. 12, n. 24, p. 196-241, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000200008>
- SILVA, M. A. de M.; VERÇOZA, L.; BUENO, J. D. A imagem do etanol como “desenvolvimento sustentável” e a nova morfologia do trabalho. **Cadernos CRH**, v. 26, n. 68, p. 253-272, 2013. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v26i68.19505>
- SZMRECSNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.
- URBAN, G. Underdevelopment the amazon. **Journal of Forest History**, v. 30, n. 2, p. 93-94, 1986.
- VALENCIO, N. F. **Grandes projetos hídricos no Nordeste: suas implicações para a agricultura do semi-árido**. Natal: Ed. UFRN, 1995a.
- VALENCIO, N. F. Repercussões sócio-ambientais do advento das biotecnologias na agricultura. **Teoria & Pesquisa**, v. 1, n. 12, p. 2-16, jan/jun. 1995b.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.
- VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. (Série Textos para Discussão, n. 1).

- VERBURG, R. *et al.* The impact of commodity price and conservation policy scenarios on deforestation and agricultural use in a frontier area within the Amazon. **Land Use Policy**, v. 37, p. 14-26, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.10.003>
- WALKER, P. A. Ecologia política: onde está a ecologia? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 83-93, 2011.
- WALKER, R.; MORAN, E.; ANSELIN, L. Deforestation and cattle ranching in the Brazilian Amazon: external capital and household processes. **World Development**, v. 28, n. 4, p. 683-699, 2000.
- WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. de N. B. **Uma singularidade histórica**: o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês. Recife: Editora UFPE, 2018.
- WILLIAMS, R. **El campo y la ciudad**. Buenos Aires: Paidós, 2011a.
- WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. *In*: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011b. p. 89-114.
- WRIGHT, A. **The death of Ramón González**: the modern agricultural dilemma. Austin: University of Texas Press, 2005.
- ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. Approaching political ecology: Society, nature, and scale in human-environment studies. *In*: ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. (orgs.). **Political ecology**: an integrative approach to geography and environment-development studies. Nova York: The Guilford Press, 2003. p. 1-25.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007.

Edson Farias<sup>I,II</sup>

Bruno Gontyjo do Couto<sup>III</sup>

Tiago Rodrigues<sup>IV</sup>

### Introdução

Ao contrário do que propõem alguns intérpretes sobre experiências semelhantes nos Estados Unidos e na Europa Ocidental (Grindstaff; Hall; Lo, 2010), o despertar da Sociologia da Cultura no Brasil não se deu nos rastros das problematizações resultantes da implantação de uma estrutura social pós-industrial, com primazia concedida aos serviços e, nestes, aos ramos do lazer, do entretenimento, do consumo cultural. Até porque entre nós, à contramão de uma concepção etapista e linear de desenvolvimento socioeconômico, os arranjos urbano-industriais e pós-industriais fizeram-se (fazem-se) contemporâneos. Quando muitas narrativas genealógicas das Ciências Sociais no país vislumbram em dois baluartes da interpretação do Brasil, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, figuras intelectuais decisivas ao advento de um padrão cognitivo centrado na ideia de cultura — uma vez que as respectivas obras mais celebradas de um e de outro, *Casa-Grande e Senzala* (Freyre, 1987) e *Raízes do Brasil* (Holanda, 2006), inaugurariam o uso da abordagem culturalista na cognição sobre

a sociedade e a civilização brasileiras —, em última instância, explicitam o contexto socioestrutural, institucional e epistêmico sobre o qual se ergueram os estudos sociais sobre a cultura. Para além dos meios institucionais à organização do registro do saber em que se inscreveram, ambas as obras se anteciparam ao fato de que a cumplicidade estabelecida entre questão nacional, formação do povo-nação e as diferentes fases do capitalismo fecundou os temas das primeiras agendas de pesquisa, estudos e reflexões da Sociologia da Cultura entre nós (Queiroz, 1989, p. 29-46).

Já a entrada em funcionamento das primeiras universidades públicas, na década de 1930, repercute a emergência de uma nova cartografia do saber, enfaticamente laico-científica, no interior da qual o social (enquanto trama de mútuas reciprocidades que condicionam os destinos pessoais) diz respeito à realidade empírica a ser examinada e conceituada pelo conhecimento científico (CANDIDO, 2006a). No escopo dessa cartografia, igualmente, as tantas semânticas da cultura respondem às coordenadas da razão social, cada vez mais consagrada às disciplinas socioantropológicas. O ponto

<sup>I</sup>Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília – Brasília (DF), Brasil. E-mail: nilosed@gmail.com

<sup>II</sup>Programa de Pós-Graduação em Memória: Sociedade e Linguagem, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Salvador (BA), Brasil.

<sup>III</sup>Universidade de Brasília – Brasília (DF), Brasil. E-mail: brunogcouto@gmail.com

<sup>IV</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: tiagosociologia@gmail.com

instaurador da institucionalização/diferenciação epistêmica da Sociologia da Cultura no Brasil deu-se com esse amplo redesenho dos saberes. Os relatos concedem o *status* de figura exemplar a Roger Bastide no esforço de demarcar o espaço da Sociologia da Cultura. Afinal, com ele seria vocalizado o eixo gnosiológico pelo qual se articula a montagem do espaço intelectual-institucional desse ramo sociológico, a saber, o problema em torno dos processos de simbolização — entendidos como efeitos expressivos comunicacionais (as significações) referentes ao funcionamento de sistemas de sinais, mas à luz da correlação entre formas culturais e grupos sociais/sociedades.

Inicialmente, nos *Cahiers Internationaux de Sociologie* em 1948, no artigo *Problemas da sociologia da arte*, Bastide (2006) retoma alguns tópicos desenvolvidos no livro *Arte e Sociedade* (Bastide, 1971). Particularmente, opondo-se às perspectivas vigentes no campo da “sociologia da estética”, ele propõe um deslocamento da ênfase na problematização sociológica: a seu ver, a tônica deveria cair em esquemas analíticos que abordem a arte do prisma “formal ou funcional”. Descartando, assim, o viés “naturalista” cuja premissa é de estar a materialidade artística dotada de um valor em si, concebe a arte na condição de “linguagem e valor”. Identificado ao modelo maussiano do fato social total, Bastide (1971) recusa conceber a arte como uma atividade marginal à sociedade. Desse modo, propõe dividir, mas

tendo-as articuladas, a sociologia estética em uma que se ocupa dos condicionamentos sociais do público pelos gostos e pelos pontos de vista do “criador” e, no anverso, outra que perscruta a atuação do receptor sobre o criador, “impondo-lhe seus gostos e seus desejos” (Bastide, 2006, p. 4). Mais adiante, no mesmo texto, o autor requisita atenção para as mediações e os mediadores situados entre os polos da criação e da recepção. Sem abdicar da defesa de uma perspectiva interdisciplinar, no limite, interessa-lhe circunstanciar a sociologia estética pela tarefa de examinar como, nos contatos socioculturais, os bens artísticos atuam na formação das disposições psíquicas das pessoas e, portanto, estão diretamente vinculados à base de emergência e continuidade dos estilos de vida.

A problematização de Bastide acerca da interligação das formas culturais com as estruturas sociais, sobre a qual se levantou a sociologia da cultura no país<sup>1</sup>, permanece até os dias de hoje, quando essa subdisciplina ostenta grau elevado de institucionalidade. A referência à institucionalização diz respeito ao encadeamento histórico em que esse ramo socioantropológico ratifica sua diferencialidade em relação a outros sistemas sociais de produção de saberes, especialmente no campo do conhecimento, na medida mesma em que ocupa espaço físico e estatutário nas universidades e nos institutos de pesquisa. No andamento deste texto, o empenho de realizar um balanço bibliográfico responde ao objetivo de

---

1 Nos rastros deixados por Bastide (1959), ainda em sua “fase de formação” — na década de 1940 (Garcia, 2001, p. 143-167) —, Florestan Fernandes voltou-se à questão do folclore sob duas perspectivas: em uma, passando em exame como as brincadeiras infantis, que cruzam intercursos geracionais na cidade de São Paulo, deixam ver como tais costumes executam importante função socializadora, mas são postos em xeque pela intensa mudança social em que a cidade se tornava um centro industrial no qual se erguia uma estrutura social “vertical competitiva” capitalista (Fernandes, 2004). Na outra, quando participa do debate epistemológico no país, interroga o lugar do folclore nas Ciências Sociais (Cavalcanti; Vilhena, 1992, p. 101-112; Vilhena, 1997), questionando a tendência de esses estudos priorizarem etnografias das práticas culturais e símbolos em descompasso com os específicos contextos sócio-históricos em que se inscrevem (Fernandes, 1978).

refletir sobre a diferenciação epistêmica da Sociologia da Cultura. Sob esse ponto de vista, aqui importa verificar as convergências (mas também distanciamentos) estabelecidas(os) entre modelos teórico-analíticos, repertórios temáticos, modos de problematização e procedimentos adotados na pesquisa, no estudo e na reflexão sociológica dos fenômenos identificados pela rubrica da cultura, deixando por saldo o reconhecimento de uma especificidade gnosiológica no interior das humanidades no campo acadêmico brasileiro.

Em um primeiro momento, a meta de situar a produção intelectual da Sociologia da Cultura no campo acadêmico brasileiro contemporâneo, em que a manifesta tônica depositada na permanência da questão nacional contracenava com a crescente inflexão do que se tem chamado de “internacionalização” e no qual se concede prioridade ao artigo como gênero literário de divulgação científica, motivou a escolha desse mesmo gênero como foco empírico que sustenta a primeira parte da argumentação aqui desenvolvida. Desse modo, no primeiro item, expõe-se e faz-se a triagem dos dados resultantes do tratamento bibliográfico realizado com o intuito de traçar um descritivo quadro sintético da produção intelectual dessa subárea da Sociologia. No tratamento dessa materialidade discursiva, na seção seguinte, recorre-se ao tratamento de caráter qualitativo (como revisão sistemática e análise de documentos), de forma a complementar ou criar outras possibilidades analíticas a respeito do objeto de conhecimento em questão. O nosso interesse está em examinar os aspectos que sinalizam maneiras e caminhos pelos quais as Ciên-

cias Sociais brasileiras ratificam problemas nevrálgicos já consagrados no imaginário socioantropológico do país; simultaneamente, entreveem a participação desse campo de saber em agendas internacionais de pesquisa. Assim, com o propósito de refletir a respeito do entrecruzamento dessas tendências mais contemporâneas com os eixos constituintes da subdisciplina no Brasil, no item seguinte, o interesse em vasculhar um conjunto de balanços bibliográficos anteriores pretende identificar as linhas de forças divisórias que, a um só tempo, impõem-se como fundos hermenêuticos e arquivos referenciais dos enunciados identificados à rede discursiva da Sociologia da Cultura, as quais chamamos de regionalidades epistêmicas. A título de digressão, então, no final do texto, ocupamo-nos de possíveis encontros e fusões entre essas regionalidades epistêmicas na produção contemporânea da Sociologia da Cultura brasileira.

### **Por um panorama dos anos de 2008 a 2018**

Em um primeiro momento, com a meta de delinear o perfil da subárea de Sociologia da Cultura no país, adotamos por procedimento um exame estritamente institucional. Os resultados dessa aproximação permitiram-nos constatar que, ao lado de outras subdisciplinas, a Sociologia da Cultura registra uma notável expansão dos anos 2000 para cá. De acordo com o nosso levantamento, dos 54 programas de pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais hoje em funcionamento<sup>2</sup>, notamos a presença de professores(as) indicando realizarem pesquisas

---

2 Segundo o *Documento de Área*, elaborado pelo Comitê da Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Brasil, 2016, p. 3), em 14 anos o “número de programas cresceu 86%, passando de 29, em 1998, para 54, em 2016. Em 2016, o quadro da área contabilizava 21 cursos de mestrado, um de doutorado, 30 programas com mestrado e doutorado e dois mestrados profissionais; além de um Programa em Rede para formação de Sociólogos (ProfSocio)”.

voltadas para a “cultura” em praticamente todo o conjunto dessas unidades de ensino e pesquisa. No mesmo mapeamento, ainda que em número menor, identificamos a mesma tendência de crescimento no tocante à existência de linhas de pesquisa dedicadas exclusivamente à Sociologia da Cultura.

De posse desse perfil institucional, mas já em resposta ao propósito de traçar um painel da produção bibliográfica de artigos, no âmbito da Sociologia da Cultura no Brasil, optamos por direcionar os procedimentos de levantamento de dados para o período entre 2008 e 2018. O *corpus* resultou de uma coleta que respondeu ao emprego de 20 termos de buscas de títulos, definidos a partir do panorama preliminar feito a respeito das linhas e das produções acadêmicas vinculadas aos principais programas de pós-graduação, anteriormente apresentados. Os termos foram: “artes”, “teatro”, “cinema”, “música”, “televisão”, “audiovisual”, “livro”, “indústrias criativas”, “indústrias culturais”, “políticas culturais”, “economia da cultura”, “cultura popular”, “culturas populares”, “festas populares”, “patrimônio material”, “patrimônio cultural”, “games”, “moda”, “gastronomia” e

“literatura”. A escolha pelos artigos científicos e por tal intervalo, por um lado, levou em conta a opção feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por priorizar a publicação desse gênero literário no momento de avaliar programas de pós-graduação e seus respectivos professores — fator comentado adiante. Por outro lado, como a referida tônica se deu no início dos anos 2000, decidimos dirigir nosso olhar à segunda metade dessa década, porque concluímos que, com a passagem de tempo transcorrida, a produção bibliográfica já conteria elementos relacionados à nova orientação. Posto esse primeiro critério de periodização, adotamos a premissa de que a construção de um quadro bibliométrico da produção na subárea, dentro do intervalo de 11 anos, seria indispensável para entender a evolução recente desse subcampo da Sociologia no Brasil. Assim, mediante a pesquisa no acervo dos 49 periódicos classificados com *Qualis* A1 e A2 na área de Sociologia pela avaliação da mesma CAPES, referente ao quadriênio 2013–2016<sup>3</sup>, foram feitos o inventário e a análise de mais de 200 artigos publicados entre os anos de 2008 e 2018.

3 São estas as 49 revistas consultadas: 1. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso); 2. *Cadernos de Saúde Pública* (ENSP. Impresso); 3. *Cadernos Metrópole* (PUC-SP); 4. *Cadernos Pagu* (Unicamp. Impresso); 5. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso); 6. *Civitas - Revista de Ciências Sociais* (impresso); 7. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso); 8. *Educação & Sociedade* (impresso); 9. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (impresso); 10. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso); 11. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política* (on-line); 12. *Mana* (UFRJ. Impresso); 13. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (impresso); 14. *Revista de Antropologia - USP*; 15. *Revista Sociologia & Antropologia* (UFRJ); 16. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso); 17. *Sociologias* (UFRGS. Impresso); 18. *Tempo Social* (USP. Impresso); 19. *Cadernos Cedes* (impresso); 20. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso); 21. *Ciências Sociais Unisinos*; 22. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*; 23. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*; 24. *Educação e Realidade*; 25. *Estudos Feministas*; 26. *Novos Estudos CEBRAP* (impresso); 27. *Opinião Pública* (Unicamp. Impresso); 28. *Organizações & Sociedade* (on-line); 29. *Psicologia & Sociedade* (impresso); 30. *Psicologia: Ciência e Profissão*; 31. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso); 32. *Rac. Revista de Administração Contemporânea* (on-line); 33. *Religião e Sociedade*; 34. *Revista Brasileira de Educação* (impresso); 35. *Revista Brasileira de Estudos de População* (impresso); 36. *Revista Brasileira de Política Internacional* (on-line); 37. *Revista Brasileira de Sociologia*; 38. *Revista Ciências Sociais Unisinos*; 39. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (impresso); 40. *Revista de História* (USP); 41. *Revista de Saúde Pública* (USP. Impresso); 42. *Revista Direito GV*; 43. *Revista Estudos Feministas*; 44. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*; 45. *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso); 46. *Sociologia, Problemas e Práticas*; 47. *Trabalho, Educação e Saúde* (on-line); 48. *Trans/Form/Ação* (Unesp. Marília. On-line); e 49. *Vibrant* (Florianópolis).

Vale observar que, em uma primeira etapa do levantamento, abarcaram-se também as revistas do extrato B1, da mesma classificação do *Qualis* CAPES. Com isso, nesse mapeamento, foram listados 120 periódicos, identificando-se algo próximo de 600 artigos. Estando cientes das consequências, entre elas deixar de identificar temáticas, abordagens e mesmo autores(as) emergentes, não obstante tomamos a decisão de concentrar a análise nas revistas dos estratos A1 e A2, por entender que o montante contido nessa amostra mais restrita seria o suficiente para expor e refletir sobre os aspectos dessa produção intelectual com duração e repercussão de maior abrangência.

Para a coleta de dados, as buscas foram realizadas no próprio *site* de cada uma das revistas por meio da inserção combinada dos 20 termos de pesquisa anteriormente elencados, de modo que o sistema de busca incorporasse o maior número de publicações potencialmente vinculadas ao campo da Sociologia da Cultura. O processo foi feito duas vezes em todos os *sites* utilizando as opções de pesquisa em resumos e termos indexados no campo “escopo de busca”. Além disso, foi utilizada a opção que restringe a busca para um intervalo de tempo específico (no caso, de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2018). Feitas as buscas, os pesquisadores também realizaram uma triagem manual para avaliar a pertinência temática dos textos encontrados. Ao todo, foram selecionados 221 artigos para a análise bibliométrica.

Na primeira etapa, essa amostra de textos foi lida e examinada pelos próprios pesquisadores, que avaliaram e registraram os seguintes aspectos com apoio do *software* Excel: periódico em que foi publicado; ano de publicação; autor(a) e coautor(a); filiação institucional deles(as); principal tema do artigo; objeto de estudo; método adotado; téc-

nicas utilizadas. Por meio desses dados, foi possível mapear uma porção bem representativa da produção textual, no que se refere a artigo, do campo da Sociologia da Cultura no Brasil, bem como identificar as principais tendências no intervalo de 11 anos.

Na segunda etapa, a amostra de textos foi submetida a um *software* de análise textual e léxica, o *TextSTAT*, que quantificou o número de vezes que determinado(a) autor(a) foi mencionado(a) ou citado(a) ao longo de todo o conjunto de artigos. As menções são contabilizadas todas as vezes que o nome de um(a) autor(a) aparece em qualquer parte do texto. Já a contagem de citações só leva em conta quantos artigos citaram determinado(a) autor(a), independentemente do número de vezes em que ele(a) foi citado(a) por um mesmo artigo.

No conjunto das 49 revistas analisadas, algumas se destacaram das demais por apresentarem um índice bem mais elevado de publicações na área da Sociologia da Cultura. As cinco revistas com maior número de artigos publicados — *Tempo Social* (Universidade de São Paulo — USP), *Sociologia & Antropologia* (Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ), *Sociedade & Estado* (Universidade de Brasília — UnB), *Revista de Antropologia* (USP) e *Caderno CRH* (Universidade Federal da Bahia — UFBA) — foram responsáveis por 50% da amostra total (Gráfico 1).

No que diz respeito à quantidade de artigos publicados na área ao longo dos 11 anos, pode-se observar uma tendência de crescimento relativamente estável. Foi publicada uma média de 20 artigos, a cada ano (Gráfico 2).

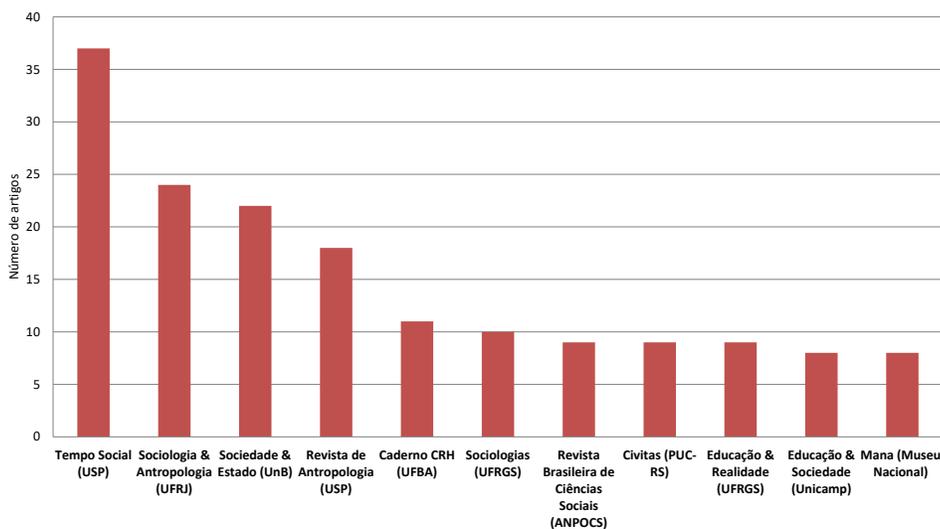
Como observado no caso das revistas, a filiação institucional dos(as) autores(as) também revela uma tendência de concentração razoável, com grande número de artigos as-

sinados por professores(as) das universidades dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em torno de 40% dos artigos são de autores(as) da USP, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), da UFRJ, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contudo, por mais que exista a tendência de concentração, nota-se uma tendência de ampliação e maior pluralidade na composição desse painel. Nesse sentido, chama atenção o fato de que universidades em outras regiões do país

(tais como a UnB, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS e a UFBA) têm se destacado no campo da Sociologia da Cultura. Além disso, trata-se de um campo que vem se difundindo, registrando presença em universidades como Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), entre outras (Tabela 1).

Por outro lado, a Sociologia da Cultura brasileira apresenta alto índice de participação internacional: 27,5% dos artigos foram

**Gráfico 1 – Revistas (*Qualis* A1 e A2 para a área de Sociologia) que mais publicaram sobre Sociologia da Cultura brasileira (2008–2018).**



USP: Universidade de São Paulo; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UnB: Universidade de Brasília; UFBA: Universidade Federal da Bahia; UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Unicamp: Universidade Estadual de Campinas.

assinados por autores vinculados a instituições estrangeiras. Boa parte deles, por volta de um terço, está em universidades portuguesas. Outro terço está vinculado a universidades dos Estados Unidos, da Argentina e do México. O restante está em diferentes países, tais como Inglaterra, Espanha, França, Ucrânia, Colômbia etc.

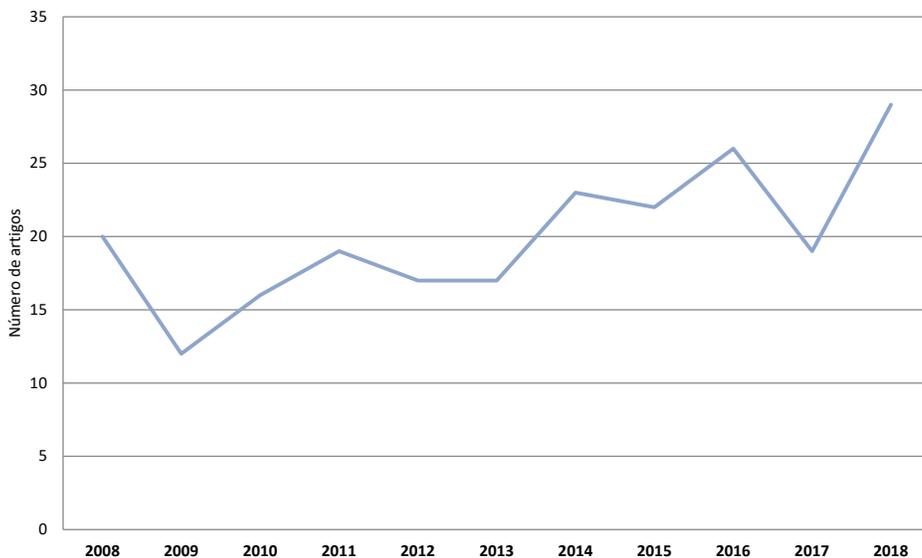
No que diz respeito à autoria dos artigos, a área apresenta uma distribuição acentuada, com poucos(as) autores(as) tendo publicado mais de dois artigos, dentro da amostra selecionada. A principal autora é a professora Heloísa Pontes (Unicamp), com cinco artigos. Além dela, destacam-se Eliska Altmann (UFRJ), Guilherme Gomes Júnior (PUC-SP), Roberto Grun (UFSCar) e Rodrigo Dias da Silva (UFFS), com três artigos publicados cada. É importante destacar que a técnica de mapeamento bibliométrico utilizada não dá conta de

todo o universo de publicações na área de Sociologia da Cultura no Brasil, ao longo do período aqui abordado. Trata-se de uma amostra específica (não probabilística) que permite fazer inferências sobre o desenvolvimento da área, mas que não representa a sua totalidade (nem permite a medição de um intervalo de confiança). Nesse sentido, é possível que autores(as) que publicaram um ou mais artigos de Sociologia da Cultura nas revistas selecionadas não tenham sido detectados(as) no mapeamento. O principal motivo para tal é que a lista de palavras-chave utilizada não esgota todas as possibilidades de termos presentes nos indexadores (Gráfico 3).

Um segundo grupo de autores(as) destaca-se por assinar mais de um artigo (Gráfico 4).

Entre os(as) autores(as) vinculados(as) a instituições estrangeiras, quatro destacaram-

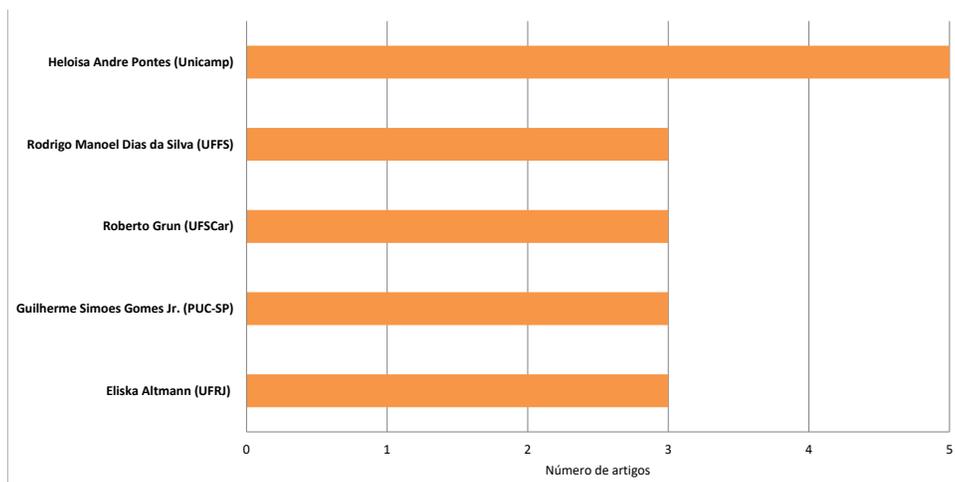
**Gráfico 2 – Número de artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados, por ano, nas revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia).**



**Tabela 1 – Instituições com maior número de artigos na área da Sociologia da Cultura brasileira em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**

Instituição	Quantidade de artigos
USP – Universidade de São Paulo	26
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas	18
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	18
UFF – Universidade Federal Fluminense	9
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo	8
UnB – Universidade de Brasília	7
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	6
UFBA – Universidade Federal da Bahia	6
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	5
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos	4
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	4
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	3
UFC – Universidade Federal do Ceará	3
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	3
UFMA – Universidade Federal do Maranhão	3
UFFS – Universidade Federal da Fronteira do Sul	3

**Gráfico 3 – Autores(as) com maior número de artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**



Unicamp: Universidade Estadual de Campinas; UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul; UFSCar: Universidade Federal de São Carlos; PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

-se também por terem publicado mais de um artigo na amostra selecionada (Tabela 2).

Com relação aos referenciais mais mencionados pelo conjunto dos artigos, a análise retornou com os principais nomes da Sociologia internacional e nacional, como esperado. As menções foram calculadas de acordo com o total de vezes que um nome se repetiu (Gráfico 5).

No que se refere aos(as) autores(as) mais citados(as), a análise mensurou apenas em

quantos artigos determinado(a) autor(a) brasileiro(a) foi citado(a), independentemente do número de vezes em que ele(a) aparece no mesmo artigo. Dessa forma, procurou-se mapear o alcance de cada autor(a) enquanto referência do total de autores da amostra. Assim, do ponto de vista dessa amostra, as principais referências no campo da Sociologia da Cultura no Brasil, entre 2008 e 2018, foram Sergio Miceli, Heloísa Pontes, Rober-

**Gráfico 4 – Autores(as) com dois artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira em revistas de *Qualis* A1 e A2 (2008–2018).**



**Tabela 2 – Autores(as) estrangeiros(as) com dois artigos (com filiação).**

Autores(as)	Filiação
Alejandro Blanco	Universidad Nacional de Quilmes
Gustavo Blasquez	Universidad Nacional de Córdoba
Paula Guerra	Universidade do Porto
Ricardo Campos	Universidade Nova de Lisboa

to Schwarz, Renato Ortiz e Maria Arminda Arruda<sup>4</sup> (Gráfico 6).

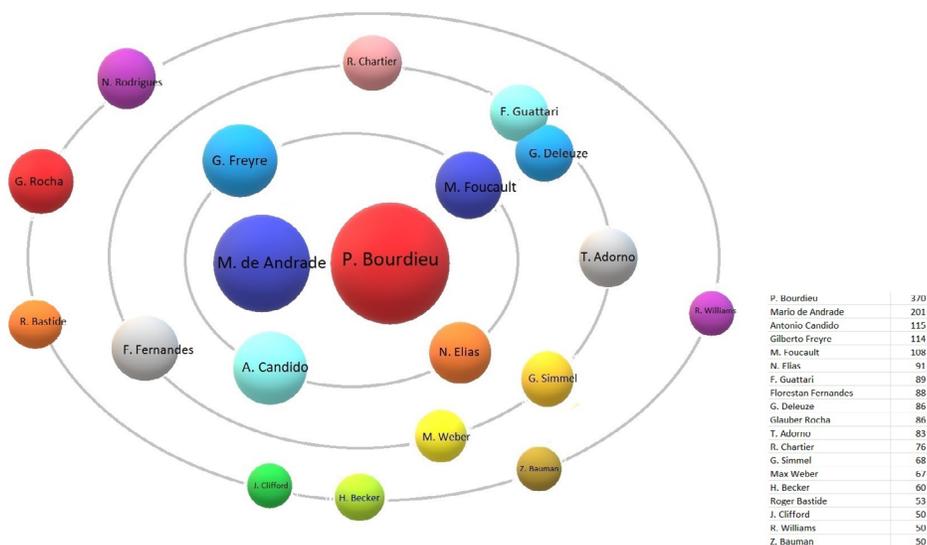
Para a análise dos temas mais presentes nas publicações selecionadas, por meio da leitura e do registro feito no banco de dados, foram realizadas sucessivas categorizações com o intuito de encontrar os principais eixos temáticos do total de artigos. Todo o trabalho de categorização foi feito pelos próprios pesquisadores, sem uso de *software*. As temáticas mais presentes na amostra foram (Gráfico 7):

- representações nas artes, o que abarca toda discussão a respeito de representa-

ções sociais e formas de discurso presentes, seja nas obras, seja no pensamento e nas ações dos agentes;

- políticas culturais;
- profissão artística;
- circulação da cultura;
- consumo cultural;
- representações nas artes (na literatura);
- práticas culturais;
- produção intelectual nas Ciências Sociais;
- políticas para o patrimônio;
- representações nas artes (no cinema);
- mediadores culturais;

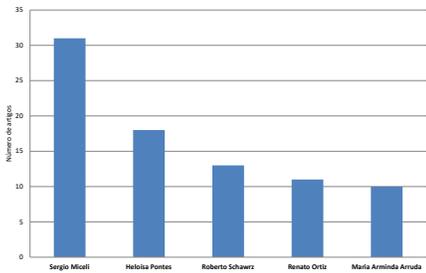
**Gráfico 5 – Referenciais mais mencionados pelo conjunto dos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**



4 Quando se tem por referência uma plataforma de dados como Google Acadêmico, chama a atenção o fato de que parte dos(as) autores(as) brasileiros(as) mais citados(as) não está entre os(as) autores(as) que mais produziram artigos na área de acordo com a amostra selecionada (com exceção de Heloísa Pontes e Sérgio Miceli). Existem duas razões possíveis para isso: o(a) autor(a) publicou mais de um artigo nas revistas selecionadas, mas a nossa lista de palavras-chave não contemplou os termos utilizados por ele(a); o(a) autor(a) não publicou mais de um artigo nas revistas em questão durante o período selecionado.

- agentes culturais;
- campo cultural;
- cinema;
- mídia e política;
- profissão artística (foco na trajetória artística);
- produção cultural;
- intelectuais e política;

**Gráfico 6 – Autores(as) brasileiros(as) mais citados(as) nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**

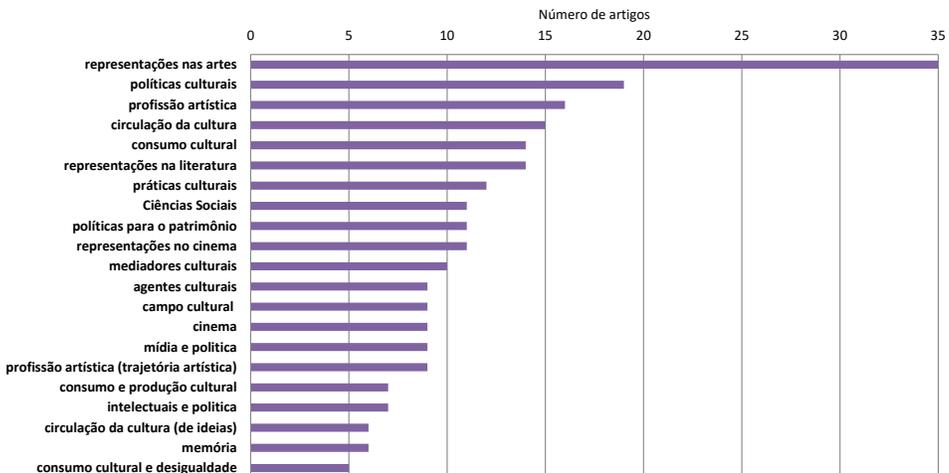


- circulação da cultura, mas com foco restrito ao problema da circulação de ideias;
- memória;
- relações entre consumo cultural e formas de desigualdade.

O mesmo processo foi feito para o mapeamento dos objetos de pesquisa mais presentes na amostra de artigos. Assim, com amplo domínio de conteúdos relativos aos contextos empíricos brasileiros, os principais objetos analisados pelos artigos são (Gráfico 8):

- cinema;
- literatura;
- meios de comunicação de massa (como um todo);
- música;
- artes visuais;
- cultura popular;
- políticas públicas;
- teatro;
- intelectuais;
- política;

**Gráfico 7 – Temáticas mais abordadas pelos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**



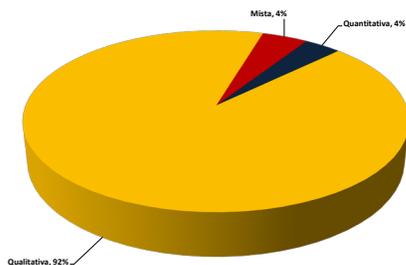
- imagem;
- televisão;
- revitalização urbana;
- mercado editorial;
- consumo;
- movimentos culturais;
- Sociologia (enquanto campo intelectual);
- turismo cultural.

Finalmente, a análise procurou identificar os principais tipos de método de pesquisa empregados pelos(as) autores(as) da área de Sociologia da Cultura e as técnicas utilizadas. O senso comum de que se trata de um campo tradicionalmente focado em pesquisa qualitativa confirma-se: 92% dos trabalhos empregaram métodos de pesquisa qualitativos, enquanto somente 4% adotaram métodos quantitativos e 4% adotaram uma combinação dos dois tipos (Gráfico 9).

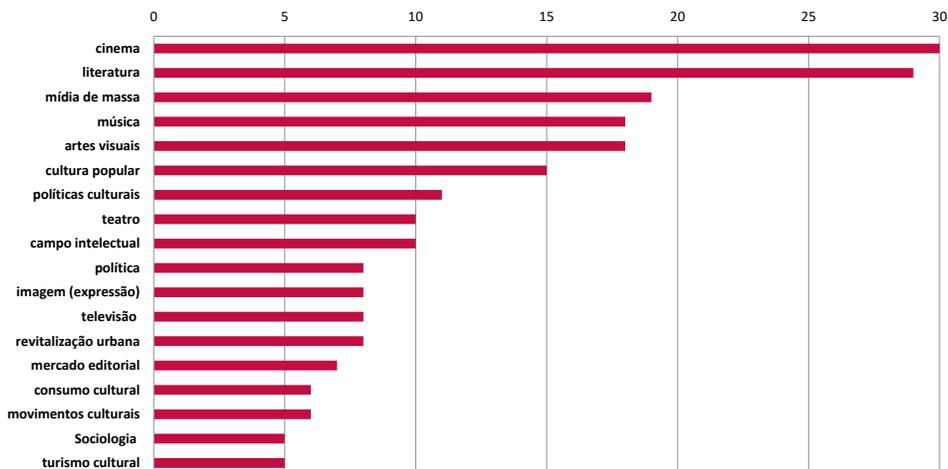
Os principais métodos empregados pelos trabalhos são:

- análise de discursos e representações sociais, seja nas obras, seja no pensamento e na ação dos agentes;
- reconstrução de determinado processo histórico-social;
- mapeamento de um espaço social específico;

**Gráfico 9 – Tipologia de métodos de pesquisa empregados nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**



**Gráfico 8 – Objetos de estudo mais frequentes dos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**



- análise de trajetórias biográficas ou análise das obras de um determinado artista.

Além desses métodos, também foram empregados: reflexão teórica; observação de contexto etnográfico; observação de usos e práticas; mapeamento de sistemas simbólicos; observação de “cena” social; avaliação de políticas públicas; e análise de dados estatísticos (Gráfico 10).

Com relação às respectivas técnicas aplicadas, as mais encontradas foram:

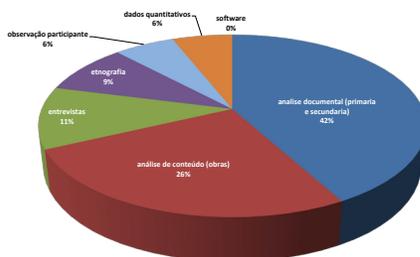
- análise documental de literatura e fontes primária e secundária;
- análise de conteúdo no âmbito de obras específicas, como filmes e livros;
- entrevistas;
- etnografia.

Outras técnicas utilizadas foram: uso de dados quantitativos, observação participante, balanço bibliográfico e *softwares* (Gráfico 11).

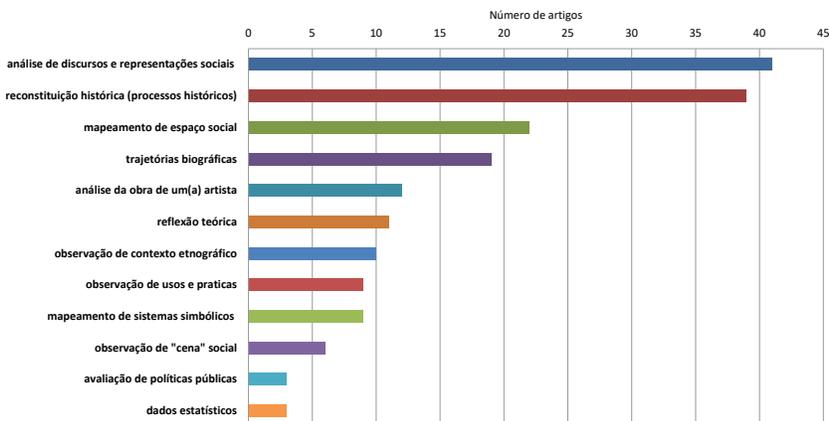
Como já antecipado, optamos pelos artigos publicados em periódicos científicos

como *corpus* empírico deste levantamento porque, desde o início da década de 2000, esse gênero textual é priorizado na avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação pela CAPES. Segundo o grupo que na época estava à frente do comitê da área de Sociologia nessa agência de fomento (Adorno; Ramalho, 2018), para a adoção dessa diretriz de mensuração (e, com

**Gráfico 11 – Técnicas aplicadas nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**



**Gráfico 10 – Especificação dos métodos de pesquisa empregados nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.**



ela, o critério de estratificação dos periódicos pelo escalonamento *Qualis*, tendo em conta o estágio na organização do trabalho intelectual definido pela maior especialização/profissionalização), pesou a decisão de “sofisticar e apurar os mecanismos de avaliação e de criar padrões de qualidade, de modo a deixar mais transparentes hierarquias de mérito e atribuição de recursos financeiros” (Adorno; Ramalho, 2018, p. 30). Já adotado por outras áreas científicas, especialmente aquelas agrupadas como “exatas”, esse padrão avaliativo vem a reboque tanto da consolidação das revistas como mídia por excelência na divulgação dos resultados de pesquisas, quanto da unificação dos diferentes mercados acadêmico-científicos em escala mundial, ora denominada “internacionalização” (Scalon; Miskolci, 2018, p. 123-135). A inserção do regime quantitativo das métricas é a contrapartida da centralidade conferida à publicação de artigos e veio no compasso das pressões à integração da produção sociológica brasileira às normas que prevalecem nas bases de dados internacionais<sup>5</sup>. Alguns dos inconvenientes referidos ao emprego dessas bases têm sido levantados para avaliar uma produção intelectual elaborada em distintos idiomas; particularmente, aponta-se à possibilidade de diluição dos diferentes “sotaques” nacionais do idioma sociológico, quando inseridos em um espaço concorrencial linguístico em que predominantemente se remunera o capital científico das publicações em inglês (Ortiz, 2015, p. 37-73). Ao mesmo tempo, a internacionalização suscinta revi-

sões nos marcos institucionais e cognitivos de uma produção intelectual com forte apelo nacional, como a brasileira.

Considerando o argumento de que o problema em torno da correlação entre os processos de simbolização e formas culturais e grupos sociais/sociedades se constitui no núcleo epistêmico da maneira como a Sociologia da Cultura se institucionalizou no Brasil, no item a seguir, recuperamos o conjunto de balanços bibliográficos voltados à produção da Sociologia da Cultura no Brasil. O propósito é observar melhor os contornos do que chamamos de regionalidades epistêmicas, mas levando em conta a tendência de deslocar o ponto de vista da nação em favor de relações, processos e estruturas sociais consideradas a partir do transnacional e do internacional, em um momento no qual os sentidos de cultura extrapolam fronteiras institucionais e ontológicas até então consagradas.

### **O traçado de um percurso de regionalidades epistêmicas**

Sempre bem-vindos, os balanços bibliográficos proporcionam uma cartografia de determinada área de conhecimento. Com isso, tornam possível captar tendências ou transformações no que se refere às suas problematizações, consideradas à luz dos leques temáticos e das agendas de pesquisa executadas, mas igualmente das estratégias de abordagens acionadas à contrapartida dos imaginários teóricos e das ferramentas analíticas adotadas. Neste item, ir ao encontro de

---

5 As bases de dados são: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Sociological Abstracts, Business Source Complete (EBSCO), International Bibliography of the Social Science, Institut d'Information Scientifique et Technique, Current Contents/Social & Behavioral Sciences, Social Science Citation Index (SSCI), Anthropological Index, Linguistics and Behavior Abstracts, Social Planning/ Policy & Development Abstracts, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), LatinAmerican Periodical Tables of Contents (LAPTOC), MLA International Bibliography.

outros balanços bibliográficos cumpre o propósito de identificar o que antes aludimos como regionalidades epistêmicas da Sociologia da Cultura no Brasil<sup>6</sup>. Vale observar que, a princípio, debruçar ante tais regionalidades ajuda na identificação e no entendimento das divisões com as quais se organizam o conjunto bibliográfico da subdisciplina.

Ao falarmos dessas divisões epistêmicas da Sociologia da Cultura, em linhas bem gerais, fazemos menção a padrões de discursividade notabilizados enquanto modo de cognição acerca de um tema/problema que, na medida mesma em que operam em acentuado grau de recursividade, logo se situam em um patamar institucional elevado, definem posições de objetos e sujeitos do conhecimento legítimo, agregando também razoável número de recursos humanos, materiais e normativos. Correspondem a fundos hermenêuticos<sup>7</sup> e arquivos referenciais<sup>8</sup> dos

enunciados identificados à rede discursiva da Sociologia da Cultura. Transsubstanciações acadêmico-intelectuais da multiplicação de semânticas que cercam o significado da noção de cultura, em meio às redefinições resultantes de lutas e coalisões nos territórios acadêmico-científicos, mas que decantam enfrentamentos e convergências em outros espaços sociais, tais divisões não devem ser extremadas, porque são visíveis mútuas porosidades entre textos e agências que, a princípio, estão inscritos em uma particular localização. A decantação do conjunto de textos abordados permitiu-nos identificar três entre essas possíveis regionalidades. Elas foram aqui nomeadas mediante a tônica que circunstancia cada uma delas enquanto especificidade epistêmica e, logo, distingue-as entre si. Identificamo-las nas três seguintes categorias: sociologia da vida intelectual, sociologia da cultura popular de massa e sociologia dos

6 Adoção da ideia de regionalidades diz respeito ao fato de entendermos o espaço como moldura, ou seja, a localização referida à presença física situada enquanto volume e extensão, mas levando em conta estar o local definido como uma posição cujo valor advém da relação estabelecida com outras posições afins (Bourdieu, 1998a, p. 160). A relacionalidade envolve, no valor mesmo atribuído à posição, a oposicionalidade no que se refere a distâncias relativas às hierarquias. E, nessas últimas, a posse ou não de propriedades reconhecidas como recursos (aptos para afirmar uma diferença) determina a graduação dessa mesma posição em um sistema. Os lugares, portanto, disputam entre si o acesso a tais recursos de diferenciação. No caso, tratam-se dos recursos que são sintetizados na formação do capital científico com o qual se remuneram práticas no campo das Ciências Sociais. Por outro lado, aqui a correlação entre regionalidade e trabalho intelectual acompanha seletivamente a concepção de Foucault (1979, p. 70-71) acerca do “intelectual regional”: trata-se de entender o exercício intelectual não o identificando à voz de verdades universais transcendentais às contingências, e sim situá-lo na condição de prática discursiva atravessada por legados (culturais, epistemológicos, mesmo morais e afetivos) e injunções conjunturais que definem a sua parcialidade atuante, seja nas agendas de temas e problemas abordados, seja nos modos de aproximação dos contextos de pesquisa, do recorte dos objetos de conhecimento e nas escolhas teórico-metodológicas.

7 Tomamos esse conceito de empréstimo a *Verdade e Método*, quando Hans-Georg Gadamer (1998) anota a característica dúbia dos universos hermenêuticos: “O modo como vivenciamos uns aos outros, como vivenciamos as tradições históricas, as ocorrências naturais de nossa existência e do nosso mundo, é isso que forma um universo verdadeiramente hermenêutico, no qual estamos encerrados como entre barreiras intransponíveis, mas para o qual estamos abertos” (Gadamer, 1998, p. 35).

8 Na observação de um sistema de enunciabilidade de específico discurso, segundo Michel Foucault (2000, p. 189), o interesse pelo arquivo diz respeito ao exame do que diferencia um discurso na sua múltipla existência, especificando-o na sua duração própria. Tratando-se o arquivo de um *a priori* histórico, o discurso é concebido mediante a concatenação da sua autossuficiência com a riqueza indefinida das circunstâncias. Logo, ao falar de formações discursivas, Foucault (2000) pretende enfatizar: a formação das escolhas estratégicas; a formação das posições subjetivas e a formação dos conceitos.

marcadores sociais de diferença. Como efeito da consulta aos balanços a seguir comentados, porque eles são somente as contemplam, aproximar-nos-emos das duas primeiras, que parecem estar mais bem sedimentadas no sistema universitário brasileiro<sup>9</sup>.

De 1999 em diante, com a publicação dos três volumes de *O Que Ler na Ciência Social Brasileira* (o volume 2, organizado por Sérgio Miceli), tem-se consolidado o saudável hábito de conferir regularidade aos balanços focalizando a produção bibliográfica da Sociologia da Cultura feita no Brasil. No referido volume, em seus respectivos capítulos, o próprio Sérgio Miceli (1999) e Lúcia Lippi Oliveira (1999) antecipam um eixo marcante da produção na subdisciplina ao abordarem o problema dos intelectuais no país. Já na edição de 2002, mas no volume IV da mesma série, a inflexão de partida proposta por Ruben Oliven (2002) em torno do tão recursivo dueto entre identidade e cultura brasileiras, mas do ângulo das ressignificações promovidas pela indústria cultural, provoca Maria Arminda do Nascimento Arruda (2002), Leopoldo Waizbort (2002), Fernando Novais (2002) e Élide Rugai Bastos (2002) a refletir sobre a formação da Sociologia brasileira à luz

da problematização da produção simbólica no país, justamente quando envolve a intervenção de intelectuais na questão nacional.

Com a publicação de *Formação da Literatura Brasileira*, em 1959, já sob a lente do método da literatura comparada, do rastreamento da implantação, da montagem e da integração à sociedade de um “sistema expressivo” no Brasil, capitaneado pelo ramo literário, a seu ver consolidado no fim do século XIX, Antônio Candido (1997) expõe o exame das intervenções artísticas e intelectuais iniciada pelos arcades. Estes, a seu ver, atentos às regras do classicismo, inseriram as belas letras já feitas na jovem América portuguesa, ainda que de modo esparso, no “organismo” da civilização ocidental, assim acionando um traço estrutural desse sistema em sua continuidade histórica: a conjunção entre localismo e cosmopolitismo. Traço de formação este que, para o autor, veio no caudal “interessado” de um fazer literário comprometido com a ilustração dos leitores mediante a sedimentação de uma “cultura válida”. Nesse sentido, à maneira de outras literaturas latino-americanas (Candido, 1989, p. 140-162), a brasileira teria desde sempre se definido como engajada à questão nacional,

---

9 Nesse ensaio, deixa-se de comentar a produção da sociologia da arte — particularmente, as plásticas e as visuais — que, no país, mas em sintonia com o que acontece em escala internacional, desenvolve-se em paralelo ao trajeto dos estudos e das pesquisas sociológicas da cultura. É importante salientar, contudo, o fato de a matriz bastiadiana repercutir também sobre aquele ramo sociológico e, com isso, colocar-se ênfase no posicionamento em tramas socioinstitucionais do fazer artístico e do artista, além do valor atribuído a ambos e à recepção desses bens. À maneira do que se deu com a teoria e a crítica literárias, houve maior concentração de interesse no legado modernista à formação desse campo artístico e à relação do estilo/linguagem com a questão nacional (Pinheiro Filho, 2004, p. 209-230). Porém, da década de 2000 em diante, têm sido examinadas experiências de estilos distintos e mesmo situadas em outras partes do país. Bem ilustrativas a respeito são as pesquisas de Glaucia Villas Bôas (2009, p. 11-16) sobre o grupo concretista e neoconcretista no Rio de Janeiro, considerando as intervenções do crítico de arte Mario Pedrosa e o fomento de propostas em que os limites do estético foram estendidos, abarcando no escopo do artístico obras e pessoas identificadas como “loucas” e afins. E, ainda, a correlação estabelecida por Ana Paula Simioni (2010) entre produção artística, gênero e feminismo. Também é exemplar o olhar lançado sobre a montagem do campo artístico em Fortaleza por Kadma Marques (2007, p. 30-52). Uma visão mais ampla do estado atual do campo das artes plásticas no Brasil, situando-o no mapa da globalidade, é oferecida por Maria Lúcia Bueno (2010, p. 27-47).

isto é, à contramão das características exibidas nos países da “velha cultura”. Ora, se a proposição de Candido cumpriu estratégico papel na elucidação dos movimentos e das propriedades decisivas ao delineamento da esfera cultural no país, ao mesmo tempo inscreve nessa mesma marcha dos caminhos da simbolização referida ao advento de nichos especializados na produção de bens simbólicos, como espaços de criação respaldados no regime individualizado de assinatura autoral, o problema do intelectual tanto na ordem colonial quanto em uma sociedade de capitalismo dependente (Arruda, 2004).

Desse modo, ainda Antônio Candido (1984) investiga como, mais tarde, nas tentativas protagonizadas por intelectuais de radicalizar insumos a serem potencializados em um projeto nacional modernizador, ganhou maior visibilidade o esforço de desnudar aquilo que a partir de 1920 chamou-se de a “realidade brasileira”. O amadurecimento e a canalização do ímpeto teriam se dado à medida que os “estudos brasileiros” foram se sedimentando entre as décadas de 1930 e 40. O aporte transdisciplinar e interdisciplinar desses estudos, de acordo com o autor, revela o quanto o tema da nação se tornara paradigmático. O recurso aos métodos históricos, sociológicos, antropológicos e outros estava subordinado ao imperativo de dar voz à nação. No embalo da emergência no país de uma indústria e de um mercado editoriais, precipitada ainda nos anos de 1910 com o aparecimento da Casa Garnier no Rio de Janeiro, coletâneas foram editadas: *Brasiliana*, editada por Fernando Azevedo pela Companhia Editora Nacional; *Coleção Azul*, editada pela editora Schmidt; *Problemas Políticos Contemporâneos e Documentos Brasileiros*, dirigidos, respectivamente, por Gilberto Freyre e Octávio Tarquínio de Souza, publicados pela editora José Olym-

pio, e Biblioteca de Divulgação Científica, sob a direção de Arthur Ramos na *Civilização Brasileira*. Nessas coleções, conclui Candido, o que estava em pauta era potencializar a “consciência nacional”. Diante desse propósito, alguns temas e problemáticas detiveram maior relevo: a reinterpretação do passado nacional, a questão racial envolvendo o negro e a obstinação em esclarecer os fatos políticos daquela conjuntura.

A chave teórica proposta por Antônio Candido, centrada na cumplicidade do trabalho intelectual com a questão nacional, deixa uma fortuna analítica com repercussões múltiplas e profícuas, seja na teoria literária, seja nas Ciências Sociais, particularmente na Sociologia ocupada com a cultura, mas quando focaliza a posição dos intelectuais na sociedade nacional. Coube a Roberto Schwarz o protagonismo de investir no esquema herdado de Candido. Referindo-se ao ensaio “Dialética da malandragem” (Candido, 1970, p. 67-89), ele identifica nessa “dialética” a depuração do olhar sobre um “princípio generalizado que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (sejam ou não documentários), dando-lhes inteligibilidade” (Schwarz, 1987, p. 133). Ainda no intervalo entre os anos 1970 e 90 do último século, ele (Schwarz, 2000a; 2000b) voltou às formulações do seu mestre para equacionar como a obra literária machadiana retoma e dá acabamento à forma romanesca no Brasil, entrosando de maneira original exatamente a confluência do localismo com o cosmopolitismo.

Para os interesses deste texto, importa observar que, por sua vez, em dois diferentes artigos publicados na década de 2000, nos quais se impõe a tarefa de também fazer balanços bibliográficos, sem descuidar do problema da forma, mas o orientando na direção das gramáticas e dos estilos no que toca o

exercício de produção do conhecimento nas Ciências Sociais, a já citada Maria Armanda Arruda conduz o debate sobre intelectuais e o problema nacional para o terreno teórico e analítico das linguagens. Ciente do prestígio adquirido pela história da vida intelectual nos estudos sociais brasileiros, perfazendo um “multifacetado elenco”, com significativa visibilidade na última passagem de século, em *A trajetória da pesquisa na sociologia*, a autora nota o diferencial representado pelo retorno a abordagens consagradas (autor e/ou geração de autores e/ou, ainda, em um conjunto de textos) pelo viés exatamente de problematizações comprometidas com a “construção das linguagens, destacando as experiências sociais inteiramente envolvidas com a produção das obras de cultura” (Arruda, 1994 p. 101). À percepção quanto à institucionalização da subdisciplina no âmbito acadêmico brasileiro, ela introduz a reflexão em torno da especificidade epistêmica da Sociologia da Cultura. A seu ver, porque a interdisciplinaridade se impõe imprescindível às pesquisas e às reflexões acerca dos objetos culturais, escudada em Roger Bastide (1971), conclui sobre o fato de que, nesse ramo sociológico, a finalidade do conhecimento está para além da própria Sociologia. Ao mesmo tempo, porém, enxerga que tal tendência interdisciplinar predominante na Sociologia da Cultura se beneficiou dos desdobramentos do campo sociológico, sobretudo com a implantação do sistema de pós-graduação (ARRUDA, 2005). Isso em razão de que, neste último, se verifica ampla diferenciação resultante da convivência simultânea entre os modelos teórico-analíticos com pretensões mais abrangentes (praxiologia, em Bourdieu, 1989; a perspectiva figuracional eliasiana, por exemplo), e as inflexões orientadas para abordagens pontuais com ênfases em uma visão fragmentária da

realidade histórico-social (à maneira do emprego do discurso teórico pós-estruturalista). Por outro lado, desde os “clássicos” do pensamento brasileiro, esse espaço intelectual-acadêmico permaneceu provocado pelo desenrolar dos processos sociais a responder sobre o que singulariza a experiência nacional no contexto transcivilizatório da modernidade. Informada por essa tensa dualidade, Arruda (1994) cartografa diacronicamente o discurso da sociologia da cultura e rastreia um vetor caracterizado pela modulação entre “texto e contexto”. Uma vez mais, Antônio Candido (2006b) irrompe protagonista, na medida em que propõe — em *Literatura e Sociedade* — a identificação do contexto como elemento inerente constituinte da estrutura artística do romance.

No mesmo andamento, Arruda sublinha a investida inovadora de Gabriel Cohn (1973). Muito embora não contemple a vida intelectual, ela ressalta o tirocínio de Cohn (1973) em depositar ênfase analítica na mensagem para alcançar a dimensão mais nevrálgica do sistema ideológico, tratando-se do debate sobre a industrialização do simbólico, mediante o emprego para fins analíticos do conceito adorniano de “indústria cultural” (COHN, 1973, p. 13). Vale lembrar que o autor equaciona a proposta de sua tese de doutoramento na USP — *Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia* — pela fundamentação de uma

estratégia de análise sociológica das relações entre sistemas simbólicos e sistemas sociais, aplicável a uma modalidade historicamente específica da sua manifestação: qual seja, a sociedade contemporânea altamente complexa e industrializada, em que a produção e o consumo em grande escala se estendem até a sua dimensão cultural (ROCHA, 2011, p. 455-456).

O enunciado do problema não ratificaria, portanto, a tendência que vazou certa visada sociológica, para a qual a cultura seria mero reflexo ou um entrave tanto ao avanço da modernização da sociedade quanto ao do conhecimento sobre as relações sociais. Mesmo que avesso à concepção estruturalista sobre a autonomia das sintaxes, em função da tônica depositada pelo autor nas teias significacionais, Cohn (1973) teria ido à contramão do privilégio concedido até aquele momento aos fatores ditos de ordem socioeconômica em relação ao plano das simbolizações.

Os remanejamentos que deixaram por rastros a circunscrição epistemológica mais apropriada à Sociologia da Cultura, entende Maria Arminda Arruda (1994), compuseram um quadro de obras já respaldado na antecedência da forma/linguagem na abordagem de objetos de conhecimento envolvendo círculos cultural-artísticos e bens simbólicos. Desse modo, mantendo-se na mesma senda na qual se persegue a história social da vida intelectual, agora sob as coordenadas de uma sociologia dos autores, ela entende que, fruto da tese de Doutorado defendida em 1978 sob orientação de Pierre Bourdieu, o livro *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)*, assinado pelo mesmo Sérgio Miceli (2001) e editado em 1979, traduziria de modo sintético a antecedência do plano expressivo, das linguagens — sem, no entanto, isolá-lo, mas procedendo seu mútuo engendramento a outros planos intrínsecos à experiência dos círculos autorais estudados. Na montagem do esquema analítico do livro, em lugar do recurso à sociologia do conhecimento de base manheimiana, optou-se “por uma reflexão que contextualiza os intelectuais a partir das suas inserções sociais particulares, recorrendo os conflitos, as disputas, as relações, as trajetórias, os problemas internos e externos ao seu

mundo, mas que são a seiva produtora das ideias” (Arruda, 1994, p. 105).

Sem ir amiúde ao todo do comentário de Arruda (1994) sobre a obra de Miceli, como também das demais abordadas ao longo do seu artigo, nota-se a sua aplicação em acentuar o diferencial próprio ao registro cultural das experiências sócio-humanas, já que o conjunto de textos por ela focalizado evidenciaria a primazia dos planos diversos das linguagens na sua característica autoexpressiva. Conclui: coerente ao seu objeto de conhecimento, também o aporte das linguagens compreende o núcleo de um campo de conhecimento — a própria Sociologia da Cultura — em estágio de adensamento em razão da ampliação quantitativa e qualitativa dos trabalhos intelectuais que o iam compondo naquele momento.

A reiterada visita à vida intelectual brasileira pelas gerações distintas, que compõem linhagens no espaço das humanidades no país, é tomada por Maria Arminda Arruda (2004) como espécie de sintoma no artigo “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. Continuidade do texto anteriormente comentado, outra vez a inspiração em Antônio Candido vem manifesta na atenção, seja na centralidade gozada pelo tema da formação no pensamento social brasileiro, seja no imbricamento do ensaísmo com uma tradição intelectual definida pelas iniciativas dispostas a sintonizar a pesquisa/reflexão sobre os problemas nacionais ao esforço de cosmopolizar os seus esquemas de pensamento. Vê-se que, uma vez mais, a problematização faz-se em torno das correspondências do plano dos estilos e das linguagens com aqueles dos conteúdos relativos aos mundos sociais:

Tendo em vista que o ensaio é um estilo comprometido de reflexão, o exercício do

ensaísmo crítico estabelece uma relação unívoca entre forma e conteúdo, reforçando, exatamente por isso, a ideia de que a usual recorrência à formação é inerente à adequada compreensão da história brasileira, produzindo um efeito de naturalização da atividade intelectual, espécie de lógica inata que obscurece “operações sociais de nomeação” (Arruda, 2004, p. 109).

Apoiada nas análises sobre a primeira geração de intelectuais modernistas presentes a alguns dos livros do já citado Sérgio Miceli (2001; 2003), e considerando as celeumas decorridas da publicação dessas obras, com o emprego da noção de “operações sociais de nomeação” (Bourdieu, 1998b, p. 81-83), Arruda (2004) faz um desvio em relação ao artigo anterior. Ou seja, agora Candido faz parte do objeto de conhecimento. Interessa à socióloga desvelar, na persistência daquilo que Candido formula como o “sentido de formação”, um operador prático de práticas (Bourdieu, 1989, p. 59-74), próprio nesse mesmo espaço social das letras e das humanidades no país. No contraverso desse *habitus*, interessa-lhe igualmente examinar o modo como uma fala ascende na hierarquia da assonância. Nesse sentido, em um primeiro momento, a autora ratifica a proposição de Otilia Arantes e Paulo Arantes (1997) de que a constante retomada desse mesmo tópico assinalaria a normalização de sanções normativas com impactos no fomento da identidade do intelectual nas condições da periferia do capitalismo, porque preencheria um vazio de seriação de ideias e continuidade geracional com o empenho de se atualizar, bebendo nas fontes dos centros mais prósperos da cultura letrada, mas a serviço da aposta no deslinde das questões locais. A construção de uma cultura ilustrada far-se-ia legítima na medida mesma da execução aprimorada da função

dos intelectuais na totalidade da sociedade nacional. A originalidade argumentativa de Arruda (2004) aparece ao concluir que, identificados pelo denodo e perícia com que se dedicariam às ideias, inscritos em círculos de interação e experiência, esses autores advoariam o gozo da autoridade como vozes aptas a denominar/classificar termo a termo da realidade nacional. A operação sociológica que procura realizar, então, tem por objeto o que permanece oblíquo no transfundo hermenêutico da prerrogativa da formação, defendida por Candido e seus seguidores próximos — a saber, as disputas pelo poder de nomeação internas aos processos de simbolização no país, ao contracenarem com as condições e as posições de classe social. Sob tal de ponto de vista, a autora persegue os rastros deixados pelo crítico literário, a um só tempo, com a finalidade tanto de expor o funcionamento lógico das suas categorias no andamento da análise das passagens entre as gerações de modernistas, quanto de objetivar os efeitos legislativos de nomeação/classificação gerados nesse funcionamento, que atestam e afirmam sua autoridade como a principal voz crítica modernista da cultura ilustrada brasileira no último século. Desse modo, a análise transita da “ruptura” decorrente da primeira geração dos anos vinte à “rotinização” desse carisma modernizador promovida por aquele círculo geracional emerso na década de 1930. Ao nomeá-los como “intérpretes do Brasil” — Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior —, em um só ato, Antônio Candido tê-los-ia inserido na tradição modernista e posto no silêncio invisibilizante todo um elenco de autores empenhados em elucidar as questões nacionais. A justificativa para os três pensadores calca-se no compromisso deles com a modernização da sociedade, evidenciado na adequação dos

seus propósitos cognitivos aos recursos formais oferecidos pela modernidade cultural à época. O reconhecimento como três baluartes do pensamento brasileiro responderia ao fato de terem, a partir da década de 1930, maximizado a interseção de cosmopolitismo e localismo, inalienável do problema da construção nacional, mas de posse de uma nova linguagem — o estilo ensaístico.

Depreendem-se das análises de Maria Arminda, nos dois artigos, subsídios para uma reflexão sobre a regionalidade epistêmica da sociologia da vida intelectual, concentrada no problema em torno do entretido de planos constituintes das experiências próprias à produção erudita no país. A obra de Antônio Candido, mais precisamente na interação estrutural estabelecida entre cosmopolitismo e localismo — traduzida, do ponto de vista metodológico, na elucidação do contexto histórico-social como parte da forma estilística artístico-intelectual —, abriga a matriz dessa regionalidade. Deixa pistas ao entendimento da posição de centralidade ocupada pela literatura e seu elenco de autores(as) nas pesquisas e nas reflexões sociológicas sobre a cultura no país.

Um pouco mais tarde, em 2006, no artigo “Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da Cultura”, de João Marcelo Maia (2006), a reposição do acento nessa regionalidade traz como novidade a percepção aos efeitos da chamada “virada linguística” nas Ciências Sociais, abordando as alternativas encontradas pelos intérpretes de uma área como a Sociologia da Cultura, em que a matéria-prima dos estudos, análises e reflexões são, já anotados por Maria Arminda Aruda, os processos e os modos de significação. Para Maia (2006), o desafio, a um só tempo epistemológico e no plano dos métodos, estaria em evitar a armadilha de conceber um real sócio-histórico substancial, para isso en-

tendendo construtivamente a linguagem e o simbólico como dimensões inalienáveis desse mesmo real, sem imergir na redução textualista. Se o pano de fundo é a intervenção do pragmatismo wittgensteiniano do significado como prática e dos atos elocucionais de Searle, a argumentação desenvolvida pelo autor respalda-se, de um lado, na versão hermenêutica vinculada ao interpretativismo de Geertz, para o qual o exercício antropológico equivale à situação interativa entre duas tramas de significados e a comunicação estabelecida está, assim, gerando novas significações; e, de outro lado, na inspiração foucaultiana na tomada de posição de Jeffrey Alexander, afirmando a natureza discursiva das Ciências Sociais. Os dois referentes permitem que Maia (2006) realize uma genealogia das saídas encontradas à disjunção entre as dimensões textuais e os contextos nos quais se inscrevem. A análise do autor, então, cruza a tradição marxista — vasculhando a concepção de arte como negatividade e as mediações — à engenhosa sincronia entre conteúdo social e forma romanesca em Lukács. Contudo, estende o olhar ao estruturalismo genético de Lucien Goldmann até o advento dos estudos culturais ingleses, centrado nas contribuições à Sociologia da Cultura na obra de Raymond Williams. De posse desse arranjo, ele passa em revista a produção sociológica brasileira tendo por objeto de conhecimento a escritura e a participação de intelectuais em distintos mundos sociais. Ainda de acordo com a mesma coordenada referente à análise dos agenciamentos discursivos intelectuais da perspectiva do cruzamento de fundos hermenêuticos com contextos pragmáticos de enunciação, o mesmo autor retoma a correlação sobre pensamento social e intelectuais no artigo “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisas”, de 2009. No texto, sob inspiração do imaginário pós-colonial, o autor atravessa

o século XX indo até a primeira década do atual, com o objetivo de perscrutar o ensaísmo nacional cujo leito define a formação discursiva do pensamento social brasileiro. Anima a cruzada a busca por elementos potencializadores de interpelações teórico-analíticas que, sem renunciar à sua determinação geocultural e geopolítica, avance no debate e na elucidação de “dilemas modernos globais a partir de um ponto de vista distinto daquele formulado no mundo europeu e anglo-saxão” (Maia, 2009, p. 62).

Sem investir nas possibilidades acerca do entretimento do pensamento social a agendas de pesquisa formada em torno de temas globais, tal como sugerido por Maia, já na década de 2010, outras iniciativas de balanço deixaram por saldo uma razoável totalização da Sociologia da Cultura entre nós, com ênfase no mesmo viés da experiência social relativa ao mútuo envolvimento entre intelectuais e produção simbólica na vida sociocultural do país.

Com “Instauración y desarrollo de la sociología de la cultura en Brasil”, de 2017, Ângela Alonso e Fernando Antônio Pinheiro Filho introduzem um sintético traçado do percurso dessa subárea, mas nos rastros do protocolo de pesquisa sobre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, proposto por Sérgio Miceli<sup>10</sup> na última década de 1980. A argumentação sobre a autonomia da Sociologia da Cultura desenrola-se estabelecendo um nexos histórico e institucional entre a especialização das Ciências Sociais e os diferentes estágios da história social e cultural brasileira ao longo

do século XX. Desse modo, propõem os autores, o esteio teórico-analítico durkheimiano das representações coletivas, que chegou ao Brasil com integrantes franceses (Paul Arbousse-Bastide, Lévi-Strauss e Roger Bastide) da missão de cientistas estrangeiros recrutados como professores na fundação da USP, sedimentou uma base intelectual e institucional mais tarde potencializada já sob os auspícios da modelagem bourdieusiana. No trajeto, em um primeiro momento, com forte influência do pensamento social ocupado da formação do Estado-nação e da identidade nacional, enfatizando as dinâmicas de miscigenação étnico-raciais e civilizatórias, teria prevalecido a ancoragem antropológica que concebe a cultura como a totalidade autorreferida de um modo de vida. A contraposição a esse primado, afirmam, deu-se com a já comentada ingerência de Roger Bastide, por se concentrar nas propriedades e no funcionamento de uma esfera cultural especializada, composta de produtores, bens, intermediários, instituições e círculos de receptores. Nos rastros da lente proposta, deram-se abordagens de novos objetos: “Barroco mineiro, la poesía negra, el candomblé y, principalmente, al desplazar el énfasis de la modernización capitalista hacia las articulaciones de esos temas con los presupuestos simbólicos más generales de la organización de la cultura y hacia el análisis del lenguaje” (Alonso; Pinheiro Filho, 2017, p. 263).

Para ambos, paralelamente, o legado culturalista no olhar de Gilberto Freyre fez-se sentir na adoção de uma alternativa interpre-

---

10 No instante em que concebe o trabalho intelectual como uma ação social, o protocolo de pesquisa tem por objeto a evolução intelectual e institucional das Ciências Sociais no Brasil, entre as décadas de 1930 e 60. Em termos analíticos e interpretativos, no andamento em que se acompanha sua institucionalização, à prioridade posta nos elementos morfológicos importa a menor ou maior intervenção de outras ações sociais no âmbito próprio à atividade intelectual das Ciências Sociais, com vista a inferir o grau de autonomia desse mesmo espaço social do saber (Miceli, 1989, p. 72-110).

tativa à desagregação da sociedade protagonizada pelo patriarcado rural e escravagista, representada no estilo de pensamento “proustiano” imanente à “sociologia da vida cotidiana”<sup>11</sup> que desenvolveu o autor pernambucano:

En concomitancia con lo que la historia de los Annalles en Francia llevaba a cabo, Freyre inventó en Brasil una sociología de lo cotidiano, transformando en objeto de investigación lo inusitado y aparentemente irrelevante — como anuncios de zapatos y anotaciones en abanicos — y combinando elementos de cultura erudita y popular, analizando tanto la moda menor popular como los retratos artísticos, los rituales religiosos y gastronómicos, la vestimenta del esclavo y la alta costura (Alonso; Pinheiro Filho, 2017, p. 264).

Segundo Alonso e Pinheiro Filho (2017), o trajeto da Sociologia da Cultura no país, iniciado na década de 1930 e marcado pelo chamado “ciclo de formação”, estancou-se com o golpe militar em 1964, interrompendo a institucionalidade democrática no país. A atmosfera instaurada com o advento do Estado de exceção teria conspirado a favor de uma Sociologia da Cultura inteiramente comprometida com política, para a qual a fidelidade à ótica marxista significou priorizar as questões da organização da cultura e o intelectual de esquerda como produtor de ideias<sup>12</sup>. Eles observam que, um pou-

co adiante, mas ainda no período ditatorial, com a montagem do sistema de pós-graduação no qual as Ciências Sociais asseguraram o *status* de disciplinas acadêmico-científicas, a consolidação de uma sociedade industrial de massas, em que repercute a lógica da indústria cultural, deu fôlego a uma Sociologia da Cultura na interface com a da comunicação. Se os efeitos da democratização, a partir da segunda metade da década de 1980, deixaram por saldo um distanciamento entre a agenda da Sociologia da Cultura e as urgências políticas, ao lado da ampliação e dispersão temática, além do reforço dos critérios relacionados à profissionalização calcados nas excelência e produtividade científicas, os autores chamam atenção para o protagonismo exercido pelo conjunto de contribuições de Pierre Bourdieu à pesquisa e à reflexão sobre o registro cultural das relações sociais.

Os autores destacam, nesse sentido, a centralidade exercida por Sérgio Miceli e o grupo de docentes e estudantes que se reúnem em torno dele na USP na divulgação e no emprego analítico do esquema contido nas obras do autor francês. Mais importante, porém, parece-nos a canalização do instrumental bourdieusiano ao cercamento de uma agenda de pesquisa sociológica sobre vida intelectual em que o modernismo ocupa posição definitiva. Retomando a assertiva de Maria Arminda Arruda sobre as afinidades eletivas entre modernismo e Sociologia

11 Mais adiante retomaremos essa denominação, mas extrapolando a referência à obra freyriana.

12 A vertente temática e de análise articulando cultura e política, aberta por Marcelo Ridenti (2001, p. 13-19), permite uma reorganização conceitual da história intelectual recente no país, no instante em que situa o problema em torno dos intelectuais de esquerda no Brasil na onda neorromântica que atravessa a civilização ocidental, por volta da década de 1960 — atmosfera na qual são fomentadas intervenções de posturas informadas por um imaginário utópico-revolucionário com tônica antissistêmica no que concerne ao capitalismo, alargando-se da literatura à música popular e ao cinema. O argumento do autor não perde de vista a reversão de expectativa instaurada com o advento do estado de exceção ditatorial, em 1964; mudança que conduz ao “período pragmatista”, caracterizado pela profissionalização de artistas, literatos e acadêmicos no contexto de mercados de bens simbólicos já em estágios avançados de consolidação.

da Cultura, antes focalizada, Alonso e Pinheiro Filho (2017, p. 271) ressaltam:

Más que un tema entre otros, el modernismo constituye un capítulo central en la sociología de la cultura, casi una especialidad, por su peso específico en la dinámica cultural y por emerger casi simultáneamente a la propia consolidación de la sociología científica, estimulando así prácticas de reflexión en donde las dos experiencias están articuladas [...]. En ese sentido, durante el periodo se da una transición de la agenda de la modernización, que vinculaba la cultura con los procesos socioeconómicos del desarrollo nacional, hacia la del modernismo, que enfoca la dinámica interna al campo de la cultura.

Dmitri Cerboncini (2017), em “Sociologia da cultura: uma interpretação”, por sua vez, acolhe o mesmo ângulo teórico da institucionalização/especialização para interpretar a formação desse subcampo do conhecimento sociológico. Embora contemple uma periodização da evolução da área próxima à traçada por Alonso e Pinheiro Filho, o autor avança para além de onde aqueles param, ou seja, detém-se sobre o panorama da atual Sociologia da Cultura no Brasil, considerando a diversidade de temas e modos de abordagens. Ciente da dificuldade de precisar a definição da cultura e como essa indecibilidade se reverbera em perspectivas mais generalistas ou voltadas às especificidades desse objeto fugidio, Cerboncini (2017) dispõe a historicidade dessa institucionalização em uma moldura analítica em que se impõe estruturante a polaridade estabelecida entre aquelas abordagens orientadas por recortes mais delimitados dos objetos de conhecimento — em termos do alcance do contexto de pesquisa restrito aos encadeamentos interativos entrosando produtores, bens simbólicos, instâncias de mediação e

consumidores culturais — e as que desenham contornos objetivos mais fluidos e porosos em coerência a problematizações cujo alcance interliga planos micro e macrosociológicos. A potencialidade da moldura é maximizada no instante em que o autor confronta o que entende serem os dois paradigmas com primazia na fase de acentuada institucionalização da Sociologia da Cultura no país. De um lado, Sérgio Miceli e o já comentado grupo uspianno por ele capitaneado em torno de temas relativos à vida intelectual; de outro lado, o somatório das contribuições de Renato Ortiz. A seleção de ambos decorre do prestígio resultante do montante de obras publicadas (livros, artigos científicos, organização de livros e capítulos), teses de doutorado defendidas e da repercussão dos nomes nas citações em trabalhos acadêmicos. O primeiro, de acordo com Cerboncini (2017), seria o representante da vertente voltada aos meandros intrínsecos do âmbito cultural, maximizando as ferramentas teórico-analíticas (obtidas pela combinatória do repertório de Pierre Bourdieu com o interacionismo simbólico) na objetivação sociológica dos processos de simbolização, executados pelo rigor no cumprimento dos critérios monográfico-científicos. Por inversão simétrica, logo, Ortiz concretizaria a vertente caracterizada por empreendimentos que se evadem dos limites mais conspícuos da esfera cultural em busca de arcos temáticos muitos largos, a exemplo do processo de mundialização da cultura — leque adiante focalizado quando nos ativermos à matriz da cultura popular de massas. O ecletismo teórico-metodológico seria revelador da opção ensaística no tratamento de *corpora* empíricos díspares entre si, mas concatenados pela natureza a um só tempo abrangente e porosa dos problemas formulados. Entende o autor que as notórias diferenças entre um e outro polo, entretanto, descartam qualquer dúvida sobre

o relevo de ambos para a evolução não só da Sociologia da Cultura, mas para esse campo disciplinar como um todo. Avaliação bem contrária ele faz do conjunto de estudos, pesquisas e reflexões agrupados em torno de uma Sociologia da Cultura dos marcadores sociais (gênero, étnico-racial, sexo etc.). Sem negar a importância dos temas tratados por esse conjunto de trabalhos, a seu ver, a característica tribalista dessas mesmas interferências intelectuais estaria à contramão da autonomia do espaço social das Ciências Sociais, em favor de uma politização que vira as costas ao rigor analítico para acatar as prioridades do senso comum (Cerboncini, 2017, p. 139).

“Indústria cultural no Brasil e o balanço da sociologia: dois pesos, muitas medidas”, assinado por Dimitri Pinheiro e Alexandre Bergamo (2018), não obstante prosseguir na mesma iniciativa de adicionar novos ingredientes ao panorama da Sociologia da Cultura no Brasil, responde a coordenadas analíticas distintas daquela moldura operacionalizada no texto de Dmitri Cerboncini (2017). Também com forte inflexão bourdieusiana, no seu ponto de partida o texto depara com a questão espinhosa referente às hierarquias entre temas que compõem o rol da Sociologia da Cultura. Da perspectiva da economia simbólica do mercado acadêmico das Ciências Sociais, deslocado para as margens, porque está afastado do polo legítimo constituído dos objetos referentes à regionalidade epistêmica das experiências da vida intelectual, para os autores, o tema da indústria cultural apresenta baixa remuneração do seu *status* como foco de interesse científico sociológico. A nódoa adviria do elevado grau de heteronomia dos bens simbólicos ampliados que circulam nos mercados culturais, simultaneamente muito segmentados e orientados para audiências amplas e de difícil definição. Diagnóstico possível quando

se compara essa situação ao percentual igualmente alto, no entanto, de autonomia relativa gozado pelos bens simbólicos restritos aos circuitos conspícuos da cultura. Posta de lado a homogeneidade, requisitada como imperativo no núcleo legítimo, o que se torna alvo de exploração analítica, por parte de Pinheiro e Bergamo (2018), é a gama heterogênea de objetos, modelos de análise e estratégias de abordagens que, ao mesmo tempo, fracionam e estão soldados no painel dos processos e estruturas da industrialização da cultura. Com a expansão dos problemas, das unidades analíticas e mesmo dos esteios empíricos em razão do aparecimento de modos de simbolização relacionados, por exemplo, à internet e aos múltiplos usos dos celulares, esse volume extrapolaria os marcos da concepção canônica do conceito de indústria cultural em Adorno, fazendo-se incompatível com a prerrogativa do prevailecimento de uma lógica social de homogeneização. Reestabelecendo o elo fundacional da Sociologia da Cultura, ou seja, a correlação entre “cultura e sociedade”, ambos os autores conduzem a redação do artigo ao exercício de etnografar trabalhos capazes de ilustrar esse mosaico tão diverso, triando-os por meio das alternativas que adotam a solução de semelhantes problemáticas. Desse modo, articulam dissertações, teses e livros observando a seguinte divisão: etnografias da indústria cultural que se debruçam ou pelos contextos de produção ou de recepção ou, ainda, de ambos; aquelas interpelações intelectuais que, atidas aos deslizes entre as semânticas do “massivo” e do “popular”, discutem a participação ou os efeitos alienantes da indústria cultural; espécie de intercessão das lentes anteriores, estariam textos ocupados com as lógicas de hierarquização, as quais sinalizariam o fracionamento do espaço simbólico-institucional da indústria cultural en-

tre dominantes e dominados; outro viés se notabilizaria pelo exame das mediações nos desdobramentos dos processos culturais em que sobressaem figuras analíticas como edições e traduções, sanções/censuras, mercantilização; finalmente, coligem trabalhos que recuperam a cidade como *locus* analítico e “reinventam” a noção de indústria cultural, agora sem as inconveniências lógicas e normativas da ideia de “massa”.

Se o artigo de Dimitri Pinheiro e Alexandre Bergamo (2018), pela opção etnográfica, oferece um cenário atual da Sociologia da Cultura preñado de diversidade, com isso descentrando-se em relação às experiências da vida intelectual, o artigo “O Protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura”, no Brasil, de autoria de Edson Farias (2016), retoma o fio condutor da institucionalização dessa subdisciplina — no entanto, para acomodar versões bem distintas do entendimento desse fazer científico, muitas vezes incompatíveis entre si. Sob o ponto de vista processual da história sociocultural dos conceitos, o texto procede a etnografias de ideias, mas tomando por objeto de conhecimento e reflexão as figurações discursivo-epistêmicas e institucionais referidas à diferenciação da Sociologia da Cultura no interior do campo das Ciências Sociais brasileiras. Com isso, são traçados itinerários de linhagens intelectuais, na medida mesma em que se descrevem elementos considerados heurísticos dos seus respectivos quadros de ferramentas conceituais. Enfocam-se três estágios:

- a abordagem sociológica centrada no problema modernista sobre a figura pública do intelectual encerrado nas condições de uma sociedade de capitalismo dependente periférico;
- a reorientação analítica na qual o prisma da indústria cultural alcança significativa importância nas formulações sobre a

produção simbólica, especialmente no que toca às concepções de modernidade brasileira;

- as possibilidades abertas pela lente da mundialização são retomadas com a finalidade de traçar um quadro não exaustivo do que se entendem como possibilidades do protocolo da circulação cultural e do conhecimento.

Ainda que trafegue pelos muitos pontos de vista que se desdobram no compasso da sedimentação dos estudos sociológicos da cultura no Brasil, em razão do interesse no problema da circulação da cultura, por conta do funcionamento de circuitos mercantis de consumo de bens simbólicos, o texto concentra-se na correlação entre simbolização e a cultura histórica da modernidade. Nesta, em lugar do projeto iluminista, está a devoção à “filosofia das pequenas coisas” (Simmel, 1989) e aos desdobramentos dela decorrentes, que se põem à busca do cenário urbano de uma cotidianidade indissociável da industrialização, em que, entre outras dinâmicas e instituições, projetam-se a cultura de consumo, a moda e os meios de reprodução tecnológicos do simbólico (Benjamin, 2006; Lefebvre, 1969; Barthes, 2005; Hoggart, 2013; Williams, 2011). Perseguem-se as conversões semânticas do popular como a questão com fôlego propulsor para fomentar múltiplas e bem diferenciadas problematizações e abordagens. Desse modo, retoma-se o triângulo composto da modernização dos processos culturais populares com a indústria cultural e, ainda, a mundialização, na obra de Renato Ortiz (1988; 1990; 1991; 1994; 1999; 2000). É de particular interesse a atenção desse autor aos envoltimentos entre trocas simbólicas reguladas tanto pelo contexto mítico da modernidade quanto pelas memórias coletivas na motivação dos sentidos das

condutas dos agentes. Nota Farias que esse último lastro fora articulado às formulações sobre hibridismo em Nestor García Canclini (1990) e às propostas de Jesus Martín-Barbero (1987) a respeito das mediações culturais. Desde aí, conclui Farias (2016), alicerçou-se a trajetória de uma sociologia da “cultura popular de massa”, para a qual o elo da indústria cultural com a modernidade metamorfoseia-se nos deslocamentos conhecidos pelos significados e práticas culturais, deixando em xeque as distinções entre “erudito”, “tradicional popular” e “massivo”; e, no outro lado da mesma moeda, põe-se em dúvida a composição de grupos sociais homogêneos na territorialidade das extensas malhas urbano-industriais e de serviços latino-americanas.

O autor retoma a situação histórico-institucional da experiência do círculo intelectual aninhado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, na década de 1980 — experiência interdisciplinar articulando as três áreas das Ciências Sociais com decisiva contribuição ao desenvolvimento do protocolo de pesquisa, estudos e reflexões em torno da cultura popular de massas, que posteriormente migrou para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. A compreensão ampliada da cultura, para além do plano erudito, requisitou estender a base empírica e analítica das pesquisas à produção de bens simbólicos relativos ao sistema radiofônico, fonográfico e audiovisual no Brasil, embora à luz do problema em torno das matrizes culturais/gêneros culturais na cultura popular de massa (Borelli, 1994; 2001, p. 29-36; Borelli & Mira, 1996; Mira, 1999, p. 97-116, 2010, p. 159-175; Ramos, 2002, p. 275-287; 1993, p. 109-113). Com isso, deu-se a incorporação do debate sobre a pós-modernidade como estilo e estágio histórico-social, sob inspiração dos estudos cul-

turais ingleses, sobretudo da contribuição de Frederic Jameson (2007). Algo assim permitiu considerar a preponderância das questões dos gostos e do consumo como referências à formulação das identidades individuais e coletivas. Também permitiu atentar à reciprocidade entre a crescente valorização das sociabilidades inscritas na dimensão do lúdico, ao lado da ascensão do tema do desejo/prazer, e o papel de protagonista alcançado pelo setor de serviços na economia capitalista contemporânea e pelo chamado trabalho “improdutivo” que põe bens intangíveis. Possibilitou evidenciar, desse modo, o reordenamento social amplo dentro do qual a esfera do consumo detém um lugar dorsal; reorientação cuja grandeza contribui ao reconhecimento do terreno sobre o qual o tema da cultura popular na contemporaneidade tem suscitado a ideia da “desdiferenciação” entre as esferas da existência humana. Nessa pegada, a cultura popular contemporânea é examinada pelo entrecruzamento da formalidade do erudito com o espontaneísmo festivo do popular, incentivado pela contaminação dos imperativos hedonistas e mercantis da cultura.

A matriz da cultura popular de massa resgata traços da sociologia da vida cotidiana antecipados, como vimos, nos escritos de Gilberto Freyre, especialmente o discernimento quanto à importância dos costumes e dos objetos na tocada diária da vida de pessoas e grupos. Por outro lado, à percepção compreensivo-fenomenológica é acrescentada perspectiva de estarem as situações microsociológicas atravessadas pelas estruturas e processos sócio-históricos de maior envergadura, na modulação dos hábitos e das coisas. Sob esse ponto de vista, nessa regionalidade repõe de modo mais abrangente aquela tendência, assinalada no item anterior, de compartilhar ingredientes de uma agenda de pesquisa voltada a circuitos de produção e

consumo de bens simbólicos de escala, mas de fronteiras indefinidas, quando se comentaram rumos atuais dos estudos sociológicos do literário. Com isso, no movimento em que descreve o protocolo da circulação da cultura e do conhecimento, Farias indica o retorno ao problema teórico em torno da condição na qual circulações culturais dizem respeito a versões de dinâmicas sócio-históricas de interpenetrações civilizatórias, mas no que toca a processos de formação de padrões de economias emocionais em referência a estruturas sociais.

A seu ver, certa materialidade — instrumentos e outros aportes tecnológicos de uso diário, à maneira de celulares e *notebooks* — compõe, além de fazeres e saberes, normas e moralidades, os tramados de interdependências sociofuncionais da cultura estendidos em rotas transcontinentais e transoceânicas, compostos de ofícios de diversas ordens identificados ou não ao artístico-cultural (escritores(as), atrizes/atores, tipógrafos(as), pintores(as), tradutores(as), *designers*, cenógrafos(as), publicitários(as), guias turísticos etc.). Composto ainda do leque amplo e complexo de intermediários, as mesmas tramas de interdependências são cúmplices das teias de significados e dos processos contínuos e múltiplos de escritura e de significação que fazem profícuas identidades/diferenciações (regionais, nacionais, étnicas, de gênero, etário-geracionais, sexuais e, ainda, religiosas e político-ideológicas) e, ao mesmo tempo, subsidiam os contornos de uma mesma civilização mundial (Leão, 2012, p. 494-517; Alves, 2010, p. 539-560; Nery, 2016, p. 693-716; Nicolau Netto, 2016, p. 495-512; Michetti, 2009, p. 228-252).

### **Fusão de horizontes em um subcampo: a título de conclusão**

O propósito deste texto esteve em verificar as linhas de força intelectuais que dão

unidade epistêmica à Sociologia da Cultura no Brasil. Em um primeiro momento, com a atenção voltada para o conjunto de artigos publicados entre 2008 e 2018, a descrição dos resultados obtidos do levantamento bibliométrico realizado permitiu observar um cenário ainda marcado pela concentração de publicações na subárea no centro-sul do país, mas também anotar sinais significativos provenientes do fôlego adquirido por produções de outras regiões. Particularmente, constatamos que, igualmente a outras parcelas das Ciências Sociais, a centralidade gozada pelo artigo como gênero de divulgação científica vem no caudal dos requisitos internos à internacionalização dos mercados acadêmicos. No item seguinte, quando a iniciativa de circunstanciar o montante da produção na área de Sociologia da Cultura conduziu-nos à distribuição em suas grandes linhas de convergência e divisão pelo que definimos como regionalidades epistêmicas, constatamos o prevaletimento das matrizes da sociologia da vida intelectual e da cultura popular de massas. Ao mesmo tempo, observamos estar essa produção equacionada por semelhante tensão vista no item anterior. Ou seja, a permanência de temas referentes à nação e a seus sistemas culturais é atravessada por agendas cujos ingredientes (temas, objetos de conhecimento e alternativas de abordagem) são articulados com base em problematizações definidas por escalas que escapam à sociedade-nação.

Ainda tendo em mente os resultados do levantamento bibliográfico expostos no primeiro item deste texto, a consulta aos currículos na Plataforma Lattes e ao Diretório de Grupos de Pesquisa, ambos do CNPq, permitiu conferir o perfil da mão de obra militante hoje na Sociologia da Cultura no país e, no reverso da medalha, identificar trajetórias formativas e, nestas, instituições,

círculos e redes de interlocução intelectual. No resultado desse exame, obtiveram relevo os cursos intergeracionais em que sobressai a relação orientador(a)/orientado(a) no período de formação dos(as) pesquisadores(as). Essa correia de transmissão é o mecanismo institucional decisivo à formação daqueles(as) que foram (e ainda serão) recrutados(as) — e por que não dizer “eleitos(as)” — para compor os estafes docentes dos departamentos de Sociologia, em sua maioria alocados nas universidades públicas, cada vez mais distribuídos por diferentes regiões e unidades federativas, especialmente com base na renovação e na ampliação demográfica do quadro de professores do sistema federal de ensino superior, ocorridas entre a metade final na década de 2000 e no início da de 2010<sup>13</sup>.

Para fazer uso de maneira pouco fiel à concepção de “herdeiros”, proposta por Bourdieu e Passeron (2004) enquanto estoques de saberes tácitos incorporados ao longo de socializações universitárias, diríamos que distintas hereditariedades intelectuais, que cumprem funções de transfundo hermenêutico aos agenciamentos que dinamizam a subárea, são redistribuídas em tais fluxos e engendram as experiências das novas gerações — isso quando da transmutação da posição de estudante à de docente, por meio das respectivas alocações institucionais acadêmicas. Por meio desses trânsitos e acomodações, constrói-se ao longo do país uma nova geopolítica do conhecimento mais plural quanto aos objetos de conhecimento e

problemas de pesquisa, no anverso do emaranhado de referenciais teórico-metodológicos adotados. Territorializada no campo do conhecimento aninhado nas instituições universitárias e nos institutos de pesquisa, essa geopolítica dá continuidade ao encadeamento histórico no qual é definida a organização estatutária da Sociologia. E, a um só tempo, também atualiza a diferencialidade institucional e epistêmica dessa disciplina em relação a outros sistemas socioculturais de produção de saberes.

Sem levar em conta a existência de estratificação e, desse modo, a hierarquia na montagem desse elenco, temos os seguintes temas: ideias e intelectuais; artes plásticas (objetos, procedimentos, meios e espaços de visibilidade); teatro (obras, escolas de formação, atores e modos de organização); literatura (autores, obras, arquivos etc.); cinema (obras, diretores, modos de organização e financiamento, circuitos de exibição e mercados); música (erudita e popular; indústria fonográfica); modos de produção cultural e ecologias sociotécnicas (rádio, televisão, audiovisual, internet); livro e impressos (suportes; modos de produção, circulação e recepção; regimes de autoria; cadeias internas à indústria editorial); festas populares; manifestações religiosas; turismo; entretenimento; indústria criativa; políticas públicas; economia da cultura e financiamento da cultura; *games* (jogos eletrônicos); patrimônios; memórias; culturas e desenvolvimento; processos de requalificação de áreas urbanas; ativismos culturais; profissões artísticas; cul-

---

13 A execução do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, resultou na ampliação do número de instituições de ensino e pesquisa, de 45 para 63 (2014), o que correspondeu à passagem de 148 para 321 campi, estendendo-se de 114 para 275 municípios. A abertura de vagas na graduação, no mesmo período, foi de 109 mil para 231 mil. Já as matrículas na graduação e na pós-graduação subiram de 596 mil para mais de um milhão. Por contrapartida, o número de docentes efetivos saltou de 40 mil para 67 mil (Brasil, 2015).

turas e sociabilidades juvenis; culturas urbanas; consumo e identidades; moda; esportes; culinária e circuitos gastronômicos; culturas tradicionais; marcadores sociais de diferença (gênero, étnico-racial, sexualidade); expressões e mercados de periferia etc.<sup>14</sup>.

Acentuando a sua característica interdisciplinar, a tão diversa quanto múltipla gama de problematizações e temáticas abordadas nas pesquisas hoje realizadas sob o guarda-chuva da Sociologia da Cultura, por um lado assinala o potencial de alternativas de exploração de temas e, com isso, põe em relevo os instrumentais analíticos e repertórios teóricos, somados aos modos de montagem e qualificação das distintas documentações empíricas das pesquisas. Por outro lado, deixa pistas para refletir acerca das dificuldades inerentes à tarefa de mapear e categorizar a própria institucionalização da Sociologia da Cultura e sua diferenciação epistêmica hoje no Brasil. Talvez o imenso e variado repertório de temas e esquemas analíticos adotados hoje sinaliza a fusão daquelas regionalidades epistêmicas próprias às divisões internas da Sociologia da Cultura, vistas no item anterior — algo assim se dando no compasso mesmo da sua institucionalização nacional. Logo, no mesmo diapasão, suscita os atuais dilemas para aferir o grau da sua diferenciação no interior do espaço sociológico no país.

Evidencia, igualmente, os atravessamentos e as mediações pelos quais se vem costurando o espaço intelectual brasileiro, nas suas relações com o Estado e com outras instâncias da sociedade nacional, sem descuidar das interligações com as circulações internacionais e transnacionais de ideias, sob a chancela dos seus fóruns de difusão e consagração, mas sempre à luz dos modos locais de uso e de divulgação dessas mesmas ideias.

Os contornos largos e diversos do quadro temático antes exposto assinalam a polissemia no entendimento da ideia de cultura, o que subsidia agendas de pesquisas diferenciadas e, muitas vezes, não só conflitivas, mesmo incomunicáveis, no interior da subárea — algo assim acompanha a marcha interseccional da questão cultural nas últimas décadas (Hall, 1997, p. 15-46; Yudice, 2004, p. 13-64). Ainda, repercute nas controvérsias distintas deflagradas entre os(as) pesquisadores(as) no que se refere aos desdobramentos dos pressupostos ontológicos do objeto cultural, no que toca às implicações empíricas, teóricas e analíticas. Permanecem latentes, não sendo alvo de discussão aqui, tal polissemia própria à ideia de cultura e como as suas múltiplas semânticas se justapõem, na medida mesma em que se fustigam, interagindo e, ao mesmo tempo, contradizendo umas às outras. Sob esse ponto de vista, porém,

---

14 Para chegar a esse painel, consultamos as programações dos dois principais eventos de divulgação científica na área de Sociologia: os Seminários da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e os Encontros da ANPOCS. O exame das programações dos Grupos de Trabalhos (GTs), Fóruns e Seminários Temáticos, tanto nos Seminários da SBS quanto nos da ANPOCS, entre 2008 e 2018, corrobora o traço de enorme diversidade de temas e modos de enfoque da questão cultural. Embora não tenha sido contemplado como parte do *corpus* empírico analisado neste artigo, tais fóruns cumprem importante papel de visibilização e legitimidade na subárea. No entanto, há certa descontinuidade temporal a ser sublinhada. Já constou do advento do Encontro da ANPOCS, no fim de 1970, o GT Cultura Brasileira, proposto e coordenado pela professora Maria Isaura Pereira de Queiróz. O grupo permaneceu vigente até 1993. Desde então, tem sido intermitente a existência de grupos, fóruns e seminários temáticos no evento da ANPOCS. A reorganização do Encontro da SBS, em meados da década de 2000, tornando-o bem mais amplo, não só no que se refere a participantes, como também de questões e temas enfocados, acolheu o GT Sociologia da Cultura. Presente ininterruptamente desde 2005 na programação daquele evento, o grupo se consolidou entre os categorizados como “tradicionais” pela direção da entidade.

sem merecer a devida exploração analítica e interpretativa, a argumentação desenvolvida neste texto pressupõe o entendimento de que os processos de institucionalização e diferenciação epistêmica da Sociologia da Cultura prosseguem o movimento pelo qual a cultura se consolida como uma forma com simultâneo efeito cognitivo, justificativo e expressivo, constituindo processos de produção de economias psíquicas. Também não avançamos na ideia de que determinados rumos sociogenéticos e psicogenéticos referidos à interseção de processos civilizadores, em meio a interpenetrações civilizatórias, com

a montagem de cenários da modernidade no Brasil, fornecem os objetos, as agências humanas e os aportes necessários aos estudos sociológicos da cultura no compasso da fixação desta como uma esfera da experiência social, ratificando a distinção fina de mundos e, do mesmo modo, entre ontologias históricas (Farias, 2017). Um complicador a mais, nesse sentido, é a percepção de também estar a Sociologia, por ser parte do segmento de bens simbólicos que informam/formam a reflexividade de pessoas e instituições, inserida nas fronteiras globais dos mercados culturais.

## Bibliografia

- ADORNO, S.; RAMALHO, J. R. A pós-graduação em Sociologia e a experiência de avaliação da CAPES. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 13, p. 27-57, maio-ago. 2018.
- ALONSO, Â.; PINHEIRO FILHO, F. A. Instauración y desarrollo de la sociología de la cultura en Brasil. **Sociológica**, México, v. 32, n. 90, p. 259-275, 2017.
- ALVES, E. P. M. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. **Sociedade e estado**, v. 25, n. 3, p. 539-560, 2010.
- ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. 1997.
- ARRUDA, M. A. N. A pós-graduação em sociologia no Brasil: ensaios e reflexão. In: MARTINS, C. B. (org.). **Para Onde Vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: EdUSC, 2005. p. 261-266.
- ARRUDA, M. A. N. A trajetória da pesquisa na sociologia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 315-324, set./dez. 1994. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300040>
- ARRUDA, M. A. N. Cultura brasileira e identidade nacional (comentário crítico). In: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002. p. 45-51.
- ARRUDA, M. A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, v. 16, n. 1, p. 107-118, 2004.
- BARTHES, R. **Inéditos, vol. 3**: imagem e moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BASTIDE, R. **Arte e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EdUSP, 1971.
- BASTIDE, R. Problemas em sociologia da arte. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 295-305, nov. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200016>
- BASTIDE, R. **Sociologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Anhambi, 1959.

- BASTOS, É. R. Pensamento social da escola sociológica paulista. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: Capes, 2002.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. *In*: BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BORELLI, S. H. S. Gêneros ficcionais: matrizes culturais no continente. **Gêneros ficcionais, produção e cotidiano na cultura popular de massa**. São Paulo: Intercom/CNPq/FINER, 1994. p. 11-17.
- BORELLI, S. H. S. Telenovelas brasileiras: balanços e perspectivas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 29-36, 2001.
- BORELLI, S. H. S.; MIRA, M. C. Sons, imagens, sensações: radionovelas e telenovelas no Brasil. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 19, n. 1, p. 33-57, 1996.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. *In*: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-74.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, P. (org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998a.
- BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1998b. p. 81-83.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Los Herederos: los estudiantes y la cultura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área**. Sociologia. 2016. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/imagens/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/34\\_SOCIEDOCAREA\\_2016.pdf](https://www.capes.gov.br/imagens/documentos/Documentos_de_area_2017/34_SOCIEDOCAREA_2016.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **A democratização e expansão da educação superior no país (2003 - 2014)**. MEC, 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)>. Acesso em: 09 maio 2019.
- BUENO, M. L. Do moderno ao contemporâneo: uma perspectiva sociológica da modernidade nas artes plásticas. **Revista de Ciências Sociais**, v. 41, n. 1, p. 27-47, 2010.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. México: Grijalbo, 1990.
- CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984.
- CANDIDO, A. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006a. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100015>
- CANDIDO, A. Dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, p. 67-89, 1970. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i8p67-89>
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. 2 v.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b.
- CANDIDO, A. *et al.* Literatura e subdesenvolvimento. *In*: CANDIDO, A. **A Educação pela Noite e Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. v. 2. p. 140-162.
- CAVALCANTI, M. L. V. C.; VILHENA, L. R. Os estudos de folclore no Brasil. *In*: FOLCLORE E CULTURA POPULAR: as várias faces de um debate. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, 1992. p. 101-112.

- CERBONCINI, D. Sociologia da cultura: uma interpretação. *In*: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia no Brasil Hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017. p. 99-140.
- COHN, G. **Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- FARIAS, E. O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 583-614, 2016. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.00030002>
- FARIAS, E. Sociologia e a esfera cultural contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 3-14, 2017. <https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.1.01>
- FERNANDES, F. **Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FERNANDES, F. **O Folclore em Questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- GADAMER, H.-G. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GARCIA, S. G. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 143-167, nov. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200008>
- GRINDSTAFF, L.; HALL, J. R.; LO, M.-C. M. (eds.). **Handbook of cultural sociology**. New York: Routledge, 2010.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.
- HOGGART, R. **La Cultura Obrera em la Sociedad de Massa**. Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2013.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo a Lógica do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Atica, 2007.
- LEÃO, A. B. Vamos ao Brasil com Jules Verne?: processos editoriais e civilização nas *Voyages Extraordinaires*. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 494-517, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000300004>
- LEFEBVRE, H. **Introdução à Modernidade: prelúdios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MAIA, J. M. E. Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 62, p. 53-71, 2006.
- MAIA, J. M. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, J. **De los Medios a las Mediaciones**. México: Gustavo Gilli, 1987.
- MICELI, S. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, S. Intelectuais brasileiros. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 1999. v. 2.

- MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. *In*: MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**, 1989. v. 1. p. 72-110.
- MICELI, S. **Nacional Estrangeiro**: histórica social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MICHETTI, M. Capítulos da modernidade: moda e consumo na Paris do século XIX. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, n. 1, p. 228-252, 2009.
- MIRA, M. C. Invasão de privacidade? Reflexões sobre a exposição da intimidade na mídia. **Lugar Comum**, n. 5-6, p. 97-116, 1999.
- MIRA, M. C. O moderno e o popular na TV de Silvio Santos. **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010, p. 159-175.
- NERY, S. Interdependências e interpenetrações civilizatórias: os aromas e sua magia. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 693-716, 2016.
- NETTO, M. N. O Discurso do marketing de lugar e os grandes eventos. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, p. 495-512, 2016.
- NOVAES, F. A. Influências e invenção na sociologia brasileira. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002. p. 175-182.
- OLIVEIRA, L. L. Interpretações do Brasil. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 1999. v. 2.
- OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.
- ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, R. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, R. As ciências sociais e os seus sotaques. *In*: ORTIZ, R. **Universalidade e Diversidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ORTIZ, R. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, R. **O Próximo e o Distante**: Japão e Modernidade-Mundo. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ORTIZ, R. **Um Outro Território**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- PINHEIRO, D.; BERGAMO, A. Indústria cultural no Brasil e o balanço da sociologia: dois pesos, muitas medidas. *In*: MICELI, S.; BENEDITO, C. (orgs.). **Sociologia Brasileira Hoje II**. Cotia: Ateliê, 2018.
- PINHEIRO FILHO, F. A. Lasar Segall e as festas da SPAM. **Tempo social**, v. 16, n. 1, p. 209-230, 2004.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 29-46, 1989. <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83318>
- RAMOS, J. M. O. A ficção audiovisual no Brasil na década de 1990 – nos meandros do local e do global. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 24, p. 275-287, 2002.
- RAMOS, J. M. O. A questão do gênero no cinema brasileiro. **Revista USP**, n. 19, p. 109-113, 1993.

- RIDENTI, M. Intelectuais e romantismo revolucionário. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 13-19, 2001.
- ROCHA, M. E. M. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, set./dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300002>
- RODRIGUES, K. M. **Autonomização do campo artístico e singularização da experiência estética**: a instituição do lugar social da arte e do artista em Fortaleza. 2007.
- SCALON, C.; MISKOLCI, R. Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 13, p. 122-135, maio-ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.261>
- SCHWARZ, R. **Ao Vencedor as Batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000a.
- SCHWARZ, R. **Que Horas São?**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, R. **Um Mestre na periferia do Capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 2000b.
- SIMIONI, A. P. Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, n. 2, p. 1-20, 2010.
- SIMMEL, G. **Philosophie de la Modernité**. Paris: Payot, 1989.
- VILHENA, L. R. da P. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte / FGV, 1997.
- VILLAS BÓAS, G. Vida da crítica: percursos de Mário Pedrosa. **Poiésis**, v. 10 n. 14, p. 11-16, 2009.
- WAIZBORT, L. Influências e invenção na sociologia brasileira (comentário crítico). In: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.
- WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011.
- YUDICE, G. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

## Introdução

A sociologia da religião não é um campo estritamente disciplinar no Brasil ou na América Latina. Nem a sociologia, rigorosamente, o é. Basta dar uma olhada nos eventos nacionais e continentais para perceber a forte e nada episódica circulação de intelectuais com formação em outras disciplinas ou com formação e atuação eclética ou explicitamente inter/transdisciplinar. As publicações especializadas em estudos de religião ou de sociologia não apresentam situação diferente. Assim, escrever um balanço da produção da sociologia da religião coloca, de partida, questões espinhosas de pertencimento, escopo e localização. Quem, rigorosamente, deve ser identificado ou contado como sociólogo/a da religião? Tratar-se-ia de uma identidade estável, de fronteiras nítidas e firmes? Em relação à sociologia da religião, há uma *brasileira*, com jeito próprio, práticas e pautas distintivas, singulares e, ao mesmo tempo, formando uma espécie de tradição, em termos comparativos, com outras? Ou se trataria de um campo de saber consolidado “fora” e exercido “aqui” com base em parâ-

metros construídos ao longo de um processo de institucionalização (sub)disciplinar, validado internacionalmente e praticado — por suposto com suas especificidades, apropriações negociadas e críticas — *no Brasil*?

A mais elementar constatação que se pode fazer, seja pela inserção no campo, seja pela sondagem do que, de quem e de como se faz, é de que qualquer definição estrita da sociologia da religião significará, no contexto brasileiro, a exclusão de dezenas de pessoas que pesquisam e publicam sobre essa temática e que circulam regularmente pelos espaços ditos disciplinares da sociologia.

Seja pelas condições históricas de constituição e de institucionalização das ciências sociais no continente e no Brasil, seja por mudanças epistemológicas importantes ocorridas, a sociologia da religião agrupou e agrupa mais do que aquilo que seu nome visaria a *disciplinar*. As ciências sociais comecem como uma tradição ensaística, produzida por filósofos, advogados, historiadores, jornalistas, e a sociologia é seu primeiro nome. Somente a partir dos anos 1930 é que se vai produzindo uma especialização disciplinar interna ao campo das ciências sociais,

---

<sup>1</sup> O autor agradece a colaboração de Emanuela Catunda, no processo de organização dos dados, e de Henrique Guimarães, na produção de tabelas por meio do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS); agradece comentários generosos e certeiros de Maria das Dores Campos Machado, em um seminário organizado pela revista, no Rio de Janeiro; e agradece aos/as pareceristas anônimos/as que apontaram vários aspectos a esclarecer ou reforçar. Sem essas contribuições, os resultados seriam mais frágeis e pobres. Escusado dizer que todos os problemas remanescentes não são de sua responsabilidade.

---

<sup>1</sup>Fundação Joaquim Nabuco – Recife (PE), Brasil. E-mail: joanildo.burity@fundaj.gov.br

com a antropologia e a ciência política se descolando da sociologia. Mesmo assim, muitos casos permaneceram com o nome de departamentos e cursos de graduação e de pós-graduação em *ciências sociais*. Dados da Plataforma Sucupira para 2018 mostram que, dos 53 programas de pós-graduação na área de sociologia existentes no país, 24 intitulam-se “ciências sociais” (CAPES, 2017). As especializações subdisciplinares são, mesmo na sociologia, um fenômeno das últimas três décadas impulsionado pela consolidação da pós-graduação, com a formação de novas gerações de pesquisadores/as e a ampliação do número de revistas científicas, processo ainda em curso.

Essa definição ou demarcação de um campo é o que o termo *fronteira*, no título, sinaliza. Há várias expressões usadas que nomeiam esse campo e que são dificilmente separáveis de um ponto de vista cartesiano: estudos da religião, sociologia da religião, antropologia da religião, ciências sociais da religião e, mais recentemente, ciências da religião. Embora este último termo, no Brasil, corresponda muito ao inglês *religious studies*, no contexto francófono, *sciences de la religion* já é mais próximo do perfil brasileiro, pluridisciplinar.

O debate em torno do que define a boa prática no campo deixou suas marcas em algumas publicações, especialmente em balanços da produção intelectual. Uma delas foi aberta pelo balanço realizado por Antônio Flávio Pierucci (2002), um ensaio bastante provocativo, no qual ele afirma que a sociologia da religião é uma área *impuramente acadêmica*. Mobilizando as teorias da secularização e da modernização e a sociologia de Bourdieu, a tese dele era a seguinte: tem muita “gente religiosa” fazendo sociologia da religião, o que não vale. Há vários argumentos que questionam os estudiosos do

seguinte modo: “com que intenções alguém que é católico estuda catolicismo?”; “o que é que pode estar passando pela cabeça de um protestante estudando o protestantismo?” etc. Esse tipo de rigorismo formal e biográfico suscitou polêmica (Campos, L. S., 2008; Camurça, 2001; Mariz, 2000; Rodrigues, 2011; Rosas, 2018; Souza, 2015).

Essas questões têm a ver com a definição das fronteiras disciplinares. Elas, de certa maneira, resolveram-se — mas complicando o trabalho de quem vai fazer um balanço da área — pelo crescimento da área. O crescimento do número de pesquisadores, publicações, revistas, programas de pós-graduação com áreas ou linhas de pesquisa tem elevado o grau de diversidade interna. Em contrapartida, há uma série de condições de funcionamento do campo que passam pelas formas como ele foi institucionalizado. Nenhuma “polícia”, além da autorregulação pela prática e da metarregulação pelos processos de avaliação por pares, tem, assim, qualquer efeito. “Secularização” do afã de regular a ordem sociológica!

Então, uma primeira questão que é preciso esclarecer é a seguinte: quando dizemos *sociologia da religião*, no contexto brasileiro, estamos dizendo *ciências sociais da religião*. Além de ciências sociais da religião, mais recentemente emergiu o campo das *ciências da religião*, que reúne, de um ponto de vista institucional, a teologia, a filosofia, a história e outras disciplinas das humanidades num campo organizado. Previsivelmente, faz fronteira, faz sombra e, de maneira efetiva, sobrepõe-se ao campo das ciências sociais da religião. Muitos sociólogos e sociólogas da religião aí encontram seus espaços profissionais de trabalho, e intelectuais com outras formações flertam, dialogam ou se engajam na sociologia da religião.

Dessa forma, a sociologia da religião deve ser vista, em primeiro lugar, em uma *perspectiva reticular*, como um conjunto de conexões e de adensamentos que formam *comunidades intelectuais*, atravessando, sem pedir licença ou desculpas, fronteiras nada naturais ou eficazmente vigiadas. Em segundo lugar, essas comunidades deixam marcas de seus processos de produção de conhecimentos sobre um objeto crescentemente disperso e polissêmico, donde a *profusão de lugares* e as *disputas* que produzem ideias de fronteiras, intentos de racionalização e reconhecimento normativizantes. Em terceiro lugar, *tomar como ponto de partida o que é apresentado e quem se apresenta como sociólogo da religião* é, nessas condições, mais recomendável do que assumir uma definição canônica, cristalizada em outro lugar e não mais do que uma entre outras formas de traçado de fronteira em terreno tão movediço e dinâmico. Tudo isso ainda impõe muitas escolhas, pois nada mais ingênuo do que imaginar que não haja nucleações e protocolos de reconhecimento que estabilizam minimamente a prática subdisciplinar e lhe dão uma face, uma textura e um regramento. Em outras palavras, delinham e caracterizam uma *rede* de práticas e praticantes.

O presente estudo, ancorado nessa primeira aproximação e respeitando o gênero de escritura solicitado, procurou identificar uma produção *publicada* sobre religião em revistas da área. Produção, portanto, previamente submetida a protocolos de reconhecimento intelectual e disciplinar por comunidades realmente existentes de praticantes. Também procurou levar a sério as questões de fronteira e de situação, buscando cercar, de modo pragmático, mas regrado, onde e o que poderia ser reconhecível como produção sociológica sobre a religião.

Três metáforas insinuaram-se a mim pelo próprio levantamento feito, que ajudarão a organizar a reflexão final sobre os resultados: *artesanaria*, *fronteiras* e *horizontes*. Elas permitem descortinar, na dispersão, o discurso (sociologia da religião), por meio desses objetos materiais tomados como base (artigos de revistas), sobre quem, como, o que e onde se faz sociologia da religião no Brasil. Elas permitem perceber como emerge uma forma predominante de construir conhecimento — *artesanaria* — que produz *fronteiras* móveis que delimitam comunidades plurais de praticantes fortemente ancoradas numa figuração das ciências sociais construída e regulada desde outro lugar — donde o título optar pela expressão *no Brasil*, e não *brasileira* — e, no entanto, aberta, em expansão, ebulição e transformação pela diversificação temática e de vozes, pluralização teórica e metodológica, multiplicação dos lugares institucionais onde essa produção é circulada e validada — *horizontes*.

Não se encontra nesse balanço uma apreciação da argumentação dos artigos nem uma discussão de suas orientações teóricas. Não se encontra aqui a produção importantíssima e, em geral, apegada às exigências formais do labor científico, das dissertações e teses. Ao focalizar publicações, foi privilegiada uma abordagem construída com base em *indicadores* (portanto, quantitativa no seu formato, mas envolvendo dimensões qualitativas em toda a extensão do processo de coleta e análise). No entanto, entre essas publicações, particular atenção foi dada, na seção final, a *balanços ou revisões bibliográficas* da sociologia da religião no Brasil ou de temas e abordagens específicas à subdisciplina.

O texto está assim organizado: no que segue, apresento uma descrição de como o estudo foi armado, os procedimentos de coleta e de seleção das publicações. Em seguida,

indico como a análise foi realizada. Por fim, levanto uma série de problematizações que os resultados suscitaram. Na última seção, busco descortinar um olhar, uma perspectiva que, guiada pelas metáforas propostas, mas sem as forçar sobre o material analisado, apresenta um cenário da produção da sociologia da religião no Brasil.

### **Armando o estudo: procedimentos de coleta e seleção**

Como o estudo foi construído? Algumas questões pragmáticas foram pensadas preliminarmente, sujeitas a certos controles analíticos. Estando claro que a produção se materializa de muitas formas, era preciso definir a modalidade que seria privilegiada, uma periodização e os critérios de seleção que tornassem viável o estudo. Optei por publicações em periódicos e decidi trabalhar com uma periodização da produção, numa abordagem ao estilo de um levantamento mais abrangente que pudesse gerar uma base quantificável, embora não necessariamente a ser tratada estatisticamente — jamais poderia fazer isso, uma vez que faço parte de um campo em que a maioria trabalha com métodos qualitativos, por preferência analítica ou por competência técnica<sup>2</sup>.

A escolha recaiu, assim, sobre um período de 20 anos, de 1998 a 2018. Além de ser imediatamente posterior ao diagnóstico da “área impuramente acadêmica”, de que falou Pierucci (cujo trabalho foi originalmente publicado em 1999), esse é também um período de notável intensificação dos processos de institucionalização da pós-graduação e da pesquisa científica no Brasil (Lima; Cortes,

2013). Tomando-se, por exemplo, o número de cursos de pós-graduação surgidos entre 1998 e 2011, a área de ciências humanas teve crescimento de 145,2% e aumento de 192% no número de titulados (Cirani; Campanario; Silva, 2015). Dados do Geocapes indicam a existência de 102 cursos de doutorado e 65 de mestrado em ciências humanas no país, em 1998. Em 2017, esses números eram, respectivamente, 314 e 201, com 83 mestrados profissionais que não existiam no início do período. O número de bolsistas da Capes, em ciências humanas, no Brasil, em 1998, era de 3.915 bolsistas. Em 2017, esse número é 12.879, além de 666 bolsas de pós-doutorado não contabilizadas em 1998, conforme a página virtual <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>>. O documento de área da sociologia de 2017 indica que 54 cursos funcionavam em 2016, um crescimento de 86% em relação a 1998 (CAPES, 2016, p. 2-3). Dos 53 programas de pós-graduação na área de sociologia, em 2018, 18 foram iniciados até 1997 e 27 foram iniciados desde 2003 (CAPES, 2017).

O escopo do trabalho privilegiou publicações em periódicos. Os artigos foram selecionados em revistas de sociologia e de ciências sociais, tendo em vista que essa é a área de avaliação da Capes correspondente. Em termos das bases de dados consultadas, o levantamento foi feito, no início, apenas na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), utilizando o rol de termos fornecido pela própria base, privilegiando revistas classificadas como A1 e A2 no sistema Qualis Periódicos da Capes. No entanto, essa seleção revelou-se restritiva, tendo em vista que muitas revistas que publicam na área

---

2 A pesquisa quantitativa é um grande desafio para a sociologia da religião feita no Brasil. Poucos trabalhos se destacam nessa área, menos ainda quando se trata de dar largo escopo aos estudos. Assim, quando muito, a maioria desses trabalhos se atém a quantificações “locais”.

não fazem parte do SciELO. Somente quatro revistas classificadas nesses dois estratos publicaram artigos sobre religião (considerado o critério de autoria, que explicarei a seguir), sendo três delas específicas da área de religião — *Religião & Sociedade*, *Estudos de Religião* e *Revista de Estudos da Religião*. Também pude perceber que os critérios de credenciamento do SciELO produzem forte viés regional, com a produção das regiões Sudeste e Sul do Brasil criando um oligopólio dos registros pelo fato de que as revistas mais bem qualificadas estão todas, com exceção de uma, nordestina, naquelas regiões do Brasil.

Isso me levou a ampliar, de uma maneira menos sistemática, o número de revistas a serem incluídas. Uma consulta mais detalhada ao Qualis, cruzando informações sobre a classificação da área de sociologia e de ciências sociais e a área de ciências da religião, e ampliando o foco para revistas B1 e B2, permitiu ampliar de 4 para 20 revistas, o que revela o processo de consolidação ainda em curso na área. Optei, ao final, por pesquisar apenas as revistas A e B1. Também consultei publicações constantes nos *sites* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Complementarmente, foi feita uma combinação de levantamentos — por meio do Google Acadêmico, do Portal de Periódicos da Capes e de *sites* de algumas revistas não localizadas nessas buscas — de artigos não identificados nos *sites* anteriores (particularmente no caso de revistas com Qualis B1), com base em palavras-chave e checagem da formação e atuação dos autores.

Busquei identificar, nesse procedimento, autores e autoras que produzem *no Brasil*, com *formação ou atuação* nas áreas de *sociologia ou ciências sociais* ou autores de outras áreas publicando em *revistas reconhecida-*

*mente especializadas* na publicação de artigos sobre religião (sem prejuízo das revistas de sociologia e de ciências sociais mais gerais constantes dos Qualis de sociologia e ciências da religião). Com isso, visei dar conta da produção em sociologia da religião sem perder de vista sua dispersão. A inclusão de autores/as de outras áreas (bem entendido, das demais ciências sociais — antropologia, ciência política e relações internacionais —, das ciências sociais aplicadas e das humanidades, inclusive as ciências da religião), desde que publicando em revistas especializadas de sociologia e/ou de religião, fornece um indicativo de como, na disciplina, acolhe-se o diálogo interdisciplinar ou a contribuição de outros campos disciplinares fronteiriços nos temas caros à sociologia da religião. Artigos publicados por cientistas da natureza e da saúde foram inteiramente desconsiderados, assim como artigos da psicologia clínica. Visando ainda identificar o grau de *colaboração acadêmica* na área, *coautorias* foram consideradas quando pelo menos o/a primeiro/a autor/a preenchia os critérios de formação e atuação disciplinar e produção no Brasil. A formação ou atuação disciplinar e a localização dos autores, quando não indicada nas publicações, ou em casos de ambiguidade, foi verificada no Sistema de Currículos Lattes ou no Google.

Com vistas a uma seleção mais manejável, mas sistemática (considerados os critérios anteriores), realizaram-se dois tipos de busca nas bases de dados citadas, em uma estratégia de *múltipla aproximação*: uma busca por *termos gerais*, como religião, religioso, religiosa, religiosas etc., e outra, baseada em *termos específicos*, por tradição ou grupo religioso ou pela própria expressão “sociologia da religião”. Somente *textos completos*, com a temática religiosa expressa no *título*, *resumo* ou *palavra-chave*, foram incluídos. No caso

do SciELO, excepcionalmente, primeiro momento da pesquisa, a busca foi feita *em todos os índices*. No *site* da Anpocs, pesquisei a *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB), apesar de esta última não preencher o critério do Qualis adotado, por se tratar de um espaço especializado na publicação de balanços ou revisões bibliográficas, com sólida reputação. No *site* da SBS, pesquisei a *Revista Brasileira de Sociologia*. A publicação em inglês da SBS, *Sociologies in Dialogue*, com quatro números publicados desde 2015, não apresentava até o início de 2019 nenhum artigo com alguma relação com a sociologia da religião.

Uma vez localizados os artigos, apliquei os critérios de autoria. O Quadro 1 indica resultados preliminares para diferentes termos de busca, nas várias bases de dados, depois de filtrados por termos-chave e autoria. Dois destaques sobre os resultados:

- apenas três artigos preenchem os critérios definidos na *Revista Brasileira de Sociologia*: um balanço geral e comparativo da sociologia no Brasil e dois textos sobre a sociologia de Max Weber;
- na BIB, identificaram-se nove artigos no período pesquisado. Obteve-se o total de 441 entradas, formando o ponto de partida para uma análise fina, que levou à exclusão de várias dezenas de itens por razões a serem expostas.

### Fazendo o estudo: procedimentos de análise

Formada a base de dados e lidas integralmente as revisões/balanços/avaliações constantes dela (em número de 17 artigos), construiu-se uma planilha com um conjunto de critérios a serem identificados em cada artigo, com o fim de permi-

**Quadro 1. Termos de busca nas bases consultadas.**

Base de dados	Buscas	Resultados
SciELO	sociologia da religião; religião or religiosa or religioso or religiosos; religião, Brasil, sociologia; católica or catolicismo; pentecostal or pentecostalismo or pentecostalismo brasileiro or pentecostalizacao; religioes afro-brasileiras or religioes afrobrasileiras or religioes de matriz africana or religiao afro-brasileira or religiao de matriz afro-brasileira or candomble or umbanda; evangelicos; sem-religiao or sem-religiao	370
<i>Revista Brasileira de Sociologia</i>	sociologia da religião, religião, religiões, católicos, catolicismo, protestantismo, evangélicos, pentecostais, pentecostalismo, religiões afro-brasileiras, religiões de matriz africana, candomblé, umbanda, espíritas, espiritismo, sem-religião, igreja	3
BIB	Verificação individualizada em todos os números do período	9
Google Acadêmico	religião, brasil, revisão, balanço, sociologia (20 primeiras telas)	4 novos*
<i>Sites de revistas adicionais</i>	sociologia da religião, religião, religiões, católicos, catolicismo, protestantismo, evangélicos, pentecostais, pentecostalismo, religiões afro-brasileiras, religiões de matriz africana, candomblé, umbanda, espíritas, espiritismo, sem-religião, igreja	55 novos*

\*Resultados não identificados nas bases anteriores; SciELO: Biblioteca Eletrônica Científica Online; BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.

tir a investigação dos parâmetros de interpretação delineados na introdução deste trabalho — quem, o que, como e onde se produz (em) sociologia da religião no Brasil. Dois tipos de procedimentos, então, foram realizados: procedimentos de caráter *temático* e procedimentos de caráter *analítico*.

Os procedimentos temáticos visaram identificar os principais temas e as religiões estudadas. Os procedimentos analíticos incluíram a abordagem utilizada nos textos, a localização regional e institucional dos autores, a natureza individual ou colaborativa da autoria, a distribuição por ano de publicação e a composição da bibliografia utilizada (classificando-a em termos de publicações nacionais, internacionais e latino-americanas). O mapeamento da bibliografia teve como objetivo construir um triplo indicador: o quanto publicações nacionais pesam na produção desses trabalhos; o quanto de diálogo com a literatura internacional há nessas publicações (que também serve, indiretamente, como índice do caráter brasileiro da sociologia da religião aqui produzida); e em que medida um aspecto da internacionalização já em curso do ponto de vista da institucionalização recente da área, que é a latino-americanização da sociologia da religião brasileira<sup>3</sup>, refletiu-se nas produções, pela utilização de publicações de colegas que atuam nos outros países desse marco continental. Tal utilização poderia ser indicativa, ainda, de processos de descolonização intelectual.

Na questão da abordagem, observou-se, além da classificação dos artigos em um tipo específico, se se tratava de estudos de caso ou de estudos temáticos, sincrônicos ou diacrônicos, estudos especificamente brasileiros ou análises comparativas com outros contextos nacionais ou em escala regional. Outro aspecto foi a preocupação de perceber, especialmente em uma leitura mais qualitativa, que discurso sobre a religião (como conceito) e sobre as religiões (como fenômenos e instituições) emerge dessa literatura. Que linhas predominantes de compreensão do fenômeno religioso e de religiões específicas emergem daí?

Na operacionalização desses procedimentos, todos os artigos foram consultados para identificação dos temas, das religiões pesquisadas e das abordagens. Esse processo levou a um novo refinamento da base, pois foram reunidas algumas dezenas de artigos que não demonstravam no corpo do texto um tratamento substantivo ao tema da religião, conforme sugerido pelo resumo ou pelas palavras-chaves, restringindo-se a comentários *en passant* ou em desenvolvimentos secundários de uma temática não religiosa. Isso resultou numa base final de 296 artigos analisados. Na leitura desses artigos, utilizaram-se duas técnicas: *skimming* (para familiarização geral com o texto e identificação de seu tema e ideia principal) e *scanning* (para busca de informações específicas, referentes às religiões pesquisadas, à abordagem utilizada, à composição da

---

3 A participação brasileira nas diretorias, comissões e eventos de todas as associações disciplinares e temáticas latino-americanas é altamente significativa, particularmente no período considerado, no qual se deu uma marcante ampliação do número de coordenações de grupos de trabalho e mesas e apresentações de trabalhos. Destacam-se, nessa circulação, os congressos da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), as Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina promovidas pela Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM) e grupos de trabalho sobre o tema mantidos pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clasco).

bibliografia utilizada e, por vezes, ao próprio esclarecimento do tema). O *skimming* incluiu ainda a leitura integral das introduções e conclusões dos artigos.

### **Problematizando os resultados**

A primeira coisa que emerge muito claramente da leitura dos artigos, especialmente à luz dos balanços sobre a sociologia da religião no Brasil dos anos 1970 e 1980, é que há um robusto processo de *pluralização* em curso. Essa pluralização se expressa em termos de crescimento numérico de revistas, artigos e autores e de diversificação regional e institucional. Há mais gente produzindo na área e há mais canais de difusão dessa produção, mesmo levando em conta os critérios seletivos utilizados.

Esse crescimento também significou uma distribuição regional bem mais policêntrica da produção sobre sociologia da religião no Brasil. De um ponto de vista institucional, regionalmente, esses programas assim se distribuem atualmente: 23 no Sudeste, 14 no Nordeste, 10 no Sul, 4 no Centro-Oeste e 2 na Região Norte. No período anterior a 1998, 9 programas estavam no Sudeste, 5 no Nordeste, 3 no Sul, 1 no Centro-Oeste e nenhum no Norte (CAPES, 2017). A seleção dos artigos também indica a distribuição por ano e por região de atuação de seus autores/as no período estudado.

Os 296 artigos selecionados foram publicados em 35 revistas. Dividimos nossa análise em dois períodos iguais para facilitar a comparação: 1998–2007 e 2008–2018. Essa divisão já permite identificar o aumento na produção: há aumento de 438% no número de artigos, de 55, no primeiro período, para 241 artigos, no segundo. A seguir, exploramos distintos aspectos dos artigos, relativos à sua autoria e à vincula-

ção disciplinar, à distribuição regional e institucional das publicações, às religiões estudadas, às abordagens utilizadas, aos temas e à distribuição geocultural das referências bibliográficas.

A *distribuição regional* dessa produção é extremamente assimétrica, com a região Sudeste sendo responsável por 66,89% de toda a produção. No entanto, ao separar por período, esse percentual sobe a 80% entre 1998 e 2007. No período seguinte, aumenta a participação das demais regiões, sendo a produção do Nordeste a que mais avança, passando de 5,45 a 14,94%, com a produção no Sudeste caindo a 63,9%. Aumenta, também, significativamente, o número de instituições de origem dos/as autores/as, comparando-se os dois períodos: de 20 instituições no primeiro período, passamos a 50, no segundo. Enquanto a Universidade de São Paulo (USP) é responsável por 32,7% da produção institucional no primeiro período, vindo em segundo lugar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), empatadas em 9,1%; no segundo período, a UFRJ vem primeiro, com 12,4%, seguida da USP, com 8,3%, e da UERJ, com 6,2%. Esses números, portanto, sugerem tanto um crescimento numérico como uma maior distribuição regional e institucional na produção de sociologia da religião.

Em termos de *autoria*, há dois aspectos a ressaltar: a impressionante prevalência da autoria *individual* sobre a colaborativa e o aumento no número de autores nos dois períodos. No primeiro período da análise, apenas um artigo, dos 55, foi escrito em coautoria. Estes 98,2% de autoria individual caem para 77,6% no período seguinte. Olhando pelo outro lado, houve notável intensificação do número de artigos em coautoria, subindo de 1,8 para 22,4%. De qualquer forma, a dis-

tribuição ainda pende decisivamente para artigos individuais. Esse quadro sugere uma das dimensões da “artesania”, sobre a qual retornarei na última seção. A distribuição de gênero também se altera nos dois períodos: 38,18% da produção é feminina, no período de 1998 a 2007, aumentando para 46,05% no período mais recente, muito próximo de percentuais gerais de publicação científica de autoria feminina no Brasil (Batista; Righetti, 2017).

Os artigos foram classificados também em relação à *formação* e/ou à *área de atuação dos seus autores*. Levando em conta as escolhas feitas em relação às revistas pesquisadas, mas também o que foi dito sobre a constituição do próprio campo da sociologia da religião, como ciências sociais da religião, no Brasil, era de esperar que houvesse uma diversidade de formações entre os praticantes da disciplina. A Tabela 1 demonstra, para os dois períodos, a distribuição dos artigos. Mais uma vez, corrobora-se a ideia de *pluralização*: se há crescimento absoluto da sociologia em relação à antropologia de

um período para o outro, a segunda cresce bem mais percentualmente e há um discreto aumento do percentual de autores/as cuja formação ou área de atuação vai além da sociologia.

Em relação às *religiões estudadas*, os resultados aparecem na Tabela 2. Diversifica-se o interesse por grupos religiosos específicos, mantendo-se certo esforço em abordar mais de uma religião simultaneamente em torno de um quarto dos estudos. Em todo o período, a atenção dada ao *catolicismo*, de forma específica, mantém-se desproporcionalmente baixa em relação à sua importância demográfica e à própria magnitude de sua diminuição (considerando-se a perda de fiéis) ao longo das últimas décadas (o que poderia suscitar estudos em busca de explicações), ainda que haja um perceptível crescimento da produção sobre o tema na última década. Sob a rubrica “conceitual”, agruparam-se artigos que trataram do tema/conceito “religião” em termos teóricos ou ao modo de discussões bibliográficas sobre aspectos conceituais, metodológicos ou históricos,

**Tabela 1. Autores e formação/atuação.**

Período	Disciplina	Frequências	Percentuais
1998 a 2007	Sociologia	37	67,3
	Antropologia	15	27,3
	Ciência política	2	3,6
	Outro	1	1,8
	Total	55	100,0
2008 a 2018	Sociologia	124	51,5
	Antropologia	100	41,5
	Ciência política	5	2,1
	Filosofia	1	0,4
	História	3	1,2
	Outro	8	3,3
	Total	241	100,0

sem evidenciar trabalho empírico próprio. Nos últimos anos, corroborando a ideia de uma maior sensibilidade à pluralização religiosa no país, esse estilo de produção parece ter cedido espaço a estudos mais empíricos, caindo praticamente pela metade o número de artigos com esse perfil. No campo evangélico, o pentecostalismo monopolizou completamente a atenção dos cientistas sociais da religião, mantendo-se próximo dos 20% dos artigos em cada período, percentual similar ao do catolicismo e que eclipsa o protestantismo histórico (2%). Em termos gerais, pode-se dizer que a atenção dada a cada religião não corresponde à sua dimensão demográfica, mas claramente ao que se sabe sobre a visibilidade e as controvérsias públicas associadas a diferentes religiões no

Brasil. Ao mesmo tempo, amplia-se o leque de religiões estudadas, com a percepção de um país religiosamente mais plural.

Quando explorados em relação à *formação* ou à *atuação disciplinar dos/as autores/as*, esses números se redesenham de forma significativa. Os sociólogos de formação ou por atuação claramente sobressaem nos estudos conceituais (67,4% do total dessa categoria), sobre o espiritismo (66,7%), protestantismo pentecostal (58,5%) e histórico (83,3%) e outras religiões (61,3%). Em relação às religiões afro-brasileiras, trata-se do território dos antropólogos — 66,7% dos artigos sobre candomblé e 100% dos poucos artigos sobre umbanda. Antropólogos e sociólogos dividem-se nos estudos sobre o catolicismo (47,5% contra 45,8%, respectivamente),

**Tabela 2. Religiões estudadas.**

Período	Religião Estudada	Percentuais
1998 a 2007	Várias religiões	25,5
	Conceitual	23,6
	Evangélica pentecostal	18,2
	Católica	14,5
	Outra	9,1
	Candomblé	7,3
	Evangélica histórica	1,8
2008 a 2018	Várias religiões	24,1
	Católica	21,2
	Evangélica pentecostal	17,8
	Conceitual	12,4
	Outra	10,8
	Candomblé	8,3
	Evangélica histórica	2,1
	Espírita	1,2
	Umbanda	1,2
Indígena	0,8	

enquanto os antropólogos representam um terço dos estudos sobre pentecostalismo, espiritismo e outras religiões. Nos estudos que abordam ou, em bem menor escala, comparam várias religiões, os sociólogos se sobressaem, mas o leque é mais diversificado: 55,6% das publicações são de sociólogos, 36,1% de antropólogos e 8,4% de profissionais de outras disciplinas.

Os artigos também foram observados em termos da *abordagem empregada* no estudo das religiões e temas. As abordagens foram classificadas em cinco tipos: qualitativa, quantitativa, mista (qualiquantitativa), teórica e histórica. Esses termos devem ser entendidos em sentido lato, não se podendo, nos limites deste estudo, avaliar o grau de sofisticação e rigor na aplicação dessas abordagens. No caso da abordagem identificada como teórica, estão compreendidos estudos que discutem conceitos, teorias gerais e teorizações sobre religiões ou temas específicos, na maioria dos casos em diálogo com a literatura internacional e autores de referência ou clássicos das ciências sociais. Abordagens históricas têm estrutura narrativa ancorada numa temporalidade normalmente de caráter mais alongado que os trabalhos empíricos. A Tabela 3 dá um panorama das abordagens aplicadas a cada religião.

O primeiro destaque é a clara predominância dos estudos empíricos que utilizam a abordagem qualitativa. Eles representam 64,19% das publicações. Em seguida, vêm trabalhos teóricos, com 22,64% dos artigos. Abordagens históricas vêm em seguida, mas longe, com 5,41%, à frente de trabalhos quantitativos (4,73%) ou com abordagem mista (3,04%). Combinando-se os percentuais das abordagens qualitativa, quantitativa e mista, temos um percentual de 71,96% de trabalhos *empíricos*. Ao distribuímos por religião estudada, *a prevalência da abordagem*

*qualitativa estende-se a praticamente todas as religiões*, com exceção das indígenas (muito sub-representadas na base, com dois artigos), chegando a 91,7% dos estudos sobre candomblé e variando entre 76 e 80% no caso do catolicismo, pentecostalismo e outras religiões. Abordagens quantitativas predominam em estudos tratando de várias religiões comparativamente (12,5%) e, em bem menor escala, em estudos de outras religiões (6,5%) e pentecostalismo (3,8%), o mesmo dando-se com as abordagens mistas. As abordagens teóricas são focadas em conceitos e teorias gerais (93% do seu total), mas também são utilizadas nos estudos de: várias religiões, catolicismo, pentecostalismo, outras religiões e umbanda, nessa sequência. As abordagens históricas predominam no estudo de religiões indígenas, protestantismo histórico, espiritismo, catolicismo e candomblé, nessa ordem.

Em conexão com as religiões estudadas e as abordagens utilizadas, identificaram-se também os *temas* de cada artigo. Essa é uma análise mais complexa. A exploração temática exhibe natural tendência à maior dispersão pelos aspectos singulares de cada estudo. Mas é possível identificar algumas tendências tanto em termos dos temas em si, agrupando mais sistematicamente sua diversidade, quanto em sua relação com as religiões estudadas.

A dispersão temática é crescente ao longo do período estudado. Isso revela que, mesmo quando se foca cada grupo religioso, a tendência a abordagens genéricas ou abrangentes sobre os católicos, os evangélicos etc. cede lugar à exploração de aspectos particulares. O que é indicativo de uma ampliação e amadurecimento do campo de estudos, bem como, possivelmente, do impacto das interlocuções intelectuais que vêm sendo construídas, teórica e empiricamente. A Tabela 4 apresenta

**Tabela 3. Abordagens utilizadas por religião.**

Religião	Abordagem	Frequências	Percentuais
Candomblé	Histórica	2	8,3
	Qualitativa	22	91,7
	Total	24	100,0
Católica	Histórica	5	8,5
	Qualiquantitativa	1	1,7
	Qualitativa	45	76,3
	Quantitativa	1	1,7
	Teórica	7	11,9
	Total	59	100,0
Conceitual	Histórica	2	4,7
	Qualitativa	1	2,3
	Teórica	40	93,0
	Total	43	100,0
Espírita	Histórica	1	33,3
	Qualitativa	2	66,7
	Total	3	100,0
Evangélica histórica	Histórica	2	33,3
	Qualitativa	4	66,7
	Total	6	100,0
Evangélica pentecostal	Qualiquantitativa	2	3,8
	Qualitativa	45	84,9
	Quantitativa	2	3,8
	Teórica	4	7,5
	Total	53	100,0
Indígena	Histórica	1	50,0
	Qualitativa	1	50,0
	Total	2	100,0
Outra	Qualiquantitativa	2	6,5
	Qualitativa	25	80,6
	Quantitativa	2	6,5
	Teórica	2	6,5
	Total	31	100,0
Umbanda	Qualitativa	2	66,7
	Teórica	1	33,3
	Total	3	100,0
Várias religiões	Histórica	3	4,2
	Qualiquantitativa	4	5,6
	Qualitativa	43	59,7
	Quantitativa	9	12,5
	Teórica	13	18,1
	Total	72	100,0

uma síntese dos principais temas abordados por artigo no *corpus* estudado. Apesar de dezenas de artigos discutirem mais de um tema, destacou-se apenas o tema principal (definido pelo título, resumo ou espaço dedicado no artigo). Em linha com a orientação predominantemente empírica, o estudo de *identidades e práticas religiosas específicas* representa um significativo percentual dos artigos (41,22%). Isso não significa que outros temas não representem trabalhos empíricos. Como também não significa que não haja, na maioria dos trabalhos empíricos, seções com discussões teóricas substantivas ou mesmo trabalhos teóricos dedicados a identidades ou práticas religiosas específicas. Isso resulta em uma discreta redução no percentual dedicado a temas teórico-conceituais, tendo em vista que nessa categoria foram contabilizados apenas os artigos com estudo conceitual ou histórico, sendo textos teóricos sobre religiões ou temas específicos (incluindo a própria sociologia da religião brasileira) classificados em outros temas da tabela. A listagem sinaliza a agenda predominante da sociologia da religião brasileira

nos últimos vinte anos, revelando tanto o que ocupa o centro das atenções da subdisciplina (os três primeiros temas, de longa presença na sua trajetória) quanto temas emergentes ou mais secundários.

Há vários temas transversais no *corpus*. Eles entram em discussões de temas principais ou são trabalhados em si mesmos. Ressalto a importância dessas temáticas no *corpus* e exemplifico com algumas referências: *gênero* (Machado, 2005; 2018; Rosado-Nunes, 2017), *sexualidade* (Cordovil, 2017; Natividade, 2006; Reis, 2017), *mídia* (Birman; Machado, 2012; Burity, 2003; Lima; Werneck, 2012), *identidade étnico-racial* (Alves, J. A. L., 2010; Chagas, 2009; Prandi, 1998), *política* (cobrindo uma lacuna por muito tempo deixada pela inapetência da ciência política brasileira pelo tema) (Burity, 2008; Machado, 2012; Mariano, 2016) e, nos últimos anos, uma interrogação que começa a ganhar corpo, sobre *pluralismo*. Essa interrogação oscila da discussão da diversidade religiosa em si a uma construção analítica mais exigente

**Tabela 4. Temas principais dos artigos estudados.**

Temas	Frequências	Percentuais
Identidades e práticas religiosas específicas	122	41,22
Temas teóricos	47	15,88
Participação, representação política e instituições estatais	28	9,46
Gênero, sexualidade e corpo	26	8,78
Etnicidade e religião	18	6,08
Sociologia da religião no Brasil	14	4,73
Ativismo sociorreligioso	11	3,72
Transnacionalização e globalização	16	5,41
Sociodemografia religiosa	8	2,7
Pluralismo, tolerância e intolerância	6	2,06
Total	296	100

sobre as formas de estar junto das religiões, a regulação estatal das religiões e os conflitos entre grupos religiosos e o quanto o pluralismo possibilitaria ou expressaria um equacionamento cultural e institucional da pluralidade religiosa (Mariano, 2016; Montero, 2006; Negrão, 2008a).

Alguns temas são bem recentes, como a *música*, com trabalhos sobre o gospel e alguns estudos comparados com a música nas religiões afro-brasileiras, além de uma investigação histórico-teórica sobre a música religiosa (Bandeira, 2017; Rehen, 2007; Veiga Jr., 2013). Estudos sobre o *Islã*, que têm muito a ver com a identidade dos muçulmanos brasileiros e com as questões de gênero no Islã no Brasil, aparecem discretamente aqui (Barbosa; Paiva, 2017; Chagas, 2015; Ferreira, 2009). O tema da *transnacionalização religiosa* tem, desde os anos 1990, gerado uma série de trabalhos. No início, falou-se em globalização; depois, o tema passou a ser operacionalizado empiricamente como transnacionalização. Não são sinônimos, mas este último termo parece ter tido uma recepção mais ampla (Burity, 2018; Lewgoy, 2008; Ortiz, 2001; Pires, 2010; Sansone, 2012).

Um olhar mais distanciado, apoiado na agenda das ciências sociais brasileiras e do debate público, permite identificar dois temas muito presentes *por sua ausência ou marginalidade* no *corpus* estudado. *Movimentos sociais* é um deles. Havia nos anos 1990 uma preocupação com o impacto e a sobrevivência das comunidades eclesiais de base (CEB) católicas, sua inserção nos movimentos urbanos, a emergência das questões culturais e de gênero em sua pauta e o surgimento de alguns projetos sociais evangélicos nas periferias das grandes cidades. Essa preocupação quase desapareceu de publicações tematizando o catolicismo ou as questões urbanas,

cedendo lugar à presença dos pentecostais nesses espaços e, quando muito, a diagnósticos sobre a crise das CEB — a despeito de estudos recentes que as revisitam não encontrarem essa crise, a não ser no sentido de que já não há na igreja o mesmo espaço e apoio às CEB (Couto, 2002; Maués, 2010; Steil; Reyes Herrera, 2010; Vianna, 2015).

Outro tema que pouco frequenta as publicações de sociologia da religião é o engajamento da subdisciplina com os *grandes debates* da disciplina. Então, grandes questões colocadas pela *teoria social contemporânea*, especialmente nesses últimos 20 anos, recebem, do ponto de vista das publicações desse *corpus*, uma atenção muito pequena. O engajamento é muito mais com leituras específicas que sirvam a certa *démarche* guiada pelo caso empírico estudado; ou seja, o manejo do debate teórico mais amplo da sociologia e das ciências sociais tende a ter o tamanho do objeto estudado, sendo assim instrumental ou *problem-driven*. A exceção parece ser o clássico debate sobre a *secularização*, com base no qual emerge uma aproximação com a crescente sensibilidade relativa à diversidade e ao pluralismo fora do âmbito dos estudos de religião. Ainda que grande parte dessa nova produção seja bastante crítica da própria problemática da secularização, matizando-a ou descentrando-a de muitas maneiras, ela parece ser uma espécie de ponto de encontro ou de partida para distintas intervenções, sintoma de uma força paradigmática ainda presente (Alves, E. C., 2010; Bonato *et al.*, 2016; Burity, 2001; 2008; Camurça, 2003; Mariano, 2016; Montero, 2006, 2016; Pierucci, 1998; 2006).

Finalmente, interessou-me verificar, por meio das *referências bibliográficas*, como se constrói a interlocução da sociologia da religião no Brasil pela distinção entre *publicações nacionais, internacionais e latino-americanas*.

Com isso, pode-se perceber indiretamente a *geopolítica do conhecimento* na área: quais são as teorizações ou as referências analíticas para o tratamento teórico ou empírico dos temas estudados; qual o nível de interação com a produção latino-americana; qual o grau de internacionalização da produção publicada. Não temos indicação de que a diáspora política dos anos 1964–1978 tenha produzido qualquer impacto digno de nota na sociologia da religião no Brasil, tampouco a maior exposição à produção latino-americana desde fins dos anos 1990 (via associações, congressos e outros eventos, principalmente). Mas a sociologia da religião feita no Brasil dialoga seriamente com a produção europeia e, em menor escala, norte-americana. A média brasileira fica em 11,7 referências por artigo (com a sociologia ligeiramente acima da média, com 12 referências, mas abaixo da história e da ciência política, com mais de 15), sendo a média de referências brasileiras 19,7 por artigo; a de referências internacionais, 14,54; e 0,82 de referência latino-americana.

Considerando a formação e a atuação disciplinar dos/as autores/a, *a sociologia e a antropologia da religião são marcadamente centradas na produção brasileira*. Elas vêm em último lugar na média de referências internacionais, respectivamente com 14,4 e 13,4, comparadas ao intervalo de 16,9 a 27,3 para as demais disciplinas. Em termos da interlocução com autores/as nacionais, elas aparecem primeiro, a sociologia com 20,8 e a antropologia com 19,2, embora as médias nesse caso sejam mais uniformemente distribuídas entre sociologia, antropologia, ciência política e história. Quando observamos as médias em relação às abordagens utilizadas, destaca-se a sistemática predominância de diálogo com a bibliografia nacional (entre 17,6 e 28 referências) sobre a internacional

(de 5,5 a 22,6). *Mas as médias de referências nacionais não diminuem o fato de que quase a totalidade dos artigos dialoga com referências internacionais*. Essa tendência predomina em artigos teóricos e, curiosamente, no aumento da utilização de fontes latino-americanas em abordagens mistas (média de 2,11).

Em contrapartida, uma exploração bastante preliminar do lugar desses tipos de referências na argumentação desenvolvida mostrará a clara hegemonia de autores e teorizações internacionais no *enquadramento conceitual ou metodológico das análises*, quando não na busca de legitimação para os achados ali discutidos. Isso confere um peso diferenciado ao uso dessas referências e ocorre mesmo em artigos com maior média de referências nacionais. Autores europeus predominam maciçamente sobre outras origens geográficas. Há muitos artigos que se estruturam (também ou principalmente) com base na produção de autores-chave das ciências sociais brasileiras, revelando algum grau de indigenização da produção. Mas, em geral, não há explicitação de motivos epistemológicos ou metodológicos para as preferências, deixando a suspeita de que as escolhas decorrem de fatores ligados às temáticas estudadas e aos aspectos mais contingentes do lugar e das interlocuções sobre as quais são produzidos esses textos.

### **Artesania, fronteiras e horizontes: algumas reflexões com base nos balanços publicados**

O percurso anterior levou-nos por caminhos pouco explorados nas análises da produção das ciências sociais da religião no Brasil — há dois estudos semelhantes, embora ancorados apenas na revista *Religião & Sociedade* (Fernandes, 2013; Vital da Cunha, 2017). Creio ser importante, nesta seção

conclusiva, ao menos tentar uma apreciação de conjunto, com base nesses dados, que os situe e projete. Para tanto, gostaria de retomar o potencial heurístico das três metáforas sugeridas no início.

Assim fazendo, aproveitarei a oportunidade, simultaneamente, de explorar outro conjunto de textos, recolhidos quase todos do *corpus* estudado, que se classifica no gênero mais tradicional dos balanços da produção ou das revisões bibliográficas. É interessante que não há tantos assim. Não parece um hábito de sociólogos/as da religião os balanços da área. Há seções de revisão da literatura em muitos artigos. Mas a tentativa de discernir as tendências, identificar a inovação e visitar e questionar saberes consolidados na área ou parte dela envolve relativamente poucos trabalhos.

Como disse, há no *corpus* 17 desses textos que se empenham em avaliar estratos temáticos da produção, teorias ou questões políticas sobre a formação e a dinâmica do campo de estudos. Não será o caso de resenhar ou discutir em detalhes, nos limites que ainda me restam, esse conjunto. Mas é possível tomar suas asas para um pequeno voo por sobre o conjunto dos dados apresentados nas seções anteriores. Dois textos desse grupo sugerem, um obliquamente e outro mais diretamente, a ideia de *artesanaria* como marca do fazer da sociologia da religião. Em um deles, o tom é negativo, crítico. Em um trabalho que situa a subdisciplina ao lado de outros campos de saber da sociologia no Brasil, Freitas e Ribeiro (2013) questionam que não há, na sociologia da religião, acúmulo sustentado para um debate, uma forma de fazer, conclusões que deem origem a uma espécie de ciência normal, paradigmática. Há uma forte vinculação com a teoria, ou melhor, teorias sociais, mas estas são escolhidas e abandonadas ao sabor de contingências quanto à percepção dos objetos de estudo. A

descontinuidade é a marca. Segundo Freitas e Ribeiro (2013, p. 85-86), as pessoas lançam mão de diferentes procedimentos metodológicos, mudam de tema e de teoria com facilidade:

Esse desenvolvimento se dá por meio da permanente busca de veios a serem explorados. Quando um veio se esgota, ou parece se esgotar, procura-se outro em algum outro lugar. Nesse processo, a substituição de um veio por outro não é regida por razões de ordem teórica, metodológica ou epistemológica [...] mas sim nas vicissitudes do objeto sob investigação. [...] Para arrematar, há circunstâncias [...] em que é possível à sociologia da religião até mesmo ignorar resultados empíricos de décadas de pesquisa para seguir a direção que lhe parece mais aprazível.

Na conclusão, os autores são ainda mais irônicos e implacáveis:

Quem quiser que se sirva do legado de Weber, ou de Marx, ou de Durkheim, ou combine esses legados, ou ainda, se não se sentir confortável com nada disso, que se valha da teoria da escolha racional ou dê uma guinada para os estudos etnográficos, enfim, faça o que quiser, desde que consiga se mover (Freitas; Ribeiro, 2013, p. 105).

Esse não é um quadro muito animador. A julgar pela descrição, estamos no reino do vale-tudo, da idiosincrasia e do voluntarismo. Apesar de todo esse vaticínio se basear em uma única referência: um balanço de Mariano (2011) (por sinal, meritório) sobre o crescimento pentecostal no Brasil. Tão poucas pernas mereceriam mais modéstia nas conclusões de Freitas e Ribeiro, que, como ressalta Rosas (2018), sequer fazem justiça ao mérito da questão: esses saltos

paradigmáticos não são tão claros assim, a abrangência da crítica não é tão grande como se pinta e há, sim, acúmulos importantes de orientações, conceitos e debates perseguidos em quantidade suficiente para formar massa crítica. Mas interessa-me ressaltar que, por linhas tortas, Freitas e Ribeiro tocam em alguns aspectos da forma de fazer sociologia da religião no Brasil que emergem da própria análise apresentada aqui: forte diálogo com referências internacionais, que têm uma força modeladora da análise maior do que mera interlocução, articulada em esforços largamente individuais (mesmo que com importante tendência à produção colaborativa nos últimos anos), num ambiente intelectual no qual diferentes aportes disciplinares são acolhidos (seja pela formação, seja pela atuação dos/as autores/as) de forma razoavelmente simétrica e reconhecidos por pares em redes nacionais e internacionais.

Pode-se ler esse perfil da forma impiedosa, exagerada e sem ancoragem em suficientes referências probatórias, como Freitas e Ribeiro (2013). Parece-me claro que se trata de *artesanias*: ofício aprendido por paciente prática de iniciação por artesãos mais experientes e aperfeiçoamento/dedicação pessoal; aberto a bricolagens de materiais; orientado a produzir em escala controlada com passagens entre formas e estilos e experimentações de vários tipos. Em contrapartida, essa artesanias conecta-se a uma orientação metodológica e epistemológica que poderia se chamar de *construtivista* e que me parece bastante difundida na área; portanto, nada idiossincrática ou assistemática. Nem mesmo específica da sociologia da religião, uma vez que partilha uma longa e sólida tradição no campo das humanidades.

Um segundo texto, que explora a formação do campo e as tendências metodológicas na sociologia da religião no Brasil, fala, já

no título, de “artífices e instrumentos” (Fernandes, 2013), sugerindo explicitamente essa metáfora da artesanias desde as primeiras linhas. Começando com uma epígrafe tomada de Wright Mills, em *A Imaginação Sociológica*, que recomenda com todas as letras “sejamos um bom artesão” (Fernandes, 2013, p. 19), a autora explora esse aspecto e estende essa orientação a outros grandes nomes das ciências sociais, como Sennett e Ingold (*apud* Fernandes, 2013, p. 20ss). A autora reconhece essa tendência tanto em termos deontológicos como de constatação empírica. Seu trabalho se ampara num levantamento de quatro anos e meio (2007–2012) da revista *Religião & Sociedade*, a mais importante publicação do campo no país. Interessa-lhe, particularmente, um aspecto da artesanias sociológica: a escolha das ferramentas (metáfora para as metodologias e técnicas utilizadas). Crítica da escassez de estudos quantitativos na área (Fernandes, 2013, p. 24–25), Fernandes apresenta um relato ilustrativo de sua compreensão da artesanias em termos da construção metodológica de um estudo sobre catolicismo no Rio de Janeiro que combinou abordagens qualitativas e quantitativas. Embora essa parte do artigo revele pouco do intento, ressalto a contribuição desse trabalho para reforçar o perfil de artesãos/ãs que caracteriza os/as sociólogos/as da religião em termos de suas concepções do fazer, do que há para fazer e de como fazer, que o texto de Freitas e Ribeiro (2013) também suscitou.

Alguns balanços chamam muita atenção para uma discussão, digamos, política do campo, que introduz minha segunda metáfora, a das *fronteiras*. Sendo um dos textos inaugurais do *corpus* (cronologicamente falando) um argumento apaixonado pela necessidade de delimitação e reforço das fronteiras (Pierucci, 2002), há, por

exemplo, um debate sobre a representatividade regional dos próprios balanços feitos sobre a produção brasileira. Num artigo publicado em *Religião & Sociedade*, duas antropólogas da Universidade Federal de Pernambuco, Roberta Campos e Mísia Reesink (2011), questionam de maneira bastante sistemática um balanço feito sobre a antropologia da religião no Brasil, publicado na série *Horizonte das Ciências Sociais*, da Anpocs, no volume específico sobre antropologia. Elas apontam para um ponto sensível da geopolítica do conhecimento na área, cobrando que, basicamente, toda a produção do Norte e Nordeste brasileiros foi ignorada naquele levantamento. Estamos na discussão das *fronteiras*. A primeira fronteira é regional. Se compreensível pela concentração no Sudeste de cursos e pesquisadores/as, como já observado, não há justificativa plausível para tal esquecimento, em vista da significativa produção, especialmente no Nordeste, equiparada, como também visto, à do Sul do Brasil. Mas não se trata de uma fronteira puramente *espacial*. A segunda crítica é, precisamente, a de que seu traçado não delimita um “interior” exclusivo da produção *antropológica* — nem no número, nem nas disciplinas envolvidas, nem nas temáticas. Isso leva Campos e Reesink, questionando um balanço da antropologia da religião, a reclamarem da ausência de sociólogos/as e até cientistas políticos/as!

Há um aspecto do argumento de Pierucci (1998; 2002; 2006), em vários textos, que diz respeito à *respeitabilidade* da sociologia da religião ante as demais subdisciplinas da sociologia, ante as outras disciplinas das ciências humanas e ante as disciplinas *hard* das ciências. Ele lamenta o *pathos* marginal dos sociólogos da religião. Ironiza, também, a vulnerabilidade intelectual dessas pessoas, sua má-fé ou incapacidade de traçar um li-

mite entre interesse, crença e profissão. O próprio Pierucci mudou de estratégia ao longo do tempo, à medida que novas gerações de cientistas sociais da religião pluralizaram substancialmente o campo, responderam criticamente a esses desafios e ampliaram seu reconhecimento acadêmico (individual e subdisciplinar). Não obstante, ficaram marcas dessa ansiedade profissional no próprio debate publicado da disciplina.

A questão das fronteiras — a delimitação de uma sociologia da religião com um perfil consistente, reconhecido, sustentável, de qualidade assegurada — parece-me resolvida numa direção previsível: o encontro da história da área com tendências importantes do debate contemporâneo sobre a interdisciplinaridade e a ciência. Os empréstimos transfronteiriços e os arranjos institucionais compartilhados que marcam as ciências sociais são percebidos muito além do Brasil. Linhagens epistemológicas e metodológicas híbridas ou heterodoxas, críticas da disciplinaridade estrita, estão, hoje, em toda parte. O fato de que os temas e objetos não apenas são estudados por diferentes disciplinas como, desde o começo, com conhecimento da existência dessas contribuições para além de suas fronteiras, leva a interlocuções e trocas deliberadas. As redes de troca acadêmica — associações e eventos internacionais e, aos poucos, pesquisas de campo multissituadas e projetos colaborativos com pesquisadores/as de outros países — reforçam ainda mais essa sobreposição, o afrouxamento e o retraçado de fronteiras, que relativizam a disciplinaridade. O campo da sociologia da religião é e, parece, continuará sendo, impuro, num sentido nada pejorativo.

Que *horizontes* se abrem nessa produção? Para onde vai a sociologia da religião? Poucos trabalhos se colocam explicitamente

essa reflexão. Mas é inevitável que os balanços o façam, por mais obliquamente que seja, sendo balanços *avaliações e projeções* de práticas, não apenas diagnósticos neutros. Além disso, o levantamento feito aqui das religiões, abordagens e temas, quando vistos desde a ótica dos dois períodos em que dividi o *corpus*, apontam predominâncias e emergências. Por aí se podem entrever linhas de fuga e horizontes, sem que se precise fazer esforços de adivinhação ou previsão de futuro. Sendo por definição móvel, um horizonte nem é o futuro, nem regula o presente. Marca os limites de um cenário. O que se pode ver de sua *extensão* ou *alcance*. Descortina um aparecer, enquanto se retrai permanentemente, dando contornos ao olhar. Convida a prosseguir, a explorar.

Uma questão de horizonte é o que está acontecendo com o catolicismo. Do ponto de vista dos dados quantitativos, a narrativa é praticamente única: decréscimo, declínio, diminuição de influência, escassez de vocações sacerdotais, perda de fiéis, paróquias mais ou menos esvaziadas etc. Mas vários balanços e alguns trabalhos no *corpus* têm ressaltado a existência de outras tendências empíricas e outros cenários de permanência ou até mesmo de renovação do catolicismo (Campos, R. B. C., 2008; Fernandes, 2011, 2013; Oro; Alves, 2013; Sofiati; Moreira, 2018; Steil; Reyes Herrera, 2010).

Esses trabalhos ressaltam a longevidade e a resiliência da cultura católica — apontando a limitação de um foco estritamente confessional ou institucional para a análise da religião — e os novos espaços de dinamismo e de renovação de práticas ou tendências já conhecidas na Igreja Católica, desde o *aggiornamento* dos anos 1960, que se repositonam ou se recriam hoje, mesmo que se trate de posições conservadoras ou tradicionais (Aldana, 2008; Bonato, 2017;

Sofiati; Coelho; Camilo, 2018; Vianna, 2015). Ajudam a lembrar que não há cenário possível de uma completa minoritização do catolicismo, quer em termos numéricos, quer em termos qualitativos, o que deixa um campo de práticas institucionais, alternativas espirituais, interações com outras religiões e outros atores sociais e formas de presença pública que não pode ou não deve ser estudado em termos de sobrevivência, mas de pluralidade e transformação.

Outra dimensão de horizonte se coloca, a meu ver, pelo tema emergente do pluralismo. Ele se expressa num debate que remete à consciência e à problematização da diversidade e da pluralização, respectivamente, cenário e processo, em várias dimensões da vida social contemporânea. Diversidade, no sentido da constatação da dispersão religiosa, dos processos de individualização crescente que levam as pessoas a fazerem a sua religião, mesmo quando se mantêm vinculadas a uma, especificamente. Processos de pluralização, pelos quais as fronteiras entre as religiões se tornam complicadas e se invaginam (produzindo grupos com perfis semelhantes em religiões diferentes) e se intensifica o trânsito entre elas (não só passagem, mas visitas, peregrinações, temporadas, aprendizados); as relações entre as religiões se multiplicam (ecumenismo e diálogo inter-religioso ou intensificação da competição e surgimento de agonismos e antagonismos entre algumas delas); e reclames por novas formas de regulação estatal da religião emergem (por parte tanto de minorias religiosas como de atores seculares). Pluralismo pode ser visto de modo pouco rigoroso analiticamente — contentando-se com os vários *modi vivendi* que se arranjam e rearranjam no cotidiano — ou pode dar lugar a reflexões mais conceituais e estruturais sobre o que ocorre com a religião quan-

do submetida a profundas e generalizadas condições de pluralização (Burity, 2015; Campos; Reesink, 2011; Montero, 2006, 2016; Negrão, 2008a; 2008b).

Por último, outra dimensão de horizonte diz respeito ao duplo desafio da comparação e da internacionalização da sociologia da religião brasileira. Ela reúne vários aspectos: os estudos comparativos entre religiões, a ampliação do olhar para estudar outros contextos geoculturais, a internacionalização da pesquisa e o aprofundamento do trabalho em rede. Uma contribuição importante dos/as sociólogos/as da religião, que a sua tendência modesta à comparação identificada no *corpus* revela, é uma ênfase no caráter *relacional* das identidades e práticas religiosas. O clássico debate sobre o sincretismo e os atuais debates sobre o trânsito religioso e as diferentes formas de diálogo inter-religioso (deliberados ou espontâneos) são bons testemunhos. Se há uma área em que há muito tempo não existem preocupações de apurar ou purificar as coisas, essa é a do estudo das religiões. Os dados empíricos com que se trabalha mostram que, a despeito dos discursos institucionais, a *desinstitucionalização* é a regra de como as pessoas vivem a religião ou as religiões que elas adotam. É possível dizer que há um *relacionalismo forte* nessa produção, embora ele não se traduza em termos de um *comparativismo forte*. Assim devem ser lidos os dados sobre “várias religiões”, representando um quarto da produção ao longo de todo o período estudado, mas também a sensibilidade para a heterogeneidade interna a cada religião estudada e a forma composta dos marcos interpretativos construídos pelos textos. Mas o *relacionalismo está em desnível com a comparação*, pensando em desenhos mais sistemáticos de pesquisa

ou no recurso a múltiplos casos nacionais. Ainda é incipiente a aventura de pesquisa além das fronteiras nacionais — por várias razões, uma provavelmente nada secundária sendo a disponibilidade de financiamento; mas há, hoje, várias formas de realizar esse tipo de estudo, até mesmo por meio de recursos e metodologias virtuais, o que levanta a questão de por que não.

Em contrapartida, a latino-americанизação, que já avançou em termos associativos e de intensa participação em eventos continentais, não se reflete na *produção* dos sociólogos da religião no Brasil. Esse é um horizonte preocupante de isolamento e, provavelmente, de colonialidade do saber na sociologia da religião feita no Brasil. É chocante a ausência de referências nas bibliografias e de discussão sustentada com autores e casos latino-americanos (às vezes, a referência é apenas uma nota de rodapé, com um “conferir”). Apesar do discreto aumento nos últimos anos, ainda estamos muito longe de poder falar de uma interlocução. A América Latina não está no mapa das religiões estudadas pela sociologia da religião no Brasil.

Praticada por artesãos/ãs, precisando negociar múltiplas e sobrepostas fronteiras, num campo de relações assimétricas, espacial e politicamente, a sociologia da religião no Brasil apresenta uma pujança talvez ainda juvenil, apesar das décadas de existência. Mas é possível perceber uma aceleração e um aprofundamento de sua produção, em franco processo de pluralização. E ainda que pareça modesta e incerta a influência e mesmo a credibilidade da subdisciplina em relação ao *mainstream* disciplinar, não nos esqueçamos de que, quaisquer que sejam suas fontes históricas, o objeto “religião” é inseparável dessa história.

## Bibliografia

- ALDANA, M. Vozes católicas no Congresso Nacional: aborto, defesa da vida. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 639-646, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200018>
- ALVES, E. C. Revisitando o conceito de secularização. **Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais**, n. 33, p. 169-186, 2010.
- ALVES, J. A. L. Coexistência cultural e “guerras de religião”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 21-172, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100003>
- BANDEIRA, O. Música gospel no Brasil - reflexões em torno da bibliografia sobre o tema. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 200-228, 2017. <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n2cap08>
- BARBOSA, F. C.; PAIVA, C. M. Sexo/prazer no Islam é devoção. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 3, p. 198-223, 2017. <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n3cap08>
- BATISTA, E. L., & RIGHETTI, S. Mulheres já produzem metade da ciência do Brasil, diz levantamento. **Folha de S.Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2017/03/1864542-mulheres-ja-produzem-metade-da-ciencia-do-brasil-diz-levantamento.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- BIRMAN, P.; MACHADO, C. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 55-69, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300004>
- BONATO, M. A Igreja Católica e as experimentações pastorais e missionárias na década de 1960: a experiência de Gioventù Studentesca no Brasil. **Pro-Posições**, v. 28, n. 3, p. 144-168, 2017. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0093>
- BONATO, M. *et al.* Secularização em Antônio Flávio Pierucci: da contemporânea serventia de continuarmos acessando aquele velho sentido. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 11-43, 2016. <http://dx.doi.org/10.5902/2236672525347>
- BURITY, J. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 102, p. 89-105, 2015. <https://doi.org/10.25091/s0101-3300201500020006>
- BURITY, J. Glocalização e mudança de identidade: missionários brasileiros pentecostais e carismáticos no Reino Unido. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 1, p. 14-35, 2018. <https://doi.org/10.1590/0100-85872018v38n1cap01>
- BURITY, J. Mídia e religião: regimes do real entre o mistério, o aparente e o virtual. **Religião & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 77-91, 2003.
- BURITY, J. Novos paradigmas e estudo da religião: uma reflexão anti-essencialista. **Religião & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 41-65, 2001.
- BURITY, J. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000200005>
- CAMPOS, L. S. O discurso acadêmico de Rubem Alves sobre “protestantismo” e “repressão”: algumas observações 30 anos depois. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 102-137, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200006>
- CAMPOS, R. B. C. Sobre a “Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 65, p. 89-103, 2008.
- CAMPOS, R. B. C.; REESINK, M. L. Mudando de eixo e invertendo o mapa: para uma antropologia da religião plural. **Religião & Sociedade**, v. 31, n. 1, p. 209-227, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872011000100009>

- CAMURÇA, M. A. Da “Boa” e da “Má vontade” para com a Religião nos Cientistas Sociais da Religião brasileiros. Comentários a propósito do balanço realizado por Antônio Flávio Pierucci sobre a produção acadêmica da Sociologia da Religião no Brasil, nos últimos 25 anos. **Religião & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 67-86, 2001.
- CAMURÇA, M. A. Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 56, p. 55-69, 2003.
- CHAGAS, G. F. Identidades religiosas e fronteiras étnicas: um estudo do ritual da oração na comunidade muçulmana do Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 152-176, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872009000200008>
- CHAGAS, G. F. Rituais fúnebres no islã: notas sobre as comunidades muçulmanas no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 1, p. 121-138, 2015. <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n1cap06>
- CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. de A.; SILVA, H. H. M. da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, v. 20, n. 1, p. 163-187, 2015. <https://doi.org/10.590/S1414-40772015000500011>
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). BR-CAPES-COLSUCUP-PROG-2017-2018-08-01. Capes, 2017. Disponível em: <<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/903b4215-ea91-4927-8975-d1484891374f/resource/a4f6bf7a-ed8e-4f9e-b339-6dbb0e76aac7/download/br-capes-colsucup-prog-2017-2018-08-01.xlsx>>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Documento de Área: Sociologia*. CAPES, 2016. Disponível em: <[https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/34\\_SOCI\\_docarea\\_2016.pdf](https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/34_SOCI_docarea_2016.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- CORDOVIL, D. Sexualidade, Espiritualidade e Conjugalidades na Wicca Brasileira. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 1, p. 85-103, 2017. <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap05>
- COUTO, M. T. Na trilha do gênero: pentecostalismo e CEBs. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, p. 357-369, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200006>
- FERNANDES, S. R. A. Entre tensões e escolhas, um olhar sociológico sobre jovens na vida religiosa. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, p. 663-684, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300012>
- FERNANDES, S. R. A. Sobre artifícios e instrumentos: o estudo da religião no Brasil e algumas tendências metodológicas. **Estudos de Sociologia**, v. 18, n. 34, p. 19-37, 2013.
- FERREIRA, F. C. B. Teatralização do sagrado islâmico: a palavra, a voz e o gesto. **Religião & Sociedade**, v. 29, n. 1, p. 95-125, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872009000100005>
- FREITAS, R. S.; RIBEIRO, L. Avanços e perspectivas da sociologia no Brasil: uma abordagem comparativa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 69-113, 2013. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.43>
- LEWGOY, B. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 84-104, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000100005>
- LIMA, D.; WERNECK, V. A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 221-250, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000100006>
- LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 3, p. 416-435, 2013. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2013.3.16522>
- MACHADO, M. das D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>

- MACHADO, M. das D. C. Religião, cultura e política. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.
- MACHADO, M. das D. C. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, p. 387-396, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200012>
- MARIANO, R. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.4.00000>
- MARIANO, R. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. **Perspectiva Teológica**, v. 43, n. 119, p. 11-36, 2011. <https://doi.org/10.20911/21768757v43n119p11/2011>
- MARIZ, C. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. **Religião & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 25-39, 2000.
- MAUÉS, R. H. Comunidades “no sentido social da evangelização”: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. **Religião & Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 13-37, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872010000200002>
- MONTERO, P. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, p. 47-65, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100004>
- MONTERO, P. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, v. 36, n. 1, p. 128-150, 2016. <https://doi.org/10.1590/0100-85872016v36n1cap06>
- NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, p. 115-132, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200006>
- NEGRÃO, L. N. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 23, n. 2, p. 261-279, 2008a. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000200004>
- NEGRÃO, L. N. Trajetórias do sagrado. **Tempo Social**, v. 20, n. 2, p. 115-132, 2008b. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000200006>
- ORO, A. P.; ALVES, D. Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo? **Religião & Sociedade**, v. 33, n. 1, p. 122-144, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872013000100007>
- ORTIZ, R. Anotações sobre religião e globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 59-74, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300004>
- PIERUCCI, A. F. Religião como solvente: uma aula. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 75, p. 111-127, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000200008>
- PIERUCCI, A. F. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 43-73, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200003>
- PIERUCCI, A. F. Sociologia da religião: Área impuramente acadêmica. In: PIERUCCI, A. F. *et al.* **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: Sociologia. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré/Capes, 2002. v. 2. p. 237-285.
- PIRES, A. C. Globalização, desconsecularização e espiritualidade evangélica no Brasil: uma análise socioteológica. **Estudos de Religião**, v. 24, n. 38, p. 25-36, 2010.

- PRANDI, R. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 8, p. 151-167, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000100008>
- REHEN, L. K. F. “Receber não é compor”: música e emoção na religião do Santo Daime. **Religião & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 181-212, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872007000200009>
- REIS, L. M. Erotismo gospel: mercados e limites da sexualidade entre evangélicas(os) no Complexo do Alemão. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 1, p. 65-84, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap04>
- RODRIGUES, E. Ciência da religião e ciências sociais: aproximações e distanciamentos. **Plura - Revista de Estudos de Religião**, v. 2, n. 1, p. 65-79, 2011.
- ROSADO-NUNES, M. J. F. Feminismo, Gênero e Religião - Os desafios de um encontro possível. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, p. 65-76, 2017. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v31n2p65-76>
- ROSAS, N. Sociologia da religião: comentário a um balanço sobre a produção do conhecimento. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. 263-290, 2018. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n1p263>
- SANSONE, L. Estados Unidos e Brasil no Gantois: o poder e a origem transnacional dos estudos Afro-brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 9-29, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000200002>
- SOFIATI, F. M.; COELHO, A. S.; CAMILO, R. A. L. Afinidades entre marxismo e cristianismo da libertação: uma análise dialético-compreensiva. **Trans/Form/Ação**, v. 41, n. 4, p. 115-134, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2018.v41n4.07.p115>
- SOFIATI, F. M.; MOREIRA, A. da S. Catolicismo brasileiro: um painel da literatura contemporânea. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 2, p. 277-301, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872018v38n2cap10>
- SOUZA, A. R. de. A livre religiosidade e a compulsória ciência do sociólogo da religião. **Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 309-325, 2015.
- STEIL, C. A.; REYES HERRERA, S. E. Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. **Sociologias**, n. 23, p. 354-393, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000100013>
- VEIGA JR., M. V. R. Religião e música: variações em busca de um tema. **Caderno CRH**, v. 26, n. 69, p. 477-492, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000300005>
- VIANNA, C. M. Cooperação internacional católica: entre a política dos movimentos sociais e o ativismo da fé em ação. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 213-248, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap09>
- VITAL DA CUNHA, C. Religião & Sociedade 40 anos: números, temas, memórias. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 3, p. 225-240, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n3cap09>

